

**DO OUTRO LADO DA CIDADE.
CRIANÇAS, SOCIALIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA
EM BAIRROS DE REALOJAMENTO**

Maria João Leote de Carvalho

**Dissertação de Doutoramento em Sociologia
sob a orientação científica do
Professor Doutor Nelson Lourenço**

DEZEMBRO 2010



DO OUTRO LADO DA CIDADE. CRIANÇAS, SOCIALIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA EM BAIRROS DE REALOJAMENTO

Maria João Leote de Carvalho

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Doutor em Sociologia, especialidade em Sociologia do
Desenvolvimento e da Mudança Social, realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor Nelson Lourenço

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e do POPH/Fundo Social
Europeu no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Margarida Leite de Almeida

Lisboa, ...1... de Dezembro de 2010

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

O orientador,

[Assinatura]

Lisboa, ...1... de Dezembro de 2010

“All in all, I was a rather conceited little boy who thought himself superior to the others boys of his age; and I didn’t miss impressing that little thing upon their minds. (...)

All spring, summer, and fall did we go to the market, and never did we go home with empty baskets. Stealing in the neighborhood was a common practice among children and approved by the parents. Whenever the boys got together they talked about robbing and made more plans for stealing. I hardly knew any boys who did not go robbing.”

Stanley em

Clifford Shaw (1931: 54), *The Jack-Roller. A Delinquent Boy’s Own Story*

AGRADECIMENTOS

Este foi um longo caminho, atravessado e seguido por muitos que, nos mais diversos momentos, com o seu apoio, confiança e colaboração, tiveram um papel importante. A todos deixamos aqui expresso o nosso agradecimento.

Ao Professor Doutor Nelson Lourenço, orientador desta dissertação, destacamos ter aceitado *reincidir* no acompanhamento de mais uma etapa do nosso percurso, salientando a oportunidade e a ampla confiança que nos deu. Agradecemos a disponibilidade, o permanente espírito crítico, o estímulo sempre presente. Acima de tudo, a amizade de longa data.

À Professora Doutora Ana Nunes de Almeida, do Instituto de Ciências Sociais, e ao Professor Doutor Manuel Sarmento, da Universidade do Minho, o especial reconhecimento pela partilha da sua valiosa experiência na sociologia da infância que, indubitavelmente, marcou a nossa opção pelo estudo de *outras infâncias*.

Do Professor Doutor Manuel Lisboa, director do SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade de Lisboa, agora associado com outros centros de investigação da mesma faculdade no CesNova – Centro de Estudos de Sociologia, retemos não só a possibilidade desta instituição ter acolhido a realização da dissertação, mas sobretudo a amizade e os conselhos teóricos e metodológicos que vem renovando desde o tempo do mestrado. Ao Professor Doutor Paulo Machado, do CesNova, e à Prof.^a Doutora Cristina Ponte, da FCSH, agradecemos o incentivo à realização desta investigação.

Durante este período tivemos a oportunidade de poder contar com a total disponibilidade de diversos responsáveis da Câmara Municipal de Oeiras e respectivos departamentos. A lista é extensa e os apoios foram significativos, não sendo possível neste espaço reduzido nomear todos aqueles que intervieram neste processo e a quem manifestamos o nosso apreço. Neste sentido, fica apenas uma breve referência à Dr.^a Lurdes Poeira, Directora do Gabinete para o Desenvolvimento Municipal, à Dr.^a Odete Perdigão e à Dr.^a Isabel Reto, Chefes da Divisão de Gestão Social, Departamento de Habitação, à Dr.^a Isabel Martins, Directora do Departamento de Educação, Acção Social e Desporto e aos técnicos Cristina André, Cristina Matos, Fernando Cruz, Susana Oliveira, Isabel Ranito, Carla Castro, Raquel Almeida, Carla Carvalhal, Ivone Afonso e Marta Barracha, entre outros.

Cumpre-me reconhecer e expressar uma palavra de particular agradecimento ao Sr. Superintendente-chefe Oliveira Pereira, Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, pela autorização concedida, bem como à equipa que nos apoiou na execução do estudo. Do Intendente Pedro Clemente registamos a disponibilidade na abertura dos caminhos a seguir. Ao Subintendente Miguel Coelho, da Divisão Policial de Oeiras, agradecemos as facilidades concedidas na recolha de informação e realçamos nesta Divisão a inestimável colaboração do Subcomissário Rocha, do Chefe Ramos e dos Agentes Murça e Gama.

Ao amigo Juiz Conselheiro Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, estamos particularmente gratas pela confiança, pela reflexão e preocupação social sobre estas matérias. Ao Ricardo Carvalho, mais do que as funções institucionais nesta Comissão, a amizade e a determinação na defesa de uma concepção sobre a infância e juventude em Portugal a que não deixamos de associar em permanência a ética e a memória de Rui Epifânio. Na mesma linha incluímos a Joana Marques Vidal cujos contributos foram relevantes neste processo. À Dora Alvarez e restante equipa técnica da CNPCJR agradecemos o apoio.

Realçamos ainda a colaboração da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, na pessoa da Presidente, Luísa H. Costa, a quem manifestamos a nossa gratidão pela autorização concedida para o acesso a informação estatística e processual e por toda a colaboração, e à equipa técnica e administrativa, em especial a Hugo Gonçalves e Cristina Sousa.

Com significativo apreço, destacamos a oportunidade de reflexão sobre a problemática da delinquência na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, deixando aqui expresso o nosso reconhecimento à Dr.^a Francisca Van Dunem, Procuradora-Geral Distrital, ao Dr. João Ramos e à Dr.^a Lucília Gago, Procuradores-Gerais Adjuntos, e à Dr.^a Elisabete Matos, Procuradora da República.

No plano institucional, é devido um especial agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo apoio concedido nestes últimos dois anos e meio, no âmbito de Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/43563/2008), sem a qual esta dissertação dificilmente teria sido concluída.

À Direcção-Geral da Política da Justiça, do Ministério da Justiça, queremos agradecer o acesso à informação estatística disponível e a sempre pronta resposta a todas as nossas solicitações e insistentes pedidos de esclarecimento.

Aos órgãos de gestão dos Agrupamentos de Escolas do contexto da investigação, respectivos docentes e demais funcionários, agradecemos o apoio e a disponibilidade manifestados ao longo deste percurso, estendendo estas palavras ao Agrupamento de Escolas a que pertencemos e à Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação que nos proporcionaram as condições essenciais para a conclusão do trabalho.

Ao Mário Correia. Um profundo agradecimento à minha família e aos amigos mais próximos pelo incentivo incondicional.

Às crianças que participaram neste estudo. Às suas famílias e aos residentes nestes bairros.

A todos, muito obrigada.

RESUMO

DO OUTRO LADO DA CIDADE. CRIANÇAS, SOCIALIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA EM BAIRROS DE REALOJAMENTO

Maria João Leote de Carvalho

PALAVRAS-CHAVE: infância, socialização, delinquência, urbanização, ecologia social

A delinquência é um problema social que vem a ganhar visibilidade nas sociedades ocidentais. Os contornos da discussão pública espelham a complexidade deste fenómeno e o seu estudo constitui elemento importante na análise das mudanças e dinâmicas sociais num determinado contexto e época. Na sequência dos resultados obtidos em pesquisa realizada sobre a população internada no sistema de justiça juvenil português (2003), e tendo por pano de fundo uma linha orientadora que cruza três vectores – infância, delinquência e território –, procurou-se, com esta dissertação, estudar as relações emergentes entre a delinquência de crianças em idade escolar (1º Ciclo do Ensino Básico: 6-12 anos) e os modelos de urbanização em que se integra a construção de seis bairros de realojamento no concelho de Oeiras, Área Metropolitana de Lisboa, com base na hipótese de que esses modelos se articulam com o desenvolvimento de processos de socialização facilitadores do acesso a janelas de oportunidades para a prática de actos delinquentes.

Fundando-se nos campos do interaccionismo simbólico e da ecologia social, o modelo de análise pensa a delinquência como expressão de um problema social associado a um espectro de factores que se colocam em jogo num território específico, cujo ambiente físico e social influi e simultaneamente sofre as influências da acção e controlo social exercido pelos indivíduos e em relação aos quais as crianças, na qualidade de actores sociais, atribuem um sentido particular que apropriam, integram, reconstituem e (re)produzem. Neste sentido, entre final de 2005 e início de 2009 realizou-se um *estudo de caso*, de base etnográfica, assente na conjugação de metodologias qualitativas e quantitativas, numa lógica analítica compreensiva que teve como ponto de partida a *voz* das crianças.

No final, constatou-se a invisibilidade da problemática na estatística oficial não sendo possível conhecer os seus contornos a nível nacional por limitações nos instrumentos de notação de diversas entidades. A nível local, a espacialização da diferenciação social na origem destes bairros traduz-se em fragilidades do controlo social, identificando-se um quadro de desorganização social e de baixa eficácia colectiva, que favorece a aprendizagem social da delinquência. Deste *outro lado da cidade*, detectou-se uma precocidade na delinquência que escapa à acção oficial e onde a associação diferencial se faz sentir de modo particular. A transmissão dos valores delinquentes, especialmente em famílias que se constituem como modelos de não conformidade social, assume significativa importância espelhando-se na diluição do controlo social informal e na fraca presença de mecanismos de sanção. Parte das culturas da infância aqui geradas sustenta-se num *código e cultura de rua*, integrando contributos inter e intrageracionais. Neste ponto, o grupo, sobretudo com mais velhos, é fulcral. Para várias crianças, a delinquência assume um carácter funcional e instrumental, nela encontrando formas atractivas e gratificantes de socialização que variam entre o que consideram ser uma brincadeira e a necessidade de obtenção de reconhecimento em territórios socialmente estigmatizados. São “*outras infâncias*” e o seu lugar na cidade que se trazem para discussão nestas páginas e através das quais se questiona o desenvolvimento urbano e algumas políticas para a infância.

ABSTRACT

THE OTHER SIDE OF THE CITY. CHILDREN, SOCIALIZATION AND DELINQUENCY IN PUBLIC HOUSING NEIGHBOURHOODS

Maria João Leote de Carvalho

KEYWORDS: childhood, socialization, delinquency, urbanization, social ecology

Delinquency is a social problem gaining visibility in Western societies. The contours of its public discussion reflect the complexity of the phenomenon, and its study is important in the analysis of social change and social dynamics in a certain context and time. Following the results obtained in research undertaken in the Portuguese Juvenile Justice system (2003), and within the backdrop of a guideline that crosses three vectors - childhood, delinquency, and territory -, we intended to study the relationships emerging between delinquency of school children (Elementary Level: 6-12 years-old), and the models of urbanization which have supported the construction of six public housing neighbourhoods in Oeiras, Metropolitan Area of Lisbon, Portugal, starting from the hypothesis that these models are linked with the development of processes of socialization that facilitate the access to opportunities for committing delinquency.

Based on symbolic interactionism and social ecology theoretical approaches, the analysis model thinks delinquency as an expression of a social problem associated with a range of factors and circumstances brought into play in a specific territory whose physical and social environment influences, and simultaneously suffers the effects of the action and social control exercised by individuals, and for which children, as social actors, ascribe a particular meaning by appropriating, integrating, reconstructing and (re)producing it in their lives. Within this framework, between late 2005 and early 2009, it has been carried out a *case study* based on ethnographic research involving a combination of qualitative and quantitative methodologies, sustained in a comprehensive analytical logic that has considered the *voice* of children as its starting point.

In conclusion, it is noted the invisibility of this social problem in Portuguese official statistics, and it is not possible to identify its contours at a national level due to limitations in the rating instruments of various entities. Locally, the spatialization of the social differentiation of these neighbourhoods reflects into weaknesses of social control, and into the existence of a framework of social disorganization and low collective efficacy that promote the social learning of delinquency. In this *other side of the city*, it was identified precocity in delinquency that escapes official entities, and where differential association makes itself felt in particular ways. The transmission of delinquent values, especially in families that aren't models of social conformity, assumes significant importance reflecting the dilution of informal social control, and the low presence of sanctions. Part of the childhood cultures generated here is underpinned by a *code* and *street culture*, integrating both intra and intergenerational contributions. At this point, the group, especially with older ones, is a key-factor. For many children, delinquency takes a functional and instrumental role, and may find in it attractive and rewarding forms of socialization that vary from what they consider to be just child's play, and the need to obtain recognition in socially stigmatized areas. They are therefore '*other childhoods*' and its place in the city that are brought up to discussion in these pages, and through which is also debated the urban development and some policies for childhood.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
 Parte I – INFÂNCIA, SOCIEDADE E DELINQUÊNCIA.....	 15
Capítulo 1: Sociedade e delinquência.....	17
1.1 Normas, conformidade, desvio e organização social.....	17
1.2 A construção social do desvio: a relevância da perspectiva interaccionista.....	24
1.3 Principais linhas de orientação na interpretação do desvio.....	30
1.4 Definindo delinquência: tensão entre o sociológico e o jurídico.....	32
1.5 Delinquência e idade: uma preocupação social renovada.....	40
 Capítulo 2: Infância, urbanização e delinquência.....	 45
2.1 A infância como construção social.....	45
2.2 Infância em perigo, infância perigosa: a emergência da problemática da delinquência.....	52
2.3 A criança como actor social: socialização e culturas da infância.....	57
2.4 A criança e a cidade: risco social, (in)segurança e participação.....	64
2.5 Contributos da ecologia social para o estudo da delinquência em meio urbano: a <i>Escola de Chicago</i> revisitada.....	73
2.6 A centralidade da perspectiva ecológica no presente.....	81
2.6.1 Dinâmicas espaciais e desorganização social.....	82
2.6.2 Controlo, coesão social e eficácia colectiva.....	86
2.7 Delinquência e aprendizagem social.....	91
2.7.1 Família, socialização e delinquência.....	92
2.7.2 Grupo(s), sociabilidades e regulação social.....	96
2.8 Tolerância subcultural à delinquência: uma discussão em aberto.....	100
 Capítulo 3: Transformações sociais, infância e delinquência em Portugal.....	 109
3.1 Transformações sociais e infância.....	110
3.1.1 Dinâmicas demográficas.....	110
3.1.2 Em torno da família.....	111
3.1.3 Educação.....	115
3.1.4 Sociedade de informação.....	121
3.1.5 Mercado de trabalho e protecção social.....	122
3.1.6 Território	125
3.2 A infância em perigo em Portugal entre 2001-2008.....	127
3.2.1 Um novo paradigma para o século XXI: a intervenção tutelar de promoção e protecção.....	129
3.2.2 Crianças e famílias objecto da intervenção oficial.....	132
3.2.3 Natureza da reacção social: as medidas de promoção e protecção.....	139
3.3 A construção jurídica da delinquência em Portugal: à procura de uma idade.....	140
3.4 O quadro jurídico português no contexto europeu.....	144
3.5 Delinquência de crianças em Portugal: crítica das fontes de informação.....	147

3.5.1. Os dados das Forças de Segurança.....	148
3.5.2 Os dados da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.....	155
3.5.3 Os dados do Ministério da Justiça relativos aos Tribunais.....	160
Em síntese.....	162

Parte II – DO OUTRO LADO DA CIDADE: CRIANÇAS, SOCIALIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA..... 163

Capítulo 4: Metodologias de investigação e infância.....	165
4.1 Metodologias de investigação nos estudos com crianças.....	166
4.2 Princípios éticos na investigação com crianças.....	171

Capítulo 5: Desenho da investigação.....	183
5.1 Problema de partida, questões orientadoras e objectivos da investigação.....	184
5.2 Natureza e âmbito do método de investigação: um estudo de caso.....	192
5.3 As técnicas de investigação.....	195
5.3.1 Pesquisa bibliográfica e análise documental.....	196
5.3.2 Observação participante e observação directa.....	197
5.3.3 As abordagens por inquérito sociológico: a entrevista e o questionário.....	200
5.3.4 As técnicas visuais de recolha de informação com crianças: utilização de desenhos, fotografias e vídeo.....	203
5.4 Etapas, tempos e espaços da investigação.....	211
5.5 A importância dos processos e dos produtos: a construção da informação.....	216

Capítulo 6 - Contexto de investigação: bairros de realojamento no concelho de Oeiras.....	229
6.1. Razões de uma escolha.....	229
6.2 O realojamento no concelho de Oeiras.....	236
6.2.1 Habitação: um problema estratégico do município.....	236
6.2.2 A distribuição da habitação de realojamento no concelho.....	238
6.3 Contexto e participantes na investigação: traços de caracterização.....	242
6.3.1 Os bairros de realojamento seleccionados.....	242
6.3.2 As crianças.....	249
6.3.3 Os adultos entrevistados: pais (e substitutos).....	254
6.3.4 Outros informantes.....	255

Capítulo 7: Matrizes da socialização das crianças nos bairros: discursos, imagens e retra- tos.....	257
7.1 Espaço vivido, espaço representado: um primeiro olhar.....	258
7.2 “ <i>Aqui só há pobres</i> ”: faces distintas da concentração espacial da pobreza.....	268
7.3. “ <i>Nós</i> ” e os “ <i>Outros</i> ”: a etnização dos laços sociais.....	276
7.4 Espaço público, convivialidade e sociabilidades.....	284

7.4.1 Os amigos e o bairro.....	284
7.4.2 Tensões, conflitos e desordens.....	288
7.4.3 A violência e a criminalidade no quotidiano: traços da construção de uma cultura de rua.....	297
7.5 O(s) lugar(es) da família.....	310
7.5.1 Ser criança no bairro: vozes dissonantes.....	310
7.5.2 O papel dos pais: desafios e constrangimentos.....	312
7.6 O gosto pela escola.....	318
7.7 À procura de um futuro: entre uma perspectiva de trabalho e a valorização do “banditismo” como modo de vida.....	324
Em síntese.....	328

Capítulo 8: Realidades fragmentadas sobre delinquência: a perspectiva registada pelas entidades oficiais locais.....

8.1. Autoridades policiais: os dados da esquadra local da PSP.....	330
8.2 Os dados da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras.....	343
8.3 Um olhar sobre os tipos de delinquência oficialmente registada.....	353
8.3.1 Delinquência “ <i>formigueiro</i> ”	354
8.3.2 Delinquência “ <i>para o público</i> ”	359
8.3.3 Delinquência “ <i>de consumo</i> ”	362
8.3.4 Delinquência “ <i>escolar</i> ”	370
8.3.5 Delinquência “ <i>contra as pessoas</i> ”	377
8.3.6 Delinquência “ <i>rodoviária</i> ”	379
8.3.7 Uma visão integrada.....	382

Capítulo 9: Outras infâncias: os discursos das crianças.....

9.1 “ <i>Putos assaltantes</i> ”: as práticas sociais e a delinquência na primeira pessoa.....	386
9.1.1 Modos de pensar, modos de agir.....	386
9.1.2 Sociabilidades e grupos.....	391
9.1.3 A afirmação de uma precocidade no desvio e delinquência.....	402
9.2 Território, espaços e temporalidades: a aprendizagem social da delinquência	408
9.2.1 Territorialidade, eficácia colectiva e desorganização social: quando o desvio se torna norma.....	409
9.2.2 A negação do “ <i>outro</i> ”	419
9.2.3 Supervisão parental, família e delinquência.....	422
9.2.4 A transgeracionalidade da delinquência: o ciclo que não se quebra.....	429
Em síntese.....	432

CONCLUSÃO.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

Índice de Tabelas.....	493
Índice de Figuras	493
Índice de Desenhos.....	494
Índice de Fotografias.....	494
Índice de Tabelas e Figuras dos Anexos	495

ANEXOS

Anexo – Introdução

A.I – O caso James Bulger.....	i
--------------------------------	---

Anexos do Capítulo 2

A2.1 Modelo das zonas concêntricas de Park e Burgess	iii
A2.2 Áreas delinquentes em Chicago em 3 períodos.....	iii

Anexos do Capítulo 3

A3.1 Indicadores internacionais sobre pobreza infantil.....	iv
A3.2 Traços da evolução histórica da concepção de ‘menor’ em Portugal.....	v
A3.3 Tipologia das situações de perigo na classificação dos processos de promoção e protecção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens.....	x
A3.4 Tipologia das situações de perigo na classificação dos processos de promoção e protecção dos Tribunais.....	xi
A3.5 Processos instaurados pelas CPCJs: problemáticas na origem das sinalizações , entre 2001 e 2008	xii
A3.6 Síntese sobre os principais documentos internacionais sobre a infância e a administração da Justiça de crianças e jovens.....	xiii
A3.7 Sinalizações às CPJs por prática de facto qualificado pela lei penal como crime, por sexo e por distrito, entre 2001-2008.....	xviii

Anexos do Capítulo 5

A5.1 Concessão de autorização para acesso a informação estatística da PSP.....	xix
A5.2 Concessão de autorização para acesso a informação processual e estatística da CPCJ de Oeiras.....	xix
A5.3 Guião da entrevista às crianças.....	xx
A5.4 Guião da entrevista pais e substitutos.....	xx
A5.5 Guião da entrevista a técnicos e outros intervenientes.....	xxi
A5.7 Documento utilizado para o desenho do bairro.....	xxii
A5.6 Questionário sobre a escola.....	xii
A5.7 Pedido de autorização aos pais e substitutos para a participação das crianças no estudo.....	xxiii

Anexos do Capítulo 6

A6.1 Traços demográficos e sociais do concelho de Oeiras.....	xxiv
A6.2 Programa de habitação social em Oeiras (1943-1993).....	xxxviii
A6.2 Indicadores sobre a habitação social em Oeiras.....	xxxix
A6.4 Caracterização socioprofissional do grupo parental do universo de crianças.....	xlii
A6.5 Traços de caracterização dos adultos entrevistados (pais e substitutos).....	xliii

Anexos do Capítulo 7

A7.1 Desenho do bairro: distribuição das crianças participantes por sexo e idade, segundo local de residência.....	l
A7.2 Desenho do bairro: o espaço no plano da representação gráfica, por sexo e idade. li	
A7.3 Desenho do bairro: uso de elementos de identificação temporal no plano da representação gráfica, por sexo e idade.....	lii
A7.4 Desenho do bairro: figuras (humanas e animais) no plano da representação gráfica, por sexo e idade.....	liii
A7.5 Desenho do bairro: uso da cor no plano da representação gráfica.....	liv
A7.6 Desenho do bairro: valoração positiva/negativa das crianças sobre aspectos dos bairros.....	lv

A7.7 Desenho do bairro: temas emergentes na conversa sobre o desenho segundo a ordem apresentada no discurso.....	lvi
A7.8 Desenho do bairro: principais problemas sociais mencionados pelas crianças, por sexo e idade.....	lvii
7. 9 Desenho do bairro: principais situações identificadas pelas crianças relativamente à organização do território, uso e apropriação do espaço público pelos residentes dos bairros, por sexo e idade.....	lviii
A7.10 Fotografias sobre desordens físicas nos bairros.....	lix
A7.11 Desenho do bairro: principais situações identificadas pelas crianças relativamente à criminalidade nos bairros.....	lxii
A7.12 Registos das autoridades policiais sobre ocorrências nos bairros.....	lxiii
A7.13 Registo das autoridades policiais (atropelamento de criança).....	lxix
A7.14 Traços de caracterização dos respondentes ao questionário sobre a frequência escolar.....	lxx

Anexos do Capítulo 8

A8.1 Delinquência juvenil registada pelas autoridades policiais a nível nacional, por categoria de crime, entre 2001 e 2008.....	lxxi
A8.2 Delinquência juvenil registada pelas autoridades policiais na Área Metropolitana de Lisboa, por categoria de crime, entre 2001 e 2008.....	lxxi
A8.3 Delinquência juvenil registada pelas autoridades policiais no concelho de Oeiras, por categoria de crime, entre 2001 e 2008.....	lxxii

Anexos do Capítulo 9

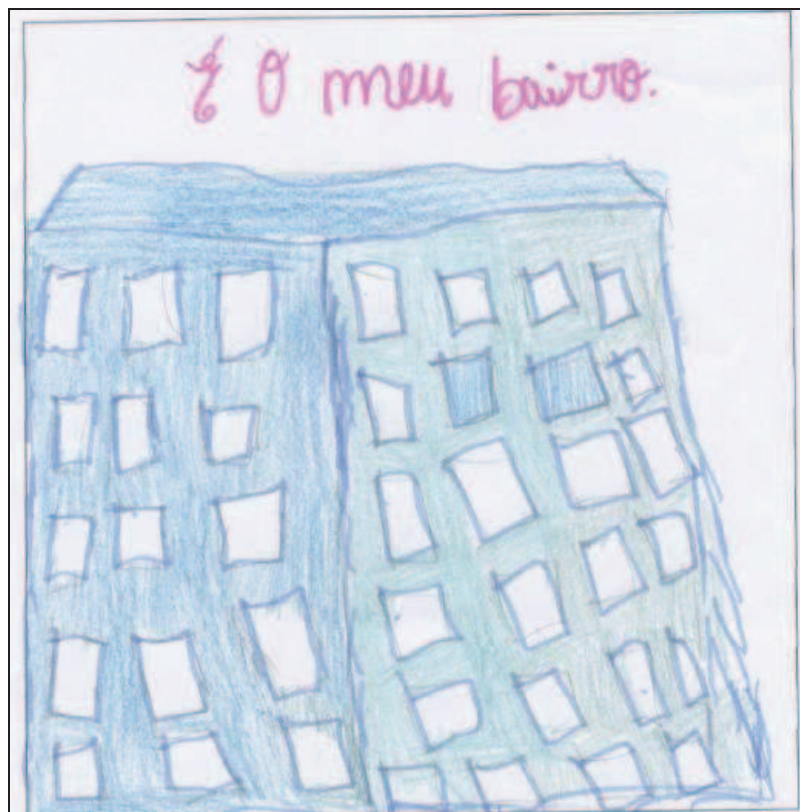
A9.1 Principais indicadores de caracterização do conjunto de crianças entrevistadas.....	lxxii
--	-------

LISTA DE ABREVIATURAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa
AUGI – Áreas urbanas de génese ilegal
C&T – Ciência e Tecnologia
CMO – Câmara Municipal de Oeiras
CNPCJR – Comissão Nacional de Protecção de Criança e Jovens em Risco
CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
CPR – Constituição da República Portuguesa
DGPL – Direcção-Geral da Política da Justiça
ECJ – Equipa de Crianças e Jovens
ECMIJ – Entidades com competência em matéria de infância e juventude
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
I&D – Investigação e Desenvolvimento
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS – Instituto de Segurança Social, I.P.

LPCJ – Lei de Protecção de Crianças e Jovens
LTE – Lei Tutelar Educativa
MAI – Ministério da Administração Interna
ME – Ministério da Educação
MRD – Modelo de recolha de dados
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
OTM – Organização Tutelar de Menores
PALOP – Países africanos de língua oficial portuguesa
PER – Programa Especial de Realojamento
PGDL – Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa
PSP – Polícia de Segurança Pública
RSI – Programa de Rendimento Social de Inserção
SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local
SEI – Sistema Estratégico de Informação

INTRODUÇÃO



Desenho S1: O meu bairro

“É o meu bairro... falta polícias e há muitos cães...” [raparigaF01, 9 anos, 4º ano, Bairro Branco]

A delinquência de crianças e jovens é um problema social que tem vindo a ganhar visibilidade no contexto internacional tanto ao nível do debate público como no campo da decisão política. Os contornos da discussão espelham a complexidade e a multidimensionalidade do fenómeno cujo estudo constitui elemento importante na análise das mudanças e dinâmicas sociais num determinado contexto e época. Enquanto conceito socialmente construído por referência a normas, valores, quadros socioculturais e jurídicos de uma sociedade, a delinquência reporta-se aos actos de violação desses quadros praticados por indivíduos que, em função da idade, se encontram na condição de inimputáveis perante a lei penal ficando, por isso, abrangidos por legislação específica de protecção à infância e juventude. Nesta ordem de ideias, tendo por pano de fundo uma linha orientadora que cruza três vectores – infância, delinquência e território –, procurou-se, com esta investigação, estudar as relações emergentes entre a delinquência de crianças em idade escolar (1º Ciclo do Ensino Básico) e os modelos de urbanização em que se integra a construção de alguns bairros de realojamento na Área Metropolitana de Lisboa, com base na hipótese de que esses modelos e os processos de urbanização concretizados se articulam com o desenvolvimento de formas de socialização e de modos de vida que facilitam o acesso a janelas de oportunidades para a prática de actos delinquentes.

Estudar a problemática da delinquência na infância é uma tarefa desafiante.

Os estudos nesta área tendem a focar-se nos jovens, na fase da juventude amplamente referenciada na literatura científica como a que corresponde ao pico na prática deste tipo de actos. Evidenciando que não se trata de fenómenos recentes, os trabalhos realizados sobre esta matéria apontam para novos desafios quer de um ponto de vista teórico quer de orientação metodológica, nos quais se destaca a necessidade de pesquisas centradas nos mais novos, as crianças. Um dos aspectos mais pertinentes neste campo diz respeito à relevância atribuída à idade com que se cometem os primeiros ilícitos. Nas décadas de 1980-90, este enfoque ganhou corpo tendo-se assistido ao lançamento de uma série de linhas de investigação em vários países, muitas das quais ainda hoje permanecem activas contribuindo para diferentes leituras sobre este problema social.

Algumas das mais importantes pesquisas realizadas nos últimos anos (LeBlanc e Fréchette, 1989; Moffit, 1993; Loeber e Farrington, 2001, 2003; Snyder, 2001; Hawkins et al., 2003; Huizinga et al., 2003; Thornberry e Krohn, 2003, 2004; Kaplan, 2003; OJJDP, 2003; Roché, 2003; Tremblay et al., 2003; Farrington, 2004; Wasserman et al., 2004; Armstrong et al., 2005; Cusson, 2006; Laub e Sampson, 2006), essencialmente de natureza longi-

tudinal, apresentam uma análise da delinquência centrada na construção de trajectórias e carreiras desviantes e criminais, temática que não constitui objecto de estudo desta investigação. No entanto, é da pertinência de determinados resultados obtidos nestas investigações que se fundamentou, até certo ponto, a sua realização.

Neste âmbito, tem sido constatado que a prática de delinquência por crianças menores de 13 anos constitui factor de risco acrescido para o desenvolvimento de trajectórias criminais crónicas, marcadas por actos de maior violência e gravidade em comparação com outras em que o início das actividades delituosas ocorreu em idade posterior. Quando se analisa a evolução e se identifica os processos de mudança nesse percurso (manutenção, desistência, reincidência, agravamento), observa-se que o início precoce nestas actividades se encontra frequentemente associado a formas de delinquência mais graves e persistentes ao longo de uma vida, sendo desejável o desenvolvimento de uma intervenção atempada que não desvalorize os sinais de alerta que a identificação de crianças nos registos das autoridades policiais, judiciárias ou outras, pode traduzir. De igual modo, fica claro nestes estudos que nem todas as que praticam actos delinquentes vêm a manter-se neste mundo ou a passar, mais tarde, para o do crime; isso acontece somente para uma minoria. Não existe um determinismo social e, partindo da análise dos percursos de vida de jovens e adultos que entraram em contacto com sistemas de justiça nos mais diferentes pontos do mundo, o actual debate sobre esta temática ocorre à volta de um amplo campo de probabilidades em que se conjugam vários factores e circunstâncias individuais e sociais.

Enquanto problema social assente numa construção socialmente ancorada a um tempo e espaço determinados, a delinquência não pode ser directamente comparada entre países sem que se tome a devida precaução relativamente à identificação dos conceitos que lhe dão corpo. É, no entanto, relevante que, desde a década de 1990, se venha a observar, nas estatísticas internacionais, um crescimento dos números de crianças menores de 13 anos referenciadas oficialmente aos sistemas de protecção e judiciais pela prática de delitos (Snyder, 2001; Thornberry e Krohn, 2003; Clos e Clos, 2007),¹ de tal modo que a precocidade na delinquência constituiu uma das preocupações enunciadas no *Seminário sobre Justiça de Menores*, realizado em Paris, sob a Presidência Francesa da União Europeia, em Outubro de 2000 (EU, 2000).²

¹ Em Portugal, a escassez de produção científica e dados estatísticos nesta área não permite confirmar esta tendência, como se terá oportunidade de discutir no Capítulo 3.

² Desta iniciativa, resultou a elaboração de um documento fundamental de enquadramento às orientações a tomar pelos Estados Parte neste domínio. Vide Capítulo 3.

As questões de fundo que se levantam nesta área remetem para a segurança das sociedades, dos cidadãos, no fundo, do próprio Estado de Direito (Lourenço, 2009). Vários autores sugerem que, desde a morte de James Bulger,³ em Inglaterra, em 1993, num acto perpetrado por dois rapazes, ambos de 10 anos, as atitudes públicas e judiciais relativamente a crianças têm vindo a endurecer. Outros questionam esta ideia e chamam a atenção para a ausência ou o aparente enfraquecimento da reacção social, sobretudo informal, que se traduz na falta de capacidade de iniciativa dos indivíduos para actuar junto destes casos, inclusivamente quando através de normativos, sociais e jurídicos, se dispõe de meios para o fazer mas, por razões de ordem diversa, não se quer ou não se consegue accioná-los. A questão que se levanta é a de saber se se está perante sociedades que se alheiam e demitem do exercício de uma cidadania activa abdicando da aplicação da normatividade perante as gerações mais novas, logo a nível do controlo social informal, acabando isso por se reflectir na transmissão de um sentimento de impotência, de impunidade, de medo ou de total desvalor pelos actos delinquentes, o que pode potenciar o reforço da não conformidade às normas sociais e jurídicas.

Ao mesmo tempo, detecta-se uma aparente maior preocupação sobre os direitos das crianças e o crescente reconhecimento de necessidades e interesses específicos. Apesar disso, os seus discursos ainda são relativizados pela maioria dos adultos, nomeadamente em questões mais complexas, situação potencialmente indicadora de uma certa menoridade na construção social da infância (Robinson e Kellet, 2004; Liston, 2007). Do mesmo modo, as possibilidades de participação na vida social que lhes são conferidas na qualidade de cidadãos de pleno direito numa sociedade estão distantes dos ideais consagrados juridicamente.

Mesmo perante o estabelecimento de metas a nível europeu tendo em vista a prevenção do envolvimento de crianças na delinquência, não é consensual a importância atribuída a este problema social e assiste-se por vezes à sua relativização quer por parte de interventores sociais quer por decisores políticos, inclusivamente através da tomada de posições que pretendem ignorar a sua existência (Imloul, 2008). Alguns justificam esta atitude pelo reduzido número de indivíduos identificados pelas autoridades policiais ou judiciais, desvalorizando que recorrentemente os seus modos de vida encerram o não cumprimento dos direitos das crianças consubstanciados em convenções internacionais. Mais do que ficar por um olhar restrito às estatísticas oficiais, há que ponderar uma outra dimensão desta problemática, eminentemente de natureza social, que inclui o conhecimento

³ Para o aprofundamento dos principais contornos deste caso, vide Anexo A.I

sobre o que escapa à acção oficial e em relação ao qual se desconhece a verdadeira dimensão.

Na origem da delinquência estão processos e dinâmicas sociais cuja discussão se revela pertinente incrementar tanto a nível científico como social. Para isso importa identificar as suas formas de produção a partir dos contextos onde se manifesta, dos protagonistas que envolve e dos instrumentos de reacção social de que uma sociedade dispõe num quadro alargado de mudanças sociais. Reflectir sobre esta problemática atendendo às configurações que toma na realidade social portuguesa, requer ter presente a diversidade e complexidade de modelos e dinâmicas sociais decorrentes das profundas alterações demográficas, culturais, políticas, económicas e sociais registadas no país nas últimas três décadas e meia e que se reflectem directamente na condição social da infância.

Em investigação anterior sobre o desvio e delinquência juvenis em Portugal teve-se por objecto de estudo o universo de jovens, de ambos os sexos que, pelos actos desviantes ou delinquentes presumidamente cometidos, se encontrava colocado em instituições do sistema de Justiça Tutelar de Menores, no final do ano 2000 (Carvalho, 2003).⁴ Foi possível identificar e problematizar a direcção e natureza dos percursos de vida em fase anterior ao primeiro internamento nessas instituições. Construiu-se um retrato sociográfico que destaca os principais contornos dos espaços e contextos de socialização atravessados durante a infância e em que a prevalência de determinadas zonas de residência é muito significativa. Tendo como ponto de partida os resultados então alcançados, pretendeu-se, agora, desenvolver um novo estudo centrado em territórios específicos, os de bairros de realojamento, estatisticamente os locais de origem mais representados na população à data estudada. Em função disso, seleccionou-se para uma primeira fase de natureza exploratória um conjunto de seis bairros localizados no concelho de Oeiras, um dos precursores no movimento de realojamentos nas décadas de 1980-90 e um dos primeiros concelhos no país a atingir o objectivo de erradicação de barracas (em 2003).

A opção pelo uso da expressão bairro de realojamento nesta pesquisa remete primordialmente para uma medida de política pública de habitação social, que assentou em processos de realocização de populações que conduziram ou podem ter mantido uma concentração de determinados problemas e desvantagens sociais em alguns territórios quando

⁴ Dissertação de Mestrado em Sociologia, especialidade em Sociologia do Crime e da Violência, intitulada *Entre as Malhas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*, realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação do Prof. Doutor Nelson Lourenço (Fevereiro de 2003), resultante de um projecto de investigação apoiado pelo Instituto Português para a Droga e Toxicod dependência, na altura presidido pela Mestre Elza Pais.

se poderia, eventualmente, ter defendido outras soluções que obstassem a esta concentração. Se é certo que estes são espaços onde está identificada a existência de um leque de problemas sociais, também é certo que esses problemas não se encontram ou se produzem só no seu interior, bem como não podem ser analisados sem se ter em consideração os contornos do funcionamento de sistemas sociais (de ensino, saúde, protecção e acção social, segurança, justiça), tanto a montante como a jusante (Lourenço et al., 1998; Guerra, 2001; Carvalho, 2004; Machado et al., 2007b; Machado e Silva, 2009).

Na sequência da inserção exploratória desenvolvida durante longo tempo no terreno de pesquisa, decidiu-se ir ao encontro das interpelações suscitadas neste processo e deslocou-se o interesse da investigação para as crianças aí residentes em detrimento dos jovens, grupo que estivera na base da entrada nos bairros escolhidos. Assim sendo, como ponto de partida para esta investigação levantou-se a seguinte questão: **como se manifesta e se caracteriza a delinquência na infância no contexto urbano de bairros de realojamento na Área Metropolitana de Lisboa?**

Neste patamar de análise, procura-se identificar, analisar e compreender a natureza e dimensões da delinquência na infância no contexto em estudo, atendendo a uma dupla vertente que diz respeito, por um lado, à natureza dos actos identificados com relação a esses territórios, por outro, aos modos de vida, às práticas sociais e aos processos de socialização de crianças neles residentes. A delinquência é um fenómeno que encerra uma multiplicidade de expressões e não se tem a oportunidade de estudar essa diversidade, somente de desenvolver uma intervenção exploratória focada numa das suas possíveis vertentes (Carra, 2001), a que se reporta especificamente às crianças que viviam em certos bairros de realojamento na Área Metropolitana de Lisboa no período em causa. Trata-se, pois, de uma intervenção que se reporta a uma parte restrita das delinquências que se conhecem (Carvalho, 2003) e que podem não estar recenseadas nos sistemas oficiais.

À primeira questão anteriormente enunciada associou-se uma segunda: **quais as relações emergentes entre a delinquência na infância e os modelos de urbanização em que se integra a construção desses bairros de realojamento?**

O interesse específico sobre os bairros em causa traduziu-se na definição de um segundo objectivo, através do qual se procura destacar a importância do processo de urbanização como dimensão central da delinquência de crianças. Procura-se identificar, analisar e compreender de que forma, e a que níveis, os modelos e processo de urbanização concretizados se encontram associadas às formas de delinquência identificadas. Tenta-se promo-

ver neste estudo uma forma de olhar a cidade que resulta da conjugação das lentes da tradicional *Escola de Chicago* com as mais recentes linhas de orientação das perspectivas da ecologia social consubstanciadas nos trabalhos de Sampson, Morenoff, Earls, Huizinga, Kingston e Elliot, entre outros. O enfoque centra-se num contexto espacial específico – o de bairros de realojamento –, que são vistos na qualidade de sistemas sociais interdependentes em território físicos e sociais mais vastos, o da cidade e o da área metropolitana. Por serem espaços onde o controlo social é aparentemente mais frágil, o que no entender de diversos autores potencia o estabelecimento de um quadro de desorganização social e de baixa eficácia colectiva que se associa à existência de taxas mais elevadas de desvio, delinquência e crime (Sampson e Groves, 1989), debruça-se a atenção para a variabilidade das dinâmicas sociais e das formas de organização e controlo social, parte das quais extravasa os seus limites geográficos.

Entrecruzando-se com estes dois objectivos iniciais, tem-se por pano de fundo uma preocupação central que se prende com a natureza e eficácia das políticas sociais para a infância na sociedade portuguesa, que têm por meta a efectiva protecção dos direitos e a elevação do “*bem-estar da criança*” (Almeida, 2000: 20), noção que marca a representação social da infância moderna enquadrada por um conjunto de princípios relativos ao exercício pleno da cidadania. As verdadeiras dificuldades começam quando, partindo do ponto de vista das crianças, se percebe como esse bem-estar é um dado longe de estar adquirido por muitas, como se irá constatando ao longo destas páginas.

O estudo da delinquência enquanto fenómeno multidimensional exige a convocação de um leque de pressupostos teórico-metodológicos de natureza diversa. Além da linha de orientação inscrita no domínio da ecologia social previamente mencionada, cruzar esta problemática com o campo da infância traz para discussão várias perspectivas oriundas do interaccionismo simbólico. Nos anos 1960, Áries suscitou a abertura de novos olhares ao considerar a infância uma construção social, variável no tempo e no espaço. Com base nesta concepção veio a ocorrer a reconceptualização deste conceito e assistiu-se mais tarde à fundação da sociologia da infância. Uma perspectiva similar tinha já sido concretizada no estudo do desvio por Becker, Lemert e Goffman, entre outros: nada é intrínseco ao próprio desvio que surge como uma qualidade dos actos, uma construção social, um rótulo que se atribui no contexto da interacção social. A noção de desvio, da qual decorre a delinquência, é tributária dos grupos que estabelecem as normas e as formas de reacção aos que delas se afastam (Becker, 1963; Lemert, 1978). Neste sentido, normas, leis e reacções sociais são contingentes entre si e têm de ser vistas como parte de uma unidade (Curra,

2010), assente na constante troca de significações entre actores, o que revela a natureza dinâmica e inacabada da própria norma (Pires, 1995).

Nesta ordem de ideias, nesta investigação deixou-se de lado uma visão positivista sobre a realidade social e optou-se por seguir um método de orientação construtivista (Agra e Matos, 1997; Berger e Luckman, 1973), simultaneamente compreensivo e interpretativo, que coloca os indivíduos num contexto seleccionado, em interacção com outros, bem como com o espaço físico. Mas se na base deste estudo se encontra um olhar interaccionista, há que considerar a interpenetração com um outro paradigma, o do actor social (Agra e Matos, 1997). A posição adoptada relativamente às crianças na qualidade de actores sociais é a que decorre do enunciado por Christensen e Prout (2002), segundo a qual as crianças actuam, participam, modificam e são modificadas pelos mundos sociais e culturais em que vivem. Pressupõe-se olhar a infância como uma categoria social que tem um estatuto próprio, autónomo do atribuído a outras categorias geracionais, num patamar que não a subalterniza em relação a outras, só a diferencia. As crianças são o foco central da abordagem realizada, mas nunca numa posição que as coloca exclusivamente subordinadas aos adultos (Qvortrup, 1999; Cerisara, 2004).

Observar e compreender os quadros de vida das crianças significa apreender um universo muito vasto. A infância não é uma realidade plana, vivida ou representada exclusivamente no singular; pelo contrário destaca-se em cada forma de a viver um campo próprio que remete para a coexistência de traços singulares diversos decorrentes de desigualdades assinaladas por diferentes origens de género, espaço social de classes e, até mesmo, de local geográfico (Almeida, 2000, 2009a). Ter em consideração o olhar da criança como actor social abre horizontes que remetem para a sua compreensão como entidade participativa na construção da realidade e da mudança social nas mais variadas dimensões. Se é verdade que toda a acção tem um sentido, só assumindo a capacidade de escuta sobre esse sentido a partir do actor social é que se poderá caminhar para um processo de desocultação da mesma e dos mecanismos sociais que lhe estão subjacentes (Bourdieu, 1993). Interessa identificar e perceber de que formas as crianças nos bairros seleccionados se apropriam dos modelos culturais dominantes e os violam, aceitam ou legitimam pela acção, como constroem o sentido da delinquência nestas idades. Trata-se de uma perspectiva que visa a conjugação dos actos, dos autores, dos resultados e sentidos da acção que lhes são atribuídos (Cusson, 1993). As relações sociais e as acções são moldadas pelos diferentes olhares que se põem em jogo e nos quais se inclui também a forma como os indivíduos se querem dar a ver e a conhecer (Fine, 2004).

Neste sentido, destaca-se a importância do conhecimento sobre a aprendizagem social da delinquência pelas crianças nos bairros em causa, ressaltando como vector a possível associação a modelos de referência criminais e delinquentes (Sutherland, Cressey e Matza). Como amplamente demonstrado na literatura científica, a delinquência é aprendida na interacção social e quanto mais um indivíduo se associar a padrões delinquentes, maiores as probabilidades de vir a delinquir. Nestes padrões, incluem-se os de natureza familiar e a transgeracionalidade deste problema social, à semelhança de outros, não pode ser desvalorizada (Thornberry e Krohn, 2003), o que conduz ao questionamento dos estilos e dos processos de aprendizagem que os pais constroem com os filhos no sentido de lhes incutir (ou não) a adesão aos valores da sociedade. Mas não basta uma criança estar na presença de modelos de não conformidade social. Acresce a necessidade de considerar a existência de janelas de oportunidades a nível territorial que favorecem a prática de actos delinquentes (Cloward e Ohlin, 1970), a que se associa o papel que os mecanismos de reforço ou de punição têm neste processo. Estes mecanismos tenderão a ser incorporados no contexto de grupos e espaços que os procuram anular, compelindo e reforçando os indivíduos a delinquir (Akers, Krohn, Bandura). Trata-se de um processo que se pode ver favorecido pela fraca partilha de confiança, vontades, expectativas e interesses comuns dos residentes relativamente ao controlo social e à conformidade social que se reflecte directamente na educação das crianças (Sampson e Groves, 1989). Desta conjugação, pode inclusivamente resultar a vivência do acto delincente como uma forma gratificante e desafiante de socialização para a criança, associada a um estatuto social que lhe confere um determinado reconhecimento e importância no contexto em que vive.

Em suma, o modelo teórico de análise preconizado nesta investigação, com origem nos campos do interaccionismo simbólico, da ecologia social e da sociologia da infância, pensa a delinquência na infância como expressão de um problema social que, não sendo novo, está associado a um amplo espectro de factores e circunstâncias que se põem em jogo num determinado território cujo ambiente físico influi e simultaneamente sofre as influências da acção e do controlo social exercido pelos indivíduos que nele se situam ou o atravessam e em relação aos quais as crianças, na qualidade de actores sociais, atribuem um sentido particular que apropriam, integram, reconstituem e (re)produzem no seu processo de socialização.

A produção do conhecimento científico é um processo de construção social, ancorado a um determinado posicionamento epistemológico do investigador. O quadro teórico que serviu de ponto de partida para esta investigação foi entendido como um guião sufi-

cientemente flexível a novas leituras emergentes de interrogações suscitadas pela pesquisa empírica. Em função dos objectivos traçados e do levantamento das questões orientadoras, optou-se pela realização de um estudo de caso em que se conjugaram metodologias qualitativas e quantitativas, num processo moldável às circunstâncias da vida social dos bairros seleccionados. Sustentou-se este processo numa base de orientação etnográfica articulada com outros instrumentos metodológicos, de entre os quais se realça o recurso a técnicas visuais, o desenho e a fotografia, vistos como formas de produção simbólica das crianças, que permitem aceder aos significados e aos modos de construção dos seus mundos sociais (Fernandes, 2005; Tomás, 2006; Sarmiento, 2007; Almeida, 2009a).

Independentemente do campo sociológico em que se situe um trabalho desta natureza, é fundamental identificar e perceber os contornos que enformam a relação entre o investigador e a população em estudo (White, 1993). É aquilo que se pode designar por uma relação de pesquisa (Lepoutre, 2005), que compreende o contacto directo na recolha de informação e as condições particulares em que todo o trabalho se desenrola, desde a primeira abordagem exploratória à selecção de meios para a divulgação dos resultados. O enraizamento social do investigador determina que as relações sociais estabelecidas no terreno de pesquisa não podem ser entendidas de forma redutora, centradas exclusivamente num patamar de subjectividade accionada por um leque de intenções da sua parte. Na necessidade de ruptura epistemológica, não se pode descurar a importância das trocas simbólicas e interacções relevantes estabelecidas entre uns e outros, sendo decisiva a identificação dos contornos em que decorrem, definidas à luz de condições e posições sociais de ambas as partes, que são reais e não meras representações (Pinto, 2000).

O desafio científico na origem da presente investigação não está completamente alheado do percurso profissional da autora como docente do Ensino Básico, fundando-se em terrenos e em matérias onde, desde há muito, se vem a trabalhar, a vários níveis e em diferentes dimensões. Sabe-se que este não é um posicionamento fácil, muito menos linear, que obriga a um ajustamento permanente e a uma reflexividade profunda sobre as potencialidades e as eventuais limitações do estudo realizado. O docente que associa o papel de investigador, em tempos e espaços que ora se cruzam ora se afastam como aqui aconteceu, não é uma novidade e disso são exemplo várias pesquisas sociológicas recentes, designadamente em França, Reino Unido e Estados Unidos (McIntyre, 2000; Lepoutre, 2001, 2005; Blanchett, 2006; Moignard, 2008; Florence e Lieber, 2009). Numa linha similar este trabalho foi ganhando corpo.

A familiaridade com o universo social é, na perspectiva de Bourdieu et al. (2007: 23), o obstáculo epistemológico por excelência para o sociólogo. Nesta linha, teve-se sempre presente que a rede de relações tecida na experiência profissional tinha de ser posta em causa, desconstruída de forma a tentar evitar as chamadas evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão de um saber imediato (Bourdieu et al., 2007). Argumenta-se que esta experiência e as interpelações do terreno de pesquisa tinham levado ao questionamento sobre esta ilusão, pois o confronto com a realidade social em causa impunha que se debatesse vivamente aquilo que se conhecia sobre a realidade social, nomeadamente sobre a infância. Deste exercício emergiu uma crescente sensação de desconforto e, numa aproximação ao experimentado por Chaves (1999), trouxe-se à superfície inquietações que estimularam o olhar científico e abriram horizontes para a investigação.

Tinha-se consciência que não era fácil garantir a confiança da população visada e acredita-se que isso só foi possível pelo modo alargado e continuado no tempo em que se realizou a inserção etnográfica: inicialmente numa fase exploratória que ocorreu entre Setembro de 2003 e final de 2005, e daí até ao início de 2009, termo da recolha de informação. Este processo foi sustentado no conhecimento anterior sobre estas matérias e num investimento profundo na interacção social, concretizada inicialmente com base em informantes privilegiados que se tinham cruzado no nosso percurso profissional e científico e que permitiram tecer laços com o universo em estudo, à semelhança do concretizado por outros autores (Lepoutre, 2001, 2005; Menezes, 2004; Blanchett, 2006; Moignard, 2008; Florence e Lieber, 2009).⁵ Nesta perspectiva, ser-se conhecedora do terreno a partir da experiência nele desenvolvida (Alderson e Morrow, 2004), constituiu uma vantagem, sobretudo pela sua complexidade e pelo difícil acesso à investigação a realizar por quem desconheça completamente os seus contornos, como amplamente constatado por outros investigadores em tentativas de realização de pesquisas em territórios de natureza similar (Gusmão, 2004).⁶

Para além da introdução, conclusão, referências bibliográficas e anexos, esta dissertação encontra-se organizada em duas partes. Uma primeira, intitulada *Infância, Sociedade e*

⁵ Para um aprofundamento dos contornos desta interacção, vide Capítulos 5 e 6.

⁶ Conscientes da necessidade de ruptura epistemológica, foram previamente experimentadas diversas formas de aproximação às crianças e famílias através de uma presença constante e contínua ao longo do tempo, de modo informal e em actividades mais organizadas, assumindo-se, desde o início, a condição de investigadora interessada no estudo das dinâmicas dos bairros. Esta etapa foi decisiva para que, antes de se avançar para outras questões, se tivesse identificado e compreendido alguns dos limites à investigação e se tivesse adquirido uma visibilidade e estabelecido um grau de confiança com a população.

Delinquência, estrutura-se em três capítulos. Os dois primeiros são dedicados à argumentação teórica que suporta a pesquisa empírica, concretizada a partir da problematização de dois conceitos, delinquência e infância. Tendo por pano de fundo uma base de conhecimento oriunda das perspectivas da ecologia social e da sociologia da infância, nestes capítulos evidencia-se a construção social da problemática em estudo, definem-se os seus limites, apontam-se os principais contornos que presidiram à determinação das linhas de orientação conceptual. No terceiro capítulo, procede-se à sistematização das mudanças sociais mais significativas registadas em Portugal nas últimas três décadas e de como se reflectem na condição social da infância. Procede-se, a seguir, a uma breve caracterização da situação das crianças em perigo à luz do quadro jurídico vigente, incluindo as oficialmente recenseadas pela prática de actos delinquentes. Termina-se este capítulo com a discussão da informação sobre a problemática recolhida junto das entidades oficiais, conferindo-se uma especial relevância à crítica das fontes, na medida em que as limitações e os constrangimentos identificados nos dados obtidos são social e cientificamente pertinentes e devem ser objecto de especial atenção noutros trabalhos.

Na segunda parte – *Do Outro Lado da Cidade: Crianças, Socialização e Delinquência* –, constituída por seis capítulos, desloca-se o interesse para a apresentação e debate dos resultados da pesquisa no terreno. Nos últimos anos, no campo da investigação sociológica com crianças tem-se assistido a uma profusão de trabalhos que, por sua vez, suscitam uma intensa discussão sobre as metodologias e técnicas a usar, constituindo esta discussão um ponto-chave na reconceptualização do conceito de infância. Deste modo, a segunda parte desta dissertação inicia-se com um capítulo em que se abordam estas questões e se expõe as opções mais importantes tomadas neste campo. Seguem-se dois capítulos, o quinto e o sexto, voltados para a apresentação do desenho da investigação e da caracterização do contexto onde foi concretizada, bem como dos que nela participaram. Salienta-se a fundamentação de carácter metodológico e a importância da opção pelo modo de investigação, um estudo de caso. Caracterizam-se técnicas e instrumentos, realça-se a sua conjugação, potencialidades e limitações, e descrevem-se as etapas de todo o processo, incluindo o da construção da informação e procedimentos de análise seleccionados. Importa reter que cada metodologia ou técnica só dá um fragmento do amplo espectro de análise que constitui o problema da delinquência. Naturalmente, a escolha por um determinado método não é indiferente aos objectivos traçados nem às condições de produção da pesquisa empírica. Relativamente ao contexto, faz-se uma breve introdução sobre as razões na base da sua

escolha e sobre a evolução das políticas de habitação social no concelho de Oeiras, apresentando-se os principais traços de caracterização.

Os três restantes capítulos são dedicados à problematização dos dados obtidos cruzando duas linhas de orientação. Uma primeira linha diz respeito ao desenvolvimento de um olhar mais abrangente sobre as representações que as crianças fazem sobre os bairros de residência, a partir das quais se procede à identificação qualitativa dos principais contornos da socialização neste contexto. Para esta discussão, vai-se além dos discursos das crianças e convocam-se outros, em especial os seus pais e substitutos e outros intervenientes nos bairros e representantes das entidades oficiais. Uma segunda linha está presente no oitavo capítulo, reportado exclusivamente à análise dos registos das entidades oficiais a nível local, autoridades policiais e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, da qual resulta a construção de uma tipologia sobre as formas de delinquência identificadas, que serve de lançamento para o nono e último capítulo centrado na desocultação das práticas de delinquência a partir dos discursos das crianças que assumiram nelas estar envolvidas.

Em ambas as partes, cada um dos capítulos encontra-se subdividido em alguns pontos específicos em função das abordagens realizadas. No que concerne aos capítulos em que se expõe o tratamento de informação empírica – terceiro, sétimo, oitavo e novo –, termina-se com uma breve síntese, concretizada diferentemente consoante a matéria em causa. Dada a complexidade de algumas questões em análise, um conjunto de anexos incorporando informação complementar foi criado no corpo final desta dissertação.

Deste longo processo resulta o traçar de um quadro social específico sobre as crianças e os seus modos de vida num determinado contexto e momento temporal. Perante a escassez de estudos e conhecimento científico sobre a problemática em estudo, a par da complexidade tanto de um ponto de vista do seu conteúdo como do acesso ao terreno, concretiza-se nestas páginas uma abordagem de carácter eminentemente exploratório que visa primordialmente abrir caminho para um olhar mais profundo sobre as *outras infâncias*, que tendem a permanecer mais ocultas na sociedade portuguesa. Acredita-se, por isso mesmo, que mais do que trazer respostas acerca do objecto de estudo, os resultados obtidos revelam-se fonte do levantamento de múltiplas interrogações levando ao questionamento sobre as condições de vida que, *do outro lado da cidade*, ainda hoje assinalam o estatuto social de uma parte da infância em Portugal.

Parte I

INFÂNCIA, SOCIEDADE E DELINQUÊNCIA



Desenho S2: O meu bairro

“Foi no meu prédio, é um homem que fica lá em cima do prédio, vai ali para cima dar uma cachimbada de charros. Ele vai só aos sábados e ele é do meu prédio, eu vejo ele ir sempre... O meu pai é que também fuma, só às vezes mas eu não quero fumar quando for grande. Não gosto de viver na [nome do bairro] porque as portas dos prédios estão partidas, não sei quem partiu... Não gosto do que há lá.... As janelas abertas e partidas, as portas partidas, muita guerra e lutas e charros! Gosto é dos carros. Já andei a conduzir um carro, com o meu pai, fomos e eu virei e o meu pai dizia como era mas eu sei, temos de pôr o pé lá do outro lado, e depois do lado direito, e para travar é no meio. Já andei com o meu pai e o meu tio e gosto muito de carros.” [rapazM01, 8 anos, 2º ano, Bairro Verde]

Capítulo 1 – SOCIEDADE E DELINQUÊNCIA

1.1 – Normas, conformidade, desvio e organização social

O estudo do comportamento que se designa por desviante tem vindo a constituir, desde o século XIX, um campo de trabalho desafiante para os investigadores sociais. O desvio social não existe no vácuo, não pode ser dissociado do contexto onde é identificado, pois onde existem normas existe o desvio (Curra, 2010). Enquanto fenómeno complexo de natureza social que se reporta a actos, situações ou indivíduos que se afastam do que é esperado em termos de conformidade social, isto é, do cumprimento de normas sociais, a sua conceptualização remete para um abrangente campo de análise definido pelas interações estabelecidas entre indivíduos e sociedades, por relações de poder afirmadas à luz de sistemas normativos que enquadram e orientam a acção dos actores sociais num determinado espaço e tempo (Becker, 1963, Cohen, 1971; Liska et al., 1989; Giddens, 1997; Ferreira, 1999).

Viver em sociedade é ser governado por normas e regras (Giddens, 1997). Num sistema social, tudo se encontra organizado em torno de instituições cujas funções objectivam a manutenção da estrutura social através da observação das mesmas. Sendo verdade que na vida social deve haver uniformidades e regularidades e que uma sociedade deve ter um certo tipo de ordem sem a qual os seus membros não poderiam viver juntos (Cohen, 1971), a infracção a essa ordem produz uma alteração encarada como um desvio e os seus efeitos são sentidos pelo respectivo autor e restantes actores sociais de forma mais ou menos profunda consoante o grau de afastamento relativamente à norma estabelecida (Merton, 1970). Qualquer acção humana tenderia para o caos se os indivíduos não interiorizassem os limites que definem os actos considerados apropriados e inapropriados num dado contexto. As actividades sociais são constituídas por normas e não apenas por elas reguladas, na medida, em que sem a sua existência muitas nem sequer chegariam a realizar-se (Curra, 2010).

A primeira e decisiva condição que se coloca num sistema social diz respeito à existência de um acordo ou consenso entre os seus membros em torno de valores e meios instituídos na definição de um modelo que estabeleça as fronteiras quanto ao grau de liberdade que cada actor social nele dispõe. As normas sociais não se traduzem de forma automática em actos. Estão institucionalizadas e exigem dos indivíduos um controlo que, ao nível da respectiva acção, articule o pessoal e o social numa subordinação a interesses comuns (Cohen, 1971).

Indissociáveis dos sistemas de valores, as normas decorrem de práticas e decisões tomadas no seio de um grupo e apontam para a aceitação e partilha desses valores, situação que permite a manutenção e continuidade da ordem social. Nem todos os modelos de organização social exigem o mesmo grau de conformidade, dependendo esta da hierarquização dos valores em cada sociedade. Perante um sentido de dever, claramente explícito ou meramente implícito, o indivíduo está sujeito a pressões resultantes dos sistemas de valores. Deste modo, valores e normas interpenetram-se e influenciam-se mutuamente, num processo que exige a sua fixação num tempo histórico.⁷

A conformidade social implica que cada indivíduo contribua para o desenvolvimento da sociedade em que evolui devendo, para isso, recorrer aos meios institucionalizados ao seu dispor. Supõe-se que, em contrapartida, adquirirá os benefícios da sua acção, tornando-se esta uma meta que, em princípio, todos desejam atingir.

Na medida em que as normas fornecem as linhas de orientação para o estabelecimento de padrões de comportamento aceitáveis num determinado contexto, a compreensão e definição do conceito de desvio requer, como sugere Dinitz (1975), que se atenda a três dimensões. Em primeiro lugar, uma relativa à normatividade de uma sociedade que acarreta o conhecimento sobre os actos identificados como desvio e os que são vistos numa linha de conformidade social; uma segunda é estabelecida em função da frequência com que esses actos são detectados, um ponto a partir do qual deve ser considerada a sua análise e compreensão pelo recurso a teorias explicativas; finalmente, a terceira destaca o facto de não se afigurar credível que se tente estudar o desvio sem levar em linha de conta as sanções que procuram travar, corrigir, prevenir ou punir actos dessa natureza, uma vez que *"every society, then, defines, explains, and acts with regard to deviance"* (Dinitz, 1975: 3).

A percepção da existência do desvio leva a que a sociedade se veja na contingência de reagir numa perspectiva de defesa sustentada através do exercício de mecanismos de controlo, formais ou informais, que sancionam o acto transgressor. Caso não o faça, é essa mesma sociedade que corre o risco de ver reduzido o seu grau de coesão ao ser posta em causa a ordem social para lá de um certo limite. Ao aumento do desvio pode, eventualmente, ocorrer uma diluição entre o que é socialmente aceite e o que é considerado como desvio. Para Durkheim (1998) o principal problema surge quando uma sociedade deixa de regular ou de poder controlar o desvio que necessita: tanto um aumento significativo como

⁷ Que decorre do facto de, em determinado momento, uma sociedade poder defender valores que, noutro tempo da sua evolução, se vêem relegados para um plano secundário. Em casos extremos, até valores opostos aos anteriormente defendidos.

a sua diminuição drástica devem ser lidos como sinais negativos (Ferreira, 2000). Considere-se, assim, que uma evolução assente numa destas duas perspectivas ultrapassa o limite funcional que o desvio implica no contexto onde se desenvolve, emergindo primordialmente o seu carácter disfuncional.

Neste sentido, o estudo do desvio remete para os fundamentos da organização social e para os processos de construção dos significados da acção social pelos indivíduos e grupos sociais, processos que sustentam as mais diversas formas de reacção social (Liska, 1987; Goffman, 1988). Se já Durkheim (1998) defendera a ideia que a existência de que o desvio é um facto universal que terá de ser abordado em função das condições fundamentais da vida em sociedade, não se pode considerar os actos delinquentes como produtos de mecanismos sociais de nível diferente daquele em que se produzem as respostas social e legalmente aceitáveis. Com efeito, um acto percepcionado à luz das normas vigentes como delinquente deve ser visto no contexto de um determinado e específico sistema que inclua também o acto considerado adequado: torna-se fundamental perceber que um não pode ser compreendido se o outro for ignorado (Catalano e Hawkins, 1996).

O desvio entendido como produto da relação social – uma construção social entre actores sociais – evidencia a capacidade de nomeação na avaliação positiva ou negativa que se faz sobre os outros e em relação à qual se determinam os contornos de futuras acções, individuais ou colectivas (Lemert, 1978). Muitas vezes, um indivíduo pressupõe um conjunto de assunções que são estranhas para outrem.

“(...) deviance is not a self-evident category. It does not just float down from the skies applying itself to people who quite obviously are deviant. Deviance is a historical term and its application and/or adoption can create a status which dwarfs all others in its consequences for the individual’s existence. Even the most deviant of all deviants does not just ‘happen’; someone has to pass judgment to portray, to stigmatize, to insult, to heap abuse, to exclude or to reject (Summer, 1994, cit. em Curra, 2010: 3).

À luz destas primeiras considerações, é possível constatar estar-se perante um conceito transdisciplinar que permite encontrar racionalidade em objectos sociais aparentemente tão díspares como o crime, a sexualidade, a droga, a doença ou a morte, entre outros (Cusson, 1995; Agra e Matos, 1997; Liska et al., 1989; Curra, 2010).⁸ Esta grande diversi-

⁸ Cusson (1995) propôs inicialmente uma classificação que englobava sete categorias em função da natureza do desvio: os crimes e delitos, o suicídio, o abuso da droga, as transgressões sexuais, os desvios religiosos, as doenças mentais e os handicaps físicos. Questionando-se sobre a oportunidade de incluir fenómenos tão diferentes como o crime ou um handicap físico (a título de exemplo, a surdez), este autor alertou para a necessidade de se atender à existência de “*uma gradação no universo do desvio que vai desde o desvio perfeitamente voluntário ao involuntário*” (*idem*: 359). Fundamentando a sua análise nos trabalhos de Merton, Sagarin, Moscovici e Montanino, Cusson (1995) condensou as categorias iniciais em quatro, que variam entre o menos e o mais voluntário: os deficientes (saem do domínio da acção voluntária), os indivíduos com perturbações de com-

dade leva alguns autores a evidenciar a aparente confusão que tende a marcar a Sociologia do Desvio (Dowes e Rock, 1989) sobressaindo a ausência de uma abordagem comum perante um objecto que, apesar de uma base comum, pode tomar diferentes significados para quem o pretende investigar (Ferreira, 1999).

Deste modo, a operacionalização do conceito de desvio pode ser feita sob várias perspectivas. Por um lado, tendo em consideração um ponto de vista estatístico em relação à média, à regularidade ou norma na acção social. Assim, o desvio “*na sua aceção sociológica aproxima-se do desvio na aceção estatística de afastamento da tendência central de um grupo, com a diferença de que o que é sociologicamente desviante é necessariamente condenado. O desvio é uma diferença entendida negativamente*” (Cusson, 1995: 381). Neste aspecto da sua distribuição, é de ter em atenção o sentido estatístico que este tipo de acto em si veicula, pois quanto mais desviante for, mais raro deverá ser; inversamente, o que é aceite como normal será o mais frequente. Por outro lado, esta operacionalização pode sustentar-se na atribuição da qualificação de desviante ao acto e/ou ao actor social que o cometeu (Rodrigues et al., 1997). A atribuição pode revestir um carácter intrínseco, ou seja, o valor da norma em si mesmo pode ser óbvio (perspectiva absolutista), mas também pode apresentar um carácter extrínseco através do qual a categoria de desviante só é definida em função da reacção social estabelecida (perspectiva de reacção social). Pode ainda ser considerada uma terceira via, de carácter misto, quando é a detecção dos desvios que faz emergir a definição de sanções (perspectiva normativa).

Independentemente da perspectiva adoptada, na sua análise requer-se uma atenção especial à variabilidade da percepção de norma e de desvio de sociedade para sociedade, de época para época. Desta orientação decorre a pertinência de se circunscrever claramente a problemática que se deseja constituir como objecto de estudo, sendo que no caso desta investigação interessa uma forma particular de desvio consubstanciada na delinquência de crianças de certos bairros de realojamento na Área Metropolitana de Lisboa.

Como se tem podido verificar ao longo destas páginas, o que está no centro da discussão do conceito de desvio são as normas sociais e a existência ou não de conformidade social por parte dos indivíduos, factor fundamental para a manutenção da ordem social. Existem, para uma mesma regra social, diferentes valorações que podem variar em função da diversidade de culturas e subculturas que um actor social põe em relevância pela perten-

portamento (situações intermédias em que o carácter voluntário do acto não é excluído mas também não é aceite), os transgressores e os desviantes subculturais. Sendo estas duas últimas categorias as mais estudadas em Sociologia, este autor acabou por reconhecer que não é oportuno incluir os deficientes ao mesmo nível dos restantes, tendo afastado esta categoria da análise do desvio.

ça simultânea a diferentes grupos sociais. Atendendo às múltiplas realidades sociais que cada um atravessa quotidianamente na actualidade, o desvio “*must be understood as a situational, interactive, meaningful accomplishment for human beings acting together*” (Curra, 2010: x). A validade e pertinência das normas sociais que são postas em causa pela não conformidade implicam a necessidade de especificação do sistema de referência, bem como dos papéis sociais em relação aos quais se aplicam.

Nesta mesma linha, Cusson (1995) levanta a questão de dificilmente se poder ver o universo normativo como um todo homogéneo e facilmente identificável. Ao invés, porque cada indivíduo está ligado a diferentes grupos, a aceitação e rejeição de umas ou outras normas pode afigurar-se problemática e de leitura complexa uma vez que o cerne da questão remete para as relações de poder entre actores sociais, relações assentes em processos de interacção que não são neutros, não sendo rara a existência de conflito nos papéis sociais assumidos individualmente. Deste modo, tem de se atender também à forma como cada um gere as suas expectativas em função dos modelos vigentes, aos dos grupos sociais e culturalmente dominantes numa sociedade, bem como as posições de quem rotula e é rotulado. Cometer um desvio é uma coisa, ver-se designado como desviante é outra (Becker, 1963; Taylor et al., 1973; Cusson, 1995).

É fundamental ter presente a importância da relatividade na vida social e de como a mesma é decisiva para a compreensão da diversidade da acção humana e da produção de desvio. Deste processo decorre a necessidade de contextualizar as relações sociais tanto no espaço como no tempo (Liska et al., 1989; Shoemaker, 1990). No âmbito dos mais diversos estudos, o desvio passou a ser encarado como uma característica das sociedades que atravessa todos os grupos sociais em função do que se define ser aceitável ou não em termos de modos de pensar, agir e sentir. Na medida em que na vida social tudo é transitório e não permanente, incluindo o entendimento humano sobre o que é a conformidade e o desvio numa época e num contexto definidos, a questão da relatividade é central na análise sociológica desta problemática (Curra, 2010).

Um dos pontos mais tradicionais da discussão nesta matéria tendia a distinguir, e a situar em campos separados, os indivíduos rotulados como desviantes e não desviantes. No fundo, contrapunha-se o outro lado do espelho, o do não desvio, como se os dois fossem entidades totalmente separadas e absolutas. Esta divisão partia da ideia de que o desvio era uma propriedade decorrente das características intrínsecas do indivíduo que quebrava o cumprimento das regras. Na medida em que era visto como inaceitável, como algo intole-

rável, a tentação era remetê-lo para o campo da anormalidade, do defeito, muitas das vezes numa linha de orientação patologizante de cariz biológico ou médico-psicológico.

Ao longo dos tempos, o sentido e o significado foram evoluindo e a atenção deixou de estar centrada no indivíduo dito desviante, deslocando-se para a situação social e o contexto, para as normas e etiquetas atribuídas em função da reacção social desenvolvida (Liska et al., 1989; Regoli e Hewitt, 1991). O desvio deixou de ser considerado uma propriedade intrínseca individual de certos tipos de comportamento passando a ser entendido como uma propriedade conferida a certos actos desenvolvidos perante públicos que o testemunharam directa ou indirectamente (Erikson, 1962). Nesta ordem de ideias, o controlo social cria o desvio pela categorização e consequente etiquetagem de determinados actos, comportamentos ou atitudes, distinguindo-os da conformidade social (Cusson, 1995).

Cada sociedade tem a sua própria noção de uma cultura ideal – partilhada através de modos de agir, de pensar e de sentir – e uma outra noção de uma cultura real – que diz respeito ao entendimento e concepções sobre o que acontece quotidianamente nos limites dos quadros sociais e culturais. Acontece que alguns indivíduos podem afastar-se da chamada cultura ideal sem que haja lugar a punição ou sanção negativa, na medida em para isso aconteça é necessária a sua detecção, a partir da qual se desenvolvem formas sociais de (re)agir colectivamente (Curra, 2010).

Pelo seu posicionamento na estrutura social, certos grupos sociais acedem mais facilmente ao controlo dos recursos, manifestando uma influência desproporcionada na criação dos conteúdos culturais e na difusão de uma ideologia dominante (Bourdieu, 1992), que aqui se entende como um conjunto de ideias e crenças que serve os interesses de um segmento da sociedade legitimado e reafirmado por arranjos sociais específicos que influenciam a acção social (Boudon, 1979). Todos os sistemas sociais toleram, em maior ou menor grau, um certo nível de desvio, por assim dizer, uma certa margem de manobra relativamente à violação das normas. Uma das diferenças significativas no campo da interacção social reporta-se aos modos como se situam perante o desvio aqueles que participam da construção e partilha dessa ideologia e aqueles que tendem a herdá-la.

É à luz destes processos que alguns autores tendem a explicar a variabilidade na forma de aceitação de alguns desvios, nomeadamente do que é percebido por “*formas criativas de desvio*” (Douglas, Rasmussen e Flanagan, 1977, cit. em Curra, 2010), passíveis de observação, e até de aceitação social, em determinadas momentos especialmente associados a datas festivas e comemorações. O mesmo tipo de actos que serve temporariamente os

interesses de certos grupos, fora desses tempos e espaços é considerado desviante e constitui objecto de reprovação e eventual sanção, inclusive por parte daqueles que anteriormente neles haviam participado ou a eles se tinham associado positivamente.

Se o desvio é visto como algo inevitável nas sociedades plurais e diversas, a sua análise tem de passar por um enfoque nas relações de poder e pela complexificação da interação social através da emergência de novas formas de interdependência entre actores sociais que colocam em causa as formas de tradicionais de exercício do poder. Neste âmbito, releva-se a importância do poder para etiquetar e legitimar ou não as acções de outrem, destacando-se dois factores: o da credibilidade e o da hierarquia (Becker, 1963). Fica claro que, na organização de qualquer sociedade, alguns beneficiam destes recursos enquanto outros não, emergindo um plano de desigualdade de oportunidades.

Outra questão que se levanta diz respeito ao carácter voluntário ou involuntário do desvio. Em diferentes situações, os indivíduos podem quebrar involuntariamente as normas sociais, seja por problemas do foro físico ou mental, por divergências nos códigos linguísticos ou por outros contornos subjacentes às relações sociais (Ferreira, 1999). Mas independentemente do seu carácter, a atribuição da classificação de desvio a um determinado acto acarreta consigo um atributo negativo.

O não determinismo social, mas antes o condicionalismo das opções feitas por cada indivíduo, revela a diferenciação do pensamento humano, que até pode avançar no sentido de reclamar um *direito* à violação da norma. Alguns teóricos defensores de uma perspectiva mais radical não só sugerem a defesa desse *direito* como condenam as representações convencionais da sociedade perante os que cometem desvio, colocando a tónica nos constrangimentos sociais que afectam os sujeitos e se revelam nas formas diferenciadas da sua legitimação (Taylor et al., 1973; Liska, 1987; Shoemaker, 1990; Regoli e Hewitt, 1991). Realçando o facto de se viver em sociedades competitivas, acentuadamente desiguais, esta justificação tende a evidenciar duas premissas: que o tipo de desvio, sobretudo o de natureza criminal, depende, em primeira instância, do poder que os indivíduos detêm e que se encontra desigualmente distribuído; e que os mecanismos de controlo social formal estão preparados para levar em linha de conta a condição social de quem comete os actos, legitimando-os ou não em função dessa variável (Shoemaker, 1990). Subjaz a este posicionamento a ideia de uma conflitualidade permanente entre os vários grupos sociais motivada pelas diferenças no acesso a recursos sociais, justificando-se o acto desviante como baseado numa escolha que será feita conscientemente tendo em vista ultrapassar parte das dificuldades colocadas a cada um perante as contradições vividas em sociedade (Taylor et al.,

1973; Wacquant, 2007). Nesta perspectiva, considera-se que o controlo social tem por principal fim a manutenção do poder dos grupos sociais dominantes, numa linha de intimidação dos mais fortes relativamente aos socialmente mais desfavorecidos.

1.2 A construção social do desvio: a relevância da perspectiva interaccionista

Entre as primeiras tentativas de abordagem sociológica sobre desvio e criminalidade destaca-se Durkheim (1998), que trouxe para discussão a ideia de que o desvio é parte integrante de qualquer sociedade, não podendo, por isso, ser considerado um fenómeno estranho à mesma sociedade.⁹ Ao fazer notar que "*(...) le crime, en tout cas, est normal parce qu'il est lié aux conditions fondamentales de toute vie sociale: il en est ainsi parce qu'il ne peut avoir de société ou les individus ne divergent plus ou moins du type collectif et que, parmi ces divergences, il y en non moins nécessairement qui présentent un caractère criminel*" (Durkheim, 1895: 176), este autor rompe com uma lógica de descontinuidade assente nas dicotomias norma-desvio e normal-anormal, que até à época caracterizavam a interpretação destes fenómenos sociais.¹⁰

Mais tarde, a proposição durkheiminiana seria retomada por outros autores (Merton, 1970; Cohen, 1971) que demonstraram o facto de normatividade e desvio surgirem não como universos opostos e sim como a dupla face de um mesmo facto social.

De igual modo, releva-se a natureza dos comportamentos individuais que vão, como identificou e tipificou Merton (1970), da mais estreita conformidade às normas e valores sobre os quais assentam os modelos culturais num dado contexto à ruptura perante

⁹ São aqui considerados de modo especial os desvios sob a forma de crime, não porque Durkheim se tenha debruçado apenas sobre eles, mas antes pela sua importância no estudo de outro conceito importante neste estudo, o de delinquência.

¹⁰ Importa situar a leitura que Durkheim faz da realidade social no seu contexto, designadamente em torno de dois conceitos chave da sua obra: anomia e solidariedade (mecânica e orgânica). Considerava este autor que, nas sociedades modernas, onde prevalecia a divisão social do trabalho e a consequente especialização de funções, a tendência para a quebra dos laços sociais e a intensificação dos conflitos sociais fazia emergir a individualização. Na medida em que o desempenho de funções especializadas não proporcionaria contactos suficientemente eficazes entre os membros de uma sociedade, nem promoveria a regulação adequada das relações sociais, Durkheim introduziu o conceito de anomia e de sociedades anómicas para designar o estado de desregulamento e de ausência de normas e mecanismos de controlo que as caracterizava. No entanto, e como aponta Giddens (1997) referindo-se a Durkheim, esta análise baseava-se na ideia que, nas sociedades modernas, as normas e os modelos tradicionais desapareceriam sem serem substituídos por outros novos, emergindo a anomia na ausência de modelos de referência claros relativos a comportamentos numa determinada área da vida social. Já Merton (1970), baseando-se no conceito de anomia proposto por Durkheim, redefiniu-o no entendimento de que a anomia se constitui como uma propriedade de um sistema social e não como um estado de espírito ou mera qualidade de um indivíduo dentro desse sistema. Nesta linha, a anomia remete para uma ruptura dos padrões sociais que enfoca o desenvolvimento de condutas socialmente aceites numa dada área social, significando a mesma a existência de um diminuto grau de coesão social. Ainda na perspectiva deste autor, quando numa sociedade se revela um alto grau de anomia, as regras que orientam a conduta perdem a sua atracção e força, manifestando-se, acima de tudo, carecidas de legitimidade (Dias e Andrade, 1984).

essa mesma estrutura.¹¹ O grau de exigência de maior ou menor conformidade dos actores sociais relativamente a esses modelos é variável em função da hierarquização dos valores no seio de uma sociedade e do grau de autonomia relativa que é conferido a cada indivíduo no reconhecimento da sua capacidade de opção pessoal (Cohen, 1971; Giddens, 1997).

Na perspectiva de Durkheim (1998), o desvio pode associar-se a diversas funções no contexto onde se produz. Nesta ordem de ideias, a constatação da sua existência pode levar à clarificação das normas vigentes. Esta suposição parte do facto de ao serem colocadas em causa as normas os indivíduos num grupo se verem na necessidade de uma tomada de consciência dos valores que efectivamente partilham, situação que, por sua vez, pode contribuir para o reforço dos laços sociais que os ligam. Quanto mais elevado o grau de consciência colectiva, maior será a indignação perante o desvio.

Indo mais longe na defesa desta mesma ideia, Cohen (1971) sugere que o reforço dos laços sociais pode assumir duas formas: uma contra o indivíduo na mobilização de solidariedades que podem acentuar o carácter desviante de quem cometeu o acto, marginalizando-o; a outra em seu favor, quando se releva a necessidade da sua manutenção no seio do grupo, através do desenvolvimento de mecanismos que tendem à sua recuperação ou protecção na sequência do acto praticado.

Está-se, assim, numa situação em que o desvio se revela um meio regulador da própria vida social no sentido em que aquilo que geralmente permite a evolução de um sistema resulta de uma tensão entre as estruturas estabelecidas e as suas próprias fraquezas e limitações. Deste modo, é possível supor que um sistema social cujo funcionamento esteja hipoteticamente muito perto de um ideal de perfeição se possa tornar numa estrutura demasiado rígida e fechada, impedindo a evolução em torno de mudanças e transformações passíveis de integração que não assentem em grandes choques (i.e. uma revolução).

¹¹ Ao focalizar a análise da sociedade em torno dos desfasamentos e tensões existentes entre os valores sociais estabelecidos (estrutura cultural) e as práticas e os meios que um actor social efectivamente desenvolve ou dispõe para os alcançar (estrutura social), Merton (1970: 203-270) definiu uma tipologia de cinco modos possíveis de adaptação individual que correspondem a diversos graus de adesão a esses mesmos valores. Acreditando que uma leitura não simplista ou linear das categorias que constituem esta tipologia pode permitir um maior conhecimento de alguns dos mecanismos sociais que influem no desempenho e acções dos actores sociais, tem-se: *a) conformidade* – abrange os indivíduos cujo comportamento revela aceitação dos objectivos culturais vigentes no recurso a meios institucionalizados legitimados pela própria sociedade; *b) inovação* – refere-se àqueles que, apesar da aceitação dos valores sociais instituídos, recorrem a meios ilegítimos para os atingir; *c) ritualismo* – diz respeito aos que abdicaram ou perderam as referências dos objectivos culturais estabelecidos ainda que sigam, de forma ritualizada, as normas institucionais; *d) retraimento (ou rejeição)* – engloba os actores sociais que abandonaram ambos os elementos conflitantes, os valores e os meios institucionalizados; *e) rebelião* – reporta-se aos indivíduos que pretendem com a sua acção provocar rupturas e transformações radicais na estrutura social em que situam, colocando em causa quer os valores quer os meios instituídos e procurando o estabelecimento de uma nova estrutura social.

Já nos anos 1950, numa mesma linha de orientação, Merton (1970: 258) defendeu que nem todos os desvios à norma dominante são necessariamente disfuncionais, uma vez que em todas as sociedades "*algum (desconhecido) grau de desvio das normas correntes é provavelmente funcional para os objectivos básicos de todos os grupos.*" Contudo, atendendo à forma como são ou não tolerados no contexto onde se manifestam, sejam encarados num sentido de recusa de valores sociais, sejam vistos como uma busca de diferentes modos de expressão e relação social, importa ter em consideração o modo como diversos autores os distinguem de acordo com a sua própria natureza.

Neste sentido, Merton (1970) apontou duas grandes categorias: a dos desvios designados por associiais, mais ou menos tolerados, como o retraimento exemplificado pelo "*vagabundo*" ou "*eremita*", e a das condutas desviantes anti-sociais, como a do "*delinquente*", que por implicar a ocorrência de danos a outrem desencadeia a aplicação de sanções dissuasoras. Refere-se a primeira às situações em que os actores sociais se colocam à margem da sociedade "*ao recusarem as metas culturais e os meios institucionalizados (...) assumindo um comportamento adaptativo não convencional*" (Merton, 1970: 253) que se revela (aparentemente) inócuo por se manifestar apenas numa linha divergência de ordem cultural ou por estar somente sujeito a determinada pressão de grupo ou censura social (Ferreira, 1999, 2000). Já a segunda, pela violação dos quadros legais que gera, revestindo um carácter de infracção criminal, suscita o aparecimento de reacções de natureza sancionatória.

É sobre esta última categoria de condutas desviantes que se debruça em particular esta investigação sendo, por isso, pertinente reportar à variação na visibilidade que os desvios adquirem num certo contexto. Neste âmbito, as perspectivas fundadas no interaccionismo simbólico assumem uma especial relevância, sobretudo, pelo enfoque colocado na análise dos contornos da interacção social e dos processos de rotulagem ("*labelling*").¹²

De entre os autores associados a esta corrente teórica, Lemert (1978) distinguiu o desvio em função dessa variável, identificando os conceitos de desvio primário e de desvio secundário. No seu entender, só um acto de nível secundário pode ser verdadeiramente entendido como desvio pela reacção social que a partir dele, e em sua função, é gerada.

¹² Perspectiva sociológica que tem por principal enfoque os aspectos simbólicos das relações e processos de interacção social. No seu âmbito destaca-se um tipo de investigação voltado para estudos a nível microsociológico, de que é exemplo os trabalhos de Goffman, Becker ou Mead, entre outros (Shoemaker, 1990). No campo do interaccionismo simbólico, põe-se em evidência que "*não é possível considerar a natureza humana ou a sociedade como dados estanques ou estruturas imutáveis. O mesmo vale para a identidade pessoal, que tem de ser encarada como o resultado dinâmico do processo de envolvimento, comunicação e interacção social*" (Dias e Andrade, 1984).

"O comportamento desviado primário produz-se em contextos variados (sociais, culturais e psicológicos) e só tem, quando muito, implicações marginais na estrutura psíquica do próprio indivíduo. Não conduz à reorganização simbólica das atitudes face a si próprio e face aos papéis sociais. O comportamento desviado secundário é um comportamento desviado em que os papéis sociais nele fundamentados se tornam meios de defesa, ataque ou de adaptação aos problemas explícitos ou implícitos criados pela reacção societal ao comportamento desviado primário." (Lemert, 1978: 411)

O que se destaca é a ideia de que uma infracção à norma social só se torna relevante na condição de o acto infractor ser socialmente reconhecido como tal, podendo, eventualmente, chegar a instaurar-se um percurso desviante. Interrogando-se sobre até que ponto um indivíduo consegue, de facto, ir dissociando as suas tendências desviantes para que estas não ultrapassem a esfera restrita do conhecimento individual (desvio primário), Lemert (1978) sugere que a prática repetida de actos desta natureza pode levar a que os mesmos adquiram, a dado momento, visibilidade social, o que, por sua vez, dá origem a uma reacção societal (desvio secundário). Neste sentido, ao ser identificado pelos outros actores sociais, o indivíduo que cometeu o acto desviante é colocado perante a necessidade de reorganizar os papéis sociais que tem vindo a desempenhar, podendo esta situação levar à adopção de posições aceites socialmente (e nas quais as tendências desviantes podem ser expressas de forma tolerada), ou então emerge como significativa a ruptura relativamente aos laços anteriormente estabelecidos com a assunção de um novo papel, o de desviante (Lemert, 1978).

Cusson (1995) reforça esta ideia ao situar as reacções ao desvio em duas categorias estabelecidas a partir do ponto de vista do sujeito: a primeira engloba as respostas que o levam, num movimento centrípeto, a aproximar-se do respeito pela regra, acabando por conduzi-lo à integração social; a segunda, em oposição, abrange as reacções que, num movimento centrífugo, o afastam cada vez mais da normatividade.

Introduzido por Lemert, o conceito de desvio secundário veio a constituir-se como um dos tópicos centrais de análise no campo do interacционismo simbólico. Ao distinguir o desvio primário do secundário pela sua etiologia,¹³ chama a atenção para os problemas sociais decorrentes de processos de etiquetagem social – estigmatização, punição, segregação e controlo social – que aludem à diferenciação de ambientes simbólico e interacционista a que alguém rotulado como desviante acede (Dias e Andrade, 1984). Nessa mesma linha de análise, realça-se a combinação de duas vertentes na conceptualização de desvio:

¹³ Enquanto o desvio primário se deve a uma diversidade de factores sociais, culturais, psicológicos e sociológicos que enfocam no indivíduo, o desvio secundário traduz-se na resposta de defesa, ataque ou adaptação de um indivíduo em função da reacção societal ao desvio primário (Lemert, 1978).

"All social groups make rules and attempt, at some times and under some circumstances, to enforce them. Social rules define situations and the kind of behavior appropriate to them, specifying some actions as "right" and forbidding others as "wrong". When a rule is enforced, the person who is supposed to have broken it may be seen as a special kind of person, one who cannot be trusted to live by the rules agreed on by the group. He is regarded as an outsider. But the person who is labeled an outsider may have a different view for the matter. He may not accept the rule by which he is being judged and may not regard those who judge him as either competent or legitimately entitled to do so. Hence, a second meaning of the term emerges: the rule-breaker may feel his judges are outsiders." (Becker, 1963: 1)

Por um lado, o desvio é definido como a infracção às regras sociais estabelecidas num determinado cenário social; por outro, é percebido como uma categoria semântica a partir da qual certos actores sociais são rotulados por outros do mesmo grupo numa perspectiva que emerge do contexto social onde se desenrola a interacção entre todos. Assim, é de pôr em causa as posições de quem rotula e de quem é rotulado como desviante na medida em que este último desenvolve também por si próprio um determinado olhar no que se refere ao julgamento do desvio que lhe é imposto, podendo aceitar o facto de ser desviante ou, pelo contrário, recusar esse rótulo (Becker, 1963).

O desvio não surge como uma qualidade do acto em si mas como consequência da etiquetagem de uma pessoa pelos outros membros da sociedade: "*the deviant is one to whom that label has successfully been applied, deviant behavior is behavior that people so label*" (Becker, 1963: 9). Esta concepção não explica o desenvolvimento do desvio primário, antes emergindo o carácter de relatividade da norma e do desvio e o processo dinâmico que lhe é subjacente. Alguns autores defendem poder afirmar-se que a sociedade não tem os desvios que merece mas sim aqueles que quer. Uma vez que não se pode analisá-los enquanto categoria objectiva do comportamento, o que é significativo é o estatuto social que acarretam e que se vê ou não atribuído (Dias, 1983).

Pessoas e grupos interagem e diferenciam-se de várias formas, algumas das quais concretizadas através de sanções sociais, de reacções de rejeição ou até de segregação social. Estas dinâmicas são intrínsecas à vida social, cujas variações são afectadas pela expressão inicial do desvio e pelas formas através das quais ganhou corpo numa determinada direcção (Lemert, 1978). Na mesma altura em que Lemert explorava o papel do desvio secundário, Merton (1970) debruçava-se sobre os modos como os acontecimentos colectivos a nível de decisões, crenças e acções podiam determinar e antecipar consequências. A designada "*self-fulfilling prophecy*" assentou na ideia que a falsa ou incorrecta definição de situações podia mudar os efeitos subsequentes das mesmas, potenciando a probabilidade de uma definição falsa se tornar verdadeira. Retomando a proposta de John Venn, lógi-

co do século XIX, crenças e ideias podem revelar-se autodestrutivas, assumindo um cariz que designou por “*suicidal prophecy*”. Disto é exemplo a história da lebre e da tartaruga, em que a primeira confiando amplamente na crença de que era mais rápida do que a segunda, acabou derrotada.

Dando corpo a esta orientação, Lemert (1978) defendeu que se a reacção social desacreditar o desvio cumpre o mesmo efeito, levando à sua diminuição. As reacções dos outros membros de um grupo são o resultado da identificação social e etiquetagem num processo de estigmatização que pode conduzir à interiorização de um papel negativo cujos efeitos tenderão a repercutir-se no evoluir de um trajecto de vida pessoal (Goffman, 1988).

Neste âmbito, já nos anos 1930 Tannenbaum evidenciara a importância da construção dos sentidos, significados e representações das situações e atitudes individuais e colectivas na determinação da passagem aos actos desviantes. A partir da observação de conflitos entre membros de diferentes gangues norte-americanos, verificou que à medida que se acentuava a nomeação e rotulagem entre uns e outros se reforçavam estereótipos e crenças a que depois procuravam corresponder. Neste sentido, sugeriu que a atribuição do rótulo de delinquente a uma criança pode levar a que ela aceite essa etiquetagem, dando-lhe a devida correspondência e visibilidade em termos do seu comportamento futuro (Regoli e Hewitt, 1991).

Na década de 1970, a problematização dos processos de estereotipização levada a cabo por Schur distinguiu três dimensões: estereótipos, interpretação retrospectiva e negociação. Centrado na análise destes processos de classificação mental, este autor (a par de Becker), defendeu que os seus efeitos se repercutem na construção identitária, constituindo elementos fundamentais no reforço de trajectórias desviantes. Não se trata apenas da sua interiorização pelo indivíduo, mas também da forma como os grupos sociais se apropriam, usam e interagem na presença e definição dos mesmos (Shoemaker, 1990).

Tudo isto remete para a forma como a sociedade lida com quem é identificado num acto desviante e para a questão de saber até que ponto essa sociedade não precisa de viver permanentemente com “*um mundo de desvios*” (Ellul cit. em Sebastião, 1995: 14), via fulcral no percurso de construção de uma identidade social. No âmbito da compreensão desta problemática, Barel (1984) sustenta que todas as sociedades têm tido, ao longo das mais variadas épocas, os seus desvios na medida em que a vida em sociedade revela a necessidade de definir quem se associa ao desvio, processo decisivo para se construir a identidade social através da normalidade. A definição de sociabilidade não pode ser estabelecida sem a

construção paralela da associabilidade. A sociedade tende a tomar diferentes posições em função da natureza da relação que mantém, ou defende dever ser mantida, com quem, à partida, é identificado como seu membro, aplicando-se idêntico processo àqueles que excluiu ou que coloca nas suas margens. Controlo social e poder, na forma dos quadros legais e jurídicos em vigor num determinado contexto, estão intimamente associados, representando o patamar mais avançado de uma intervenção das instituições formais (Barel, 1984).

Em casos extremos, o desvio pode revelar-se destruidor da organização social ao manter-se ou crescer sem que haja uma reacção social adequada. Desta forma, pode acabar por minar as relações de confiança entre indivíduos e instituições, conduzindo à desmobilização de uns e outros na vontade de desempenho dos respectivos papéis e de participação social de acordo com as normas vigentes.

1.3 Principais linhas de orientação na interpretação do desvio

Como tem sido possível constatar ao longo deste documento, as concepções e explicações de desvio variam consoante a perspectiva da realidade social que se adopte. Não sendo possível abordá-las exaustivamente nem havendo a intenção de apresentar uma listagem de teorias explicativas não se quer, contudo, deixar de fazer uma breve referência a três paradigmas que, ao longo de diferentes épocas, vieram a destacar-se na orientação dos investigadores. Não se esgota a sua abordagem nestas linhas, ficando apenas sumariamente referenciadas as principais tendências da pesquisa neste campo.

Inscrito numa linha de tradição positivista, o paradigma do facto social, historicamente dominante desde o final do século XIX até aos anos 60 do século XX, surgiu nos trabalhos de Durkheim e Merton, entre outros. Na procura de uma causalidade que consideravam poder sustentar a explicação do desvio e do crime, o enfoque é colocado no indivíduo que afrontou a coesão social. Os fenómenos sociais são explicados pelos actos cometidos. Não se põe em causa as normas da sociedade e o autor do acto é fundamentalmente visto como a fonte do que foi feito de mal. Nesta perspectiva, aceita-se a validade absoluta de uma norma incriminatória relativamente ao acto qualificado como desviante e a ordem social é um facto estabelecido não questionável. Os processos de socialização são entendidos como produtos da interiorização das regras de conduta em torno de um consenso sobre o que é socialmente legitimado (Dias e Andrade, 1984). A punição exercida através dos mecanismos e agentes de controlo social serve para reafirmar os valores que se prote-

gem e que asseguram a coesão social. Acredita-se que ao ver-se sancionado o desvio se procede à reafirmação e apreciação dos valores postos em causa pela sua prática.

Um segundo paradigma, o da reacção social, emergente na década de 1960, trouxe uma ruptura relativamente ao anterior, desviando o foco essencial da análise do indivíduo para a natureza e dimensões da reacção societal que o desvio origina num determinado contexto. Autores como Becker, Foucault, Goffman, Taunnebaum ou Lemert, ao problematizarem a ordem social numa perspectiva construtivista e dinâmica, salientam que o mais importante é o conhecimento das respostas que a sociedade desenvolve em relação aos indivíduos ou aos grupos que se desviam das normas, num processo de interacção permanente e dialéctico que influi as acções de todos os actores sociais nele envolvido. Abre-se, assim, todo um novo campo de abordagem no que diz respeito à criminalidade que o anterior paradigma, meramente etiológico, não abarcava.

A realidade passou a revelar-se, tanto subjectiva como objectiva, numa constante troca de significações entre actores (Pires, 1995), destacando-se a natureza dinâmica e inacabada da própria norma social. Dito de outra forma, "*é o processo social em grupo que cria as normas e não as normas que criam e suportam a vida em grupo*" (Dias, 1983: 149). Ao contrário do paradigma do facto social, que assumia uma visão restrita do controlo social como resposta ao desvio, este não tem uma natureza ontológica, uma vez que não existe à margem de um processo de reacção social que, por sua vez, define a classificação de um determinado acto como desviante. O delito deixou de ser considerado um facto para ser visto como uma construção social que requer simultaneamente a existência de um acto e de uma reacção social. Por delinquente deixou de se entender aquele praticou esse acto, passando a considerar-se antes aquele a quem foi atribuída essa etiqueta. Não é o acto que é naturalmente desviado; é pelo significado que se lhe atribuí que assim passa a ser entendido.

Com o desenvolvimento das ciências sociais, o termo norma veio a ser clarificado e a delimitação do que é designado por desvio adquiriu uma outra visibilidade em todos os domínios da vida em sociedade (Foucault, 1987). A diferentes níveis, a generalização e permanência de olhares diferenciados sobre uma mesma realidade social condicionou a institucionalização de mecanismos e de agentes de controlo social, fruto de antagonismos e convergências de ordem diversa.

Finalmente, com maior incidência nas três últimas décadas, Barel, Pires e Van Outrive, entre outros, trouxeram para discussão na área da criminologia o que se poderá designar por um possível terceiro paradigma, o das inter-relações sociais. No entanto,

alguns autores contestam esta ideia, sustentando que não se pode falar de um paradigma mas apenas de mais uma estratégia de investigação (Pires, 1995) que tenta integrar os dois níveis de análise anteriores propondo uma resposta mais articulada relativamente à construção social do conceito de desvio. Nesta ordem de ideias, situando-o em função do acto, mas indo além dele, o foco de maior interesse é colocado nas trajectórias onde o acto desviante se inscreve, propondo-se uma nova leitura das situações numa dupla dimensão. Deste modo, o objecto da investigação nesta área passa a ser apresentado como paradoxal, uma vez que permite diferentes representações e leituras que tanto o podem colocar numa linha de situação problemática como numa outra de construção social que releva o seu entendimento como um fenómeno total (Pires, 1995). Maffesoli (1985) defende a ideia de que os problemas sociais são, em si mesmos, portadores de uma larga ambivalência na medida em que, se por um lado são percebidos como um mistério para quem os desconhece, podem simultaneamente emergir como factor de união para quem neles efectivamente participa ou vê ser-lhe atribuída a participação, acabando por a interiorizar.

Perante este enquadramento, não é de estranhar que grande parte da investigação mais recente em matérias associadas a esta problemática se centre precisamente no estudo de trajectórias, muitas das quais em projectos que vêm a prolongar-se desde há décadas.

1.4 Definindo delinquência: tensão entre o sociológico e o jurídico

Quando se fala sobre delinquência, torna-se fundamental ter consciência da forma como se emprega este conceito, uma vez que existem perspectivas de natureza diversa que resultam essencialmente de nele se evidenciar uma tensão entre os campos sociológico e jurídico. Não há uma definição que seja absoluta. Em termos globais, trata-se de uma problemática que, como tantas outras, está sujeita a várias formas de interpretação que podem ser agrupadas em três grandes categorias: num primeiro patamar generalista encontram-se aquelas que são sustentadas pela opinião pública e que traduzem, a partir dos valores de um determinado contexto, algumas crenças sobre a natureza humana e a ordem social na qual cada indivíduo se situa; num segundo nível, as desenvolvidas pelas autoridades oficiais como políticas de controlo social daí adquirindo força de lei e, por último, um terceiro agrupa as correntes e os modelos teóricos que reflectem a acção de investigação por parte de cientistas sociais, acabando por influenciar, de uma forma ou de outra e em maior ou em menor grau, quer a opinião pública, quer o campo de decisão política (Binder, 1987).

Na sua raiz etimológica o termo "*delinquere*" refere-se a acto ilegal, infracção (delito) ou violação punida por lei (Martins, 1995: 397), o que desde logo remete qualquer abordagem que se pretenda fazer para a necessidade de se considerar os quadros normativo-jurídicos em vigor no contexto em estudo. O delito é visto como uma infracção individual, uma acção social de violação das normas que se encontram definidas em códigos e diplomas legais. Acresce que esta deriva da noção jurídica de delito se reporta exclusivamente aos actos cometidos por aqueles que, pela sua menoridade penal, são considerados criminalmente inimputáveis, ou seja, a reacção social de que são alvo é diferenciada da aplicada aos adultos perante a prática de actos aparentemente da mesma natureza.

A delimitação deste conceito implica, pois, uma análise complementar das razões de ordem sociológica e jurídica (Amaro, 1993; Negreiros, 2001). A delinquência é uma categoria do desvio reportada aos actos desenvolvidos por crianças e jovens que, à luz das leis penais, configurariam a prática de crime pela quebra ou violação do estabelecido nos normativos jurídicos mas que, pela idade, se encontram numa situação de inimputabilidade criminal, beneficiando de legislação específica em detrimento da aplicação de um código penal (Binder et al., 2001). Enquanto conceito socialmente construído por referência a normas, valores e representações, a delinquência encontra-se imersa em grande controvérsia: a ambiguidade que gera depende do contexto sociocultural e da época a que se encontra associada não sendo difícil entender como se pode tornar complicada a tarefa de conseguir encontrar a sua mais adequada definição (Kornhauser, 1978; Genovés, 1984; Shoemaker, 1990; Regoli e Hewitt, 1991; Catalano e Hawkins, 1996; Giddens, 1997; Ferreira, 1999; Binder et al., 2001; Musick, 2001).

Num primeiro patamar, constata-se que a atribuição da rotulagem de um acto como delinquente decorre do estabelecido a partir de uma convenção jurídica e, como evidencia Szabo (1963: 5), "*não depende de qualquer teoria racional do comportamento humano, mas de um compromisso entre diversas forças sociais. As disposições do código e as modalidades da sua aplicação reflectem este comportamento. Assim, o comportamento qualificado de delinquente será tão variável como os conjuntos socioculturais de que o direito penal não forma senão uma parte*". Deste modo, a delinquência reporta-se a actos e práticas socialmente reprováveis porque transgressores de normas sociais plasmadas em quadros jurídicos, patamar último da regulação e do controle social formal.

No caso português e até à data (Outubro de 2010), a delinquência engloba todos os actos correspondentes a infracções penais cometidas por crianças e jovens menores de 16 anos de idade que são abrangidos por legislação específica no âmbito da protecção e intervenção judiciária relativamente à infância e juventude cujos contornos se aprofunda no

Capítulo 3. Esta demarcação etária é uma das principais características na diferenciação deste conceito e o modo como se vê definido depende do entendimento que uma sociedade faz sobre estas duas categorias sociais – infância e juventude – não podendo a reacção social posta em execução delas ser dissociada.

Em Portugal, sob o ponto de vista jurídico só a partir dessa idade se considera que uma pessoa reúne condições para responder no sistema penal pelos seus actos. Qualquer infracção cometida até este limite etário, mesmo que à luz da lei penal pudesse vir a ser qualificada como crime, apenas pode ser objecto de uma intervenção que conduza ao estabelecimento de medidas de protecção e educativas, nunca podendo a criança ou jovem ser submetido a julgamento criminal que leve à execução de uma pena de prisão. Tal decorre do facto de a sociedade que assim o define entender que não se coloca a necessidade de imposição de um código na execução de uma pena que reveste um carácter retributivo perante a comunidade, mas antes uma medida tutelar à luz do que o acto traduz de falta de capacidade de discernimento entre os modos de actuar legais e ilegais a par da possibilidade de (re)educação que promova a não reincidência pelo reforço da conformidade social (Amaro, 1993).

Implicando uma jurisdição especial para todos aqueles com idade inferior à que a lei determina como de responsabilidade penal, de acordo com o definido no ponto 2., alínea c) das *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores* (1985), no campo da delinquência situa-se a "*criança ou jovem, acusado ou declarado culpado de ter cometido um delito*". O acto que se revela como objecto de necessária intervenção é correspondente à caracterização constante nos termos do Código Penal português prevista para os maiores de 16 anos, ressalvando-se que "*o mesmo delito nos menores pode ser nuns casos o resultado de uma irreflexão, de impulsividade, próprias da menor idade e noutros a consequência de doenças mentais ou de uma verdadeira personalidade criminosa em embrião*" (Almeida e Vilalonga, 2001: 19).¹⁴

Esta linha de orientação, eminentemente normativo-legal, suscita o levantamento de algumas questões, nomeadamente quando se procura saber como e em que moldes se atribui a eventual prática de actos dessa natureza a crianças e jovens a par da sua etiquetagem como delinquente. Deslocando o enfoque do campo estritamente jurídico para o sociológico, salienta-se, na linha do sugerido por Martins (1995: 397), que "*nem todos os indivíduos, mesmo cometendo delitos, são conotados de delinquentes, porque nem todos os delitos são apropriados para adquirir essa identidade social*". Coloca-se aqui em jogo as condições ecológicas, económi-

¹⁴ Código Penal Português, *Lei nº59/2007*, de 4 de Setembro.

cas, sociais e ideológicas que levam à etiquetagem de quem é e de quem não é considerado delinquente num determinado contexto. Neste propósito, Becker (1963) foi mais longe, chegando a afirmar que rotular os mais novos de delinquentes constitui uma atitude de defesa por parte dos adultos para lançarem sobre outras categorias geracionais o peso dos seus próprios erros. Nesta ordem de ideias, este autor sugere que em vez de rotular os autores de delitos se deveria voltar o interesse para os motivos e valores que levam os adultos e a sociedade a essa rotulagem, residindo provavelmente aí o cerne da problemática.

Para efeitos desta investigação, segue-se a ideia defendida por Hirschi (1969) segundo a qual a delinquência é definida pelos actos cuja detecção e identificação provoca uma reacção social sobre quem os pratica, com uma especial incidência para a actuação específica dos agentes dos mecanismos formais de controlo social. Assim, mais do que se poder falar em crianças ou jovens delinquentes, o que está efectivamente em causa são os actos designados por delinquentes, cuja classificação varia em função dos quadros normativo-jurídicos vigentes em cada época e em relação aos quais determinados actores sociais, ao serem referenciados pela sua eventual prática, se tornam passíveis de uma reacção social particular, informal ou formal, independentemente da prova jurídica.

Esta posição ajuda a compreender melhor como é que aquilo que aparentemente sugere o mesmo tipo de comportamento de violação de uma norma social pode levar a reacções tão díspares quando ocorrido em contextos diferenciados: as reacções que origina diferem fundamentalmente em função do contexto onde se situam e do momento temporal onde se desenrolam, numa necessidade de equacionamento entre os direitos individuais e a ordem social estabelecida. Estas variações sobre o entendimento da gravidade dos actos delinquentes cometidos, independentemente do traço comum que os une por constituírem sempre uma infracção das normas sociais e jurídicas de uma sociedade, é exemplo claro dos contornos da interacção social e de como nem sempre a sua expressão adquire igual configuração para todos os envolvidos (Negreiros, 2001).

O interesse sociológico sobre a delinquência reside especialmente no facto de esta resultar da interacção social, de ocorrências que são fruto da vida social e que não só traduzem maneiras de pensar, agir e sentir individuais e grupais, como também reflectem um poder (coercivo) aparentemente exterior aos indivíduos (Negreiros, 2001) que ganha corpo em determinadas formas de organização social. Este poder vê-se consubstanciado na rejeição por parte de outros grupos e na aplicação de sanções administrativas ou judiciais junto de crianças e jovens que cometem actos delinquentes. A diversidade que este campo

encerra pode ser analisada tanto em termos do funcionamento de padrões individuais e colectivos como dos principais contornos relativos à sua evolução histórica e social.

Perante este enquadramento, não é de estranhar que, no campo da Sociologia, a definição do conceito de delinquência seja variável entre autores consoante se adopte uma visão restrita sobreposta ao sentido jurídico do termo que englobe apenas as infracções às normas jurídicas, ou se siga um olhar mais alargado que tende a desenvolver uma linha que abarca os vários tipos de interdições sociais e os mais diversos comportamentos ditos problemáticos nos escalões etários mais novos e nos quais aqueles constituem apenas uma parte (Cusson, 1993; Ferreira, 1999; Negreiros, 2001).

Genovés (1985) realça nesta última perspectiva todos os actos que não sendo penalizados legalmente caso fossem cometidos por adultos (i.e. mendicidade, fugas de casa, indisciplina, faltas voluntárias à escola e outros), se revelam problemáticos quando concretizados por crianças e jovens, fundamentando-se a importância da sua análise nas condições e processos em que se desenvolve a respectiva socialização. Estas situações são vulgarmente designadas por “*delitos de status*” na medida em que estão relacionados com a condição infantil e juvenil, acompanhando os papéis sociais atribuídos a crianças e jovens (Yablonsky e Haskell, 1988).

Actualmente, infância e juventude não são entendidas como meras realidades planas, biológicas e homogêneas, mas como categorias sociais que encerram uma pluralidade e diversidade de condições e modos de vida, alguns dos quais diametralmente opostos.¹⁵ Confrontando as perspectivas jurídica e sociológica, verifica-se que os critérios etários propostos no campo do Direito não podem ser analisados sem a sua consideração como patamar de relevância social cujo estabelecimento decorre da importância atribuída por uma sociedade a cada uma destas categorias. Se por um lado são uma forma convencional de operacionalizar o fim de um período de vida pelo qual o campo jurídico determina a passagem a uma condição de responsabilização plena pelos actos e subsequentemente a processos de incriminação, isso por si só não determina que, sob um ponto de vista social, se tenha transitado automaticamente de uma fase de juventude para a vida adulta em todas as áreas da acção humana. A idade não pode, pois, ser dissociada dos significados que reveste tanto a nível grupal como individual.

Nesta ordem de ideias, Dickes e Hausman (1986) propõe uma definição abrangente que tem em conta no conceito de delinquência todos os comportamentos problemáticos

¹⁵ Para um aprofundamento sobre a infância, vide Capítulo 2.

que se manifestam no decurso da transição dos jovens para a vida adulta, sendo entendidos na perspectiva de quebra das condutas sociais convencionais que o indivíduo manifesta num processo de socialização infanto-juvenil. Ultrapassa-se nesta concepção os limites etários definidos sob o ponto de vista jurídico e, mais do que isso, as infracções legais são apenas uma parte da totalidade desses comportamentos. Com base nesta perspectiva, pode inferir-se que existe uma mera sobreposição entre o conceito de desvio e o de delinquência: qualquer comportamento delinquente é considerado desviante e sujeito aos influxos dos contextos socioeducativos, económicos e políticos de cada época.

Na revisão da literatura científica sobre esta problemática, observou-se que a delinquência surge primordialmente associada ao termo juvenil, ainda que nem sempre se reporte, de modo exclusivo, mais a jovens do que a crianças. O facto de se fundar essencialmente na análise da actuação dos mecanismos de controlo social formal dos mais diversos países, vários dos quais colocam crianças em idades muito baixas (7-10 anos) em patamar similar ao dos jovens (acima dos 12-13 anos), leva a que se tenha detectado uma grande abrangência e amplitude etária. Neste sentido, o uso do adjectivo juvenil acaba por ocultar a diversidade de situações e a maioria dos modelos e linhas de orientação teórica propostos nesta área aponta mais as tendências identificadas entre os jovens de várias idades do que especificamente entre crianças. Por vezes, ambas as categorias são vistas como uma só, numa orientação que as junta numa unidade social aparentemente homogénea. Esta limitação, que não é restrita a este tipo de estudos, é objecto de crítica por Bourdieu (1980), que refere o facto de se promoverem abordagens à condição dos jovens centradas na perspectiva redutora de partilha entre todos de interesses comuns, o que constitui, no seu entender, uma evidência da manipulação que sobre os mesmos é exercida por adultos.

Como se descreverá mais detalhadamente no próximo ponto, à medida que foram sendo lançadas várias pesquisas de carácter longitudinal a nível internacional, algumas das quais em desenvolvimento há décadas, foi-se procedendo a uma maior clarificação da expressão “*delinquência juvenil*”, relevando-se o facto de nela se incluir os que são inimputáveis criminalmente. Neste âmbito, o recurso a outros termos como “*delinquência infantil*” ou “*delinquência de crianças*” (Thornberry e Krohn, 2003; Farrington, 2004; Loeber et al., 2004) tem emergido quando se trata de falar sobre os mais novos, geralmente crianças até aos 12-13 anos. Já Fonseca (2004), em estudos na área da Psicologia recorre ao uso do conceito de comportamento anti-social tanto para crianças como para jovens sobrepondo uma parte das categorias desses comportamentos às classificações dos diplomas jurídicos.

Para esta recorrência no uso da expressão delinquência juvenil em muito terá concorrido a generalização relativa de fenómenos de desvio durante a juventude, alguns dos quais sob a forma de infracções criminais (Ferreira et al., 1993; Ferreira, 1999; Negreiros, 2001), situação amplamente demonstrada nas mais diversas áreas do saber científico. Tal pode encontrar as suas razões de ser na especificidade do desenvolvimento psicossocial juvenil e da condição dos jovens na sociedade, concretamente em meios e culturas eminentemente juvenis cujas representações, valores e normas podem não ser coincidentes com os que dominam o mundo dos adultos, daí o confronto que envolve o que ambas as partes consideram legítimo (Pais, 1996).

Na sequência da diferenciação funcional da violação de regras sociais pelo assumir de desvio, os actos cometidos por um grupo podem revestir um valor funcional não apenas para os seus autores mas inclusivamente para o próprio grupo (Vala, 1985: 54). O que pode ser tolerado no seio do grupo pode estar em rota de colisão com o que está definido como aceitável e permitido socialmente num contexto específico, levando ao desenvolvimento de comportamentos que acabam por cair sob a alçada judicial. Este aspecto é tão relevante que se encontra enunciado na alínea e) do ponto 5. dos *Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil* (Nações Unidas, 1990): "*a consideração de que o comportamento ou conduta dos menores, que não é conforme às normas e valores sociais gerais, faz muitas vezes parte do processo de maturação e crescimento e tende a desaparecer espontaneamente na maior parte dos indivíduos na transição para a vida adulta.*"

Ao fundamentar-se a delinquência na influência dos mecanismos sociais como algo que supera as próprias construções intrapsíquicas, afasta-se as teorias que se centram na análise fechada do indivíduo, porque os actos delinquentes devem ser observados como rasgos no comportamento e não como condições inevitáveis de um processo (Catalano e Hawkins, 1996). Perante uma problemática tão vasta, diversas teorias e correntes ideológicas foram surgindo em diferentes contextos a partir de análises sistemáticas, mais ou menos profundas, realizadas sobre as mais diversas variáveis passíveis de intervir ou de definir a delinquência. Não existindo uma verdade única em matéria de ciências sociais, não se trata apenas de abordar este conceito com teorias diferentes; poder-se-ia fazê-lo com as mesmas, mas em diferentes níveis de aplicação.¹⁶

¹⁶ Logo à partida, surge a controvérsia entre os defensores das teorias monofactoriais e multifactoriais. Os primeiros propõem encontrar uma explicação universal para a delinquência e o crime em geral, como se tratassem de realidades universais e unívocas, desvalorizando que qualquer acto delincente, como fenómeno social, apresenta um carácter diverso e significativamente heterogéneo de manifestações de natureza histórica, cultural e política que estão condicionadas entre si e que de comum têm apenas uma referência à lei penal

Está amplamente demonstrado que nenhuma teoria consegue, por si só, explicar todas as formas de delinquência (Shoemaker, 1990). Como refere Hirschi (1969), não é possível isolar um sistema de variáveis relacionadas em termos incondicionais ou de relação perfeita. Acresce ainda que as variáveis ou factores não operam exclusivamente em termos de interacção entre si mas estendem-se a um nível de interacção recíproca que abrange o que supostamente representaria o seu objecto, isto é, os próprios autores dos actos. Não é por isso de estranhar que nas últimas décadas se tenha assistido a um progressivo crescimento de trabalhos centrados na análise de trajetórias seguidas por longos períodos de tempo cujos modelos de análise integram e conjugam componentes de diferentes abordagens e perspectivas teóricas (Thornberry e Krohn, 2003).

Perante este enquadramento, parece fundamental no desenvolvimento desta investigação atender à existência de um conjunto de critérios sociais a níveis micro (a estrutura e desenvolvimento das situações na relação da criança com a família, a escola e o meio) e macrossociológico (propriedades culturais, sociais e ecológicas que fazem variar os tipos de delito) que colocam em jogo outras variáveis além daquelas que são apenas estabelecidas em função de critérios etários ou de outras meramente individuais (endógenas). Resultando do conjunto de experiências sociais que remetem para um determinado contexto de vida, decorrente das interacções entre o sujeito e o meio, entende-se aqui a delinquência no sentido da definição proposta por Selosse (1976: 25) relativa aos actos que *“transgridem os limites da tolerância dos grupos sociais, portadores de sistemas de normas e de valores de uma sociedade num momento dado da sua evolução. Esta transgressão tem por efeito desencadear um mecanismo social de repressão e de sanção, reflexo duma reacção colectiva que ultrapassa o quadro familiar e educativo para suscitar intervenções administrativas ou judiciais”*.

Conclui-se que esta problemática dificilmente pode ser encarada como condição específica susceptível de análises isoladas ou fechadas, requerendo a sua abordagem a consideração, de facto, de diversas variáveis que afectam e envolvem o percurso das crianças (Amaro, 1993). O seu sentido profundo, e mais concretamente dos actos associados, situa-se na dimensão simbólica intrínseca aos mesmos, salientando-se que, para os seus autores, o simbólico reside fundamentalmente no reconhecimento do papel social que já assumem, assim como daqueles que deverão assumir num futuro próximo. Daí a sua forte conexão com factores de natureza social e política (Chaillou, 1995). Neste sentido, a delinquência de

(Dias e Andrade, 1984). Do outro lado, encontram-se os modelos multifactoriais, que partem da análise e interpretação de combinações de circunstâncias que influem num determinado evento e não outro.

crianças não pode ser dissociada da responsabilidade social que comunidades tendem ou não a assumir no decorrer da sua socialização.

Constata-se que se o esforço de clarificação da definição e da incidência da delinquência tem sido enorme, no que concerne à multiplicidade de formas que reveste não é, contudo, possível afirmar que a comunidade científica está completamente satisfeita com as propostas apresentadas até à data, tanto pela sua validade como pelos resultados dos programas de intervenção e tratamento delineados (Genovés, 1984).

1.5 Delinquência e idade: uma preocupação social renovada

A preocupação sobre a delinquência não é um dado novo, exclusivo do tempo presente. No entanto, nos dias de hoje, adquire um especial relevo pelas questões sociais que coloca em causa no seio de uma determinada sociedade, especialmente quando se reporta aos actos praticados pelos seus membros mais novos, as crianças. Frequentemente as interrogações que se levantam neste campo ficam meramente restritas à tentativa de conhecimento sobre o aumento ou de diminuição estatística deste problema social, ignorando-se que o mais importante é conhecer os seus contornos. Mas também esta constatação não é recente, como se pode ver na leitura de textos portugueses sobre a matéria que datam do início do século XX.

“Em quasi todos os paizes da Europa se tem notado um aumento consideravel da criminalidade precoce d’ano para ano. Na Bélgica e na Holanda a delinquencia de menores duplicou em vinte anos. Na Espanha triplicou no mesmo lapso de tempo. Na Russia, Austria, Hungria, França, Alemanha e Italia o aumento também foi enorme. Apenas em Inglaterra e talvez na Suissa, se tem constatado uma diminuição no numero de menores condenados.” (Côrrea, 1915: 75)

A actual dramatização e politização desta temática tende a fazer crer que se está perante um cenário social único, desvalorizando-se que não se trata de um fenómeno novo; novos poderão ser alguns dos seus traços e das suas actuais dinâmicas, bem como dos contextos onde se produzem. Como evidenciaram Lourenço e Lisboa (1998) na abordagem sobre a problemática da violência e do crime, a preocupação sobre estas questões e a ideia de se estar perante um seu agravamento numa linha sem precedentes não são, historicamente, situações exclusivamente contemporâneas; inscrevem-se, pelo contrário, nos discursos sobre a crise ou crises sociais que atravessam as sociedades em diferentes épocas, particularmente em períodos de intensas e profundas mudanças.

A dualidade, a ambivalência na forma como as sociedades se posicionam perante as crianças encontra-se traduzida nos modelos de intervenção social que visam a prevenção da delinquência. Passado quase um século sobre a preocupação enunciada por Côrrea (1915), que interrogações podem hoje ser identificadas como prioritárias neste campo? Tomando como pano de fundo o quadro traçado por Roché (2001) reportado à realidade social francesa, verifica-se que a controvérsia é grande e a procura de resoluções para estes problemas não é consensual.

“Nos enfants sont-ils retournés à l'état sauvage? Rajeunissement des délinquants et aggravation des violences, délits liés à l'origine ethnique ou brutalité des filles seraient à l'ordre du jour. Au point que certains élus locaux se s'ont lancés dans la promotion de «couvre-feux», et qu'ont se demande comment faire pression sur les parents, et notamment s'il faut supprimer ou réduire leurs allocation familiales. Mais les avis divergent. Certains avancent que cette façon de focaliser sur les délits des jeunes traduit un retour à l'ordre moral ou à une idéologie répressive, d'autres prétendent au contraire qu'une proportion croissante de jeunes prend effectivement part aux délits. Peut-on trancher ce débat?” (Roché, 2001: 13)

No caso português, o Estado da Arte sobre esta matéria traduz-se num conhecimento difuso e pouco profundo, como se terá oportunidade de detalhar no Capítulo 3. Ainda que não seja uma situação exclusivamente nacional, uma leitura restrita das estatísticas oficiais e dos mais diversos estudos pode levar a situar o fenómeno da delinquência exclusivamente junto daqueles que provêm de estratos sociais socioeconómicos mais desfavorecidos, num acentuar de problemáticas negativas. No entanto, sabe-se que isso não corresponde à realidade social, devendo ter-se em linha de conta os procedimentos de recolha de informação e a natureza dos dados recolhidos, a maioria junto dos sistemas oficiais de justiça que se constituem como o último patamar de acção dos mecanismos de controlo social formal. Como outros problemas sociais, a delinquência atravessa todas as classes sociais, variando apenas a intensidade e o grau de visibilidade que adquire em função da eficácia dos mecanismos de controlo que os actores de uns e outros estratos sociais dispõem para a suster (Cusson, 1993; Gersão, 1998; Carvalho, 2003; Gomes et al., 2010).¹⁷

À fraca visibilidade na agenda pública alia-se a escassez de estudos sociológicos sobre a temática em Portugal e as dificuldades crescentes dos investigadores em aceder ao terreno e a efectuar pesquisas além do contexto institucional ou formal da estatística oficial (Carvalho, 2010; Gomes et al., 2010). Se é verdade que é necessária a sua quantificação, não

¹⁷ A ausência de um modelo sistémico de recolha de informação estatística, da base ao topo da pirâmide da intervenção social e judicial, não permite ter uma visão global sobre este problema, dele se tendo apenas meros fragmentos, na maioria das vezes dificilmente cruzáveis entre si. Emerge a necessidade de reajustamentos ao nível dos instrumentos e procedimentos de recolha de dados oficiais sobre criminalidade, bem como da consideração da sua divulgação pública atempada. De igual modo, a discussão da estatística oficial tem de ter em linha os indicadores demográficos relativos aos escalões etários mais novos, algo que não acontece regularmente. Para um aprofundamento destas questões, vide Capítulo 3.

menos importante é olhar e compreender as suas expressões, a sua natureza e os contextos onde vem a tomar forma, como aqui se pretende fazer.¹⁸

Na linha da preocupação anteriormente descrita por Roché (2001) sobre um eventual regresso das crianças a um “*estado selvagem*”, a relação entre delinquência e idade tem vindo a ganhar um especial interesse no campo da investigação sociológica (Sampson et al., 1999; Negreiros, 2001; Thornberry e Krohn, 2003; Farrington, 2004; Cusson, 2006). Ao longo dos tempos, tem vindo a constatar-se tratar-se de uma relação significativa porque as taxas de delinquência tendem a variar sensivelmente em função da idade, não sendo por isso de estranhar a maior amplitude no uso da expressão delinquência juvenil. Sob essa mesma capa, colocam-se actos relativos a idades muito diferenciadas, surgindo muitas vezes a ideia de que nas sociedades contemporâneas este tipo de manifestações parece ter-se tornado mais frequente do que no passado, sendo inevitável levantar a questão de saber porque é que isso acontece. Um dos motivos que pode ajudar a explicar esta situação remete para a crescente valorização da infância e juventude como categorias sociais autónomas e de pleno direito na sociedade, do seu alongamento no tempo, a par da complexidade e diversidade de formas de expressão do desvio por parte dos mais novos em situações e actos que são vistos e debatidos sob muitas e diferentes formas. Novos olhares dão visibilidade a actos que outrora permaneciam ocultos ou que não eram tidos como preocupantes, sendo vistos como parte integrante e regular dos próprios processos de socialização.

Perante a edificação dos sistemas judiciais e administrativos de protecção à infância e juventude a nível internacional – cujas diferenças impedem uma comparação directa –, indissociáveis da conceptualização sobre essas categorias sociais que os sustenta, importa saber quais os contornos mais identificados no uso da expressão “*delinquência de crianças*”. A maioria dos autores que tem vindo a debruçar-se sobre este campo tende a englobar neste conceito as crianças menores de 12-13 anos suspeitas ou acusadas da prática de actos que à luz da lei penal seriam qualificados como crime (Thornberry e Krohn, 2003; Loeber et al., 2004; Farrington, 2004). Na revisão de literatura efectuada, constatou-se que se relativamente à faixa etária atrás mencionada entendida como limite existe um maior consenso, o mesmo já não acontece na consideração da idade do início da prática de actos delinquentes,

¹⁸ É muito ténue a representatividade de outras abordagens, como os estudos longitudinais (que não podem ficar restritos às populações recenseadas oficialmente nos sistemas de Justiça) ou os inquéritos de delinquência auto-revelada, para só citar dois dos mais significativos modos de investigação postos em prática noutros países. Esta ausência de produção científica nacional é um dos principais constrangimentos que se identifica nesta área e que se vê reflectido num excesso de ruído opinativo sobre a matéria, em intervenções públicas e nos *media*, essencialmente marcadas por elevada subjectividade, o que dificulta a adequada identificação e compreensão do fenómeno.

que tende a apresentar uma maior variação, geralmente situada no intervalo entre seis e os nove anos.

Digno de registo é o facto de começarem a surgir cada vez mais referências internacionais a indicadores de risco associados à delinquência detectados em idades inferiores. Em estudo realizado em Montreal, Tremblay et al. (2003) verificaram que as agressões de crianças de três anos de idade em meio escolar observadas pelas suas Educadoras constituíam um preditor significativo de delinquência violenta e de crimes contra a propriedade relatados pelos próprios em inquéritos de delinquência auto-revelada realizados quando atingiam os 11-12 anos. Dunedin et al. (cit. em Fonseca, 2004) constataram que os comportamentos de crianças de três-cinco anos avaliados pelos pais como problemáticos discriminavam positivamente aqueles que aos 11 anos estavam oficialmente referenciados a actos delinquentes. No estudo longitudinal destes autores, constatou-se que 71% dos indivíduos com condenações até aos 18 anos por crimes violentos tinham praticado actos delinquentes em idades muito precoces.

Moffit (1993), Najman et al., (2000), Shaw, Keenan e Vondra (cit. em Thornberry e Krohn, 2004), em diferentes pesquisas centradas na análise do fenómeno da continuidade do comportamento anti-social e delinquente da infância à idade adulta, detectaram a existência de um pequeno grupo de indivíduos em que o início desse tipo de acções ocorre ainda antes da entrada na escola, nos primeiros anos de vida coincidentes com a idade de frequência do jardim-de-infância (três-cinco anos). Embora descritos como pouco numerosos, as suas trajectórias de vida estão assinaladas por uma tendência desviante e criminal marcada pela gravidade e persistência acentuadas dos actos. Ganha assim corpo o conceito que Moffit (1993) designou por “*delinquência ao longo da vida*”.

Também os resultados sobre os primeiros 40 anos do *Cambridge Study in Delinquent Development*, coordenado por David Farrington, apontam para que antes de qualquer sanção ou medida do sistema de justiça concretizada entre os oito-10 anos as crianças alvo dessa intervenção manifestam um conjunto de traços de caracterização social significativamente diferentes das que não são associadas a delinquência, nomeadamente em termos de problemas de comportamento social e de actos delinquentes que os primeiros tendem logo a manifestar no anos iniciais de frequência escolar. Pobreza, dimensão da família, fracas condições habitacionais, dependência de subsídios e apoios sociais e negligência parental são alguns dos outros factores mais reportados junto destes. Nesse mesmo estudo, metade dos indivíduos sancionados pelos sistemas oficiais entre os 10-14 anos acabaram por ser alvo de nova intervenção oficial ainda antes dos 24 anos, enquanto no grupo de controlo isso

apenas aconteceu com cerca de 8% (Farrington, 2003, 2004). Numa mesma linha, Lipsey e Derzon (1998) concluíram que a prática de ofensas graves em idades muito baixas, concretamente entre os seis e os 11 anos, constituía um indicador significativamente associado ao desenvolvimento de uma trajectória desviante marcada pelo envolvimento em transgressões violentas e graves (Fonseca, 2004).

Este leque de resultados, de proveniências e áreas disciplinares diversas, que se vê replicado num amplo conjunto de estudos internacionais de carácter longitudinal, muitos dos quais em curso desde há muito,¹⁹ revela a importância do conhecimento sobre as formas de produção da delinquência por crianças nos mais variados contextos. Ainda que centrados especialmente na análise de trajectórias, tema que não constitui objecto desta investigação, afigura-se relevante neste trabalho a procura de uma caracterização social da delinquência na infância, junto dos mais novos, em detrimento de um enfoque nos jovens como acontece em grande parte da literatura científica. Acredita-se que este processo permitirá um conhecimento mais profundo das condições sociais da produção da delinquência, factor decisivo para a definição de políticas que visem uma maior eficácia no seu combate e prevenção.

¹⁹ Sem uma preocupação de exaustividade em termos de referências neste campo, além dos mencionados no corpo do texto destacam-se como mais significativos o *Rochester Youth Development Study*, de Thornberry, Lizotte, Krohn, Smith e Porter (iniciado em 1986); o *Denver Youth Study* de Huizinga, Wiher, Espiritu e Esbensen (1988); *The Pittsburg Youth Study* de Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, Moffit, Caspi, White, Wei e Beyers (1988); *The Seattle Social Development Project*, de Hawkins, Smith, Hill, Kopsternan, Catalano e Abbot (1985); *The Cambridge Study in Delinquent Development* de West e Farrington (1961); *The Houston Longitudinal Study* de Kaplan (1971); *The Montreal Longitudinal e Experimental Study* de Tremblay, Vitaro, Nagin, Pagani e Séguin (1984); *The Zurich Project of the Social Development of Children* de Eisner (2003); *The Tübingen Criminal Behaviour Development Study* de Kerner (1965), *The Montreal Two-Samples Longitudinal Study*, de LeBlanc (1974); *The Project on Human Development in Chicago Neighbourhoods* de Sampson (1995).

Capítulo 2 – INFÂNCIA, URBANIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA

2.1 A infância como construção social

Ao longo dos tempos, os olhares sobre a infância, essencialmente de natureza filosófica, histórica, médica ou psicopedagógica, deram origem a uma sucessão de imagens e noções, por vezes contraditórias, que contribuem para a sua conceptualização no presente (Mollo-Bouvier, 2006). No caso da Sociologia, área que entrou tardiamente neste processo, tem vindo a destacar-se um certo paradoxo: as crianças tornaram-se objecto de crescente interesse nas sociedades ocidentais à medida que o seu peso foi diminuindo no conjunto total da população. Parece poder afirmar-se que quanto mais os adultos afirmam desejar e gostar de crianças, cada vez são menos as que nascem e cada vez parece ser menor o tempo disponível para estar com elas (Qvortrup, 1995).

A atenção não reside exclusivamente nesta oscilação enquanto categoria demográfica, remetendo também para uma valorização definida à luz de factores de natureza socio-política que destacam um conjunto de problemáticas que mais as afectam (Ennew, 1994, cit. em Qvortrup, 1995). Na dualidade entre o individual e o social, emerge a necessidade de entendimento sobre as razões que levam as trajectórias de muitas crianças a ser atravessadas por problemas sociais de ordem diversa quando, paradoxalmente, nunca como agora as sociedades dispuseram de tanta informação e meios para efectivar a melhoria das condições de vida de todos os grupos da população (Qvortrup, 1995; Wyness et al., 2004). Parece, pois, que o sentimento universal de solidariedade dificilmente terá sido difundido de forma tão alargada e intensa no passado mas, ao mesmo tempo, nunca antes os desequilíbrios, as ocasiões de conflito e as formas de exclusão social terão tido a visibilidade que hoje têm. São situações que se reportam a comunidades que interagem em presença de padrões de risco e de exclusão que, por si mesmos, se sustentam como paradigmas a partir de práticas e de noções socialmente construídas (Santos, 2001).

Historicamente, a infância começou a adquirir alguma evidência na Europa entre finais do século XVIII e início do século XIX, estando correlativamente associada a uma ideia de família (Ariès, 1973). No mundo ocidental, durante séculos e até final da Idade Média, as crianças eram representadas como adultos em miniatura – “*homunculus*” –, desenvolvendo modos de vida à semelhança daqueles com quem privavam. O afastamento desta concepção está indissociavelmente ligado ao nascimento e diferenciação da classe e da família burguesas (Galland, 1999). Eram sociedades que não tinham falta de crianças como

muitas na actualidade, mas falta de uma noção de infância (Qvortrup, 2005). No entanto, como aponta Ariès (1973), importa reter que a ausência dessa noção nesse período histórico não deve ser entendida numa correspondência directa à ideia da existência de um tratamento de completa negligência, desamparo ou desprezo relativamente às crianças. Mesmo que isso pudesse associar-se em várias situações e nos mais diferentes pontos do globo, o que tendia a ocorrer era a sua rápida inserção no mundo dos adultos, especialmente pelo início de um trabalho logo que, na consideração dos mais velhos, fosse considerada capaz para tal.

Constata-se que foi nos estratos sociais mais elevados que a criança começou a adquirir visibilidade e maior diferenciação relativamente ao adulto. Nos séculos XVI e XVII, este processo deu os primeiros passos através do uso de vestuário mais adequado à sua condição, com uma maior incidência para o concedido aos rapazes (Ariès, 1973). Basicamente, a criança começou a ser vista como pertença do universo privado da família e foi sendo afastada do olhar público ao contrário do que até então tendia a acontecer, ainda que não se tenha logo constituído como categoria social (Qvortrup, 2005).

Deste modo, foi-se construindo uma crescente invisibilidade da criança no espaço público nas sociedades modernas, paradoxalmente as que trouxeram uma ideia de maior liberdade e abertura. Deve-se isto ao facto de se ter começado a ganhar consciência social das suas competências na ideia de que era um membro de uma comunidade, mas numa visão inicialmente restrita ao interesse de pais e professores e não dos adultos em geral (Qvortrup, 2005). Gradualmente, esta diferenciação foi alargada a outros estratos sociais. A evolução foi lenta e algumas das concepções e modos de vida tradicionais parecem ter permanecido por muito tempo, ou até mesmo ainda permanecem, junto de diversos grupos sociais, na perpetuação de desigualdades nas formas de tratamento concedida às crianças.

Perante este enquadramento, não é de estranhar que a ideia da infância como uma categoria social seja relativamente recente (Almeida, 2000; Sarmiento, 2004a). No final da segunda metade do século XX, deixou de ser vista como uma mera correspondência a uma realidade biológica ou a um dado natural, universal, de duração fixa, assegurado para um grupo de indivíduos, para passar a ser entendida como uma construção social reportada a uma determinada etapa da vida por referência a sistemas de valores e de normas de uma sociedade (Ariès, 1973; Qvortrup, 1994, 1999; James e Prout, 1990; Jenks, 1996; Christensen e James, 2000; Almeida, 2000, 2009a; Sarmiento, 2000b, 2006; Mayall, 2002; James e James, 2004; Prout, 2005; Sirota, 2006; Wyness, 2006).

A construção social da infância moderna é produto da sua separação do mundo dos adultos, ocorrendo a par da institucionalização dos tempos e modos de vida das crianças (Sarmiento, 2004b). Não será mais possível falar de infância como se fosse uma realidade plana, vivida ou representada exclusivamente no singular, pois nela, enquanto categoria geracional própria, existem diferenças e desigualdades sociais e destacam-se, simultaneamente, campos específicos que remetem para a co-existência de traços diversos decorrentes de regularidades assinaladas por origens de género, espaço social de classes ou local geográfico, entre outras possíveis (Almeida, 2000).

O ponto de viragem nesta matéria deve-se ao trabalho de Ariès (1973), editado pela primeira vez em 1960, onde se evidencia que a infância é uma realidade social construída e reconstruída ao longo da História. Deste facto decorre a necessidade de precisar a que se referem os termos infância, crianças e criança (Javeau, 2006). Numa dupla condição que conjuga as categorias biológica e social que se entrecruzam a partir de opções políticas, sociais e morais numa dada sociedade (Jenks, 1996), a infância é uma componente permanente da estrutura social que se vê construída de diferentes modos em diferentes tempos (Madge, 2006), dizendo respeito a crianças entendidas na qualidade de um colectivo (James e James, 2004). No fundo, um corpo constante de indivíduos que se constitui como uma geração tendo em comum uma posição de dependência relativamente a outras gerações, logo de menor capacidade no exercício das diversas formas de poder (Almeida, 2000).

Enquanto conceito em permanente evolução, torna-se necessário identificar e compreender como é que a infância se constrói a partir da interpenetração entre os níveis global e local num determinado contexto (Sirota, 2006). A adopção do eixo da temporalidade é fulcral neste processo, resultando de opções que são reflexo dos quadros sociais e culturais vigentes.²⁰ Trata-se em primeiro lugar de desnaturalizar a categoria para depois a construir numa linha similar ao proposto por Bourdieu (1980) relativamente à juventude.

As crianças vivem e atravessam a infância na sua qualidade de indivíduos sendo-lhes atribuídos certos papéis sociais (Wyness, 2006). E é do espaço colectivo e institucional que representam no conceito de infância que vem a emergir a concepção de criança, ser

²⁰ Perante a adopção deste eixo, são suscitados os limites etários da infância e, sob a capa deste estatuto comum, integra-se a construção de outras subcategorias (bebé, pré-adolescente, etc.) que remetem essencialmente para transformações da parentalidade e dos laços fundamentais estabelecidos com as crianças. Segundo alguns autores, estas perspectivas centram-se na designada “*paixão da infância*” fundada num ideal de “*criança fruto do desejo*” (Gavarini, 2004). Para esta situação têm contribuído as modificações registadas nos campos da procriação medicamente assistida e da contracepção e os laços de filiação passaram também a ser questionados à luz da aplicação de novas técnicas nestes domínios. A discussão sobre a bioética alargou-se e ultrapassou os limites da comunidade médica, pondo em causa alguns dos fundamentos da organização social que se tinham sido tomados como garantidos nas últimas décadas.

único, individual (James e James, 2004), que existe em circunstâncias e situações específicas (Madge, 2006). Será difícil pensá-la sem considerar a sua relação com os adultos, o mesmo acontecendo num modo inverso, isto é, pensar os adultos ou a existência de uma sociedade de adultos sem crianças (Jenks, 1996). Gradualmente, tem-se assistido à emergência de uma ideia de “*ofício da criança*” (Sarmiento, 2000a) que pretende evidenciar a importância da sua consideração como participante competente na produção da vida social. Nesta linha, o eixo de análise vem a deslocar-se da noção da criança como objecto para a de actor social, como se terá oportunidade de aprofundar no ponto 2.3. Noutra perspectiva, é também recorrente o uso do termo criança no campo da política social e de alguma literatura científica para designar toda uma categoria de indivíduos, as crianças (James e James, 2004).

Até finais da década de 1980, a investigação sociológica poucas vezes veio a considerar a infância como objecto de estudo autónomo, ao contrário do que se passou em relação à juventude, alvo de maior curiosidade por parte de vários autores com uma certa incidência na sua associação a problemáticas como o desvio e a delinquência (Qvortrup, 1999; Almeida, 2000, 2009a; Prout, 2005). Não que a infância não fosse abordada cientificamente, mas era-o quase exclusivamente num plano em que a sua clara subordinação a outros objectos ou universos, designadamente o familiar, se sobrepunha à consideração da existência de especificidades próprias.

A progressiva autonomia e a consistência que a Sociologia da Família veio a adquirir no mundo ocidental são um marco que sustentou o movimento de constituição do novo campo científico da infância. A problematização dos laços e relações familiares, a (in)dependência e autonomia dos seus membros, especialmente as mulheres e crianças na qualidade de grupos minoritários, fundamentaram o seu desenvolvimento, e novas abordagens surgiram paralelamente às realizadas sobre as mulheres (Mayall, 2002). Um conjunto de interesses teóricos foi emergindo resultando, em larga medida, de uma procura social crescente por pressões de ordem diversa por parte das comunidades (Almeida, 2000; Montandon, 2001; Prout, 2005).

Consolidando a linha de orientação proposta por Ariès, Denzin (1977), uma das figuras do interaccionismo simbólico nos anos 1970, orientou o foco de análise sociológica da infância para o processo de construção social que lhe é subjacente e para a necessidade do seu entendimento como uma produção histórica, cultural, política, económica e social:

“Children must be viewed as historical, cultural, political, economic, and social productions. There is nothing intrinsic to the object called ‘child’ that makes that object more or less ‘childlike’. Accordingly, children as they are known in current social and psychological theory

may in fact be historical and cultural products of the nineteenth and twentieth century's (Denzin, 1977: 2).

Nas últimas décadas, partindo deste princípio a Sociologia foi pouco a pouco deixando para trás uma perspectiva tradicional que tendia à problematização da infância em torno de uma condição que conjugava uma noção de transitoriedade – a criança vista como “*o adulto incompleto ou em devir*” (James, Jenks e Prout, 1998) – e outra em torno da sua completa dependência perante os adultos (Almeida, 2000; Sarmiento, 2004b; Montandon, 2006). A ideia contemporânea de infância deve ser trabalhada num quadro de reflexividade (Giddens, 1996) que a reporta à confluência das mudanças que ocorrem em todos os campos da vida social e onde a criança se expressa na condição de “*múltiplos outros, face aos adultos, por efeito da variedade de condições sociais*” (Sarmiento, 2004b: 11). Não se trata da descoberta de um ser simples, como tanto tempo se fez crer à luz de imagens históricas de total inocência e dependência, mas de um ‘outro’ complexo (Montandon, 2006). Subjaz a este propósito a perspectiva teórica sobre a qual se funda o novo paradigma da infância:

“Children are and must be seen as active in the construction and determination of their own social lives, the lives of those around them and of societies in which they live. Children are not just the passive subjects of social structures and processes” (James e Prout, 1990: 8)

A problemática da infância e da condição das crianças passou a estar na ordem do dia a partir do início da década de 1990, assumindo, desde então, uma dimensão internacional que atravessa os mais diferentes domínios do universo académico (Sarmiento e Pinto, 1997; Almeida, 2009a), e a Sociologia da Infância adquiriu um espaço próprio (Qvortrup, 1995; Mayall, 2002; Prout, 2005).²¹ Inicialmente, a investigação confrontava-se com os efeitos decorrentes da prolongada ausência de reconhecimento do estatuto social das crianças e havia que fazê-la sair da invisibilidade em que se encontrava, inclusivamente estatística, o que começou por ser concretizado através do enfoque dado à análise dos processos sociais relevantes na sua educação, mais ao nível formal da escola, onde a influência da variável classe social era central (Mollo-Bouvier, 2005). Esta situação traduziu-se, durante algum tempo, na ocultação da sua diversidade, sendo vulgar o uso do termo criança em vez do seu plural. Paralelamente ao decréscimo da hegemonia dos trabalhos centrados na classe social emergiu um maior interesse sobre a acção social da criança, sem que isso tenha

²¹ A Sociologia da Infância tem origem no campo mais vasto da sociologia das idades e das gerações, sendo decisivos os contributos da *Escola de Chicago* e da perspectiva interaccionista para uma aproximação mais individualizada às crianças (Mollo-Bouvier, 2006). Para aprofundar os contornos da sua construção como campo de estudo e da evolução deste processo, fundamentalmente centrado em torno de duas linhas de orientação, uma francófona, outra anglo-saxónica, vide Qvortrup (1994, 1999), Sirota (1998, 2006), Mayall (2002), Prout (2005) James e James (2008) e Almeida (2006, 2009a).

implicado o ocultar de outras diferenças sociais. Deste modo, abriram-se novos campos e a criança ganhou um outro relevo social e científico.

A questão central que se releva da transformação da análise sociológica num percurso de crescente visibilidade e autonomização da infância como campo de saberes autónomos tem a ver com o estabelecimento de novos quadros de direitos sociais das crianças cuja consagração e aplicação constituiu uma das linhas principais de abordagem. Nesta ordem de ideias, as sucessivas (re)construções sobre este conceito reenviam para diversas formas de conhecimento da realidade social, constituindo o seu estudo um acesso privilegiado à problematização das dinâmicas e mudanças sociais num dado contexto. A crescente visibilidade enquanto categoria social reflecte os passos de uma evolução entendida à semelhança de um percurso de vida, como se de fases em permanente descoberta se tratasse, revelando-se as múltiplas condições do que se entende por ser criança em contextos histórica e socialmente definidos (Teles, 1999).

Se por um lado não se contesta actualmente a sua relevância, o estatuto social que ao longo dos tempos esteve reservado à criança apresentou fortes variações: de sujeito ignorado a objecto sacralizado da civilização em diferentes regiões do mundo; noutras simplesmente um bem a que se atribui um valor económico (Corsaro, 1997; Giddens, 1997; Qvortrup, 2005; Wyness, 2006). Neste conjunto de situações, algumas delas diametralmente opostas, as crianças passaram nas sociedades modernas a ser considerados titulares de direitos próprios cuja negação ou violação poderá corresponder à aplicação de sanções. A representação social da infância moderna está enquadrada por um conjunto de princípios relativos ao exercício de uma cidadania plena que a todos sugere uma definição de “*bem-estar infantil*” (Almeida, 2000: 20), e o interesse renovado pela infância vai desde o plano político ao mediático, do científico ao público, sustentado na necessidade de efectivação desses mesmos direitos. Esta valorização não é indiferente aos quadros sociais emergentes associados a linhas de investigação sociológica que tendem a centrar-se na análise de diversos problemas sociais. Novas sensibilidades para casos outrora ocultos, ou de menor e diferente visibilidade, têm vindo a ser trazidas para discussão na apresentação de perspectivas que remetem para realidades que se confundem com a origem das sociedades humanas.

Traçando de forma sumária as principais linhas da evolução desta construção, Almeida (2000) aponta três momentos que marcam os pontos de viragem na forma de entendimento da infância nas sociedades ocidentais.

Num primeiro momento relativo aos tempos da pré-modernidade, salienta-se a concepção da criança enquanto braço de trabalho, adulto em versão pequena a quem se exige e sanciona o mesmo que aos adultos, recorrentemente vítima das mais diversas formas de exploração, mau trato e negligências. O segundo, numa visão da modernidade, evidencia-a como objecto e centro do interesse, dos afectos e do consumo da família na qualidade de “*criança-aluna*”, que se deseja bem-sucedida e cumpridora, constituindo-se a instituição escolar como a mais adequada para a promoção da sua socialização. À “*criança-aluna*” passaram a estar cometidas exigências e deveres de um processo de aprendizagem que assegura também modos de inculcação de um saber homogeneizado, de uma ética de esforço e de uma disciplina social. As actividades escolares passaram a ser o novo trabalho das crianças – “*o ofício de aluno*” (Sarmiento, 2000a) –, delas requerendo uma larga ocupação do seu tempo diário. No terceiro momento, reportado aos tempos da pós-modernidade, emerge o papel da “*criança consumidora*”, utilizadora competente e activa de novas tecnologias num mundo marcado pela globalização e diluição de fronteiras (Almeida, 2000). Esta noção não pode ser dissociada da evolução da “*criança-aluna*” que foi ganhando espaço na qualidade de consumidora, constituindo um público particular e preferencial de determinadas acções que sustentam sectores económicos específicos (Sarmiento, 2000b). Nesta complexidade de imagens e seus cruzamentos, não se trata apenas de considerar os consumos a nível familiar mas também de atender aos nichos de mercado especialmente criados em sua função (da publicidade, dos desenhos animados, das emissões próprias que lhe são destinadas pelos *media*, entre outros, e que se estruturam em torno de uma ideia de criança activa e dotada de uma força e atributos sociais que a aproximam da ideia de “*criança-rei*” em torno da qual tudo deve girar (Ariès, 1986).

Em Portugal, este percurso desemboca num tempo presente onde, mais frequentemente do que à partida seria desejável pela negação de direitos que muitas situações traduzem, se cruzam e sobrepõem em determinados territórios qualquer uma destas três linhas. Trata-se, no fundo, da confluência dos mais variados factores de ordem individual e social que tendem a perpetuar a constância de realidades e imagens que, pertencendo a tempos diferentes, emergem a um só abarcando estas três dimensões (Almeida, 2000). Para um mesmo terreno e a um mesmo tempo detectam-se estes diferenciados modos de viver a infância num processo de entrecruzamento muito denso e de difícil acesso. Este quadro de ampla diversidade é justificado pelo facto de o país ter entrado tardiamente na modernidade relativamente ao que se passou noutros países europeus (Almeida, 2000, 2009a; Sarmiento, 2000, 2004b; Viegas e Costa, 1998), o que condicionou a evolução vertiginosamente

acelerada que desde aí se regista numa desigualdade acentuada de condições de vida para um larga parte da população, traduzida nos mais diversos indicadores sobre as condições de vida no país. Desta forma, uma especial atenção deve ser dada ao desfasamento entre a tendência para uma representação hegemónica da infância e a pluralidade das experiências infantis concretas que se mantêm a nível nacional.

Em suma, acreditando-se, como defendem vários autores (De Mause cit. em Pinto, 1997: 38), que “*a história da infância constitui um pesadelo do qual apenas recentemente começámos a despertar*”, importa reter que à medida que se atende às diferentes culturas, às diferentes sociedades, às diferentes histórias individuais, têm vindo a construir-se os mais diversos mundos da infância não se podendo mais falar de infância, no singular, mas de infâncias (Christensen e James, 2000; Qvortrup, 2005; Prout, 2005; Mollo-Bouvier, 2006).

2.2 Infância em perigo, infância perigosa: a emergência da problemática da delinquência de crianças

Inocência, dependência e vulnerabilidade são alguns dos traços que marcam o entendimento sobre a criança nas sociedades ocidentais desde o século XVII (Digneffe, 1995; Jenks, 1996; James e James, 2004). Neles se fundamenta a construção do mito da infância como uma idade de ouro, um tempo de vida em que se tem necessariamente de ser feliz, livre de preocupações e responsabilidades, ideia que se prolongou pelo século XX (Ennew, 1994). De entre as imagens construídas ao longo dos tempos neste campo, poucas suscitarão tanta ambivalência e contradições como as associadas à delinquência.

Do entendimento da criança como “*tábua rasa*” cuja evolução dependia da experiência que lhe fosse proporcionada, segundo a perspectiva de Jonh Locke (1632-1704), à concepção de Rousseau (1712-1778) sobre a sua inocência inata que só poderia ser preservada no processo de crescimento se este fosse feito de acordo com as leis da natureza em vez das leis dos homens, predominou uma visão romântica de criança inocente e angelical que deveria ser protegida,²² numa linha profundamente diversa da preconizada por Santo Agostinho (354-430) que, séculos antes, defendera que “*se a deixássemos fazer o que lhe apetece, não há crime que não a víssemos cometer*” (cit. em Ponte, 2005: 25).

Na sistematização desta multiplicidade de concepções e ideais sobre a criança, Jenks (1996) identificou duas imagens dominantes que ancorou na mitologia grega: a “*criança dio-*

²² A concepção de “*criança romântica*”, largamente explorada nos campos literário e filosófico, é componente fundamental do estabelecimento de um ideal de família que perdurou por muito tempo nas sociedades ocidentais, assente na visão da família como um espaço protector e idílico, livre de perigos (Ponte, 2005).

nisiaca” e a “*criança apolínea*”.²³ A primeira reporta-se a uma noção do mal que toda a criança será portadora desde o nascimento, numa orientação similar à que pode ser encontrada na fundação da doutrina judaico-cristã através da afirmação do pecado original (Jenks, 1996, 2005). Conduz-se, assim, à sua demonização e defende-se que as forças primárias que a impelem na procura do prazer, da posse sobre objectos e da auto-satisfação devem ser controladas pelos adultos, sendo de evitar as más influências (Ponte, 2005). Já a segunda imagem, largamente difundida na filosofia e na literatura, disso sendo exemplo paradigmático a obra *Émile* de Rousseau, diz respeito à criança vista como ser inocente, angélico, puro, nascido para o bem, amado pela sua natureza humana sem maldade (Jenks, 1996).

Jenks (1996) realça como estas duas imagens aparentemente contraditórias, mas presentes a um mesmo tempo e espaço na vida social e nos discursos sobre estas matérias, revelam a crescente necessidade de controlo dos processos de socialização nas sociedades ocidentais. Como refere Ponte (2005: 39) “*são duas imagens de disciplina, que reflectem duas formas de integração. Substituem a antiga ordem pela nova ordem das sociedades industrializadas, velhos regimes de aprisionamento e punição por novas prisões e outras instituições de controlo e regulação: hospitais, fábricas, escolas, e claro, as formas de cuidar dos mais novos.*”

É perante este enquadramento que se tem de colocar a emergência da problemática da delinquência de crianças. Até ao século XVIII, o tratamento dado a crianças e adultos era o mesmo e nem sequer havia um conhecimento estatístico que permitisse ter uma noção aproximada da dimensão do fenómeno. Basicamente, tudo se resumia a saber se a maioria dos indivíduos era boa ou má num plano de juízo moral que decorria dos debates teológicos à época em torno do bem e do mal (Debuyst, 1995). Foi no início do século XIX que o desvio e a delinquência de crianças e jovens, colocados sob uma mesma capa emanada do Direito, a de *menor*, concepção de cariz jurídico, começaram a ser objecto de particular atenção de alguns investigadores e de especial preocupação social, vindo a constituir-se como áreas específicas de intervenção por parte do Estado em muitos dos países europeus e nos Estados Unidos da América (Hendrick, 1990; Digneffe, 1995; Cario, 1999; James e James, 2004, 2008; Liston, 2007).²⁴

²³ Derivadas do mito de *Dionísio* – deus grego correspondente ao romano *Baco*, ambos associados ao vinho, festas, lazer e prazer –, foi um dos mais importantes entre os gregos e o único filho de uma mortal considerado como deus – e do mito de *Apolo* – um dos mais importantes deuses da mitologia greco-romana a quem era conferida uma beleza perfeita constituindo símbolo da harmonia entre corpo e espírito.

²⁴ A expressão delinquência juvenil surgiu inicialmente em Inglaterra, em 1815, um ano depois da condenação à morte de cinco crianças (Digneffe, 1995). Viu-se depois consagrada nos Estados Unidos da América, em 1823, pela afirmação das entidades oficiais de que adultos e crianças e jovens não podiam continuar a ser tratados social e juridicamente da mesma forma. Esta ideia esteve na origem da criação do primeiro Tribunal de Menores no mundo, em Cook County, Illinois, ao que se seguiu o estabelecimento, até 1909, de tribunais

Nestas primeiras abordagens revelaram-se preocupações essencialmente de natureza médica (psiquiátricas) e psicológica e o debate centrou-se nas questões relativas à responsabilidade penal dos indivíduos e ao impacto do meio sobre o que é inato (Digneffe, 1995).²⁵ A consideração deste fenómeno deixou de ser feita sob um ponto de vista que realçava exclusivamente a sua natureza moral e acentuava a dicotomia entre bem e mal, e algumas crianças passaram a ser vistas tanto como produto da desordem social e moral que afectava determinados segmentos da população como, simultaneamente, a sua própria causa (Jenks, 1996). Predominava uma ideia de que quem praticava crime tinha certos vícios que teriam de ser analisados na sua origem e nas condições de existência em sociedade e não apenas no seu carácter (Debuyst, 1995; Liston, 2007).

A necessidade de prevenção destas situações começou a ganhar forma à luz das mudanças sociais, económicas e demográficas que na época atravessavam as sociedades nascidas da industrialização e que se viam marcadas por uma ideologia de progresso, riqueza e bem-estar. Essa preocupação concentrou-se primordialmente junto das crianças oriundas das classes populares, onde marginalidade, pobreza, abandono, maus-tratos e delinquência adquiriam uma especial visibilidade. A discussão sobre o que fazer para evitar o alastramento destes problemas sociais veio a colocar em especial evidência o papel da família e das suas relações com o Estado (Digneffe, 1995). Direitos e deveres de uns e outros perante as crianças começaram a ser objecto de análise, evidenciando-se uma questão: deve a autoridade paternal manter-se sem limites junto de crianças identificadas nestas situações ou, pelo contrário, deve o Estado ser compelido a intervir em determinadas circunstâncias? Encontram-se aqui os alicerces das designadas “*políticas de família*” (Donzelot, 1977, cit. em Digneffe, 1995: 38) que deriva das transformações sociais que marcaram a transição do século XVIII para o século XIX.

A infância começou a ser objecto de um tratamento separado do desenvolvido junto de adultos, suscitando um crescente interesse nas décadas seguintes. A diferenciação entre “*infância em perigo*” e “*infância perigosa*” (Digneffe, 1995: 38) impôs a necessidade de

idênticos em todos os Estados norte-americanos à luz das variações de legislação específica em cada um. Em 1825, surgiu a primeira instituição para delinquentes e crianças em perigo nos EUA, sucedendo-se o estabelecimento de uma outra em França, em 1832 (Digneffe, 1995). Este movimento alastrou um pouco por toda a Europa, e em Portugal, a constituição do primeiro estabelecimento diferenciado, a *Casa de Detenção e Correção de Lisboa*, ocorreu em 1871 (Carvalho, 2003).

²⁵ Nas primeiras tentativas de teorização, procurava-se conhecer as suas causas e encontrar soluções. Os estudos multiplicaram-se e intensificaram-se a par do desenvolvimento da criminologia nos EUA no século XX. Um primeiro patamar de análise reportou-se aos números de condenação. Em 1843, Ducpétiaux verificou que enquanto o Reino Unido tinha em média 40 delinquentes em cada 100 no total dos grupos abaixo de 21 anos, a França, não ia além de 16-20, associando estes valores ao grau de desenvolvimento industrial de cada país cujos efeitos mais se associavam à delinquência na época (Digneffe, 1995).

desenvolvimento de intervenções diversas, planeadas em função da natureza dos casos. Naturalmente, a concepção de criança, jovem e adulto não era a mesma de sociedade para sociedade, mas sim o princípio de base destas acções.

O aumento do número de crianças abandonadas, ilegítimas ou legítimas, entregues ao Estado, especialmente nas Rodas, para serem criadas por outros que não os familiares trouxe uma intensa visibilidade a situações que raras vezes tinham sido objecto de discussão. A designada “*infância em perigo*” que ia sendo constituída tornava-se uma das molas impulsionadoras da fundação de uma nova preocupação social sobre as crianças, e muito em especial sobre as classes populares, o que implicou o estabelecimento de novos modos de gestão visando dar resposta às necessidades económicas e sociais da época, num primeiro momento em Inglaterra e França. Ganhou corpo a ideia de olhar a organização da sociedade sob diferentes formas, havendo quem defendesse a identificação e responsabilização dos pais que as colocavam nestas situações e quem remetesse a solução do problema para a reorganização das próprias instituições e do Estado (Digneffe, 1995).

Mas foi sobretudo pela concepção de uma “*infância perigosa*” assente na imagem da “*criança delinquente*”, exemplo máximo das tensões entre inocência e mal, dependência e liberdade, que a construção social da infância ganhou mais força (Hendrick, 1990). A delinquência era vista como um resultado da conflitualidade entre as condições de vida e a pressão social promovidas pela industrialização que conduzia à revolta nas classes populares, sendo os actos delinquentes das crianças entendidos à luz das influências dos adultos, mormente a sua família que, assim, conquistou uma importância social acrescida (Digneffe, 1995). Nesta ordem de ideias, e na consideração de que as “*crianças delinquentes*” apresentavam um conjunto de características que colocava em causa um ideal de infância centrado na visão de “*criança apolínea*”, havia que determinar o tipo de actuação por parte do Estado perante as mesmas (Hendrick, 1990; Jenks, 1996). Ao olhar-se os pais como causa dos actos praticados pelos seus filhos emergiu a necessidade de suprir as suas carências educativas e de limitar a sua autoridade (Digneffe, 1995; James e James, 2004; Liston, 2007). A visibilidade que estas situações adquiriam junto dos estratos sociais médios justificava-se pela potencial vitimação em que se encontravam e que poderia colocar em causa a organização social. A necessidade de regulação e controlo social tornou-se, pois, fundamental.

Os discursos sobre estas matérias multiplicaram-se um pouco por toda a parte, e perante a crescente edificação de um ideal de infância, acentuou-se a orientação de que relativamente à “*infância perigosa*” deveria ocorrer uma intervenção de protecção, numa linha já defendida para as que eram abandonadas ou maltratadas. Em função da natureza dos

problemas (vagabundagem, mendicidade, alcoolismo, delitos, etc.), promoveu-se a sua institucionalização, mas o problema maior dizia respeito às que não iam à escola e que urgia controlar em sociedades onde a frequência escolar já se tornara obrigatória. Surgiram assim escolas exclusivamente para crianças pobres, inicialmente na cidade de Nova Iorque, em 1805 (Hendrick, 1990; Digneffe, 1995).²⁶

No caso das que cometiam actos delinquentes, foi reafirmada a necessidade de diferenciação perante os adultos e, inicialmente, ponderada a sua classificação em função do seu grau de perversidade com o objectivo de evitar a influência de umas junto de outras. Digno de registo que, logo nesta altura, a questão do género tenha sido introduzida na definição das políticas de intervenção. À época, constatavam-se as maiores dificuldades na actuação junto de raparigas pelo facto de muitas se encontrarem associadas à prostituição e dita vagabundagem (Ducpétiaux, 1837, cit. em Digneffe, 1995). Observa-se que a fundação do interesse e da preocupação social e científica sobre estas matérias decorreu da sua construção como problemas sociais. As formas de reacção social que então suscitaram e continuam a suscitar não são exclusivas da análise sociológica e integram os debates sobre a organização das sociedades que vêm a realizar-se nos últimos séculos, sendo recorrente a necessidade de novas leituras para estes antigos problemas da vida social (Debuyst, 1995).

Actualmente, a representação da infância centra-se na necessidade da sua protecção e do desenvolvimento de políticas que efectivem os Direitos da Criança, proclamados em 1989, relevando-se um conceito de cidadania que exige a sua participação na vida social (Sarmiento et al., 2004; Liston, 2007). Mas a realidade manifesta a ambivalência dos indivíduos e grupos sociais quando colocados perante estas questões e as imagens e as tensões resultantes das imagens entre “*criança dionísia*” e “*criança apolínea*”, entre “*infância em perigo*” e “*infância perigosa*”, mantêm-se e vêem-se reproduzidas nos mais variados campos. O caso James Bulger é paradigmático desta dicotomia estereotipada entre a “*boa infância*” consubstanciada na vítima, inocente e dependente, e a “*má infância*”, relativa aos dois autores do acto (Madge, 2006). Recorrentemente, esta oposição ganha outras formas de expressão pela consideração de que as primeiras são as “*nossas crianças*”, as dos grupos e sociedades dominantes e supostamente em conformidade social na linha da representação ideal de infância, em confronto com as “*outras crianças*”, as “*outras infâncias*”, as “*crianças sem infância*”, onde se encerra um leque de situações indesejadas e na qual a delinquência será uma entre outras (i.e. pobreza, exclusão social, maus-tratos, abusos, etc.) (James e James, 2004; Ponte, 2005).

²⁶ Numa linha similar, anteriormente em Inglaterra, em 1601, havia sido estabelecido um designado *Direito dos Pobres*, traduzido em lei como forma de combate e prevenção da pobreza (Debuyst, 1995).

Para estas tendências, e muito em especial as relativas à delinquência, é determinante a prevalência de um discurso mediático que oscila entre a negação do problema pela escassa visibilidade dos casos ou a sua intensa dramatização com todos os efeitos que advêm de tomadas de posição que variam entre um e outro extremo. A ambiguidade estrutural das sociedades na maneira como olha os autores de delinquência, ora colocando-os apenas como vítimas dos sistemas sociais, ora do lado oposto, o da extrema perigosidade, acarreta potenciais ameaças em termos da manutenção da ordem social pelo eventual reforço de sentimentos de insegurança assentes na simplificação e reducionismo da explicação destes fenómenos (Carvalho et al., 2009a).

2.3 A criança como actor social: socialização e culturas da infância

O conceito de socialização tem sido objecto das mais diversas abordagens sendo fulcral no estudo sobre a infância. Ultrapassando uma visão mais restrita, as tendências actuais no campo da Sociologia centradas na sua discussão convidam a apreender a criança como um ser em transformação, um sujeito activo, primordialmente um actor social (James e Prout; 1990; Sirota, 2006; Wyness, 2006). Parte-se do pressuposto de que é parte activa na construção da sua socialização, socializa-se e não é socializada unidireccionalmente por outros ou por instâncias que lhe são impostos sem que ocorra sua participação (Grigoriowitschs, 2008). Nesta perspectiva de base interaccionista emerge a crescente complexificação das experiências sociais dos indivíduos, a par da importância atribuída ao sentido e significados que os mesmos atribuem à construção da interacção social (Dubet, 1994; Corsaro, 1997, 2005a; Prout, 2005). Mas como questiona Jenks (2005), serão as crianças que se tornaram mais complexas ou não estarão antes as sociedades a desenvolver olhares mais complexos sobre as mesmas?

Acredita-se que nenhuma das proposições pode ser desvalorizada, pois se a análise social se complexificou obrigando a uma renovação teórica, também os modos de vida actuais se terão complexificado à luz das profundas e aceleradas mudanças sociais que marcam as sociedades nos nossos dias. Num quadro de globalização, uma e outra perspectiva serão indissociáveis. É de sociedades em constante mutação, no construir e desconstruir incessante de redes de sociabilidade humanas, simultânea e paradoxalmente muito rígidas e muito elásticas (Elias, 1993), que vem a colocar-se com especial acuidade a questão da socialização, e a visão sobre as crianças é agora construída numa linha que atende à sua plasticidade e ao seu progresso e transformação constantes (Sirota, 2006).

O entendimento sobre as novas matrizes de socialização da infância nas sociedades contemporâneas é, pois, determinante para compreender o que a criança faz daquilo que lhe fazemos (Sirota, 2006), sendo assim colocadas em causa as noções tradicionais de socialização. As transformações e abrangências dos actuais processos de socialização obrigam a questionar a concepção tradicional de uma única forma de socialização conhecida como interiorização de normas sociais e valores culturais tendo em vista a integração social de cada indivíduo (Parsons e Bales, 1956). Actualmente, passa-se a ter de centrar o interesse em torno de diferentes formas de aprendizagem social que ocorrem a um mesmo tempo (Dubet, 1994; Montadon, 2006; Sirota, 2006).

As origens sobre as teorias da socialização remontam ao século XIX, nomeadamente aos trabalhos de Durkheim que entendia a criança como um ser socialmente incompleto, por formar, que exigia educação e controlo por parte dos adultos de modo a que pudesse integrar-se numa sociedade (Wyness, 2006; Grigorowitschs, 2008). Numa linha positivista, acentuava a necessidade de condicionamento e canalização dos seus instintos e forças primárias através de uma educação moral que constituiria o meio mais poderoso de a levar à participação na vida social pelo desenvolvimento de atitudes e comportamentos conformes à ordem social estabelecida. A socialização estava, assim, confinada ao tempo da infância. Nesta perspectiva restrita, os processos de socialização geravam as condições nas quais as capacidades biológicas viriam a desenvolver-se, a aperfeiçoar-se ou a ficar reprimidas, sendo que ao sujeito socializado restava o papel passivo de recepção e interiorização das normas (McCord, 2002). Neste âmbito, tanto a família, a que competia a inculcação regular de normas sociais e rotinas, como os profissionais da educação, se revelavam figuras chave no exercício da autoridade junto das crianças (Wyness, 2006).

Outro dos autores mais importantes neste campo, Parsons, partiu da reformulação dos pressupostos defendidos por Durkheim e nos anos 1950-60 propôs um novo quadro conceptual. No seu entender, a socialização era um processo unilateral, imposto às crianças pelos adultos, numa visão que as representava como meras entidades passivas e sem poder, dependentes exclusivamente da acção dos mais velhos, especialmente a família que fornecia os modelos primários de referência social através dos quais entravam em contacto com a vida social (Montandon, 2005; Corsaro, 2005b). Um dos elementos fundamentais nesta análise era o entendimento de que a socialização era determinante para a manutenção e funcionamento dos sistemas sociais e da coesão social, pelo que a infância era vista como a fase mais importante, aquela em que as orientações e normas sociais podiam ser devidamente apreendidas pelo facto da criança ainda se encontrar em formação (Parsons e Bales,

1956). Para isso, requeria-se também que a sociedade tivesse estabelecido um consenso relativamente aos quadros de normas e regras considerados fundamentais para a manutenção e reprodução social. Uma das principais críticas apontadas a esta orientação prende-se com o maior enfoque atribuído à explicação da reprodução da sociedade em detrimento do processo ou da parte relativa ao papel das crianças (James e James, 2008). Numa linha parsoniana, a socialização é fulcral tanto para os indivíduos como para a sociedade na medida em que é através desse processo que os indivíduos se tornam membros de uma dada sociedade pela aprendizagem de papéis sociais, expectativas e estatutos interiorizados à luz de normas e valores sobre os quais se funda a coesão social.

Na década de 1960 surgiu um outro trabalho clássico sobre esta matéria, da autoria de Elkin, que inicialmente a definiu como “*the process by which we learn the ways of a given society or social group so that we can function within*” (Elkin, 1960: 4). Neste âmbito, identificava um conjunto de pré-condições sem as quais não se poderia falar de socialização: a existência de uma sociedade onde a criança deverá ser integrada através de “*agências de socialização*” (família, escola, pares) que efectivam as condições nas quais o controlo social se exerce; a herança biológica, isto é, a capacidade natural da criança para a aprendizagem e desenvolvimento, e a sua natureza humana, que diz respeito à diferenciação perante outras espécies animais que se alcança pelo estabelecimento de relações afectivas e sentimentos que potenciam a reflexão sobre os outros (Elkin, 1960).

O interesse deste autor foi colocado nas formas como a socialização é imposta às crianças com a função de transmissão de cultura e de motivação para a participação nas relações sociais estabelecidas (Elkin, 1960), numa visão determinista que ignorava os processos de aprendizagem pelas próprias (James e James, 2008). De entre os contributos trazidos pela sua abordagem inicial, que foi sendo revista e reestruturada ao longo do tempo (Handel et al., 1989), interessa destacar a ideia de que se trata de um processo que se prolonga por toda a vida e não se vê restringido à fase da infância (Elkin, 1960).²⁷

Durante muito tempo, este debate esteve essencialmente associado ao domínio da Sociologia da Educação (Montandon e Osiek, 1998; Montandon, 2006; Grigorowitschs, 2008; James e James, 2008). A construção social da infância moderna assentou na institucionalização dos tempos e quadros de vida das crianças, trazendo à superfície um conjunto de dependências diversas através das quais emergiu a necessidade de disciplina e controlo social (Foucault, 1987). A noção de “*criança-aluna*” revelou-se fulcral nas perspectivas sobre

²⁷ Concretizada através da enunciação de uma categoria de socialização primária em contraponto à socialização dos adultos (Elkin, 1960).

reprodução social replicadas em muitos estudos sobre a escolarização das crianças (Bourdieu e Passeron, 1970). O conceito de *habitus* de Bourdieu ganhou força neste campo pelas explicações sobre o impacto dos processos de socialização nos percursos escolares, muito em especial na associação ao abandono e insucesso escolares. As trajectórias individuais eram vistas como resultado de combinações particulares das estruturas englobantes com as oportunidades estratégicas, legítimas ou não. Era aí que se operava e resolvia a um nível mais restrito a regulação dos conflitos, assegurando-se a articulação entre interesses e objectivos de natureza individual e colectiva (Bourdieu e Passeron, 1970). Mas, nos últimos anos, estas explicações foram sendo questionadas pela identificação de trajectórias atípicas (Lahire, 2004) que reforçaram a necessidade de sair do determinismo do contexto escolar e passar a centrar o interesse nas novas formas de experiências sociais e situações quotidianas que estruturam a infância no presente (Dubet, 1994).²⁸

As transformações que as instituições tradicionais de socialização foram sofrendo ao longo dos tempos, em mudanças profundas e especialmente aceleradas nas últimas décadas, num quadro de globalização, trouxeram a necessidade de compreensão do que vem sendo alterado no seu seio, e isso traduziu-se em rupturas na forma de entendimento do conceito de socialização (Sarmiento cit. em Delgado e Muller, 2006; Sirota, 2006). A emergência de uma sociologia de actor social abriu novas perspectivas e viu-se reformulada no campo da infância pelo que, nos dias de hoje, no seu estudo tende a evidenciar-se os processos sociais através do qual o sujeito procede a uma construção de si e pela relação com o mundo (Dubet, 1994). São as relações de poder entre indivíduos e entre grupos sociais que, decorrendo da complexificação da interacção social, exigem novos contornos na interpretação da condição humana (Elias, 1993), sendo o próprio lugar da infância que se vê interrogado.

“O lugar da infância na contemporaneidade é um lugar de mudança. A modernidade estabeleceu uma norma da infância, em larga medida definida pela negatividade constituinte: a criança não trabalha, não tem acesso directo ao mercado, não se casa, não vota nem é eleita, não toma decisões relevantes, não é punível por crimes (é inimputável). Essa norma assenta num conjunto estruturado de instituições, regras e prescrições que se encarregam da “educação” da criança, especialmente a escola e a família. “(Sarmiento cit. em Delgado e Muller, 2006: 17)

Esta interdição simbólica de pensar a infância sob o signo da sua positividade foi-se perpetuando e reproduzindo influências em todas as dimensões da vida social (Sarmiento,

²⁸ Lahire não negou nem abandonou a importância da disposição proposta por Bourdieu, mas chamou a atenção para que a mesma só terá significado se for objecto de um trabalho de reconstrução da sua génese que atenda à análise dos modos de socialização à luz das especificidades dos contextos onde ocorrem.

2006) só começando a ser abandonada quando se foi sustentando a substituição do “*ofício de aluno*” pela construção do “*ofício de criança*” (Sirota, 2006: 29). Neste sentido, no presente a infância é encarada um “*entre-lugar*” (Bahba cit. em Delgado e Muller, 2006) construído socialmente sob uma dupla vertente relativa ao facto da criança viver um espaço intersticial entre dois olhares – o que é delineado pelos adultos para si e que, por sua vez, é depois reinventado, reapropriado, reconstruído e renovado pela mesma nas designadas culturas da infância – e entre dois tempos – o do passado e o do futuro.

No conceito proposto por Corsaro (1997), designado por “*interpretação reprodutiva*”, focado na socialização, evidencia-se a concepção das crianças na qualidade de actores sociais, como sujeitos competentes na produção da vida social, que elaboram, interpretam e reconstroem as suas acções, as lógicas sociais e as interacções que põem em prática num dado contexto. Defende este autor que as crianças contribuem para a sua socialização e, deste modo, para a edificação da sociedade. A ênfase é colocada nesta orientação e não na inversa, onde a preocupação se manifesta em relação às formas como a sociedade delas se apropria. Nesta consideração abre-se espaço para a ponderação dos reflexos das acções das crianças no exercício da própria parentalidade.

Nesta ordem de ideias, a socialização produz-se de modo progressivo na pertença relativa a diferentes grupos sociais cuja evolução determina, muitas vezes, modos de acção antagónicos entre si decorrentes da necessidade de ajustamento às normas vigentes (Teles, 1999). A evolução do estatuto e organização da família, da escola e dos *media* mostra como de uma socialização vertical assumida tradicionalmente se tem de abrir o olhar além desses campos, trazendo à superfície processos de socialização horizontal, das relações entre pares, em torno de um puzzle fragmentado de referências, de laços sociais e de quadros educativos que relativizam e levam à reconstrução da importância de cada um dos campos anteriores (Dubet, 1994; Prout, 2005; Almeida, 2006; Sirota, 2006).

Cada trajectória de vida está entrecruzada por outras vidas, por outros sujeitos, inscrita num quadro transversal de relações de interdependências que apelam a indicadores mais vastos ao nível familiar, escolar e de redes de sociabilidade no meio envolvente. O indivíduo, como entidade integradora de formas de socialização, surge numa dupla dimensão: de actor sujeito a constrangimentos resultantes da sua participação na estrutura social, e de actor com um capital de autonomia que lhe permite fazer escolhas revelando uma capacidade de gestão relativamente ao leque de oportunidades possíveis (Passeron, 1989).

Neste nível, a existência de pessoas de referência em determinados campos da sua existência revela-se determinante no evoluir de qualquer trajectória. Na confluência destes posicionamentos, ganha espaço a proposta de Almeida (2009a) de se considerar o ponto de vista metodológico defendido por Lahire (2001), que pressupõe a identificação e compreensão das disposições sociais de que é portador cada actor social, neste caso específico, a criança. Ainda que não tendo sido pensada a partir da condição da infância, a abertura enunciada por Lahire (2001) em torno da concepção de “*actor plural*”, quando transposta para este campo como propõe Almeida (2009a), evidencia a necessidade de estudar a pluralidade de configurações sociais relativas, por um lado, à construção desta categoria social, por outro a cada criança na pluralidade e complexidade de contextos e quadros sociais que atravessa, sendo importante constatar quais as formas significativas na base da sua apropriação dos espaços, não em separado, mas como elementos de um todo (Almeida, 2009a).

“Um actor plural é, portanto, o produto desta socialização em contextos sociais múltiplos, através da qual incorpora uma multiplicidade mais ou menos durável e intensa de esquemas de acção, hábitos (corporais, cognitivos, de avaliação) que se organizam em reportórios em quantos os contextos sociais que aprende a distinguir através das suas experiências anteriores.” (Almeida, 2009a: 62).

À luz das mudanças sociais nas sociedades ocidentais, a família permanece como pólo de grande interesse na análise desta área. A família é o lugar onde se começam por produzir as competências necessárias para a acção social e há estratégias de acção que somente se definem na relação entre os seus membros e que determinam a sua evolução posterior (LeBlanc e Janosz, 2002; Seaton e Taylor, 2003; Scales et al., 2004). A importância da rede familiar no acesso a estruturas de oportunidades e estilos de vida diferenciados é um factor relevante amplamente documentado na literatura científica (Vala, 1985; Gottfredson e Hirschi, 1990; Najman et al., 2000; Scales et al., 2004).

Progressivamente, o grupo de pares tem vindo a assumir uma importância tantas vezes negligenciada. A sua actual valorização revela-se em termos de competências pessoais e de experiência social que as crianças desenvolvem no seu seio (Corsaro, 1997, 2005b; Rayou, 2005) constituindo elemento fundamental na análise sociológica (Sarmiento, 2000b). Neste âmbito, emerge a importância das designadas “*culturas da infância*”, entendidas como formas culturais que radicam e se desenvolvem através de modos específicos de comunicação, a nível intrageracional e intergeracional, nas quais se evidencia que as crianças constroem processos de significação e estabelecem modos de monitorização das suas acções que lhes são particulares e próprios, diferenciados dos usados pelos adultos (Corsaro, 1997,

2005b; James et al., 1998; Almeida, 2006; Sarmiento, 2007; Fernandes, 2009). As culturas das crianças não são produzidas num vazio social nem as crianças podem ser vistas como indivíduos totalmente livres e autónomos nos seus processos de socialização: a sua autonomia é sempre relativa e remete para as formas de interacção social estabelecida com adultos e outras crianças (Sirota, 2006; Montandon, 2006; James e James, 2008).

Na perspectiva que as considera um traço distintivo geracional, uma diferença relativamente aos adultos mas não um défice (Corsaro, 1997), estas culturas encerram uma heterogeneidade que não se fecha nas características desenvolvimentais da criança mas antes releva os papéis sociais que lhe são conferidos e que a própria (re)constrói a um tempo determinado. Não se reduzem a produtos materiais ou bens, reportando-se a valores, acções, significações, códigos, linguagens e processos originados na interacção social onde as crianças participam, encontrando-se enraizadas na sociedade e influenciando no domínio simbólico da construção social da infância (Sarmiento, 2006). É também através delas que se vem a tornar relevante o lugar da infância e da “*agency*” das crianças (Corsaro, 2005b).²⁹

A estas situações deverá estar claramente associada a vertente crescente de consumidora que caracteriza a sua condição nas sociedades ocidentais através da colonização dos seus mundos sociais pela indústria cultural e pelos *media*, o que conduz ao levantamento de um conjunto de interrogações em torno da natureza das redes sociais. A desigualdade de condições sociais entre crianças, a sua visibilidade e discussão, é uma das faces da infância contemporânea (Sarmiento, 2004a; 2006; Delgado e Muller, 2006).

Em suma, o conhecimento da multiplicidade de formas e meios de se viver a condição de criança implica que as mesmas não podem continuar a ser encarados como meras receptoras de influências de outros, mais velhos, numa sociedade em permanente mudança. Terão também de ser olhadas como parte activa na construção dessa mesma sociedade pela participação num tempo e num espaço em que cada vez mais se vêem afastadas do controlo próximo dos familiares, vindo isto a reflectir-se na forma como se fundamentam as orientações de natureza política (Corsaro, 1997; Wyness et al., 2004). Com efeito, existe uma pluralidade de formas e meios de se viver a condição de criança, correspondendo esta aos diferentes espaços e contextos de socialização onde os actores sociais se situam. A dinâmica conflitual e dificilmente harmoniosa entre o individual e o social destaca a necessidade de conhecimento dos espaços onde se desenrola no assumir de papéis específicos, designa-

²⁹ Na linha do defendido por Corsaro (2005b), o conceito de *agency* remete para a capacidade dos indivíduos de agirem de modo independente, no caso das crianças a ter de ser considerado mais num nível micro e temporalmente situado, através dos quais tanto se reproduz como se transforma os sistemas sociais.

damente, na família, na escola, entre pares (Teles, 1999: 50). Só assim a infância surgirá como um mundo auto-regulador e autónomo que não traduz um desenvolvimento precoce de uma “*cultura de adultos*” mas antes evidencia o estudo em si e para si própria (Hardman, 1973, cit. em Qvortrup, 1995: 6), ultrapassando-se a restrita visão “*como pessoas que serão (...), meros seres em potência*” (Qvortrup, 1995: 12).

Daqui decorre a necessidade de considerar que as crianças têm a palavra em múltiplos tipos de relações e podem resistir às desigualdades de origem e também à acção de instituições, podendo desenvolver trajectórias consideradas atípicas (Gavarini, 2006). Algumas conseguem desenvolver as estratégias de evitamento de determinados problemas sociais, como a violência e a delinquência, mantendo-se pacíficas no meio de quadros de vida muito violentos. Daí que a transversalidade surja como uma necessidade imperiosa para perceber como estes espaços e patamares interagem uns sobre os outros (Sirota, 2006).

Nesta linha, Gavarini (2006) chama ainda a atenção para a existência de um certo paradoxo, pois quanto mais as representações da infância na actualidade tendem a construir-se em torno da noção de criança que passou de sujeito a actor social, mais se vêem delineados novos determinismos sobre a infância e o seu lugar na sociedade. Alguns destes tendem a inspirar-se na genética ou em meros articulados em que a aparente causalidade que revelam se manifesta reducionista pelo desvalor atribuído à complexidade da vida social. Apesar da consagração internacional dos Direitos da Criança, supostamente unificadores deste grupo social, emerge a diversidade e desigualdade nas formas de viver a infância no mundo, transparecendo a ideia que as incertezas e riscos sociais que atravessam as sociedades intervêm cada vez mais no reforço das desigualdades de origem e na segregação a que muitas se encontram sujeitas (Gavarini, 2006).

2.4 A criança e a cidade: risco social, (in)segurança e participação

As sociedades ocidentais têm vindo a ser palco de profundas transformações sociais e económicas como em nenhum outro momento da História da humanidade (Giddens, 1996), fazendo-se as mesmas sentir de forma especialmente intensa no contexto das cidades.

Situar os fenómenos urbanos onde a criança se manifesta implica, em primeiro lugar, atender às diversas dimensões que estão na origem da cidade (Wirth, 1956), conceito ambíguo que é simultaneamente “*descritivo, que permite detectar uma realidade material concreta, e um conceito interpretativo, na medida em que evoca um conjunto de funções sociais várias que fazem da*

cidade algo bem diferente de uma empresa ou de uma escola, por exemplo.” (Rémy e Voyé, 1994: 13). Enquanto espaço privilegiado não só da produção mas também da interacção política e social em torno de laços sociais sustentados no factor económico e nas relações de consumo, pelo seu carácter de aglomeração a cidade está plena de contrastes e diferenças que se revelam, a um primeiro olhar, num mosaico humano estruturado em torno de frágeis equilíbrios relacionais e sociais em relação aos quais importa reflectir (Grafmeyer, 1994).

O espaço urbano reforça-se como aquele para onde tudo conflui, ou deseja confluir, e disso são exemplo os fluxos migratórios a que se tem vindo a assistir um pouco por todo o mundo. O aumento populacional vem a ocorrer concomitantemente à sua concentração territorial. Mais de metade da população do planeta vive hoje em cidades e estima-se que, em 2025, a nível mundial cerca de 60% das crianças vivam numa (Christensen e O'Brien, 2003; ONU, 2008). Neste âmbito, reforça-se a ideia da cidade como um produto social (Wirth, 1956) que constitui *“o resultado momentâneo da coexistência de um conjunto de legados das ‘cidades’ que num mesmo sítio se sucederam e cujas marcas chegaram até nós, e sobre os quais agimos reinventando os lugares e remodelando o sentido da colectividade”* (Baptista, 1999: 5).

Vivemos numa era de globalização em que a tradicional estratificação dos recursos pelo espaço continua a ser um facto da organização da sociedade (Castells, 1996) e, paradoxalmente, apesar de toda a evolução e progresso, as desigualdades sociais têm vindo a crescer, talvez mesmo, a exacerbar-se (Sassen, 2001, cit. em Sampson, 2002). Se por um lado a globalização tem potenciado uma ideia de desterritorialização da cidade pela difusão de estilos de vida que não estão circunscritos aos seus limites territoriais, por outro a divisão social do espaço urbano acarreta segregações que se traduzem na desigualdade de oportunidades no acesso a recursos materiais e simbólicos e numa acentuada dificuldade de exercício ao nível da participação social que a todos afecta, incluindo as crianças.³⁰

³⁰ Ao aprofundar estas questões, Qvortrup (1995: 2-3) apresentou uma lista de nove paradoxos que ilustram a ambivalência entre as atitudes sociais dos adultos perante a infância e as condições efectivas em que muitas vivem nos tempos actuais e que obstam à sua participação: *“os adultos querem e gostam das crianças, mas têm-nas cada vez menos, enquanto a sociedade lhes proporciona menos tempo e espaço; acreditam que é benéfico quer para as crianças, quer para os pais passarem tempo juntos, mas vivem cada vez mais vidas separadas; gostam da espontaneidade das crianças, mas estas vêem as suas vidas ser cada vez mais organizadas; afirmam que as crianças deveriam estar em primeiro lugar, mas cada vez mais são tomadas decisões a nível económico e político sem que as mesmas sejam levadas em linha de conta; a maior parte dos adultos acredita que é melhor para as crianças que os pais assumam sobre elas responsabilidades, mas, do ponto de vista estrutural, as condições que estes têm para assumir este papel deterioram-se sistematicamente; concordam que se deve proporcionar o melhor início de vida possível às crianças, mas estas pertencem a um dos grupos menos privilegiados da sociedade; concordam que se deve ensinar às crianças o significado de liberdade e democracia, mas a sociedade limita-se a oferecer preparação em termos de controlo, disciplina e administração; atribuem geralmente às escolas um papel importante na sociedade, mas não se reconhece como válida a contribuição das crianças na produção de conhecimentos; em termos materiais, a infância não importa aos próprios pais, mas antes à sociedade. Contudo, a sociedade deixa os custos por conta dos pais e das crianças.”*

“Há uma espécie de assimetria brutal entre o modo como cada um de nós sofre os efeitos da cidade e a capacidade de cada um de nós intervir nela. A assimetria é brutal para o comum dos cidadãos. (...) Na cidade, enquanto quadro social em parte institucionalizado, em parte não institucionalizado, verifica-se um contraste bastante acentuado entre a difusão da ideia de cidadania e a carência de mecanismos mais efectivos de participação” (Costa, 1994: 159).

É nas cidades que se fazem sentir com maior incidência estas tensões (Hannerz, 1980), estando na origem destes processos a acelerada urbanização e a constituição de grandes metrópoles num plano de acentuada desindustrialização sentida a partir do século XIX (Vaz, 2001). A reconfiguração das cidades para as funções que os novos espaços económicos, de comunicações e serviços qualificados exigem sustenta a perda de populações do centro para as periferias, num processo de “*nova urbanidade descentralizada*” (Oliveira et al., 2004: 94). A espacialização da diferenciação social tende a revelar-se na emergência de áreas urbanas e suburbanas socialmente desfavorecidas, recorrentemente qualificadas como “*críticas*”, “*sensíveis*” ou “*problemáticas*”, só para citar três das adjectivações mais usadas neste campo e que dão corpo ao que Wacquant (2001, cit. em Oliveira, 2004: 94) designa por uma “*política urbana de abandono organizado*”. A estes contextos, nichos de concentração de pobreza e de outros problemas sociais, segregados social e territorialmente, muitas vezes de forma compulsiva sobre aqueles que não dispõem de condições para acesso ao mercado privado de habitação, sobrepõem-se relações de força e de poder entre os diferentes grupos sociais a partir das quais se constroem modos e estilos de vida e metáforas de natureza espacial (‘centro’, ‘margens’, ‘periferia’, ‘dentro’, ‘fora’) que são recorrentemente usadas determinando a forma de olhar e agir sobre a divisão social do espaço e as relações entre grupos sociais (Valentine, 2001). Num certo paralelismo às comunidades medievais, fortificadas, assiste-se, simultaneamente, a fenómenos de “*insulamento voluntário*” (Oliveira et al., 2004: 95) de outros segmentos da população, numa crescente tendência para a regulação e ordenação do espaço ser feita com base em lógicas de segurança e controlo social (Tonkiss, 2005).

A cidade é, assim, vista como uma unidade social onde as relações sociais se traduzem na sua morfologia, num determinado modo de territorialidade, isto é, de relação entre o espaço e a vida social (Rémy e Voyé, 1994). O processo de urbanização – entendido como “*um processo através do qual a mobilidade espacial vem a estruturar a vida quotidiana*” (Rémy e Voyé, 1994: 15) – vê-se modificado por essa relação, mas, ao mesmo tempo, também a modifica através das conotações positivas ou negativas que são atribuídas ao seu desenvolvimento, delas resultando um leque de impactos de natureza diversa que se traduzem nas diferentes formas de apropriação e uso do espaço na sociedade.

Neste âmbito, as distâncias espaciais traduzem também as distâncias sociais estabelecidas na interacção entre indivíduos (Grafmeyer, 1994). Para alguns autores, (Fisher, 1976), a urbanização tem conduzido ao enfraquecimento dos laços sociais e ao isolamento social, enquanto outros defendem que se trata antes da sua redefinição. A vida em contexto urbano tem o potencial de proporcionar um maior número de encontros entre indivíduos mas a maioria destes encontros tende a ser transitório, instrumental ou casual (Tonkiss, 2005) e a impessoalidade e superficialidade nas relações constitui a imagem de marca de muitos deles (Wirth, 1956). A aglomeração populacional, a par do desenvolvimento tecnológico, leva a que grande parte da vida na cidade seja racionalizada em função de interesses instrumentais, sendo de registar uma particular forma de solidão que atinge todos aqueles que, vivendo lado a lado, não se conhecem (Park et al., 1925). Anonimato, instrumentalidade e fragmentação nas relações num aparente “*mundo de estranhos*” (Lofland, 1973, cit. em Tonkiss, 2005: 22) são algumas das principais características da interacção urbana na medida em que a cidade é vasta, densa e diversa (Tonkiss, 2005). Deste modo, não será de estranhar que níveis elevados de desconfiança mútua, de descrença nas solidariedades pessoais, instituições e sistemas de autoridade se vejam reflectidos, muitas vezes, em formas de imobilismo e indiferença que movimentos sociais urbanos tentam combater questionando o papel do próprio Estado (Castells, 1996).

Pobreza, exclusão social e marginalidades emergem em muitos dos estudos sobre a cidade, sendo inquestionável que, à luz das transformações mencionadas, o discurso sobre a criança e a cidade tem vindo a crescer, ao longo dos tempos, em torno do medo e da insegurança, o que, segundo alguns autores, sustenta a ideia de que viver a cidade é, intrinsecamente, viver o medo (Oliveira et al, 2004; Gill, 2007). Da reflexividade que marca as sociedades ocidentais modernas (Beck et al., 1997) tem resultado a (re)descoberta de riscos sociais que atravessam a infância, sendo a vida das crianças afectada por constrangimentos de natureza diversa (Ennew, 1994; Lee, 2001; Sirota, 2006). Pensar o lugar da criança na cidade no presente requer a convocação de diversas matrizes teóricas, tal a diversidade de abordagens que tem vindo a ser concretizada neste campo, a maioria centrada na noção de “*sociedade de risco*” (Beck, 1992), na qual se vê colocada em perigo a própria condição social da infância.

Num quadro de globalização, os modos de vida no presente estruturam-se em torno de um ideal de ordem social que se afasta de todos os tradicionais e onde a transnacionalização dos problemas sociais e a percepção de risco, individual ou colectiva, são determinantes (Giddens, 1995, 1996). Incertezas, dúvidas, riscos e paradoxos marcam intensa-

mente a vida social. A explosão de uma sociedade mediática com acesso massivo, e em simultâneo, à mesma informação em qualquer ponto do mundo acarreta a sua divulgação e promoção de estilos de vida, superando-se em todos os aspectos os limites da territorialidade. Em sociedades fortemente mediatizadas como as ocidentais, os sistemas simbólicos adquirem uma função primordial na ordenação das questões sociais e das visões colectivas sobre o mundo, assumindo-se como parte fundamental da própria realidade.

Ultrapassa-se neste posicionamento a questão de saber se são os riscos que objectivamente terão aumentado ou se, pelo contrário, o que se verifica é a intensificação e alargamento da sua percepção. Porque um e outro ponto representam duas faces de um mesmo objecto, a análise social sobre a infância tem de atender à convergência e ao cruzamento entre ambos, elementos indissociáveis no estudo sobre as condições sociais num dado contexto. Mais do que o eventual aumento dos riscos sociais, aquilo a que se poderá estar a assistir nos dias de hoje será antes um potencial aumento da sua representação no quotidiano em função da crescente visibilidade que certos actos adquirem, em parte fruto de uma mediatização permanente (Beck, 1992).³¹ E paralelamente, nesta construção de uma “*sociedade de risco*” (Beck, 1992) acentuam-se dinâmicas sociais que promovem uma crescente “*aversão ao risco*”, individual e colectiva, que se vê traduzida nos mais diversos aspectos do quotidiano (Gill, 2007).

A vivência em ambientes densamente povoados, sobretudo urbanos, a desagregação dos laços sociais e as alterações profundas na natureza e estrutura das redes sociais parecem fazer destacar um cada vez maior desejo de manutenção da ordem e respeito pelas normas da comunidade (Fukuyama, 2000), constituindo-se a segurança como um dos valores fundamentais na interacção social indissociável de noções de liberdade e justiça como aponta Lourenço (2009).

“Liberdade, segurança e justiça são elementos essenciais à constituição das sociedades democráticas e da vida social. Segurança e justiça definem entre si uma forte e intensa interdependência, podendo afirmar-se que uma é inconcebível sem a outra. De igual modo, sem segurança e sem justiça não é possível afirmar-se a existência de liberdade.” (Lourenço, 2009: 81)

³¹ Para alguns autores, em certas sociedades, como a portuguesa, o risco será mais percepcionado e vivido como uma ameaça do que como uma oportunidade, um desafio, devendo-se isto ao facto de se assistir a uma enfatização do processo de politização dos riscos com consequências morais e políticas (Carapinheiro, 2001). Daqui decorre que a “*sociedade de risco*” se converte potencialmente na “*sociedade da catástrofe*”, na medida em que muitos dos riscos só são debatidos politicamente quando os efeitos da sua disseminação ganham visibilidade e já se consolidaram na sociedade (Beck, 1992). As mais recentes (re)configurações do tecido social português assentam, como constata Santos (2001), em patamares que são simultaneamente de sobreposição e de integração numa dada comunidade, mas também de fragmentação social pelas pertenças paralelas a diferentes grupos, de massificação e ao mesmo tempo de individualização, de selecção e de exclusão social. A gestão complexa das associações a estes diferentes patamares, a pertenças diversas, será um dos riscos mais importantes com que os indivíduos se confrontam nos dias de hoje.

A sustentabilidade de uma sociedade depende das formas como este três conceitos se constroem, deles emergindo representações e formas de actuação que se reflectem directamente na infância. Acompanhando o desenvolvimento do território, os modos de vida das crianças nas cidades têm vindo a sofrer amplas transformações, e um dos mais importantes pontos nesta análise tem a ver com o uso do espaço (Ennew, 1994; Holloway e Valentine, 2000; Valentine, 2001; Christensen e O'Brien, 2003; Neto e Malho, 2004).

Na determinação do posicionamento dos adultos perante as crianças evidenciam-se as designadas “*geografias securitárias*” (Body-Gendrot, 2001) ou “*geografias da insegurança e do medo*” (Esteves, 1999), em especial uma “*topografia urbana do medo*” (Fernandes, 2003). São características das grandes metrópoles multiétnicas e multiculturais onde riqueza e exclusão social se encontram lado a lado (Lourenço, 2009). Decorrem de processos de forte diferenciação espacial, social e cultural que tanto se associam à criminalidade quanto a outras potenciais situações de risco, nas quais se inclui o aumento populacional ou da densidade do tráfego, e constituem factores que sustentam a ansiedade parental e familiar em relação à sua própria segurança e à das suas crianças. Na base encontra-se um quadro social complexo onde imagens e representações sobre o risco social, especialmente em zonas urbanas e suburbanas, e a infância se constroem em sobreposição (Lee, 2001). Da fragmentação social, tão característica da vida urbana, emerge a tendência para o enfoque territorial de determinados problemas sociais, de certas vulnerabilidades aos riscos sociais que, independentemente da sua proximidade ou desfasamento à realidade, serve para a edificação de modos de identificação a lugares e a práticas e discursos distintos sobre os mesmos. E como refere Baptista (2003: 37) “*extensíveis aos diversos meios sociais tais visualizações tornam-se mais poderosas quando se conseguem afirmar como verdadeiras.*”

Nesta linha, no entendimento de Beck (cit. em Javeau, 2006), é a própria criança que pode ser vista como um risco, um obstáculo no processo de individualização, uma vez que a sua educação e desenvolvimento implicam custos financeiros e trabalhos específicos e a mesma revela-se um actor social imprevisível, perturbador das relações sociais e dos equilíbrios estabelecidos, sobretudo no seio da família. A concepção das “*crianças-rei*”, pequenos deuses em torno da qual toda a vida familiar e social deve girar (Ariès, 1986), parece instalar uma espécie de ditadura de necessidades e direitos cuja efectivação se vê muitas vezes ligada à ideia da infância como fonte de todos os perigos e riscos sociais ligados às formas de violência urbana, familiar e escolar, entre outras (Javeau, 2006).

A infância é, assim, atravessada por várias orientações ao mesmo tempo e em alguns casos “*children are becoming ‘empowered’, while in others they are becoming more institutionalised and subject to adult control*” (Madge, 2006: 10). As inconsistências na efectivação da participação das crianças na vida social acentuam a sua vulnerabilidade sob uma dupla perspectiva: por um lado, porque se encontram sobrerrepresentadas nos indicadores relativos a pobreza e diversas formas de exclusão social; por outro, pela sua invisibilidade e inexistência nos centros de decisão (Sarmiento et al., 2004).

Os sentimentos exacerbados sobre o perigo oriundo do ‘outro’, eminentemente do exterior, acentuam a percepção de que se vive em espaços onde crime e desvio são recorrentes e atingem, fundamentalmente, as crianças. Sujeitas a múltiplas reflexividades que as colocam como objecto das mais variadas situações (amor parental, educação, etc.), tende-se a desprezar que cada uma precisa de aprender a conhecer e saber avaliar os perigos e riscos que corre por si própria e criam-se redomas artificiais que a afastam de tudo daquilo que suscite desconfiança e temor, como é o caso da rua e outros espaços públicos (Ennew, 1994). Esta desconfiança é extensiva às que são vistas como “*outras crianças*”, as “*outras infâncias*”, sobretudo quando se manifestam agentes de delinquência. Deste modo, vem a ganhar corpo a ideia enunciada por Javeau, (2006: 310) de que “*l’enfant risquant (qui fait entrer des risques dans son existence) fait place à l’enfant porteur des risques*”.

Não é de estranhar que, a partir do medo de se ver uma criança em risco, a “*hipervigilância*”, sobretudo parental, se tenha tornado uma das imagens de marca das sociedades contemporâneas, numa linha de crescente privatização de espaços, equipamentos e actividades para a infância (Katz, 2005). Deste processo resulta uma acentuada diferenciação no acesso a recursos em função da origem social e da natureza dos territórios onde as crianças se localizam. Num certo paralelismo às preocupações anti-terroristas dos Estados, e ignorando-se que não é possível proteger uma criança de todos os perigos que a rodeiam, os quadros de ansiedade parental traduzem-se numa polimorfia de acções, e disso são exemplos os sistemas de videovigilância específicos (“*nannycams*”) para o controlo dos quadros de vida tanto no universo privado da família (a casa) como na escola ou em espaços lúdicos, os equipamentos privados e fechados para brincadeiras, os dispositivos electrónicos de uso comum (como o telemóvel) a que se associa GPS, etc. . Reproduz-se a insegurança em que se vive e acentua-se o fosso entre os diferentes posicionamentos de uns e outros na estrutura social (Katz, 2005).

Um dos indicadores mais relevantes no campo do desenvolvimento urbano nas sociedades ocidentais diz respeito às profundas transformações na mobilidade e autonomia

das crianças num quadro de problematização sobre a natureza dos laços sociais. O desenvolvimento urbano reflecte-se em formas de especialização espacial, separando-se os locais de habitação, trabalho ou escola, o que releva a utilização crescente do automóvel e outros transportes (Machado, 2008). Da subjectividade estabelecida pelos adultos através de diversas formas de olhar a cidade determinam-se as condições das suas vidas, nomeadamente através da organização do espaço físico e do acesso a equipamentos (Ennew, 1994; Neto, 1998, 1999, 2005; Oliveira et al., 2004). O aumento da percepção de risco e (in)segurança pelos pais tende a resultar no confinamento da criança a espaços delimitados na família e na escola, constatando-se a sua perda de liberdade no espaço público (Machado, 2008). Se é verdade que nunca como nos dias de hoje se terá falado tanto de direitos das crianças, será nas cidades que as desigualdades e os paradoxos da sua efectivação mais se farão sentir.

A consideração do uso do espaço é indissociável da compreensão sobre a dimensão atribuída ao tempo na vida das crianças. Nos últimos anos, tem vindo a observar-se a mudança nas formas de organização dos seus tempos e do seu quotidiano pela “*transformação do tempo espontâneo, da imprevisibilidade, da aventura, do risco, do confronto com o espaço físico natural ao tempo organizado, planeado, uniformizado*” (Neto e Malho, 2004a: 1). A significativa institucionalização de rotinas e práticas, mesmo de brincadeiras, evidencia as restrições parentais, familiares e organizacionais que são impostas às crianças e que se reflectem no desenvolvimento psicossocial, muito intensamente no plano motor e perceptivo. Como defende Neto (2005: 24) “*hoje, a vida na cidade é desesperadamente adulta e racional. Esta violência simbólica marca definitivamente os percursos de vida na infância em termos de construção de imaginários, fantasia e aprendizagem social*”. As actividades fundem-se num crescente formalismo que tem como principal efeito a escassez ou mesmo a ausência de um tempo verdadeiramente livre, surgindo assim a ideia de “*crianças de agenda*” (Neto, 2005: 16).

Mas a questão da segurança passa também por outros espaços que vão além do território físico. Porque as crianças não escapam às tensões e interdependências entre o global e local, levanta-se um leque de incertezas sobre a própria infância que se reporta essencialmente à sua condição de consumidor presente e em potência (Javeau, 2006). Nesta linha, não se pode ignorar o papel significativo das TIC e dos (novos) *media* enquanto instâncias de socialização na infância. Novas redes sociais, de convivialidade, reais e virtuais, e os mais variados equipamentos, tecnologias e realidades mediáticas ao nível da informação, entretenimento e comunicação marcam o quotidiano infanto-juvenil e revelam o aumento do envolvimento electrónico nas vidas das crianças (Gill, 2007). Cresce-se no domínio da interactividade da comunicação perante sistemas de múltiplos produtores e distribuidores

(Cardoso et al., 2008). Estilos de vida difundem-se rapidamente pelo mundo inteiro, assumindo um carácter de universalidade, e as referências identitárias para a maioria das crianças constroem-se mediante padrões e lógicas de acção comuns, independentemente do ponto do planeta onde se encontram. Simultaneamente, as competências postas em jogo pelo recurso a estes meios vêm a ser adquiridas e desenvolvidas em idades cada vez mais baixas, numa perspectiva quase intuitiva onde cada vez mais se passa à condição de produtor, deixando de lado um mero posicionamento como receptor (Ponte e Vieira, 2009).

Os espaços de socialização encontram-se em evolução constante e não têm comparação com os anteriores, aqueles onde cresceram os pais. Mas não são apenas os mais novos que sofrem directamente esta influência, também os mais velhos a vêem repercutida nas interacções que desenvolvem. Em contextos marcados por paradoxos, incertezas e riscos socialmente produzidos, procura-se informação e orientação junto de especialistas e sistemas periciais nos quais se deposita confiança (Giddens, 1996). As notícias produzidas pelos *media* em torno da infância surgem como um dos territórios de conhecimento onde têm lugar vozes organizadas, fontes públicas e institucionais de diferentes áreas, e constituem uma porta de acesso privilegiada a temáticas que, de outra forma, estariam distantes de muitos indivíduos e grupos (Ponte, 2005; Ponte e Afonso, 2009). Deste modo, não é de estranhar a sua importância crescente na informação e a sensibilização das comunidades para os problemas sociais que afectam crianças através da visibilidade dada a situações que, mesmo em tempos recentes, não eram objecto de notícia, ainda que muitas vezes sob formas e com contornos passíveis de maior discussão pela violação dos direitos das crianças que encerram em si mesmos.

Desta forma, um dos aspectos que está na ordem do dia em torno destas questões prende-se com a dicotomia levantada entre espaço privado – representado essencialmente como protector –, e espaço público, mais vezes colocado no pólo oposto, o de todos os perigos e riscos, facilitador das mais diversas formas de predação sobre as crianças e jovens (Valentine, 2004). Sobrepe-se neste debate, como refere Buckingham (2009: 15), uma tendência para uma outra “*lógica dualista. Ou os media são bons para as crianças, ou são maus. Ou as crianças são vítimas impotentes face aos media, ou são consumidores competentes. Ou devemos garantir que as crianças consigam aceder aos media, ou temos de protegê-las e mantê-las longe deles*”. E parte da discussão tem vindo a centrar-se nestes posicionamentos extremados como se não fosse possível a consideração de um meio-termo. Com a acelerada evolução neste campo surge a necessidade de repensar e pôr em causa noções tradicionais que tomavam como mais ou

menos garantidas as fronteiras entre o que é privado e o que é público, pois a sua diluição é um facto actualmente indiscutível (Holloway e Valentine, 2000b; Valentine, 2004).

Diversos estudos apontam como os processos de apropriação e uso dos *media* e das TIC por crianças e jovens influem nas transformações das interacções no seio da família e desta para com o exterior (Cardoso et al., 2008; Almeida et al., 2008; Ponte e Cardoso, 2008). As culturas de pares e dos *media* cruzam-se no universo familiar e novas tensões podem emergir nos relacionamentos entre pais e filhos ou outros elementos que se cruzem neste universo. Questões ligadas ao acesso a determinados conteúdos, aos espaços e tempos de utilização por parte de cada um, à autonomia dos mais novos a par da necessidade de cumprimento de regras, às formas de acompanhamento, supervisão ou regulação parental e social, facilmente se encontram no centro do debate público sobre estas matérias, tal como estarão na origem de conflitos ou divergências no seio de muitas famílias ligadas à percepção de riscos. São pontos que ilustram bem a mudança de paradigma em relação ao lugar da criança neste universo, do mesmo modo que relevam as transformações nas relações de cada indivíduo com os *media* (Almeida et al., 2008; Ponte e Cardoso, 2008).

Nesta sociedade da informação marcada por objectos e equipamentos voltados para a infância que tem subjacente uma concepção de “*criança-consumidora*” (Sirota, 2006) constata-se o crescimento de uma tendência para a promoção de rotinas sedentárias, paralelamente ao afastamento do meio ambiente natural sobretudo em contexto urbano (Machado, 2008). Contudo, a emergência desta infância ou “*geração-digital*” (Buckingham e Willet, 2006) não se desenvolve nem abrange todas as crianças da mesma forma, constituindo a origem social um factor de forte diferenciação. E o mesmo acontece com as percepções de risco e (in)segurança que marcam os seus quadros de vida.

2.5 Contributos da ecologia social para o estudo da delinquência em meio urbano: a *Escola de Chicago* revisitada

A ideia de que a delinquência e o crime decorrem da influência de factores do meio onde os indivíduos se encontram remonta ao século XIX e encontra-se espelhada em vários trabalhos desenvolvidos na Europa que apontam para uma correlação entre práticas criminais e factores sociais como densidade populacional, pobreza e educação (Shoemaker, 1990). Durante muito tempo, o interesse sobre a influência do meio social esteve relegado para segundo plano no quadro das abordagens teóricas que foram sendo construídas sobre a delinquência e criminalidade, eminentemente de carácter bioantropológico e psicológico

que tendiam a fechar a análise nos traços particulares da constituição e personalidade do indivíduo em si mesmo, desvalorizando outros factores.

Mas o desenvolvimento urbano que acompanhou a industrialização nas primeiras décadas desse século em países como Inglaterra, França, Bélgica ou Países Baixos acarretou profundas transformações nas sociedades e nas formas de recolha de informação sobre as mesmas. Neste ponto, destaca-se a inovação trazida pela aplicação da estatística às matérias sociais que abriu espaço para novas formas de olhar e compreender os fenómenos sociais. Neste âmbito, a criação de mapas e gráficos extensivos a diversas áreas territoriais, geograficamente delimitadas, permitiu que se comesasse a identificar a distribuição de padrões de pobreza, crime e delinquência em diversos contextos.³²

No início do século XX, ocorreu uma profunda transformação no estudo do crime e delinquência que se vê consubstanciada numa diversidade de trabalhos da chamada *Escola de Chicago*. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, criado em 1892,³³ assumiu um papel destacado na produção de conhecimento científico sobre o desenvolvimento urbano e a cidade na sociedade norte-americana. A importância dos trabalhos realizados destaca-o como a primeira grande ‘escola’ de sociologia nos Estados Unidos da América,³⁴ num domínio que se estendeu por quase quatro décadas e cuja influência ainda hoje se mantém em várias áreas (Plummer, 1997; Shoemaker, 1999; Lima, 2001).

³² Nesta linha de investigação, que alguns autores designaram por *Cartographic School* (Sutherland e Cressey, 1970), evidenciam-se os trabalhos de Guerry de Champneuf, Adolphe Quételet e Laplace. Ainda que sem a consistência da construção de um quadro teórico de base que suportasse a análise e interpretação dos produtos obtidos por estas novas metodologias, a constatação da prevalência de práticas criminais em determinadas zonas em detrimento de outras abriu horizontes para o estudo deste problema social em torno de duas vertentes: uma primeira centrada na natureza humana, especialmente na consideração da moral ou do seu défice; uma segunda, focada no papel da organização social na etiologia destes actos (Sampson, 1986; Digneffe, 1995). O nascimento de uma estatística judicial com um forte cunho moral sustentou a investigação sobre as causas sociais que mais se associavam ao crime e delinquência, tendo Quételet concluído pela distinção entre causas constantes, variáveis e acidentais à luz do grau de influência que cada uma exercia sobre o comportamento humano em função dos resultados obtidos pela aplicação dos métodos estatísticos (Digneffe, 1995).

³³ Sobre a Universidade de Chicago, Lima (2001: 198) destaca que foi “concebida para ser a melhor, essa universidade contava com um orçamento elevado, fruto principalmente de inúmeras doações de particulares”. Outras universidades seguiram-na, mas durante muitos anos nenhuma conseguiu ter o mesmo grau de influência na disciplina ou alcançar a mesma notoriedade (Dias e Andrade, 1984; Regoli e Hewitt, 1991; 1984; Binder et al., 2001).

³⁴ O seu desenvolvimento foi fundamental para a profissionalização e institucionalização da sociologia, sendo também no seu seio que nasceu, em 1895, a primeira grande revista de sociologia – *American Journal of Sociology* – a par da publicação de algumas das importantes obras como *Introduction to the Science of Sociology* (1921) (Plummer, 1997). No entanto, a expressão *Escola de Chicago* só surgiu no final da década de 1930, usada pela primeira vez em 1939 e muito raramente até aos anos 1950. Só depois disso e a partir de uma visão retrospectiva sobre a diversidade e heterogeneidade de estudos realizados nesse departamento é que se tornou visível a sua identificação nestes termos (Bulmer, 1986). Esta rotulagem é de tal forma significativa que tende a continuar a ser atribuída a mesma designação a investigadores desse mesmo departamento, mas a controvérsia e a sua discussão está na ordem do dia, não se vendo esta ideia aceite por alguns dos mais importantes autores por ela visados (Sampson, 2002, 2008).

A sociologia da Universidade Chicago começou por ser, segundo Dowes e Rock (1989), a sociologia da cidade de Chicago, numa orientação que privilegiou a discussão das relações sociais no espaço urbano. Aconteceu aqui a constituição de um novo campo de pesquisa sociológica que colocou a cidade e os fenómenos urbanos como objecto de estudo privilegiado da sociedade, orientação que deu origem a um ramo de estudos especializados, o da sociologia urbana.³⁵ Os mais diversos estudos conduziram à criação de mapas antropológicos de bairros e zonas residenciais, técnica considerada fulcral para o entendimento dos processos e dinâmicas sociais e em relação aos quais a delinquência e o crime ganharam especial visibilidade (Oliveira et al., 2004). O empirismo, que constitui um dos traços de caracterização nestes estudos, transformou a cidade num vasto "*laboratório social*" procurando-se soluções concretas para determinados problemas sociais, essencialmente os que iam sendo associados ao intenso processo de industrialização e de urbanização observado na transição do século XIX para o XX na sociedade norte-americana (Park e Burgess, 1921).³⁶

Foi num contexto de profundas mudanças sociais e demográficas que Chicago se revelou uma cidade moderna, uma grande metrópole na sociedade norte-americana (Plummer, 1997), onde a vida social se desenvolvia na presença dos processos que cada grupo de imigrantes accionava tendo por fim a preservação dos seus modos de vida e cultura (Lima, 2001). As diferentes identidades culturais viam-se distribuídas de forma marcadamente territorial e a interacção social na cidade era atravessada por tensões entre integração social, mudança e comunicação. À excitação, energia e vitalidade que o estabelecimento

³⁵ Deve-se a uma primeira geração de sociólogos da Escola de Chicago o estabelecimento do primeiro programa de sociologia urbana nos anos iniciais do século XX (Small, Park, Burgess, McKenzie e Thomas). Nos anos seguintes, sucederam-se outros que rapidamente adquiriram uma especial relevância pelos trabalhos desenvolvidos nesta área (Trasher, Shaw, McKay, Wirth e Hughes). Entre 1915 e final dos anos 1930 verificou-se uma intensa publicação de pesquisas e projectos que foram tendo um impacte diverso no estudo de diferentes problemáticas.

³⁶ A prevalência de uma linha de orientação dedicada ao conhecimento da realidade social urbana não pode ser dissociada das dinâmicas sociodemográficas que marcaram Chicago na passagem para um novo século. No espaço de poucas décadas (1830/40-1900), passara de um pequeno lugar de 4.500 residentes para uma cidade de dimensão considerável à custa de um aumento muito significativo de população decorrente dos intensos fluxos migratórios vindos da Europa (alemães, irlandeses, italianos, suecos, polaco e outros), da Costa Este e das regiões a Sul. Em 1920, cerca de 30% dos residentes eram de nacionalidade estrangeira (Regoli e Hewitt, 1991); em 1930 esse valor manteve-se, sendo de salientar que 40% das crianças tinham pais não nascidos nos Estados Unidos da América. A título de exemplo, Cressey, citado em Short (1971), refere que, na altura, apenas duas cidades na Polónia e na Irlanda tinham mais polacos e irlandeses do que Chicago; relativamente aos suecos, o seu número de então correspondia à terceira cidade na Suécia. Estes movimentos migratórios atingiram uma grande dimensão pelo que, em 1924, foram estabelecidas a nível federal políticas que restringiram significativamente o número de entradas de imigrantes. Com mais de um milhão e meio de habitantes, tornou-se a segunda maior cidade dos Estados Unidos da América e atingiu os três milhões, em 1930 (Plummer, 1997).

da nova cidade acarretava contrapunha-se um outro lado mais negativo onde degradação, exploração, crime, impessoalidade, anonimato e solidão se destacavam (Plummer, 1997).

Era um mundo onde ‘estranhos’ e perigos começavam a ser notados e observados. Os primeiros resultados de várias pesquisas apontaram para que alguns dos problemas sociais (pobreza, exclusão, violência, crime, etc) fossem vistos como consequência do isolamento social e territorial de certas zonas da cidade à luz do crescimento enorme que sofreu e até certo ponto, dos modelos culturais trazidos pelos imigrantes nelas residentes. As tensões emergentes na cidade moderna abriam campo à ideia de desvio às normas em sociedade inicialmente em função dos modos de vida alternativos ao tradicional norte-americano da época que grupos de imigrantes tentavam manter na ideia de preservação cultural e, simultaneamente, de sobrevivência (Lima, 2001).

Para a análise da organização social da cidade, especialmente sobre as formas de distribuição territorial de determinados fenómenos sociais como a delinquência e o crime, os principais autores da *Escola de Chicago* tiveram como ponto de partida os processos ecológicos. Os seus principais contributos para a sociologia situam-se, primordialmente, ao nível do desenvolvimento de uma abordagem ecológica sobre os problemas sociais em meio urbano a partir da qual evidenciaram as relações entre os fenómenos sociais e as características do meio social onde se produziam. A definição de novas linhas metodológicas emergiu e os trabalhos qualitativos assentes em etnografias, na observação directa da realidade social em determinados contextos, ganharam um forte impulso. As abordagens espaço-temporais sucederam-se e a relação entre a teoria e o empirismo constitui uma das suas imagens de marca. Uma perspectiva interaccionista sustentou grande parte das opções neste campo, promovendo-se uma intensa interpenetração entre pesquisas empíricas e construção teórica com base no princípio de que a interpretação da realidade social e a produção do conhecimento científico deviam ter em vista a progressiva resolução dos problemas sociais (Plummer, 1997).

A perspectiva ecológica inicialmente apresentada nos trabalhos de Park, McKenzie e Burgess estruturou-se em torno de um novo conceito, o de ecologia humana, que serviu de ponto de partida para o estudo da sociedade tendo por referência a posição dos indivíduos no meio social urbano. A questão central que se colocava era a de saber de que for-

mas e sob que processos o *habitat social* (entendido ao nível do espaço físico e das relações sociais) influenciava os modos de vida e as acções individuais e colectivas.³⁷

Na teoria da *Ecologia Humana*, proposta por Robert Park, em 1915, e na teoria das *Zonas Concêntricas*, apresentada por Ernest Burgess em 1925, evidenciou-se a influência dos factores do meio sobre o desenvolvimento da acção humana, tendo-se promovido um novo olhar sobre a cidade que passou a ser vista como uma entidade orgânica. A análise desenvolvida por ambos assentou numa analogia entre o mundo vegetal e a organização da vida social em espaço urbano através da qual concluíram que o comportamento individual e dos grupos sociais é moldado e directamente afectado pelas condições do meio físico e social.³⁸ Sob uma forte influência da tese do “*evolucionismo social*” (Plummer, 1997), estudar a cidade, sobretudo as grandes cidades como Chicago, potenciava um maior conhecimento sobre a organização e funcionamento das sociedades. Este é um dos aspectos mais relevantes nestes trabalhos, pois colocou-se a ênfase na importância dos factores sociais na acção individual e colectiva em detrimento do interesse estritamente centrado no indivíduo.

Partindo de uma visão funcionalista da sociedade, Park representou a cidade como uma sucessão de áreas naturais (ecológicas ou habitats), sugerindo uma lógica de segmentação do território e da população em meio urbano, e Burgess propôs a divisão da cidade de Chicago em cinco grandes áreas a partir das quais se sustentava a sua expansão na criação de zonas por círculos concêntricos que irradiavam a partir do centro (Anexo 2.1).³⁹ Cada zona territorial foi identificada por características específicas e constante mobilidade que conduzia à interpenetração entre umas e outras por meio de processos de invasão, dominação e sucessão, à semelhança dos organismos vegetais. Uma destas zonas (a II, de transição entre a central, de cariz administrativo e comercial, e a residencial) era a que atraía o maior interesse destes autores por aí se registarem as taxas de criminalidade mais elevadas, justificando-se este facto pela desorganização social que nela prevalecia.

³⁷ Sob forte influência dos trabalhos de Spencer, Weber, Simmel, e Toennies sobre teoria social, procurava-se ligar o desenvolvimento urbano ao ambiental, sendo os indivíduos entendidos numa perspectiva conformista que os levava a agir de acordo com as normas (Binder et al., 2001).

³⁸ A *Ecologia Humana* funda-se em conceitos originários das ciências naturais: um primeiro nível relativo ao conceito de *simbiose* e um segundo que diz respeito aos de *invasão*, *dominação* e *sucessão*. É a partir destes que a vida social colectiva é observada e interpretada no entendimento de que se trata de um processo adaptativo que resulta da interacção entre meio físico, população e organização.

³⁹ A primeira dessas zonas, a central, integra a área comercial, a administração da cidade e as principais estações de transporte; a segunda é uma zona de transição, de natureza ou carácter intersticial entre a área comercial e industrial e a zona residencial, estando ocupada por pensões, bordéis e bairros; a terceira é a zona residencial dos trabalhadores e imigrantes de segunda geração. As quarta e quinta são zonas residenciais de indivíduos de origem social mais diferenciada (Mannheim, 1986).

Baseados nesta perspectiva, outros dos mais importantes autores da *Escola de Chicago*, Shaw e McKay, começaram por proceder ao mapeamento das taxas de delinquência em Chicago (1929), promovendo a discussão sobre padrões da sua distribuição e dos processos através dos quais os valores delinquentes e as práticas se desenvolviam. A delinquência visada era masculina e até uma idade específica (10-16 anos), identificada a partir das áreas ou zonas resultantes da aplicação dos critérios de recenseamento nos sistemas oficiais em função do local onde os indivíduos viviam e não onde tinham cometido os actos delinquentes (Shaw e McKay, 1942). O trabalho de pesquisa, que se estendeu por mais de 30 anos acabando por cobrir outras cidades em fases posteriores (1969), apontou para que as taxas de delinquência diminuíssem à medida que se saía do centro da cidade para as margens tendo este padrão sido replicado e observado nos três períodos em estudo.⁴⁰

Na sua explicação para a delinquência, Shaw e McKay destacaram quatro linhas de orientação. Primeiro, as taxas de delinquência mais elevadas registavam-se junto de áreas localizadas perto de zonas industriais, de armazéns ou de vias férreas, essencialmente os terrenos mais baratos da cidade e onde, inicialmente, se tinham instalados os bairros ilegais dos imigrantes, exclusivamente na Zona II, inversamente, as zonas residenciais mais diferenciadas associavam-se às taxas mais baixas. Segundo, os valores das taxas de delinquência em determinadas zonas mantinham-se independentemente da variação étnica ocorrida na composição da população residente;⁴¹ deste modo, revelaram que não era a condição étnica que determinava a evolução destes problemas sociais, e sim a vivência em espaços da cidade degradados. Terceiro, as taxas estavam significativamente correlacionadas com a existência de outros problemas sociais, nomeadamente de organização familiar, de frequência escolar reflectida em insucesso e abandono precoce do sistema de ensino, de saúde pública traduzida nos casos de mortalidade infantil, de diversas doenças e problemas de saúde mental. Quarto, estavam também relacionadas com um conjunto de características económicas, nomeadamente pelo elevado número de indivíduos e famílias dependentes de apoios financeiros, maioritariamente do Estado e organismos oficiais, o que os remetia para um patamar idêntico de dependência habitacional, sendo raro encontrar aqueles que eram proprietários das casas onde viviam. Destacaram, assim, a importância da mobilidade social, que se associaria a um enfraquecimento dos mecanismos de controlos social informal o que ajudaria a justificar os maiores índices de criminalidade (Shaw e McKay, 1942, 1971).

⁴⁰ Contemplaram três períodos: 1900-1906; 1917-1923 e 1927-1933 (Anexo 2.2).

⁴¹ Na transição do século, as taxas mais altas associavam população originária do Norte da Europa (alemães, irlandeses, ingleses e escoceses), pelos anos 1920 sobressaíam os polacos e os italianos; nos anos 1930 os de origem africana começaram a aparecer (Shaw e McKay, 1969).

Para efeitos desta investigação, interessa particularmente a afirmação constatada pelos principais autores da *Escola de Chicago* de uma relação entre desvantagens sociais concentradas em determinados espaços urbanos e as práticas de delinquência e crime naquilo que Shaw e McKay (1942) designaram por “*delinquency areas*” caracterizadas por desorganização social cuja origem está ligada a três factores estruturais – baixo estatuto socioeconómico, heterogeneidade étnica e mobilidade residencial.⁴² Como evidenciam Sampson e Groves (1989), o mérito do modelo de Shaw e McKay foi provar que a (des)organização social das áreas residenciais tem a ver com as formas de desvio, violência, delinquência e crime nelas produzidas. A socialização de crianças em contextos sociais onde estas práticas tendem a acontecer com regularidade sujeita-as a uma maior exposição e contacto com as mesmas e com outras formas de violência, num quadro de valores que favorece a não conformidade social e a violação de regras sociais. Esta é a trave mestra que estes autores trazem para a explicação destes problemas sociais. A análise dos modos de vida dos grupos sociais, das relações e redes sociais num espaço territorialmente delimitado em paralelo às formas de reacção social na forma de censura e de sanções a que estão sujeitos numa sociedade constituiu um dos seus principais enfoques (Snodgrass, 1976).

Ao debruçarem-se sobre o modo como a organização social de determinadas áreas influenciava as acções das crianças, Shaw e McKay sugeriram que a delinquência decorreria do estabelecimento de conflitos de natureza moral e da interiorização de valores de não conformidade nos seus processos de socialização (Shoemaker, 1990). Os conflitos e tensões expressos na influência que indivíduos e grupos sociais dessas áreas, a nível informal, poderiam exercer sobre as crianças em contraponto, ou até mesmo numa oposição consciente, à actuação dos mecanismos de controlo social formal. Nesta ordem de ideias, as crianças podem ser levadas a pensar que através da delinquência e do crime se adquire um estatuto socioeconómico valorizado e superior ao alcançável através de uma via de conformidade conferida por um diploma escolar ou um trabalho legal (Shaw e McKay, 1942). A transmissão dos valores delinquentes de geração para geração no seio de uma família foi também alvo de especial atenção, bem como a aprendizagem social da delinquência e crime a que crianças e jovens podiam ser submetidos por parte de adultos no mundo do crime, como Trasher destacou nos seus trabalhos sobre os gangues juvenis (Regoli e Hewitt, 1991). Nesta linha, este autor defendia que colocá-los em prisões não era eficaz, na medida em

⁴² No entanto, demonstravam como a pobreza não se associava de modo determinista à desorganização social, pois tinham tido a possibilidade de estudar populações pobres onde estas questões não se colocavam, como no caso de imigrantes pobres chineses ou judeus, em que as redes sociais se diferenciavam.

que tinham mais possibilidades de contacto com criminosos, reforçando-se as ligações entre uns e outros.⁴³

De realçar que Shaw e McKay defenderam que as formas como uma criança numa área destas escolhe por identificar-se com um estilo de vida criminal ou, pelo contrário, com um convencional, dependem da força e natureza da acção legitimada do controlo social nas suas vidas, particularmente no seio da família, daí decorrendo a justificação para a presença de não delinquentes nestas áreas. A orientação das crianças depende, até certo ponto, desse suporte que lhes é dado em função de padrões particulares de acção.⁴⁴

Mais tarde, Bursik (1988, cit. em Shoemaker, 1990) retomou estes estudos e, usando novos métodos estatísticos, verificou que os padrões identificados por Shaw e McKay se mantinham em 1940, 1960 e 1970 nos mesmos termos – ao afastar-se do centro da cidade para as margens as taxas de delinquência tendiam a diminuir – o que revela que, apesar de limitados, não deixam de ser um bom ponto de partida que deve ser completado com outras vertentes de análise.⁴⁵ As questões de género começaram a ser analisadas e os trabalhos deixaram de se centrar somente no sexo masculino. Uma das principais críticas levantadas relativamente aos trabalhos destes autores remete para a aparente desvalorização que terão atribuído à influência dos factores culturais na produção da delinquência (Shoemaker, 1990), mas como se terá oportunidade de discutir no ponto 2.8, também esta perspectiva se mantém em aberto em torno de um intenso e aceso debate no campo científico.

No início da década de 1940, assistiu-se, em poucos anos, a profundas mudanças no departamento de sociologia da Universidade de Chicago, com a retirada de alguns dos seus principais vultos por falecimento, afastamento ou deslocação para outras universida-

⁴³ A obra de Frederick Thrasher, *The Gang* (1927), resulta de um estudo sobre 1.313 gangues delinquentes.

⁴⁴ Nesta ordem de ideias, paralelamente aos trabalhos de investigação e sustentados nos seus resultados, foram lançados, em Chicago, projectos de intervenção voltados para a prevenção e combate da delinquência conhecidos como *Chicago Area Projects (CAP)*, que estiveram em aplicação por cerca de 40 anos. Shaw e McKay partiam do princípio de que os residentes em áreas delinquentes poderiam organizar-se melhor por eles próprios de forma a responder aos problemas comuns, uma vez que teriam um conhecimento das condições locais que podiam mobilizar e suportar de modo não acessível a quem viesse de fora (Kornhauser, 1978).

⁴⁵ No entanto, Shoemaker (1990) constata que parte da investigação desenvolvida noutros países replicando este modelo não identificou o mesmo movimento oriundo de dentro para fora da cidade no que diz respeito à prevalência das taxas de delinquência, sendo as mais elevadas encontradas nas periferias. Noutros estudos, a dimensão dos bairros foi mais relevante, vendo-se associadas as taxas mais elevadas aos de média-grande dimensão. Por sua vez, Ebbe (1989, cit. em Shoemaker, 1990) identificou zonas de elevada concentração de pobreza socialmente integradas em função de um controlo social informal forte. Já outros estudos realizados em Filadélfia (Rosen, 1978, cit. em Shoemaker, 1990), assentes numa perspectiva ecológica observaram as seguintes variáveis junto de delinquentes e não delinquentes em determinadas áreas vistas como criminais: presença de ambos os pais; presença de adultos masculinos em casa; sexo do chefe de família; sexo de quem toma as decisões; dimensão do agregado familiar; posição ordinal; educação e ocupação de quem ganha mais dinheiro em casa; posse de casa e densidade por quarto –, tendo chegado à conclusão que nenhuma se distinguia significativamente acabando por considerar que talvez a área fosse a variável fundamental.

des. À luz das transformações sociais, a perspectiva ecológica foi posta em causa, ficando algo esvaziada em termos dos seus conteúdos (Bulmer, 1986; Plummer, 1997), e novas abordagens sobre os problemas sociais começaram a ganhar força. No período pós-guerra, anos 1940-1950, um novo grupo de investigadores instalou-se em Chicago e iniciou o desenvolvimento de trabalhos em áreas que são hoje por vezes mencionados sob as expressões *The Chicago Irregulars* ou *Second Chicago School* (Plummer, 1997, 30). Incluem-se neste grupo Becker, Goffman, Gusfeld e Turner, entre outros. Na medida em que as sociedades evoluem e se transformam, também estes autores não se fixaram numa linha restrita de continuidade relativamente ao passado da *Escola de Chicago* e muitas das suas propostas teóricas e metodológicas não só se encontram em ruptura com os trabalhos dos seus predecessores nessa Universidade como são, simultaneamente, inovadoras, estando na origem de linhas de investigação que marcam a análise da realidade social nas sociedades contemporâneas, como se abordou no Capítulo 1.

2.6 A centralidade da perspectiva ecológica no presente

Nos dias de hoje, à luz das profundas mudanças sociais que marcam as sociedades ocidentais, a cidade tem de ser lida, interpretada e compreendida sob diferentes perspectivas que actualizam os contributos relevantes da *Escola de Chicago* (Machado, 2005). Como tem sido posto em evidência por vários autores (Sampson, 1986; Bursik e Grasmick, 1993), os primeiros estudos da ecologia social estavam restritos, essencialmente, a subáreas delimitadas no interior das grandes cidades, sendo pouco valorizadas as relações para lá desses limites e a interdependência entre sistemas sociais, orientação que tendeu a prevalecer até à segunda metade do século XX. No presente, os novos mosaicos urbanos e a natureza das políticas de habitação tendem a dispersar mais os padrões de delinquência pelas cidades e metrópoles, ultrapassando-se a visão exclusiva da sua localização numa só zona que mesmo Shaw e Mckay, com o avanço nos seus trabalhos, acabaram também por deixar cair (Binder et al., 2001), incorporando a ideia de outro importante autor da *Escola de Chicago*, Wirth (1956), que defendera que a cidade produz formas culturais próprias que ultrapassam os seus limites espaciais. Deste modo, atendia à difusão dos estilos e modos de vida urbanos num espaço onde se cruzam influências económicas, sociais, simbólicas e subjectivas.

Nas duas últimas décadas, tem-se assistido a nível internacional a uma revitalização de estudos sociológicos assentes numa perspectiva de análise no quadro da ecologia social cujas raízes se encontram na tradicional *Escola de Chicago*. Neste âmbito vários investigadores, muitos dos quais novamente da Universidade de Chicago ou a ela associados em algum

momento da sua carreira, têm vindo a propor novas direcções para a realização de estudos no campo do desvio, violência, delinquência e crime que atendem às premissas que marcam actualmente a sociedade urbana. De entre estes destaca-se Sampson (2002: 217), que reclama uma *Escola de Chicago* renovada: “*I thus take as central goal the study of community-level processes and dynamics in their own right, staking claim to a renewed Chicago School energized by theoretical challenge of understanding the changing nature of community in mass society, and by methodological advances in collecting new forms of data on community*”. É sobre algumas das mais recentes tendências neste campo que se passa a centrar a discussão.⁴⁶

2.6.1 Dinâmicas espaciais e desorganização social

É considerável o número de estudos que apontam para a ligação da delinquência à desorganização social dos contextos sociais de residência dos seus autores, considerando-a pelas relações estabelecidas no seu seio entre estrutura social, processos sociais, sistemas de oportunidades para a prática de delitos e taxas de delinquência (Kingston et al., 2009).

A teoria da desorganização social tem as suas raízes nos trabalhos da *Escola de Chicago* na década de 1930, e embora Shaw e Mckay não tenham feito uma referência explícita à expressão ‘desorganização social’, é nos seus trabalhos iniciais que se encontram as primeiras abordagens sobre estas questões que conduziram à sua formulação posterior na literatura científica. Desde então, esta perspectiva teórica veio a constituir-se como uma das mais importantes no estudo das relações entre os factores estruturais de territórios e zonas residenciais e as taxas de delinquência e criminalidade aí identificadas. Ao longo dos anos, outros autores centrados na análise da violência urbana e crime identificaram outros factores “*desorganizadores*” que foram sendo conjugados com as propostas iniciais (Liska et al., 1989; Bursik, 1988; Sampson e Groves, 1989; Bursik e Grasmick, 1993; Elliot et al., 1996; Morenoff et al., 2001, Sampson, 2002, 2006; Sun et al., 2004; Kingston et al., 2009).

O conceito de desorganização social é demasiado amplo e não é fácil de definir. Em termos gerais, num primeiro nível de análise, pode dizer-se que se refere à incapacidade das instituições e organizações sociais de um dado contexto de promover a coesão social e a conformidade às normas vigentes. Nos trabalhos da *Escola de Chicago*, não havia uma dife-

⁴⁶ Deixa-se de lado a discussão do modelo ecológico proposto por Brofenbrenner (1979) no campo da Psicologia, por se considerar que, em larga medida, não se adequa aos objectivos deste trabalho ao situar o principal enfoque das influências do meio no ciclo de vida do indivíduo em detrimento da atenção que aqui se pretende ter sobre as formas de produção da interacção social a um dado tempo e contexto. Não se nega a sua importância para determinados estudos, podendo a sua problematização ser aprofundada nos trabalhos Arez (1999), Malho (2003), Serrano (2004) e Machado (2008), entre outros.

renciação clara entre o que podia ser considerado desorganização social, factores associados ou suas consequências, residindo neste ponto parte das suas maiores limitações na tentativa de explicação dos fenómenos sociais (Shoemaker, 1990). Só nas décadas de 1970-80 foi definido claramente como “*the inability of a community structure to realize the common values of its residents and to maintain effective social control*” (Sampson, 2004b: 158).

Partindo dos trabalhos originais de Shaw e McKay (1942), das propostas de Kasarda e Janowitz (1974) e de Krohn (1986) sobre redes sociais, Sampson e Groves (1989) desenharam um novo modelo sobre esta matéria, sugerindo que os factores estruturais das zonas residenciais – baixo estatuto socioeconómico, mobilidade residencial, heterogeneidade étnica e rupturas familiares – são as fontes externas da desorganização social que se origina pelo enfraquecimento e ruptura das instituições e redes sociais locais, estas últimas vistas sob o prisma dos sistemas e redes de amizade, de companheirismo, solidariedade e conhecimento. A baixa participação social (“*agency*”) e a diluição dos controlos sociais informais surgem e reforçam-se mutuamente, estando na base da ausência de regulação social que favorece a delinquência (Sun et al., 2004). Nesta ordem de ideias, organização social e desorganização social são vistas como as pontas de um *continuum* que integra redes sociais e controlo social (Sampson e Groves, 1989).

A desorganização social não pode ser vista exclusivamente sob a perspectiva da sua associação a áreas onde a concentração de desvantagens sociais mais se faz sentir, pois também entre estas tendem a registar-se diferenças substanciais de natureza e intensidade não sendo directa e linear a sua associação a violência, delinquência e crime (Kingston et al., 2009). Esta linha de orientação aponta para que estas variações decorram dos processos sociais que se desenvolvem em cada área num quadro de intensas transformações.

As mudanças nas relações sociais na cidade implicam a consideração de um amplo leque de comportamentos sociais e grande parte da discussão neste campo tem tido por enfoque o conceito de comunidade. Como observa Sampson (2002, 2004a), o uso deste termo parece ter-se vulgarizado de tal forma nas sociedades contemporâneas, sobretudo na norte-americana, que se torna difícil precisar qual o seu exacto conteúdo quando é trazido para a discussão pública. Tanto serve numa vertente de solução providencial apresentada nos discursos político e privado na tentativa de revitalização dos valores tradicionais, ditos comunitários, quando se discutem alguns problemas sociais como a pobreza, o crime, as desigualdades sociais, como logo a seguir se desvanece quando se trata de focar outros aspectos da relação entre Estado e indivíduos, sobretudo na consideração da sua participa-

ção cívica aos mais variados níveis. Apesar da ambiguidade, é indesmentível a sua centralidade na vida social nos dias de hoje.

Para alguns autores, não é de estranhar que certas abordagens sobre desorganização social tenham vindo a desenvolver-se em torno de uma “*ideologia do lamento*” (Nisbet, cit. em Sampson 2004a) assente no sentimento, individual e colectivo, de que alguns valores da sociedade se perderam pelo declínio da participação cívica, daí emergindo a visão do retorno à comunidade como caminho a seguir para a sua recuperação. Mas como defende Sampson (2004a), esta sensação de perda da noção de comunidade não tem sentido no presente, como já não tinha no passado, uma vez que tem origem numa romantização das comunidades na perspectiva da sua existência em torno de densas redes sociais que são vistas como garante da coesão social, desvalorizando-se a importância do levantamento de outras importantes questões que emergem das mudanças sociais registadas.⁴⁷

Acresce ainda que esta visão de comunidade não encontra eco na organização social das sociedades contemporâneas, assentes num desenvolvimento urbano onde os laços sociais mais enfraquecidos tendem a predominar sobre redes sociais fortes e densas, caracterizando-se a interação social por uma forte componente de instrumentalidade (Sampson, 2002) Os actuais processos urbanos ocorrem “*on a quasi-random field of opportunities*” (Dear, 2002: 24 cit. em Sampson, 2008: 1319) em cidades e metrópoles marcadas pela fragmentação social, não tendo as mesmas fronteiras fixas como se teve oportunidade de discutir no ponto 2.5 .

Mais recentemente, outros autores derivam para a explicação do conceito de desorganização social a noção de capital social entendido a partir das redes sociais, normas e confiança entre residentes que promoverão a cooperação entre uns e outros tendo em vista um benefício mútuo. Esta tendência pode decorrer, na perspectiva crítica de Sampson (1999, 2002), da necessidade defendida por alguns de responsabilidade das comunidades através da qual se tenta promover a participação cívica individual, entendida como a “*salvação*” para debelar a injustiça social ao potenciar a criação de uma “*boa sociedade*”. Nesta linha, as áreas com baixo capital social encontrar-se-iam em condições mais desfavoráveis para atingir valores comuns e manter o controlo social sobre o qual se estrutura a segurança pública.

⁴⁷ Crítico da visão tradicional e idílica das comunidades locais apresentada por muitos sociólogos cujos trabalhos têm origem num “*paradigma da pobreza*” que ignora o mosaico social complexo do espaço urbano actual, Sampson (2004b) questiona o que é, de facto, a comunidade. Interroga-se sobre se se trata apenas de um conceito geograficamente local relativo a um bairro ou se pode ser visto como algo que dirá antes respeito a relações comuns entre indivíduos que ultrapassam a noção de lugar. Se assim for, quais os valores que são partilhados e como é que os preservam.

Mas esta ideia de associação da desorganização social à definição de capital social não é consensual na comunidade científica e a tradicional perspectiva de que laços sociais fortes não se associam a delinquência e crime viu-se contestada nos estudos de Wilson (1987), que apontam no sentido da sua existência em certos contextos poder revelar-se impeditiva do exercício do controlo social. Os residentes podem estar tão unidos numa apertada malha de laços sociais propícia ao crescimento de redes criminosas, não tendo por isso a capacidade de as afastar para lá do seu território (Patttillo, 1999, cit. em Sampson, 2002).

O intenso debate que se tem concretizado em torno destes conceitos tem levado a um certo retorno à cidade na forma da tradição sociológica americana e dos estudos sobre crime centrados nas perspectivas ecológicas.⁴⁸ Daqui vem a resultar a actualização e (re)formulação das propostas iniciais definidas pela *Escola de Chicago*, e de entre estas é significativa a que se refere aos “*neighborhood effects*” junto de crianças e jovens. Se os efeitos do bairro não são apenas o mero espelho das características individuais é porque presumivelmente serão antes resultantes de uma interacção social e de processos institucionais que envolvem aspectos colectivos da vida social nesse lugar (Sampson e Laub, 1994; Sampson et al., 1999; Morenoff et al., 2001; Sampson, 2002). A nível geográfico tudo encontra-se relacionado com tudo (Toblers, 1970, cit. em Sampson, 2008: 131), pelo que há que atender a que aquilo que se encontra próximo está mais relacionado entre si do que com o que se encontra distante. Nesta ordem de ideias, um padrão de dependências espaciais tem de ser considerado na análise dos fenómenos urbanos, e tem sido registado que a vivência nas proximidades de bairros com altas taxas criminais aumenta o risco de crime seja qual for a densidade de redes sociais das zonas vizinhas mais próximas. Esta ideia leva a conceptualizar cada área como um nó de uma mais vasta rede de relações espaciais (Sampson, 2004b).

Dois vectores são fundamentais para a análise das dinâmicas espaciais que podem ser associadas à produção e disseminação do desvio e delinquência num determinado terri-

⁴⁸ Neste campo, destaca-se o *Project on Human Development on Chicago Neighborhoods (PHDCN)*, um projecto de larga escala, de carácter interdisciplinar, que visa a produção de conhecimento sobre a mudança social e o desenvolvimento humano no seu contexto social, contribuindo para a construção de uma teoria social sobre crime que evidencia a importância do espaço (Sampson e Morenoff, 2006). Toma como foco de análise o desenvolvimento de sete *cohorts* de crianças e suas famílias residentes em Chicago envolvendo no total 6.500 crianças num período que vai desde o nascimento até aos 18 anos. Para este efeito, a cidade foi dividida em 343 clusters de bairro, ecologicamente definidos em função de um leque de variáveis socioeconómicas, raciais, étnicas, familiares e habitacionais. Neste projecto foram realizados três estudos independentes sobre componentes específicas (Sampson, 2002, 2008). Em termos metodológico inovaram-se algumas das técnicas e instrumentos clássicos pelo recurso a tecnologias de ponta naquilo que Sampson e Raudenbush (2001) designaram por “*eco-metrics*”. A replicação de processos e metodologias deste projecto tem vindo a acontecer noutras cidades e noutros países, como o Reino Unido e a Suécia.

tório: concentração e estigmatização. Da conjugação de ambos Wacquant (2007) propõe uma outra noção, a de “*delinquência de exclusão*”, em que o bairro surge como uma formação socioespacial específica e diferenciada resultante de processos e mecanismos sociais que assentam em lógicas simultaneamente de segregação e de agregação física e social num certo local. O acto delinquente resultará, então, das tensões entre os actores sociais e as lógicas institucionais dominantes na sociedade, havendo que averiguar do grau e formas de penetração da acção do Estado no seu interior e junto dos seus habitantes.

Dada a persistência de desigualdades observada em determinados territórios ao longo do tempo no âmbito de diversos estudos realizados nesta área, vários autores apontam para a identificação de algumas conclusões comuns no que se refere à segurança e crime (Elliot et al., 1996; Morenoff et al., 2001; Sampson, 2002, 2004b, 2008; Kingston et al., 2009). A primeira assenta na verificação de diferenças significativas nas taxas de delinquência e crime em função de factores socioeconómicos e da distribuição étnica decorrente da concentração territorial de desvantagens sociais e do isolamento social e geográfico a que diferentes grupos étnicos se encontram sujeitos. A segunda remete para a constatação de como a delinquência e o crime não são problemas isolados mas tendem a integrar um pacote de nível local onde se incluem também desordens sociais e físicas, maus tratos na infância, taxas mais elevadas de mortalidade infantil, abandono escolar e diferentes problemas de saúde pública. As desordens surgem como factor relevante associado à escalada para o crime, sendo observado que ambos emanam das mesmas características estruturais (Sampson e Raudenbush, 2005). Na terceira conclusão posta em evidência aponta-se para uma correlação entre a delinquência na infância e juventude e a pobreza, a monoparentalidade, a posse de propriedade pelo agregado familiar e o tempo de arrendamento no bairro. Um quarto aspecto diz respeito à diferenciação ecológica em função de classe social, origem étnica e saúde ser identificada em múltiplos campos geográficos, de dimensão variada, pois tanto pode ser encontrado nas grandes cidades como noutros locais mais pequenos. A quinta e última conclusão enunciada aponta para um crescimento significativo da concentração ecológica da pobreza em todas as suas formas nas últimas décadas, o que leva ao questionamento dos modelos de intervenção social e da eficácia das instituições locais (Sampson, 2004b)

2.6.2 Controlo, coesão social e eficácia colectiva

O controlo social é uma das características inerente a todas as sociedades e reporta-se aos processos que se desenvolvem no interior dos grupos sociais visando impedir a

transgressão das normas e a sustentação da conformidade aos sistemas de valores vigentes. No fundo, visam a manutenção da coesão social (Curra, 2010). Implicitamente associado aos processos de socialização, este controlo assume diversas facetas, revestindo não só um carácter negativo espelhado na aplicação de sanções ou punições perante as transgressões, mas também positivo na consideração de reforços às manifestações de conformidade relativamente aos objectivos dos sistemas e instituições sociais dominantes. Trata-se, acima de tudo, do exercício de uma pressão permanente sobre os actores sociais que visa a manutenção da ordem e das normas estabelecidas.

No final do século XX, Foucault (1987) destacava a ideia de se viver na idade do controlo social intrinsecamente associada ao despertar de novas sensibilidades individuais e colectivas para determinadas situações que permaneceram ocultas durante anos, séculos até, e que se espelham agora numa maior tomada de consciência e no possível desenvolvimento de sentimentos de menor tolerância perante actos desviantes. Em relação a isto, não será indiferente a crescente atomização dos laços sociais, no acentuar de um individualismo cujas repercussões podem potenciar fenómenos de radicalização de comportamentos. Se a conformidade tende a ser o padrão dominante e os actos desviantes representam a face última da ruptura do contrato social, o aspecto fulcral da discussão em torno da delinquência na actualidade tende a centrar-se não somente naquilo que representa no presente ou que constitui um produto de um passado próximo, mas a estruturar-se em função de uma ideia de futuro que condiciona a acção individual e colectiva.

Perante este enquadramento, as perspectivas teóricas centradas no controlo social focam-se na ausência de relações significativas dos indivíduos uns com os outros e com as instituições, sendo a delinquência entendida como um problema social que acontece quando as ligações à família, à escola ou a outras instituições convencionais não são positivas e suficientemente estáveis na promoção da conformidade social (Agnew, 1992).

Na procura de se perceber porque é que não existem mais indivíduos a violar as normas, alguns autores chamam a atenção, em primeiro lugar, para a conformidade que se instalou no seio das sociedades (Gottfredson e Hirschi, 1990). Segundo Hirschi (1969), o indivíduo tem tendência a transgredir, a violar as normas, e isso só não acontece mais devido ao condicionamento que sofre em função dos vínculos sociais que mantém no seu contexto, dependendo o respeito pelas regras, fundamentalmente, da natureza dos laços

sociais.⁴⁹ Neste processo, identificou-se dois tipos de controlo: um interno – relativo à interiorização das normas e regras que cada actor social desenvolve na sua socialização –, outro externo – referente à ausência (ou não) de meios de recompensa ou de punição social em resposta à conformidade ou violação das normas sociais (Hirschi, 1969).

Nesta linha, seria em especial a acção que as instituições e os sistemas sociais tendem a exercer, em determinado momento, sobre os indivíduos que explicaria a conformidade, daí se restringindo a identificação dos indivíduos no desvio a um reduzido número. No entanto, como verificaram mais tarde Hirschi e Gottfredson (1990), o conjunto de relações entre indivíduo e sistema formal que mantém o controlo dificilmente explicará, de modo exclusivo e absoluto, a existência do desvio, devendo passar a considerar-se também, numa perspectiva multidimensional, a existência de vários outros factores.

São diversos os componentes e mecanismos envolvidos neste processo, mas a ideia que é comum a estes e outros autores, como Reckless ou Nye, aponta para o entendimento da delinquência como uma acção resultante de um défice de controlo social que se reflecte na coesão social (Bégue, 2003). Este controlo tende a ser enfraquecido em função de circunstâncias que levam a ter baixas ou nenhuma expectativas de consequências adversas, de efeitos negativos para quem a praticou; assim sendo, concomitantemente vê-se também diminuída a atracção para o cumprimento das normas sociais convencionadas.

O controlo social não se exerce no vácuo, e na desvinculação dos laços sociais revela-se a importância, num primeiro momento, de duas instâncias de socialização, a família e a escola. Nye (1958) considera que se os mecanismos de controlo social funcionarem as forças internas são equilibradas e assegurada a conformidade. Destacando a importância da família como fonte de aprendizagem dos mecanismos de controlo social, identifica quatro tipos diferenciados: controlo indirecto (obediência aos pais por afecto e respeito); controlo directo (aplicação de medidas – coacção, ameaça, admoestação, punição – através de grupos sociais específicos); controlo interno (consciencialização das normas e valores apreendidos através das práticas educativas socializadoras); controlo externo (a sociedade satisfaz, de forma legítima, as necessidades de afecto e segurança do indivíduo). Também Agnew (1992) defende que as falhas na supervisão educativa e na eficácia das sanções ao desvio e delinquência conduzem a que as crianças e jovens antecipem e percepcionem que, no momento, o investimento da sociedade sobre si próprios é mínimo, pelo que mais facilmente

⁴⁹ Neste âmbito, Hirschi (1969) destaca quatro componentes: apego-simpatia (ter ligações afectivas, sensibilidade perante os outros); empenho (ter obrigações/deveres para com os outros suscitará uma maior ponderação de riscos); envolvimento (a tendência para o envolvimento e ocupação do tempo em tarefas convencionais de ajuste à sociedade); crença (a validação ou não das normas por parte do indivíduo).

podem tender para a não interiorização dos controlos internos convencionais. A ausência de relações significativas a modelos de referência em conformidade com a norma social reduzirá ainda mais a provável eficácia das acções familiares e educativas (Elliot et al., 1996).

Em trabalhos recentes sobre como as desigualdades espaciais nas cidades e metrópoles se podem espelhar localmente em oportunidades desiguais para os residentes num determinado contexto, muito em especial as crianças, assiste-se à emergência de um outro conceito que integra e inova as perspectivas sobre o controlo social, o da eficácia colectiva (*“collective efficacy”*), entendida a partir da relação entre *“working trust and shared willingness of residents to intervene in social control* (Morenoff et al., 2001, 520). Nos termos inicialmente propostos por Sampson et al. (1997) a eficácia colectiva é definida como a coesão social entre os residentes de um determinado território que resulta da combinação entre confiança e partilha de vontades e expectativas relativas aos bens comuns e à intervenção de controlo social informal a desenvolver no espaço público.⁵⁰

Neste sentido, por se sustentar na análise da ligação entre confiança e coesão social embebidas nas estruturas locais que, por sua vez, sofrem a influência das políticas sociais e económicas estratificando as áreas residenciais em função de um espectro de características locais, este conceito tem vindo a tornar-se um dos processos mais relevantes no estudo da violência, delinquência e criminalidade em contexto urbano. No seu âmbito, o foco de atenção é deslocado dos laços individuais para o colectivo e nesta concepção de eficácia social considera-se que as zonas residenciais têm uma capacidade conjunta interna de alcançar as acções que desejam a partir de valores comuns, sendo assim que se vêem reforçadas as competências individuais (Sampson et al., 1997; Morenoff et al., 2001; Sampson, 2004a; Sampson e Morenoff, 2006).

Na distinção entre o potencial de recursos manifestado em termos de laços pessoais e a conjugação das expectativas e confiança para a acção por parte dos residentes de um dado contexto (Morenoff et al., 2001), valorizam-se as transformações observadas na vida social em contexto urbano, salientando-se como os espaços locais são fundamentais para a realização individual e colectiva da qual decorre a determinação da segurança pública a par dos modos de educação das crianças (Bursik e Grasmick, 1993). Assim, a eficácia colectiva depende da construção de confiança que se adquire a partir da satisfação de necessidades

⁵⁰ No capítulo da governação das sociedades, este conceito pode constituir uma ferramenta de informação muito útil pela consideração da natureza da organização e reacção social em determinadas zonas residenciais, podendo a partir da mesma considerar-se diferentes formas de gestão na prevenção da violência e crime ao mesmo tempo que se tornam mais visíveis símbolos e sinais de desordem em espaço urbano que permita acompanhar a sua difusão espacial (Sampson, 2004b).

que se concretizam (ou não) num certo espaço, continuando a desigualdade de recursos a revelar-se como factor relevante em todo este processo. De um ponto de vista metodológico, este processo será mais passível de medição no recurso à observação directa do que através das percepções subjectivas dos residentes dos bairros (Sampson et al., 1997; Morenoff et al., 2001). Tal como outras abordagens teóricas, designadamente ao nível da prevenção situacional, o foco de interesse centra-se no uso, apropriação e intervenção no espaço público.

Os principais resultados obtidos no âmbito dos estudos realizados neste campo, que não exclusivos à sociedade norte-americana,⁵¹ têm vindo a constatar a existência de uma relação entre os níveis de eficácia colectiva e as taxas de delinquência e criminalidade nessas mesmas zonas: as que apresentam mais baixos níveis desta eficácia tendem a revelar as mais altas taxas destes problemas sociais, aparentemente associados a uma elevada concentração de problemas que se traduz na dificuldade de satisfação de necessidades individuais e colectivas (Sampson e Morenoff, 2006). Vê-se confirmada a influência que a concentração territorial de desvantagens sociais pode ter na promoção de desordens, violência, delinquência e crime, surgindo a ordem espacial como reflexo da complexidade e diversidade dos fenómenos urbanos (Sampson, 2008). Um elevado nível de mobilidade geográfica enfraquece os laços sociais e o controlo social e cria instabilidade institucional, na medida em que um dos principais problemas é os laços sociais e a confiança demorarem tempo a formar-se e a consolidar-se como base para a acção colectiva (Sampson et al., 1999). As múltiplas formas de desvantagens sociais far-se-ão sentir ao nível da fraca confiança estabelecida em relação aos ‘outros’, o que fará baixar as expectativas para o desenvolvimento do controlo social e de uma acção colectiva junto das crianças (Elliot et al., 1996; Sampson et al., 1997). A extrema desigualdade em termos de recursos a nível espacial, em conjugação com a falta de trocas de sentido positivo com zonas residenciais de outros estratos sociais justificarão, até certo ponto, a concentração das estatísticas relativamente aos locais de origem dos autores de actos delinquentes (Morenoff et al., 2001; Sampson, 2008).

A posição espacial que a zona residencial ou bairro ocupam na grande cidade é fulcral na eficácia colectiva e o seu potencial extravasa as fronteiras geográficas. Algumas zonas beneficiam de uma maior proximidade com outras onde as expectativas relativamente ao controlo social das crianças são mais elevadas, ainda que se tenha identificado que a

⁵¹ Da aplicação da metodologia ajustada a outras cidades, como Estocolmo, constatou-se uma mesma orientação relativamente à relação da eficácia colectiva com a violência e criminalidade, relevando-se as formas de organização social que atravessam fronteiras (Sampson, 2002, 2008).

origem étnica faz diferença na medida em que zonas residenciais “*brancas*”, mesmo quando com elevados níveis de pobreza, tendem a beneficiar mais dessa influência espacial e a elevar os níveis de eficácia colectiva do que similares habitadas por etnias de origem africana (Sampson, 2004a, 2008). Nesta linha, defende-se que as desvantagens de um bairro vão além das suas fronteiras internas pois a “*race-based spatial dynamics appear largely beyond the control of one neighborhood*” (Sampson et al., 1999: 657). Estes processos de segregação social e étnica têm origem em factores de ordem económica num plano macro, mas quanto mais se concretizarem menor será o número de bairros desta natureza que conseguirão absorver os choques económicos. A concentração da pobreza tenderá a revelar-se mais severa, intensificando-se formas de isolamento social que acentuam o afastamento dos seus residentes ao acesso a recursos fundamentais no controlo social colectivo (Morenoff et al., 2001)

Outros aspectos relevantes na eficácia colectiva dizem respeito à ausência de propriedade pelos residentes – quando associada a outras desvantagens sociais constitui preditor de baixos níveis – e à densidade local de organizações e associações voluntárias. Nem sempre uma elevada densidade se traduz, no imediato, em mais altos níveis de eficácia colectiva, pois como tem ficado claro nos resultados de vários estudos, muitas vezes as organizações locais tendem a ter, como primeiro e principal objectivo, a sua própria sobrevivência, frequentemente à custa das próprias comunidades (Sampson, 2004a; McRoberts cit. em Sampson, 2008).

2.7 Delinquência e aprendizagem social

A preocupação sobre o processo de aprendizagem social da delinquência já era visível nos trabalhos de Gabriel Tarde (1843-1904), que terá sido dos primeiros a destacar como esta não é uma característica individual mas antes uma acção que se aprende junto de outros. O contexto onde essa aprendizagem se realiza pode fazer a diferença se promover a identificação a modelos de referência que se encontram mais associados a actos delinquentes e criminais do que à conformidade social (Yablonski e Haskell, 1988).

Na teoria da aprendizagem social proposta por Bandura (1986), ressalva-se o papel da observação e da modelagem para o desenvolvimento de qualquer comportamento individual. Não se trata apenas de entender este processo como resultado exclusivo da experiência directa pela execução, mas também através da observação das acções dos outros. A identificação de outros padrões de comportamento, de valores, de pensamentos, encontra-se alargada a novas formas e meios de comunicação, sendo vasto o número de modelos a que os indivíduos têm acesso diariamente (Matos, 2004). Na definição de um modelo

sociocognitivo a partir da reformulação da teoria inicial, Bandura (cit. em Matos, 2004) colocou em destaque a ideia de que as crianças, à medida que vão crescendo, tendem, pela observação de vários modelos, a concretizar práticas e acções reveladoras da adopção e desenvolvimento de padrões avaliadores sobre os mesmos. A observação não será um mero processo mimético de aprendizagem e reprodução dos outros, mas permite que apreendam as regras subjacentes a esses comportamentos, sendo estas que promovem a evolução para comportamentos que vão além daquilo que foi observado. Revêem-se aqui alguns dos contornos da “*interpretação reprodutiva*” de Corsaro (1997).

Nesta ordem de ideias, a explicação da delinquência faz-se através da análise dos processos sociais através pelos quais qualquer indivíduo é visto como tendo potencial para delinquir, dependendo do seu percurso de socialização e das aprendizagens sociais que efectua através das experiências e contactos na família, com pares, na escola, com as autoridades oficiais e outros agentes de socialização.

2.7.1 Família, socialização e delinquência

Desde o século XIX, que a família tem sido vista como uma das mais importantes variáveis associadas à delinquência. Enquanto agente de socialização, constitui a principal instituição de controlo social informal cuja acção se revela significativa na manutenção ou não do vínculo social entre o indivíduo e a sociedade. Neste âmbito, em função da natureza e duração do período em que se é considerado criança, a origem social surge como critério diferenciador de grande significado. As variáveis do contexto sociocultural são determinantes, uma vez que a sociedade não se encontra meramente estratificada por sucessivas gerações mas também em relação a factores de natureza cultural, social ou económica cujas implicações afectam, de modo mais ou menos intenso, o percurso de vida dos actores sociais (Bourdieu, 1979).

A família é um dos lugares privilegiados de construção social da realidade nas suas dimensões de espaço físico, relacional e simbólico (Saraceno, 2003), com a sua própria trajectória, envolvendo diferentes estratégias de ruptura e continuidade. São dois os níveis que mais vulgarmente se vêem retratados na relação entre família e delinquência (Ferreira, 1999). Um primeiro diz respeito à transmissão de valores e normas sociais através dos quais as crianças e os jovens orientam as suas práticas e relações sociais, no fundo, como se relacionam com a sociedade. Neste âmbito, importa conhecer se os valores familiares vão na direcção da conformidade social ou não (Bath, 1979, cit. em LeBlanc e Janosz, 2002). Um

segundo refere-se à natureza, frequência e intensidade das formas de controlo social que a família exerce sobre os seus membros, sobretudo sobre os mais novos (Ferreira, 1999), consubstanciadas a partir da sua estrutura e organização interna, dos laços estabelecidos e da natureza das relações entre os seus membros (supervisão parental e disciplina educativa; conflitos parentais; relações e comunicação pais-filhos) exercida sob um ponto de vista educativo pelos pais e substitutos (Haskell e Yablonski, 1988). Em ambos os níveis, o pano de fundo é traçado no campo da socialização das crianças e da interacção entre pais e filhos.

Os laços e o controlo social estabelecidos no seio de uma família podem ser factor inibidor e controlador da delinquência na medida em que a criança ou jovem não quererá pôr em causa as relações positivas com os pais. A família é vista como um contexto cultural onde a criança adquire, interioriza e reconstrói orientações e definições normativas que vão ao encontro da conformidade social. Neste processo, intervêm também factores de natureza socioeconómica que influem nas dinâmicas familiares contribuindo para a estruturação das práticas educativas pelas quais os controlos sociais são exercidos (Ferreira, 1999). Mas também o inverso pode suceder, com essas relações positivas a encontrarem-se moldadas em função dos modelos desviantes e criminais que os pais ou outros familiares podem constituir. Nesta perspectiva a família, é determinante na delinquência de crianças e jovens, dela decorrendo a ausência de limites que suscitem a rejeição a esse tipo de acções constituindo-se, assim, como uma das principais fontes para a não conformidade social dos mais novos (Chazal, 1969; Shoemaker, 1990; Ferreira, 1999; Mucchielli, 2001).

Deste modo, uma possível transgeracionalidade do desvio, delinquência e criminalidade tem vindo a ser posta em evidência em algumas pesquisas (Thornberry e Krohn, 2003; Farrington, 2004; Loeber et al., 2004). Ijzendoorn (2004) chama a atenção para uma possível associação entre os laços de vinculação social das crianças, o seu desenvolvimento moral e os actos delinquentes e outros problemas graves de comportamento. Não sendo factor único de explicação, a relação crescente e estável com um modelo de referência primário, assente na empatia e na obediência mas cuja transmissão de valores se revele através de processos e mecanismos que promovem ou facilitam a não conformidade às normas sociais pela não reprovação de actos desviantes, podem modelar o desenvolvimento posterior de acções delinquentes. Se a criança se encontrar solidamente envolvida com os pais ou seus substitutos em actividades comuns, havendo um patamar de comunicação consistente no desenvolvimento de uma identificação afectiva aos pais, mais facilmente aceita os valores que estes lhe forem revelando. Inclui-se neste ponto, a adesão e conformidade às

regras sociais, assim como a aceitação de controlo directo, supervisão e punições. E o mesmo acontece, numa tendência inversa, em relação à não conformidade e à delinquência.

Mas outros caminhos se abrem nesta abordagem. Haskell e Yablonski (1988) chamam a atenção para o número de envolvidos em delinquência provir mais de famílias desestruturadas, marcadas por rupturas nos seus laços, do que os não delinquentes, ideia realçada nos trabalhos de Sheldon e Eleanor Glueck nos anos 1950. Apesar desta constatação, salienta-se que estes estudos se restringem ao conhecimento deste problema social pelo recurso às estatísticas dos casos oficialmente recenseados junto de autoridade policiais e tribunais. Quando se passa à análise de inquéritos de delinquência auto-revelada (Nye, 1958; Hirschi, 1969), as diferenças não surgem de modo tão significativo.

A organização da família tem sido outro dos pontos mais debatidos na literatura científica nesta área, surgindo associada, mas não exclusivamente, a aspectos situados no âmbito da interacção da esfera familiar, designadamente, no que concerne à fraca qualidade da interacção entre pais e filhos e ao deficiente exercício de uma eficaz supervisão parental (Ferreira, 1999; Mucchielli, 2001; Cusson, 2006; Simões, 2007). Patterson e Yorger (2002) sugerem que aquilo que tende a diferenciar as crianças que se envolvem em delinquência de outras em que isso não acontece prende-se com factores situados no campo das competências educativas dos pais. Especificamente, estes autores destacam a falta ou a incapacidade de controlo social informal, de supervisão parental e de comunicação adequada dos pais para com os filhos. Associam ainda o recurso frequente a reforços negativos de comportamento que se traduz tanto por permissividade como por uma disciplina severa.⁵² No seu entender, será através destes mecanismos que outras variáveis externas, designadamente as

⁵² Em trabalhos recentes realizados junto de jovens numa comparação entre delinquência auto-revelada e delinquência recenseada em sistemas de justiça, LeBlanc e Bouthillier (s/d, cit. em LeBlanc e Janosz, 2002) não só distinguiram cinco formas de regulação familiar – “adequada, conflitual, inábil, desviante, punitiva” –, como vieram a constatar diferenças significativas na forma como cada uma delas tende a manifestar-se associada à prática de actos delinquentes nessas idades. Quer para as formas de delinquência referida pelos próprios autores como para a registada oficialmente, a frequência e intensidade tende a variar de modo estatisticamente significativo em função desses cinco tipos de regulação familiar (LeBlanc e Bouthillier, s/d, cit. em LeBlanc e Janosz, 2002). Nos jovens enquadrados por estes autores como convencionais, isto é, sem intervenção judiciária, a categoria reportada à regulação familiar “adequada” é a que se encontra associada a um menor número de casos de delinquência, independentemente do tipo de actos, e de outros problemas de comportamento social. Diversamente, a designada por “punitiva” foi identificada como a que mais favorece o desenvolvimento de actos delinquentes. Pelo meio, a regulação “inábil” surgiu mais ligada à delinquência mas menos a outras perturbações comportamentais, enquanto na chamada “conflitual” se passa o inverso. No que concerne a jovens sujeitos a intervenção judiciária, desde logo sinalizados como mais desfavorecidos no plano estrutural, os resultados são aproximados, com valores de significação estatística satisfatórios mas um pouco mais baixos do que os anteriores. Destaca-se também aqui a regulação “adequada” como a menos associada à delinquência, ao contrário da “inábil”, que se revela a mais ligada. A vantagem deste estudo traduz-se na identificação de modelos de regulação familiar que permitem ultrapassar algumas das limitações de outros focalizados apenas num ou noutro factor de análise, numa visão parcelar sobre o sistema familiar.

de natureza sociodemográfica exercerão o seu efeito, sobretudo nas trajectórias delinquentes de início precoce.

Falar das vivências no seio da família traz à superfície, de igual modo, a questão da natureza e dinâmicas dos actos delinquentes manifestados por irmãos, problemática algo descurada no campo da investigação em detrimento do estudo das relações pais-filhos (Bullock, 2002; Thornberry e Krohn, 2003; Scales et al., 2004). Neste âmbito, algumas pesquisas destacam como principal conclusão que os irmãos tendem a partilhar um elevado grau de semelhança nos seus níveis de adaptação social, revelando-se esta situação de modo muito expressivo no que diz respeito à delinquência e ao consumo de drogas (Bullock, 2002). A literatura científica nesta área encontra-se repleta de exemplos de mutualidade, tanto na conformidade social como no desvio apresentado por fratrias, existindo uma diversidade de razões para que tal aconteça.

Na infância, o subsistema de irmãos é, supostamente, um dos contextos mais estáveis através do qual se modelam os comportamentos de uns e outros, constituindo elemento central no processo de socialização. O mesmo pode exercer uma forte influência na totalidade do sistema familiar, interferindo nos esforços de educação por parte dos pais, quer seja como obstáculo de monta, quer seja na sua promoção (Bullock, 2002). Os irmãos funcionam como modelos de comportamento aceitáveis ou inaceitáveis fornecendo pistas, indicações para o desenvolvimento de acções, que se alargam para lá dos limites de influência dos restantes membros da família. No entanto, para a sua abordagem requiere-se a convocação de outras variáveis, designadamente ao nível dos processos e dinâmicas familiares onde se situam, não devendo ser visto como um objecto isolado de análise. Se os irmãos, como defende Patterson (1984, cit. em Bullock, 2002: 347), devem ser encarados como *“companheiros de viagem no processo coercivo da família”*, a análise da família deve ser sistémica, ou seja, na sua abordagem ter-se em consideração de que a interacção entre todos os membros do sistema familiar influi directamente e reciprocamente no comportamento de cada um (Bullock, 2002). Alguns investigadores sugerem que a unidade básica de estudo no campo das interacções familiares se deva centrar na tríade – progenitor, filho, irmão –, ultrapassando as limitações decorrentes da consideração exclusiva de uma relação dual atendendo-se, assim, às dinâmicas e influências recíprocas entre irmãos, filhos e pais.

A delinquência de irmãos mais velhos tem-se revelado frequentemente associada à delinquência de irmãos mais novos (Fonseca, 2004; Farrington, 2004; Loeber et al., 2004), embora tendam a surgir diferenças em função do género. Em certos casos constatou-se que a existência de relações positivas com irmãos mais velhas se revelava factor de protecção,

numa diminuição do risco de desenvolvimento de práticas delinquentes e problemas de comportamento; ao invés, relações da mesma natureza com irmãos mais velhos do sexo masculino estavam mais associadas ao despoletar desses problemas. De igual modo, também a existência de relações coercivas-hostis na fratria surge relacionada com a delinquência nos irmãos mais novos, de ambos os sexos (Bullock, 2002).

2.7.2 Grupo(s), sociabilidades e regulação social

A importância do grupo e das sociabilidades na delinquência constitui factor amplamente discutido na literatura científica. Um dos mais importantes contributos neste campo encontra-se na teoria da associação diferencial emergente nos trabalhos de alguns dos mais significativos representantes da *Escola de Chicago*, num primeiro momento por Edwin Sutherland, ao qual se associou posteriormente Donald Cressey, seu aluno e colaborador.⁵³ Partindo da constatação de algumas das limitações das pesquisas ecológicas de Shaw e McKay, nela se evidencia que a delinquência, à semelhança de outros fenómenos sociais, é produto da interacção social, resultando de um processo de comunicação e aprendizagem entre indivíduos, designadamente em grupo. O principal contributo destes autores é a afirmação de que a delinquência se aprende. A associação diferencial designa os processos sociais através dos quais cada um se encontra exposto a valores e configurações normativas que promovem, em maior ou menor grau, a conformidade à norma social ou, inversamente, ao desvio (Bègue, 2003).

Devido à organização da sociedade, uma pessoa terá tantas mais probabilidades de delinquir quanto mais se encontrar exposta e em contacto com outras que revelem preponderância para a violação das normas sociais e jurídicas. Deste modo, emerge a ideia de que cada indivíduo pode delinquir em qualquer altura, em qualquer momento, em qualquer local. Como defendido na perspectiva inicial “*criminal behavior is learned through interaction with others in intimate personal groups. The learning includes techniques of committing criminal acts, plus the motives, drives, rationalizations, and attitudes favorable to the commission of crime*” (Sutherland e Cressey, 1970: 75).

Vêem-se aqui reflectidos pontos fundamentais que têm origem noutras perspectivas teóricas. Por um lado, a importância da territorialidade pela *Escola de Chicago* que destacava

⁵³ Sutherland, que fora aluno de McKay, é considerado um dos fundadores da Criminologia norte-americana pela sua obra *Criminology*, publicada em 1924 e que constitui o primeiro texto sociológico completo sobre esta matéria. Em 1939, apresentou a teoria da associação diferencial, revendo-a em 1947. Posteriormente, Cressey associou-se a este trabalho e ambos reformularam-na.

as possibilidades de esta aprendizagem mais facilmente se desenvolver em determinadas áreas em detrimento de outras pela maior presença de grupos e indivíduos delinquentes que promoviam a adesão actividades ilegais; por outro, a influência do interaccionismo simbólico no papel fulcral atribuído à interacção social e à comunicação em todo este processo, não se descurando a relativa autonomia que os indivíduos possuem para responder a situações a partir das construções que elaboram sobre as mesmas (Ferreira, 1999). Foi da conjugação entre uma e outra linha que Sutherland avançou na construção desta teoria, que tanto se aplica para a justificação da conformidade social como do desvio.

A sua perspectiva inicial apresentada em 1939, vista como “*a process theory*” (Regoli e Hewitt, 1991: 93) na medida em que descreve detalhadamente o percurso que um indivíduo desenvolve para se tornar delinquente, assentava num esquema compreensivo definido em torno de princípios a partir dos quais se visava a explicação de qualquer forma de delinquência, residindo aqui eventualmente uma das suas maiores limitações, na medida em que foi construída a partir de um caso concreto e não atendia a possíveis especificidades de alguns actos delinquentes (Binder et al, 2001).

Na reconceptualização feita em conjunto com Cressey foram enunciados nove princípios. No primeiro, sugerem que toda a delinquência é aprendida, não é determinada biologicamente, rejeitando qualquer forma de explicação que não assente numa análise sociológica. Um segundo evidencia a importância da interacção social neste processo de aprendizagem: é com os outros que cada um encontra estímulos que favorecem a conformidade ou o desvio, muito em especial no seio de determinados grupos. A importância dos processos de socialização e a natureza das situações interpessoais, numa base de grande proximidade, nomeadamente na família e entre pares ou na exposição aos *media*, constitui o terceiro ponto. Num quarto, reclamam que esta aprendizagem inclui não apenas as técnicas (*o como se faz*) mas também as motivações, atitudes e racionalizações a que se recorre para justificar os actos, tanto para si próprio como para os outros. Algumas dessas técnicas requerem competências específicas que não estão ao alcance de todos. Um quinto ponto sustenta-se na ideia de que a direcção específica das motivações para a delinquência é aprendida a partir das atitudes favoráveis ou desfavoráveis perante os quadros legais. Reconhece-se, assim, a existência de tensões na consistência das atitudes, mistas e conflituais para um indivíduo. Num sexto, preconizam que um indivíduo delinuiu por causa de um excesso de definições favoráveis à violação das leis que se sobrepõem às não favoráveis a essa violação, sendo este um dos pontos-chave desta teoria segundo outros autores: salienta-se o carácter transitório da delinquência e coloca-se o seu autor num molde situacional

onde a sua adesão a um grupo é determinante (Shoemaker, 1990). O sétimo ponto atende ao facto de a associação diferencial variar em frequência, duração, prioridade e intensidade não tendo qualquer um destes elementos uma maior importância do que os outros; contactos frequentes podem tornar o assunto desinteressante e uma só experiência pode ter sido tão intensa que foi determinante para a prática de novos actos delinquentes. Este aspecto é especialmente relevante no estudo da infância, uma vez pode dar-se o caso das associações delinquentes concretizadas neste período assumirem logo aí uma prioridade sobre as não delinquentes, podendo prolongar-se pela vida adulta. A oitava proposição refere-se ao facto de o processo de aprendizagem da delinquência envolver o mesmo tipo de mecanismos que qualquer outra aprendizagem requer, não sendo especiais ou diferenciados dos restantes mas diferindo da imitação pela sua complexidade. Finalmente, estes autores sublinham que a delinquência é uma expressão de necessidades gerais e valores, não sendo justificável pelos mesmos, na medida em que os actos não delinquentes têm origem exactamente no mesmo leque de valores e necessidades (Sutherland e Cressey, 1970).

Mas não são apenas os grupos e os pares os visados nesta teoria, pois estes princípios são igualmente relevantes para analisar os estilos e processos de aprendizagem que os pais constroem com os filhos no sentido de lhes incutir a adesão aos valores da sociedade e no âmbito desta teoria a delinquência é vista como desejável pelo próprio (Agnew, 1992).

A ideia da aprendizagem social da delinquência foi retomada por outros autores (Akers, Krohn, Bandura) que enfatizaram a importância dos mecanismos de reforço ou de punição dos actos, enfatizando a ideia de que tende a ser aprendida no contexto de grupos que compelem e promovem os indivíduos a agir desta forma.

Burgess e Akers (1966, cit. em Akers et al., 1979) redefiniram a teoria da associação diferencial apresentando, passo a passo, uma nova proposta onde reforço e punição/sanção adquirirem especial relevância. Não se tratou de substituir a anterior teoria e sim de a enriquecer com elementos que consideram fundamentais na explicação destes fenómenos. Em vez de sustentarem que a delinquência é aprendida somente no seio de grupos primários, salientam que será aprendida no seio dos grupos que compõem a maior fonte individual dos reforços. A identificação de um grupo de referência e as influências desviantes traduzidas nas atitudes e valores daí decorrentes adquirem uma maior importância relativamente ao anteriormente proposto por Sutherland e Cressey.

Numa outra abordagem, Akers (1998) sublinhou que os mecanismos primários que orientam a acção social constituem o estímulo para a passagem ao acto delincente, estan-

do a prática posterior de actos da mesma natureza dependente do condicionamento da resposta social dada ao primeiro. Já antes Jeffery (1971, 1990) tinha salientado a importância dos reforços na emergência dos actos delinquentes, destacando que os mesmos são concretizados na medida em que no passado do actor social em causa não houve uma sanção que tivesse conduzido à sua desvalorização. Simultaneamente, deu uma especial atenção aos estímulos dos contextos que potenciam a delinquência a partir da ideia de que a mesma surge em função de uma necessidade de satisfação individual (Binder et al., 2001).

Akers et al. (1979) consideraram ainda a importância que a imitação de outros pode ter junto de crianças e jovens, resultando a sua continuidade ou não dos efeitos da reacção que podem actuar como um reforço positivo desenvolvido através de gratificações ou da sua valorização por outros ou como um reforço negativo quando se vêem concretizadas sanções. Deste modo, no centro da sua proposta surge esta ideia de reforço diferencial que, variando na direcção e intensidade com que é posto em prática, actua significativamente sobre a determinação do acto delinvente. Racionalização sobre normas, regras, papéis sociais e acções negativas, a par das motivações, são elementos que se congregam num condicionamento instrumental que constitui condição essencial no acto delinvente (Akers, 1985; Winfree Jr. et al., 1994). Neste âmbito, a delinquência é explicada num quadro de interacção social em que as definições favoráveis à sua prática se sobrepõem às que vão no sentido inverso, sendo fundamental a associação a pares e grupos delinquentes, ainda que não se veja explicado como é que a mesma tende a ocorrer.⁵⁴

Nestes processos de aprendizagem social da delinquência a influência não se limita aos pares, embora as pesquisas revelem uma forte correlação a este tipo de grupos (Winfree, Jr. et al, 1994; Piquero et al, 2005). A questão do género e a da estrutura das relações em grupos de pares, da sua coesão e das redes sociais têm vindo a suscitar um crescente debate, dando origem a diferentes abordagens. As propostas teóricas anteriormente mencionadas neste ponto conduzem, naturalmente, aos estudos que se têm centrado em formas específicas de organização grupal, os gangues, que pela sua base sociocultural tem sido tendencialmente abordados no quadro das perspectivas das teorias das subculturas delinquentes, sobre as quais se passa a centrar o interesse.

⁵⁴ Num mesmo plano, Akers et al. (1979) não descartaram totalmente a influência de factores de natureza fisiológica na emergência da delinquência (i.e. os efeitos de consumos de substâncias como drogas e álcool) que decorrem, sobretudo, de sociabilidades estabelecidas.

2.8 Tolerância subcultural à delinquência: uma discussão em aberto

Desde o final da II Guerra Mundial, as questões em torno de uma potencial tolerância à violência, delinquência e crime por parte de determinados grupos sociais têm sido objecto de ampla discussão dela emergindo o conceito de subcultura delinquente (Mannheim, 1986). No entanto, apesar do amplo debate à volta do tema, está-se longe de um consenso na importância atribuída à sua aplicação para a explicação destes problemas sociais, e a discussão permanece em aberto (Jenks, 1993; Sampson e Bartusch, 1998). As definições proliferam e têm origens diversas, mas o pano de fundo comum é a ideia da existência de divergências entre grupos sociais numa dada sociedade pelos valores, crenças e normas culturais que defendem e que diferem, ou até mesmo se opõem, aos da ideologia dominante traduzindo-se esta diferença em conflitos sociais (Wolfgang e Ferracuti, 1971).

O termo subcultura não é uma construção exclusivamente negativa. Se cada sociedade se encontra internamente dividida em numerosos subgrupos sociais, há que atender ao facto de cada um deles se manter agregado em torno de modos de pensar e de agir e de formas culturais que lhe são particulares e são incorporados por todos aqueles que neles participam e a eles aderem. Nesta linha, é de considerar estar-se perante culturas dentro de culturas, recorrentemente designadas por subculturas (Cohen, 1955). Naturalmente, nem todas serão desviantes pois a maior parte dos grupos sociais que as desenvolvem participa da cultura comum, sendo este um dos aspectos diferenciadores mais apontados entre as subculturas delinquentes e as não delinquentes (Jenks, 1993; Ferreira, 1999). O problema fulcral que se coloca na análise destas proposições tem sido levantado sob a perspectiva da possibilidade de consideração (ou não) da existência de uma só cultura, una e completa, em relação à qual se contrapõe uma subcultura delinquente.

“No culture can be regarded as a completely integrated system. Most cultures, like personalities, can be regarded as permeated by apparent contradictions. The concept of the ‘subculture’ embodies one such contradiction. What constitutes the ‘culture’ of a complex society: all its subcultures, their uniformities only, or the dominant subculture? Where, to put it crudely does culture end and subculture begin? Does subculture merely refract or totally displace culture? Any vagueness over the boundaries of the overall culture will automatically extend to subcultures (Dowes, 1966, cit. em Jenks, 1993: 9)

Desta constatação decorre a relativização da importância desta linha teórica (Kornhauser, 1978) embora se verifique que não tem existido um só tipo de abordagem focado neste modelo, identificando-se uma multiplicidade de abordagens que revelam, primordialmente, uma orientação classista. A maioria das pesquisas realizadas sobre desvio e delinquência neste campo está nitidamente associada às classes populares, em contextos de

grande vulnerabilidade social, numa leitura da realidade social que entende o acto delinquente como estando inscrito na acção de determinados grupos sociais, especialmente os que estão na base da estrutura social e que, em função disso, são vistos como mais permisivos ao desenvolvimento de valores e orientações que violam o normativo socialmente convencionado (Shaw, 1931; Cohen, 1955; White, 1993). A relação entre classe social e desvio é manifesta a partir do pressuposto de que a não conformidade constitui um facto aceite e assimilado nesses grupos desmunidos de muitos dos recursos sociais e económicos que caracterizam os modos de vida de outras classes (Sampson e Bartush, 1998). Durante muito tempo, as teorias das subculturas delinquentes centraram-se quase exclusivamente no estudo de jovens, maioritariamente do sexo masculino, oriundos das classes sociais mais desfavorecidas da sociedade norte-americana urbana, não se transpondo o mesmo tipo de análise para o mundo do crime de adultos (Mannheim, 1986). Esta situação atingiu tal dimensão que delinquência juvenil e classes populares se viram estritamente associadas, como se este problema social não existisse além das mesmas.

O enfoque nos filhos das classes trabalhadoras pressupunha a existência de barreiras entre classes sociais que eram difíceis de superar, algumas até mesmo intransponíveis, e não se reduziu à ideia de que apenas estes teriam problemas mas antes que os problemas por eles enfrentados eram diferentes daqueles que se deparariam a oriundos de outras classes, justificando-se assim a sua delinquência (Yablonski e Haskell, 1988). Uma das principais vertentes nesta análise acentuava que o desvio e a delinquência não podiam ser vistos estritamente como uma reacção a problemas mas antes como uma consequência da organização social que só podia ser entendida à luz de um determinado quadro de socialização cultural (Ferreira, 1999)

Com base nos estudos de Merton e Cohen, outros autores (Cloward e Ohlin, 1970) salientaram a importância do acesso a sistemas de oportunidades ilegítimas como fundamental nos actos delinquentes que, sob este olhar, surgem como fruto da inadaptação social à norma e valores dominantes da sociedade em geral, e consequentemente do modo de agir e de pensar da subcultura adoptada. Deste modo, revelou-se fundamental atender na sua origem ao contexto do grupo que se vê construído em torno de orientações que são assimiladas em interacção próxima e intensa com os outros, não tendo a família um papel tão determinante como se vê defendido noutras teorias (Ferreira, 2000). É num grupo que se consubstancia a ruptura relativamente à norma e é nele que se desenvolvem as aprendizagens e motivações que potenciam a prática delinquente. Neste ponto, a coesão entre os membros pode ser decisiva na medida em que quanto mais forte for, mais traduzirá a pres-

são para a não conformidade entre os mesmos, sustentando a sua afirmação contra o exterior (Ferreira, 1999).

Na perspectiva de Cohen (1955), uma subcultura delinquente caracteriza-se ainda por um negativismo, dado que assenta na inversão das normas e valores dominantes, e tem um carácter de não utilitarismo, porque não exige um fim em si, sendo posta em prática apenas pelo prazer que dela se retira num desafio à norma estabelecida. Mas este não é um posicionamento consensual. Centrado na análise de gangues nos anos 1950-60, Miller defende que nem sempre se revelam definições contrárias aos normativos vigentes, podendo o acto delinquente estar relacionado com certos valores e aspectos gerais que condicionam as práticas sociais das classes populares e que podem ser entendidas como rotinas no seu quotidiano pelas próprias (Binder et al., 2001). Neste sentido, Miller considerou ser importante ter em atenção nos contextos sociais o que chamou de “*focal concerns*” relativos a valores como “*trouble, toughness, smartness, fate, autonomy, excitement*” (Miller, 1958, cit. em Binder et al., 2001). Estes elementos estruturais vêm-se reproduzidos nas expectativas e nas acções individuais e dos grupos, manifestando-se em confronto com o preconizado pelos normativos legais determinados pelos grupos sociais dominantes.

Como observado nos estudos mais recentes (Winfrey, Jr. et al., 1994; Pitts, 2008), um dos traços significativos dos gangues é o encorajamento dado aos seus membros para a manutenção de relações de amizade exclusivamente no seu seio, especialmente se forem de grande proximidade. Transpondo para aqui os pressupostos da associação diferencial de Sutherland e Cressey e do reforço diferencial de Akers, os laços sociais que fundamentam a sua constituição decorrem de quanto maior for a proporção de associações a delinquentes a par da pressão social e dos reforços que conduzem um indivíduo a tornar-se membro.

Numa perspectiva tradicional reportada aos estudos iniciais da *Escola de Chicago* sobre os gangues, promovidos por Trasher na década de 1920, e à designada cultura de gang (Cohen, 1955), os mesmos foram definidos como formas subculturais delinquentes, espaços institucionalizados da socialização juvenil de determinados bairros das classes populares no contexto do desenvolvimento urbano norte-americano concretizado à luz de um fenómeno de industrialização (Hagedorn, 2007; Pitts, 2008). Deste modo, em primeiro lugar, os gangues tinham origem na diferenciação por classes sociais da sociedade e nos conflitos sociais decorrentes; em segundo lugar, eram um dos produtos da desorganização social prevalente em territórios específicos podendo ou não associar uma base de natureza étnica. No entanto, quando se analisa a composição dos gangues que foram de objecto de estudo nas investigações levadas a cabo por Trasher, constata-se que cerca de 20% dos 234

gângues identificados eram mistos, integrando ao mesmo tempo menores e adultos, e em alguns casos, até mesmo só adultos. Apesar da intenção deste autor em que querer usar o termo gang para diferenciar os grupos de jovens da criminalidade adulta organizada, facilmente se percebe que a separação entre uns e outros não era estanque como se tentou fazer crer, surgindo logo aí algumas das maiores dificuldades na conceptualização deste termo cuja discussão ainda hoje permanece longe de um consenso.

Da necessidade de reformulação deste conceito à luz das transformações registadas nas sociedades ocidentais desde então, Hagedorn (2007) propõe a sua reconceptualização, passando a designar por gang tanto os grupos de pares (jovens) que se organizam sem qualquer supervisão como outros grupos juvenis que se encontram institucionalizados e territorialmente instalados em zonas urbanas tendencialmente degradadas em qualquer ponto do mundo. De igual modo, deixaram de ser uma característica específica da sociedade norte-americana, encontrando-se esta forma de organização difundida por todo o lado, muitas vezes como resposta aos desafios colocados pela globalização. Mas uma das maiores diferenças relativamente ao passado na análise dos gângues prende-se com a actual consideração de que são “*‘social actors’ whose identities are formed by ethnic, racial, and/ or religious oppression; through participation in the underground economy; and through constructions of gender*” (Hagedorn, 2007: 2). Os gângues são vistos como elementos fulcrais da paisagem urbana (Faux, 2006; Pitts, 2008).

A complexidade deste fenómeno tem estado associada à emergência de novas designações, como a de “*nuevos grupos juveniles organizados y violentos (GJOPV)*” (Paradell, 2008), emergente na análise que vem sendo realizada pelas autoridades policiais em Espanha.⁵⁵ Não se trata de uma construção consagrada pela sociologia e sim decorrente da prática policial. No entanto, é de salientar que é aplicada a grupos que têm na origem várias das características típicas de muitos gângues surgidos no século XX nos Estados Unidos da América: organização hierárquica; origem social e étnica homogêneas; simbologia e rituais próprios assentes num domínio de zonas territorialmente definidas. São grupos associados a formas de violência urbana e crime organizado que exigem respostas diferenciadas de

⁵⁵ Esta expressão resulta da necessidade de diferenciação na abordagem à delinquência juvenil em Espanha por parte das polícias e decorre das especificidades de organização e actuação que determinados grupos nas grandes metrópoles evidenciam, estando a sua constituição associada a indivíduos e fluxos migratórios oriundos de países da América do Sul e Central (Honduras, Guatemala, Equador, Guatemala, Colômbia, El Salvador, México e outros) que acabam por reproduzir os modelos das *Maras* e das chamadas *Bandas (Gangs) Latinoamericanas* nesse país. Disso é exemplo a presença dos *Almighty Latin Kings Nation, Almighty Latin Kings & Queens Nation, MS-13, Blood, Crips, Base 6, Dominican People, 18, Black Panthers, Nietas e 42*, entre outros, cuja simbologia se encontra territorialmente expressa das mais variadas formas como meio de afirmação do poder. Vários destes grupos integram crianças, dando-se o caso de, em alguns, a liderança estar a cargo de indivíduos muito novos, de 13-14 anos, tal como acontece nos países de origem (Paradell, 2008).

actuação, repercutindo-se neles próprios alguns dos mais importantes traços das mudanças sociais em curso.

Deste modo, vê-se aqui reflectida a ideia defendida por Pitts (2008) de que algo está a mudar na natureza e organização da delinquência de jovens e na criminalidade de adultos jovens que decorre da própria evolução do crime organizado a nível internacional, especialmente do tráfico de droga. Salienta o mesmo autor que o conhecimento sobre os reais contornos destes fenómenos ainda estão longe de ser conhecidos, originando-se, mais frequentemente do que seria desejável, uma sobreposição de designações e rótulos a determinados conceitos que estão longe de gerar consenso na comunidade científica.

Ultrapassando a visão sobre os gangues, e não negando a existência de subculturas delinquentes mas antes relativizando a sua importância, Matza (1964, 1969) discutiu o acto delinquento como resultado de uma escolha pessoal, feita à luz dos valores convencionais e não da sua rejeição, na medida em que os seus autores recorrem frequentemente a esses valores e às normas vigentes nas designadas técnicas de neutralização através das quais procuram a justificação do acto cometido. Numa linha aproximada ao proposto por Miller, evidenciou também o valor da excitação, do prazer da desordem e da noção de esperteza que está associada à delinquência. O confronto com o ‘outro’, numa linha de autonomia, que impede a consideração de qualquer domínio sobre si, é outro aspecto emergente na sua análise.

No que concerne às crianças, o aspecto fulcral nestas teorias diz respeito ao facto de as mesmas se verem a crescer num quadro de interacção social onde a transmissão cultural as torna conscientes da sua condição de classe e da existência de uma rigidez na estrutura social que as afecta e às suas famílias tanto no presente como no futuro, condicionando a sua mobilidade social (Charest e Tremblay, 2009). A gradual apropriação por parte das crianças do conhecimento sobre os sistemas sociais e os estatutos de classe potenciarão o conflito social e a entrada na delinquência (Cohen, 1955). Contudo, e como comprovam diversos estudos nesta área, nem todas as oriundas das classes populares têm a tendência para a rejeição dos sistemas de valores e dos padrões das classes dominantes, disso sendo exemplo os “*college boys*” e os “*corner boys*” retratados no trabalho de White (1993).⁵⁶

⁵⁶ Enquanto os primeiros visavam claramente obter a educação e os estilos de vida associados à classe média, os segundos, sem rejeitar esses padrões e sistemas, desenvolviam uma atitude de um certo distanciamento em relação às mesmas, colocando-se num posicionamento que não negava as suas origens – as classes trabalhadoras – mas também não os afastava das possibilidades de aprovação pelas classes médias.

Já Cloward e Ohlin (1970) reforçaram a ideia de as desigualdades sociais e dos factores económicos constituírem a razão primordial da existência de uma subcultura delinquente. Neste sentido, as diferenças de classe social eram fundamentais no entendimento das diversas formas de delinquência, defendendo que a subcultura era uma característica específica dos jovens das classes sociais mais baixas que nela encontravam a possibilidade de desempenho de papéis significativos assim como de maior facilidade no acesso a sistemas de oportunidades locais. Nesta perspectiva, a delinquência é entendida como um processo de adaptação e de aprendizagem social que se efectua à luz de crenças, valores e expectativas promovidas no âmbito de um determinado universo cultural. Do desequilíbrio entre recursos e oportunidades, expectativas e aspirações, a adesão ao grupo pode ser vista numa vertente que o considera como uma alternativa à autoridade do Estado, alcançando-se através de meios ilegítimos aquilo que de outra forma dificilmente se conseguiria. Paralelamente, esta forma subcultural de acção só terá sucesso na presença de actividade criminal adulta, não sendo por isso de estranhar que tenda a ser associada a comunidades onde a mesma mais se faz sentir coexistindo a par das acções convencionais (Ferreira, 1999).

A influência dos factores culturais foi também examinada por Sellin (1938), que acentuou a ideia de que não havendo uma concepção universal de delinquência e crime, tudo é social e culturalmente relativo e o conflito emerge pelo confronto entre a aplicação dos valores e normas dos grupos sociais dominantes com os indivíduos socializados noutros quadros de referência cultural, na assimilação de valores distanciados dos prevalentes nos quadros legais vigentes. Este autor dedicou um especial interesse aos efeitos que estes processos culturais tinham nos filhos de imigrantes e que se tornavam especialmente visíveis quando os grupos delinquentes se constituíam por diferentes origens étnicas. Neste sentido, chegou a propor a ideia de que a socialização em certos contextos socioculturais se faz à luz de aceitação e incorporação de valores que sustentam, para o próprio e para o seu grupo, a passagem ao acto delinquente, sendo este apenas reprovado pelos grupos sociais dominantes. Numa linha próxima da defendida por Sellin, Anne Sutherland (1975, cit. em Sampson, 2002) aponta o caso da etnia cigana, para a qual o valor atribuído ao dinheiro daqueles que não fazem parte dela é independente da consideração da legalidade ou não da sua fonte, do esquema de acção com que foi obtido, situação que se pode ver estendida à prática de crime. No entanto, Sampson (2002) evidencia que esta visão sobre os processos de socialização reduz os mesmos a espaços rígidos e fechados, que não se interpenetram com outros, o que se encontra longe de poder ser aceite perante as actuais dinâmicas sociais.

Deste modo, os contextos culturais podem ser vistos como facilitadores do envolvimento de crianças, jovens e adultos na delinquência e crime mas não como único elemento. Já Ianni (1974, cit. em Sampson, 2002) chama a atenção para o facto de muita desta transmissão cultural da delinquência ocorrer longe das ruas e dos contextos de residência, concretizando-se antes em prisões e institutos correcionais onde os mais novos são colocados no âmbito da reacção dos mecanismos formais de controlo social. Isto não permite a explicação da entrada na delinquência que se viu sancionada desta forma, mas permite não descurar o papel de outras forças e espaços nestes processos.

À luz das mudanças sociais nas sociedades urbanas contemporâneas, as questões sobre a transmissão cultural da delinquência mantêm-se pertinentes e não podem ser desvalorizadas, exigindo-se um plano de renovação teórica que acompanhe a evolução dos actuais processos de fragmentação territorial e social (Jenks, 1993) amplamente mencionada em diferentes pontos desta dissertação. Na sua base, as subculturas delinquentes foram analisadas a partir de uma perspectiva ecológica que as centrava em determinados territórios específicos (Cohen, 1955; Wolfgang e Ferracutti, 1967). No entanto, Mays (cit. em Mannheim (1986: 789) manifestou dúvidas sobre a aplicação generalizada deste termo a toda uma área urbana, levantando a questão de saber se não se deve aplicar apenas a determinadas “*bolsas mais firmes de resistência*”.

Resultados de estudos mais recentes sobre a delinquência realçam como as actuais variantes de subcultura delincente levam à complexificação da ideia inicial, e ainda que não se possa afirmar que se encontre sempre fixa a um determinado território, não se pode ignorar a contextualização onde emergem (Fisher, 1995, cit. em Sampson e Bartusch, 1998). O quadro de globalização, marcado por um intenso desenvolvimento tecnológico, leva a que se seja possível observar os seus traços em diferentes pontos do planeta, e neste processo outros aspectos têm de ser tidos em linhas de consideração:

“It is possible that a subculture of violence may involve a belief system that characterize a particular urban community...Inclusion of this ecological element, thus, would shift focus from subcultural beliefs in violence, which could transcend place, to a more complicated interaction between community and value system” (Cao et al., 1997, 375-6, cit. em Sampson e Bartusch, 1998: 780).

Nos trabalhos etnográficos mais recentes de Anderson em determinados bairros norte-americanos, foi identificada a coexistência entre valores convencionais com outros de subcultura delincente como “*thoughness, getting big money, going for bad*”, numa linha que deixa transparecer a ideia de que mais do que um fim, a violência, delinquência e crime consti-

tuem uma expectativa de vida num contexto onde nada mais se espera ver concretizado além disso. Desta constatação em espaços onde a aplicação de regras convencionais se vê enfraquecida, Anderson (1999: 9) sugeriu a existência de um “*code of the street*” assente num conjunto de definições e regras informais que prescrevem ou rejeitam determinados comportamentos e acções tendo por origem uma procura de respeito e afirmação em quadros de interacção social onde a violência reina atingindo, em especial, os mais jovens, rapazes e raparigas.

“Possession of respect – and the credible threat of vengeance – is highly valued for shielding the ordinary person from the interpersonal violence on the street. In this context of persistent poverty and deprivation, alienation from broader society’s institutions, notably, of criminal justice, is widespread. The code of the street emerges where the influence of the police ends and a personal responsibility for one’s safety is felt to begin, resulting in a kind of ‘people’s law’ based on street justice” (Anderson, 1999: 10)

Nesta linha, pode até dar-se o caso de em certos contextos não só os valores convencionais não serem relevantes como a sua aplicação se revelar inviável (Sampson e Bartusch, 1998). Em suma, a noção de subcultura implica a existência de uma cultura alargada dominante e uma das questões que se levanta é a de saber qual a dimensão que desvio, violência, delinquência e crime têm na mesma, na medida em que se vive actualmente em sociedades onde a sua representação se exerce de modo intenso no quotidiano de indivíduos e grupos, diluindo-se fronteiras entre o que é aceitável e o que não é. Recuando às propostas da *Escola de Chicago*, o enfraquecimento dos valores que promovem a conformidade social pode ser potenciado pela desorganização estrutural que reforçará um estado de desorganização cultural (Sampson e Bartusch, 1998).

Capítulo 3 – TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, INFÂNCIA E DELINQUÊNCIA EM PORTUGAL

Analisar a condição social da infância na sociedade portuguesa implica, em primeiro lugar, ter presente que, comparativamente a outros países europeus, Portugal entrou tardiamente na modernidade (Viegas e Costa, 1998; Almeida, 2000). A posição no ranking das Nações Unidas sobre o índice de desenvolvimento humano (2009) traduz os progressos registados ao longo das últimas décadas e reflecte também as disparidades sociais e regionais decorrentes das dificuldades de satisfação de necessidades básicas para parte da população.⁵⁷ Estudar a delinquência de crianças atendendo às suas configurações nesta realidade social requer, pois, a consideração da diversidade e complexidade de modelos e dinâmicas sociais que decorrem das profundas e aceleradas transformações demográficas, culturais, económicas e políticas, entre outras, registadas nos últimos anos.

À luz deste princípio, neste capítulo procede-se à identificação de alguns dos traços de caracterização mais significativos das mudanças sociais que se reflectem na infância, emergindo um quadro abrangente que releva a heterogeneidade e uma acentuada disparidade nas experiências e modos de vida das crianças residentes no território nacional. Para este efeito são consideradas sete grandes áreas: demografia, família, educação, sociedade de informação, mercado de trabalho, protecção social e território. Tomando-as como ponto de partida, discute-se a informação oficial existente sobre a situação social da infância em perigo em Portugal no período compreendido entre 2001 e 2008, ou seja, desde a entrada em vigor do novo modelo de intervenção consubstanciado na *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, do qual se faz uma breve descrição. Enuncia-se a seguir os principais contornos da construção jurídica da delinquência em Portugal, situando sumariamente o quadro normativo português no contexto europeu.

A par da crítica das fontes de informação, cujas limitações determinam fortemente os contornos da análise aqui produzida, termina-se com a apresentação e problematização dos dados disponíveis registados pelas entidades oficiais a que compete a intervenção formal junto de crianças agentes/suspeitas da prática de actos delinquentes: forças de segurança, Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e Tribunais.

⁵⁷ Em 2009, Portugal encontrava-se no 34.º lugar no ranking pelo segundo ano consecutivo, num patamar de *índice de desenvolvimento humano muito elevado*, ainda que tal posição correspondesse ao último lugar no conjunto dos países da Europa Ocidental, o mesmo acontecendo em todos os factores que compõe este índice. Na desagregação do IDH pelas regiões portuguesas, de salientar a dicotomia entre litoral e interior identificável desde a década de 1970. Relatórios da ONU disponíveis em <http://www.hdr.undp.org/en/statistics>.

3.1 Transformações sociais e infância em Portugal

3.1.1 Dinâmicas demográficas

Tendo como pano de fundo um quadro de globalização, o primeiro ponto que se coloca para discussão prende-se com as alterações demográficas. Ao longo das últimas três décadas tem-se vindo a registar um acentuado decréscimo da população infanto-juvenil residente em Portugal (0-18 anos). Esta tendência decorre de um duplo envelhecimento da estrutura etária da sociedade portuguesa que atinge tanto a sua base como o seu topo: à continuada descida da taxa de natalidade tem vindo a contrapor-se o aumento da longevidade, com o consequente crescimento da representatividade dos grupos etários mais velhos (Machado, 2005).⁵⁸ De acordo com as *Estimativas Provisórias* do Instituto Nacional de Estatística (INE), no final de 2008 residiam em território nacional 10.627.250 indivíduos, dos quais 48,3% do sexo masculino e 51,7% do feminino.

Tabela 3.1: População residente em Portugal, segundo os grandes grupos etários, em 31 de Dezembro de cada ano (1990, 2000, 2008)

ANOS	População Residente em Portugal Segundo Grandes Grupos Etários								Total
	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 ou + anos		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1990	1.993.079	20,0	1.627.716	16,3	4.992.937	50,1	1.356.709	13,6	9.970.441
2000	1.640.675	15,9	1.465.315	14,2	5.473.381	53,3	1.677.287	16,3	10.256.658
2008	1.622.991	15,3	1.207.060	11,3	5.922.990	55,7	1.874.209	17,6	10.627.250

Fonte: INE, *Censos 1991 e 2001 e Estimativas Anuais da População Residente 2008*.

Na primeira década do século XXI, residiam no território nacional pouco mais de um milhão e seiscentas mil crianças, número muito abaixo do reportado a 1991, e drasticamente inferior ao registado em 1981, na altura cerca de dois milhões e quinhentas mil (Almeida e André, 2004). Esta variação demográfica de menos novecentos mil indivíduos nos escalões 0-14 anos registada em pouco mais de vinte anos é um aspecto dos mais rele-

⁵⁸ Entre 2002 e 2008, a taxa bruta de natalidade variou entre os 9,7% (2007) e os 11% (2002) tendo atingido em 2008 o valor de 9,8%. Há aproximadamente 25 anos que o índice sintético de fecundidade – número médio de crianças nascidas vivas por mulher – não atinge o valor mínimo de 2,1 necessário para a substituição das gerações. Em 2007, este índice foi de 1,33 e em 2006 de 1,36. O alargamento da esperança média de vida da população decorre essencialmente do aumento da sobrevivência em idades avançadas. O índice de envelhecimento, nestes últimos dois anos consecutivos, passou de 111,7 para 113,6 idosos (65 ou mais anos) por cada 100 jovens (dos 0 aos 14 anos) (INE, 2009b).

vantes no campo das mudanças sociais no país. A diminuição tem vindo a atingir todos os escalões etários e regiões, ainda que em função de ritmos regionais diversos.⁵⁹

Almeida e André (2004) identificam duas tendências nestas dinâmicas: sem imigração, todo o país apresentaria, em 2001, uma sobre-representação das crianças mais velhas e na realidade tal só não acontece porque as mulheres imigrantes transportam consigo modelos de fecundidade dos seus países ou culturas de origem. Constata-se, pois, como as migrações, de origens culturais e linguísticas diferentes, têm tido um papel primordial na evolução dos indicadores demográficos em Portugal. A construção de uma sociedade multicultural, diversa, plural, é um facto para o qual se revela a necessidade de desenvolvimento de políticas de inclusão social. Mas neste quadro de análise não se trata apenas da consideração dos fluxos de imigração,⁶⁰ há que atender também ao acréscimo do número de portugueses que têm vindo a emigrar nos últimos anos.

3.1.2 Em torno da família

Um segundo traço das mudanças sociais em Portugal tem a ver com as transformações da família, com a diversidade e complexificação de modelos e formas familiares, um fenómeno que atravessa as sociedades ocidentais (Kellerhals et al., 1989; Almeida et al., 1998; Aboim, 2004; Cunha, 2005, 2007; Wall e Amâncio, 2007; Almeida, 2009a). Embora a multiplicidade de formas familiares não seja um facto totalmente novo, algumas das configurações actuais tornam a definição do conceito de família objecto de especial cuidado. Nessa linha, Roussel (1992) vai mais longe ao defender a ideia de que nos tempos actuais não é possível falar de família se não no plural, em torno de *famílias*. Diversamente da sua

⁵⁹ Os valores mais baixos desta diminuição dizem respeito ao Algarve e Açores ao passo que os mais elevados foram registados no Alentejo e Madeira. A região de Lisboa e Vale do Tejo registou uma descida moderada. A distribuição destes grupos etários por regiões não é uniforme: nos Açores, Madeira e Lisboa e Vale do Tejo as crianças representavam, em 2001, cerca de 19% do total da população aí residente; no Norte, correspondiam a 18%; 9,4% no Alentejo e 11% no Centro. O número relativo à capital está fortemente associado aos movimentos migratórios que têm tido este território como destino (Almeida e André, 2004). Na distribuição dos diversos grupos etários dos 0-14 anos no país observa-se que não existe um mesmo padrão. Para os mais novos (0-2 anos) é a Área Metropolitana de Lisboa que se evidencia, enquanto no grupo seguinte (3-5 anos) são os concelhos da costa atlântica a Norte do rio Sado, alguns algarvios e outros do interior. O grupo dos 6-9 anos é o que manifesta uma maior dispersão por todo o espaço nacional, ao passo que o dos mais velhos (10-14 anos) revela uma maior expressão nos Açores e Madeira, bem como em áreas do interior do Continente, com uma especial incidência para o Centro e Norte (Almeida e André, 2004).

⁶⁰ Em 2007, registava-se a existência de 401.612 estrangeiros com estatuto legal de residência em Portugal, representativos de 3,7% da população total (INE, 2009b). Salienta-se o seu aumento significativo entre 2006 (57.506) e 2007 (69.475), que pode dever-se sobretudo à conversão de “*Autorizações de Permanência*”, concedidas em 2001, em “*Autorizações de Residência*”, ao abrigo da legislação em vigor (INE, 2008). A distribuição dos estrangeiros legalmente residentes, por sexo, mostra uma predominância do sexo masculino (em 2007, para cada 100 mulheres existiam 121 homens). Por nacionalidade os dois primeiros lugares pertenciam a países lusófonos, Cabo Verde e Brasil, estando nas posições seguintes a Ucrânia e Angola.

variação quantitativa, é essencialmente ao nível da estrutura, da natureza das dinâmicas, dos relacionamentos e dos papéis sociais que se vêem reflectidas algumas das mais importantes transformações no seu seio.

Entre as variáveis relativas à família que apontam para uma realidade plena de transformações no país, destacam-se as novas formas de relacionamento e uma conjugabilidade mais tardia, o aumento das taxas de divórcio, a maior percentagem de crianças nascidas fora do casamento (Garcia et al., 2001; Wall e Amâncio, 2007; INE, 2009a). A emergência de determinadas configurações de (re)composição familiar tornam visíveis outros actores sociais que, além do pai e mãe, ocupam um lugar de destaque em muitos grupos domésticos (padrastos ou madrastas, enteados, tios e avós). Em alguns casos, surgem de forma abrupta, sem que haja espaço para a integração de novas relações de autoridade ou a reconstituição dos afectos rompidos; noutros, dá-se precisamente o inverso (Vasconcelos et al., 2005).

Frequentemente, as rupturas conjugais envolvem mudanças significativas ao nível da economia doméstica, podendo ver-se reforçadas fragilidades financeiras já existentes que levam à procura de outros mecanismos de sobrevivência. As casas de outros familiares, assim como os seus rendimentos, podem funcionar como um apoio importante para os mais novos. Quando os filhos começam a ter os seus próprios filhos, a família de origem pode tornar-se um espaço de permanente reconfiguração de maneira a integrar diferentes gerações ou relacionamentos. Deste modo, as crianças vão sendo cuidadas no contexto de diferentes grupos nos quais os progenitores nem sempre funcionam como os principais responsáveis pelo seu processo de socialização primária (Cunha, 2007).

Quando se fala das mudanças na família, o discurso público tende a desenvolver-se em torno de uma aparente crise que a ameaça numa perspectiva que releva a importância da diluição dos mecanismos informais de controlo social. Mas a verdade, como confirmam dados da União Europeia, é que continua a ser expressivo o número de casais com filhos e que para quase a totalidade dos portugueses a família é considerada extremamente importante e constitui uma prioridade. Na transformação do exercício da parentalidade continua a defender-se que os pais devem ser os protagonistas da educação dos filhos, na certeza de que é o conceito de família e os relacionamentos no seu seio que estão a mudar. Em Portugal, casa-se menos, tem-se menos filhos, contudo a família continua a ser central na vida social.⁶¹ Globalmente, no que concerne à evolução dos indicadores relativos à família na

⁶¹ Consagrado na Constituição da República Portuguesa, no Art.º 67º, pode-se ler que “a família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros”. Nesse artigo estão definidas as incumbências cometidas ao Estado para

sociedade portuguesa há a salientar o aumento das famílias monoparentais acompanhado do decréscimo da percentagem de casais com filhos no total da população.⁶²

Tabela 3.2: Tipo de família clássica na população residente em Portugal, entre 2004 e 2008

Tipo de família clássica	Período de referência dos dados									
	2004		2005		2006		2007		2008	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Uma pessoa	628.955	16,7	629.156	16,7	646.493	16,8	657.402	17,0	683.491	17,5
Casal sem filhos	802.337	21,4	815.181	21,5	837.594	21,5	849.590	22,1	874.981	22,5
Casal com filhos	1.618.720	43,3	1.619.095	42,7	1.624.101	42,5	1.600.969	41,5	151.114	40,4
Fam. monoparental	275.826	7,4	283.805	7,5	305.947	7,4	309.987	8,2	314.719	8,1
Outros tipos	421.758	11,2	437.853	11,6	425.145	11,5	434.259	11,2	447.394	11,5
TOTAIS	3.747.595	100	3.785.090	100	3.839.279	100	3.852.207	100	3.891.699	100

Fonte: INE, *Famílias clássicas (série 1998 – N°) na população residente por tipo de família clássica – anual, e Inquérito ao Emprego, 2009.*

O número de famílias monoparentais, especialmente femininas, tem vindo a assumir uma expressão significativa. Isto parece continuar a atender aos que têm sido os papéis tradicionais atribuídos a um e outro género na educação das crianças no país. Os contornos sociais identificados estão, até certo ponto, associados a uma ideia de divisão das tarefas de natureza educativa cometidas a homens ou a mulheres, podendo estas últimas ficar com responsabilidades acrescidas derivadas de pressões sociais ou da conjugação de outros factores (Wall, 2007). Esta expressão tão relevante deve ter em linha de consideração as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo que tem crescido à custa da intensificação do trabalho feminino, que torna a mulher menos dependente e circunscrita ao espaço familiar (Garcia et al., 2000; Almeida, 2009a), e ao primado da afectividade e do indivíduo no âmbito das novas lógicas relacionais (Pais, 2000; Aboim, 2004). Neste aspecto, digno de registo que a idade dos filhos não faça variar significativamente a presença das mães no mercado de trabalho, nem o seu número de horas laborais. É na região de Lisboa e Vale do Tejo que existia, e continua a existir, uma mais elevada proporção de mães empregadas em tempo completo (Almeida e André, 2004).

assegurar a sua protecção, relevando-se a cooperação com os pais na educação dos filhos (alínea c.), bem como a definição e execução de uma política de família com carácter global e integrado (alínea g.). A educação dos filhos é posta em evidência na dupla vertente de um direito/poder-dever previsto no Art.º 36º, em que se encontra enunciado que “os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos, no que os cônjuges gozam de iguais direitos e deveres; os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial.”

⁶² No campo da natalidade, emerge a baixa acentuada da taxa de mortalidade infantil ao longo do período 1990-2006: o valor mínimo em 2006, ou seja, 3,3 óbitos por mil nados vivos. A taxa de mortalidade neo-natal teve a mesma tendência, com 2,1 óbitos por mil nados vivos (valor mínimo do período) (INE, 2009b).

De acordo com os dados estatísticos oficiais reportados aos *Censos de 2001*, 69% das crianças residentes no território nacional viviam numa família clássica nuclear (com um casal e sem outras pessoas co-residentes (Almeida e André, 2004). O peso significativo das “*descendências de filho único*” (Cunha, 2007) assume uma especial relevância. Parte substancial das crianças (76%) é composta por filhos únicos ou tem apenas um irmão e as fratrias mais extensas surgem apenas residualmente na geografia do país (Almeida e André, 2004). O aumento do número de nados-vivos fora do casamento passou de 25,5% em 2002 para 36,2% do número total de nados-vivos em 2008 (INE, 2009a). Paralelamente, a idade dos pais tende a aumentar (Fernandes, 2009). A evolução dos valores sobre a conjugalidade e a família, o corpo e a identidade de género associados à modernização e diversidade social dos comportamentos reprodutivos (Cunha, 2007) está patente neste conjunto de dados.

O acesso relativamente generalizado ao planeamento familiar associa-se a um adiamento da transição para a parentalidade e faz emergir um quadro complexo de tensões entre o exercício da liberdade de escolha relativa a querer ter ou não filhos e a pressão natalista de manutenção das gerações que assenta na “*norma dos dois filhos*” (Cunha, 2007). Entre aspirações e constrangimentos, muitos dos quais materiais, esta é uma realidade indiscutível na sociedade portuguesa que não pode ser dissociada dos contornos específicos da inserção laboral das mulheres e da modificação dos processos de transição para a vida adulta traduzida no alongamento da condição de jovem. A entrada na vida adulta tende a fazer-se cada vez mais tarde e a emancipação do jovem acontece tardiamente, mantendo-se em casa dos progenitores num tempo mais prolongado, numa encruzilhada de difícil saída.

O tempo que pais e filhos passam junto tende a ser mais reduzido (em Portugal pouco mais de 30 minutos/dia), segundo resultados obtidos na EU em 2002. Acresce que, apesar da evolução do sistema educativo, a que se terá oportunidade de fazer referência no ponto seguinte, os contextos familiares são marcados, ainda hoje, pelos seus baixos capitais escolares: mais de metade das mães e dos pais não tem os nove anos de escolaridade básica. Esta situação atinge de forma mais intensa as Ilhas e a região Norte do país.

Todos estes fenómenos se reflectem nos processos de socialização das crianças e nas suas possibilidades de acesso a estruturas de oportunidades diferenciadas. Trata-se de mudanças sociais que condicionam directamente a organização dos sistemas sociais e os modos de vida e suscitam uma nova representação da condição social da infância. Neste nível, importa destacar um certo paradoxo ainda não resolvido, apesar dos avanços sentidos nos últimos anos: o menor número de equipamentos para a infância situa-se precisamente nas regiões e áreas onde existe um maior número de crianças. Logo à partida, o

acesso à igualdade de oportunidades em termos de protecção social revela-se deficitário e promotor da manutenção ou reforço de desigualdades sociais, na medida em que nem todos terão capacidade para aceder a outras formas de resposta que não sejam públicas.

3.1.3 Educação

Fortemente associado às transformações na família encontra-se o terceiro traço das mudanças sociais: a evolução do sistema educativo centrada na efectivação do Direito à Educação.⁶³ Dos inúmeros desafios que se colocam neste campo, uns mais correntes, sentidos num plano imediato, outros em latência e cujos efeitos se farão sentir primordialmente, a médio prazo, destaca-se o desfasamento existente entre o legislado e o vivido. A garantia de sucesso escolar para todos os alunos constitui uma exigência que a instituição escolar passou a ter de assegurar visando a efectivação de princípios de igualdade de oportunidades. A ideia de uma responsabilização das comunidades, e em particular dos estabelecimentos de ensino, pelo desenvolvimento dos percursos educativos das crianças e jovens difundiu-se a vários níveis e os debates em seu torno vêm acontecendo um pouco por toda a parte. No entanto, em alguns contextos da sociedade portuguesa a ambição prioritária ainda passa por garantir o acesso pleno de todas as crianças à educação, num patamar de igualdade de oportunidades que promova não só essa condição mas também a permanência no sistema e a transição para a vida activa à luz de um mesmo quadro de princípios.

Numa perspectiva histórica, a escola começou por ser uma instituição apenas acessível e vocacionada para as classes sociais mais elevadas, crivo da mobilidade social. Pela entrada tardia na modernidade, é relativamente recente em Portugal a defesa pública da ideia de que a educação escolar é a trave-mestra do desenvolvimento humano, duvidando-se que este conceito se encontre totalmente interiorizado em certos sectores da população portuguesa. Deste modo, identificam-se contradições e paradoxos sobre esta matéria que acabam por se reflectir intensamente no quotidiano de muitas crianças e jovens. A massificação do ensino provocou a abertura das portas da escola a uma faixa da população que se encontrava fora dela, logo à partida excluída por negação ao seu acesso. O aumento significativo num período de tempo curto levou a escola, como instituição, a ver-se confrontada

⁶³ Consagrado nos art.ºs 73º-76º da *Constituição da República Portuguesa*, o Direito à Educação toma corpo na *Lei de Bases do Sistema Educativo*, em que se define, organiza e regula a educação das crianças a partir dos 3 anos de idade como direito público (*Lei nº 46/1986*, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pela *Lei nº 115/1997*, de 19 de Setembro, e com as alterações e aditamentos introduzidos pela *Lei nº 49/2005*). No ponto 1, art.º 73º da CPR está expresso “*que todos têm direito à Educação e cultura*”, noção desenvolvida no ponto 1, art.º 74º: “*todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar*”. No ponto 2, art.º 74º o Estado é responsabilizado pela garantia “*de um ensino básico universal, obrigatório e gratuito*”.

com um acréscimo populacional para o qual não estava preparada. Tudo isto se revelou (e se revela ainda) factor de intensa perturbação. Indisciplina, agressividade, violência e delinquência são termos que evocam alguns dos problemas frequentemente associados ao quotidiano de escolas em diferentes comunidades, tanto a nível nacional como internacional.⁶⁴

Apesar de estes problemas não serem recentes, os seus actuais contornos são apenas uma das faces mais visíveis dessa perturbação. Só é possível olhar a instituição escolar a partir da análise mais alargada dos sistemas sociais em função dos quais se tem vindo a assistir, cada vez mais nos últimos anos, a uma transposição de novas exigências relativamente à escola e ao professor, à custa das mudanças sociais que afectam directamente outros subsistemas e instituições e em que a diluição dos mecanismos informais de controlo social é uma realidade. A valorização crescente do estatuto social da infância não é indiferente aos novos quadros sociais, destacando-se linhas de investigação que se centram na emergência das novas circunstâncias da educação e ensino (Nóvoa, 1986).

O Direito à Educação é mais do que um direito à mera escolarização. Vive-se actualmente um momento de ruptura do pacto histórico que permitiu a consolidação e a expansão do sistema educativo português, fundado numa lógica de instrução pública, que visou a integração de todas as crianças na escola. A contestação actual à escola resulta, em parte, da sua incapacidade de resposta à mudança social, nomeadamente aos desafios colocados na efectivação deste direito. Aos contornos de uma realidade social que até agora permanecia mais oculta, associa-se a necessidade de cumprimento de uma escolaridade obrigatória mais prolongada, um imperativo legal que se tem revelado de difícil execução e alcance para muitos. A crescente institucionalização dos quotidianos e tempos de vida das crianças e dos jovens torna evidente o papel da escola como principal espaço de disputa social nestas idades, nela emergindo choques culturais, sociais, étnicos, religiosos e de género. Associados aos reflexos da massificação do ensino nos últimos anos, cada vez mais sobrepostos a um alargamento dos períodos de permanência no espaço escolar,⁶⁵ esses choques podem revelar-se de forma brutal em torno da necessidade de uma afirmação pessoal e social. Pode isto basear-se em linguagens e acções fortemente segregadoras mas que

⁶⁴ Trata-se de fenómenos sociais de especial complexidade que, enquanto manifestações de não conformidade às normas vigentes num dado contexto, não podem ser identificados ou analisados ignorando-se a multidimensionalidade que lhes está subjacente e para cuja interpretação devem ser convocadas diferentes áreas científicas. Recorrentemente usados de forma indistinta, tendencialmente colocados sob uma mesma capa, a da violência, que lhes confere uma aparente unidade, estes termos não descrevem nem interpretam propriamente os mesmos comportamentos, acções ou relações entre actores sociais envolvidos no espaço escolar. Cada um suscita o levantamento de problemas sociais de natureza diversa, devendo ser objecto de uma (des)construção à luz de processos que envolvem uma multiplicidade de conceitos (Carvalho, 2010d).

⁶⁵ Sustentados numa ideia (muito discutível) de “*escola a tempo inteiro*” (ME, 2007).

nada mais são do que o espelho de como, desde muito cedo, as experiências de não inclusão escolar e social vêm a marcar a vida de muitas crianças. Apesar do crescente número de novas ofertas educativas, a adesão aos programas escolares continua a ser difícil para muitos e alguns dos problemas antigos mantêm-se.

Sendo o sistema educativo o mecanismo infra-estrutural e instrumental privilegiado na regulação de acesso a um mercado qualificado de trabalho cada vez mais competitivo e selectivo, o progressivo alargamento da escolaridade obrigatória aos 18 anos de idade/12º. ano constitui um enorme desafio e diversas questões emergem para discussão.

Como explicar a manutenção da imputabilidade penal no limite dos 16 anos, mínimo idêntico para a entrada no mercado de trabalho, quando a idade de obrigatoriedade de frequência escolar se vê alargada além disso? Acredita-se que este aparente paradoxo deve suscitar, necessariamente, uma reflexão mais profunda sobre as contradições entre direitos e deveres atribuídos aos jovens nos mais diversos campos da sua acção, tendo-se dificuldade em perceber como se pode exigir, por um lado, uma responsabilização criminal ou laboral em idades mais baixas quando, por outro, se condiciona as suas trajectórias a períodos em que a tendência para a não responsabilização e a não liberdade de escolha é acentuada num claro prolongamento, quase indefinido, da condição juvenil, inibidora de determinadas formas de participação na construção da vida social e política.

Interessa seguir de que forma esse alargamento se vai reflectir nos contextos de vida de crianças e jovens, nomeadamente nos casos em que a um maior absentismo ou a um abandono precoce do ensino se associem actos delinquentes que conduzam a uma reacção dos mecanismos formais de controlo social. Sabendo-se que estas situações já têm uma forte representatividade nos processos que chegam aos patamares últimos da intervenção de Comissões de Protecção e dos Tribunais, não é de pôr de parte o seu eventual aumento, com todos os constrangimentos e necessidades que daí advirão.

Numa época em que o grau de exigência de níveis de obrigatoriedade escolar se torna mais alargado, revela-se paradoxal pensar que continuam a proliferar situações de crianças para quem a escola surge tardiamente ou num plano de clara subalternidade a outros aspectos da sua vida. Serão obviamente casos limite em termos de exclusão social, mas que por isso mesmo deverão merecer uma maior reflexão e atenção por parte da comunidade. Sucodem-se visões apenas parcialmente sobrepostas sobre insucesso escolar, abandono precoce e outros problemas sociais numa instituição e num espaço também eles próprios em permanente mutação.

O propósito de construção de uma escola de massas em Portugal nos últimos anos tem estado associado, até certo ponto, ao reforço de mecanismos de exclusão social. A escola manifesta-se como instituição de controlo social, e o abandono e o insucesso são apenas dois dos indicadores mais visíveis dessa face. A incapacidade que manifesta em conseguir assegurar de forma eficaz que todos a possam frequentar acaba por se traduzir num reforço das desigualdades sociais (Abrantes, 2003; Vieira, 2005). São exigências antagónicas que as comunidades educativas enfrentam, num plano de dilemas e contradições que, do nível social, se reflectem de forma premente na edificação do sistema educativo.⁶⁶

Em tempos de globalização, inesgotável fonte de oportunidades mas, simultaneamente, de desigualdades, a confluência dos vários tempos da modernidade é algo que ainda hoje marca fortemente o contexto da escolarização no nosso país. No campo da Educação, dados oficiais do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatística evidenciam três fenómenos que marcam a evolução do sistema de ensino nos últimos anos do período compreendido entre 1993 e 2007: primeiro, a extensão da pré-escolarização, que, no início da década de 1990, abrangia somente metade das crianças com idades entre os três e os cinco anos e, no ano lectivo 2006/07, passou a contemplar perto de 78% da população desse grupo etário;⁶⁷ um decréscimo de alunos matriculados no Ensino Básico que ocorre a par das tendências demográficas e vem a reflectir-se com particular incidência no 1º e 2º Ciclos,⁶⁸ e um aumento do número de matriculados no Ensino Superior, ainda que nos últimos anos também aqui se tenha começado a assistir a uma ligeira inversão desta tendência de crescimento (INE, 2009a).

Apesar dos progressos que vêm a ser alcançados, as taxas de insucesso e de abandono precoce da escolaridade continuam elevadas, revelando um afastamento relativamente à maioria dos países europeus.⁶⁹ A crescente visibilidade destes fenómenos tem de ser

⁶⁶ A formação dos professores e a sua preparação para enfrentar os desafios que se colocam nas sociedades contemporâneas é outra linha fundamental a ter em linha de conta nestas matérias.

⁶⁷ Em 1985/86, a cobertura era de 29,7%. Em 16 anos, o alargamento da rede pública registou um aumento superior a 63 mil crianças e um crescimento anual que ronda os 3,9% (INE, 2009b). Desde 2001/02 que a resposta do sector público é superior à do privado. Ter acesso ou não a uma escolarização precoce é um factor que marca condições desiguais de aprendizagem.

⁶⁸ De 1990 a 2007, registou-se uma diminuição de cerca de 329 mil efectivos na globalidade dos três ciclos do Ensino Básico, exclusivamente no sector público. Os 1º e 2º Ciclos tiveram um decréscimo na ordem dos 25,2 e 28,2%, respectivamente (INE, 2009). Em 2007/08, estiveram matriculados no 1º Ciclo 496.170 alunos.

⁶⁹ As manifestações de insucesso escolar são diversas. Num sentido lato, dizem respeito a todas as situações que traduzem o não atingir de metas pelos alunos dentro dos limites temporais estabelecidos: taxas de reprovação/retenção por ano e/ou por disciplina; taxas de abandono precoce do sistema de ensino antes do final da escolaridade obrigatória. No contexto da União Europeia, quase 16% dos jovens continuam a abandonar o ensino antes do cumprimento de uma escolaridade obrigatória. Mais do que isso, verifica-se que perto de 20% dos jovens com 15 anos de idade continuam a revelar sérias dificuldades na leitura, não se registando progressos desde 2000 relativamente ao objectivo de reduzir essa percentagem para um quinto. De igual modo, é

lida concomitantemente à influência das disparidades regionais que se reflectem no campo educativo bem como aos processos de selectividade social e académica que se encontram associados às diversas vias e modalidades de ensino (Vieira, 2005). O abandono do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória tende a ser precedido de histórias de insucesso e retenções sucessivas antes do 9º ano. Os anos mais críticos são o 2º, o 4º e 7º. Em termos etários, o fenómeno é mais intenso a partir dos 12-13 anos (ME, 2004) e ligado ao género, com os rapazes sobre-representados neste campo (UE, 2006).⁷⁰

Os mais diversos estudos realizados nacional e internacionalmente tendem a apontar para a existência de correlações positivas entre a origem social dos alunos e o (in)sucesso escolar (Bourdieu e Passeron, 1970; Sebastião, 1998; Abrantes, 2003). Como refere Abrantes (2003: 59) em pesquisa realizada em escolas portuguesas existe “*uma forte estruturação social do insucesso e do abandono escolar e, nomeadamente, uma forte incidência destes fenómenos nos meios populares, em alunos provenientes de famílias com níveis de escolarização baixos*”. Trabalhos empíricos recentes suscitam a questão deste problema estar fortemente associado a certos grupos étnicos que apresentam maiores taxas de insucesso, seguindo-se outros grupos sociais específicos. Contudo, quando analisados de modo mais discriminado, esses resultados apontam para que a própria diferenciação social dentro de uma mesma etnia se revela como o factor preponderante na relação com o insucesso escolar e não tanto o grupo em si como se fosse uma entidade homogénea (Abrantes, 2003).

Naturalmente que a estruturação social do insucesso escolar e as variáveis de classe sedimentadas na família não podem ser entendidas de um modo determinista, como se se tratasse de um processo linear e unívoco, mas o seu impacto e persistência têm de ser levados em linha de conta. Importa considerar os efeitos directamente sentidos em contexto

preocupante para as sociedades europeias, ainda que com fortes variações entre si, que apenas 77% dos jovens entre os 18 e os 24 anos de idade concluíam o ensino secundário (UE, 2004). Como é referido em Relatório da Comissão de Educação da União Europeia (2004: 7), “*o número persistentemente elevado de jovens que abandonam a escola sem obter um nível básico de competências e qualificações constitui um sinal preocupante de que os primeiros níveis do ensino nem sempre garantem uma aprendizagem básica necessária*”. Em Portugal este problema adquire uma especial expressão. A taxa de conclusão do Ensino Básico atingiu em 2007/08 o valor de 88,6% a nível nacional, ficando as zonas de Lisboa e Vale do Tejo (85,7%) e do Algarve (83,9%) com números ligeiramente inferiores ao contrário da zona Centro (88,4%). As taxas de retenção no Ensino Básico vêm a descer tendo passado de 10,1% em 2006/07 para 7,9% em 2007/08. No 1º Ciclo, a nível nacional, variou de 4,4% em 2006/07 para 3,7% em 2007/08, sendo no 2º ano que é mais elevada (8,8% e 6,9%, respectivamente). O sucesso na igualdade de género no acesso à escola é um facto: as alunas representam 52,7% do total de matriculados no Ensino Secundário, enquanto em 1960/61 eram somente 37,2%.

⁷⁰ Indissociáveis destes dados, há que ter outros indicadores em consideração. Estudos recentes realizados sobre a saúde dos adolescentes portugueses mostram como são crescentes os valores relativos às taxas de consumo de álcool e drogas entre os mais novos, cada vez mais precoces. De igual modo, a maternidade na adolescência assume foros de grande preocupação social. No quadro da União Europeia, Portugal ocupa o 2º lugar, atrás do Reino Unido, mas quando se passa à desagregação dos dados e se considera exclusivamente as menores de 16 anos, passa para primeiro lugar. A tuberculose e o aumento das taxas da sida na população portuguesa constituem outros aspectos que vêm suscitar especial atenção no campo da saúde pública.

escolar, bem como os que decorrem da posse de um certificado escolar através do qual se acede ao mercado de trabalho (Almeida, 2005). Em Portugal, relativamente às variáveis sociais, diferentes autores tendem a destacar, em primeiro lugar, a ocupação diferenciada do espaço, sobretudo no que diz respeito ao tipo de zona residencial habitada. No caso de algumas zonas degradadas, as condicionantes das redes de vizinhança e a fraca qualidade dos alojamentos familiares pouco propícios à aquisição de hábitos culturais e de estudo de acordo com as exigências do sistema de ensino estão intensamente presentes (Martins e Parchão, 2005). Outro aspecto decorrente de novas e velhas formas de pobreza e de exclusões sociais, reflecte-se nas dificuldades de satisfação adequada e mínima de necessidades básicas, isto é, de uma alimentação racional, de vestuário, de espaço e conforto básico, de bens essenciais e outros, estendendo ainda à ausência ou grandes dificuldades na aquisição de materiais escolares ou culturais básicos. Fenómeno ainda presente na sociedade portuguesa é a exploração do trabalho infantil, tanto fora de casa como doméstico e domiciliário, associado a necessidades de aumento da renda familiar ou de suprimento de necessidades diversas (i.e. supervisão dos irmãos mais novos no período de trabalho dos pais ou, pela ausência dos dois progenitores, a assunção de outros papéis em economias informais) (Almeida, 2005; Vieira, 2005).

Outras linhas de investigação têm feito emergir a desadequação entre os conteúdos dos currículos nacionais transmitidos nas escolas e as aspirações e expectativas dos alunos. Enquanto sistema social, a escola organiza-se como um lugar de uniformização social, instância privilegiada de socialização assente na introdução de currículos universais delineados num suposto perfil médio de aluno que privilegia determinados saberes em detrimento de outros. A escola pode acabar por revelar-se um espaço pouco pragmático e distante da sua própria população. Como salienta Formosinho et al. (1991), difundiu-se uma standardização de práticas e estratégias escolares centradas numa noção abstracta do que deve ser um aluno médio e uma cultura e conhecimentos médios. Exemplo claro deste aspecto está patente nas dificuldades manifestadas pelas escolas na articulação entre Ciclos de Ensino que, por constituírem momentos de transição, são de ruptura, acarretando aos alunos fortes mudanças para as quais nem sempre encontram a devida continuidade.

Perante este quadro, interessa saber se às aceleradas mudanças sociais ocorridas no país tem vindo a corresponder o desenvolvimento de uma instituição escolar flexível e suficientemente permeável a reajustamentos que levem necessariamente a outras direcções que não as tradicionais, porque os actuais contornos da realidade social a isso obrigam. É notória a importância do papel das escolas, seja de grau for, na detecção das situações de risco e

na promoção de uma acção verdadeiramente educativa que venha a abranger todas as crianças e jovens.

3.1.4 Sociedade de informação

Num patamar de transversalidade, há a considerar um conjunto de importantes mudanças sociais que se reportam à difusão das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e à edificação de uma sociedade de informação que vem a expandir-se vertiginosamente em Portugal nos últimos anos.⁷¹ Nesta linha, não se pode ignorar o papel significativo das TIC e dos (novos) *media* enquanto instâncias de socialização na infância, conforme mencionado no Capítulo 2. São ambientes de socialização que não têm comparação com os anteriores, aqueles onde cresceram os pais.⁷²

No que diz respeito a Portugal, ao contrário de outros países europeus, os estudos realizados evidenciam uma especificidade: nas famílias são os mais novos que se revelam mais avançados e conhecedores sobre os novos *media* (Almeida et al., 2008; Almeida, 2009b; Ponte e Cardoso, 2008). A familiaridade que vão adquirindo no recurso às novas tecnologias, aliada a uma ampla diversidade de experiências, distancia-os das competências reveladas pelos mais velhos, sobretudo na tendência para o uso de diversas tecnologias ao mesmo tempo, vulgarmente designado como um comportamento multitarefa.

Outro aspecto de especial importância diz respeito ao facto de, em Portugal, os pais indicarem que têm menos preocupação com as crianças mais novas do que com as mais velhas, especialmente se forem do género feminino. Este é um ponto que diferencia o país da maioria dos restantes 20 que fizeram parte do *Projecto EUKids Online*.⁷³ A mediação que

⁷¹ Os indicadores do INE relativos às famílias apontam para uma tendência crescente de acesso às TIC: em 2002 apenas 26,8% do total de agregados dispunham de computadores; em 2007 esse número foi de 48,0%.

⁷² Segundo dados do INE (2009b), em 2008 perto de 55% das crianças e jovens entre os 10 e os 15 anos de idade em Portugal utilizavam a Internet com uma frequência diária ou quase diária registando-se uma subida significativa relativamente aos dados respeitantes ao ano anterior (47,4%). De referir que a recolha de informação para trabalhos escolares (97,0%), o comunicar com outros (82,2%), o jogar e/ou o download de jogos, imagens, música e vídeos (64,2%), bem como a consulta de sites de interesse pessoal (57,9%), eram as actividades mais representativas. Como principal local da utilização de computadores e Internet, surge a “*escola*” com valores que oscilaram, para ambas as categorias, entre os 83-89% nos dois últimos anos, ainda que em perda relativa que reverteu para um crescimento dos números relativos à “*casa/domicílio*” (em 2008, 82,7% para os computadores e 64,4% para o acesso à Internet). “*Casas de amigos e outros familiares*” assumiram uma expressão inferior (na ordem dos 45-53%), ficando “*outros locais*” em último. Digno de registo que também a utilização de telemóvel se tenha intensificado de um ano para o outro nesta faixa etária em mais de 11 pontos percentuais (de 73,3% para 84,6%). Em todas as situações mencionadas, não se evidenciam diferenças significativas de comportamento por sexo (INE, 2009b). Mas como notam Almeida et al. (2008), esta tendência para uma massificação tecnológica na infância em Portugal vai crescendo assente em desigualdades de acesso e de uso/práticas que estão associadas a variáveis sociais (idade, classe social, família entre outras).

⁷³ Coordenados por Sonia Livingstone, da London School of Economics, investigadores de 21 países europeus entre os quais Portugal, desenvolveram a pesquisa sobre os usos da Internet, telemóvel e outras tecnolo-

se exerce entre uns e outros no seio das famílias relativamente aos novos e velhos *media* não pode ser analisada sem se ter em linha de consideração o contexto social (Buckingham e Willet, 2006). Cenários socialmente desiguais marcam diferenças nos tempos de vida e recursos de que uma criança dispõe. Este é um ponto-chave que se associa à natureza dos diferentes processos de viver a infância na sociedade de informação que vai sendo construída em Portugal (Almeida et al., 2008; Almeida, 2009b; Cardoso et al., 2008; Ponte e Vieira, 2009).

3.1.5 Mercado de trabalho e protecção social

Um quinto aspecto a salientar prende-se com as alterações do mercado de trabalho e da economia, às quais se associa um conjunto de indicadores específicos relativos a diversas formas de exclusão social e de pobreza, nomeadamente de pobreza infantil.

Vive-se um período de transição civilizacional marcado por acentuados progressos tecnológicos e económicos cujas repercussões, positivas e negativas, se fazem sentir a todos os níveis da acção humana. Relativamente ao mercado de trabalho, a situação de Portugal no contexto europeu, à data da recolha de informação nesta investigação, era marcada por taxas de actividade (73,9%) e de emprego (67%) superiores às da média do EU (respectivamente de 70,9% e 64,7%); pela intensa feminização do mercado de trabalho (69,1% em 2009 quando a média da EU era de 64,2%), sendo o país europeu que registava a maior percentagem de mulheres a desempenhar um trabalho a tempo completo fora de casa, situação que atingia muito em especial os anos de maternidade, a par de uma duração dos períodos de trabalho que se revelava prolongada (Almeida, 2009a; Fernandes, 2009; EURES, 2010). Acrescia o aumento das situações de trabalho precário, a reduzida expressão do trabalho a tempo parcial,⁷⁴ as desigualdades na distribuição das remunerações atribuídas a homens e mulheres que se reflectem na existência de taxas de pobreza da população feminina muito elevadas (REAPN, 2010).

gias em linha por parte de crianças. A primeira fase já terminou, estando em curso uma segunda (2009-2011) que visa conhecer melhor os usos, riscos e segurança online das crianças europeias. Para mais informação, consultar <http://www2.fcsh.unl.pt/eukidsonline/>.

⁷⁴ Representativas apenas de 11,7% do emprego total, destacando-se uma subutilização pelas mulheres (16,6% em comparação à média de 31,6% da EU) (EURES, 2010).

A terciarização da economia portuguesa,⁷⁵ marcante nas últimas décadas, tem vindo a fazer emergir profundas mudanças no tecido social, com especial incidência nos modos de vida e economia familiares, na evolução dos papéis de género,⁷⁶ e na própria estruturação dos tempos de vida na infância (Fernandes, 2009). São novas formas de organização do trabalho que promovem alterações não apenas quantitativas (taxas de desemprego, de qualificação escolar e profissional da população), mas especialmente qualitativas originadas por uma distribuição diversa pelos diferentes sectores de actividade relativamente a novas exigências de (re)qualificação da mão-de-obra (Carreira, 1996). Neste contexto de globalização, os modos de produção têm por base critérios de competitividade que ultrapassam fronteiras, o que objectiva a diversificação das modalidades de educação como um dos caminhos na tentativa de elevação das qualificações da população portuguesa.

Esta evolução traduz-se num conjunto de fenómenos cujas consequências obrigam à redefinição das políticas sociais na procura das respostas mais adequadas. Neste âmbito uma especial atenção tem de ser dada aos fenómenos de exclusão social e de pobreza, problemas demasiado profundos e marcantes na sociedade portuguesa para que se continue a ignorar os seus efeitos que, de forma directa ou indirecta, atingem a coesão social. Dizem respeito a um leque de situações onde se vê posto em causa o exercício efectivo à liberdade individual (Sen, 1999), pelo que a necessidade de (re)conquista de confiança entre cidadãos e instituições é fulcral para a sua prevenção.

Neste campo, assume uma especial relevância a pobreza infantil,⁷⁷ uma realidade multifacetada que configura situações de negação de direitos fundamentais e de privação em áreas essenciais ao bem-estar das crianças (Bastos et al., 2008; Costa et al., 2008).⁷⁸ São casos que remetem para representações típicas de uma infância em contextos da pré-

⁷⁵ Os serviços públicos representam um valor significativo dos postos de trabalho existentes (19,8%, incluindo Administração Pública, Defesa, Segurança Social, Educação, Saúde e Apoio Social). O Comércio por Grosso e a Retalho (15,2% do emprego total) e o Alojamento e Restauração (5,9%) eram das mais expressivas no 2º trimestre de 2009, ao mesmo tempo de uma aposta crescente no Turismo. Paralelamente, assiste-se ao aumento de uma nova actividade criadora de emprego através da instalação no país de *Call e Contact Centres* e de *Centros de Serviços Partilhados* de apoio a algumas empresas multinacionais. (EURES, 2010).

⁷⁶ As mulheres são a maioria na população, no mercado de trabalho, a estudar nas universidades e na administração pública. Contudo, esta proporção não se mantém nos mais altos cargos dirigente e de chefia. No sistema prisional, em 2008, as mulheres representavam 6% do total de reclusos. Outro importante indicador no campo do género diz respeito o número de beneficiários dos subsídios de paternidade e de licença parental que, entre 2006 e 2007, aumentou 7,7%, situando-se nos 83 mil indivíduos.

⁷⁷ O Eurostat define a pobreza infantil relativamente às crianças entre os 0-17 anos que vivem em agregados cujo rendimento disponível equivale ou é inferior a 60% do rendimento médio.

⁷⁸ Na UE, este problema social é encarado como um dos principais desafios, tendo a Comissão Europeia reforçado a sua acção neste campo. Em 2006, o Conselho Europeu recomendou aos Estados membros que tomassem as medidas necessárias para a redução significativa do fenómeno através da criação das mesmas oportunidades para todas as crianças, independentemente da sua origem social. Em 2005, 19% do total dos 97,5 milhões de crianças entre os 0-17 residentes na EU (a 27), encontravam-se em risco de pobreza, contra 16% da população total.

modernidade e que, na sociedade portuguesa, coexistem lado a lado com outras representações, as da modernidade simbolizadas na *criança-aluno* e as da pós-modernidade, da *criança-consumidora* e participativa na construção da vida social (Almeida e Vieira, 2006). Esta disparidade de imagens e modos de vida é dos traços mais significativos na caracterização da infância em Portugal (Almeida, 2009a).

No caso da exclusão social e da pobreza, trata-se de situações que diferem das dos adultos tanto nas causas como nos efeitos, pois o seu impacto coloca-se não apenas na qualidade de vida no presente mas, de modo determinante, no desenvolvimento futuro das crianças (REAPN, 2010). A condição dos pais/família perante o trabalho é um dos factores, e o desemprego constitui o principal risco de pobreza. Contudo, à medida que aumenta e se diversifica o trabalho precário, o grau de vulnerabilidade social associado tende também a ser mais elevado. Para esta investigação, interessa salientar três das dimensões estruturantes da pobreza infantil: a da necessidade material (que se reporta às condições objectivas em que esse tipo de necessidades fica por concretizar); a das circunstâncias económicas (que implica atender às possibilidades efectivas de acesso a estruturas de oportunidades diferenciadas por quem tem, ou por quem não tem, determinados recursos), e a das relações sociais (que remete para a posição económica que ocupam aqueles que se situam nas margens da sociedade) (Spicker, 2007). Se por um lado se tem como certo que a pobreza é um fenómeno plural, diverso, que encerra muitas expressões em si mesmo (Bastos et al., 2008; Costa et al., 2008), nem sempre todas se manifestam ou se tornam visíveis da mesma forma.

Conforme apontam as estatísticas oficiais a nível internacional (Anexo 3.1), Portugal é um dos oito países da UE onde se registam taxas mais elevadas de pobreza infantil, e uma das especificidades neste campo prende-se com o risco elevado junto de crianças que vivem em agregados com adultos inseridos no mercado de trabalho (REAPN, 2010).⁷⁹ A nível internacional, estão identificados dois tipos de famílias que tendem a apresentar um risco significativamente mais alto do que os restantes agregados com crianças: as monoparentais e as alargadas, sendo que no caso português estas últimas representam mais de 40% (REAPN, 2010).

⁷⁹ Num estudo realizado recentemente sobre a pobreza e a exclusão social em Portugal (Costa et al., 2008), as crianças e jovens com menos de 17 anos são um dos grupos mais representativos entre os pobres no país, com um valor que atinge os 21,1%, logo a seguir aos que se situam no escalão dos 35-54 anos (24,8%). Relativamente à incidência da pobreza, apresentam um valor na ordem dos 24%, colocando-se entre os três grupos mais vulneráveis na sociedade portuguesa, a par da população idosa – 65-74 anos (24%) – ou muito idosa – mais de 75 anos (36%).

Outro importante indicador no âmbito da acção social diz respeito aos beneficiários do Programa de Rendimento Social de Inserção. Dados oficiais apontavam para que, no final de 2007, cerca de 381 mil indivíduos estivessem a usufruir desta medida, dos quais 53,4% eram do sexo feminino e 46,6% do masculino. Comparativamente a 2006, este número traduz um aumento global na ordem dos 12,2%, sendo o grupo dos 40-54 anos o que registou o maior crescimento (+15,5% de indivíduos), passando a representar 18,9% na estrutura final. No entanto, o grupo mais representado no total dos beneficiários a nível nacional é o que abrange os escalões até aos 24 anos de idade, com um valor que atinge perto de metade deste universo (48%). O que pressupõe que esta medida de protecção social terá primordialmente como público-alvo famílias com filhos.

3.1.6 Território

Neste quadro de mudanças sociais que se tem vindo a elencar sem preocupação de exaustividade, há a considerar um vector-chave na análise da delinquência: o território. Sumariamente, em Portugal, nas últimas décadas, identificam-se três fenómenos que marcam o desenvolvimento neste campo: urbanização, metropolização e litorização.

O conhecimento das novas formas de gestão e ocupação do território nacional, designadamente das transformações do tecido físico (sub)urbano à luz das opções consubstanciadas em processos de urbanização, é incontornável na reflexão actual sobre esta e outras temáticas. À modificação do uso do espaço está associada uma elevada mobilidade geográfica decorrente da expansão das vias de comunicação e da existência de novos territórios, de grandes áreas metropolitanas, diversas, plurais, onde se concentra a população,⁸⁰ recursos, centros e actividades económicos mas também problemas sociais, económicos e ambientais (Lourenço et al., 1998). Aqui, as desigualdades sociais e os fenómenos de exclusão social intensificam-se e ganham diferentes formas de expressão. O mesmo se passa no campo da segurança pública e da criminalidade registada pelas forças de segurança – cerca de dois terços do total das ocorrências a nível nacional é recolhido nas Área Metropolitanas de Lisboa e do Porto – emergindo uma especial representatividade de algumas das suas formas específicas, como a delinquência juvenil e a criminalidade grupal (Machado et al., 2007a). Perante este quadro, é o desenvolvimento sustentável destas áreas, nas suas diferentes componentes ambiental, económica e social, que se vê posto em causa e que, por arrastamento, se reflecte no desenvolvimento das restantes regiões.

⁸⁰ No conjunto, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto representam, a nível demográfico, cerca de 5 milhões de habitantes, o que equivale a mais de 40% da população residente em Portugal e à volta de 45% da que reside no Continente (INE, 2009b).

A modernidade tardia portuguesa, inacabada no entender de alguns autores (Viegas e Costa, 1998), faz-se sentir nestas intensas e aceleradas mudanças que vêm a acontecer num padrão regional de desigual distribuição no país. No processo de urbanização acelerada do litoral português que decorre a par da desertificação do interior, o espaço urbano reforça-se como aquele que, como mencionado anteriormente, tudo conflui, ou deseja confluir, e disso são exemplo os fluxos migratórios a que se tem vindo a assistir.

É nas cidades do litoral português, em especial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, que reside o maior número de crianças, numa lógica que se estende ao resto da população: no final de 2004, cerca de 40% do total dos residentes no país encontrava-se em zona urbana sendo que mais de metade desse valor se concentrava em apenas 14 das 141 cidades existentes à data.⁸¹ Estas 14 ocupavam somente 2% do território nacional, revelando uma densidade populacional média quase vinte vezes superior à média nacional. O contraste entre os aglomerados populacionais do litoral e do interior é acentuado, com os primeiros a apresentar as mais altas taxas de natalidade e os menores índices de envelhecimento (INE, 2004). As diferenças de desenvolvimento entre o litoral e o interior do país são uma realidade estando os concelhos com maior poder de compra todos localizados no litoral.⁸²

O impacto destas dinâmicas territoriais não pode ser ignorado na produção da vida social (Guerra, 2008; Kintrea et al., 2008), muito em especial nos quadros de vida das crianças. No âmbito de vários estudos nacionais, brincar em casa e na escola tende a surgir à cabeça, relegando a rua para um plano secundário, do mesmo modo que o automóvel passou a ser um meio de transporte primordial no campo da mobilidade para um número significativo de crianças residentes no território nacional (Neto e Malho, 2004b; Neto, 2005; Bastos et al. 2008). No entanto, para outras em determinados grupos ou contextos sociais, a rua constitui o principal palco de socialização e não pode ser dissociada da “*cultura de rua*” que aí se desenvolve (Moignard, 2008; Carvalho, 2010a). Deste modo, emerge um forte contraste entre crianças oriundas de diferentes segmentos da população portuguesa que tende a variar do extremo marcado pelo ‘deserto’ e o ‘silêncio’ que caracterizam grande parte das zonas residenciais da classe média e a ‘efervescência’ e o ‘ruído’ que se vêem mais assinalados noutros contextos socialmente mais desfavorecidos. Em suma, na necessidade

⁸¹ Dessas 14 cidades, oito registavam mais de 100.000 habitantes: Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Almada, Coimbra e Funchal. As restantes tinham mais de 50.000 habitantes.

⁸² Lisboa lidera esta lista de que constam mais 38 concelhos que registam um índice de poder de compra superior à média nacional. No fim, encontram-se alguns concelhos do interior Norte e Centro (INE, 2009b).

de (re)pensar as políticas para a infância na sociedade portuguesa, o planeamento urbano deve suscitar uma especial atenção.

3.2 A infância em perigo em Portugal entre 2001-2008

As questões em torno dos riscos sociais que atravessam os quadros de vida das crianças vêm a ocupar um lugar central de discussão junto da opinião pública na sociedade portuguesa. Isto é manifesto na emergência de discursos de natureza diversa que apontam para um vasto leque de valores, percepções, práticas e atitudes individuais e colectivas em torno das crianças. A vivência quotidiana está impregnada de representações acerca desses riscos, que surgem como fonte de informação constante na comunicação social de acordo com linhas de orientação diferenciadas independentemente do grau efectivo de conhecimento científico que se possua a seu respeito. Negligências, abandonos, maus tratos, abusos, exposição a modelos de conduta desviante estão presentes, a vários níveis, nas trajectórias de muitas crianças em Portugal. De entre as mais importantes mudanças ocorridas nos últimos anos associadas ao novo paradigma sobre a infância destacam-se as que vêm a ser concretizadas no campo da intervenção judiciária consubstanciando a reacção social formal a estes problemas sociais.

Decorrente da acção da Comissão de Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas, criada em 1996, duas novas leis sobre a infância e juventude vieram a ser aprovadas pela Assembleia da República, em 1999: a *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* (*Lei n.º 147/99*, de 1 de Setembro, Ministério do Trabalho e da Solidariedade) e a *Lei Tutelar Educativa* (*Lei n.º 166/99*, de 14 de Setembro, Ministério da Justiça), dando corpo ao consagrado em convenções internacionais ratificadas pelo Estado português desde os anos 1980. Tendo entrado em vigor no dia 1 de Janeiro de 2001, estes dois novos diplomas vieram substituir, em larga medida, o modelo consubstanciado na *Organização Tutelar de Menores* (OTM, 1978). Ambos têm subjacente um novo paradigma que visa a promoção de intervenções claramente diferenciadas: de protecção junto de crianças e jovens vítimas de diversas circunstâncias pessoais e sociais; de responsabilização e de “*educação para o direito*” para aqueles que, com idade igual ou superior a 12 anos e inferior aos 16, tenham praticado factos que, à luz da lei penal, seriam considerados crimes.

Os termos “*criança*” e “*jovem*” surgem nestas leis, representando uma nova abordagem no campo do Direito. Até então, o termo “*menor*” era recorrentemente usado na legislação aplicável a indivíduos com idade até aos 18 anos, patamar em que se alcança a maio-

ridade civil. Gradualmente, tem-se assistido também à substituição da expressão Direito de Menores pela Direito das Crianças e dos Jovens. Este ponto reflecte uma nova intenção por parte do legislador, que assim integra os princípios decorrentes da nova representação social da infância nas sociedades ocidentais. No entanto, ainda persiste em alguns sectores da sociedade portuguesa uma ideia de “*menoridade*” quando se debate a infância e a condição das crianças no país (Rodrigues, 1999; Carvalho et al., 2009b).

Nas situações extremas de risco social, juridicamente consideradas de “*perigo*”, e nas quais se inclui a delinquência de crianças menores de 12 anos de idade, deve ser accionada uma intervenção tutelar de promoção e protecção pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens ou pelos Tribunais. A multidimensionalidade e complexidade que são inerentes às problemáticas que lhes subjazem provocam nas vítimas efeitos físicos, psicológicos e sociais, materializados na desorganização total ou parcial dos seus percursos de vida à qual estas entidades devem obviar no exercício de um controlo social formal.

Partindo-se de um breve caracterização dos contornos do sistema de promoção e protecção, promove-se nos pontos seguintes a discussão da informação estatística recolhida junto dessas entidades em torno de duas vertentes: uma dedicada a uma breve caracterização das crianças e famílias objecto de intervenção oficial a nível nacional, a segunda voltada para a natureza da reacção social consubstanciada nas medidas de promoção e protecção em Portugal.⁸³ Apesar das limitações de ordem metodológica a que se irá fazendo referência, o panorama passível de ser traçado nestas páginas sobre os dados oficiais de ambas revela uma dimensão preocupante não só pelos números identificados como pela natureza dos casos sobre os quais se centra a discussão.

Na sua problematização, tem-se presente que qualquer sistema de informação estatística, independentemente da área considerada, tanto encerra potencialidades como constrangimentos que têm de ser considerados na análise realizada. Por um lado, trata-se de visões parciais, limitadas, que suscitam reservas na sua leitura, impondo a construção de quadros de interpretação que devem ser claramente explicitados. Ciente de que não reflectem a dimensão total de uma problemática, a sua discussão é relevante, quer do ponto de vista social quer científico, pelos contributos que pode trazer para os mais diferentes campos da vida social. Ao longo desta investigação, a escassez de dados sobre as matérias em

⁸³ À luz das alterações introduzidas em 2001 nos modelos de intervenção, a análise desenvolvida limita-se ao período de vigência da *Lei de Protecção*, na medida em que a sua operacionalização não é directamente comparável com o diploma anterior (*Organização Tutelar de Menores*, 1978). Deste modo, de um ponto de vista metodológico, a apresentação e discussão de dados restringe-se ao período compreendido entre 2001 e 2008, este último ano coincidente com o final da recolha da informação empírica nesta investigação.

estudo constituiu um obstáculo de monta a este propósito, não sendo por isso mesmo de estranhar a multiplicidade de discursos que foram identificados sobre a matéria em causa.

Não é possível aferir com exactidão da margem de erro que as estatísticas oficiais neste campo podem encerrar e que mais não será do que o reflexo de problemas de natureza sistémica que remetem para o campo das organizações, dos modelos, processos e metodologias que estão na base da recolha de informação. Ainda que este não seja um problema exclusivamente nacional, não é de desvalorizar a sua importância nem a necessidade de repensar um leque de procedimentos à luz dos constrangimentos identificados. A par desta situação podem estar associadas outras fragilidades, tendencialmente presentes nos processos deste género, decorrentes de eventuais erros de classificação, de processamento dos dados, informatizados ou não, de imprecisões nas seriações, de desadequação ou até mesmo inexistência das tipologias adequadas às realidades sociais em causa.

3.2.1 Um novo paradigma para o século XXI: a intervenção tutelar de promoção e protecção

Um ideal de protecção da infância é algo relativamente recente, tanto a nível nacional como internacional. No país, o início de uma intervenção sustentada nesta área remonta somente à segunda metade do século XIX, numa primeira fase, em torno de três tipos de serviços: os de assistência, os de instrução e os de justiça. A publicação da *1ª Lei de Protecção da Infância*, em 1911, constituiu um importante marco histórico por ter sido dos primeiros documentos específicos dedicados a estas matérias no plano internacional. Desde então, no território nacional, as crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos tutelares e exigíveis no marco legal de forma diferenciada da dos adultos. No entanto, a prevalência de uma visão sobre as crianças entendidas como adultos em miniatura levou a que os quadros jurídicos estivessem, durante séculos, mais adaptados a um conceito de adultismo do que propriamente às suas necessidades específicas. Era a visão da criança tal como o adulto desejava que ela fosse, consubstanciada na perspectiva jurídica de ‘*menor*’ que marcou esta evolução até às duas últimas décadas do século XX (Anexo 3.2).

Só através da valorização da infância enquanto categoria social, iniciada na segunda metade desse século nas sociedades ocidentais, é que a situação começou a alterar-se e de uma concepção estritamente centrada no dito menor se passou a outra que tem por enfoque a criança e a condição específica da infância. Para este processo contribuíram os quadros sociais emergentes e as novas linhas de investigação sociológica que tenderam a cen-

trar-se na análise de diferentes problemas sociais. Novas sensibilidades para casos outrora ocultos, ou de diferente visibilidade, começaram a ser postas para discussão.

A intervenção tutelar de promoção e protecção, expressa na *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* (LPCJP), desenvolve-se relativamente a casos em que se verifique a ameaça dos direitos essenciais (cívicos, sociais, económicos e culturais) da criança ou jovem até aos 18 anos de idade que, por tal, se vê em situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, requerendo-se, deste modo, a actuação do Estado. Os sistemas sociais e judiciário devem responder ao perigo identificado desencadeando acções que proporcionem as condições adequadas à promoção dos direitos e protecção das vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso, abandono ou tratamento negligente, ou quando se vejam privados de um ambiente familiar que garanta o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Guerra, 2004; Bolieiro e Guerra, 2009).

Importa reter que com a reestruturação do edifício legislativo ocorrida em Portugal nestes últimos anos um importante conceito adquiriu maior visibilidade. Trata-se da passagem do conceito de “*crianças em risco*”, amplamente divulgado e sustentado na intervenção à luz do anterior modelo consubstanciado na *Organização Tutelar de Menores* (1978), para a adopção de um outro, de carácter e natureza mais restrito, definido como de “*crianças em perigo*” (Gersão, 2000; Guerra, 2004).⁸⁴ Tal como expresso na *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, parte-se da ideia que “*nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do Estado e da sociedade na sua vida, na sua autonomia e na da sua família*”. Ficam de fora as acções desenvolvidas numa perspectiva de “*prevenção secundária*” que visam a eliminação ou redução dos factores potenciadores do risco através da actuação directa ao nível da criança, dos pais e do seu meio envolvente (Bolieiro e Guerra, 2009).

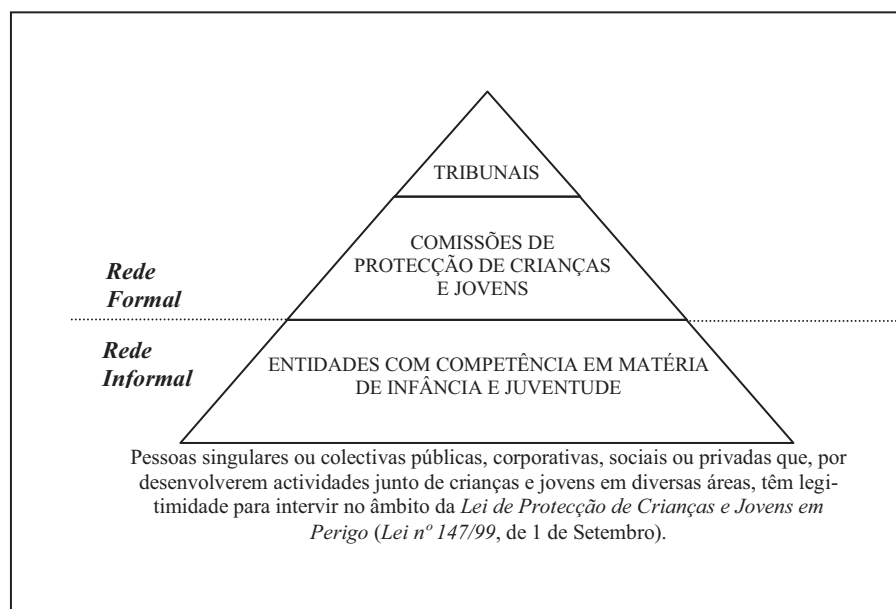
Conforme definido na lei, considera-se que a criança ou jovem está numa situação de perigo quando se encontra abandonada ou entregue a si própria, sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais, quando não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal, quando assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, educação, formação ou desenvolvimento, incluindo-se aqui as práticas delinquentes. A estes aspectos tem de acrescer o facto de os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto não desenvol-

⁸⁴ Inspirado no artº 1918º do *Código Civil* (Bolieiro e Guerra, 2009).

ver uma acção eficaz e adequada que promova o afastamento do perigo. Só na conjugação destas condições se encontra a legitimidade para a intervenção do Estado.⁸⁵

Esta lei aplica-se a todas as crianças e jovens que residam ou que se encontrem em território nacional e a sua operacionalização pressupõe a existência de três patamares diferenciados: um primeiro nível, relativo à rede informal, que envolve apenas as entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ); um segundo, de carácter formal, que diz respeito à actuação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, e um terceiro, também na rede formal, que constitui o topo da pirâmide e corresponde aos Tribunais.

Figura 3.1: Patamares da intervenção tutelar de promoção e protecção: a rede informal e a rede formal



Fonte: CNPCJR (2000) (adaptado).

Embora se deva privilegiar a intervenção informal, casos há que, pela sua natureza e gravidade, exigem um recurso às instâncias formais. É, no entanto, de salientar que, de acordo com o princípio da subsidiariedade estabelecido no art.º 4.º da LPCJ, cada patamar

⁸⁵ A acção a desenvolver obedece a um leque de princípios orientadores (art.º 4.º, LPCJP): o interesse superior da criança ou jovem, o respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva à sua vida privada, a promoção da responsabilidade parental, a prevalência às medidas que as integrem na sua família ou que promovam a adopção; a obrigatoriedade da informação devida à criança/jovem, aos pais (e substitutos) sobre os seus direitos, os motivos que determinaram a intervenção e a forma como esta se processa, o direito de participação da criança e jovem a ser ouvido e a participar nos actos e na definição da medida a aplicar. Isto suscita uma regra de consentimento informado que diz respeito não somente aos pais ou seus substitutos, mas também às próprias crianças e jovens, estando definido um conjunto de procedimentos a aplicar de acordo com a idade. A intervenção deve ainda ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção é indispensável aos objectivos a atingir, num nível precoce e mínimo, ser adequada à situação de perigo interferindo na sua vida e na família apenas no estritamente necessário e proporcionalmente ao que foi detectado, assente numa perspectiva de interdisciplinaridade e atender ao princípio da subsidiariedade. A família deve ser sempre parte integrante na resolução dos problemas, desejando-se que contribua para a qualidade e eficácia do apoio prestado.

corresponde a um nível de actuação cujos recursos devem ser esgotados antes de se passar ao imediatamente superior.⁸⁶ A competência para aplicação das medidas de promoção e protecção é exclusivamente das Comissões e dos Tribunais, podendo ser executadas em meio natural de vida (“*apoio junto dos pais*” ou “*de outro familiar*”, “*confiança a pessoa idónea*” ou de “*apoio para a autonomia de vida*”) ou em regime de colocação (“*acolhimento familiar*” ou “*em instituição*”). Quando aplicadas pelas Comissões, são concretizadas de forma negociada, integrando um Acordo de Promoção e Protecção.

3.2.2 Crianças e famílias objecto da intervenção oficial

No quadro das repostas sociais desenvolvidas neste campo, apesar de limitações de natureza metodológica a que se irá fazendo referência, a informação produzida pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) e Instituto de Segurança Social sobre a actividade anual das Comissões de Protecção representa uma das mais importantes fontes de conhecimento a que se tem acesso sobre esta realidade social.⁸⁷

Tabela 3.3: Fluxo processual nas CPCJ, entre 2001 e 2008

ANO	CPCJ		PROCESSOS					
	Existentes (N)	Com MRD (N)	Transitados (N)	Instaurados (N)	Reabertos (N)	Arquivados (N)		
						Arquivados Liminarmente	Arquivados	Total Arquivados
2001	193	153		9.083	618	1.796	1.962	3.758
2002	216	172		9.445	754	2.033	1.981	4.014
2003	239	201		12.719	823	3.632	2.922	6.554
2004	252	204		11.991	1.038	3.100	3.135	6.235
2005	265	254		12.654	816	2.868	2.213	5.081
2006	269	269	23.712	25.209	2.026	6.326	12.654	18.980
2007	280	280	30.320	29.547	3.141	8.543	20.352	28.895
2008	282	282	33.394	29.279	3.986	9.221	22.527	31.748

Fonte: *Relatórios de Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*, 2002 a 2009, CNPCJR/ISS, I.P.

Tendo como ponto de partida o fluxo processual global que se refere ao total dos processos transitados, instaurados, reabertos e arquivados (liminarmente e após a intervenção) apresentado nos *Relatórios Anuais de Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*

⁸⁶ Para um aprofundamento das competências atribuídas a cada um destes patamares e às suas formas de operacionalização, consultar Gersão (2000); Bolieiro e Guerra (2009) e os sites do MTSS em <http://www.mtss.gov.pt> e o do Instituto de Segurança Social, IP, em <http://www.iss.pt>.

⁸⁷ Como evidenciado por Torres et al. (2008: 15), “*não haverá muitas instituições do Estado em Portugal cujo escrutínio das actividades seja realizado anualmente como acontece com as Comissões. Tal preocupação é mais um indicador do carácter inovador e da lógica de implementação das Comissões*”.

entre 2001 e 2008,⁸⁸ observa-se que 2008 foi o primeiro ano, desde a entrada em vigor da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens*, em 2001, em que o número de processos instaurados baixou relativamente ao anterior (menos 0,9% do que em 2007).⁸⁹ Inversamente, os reabertos e os arquivados vieram a aumentar traduzindo realidades bem diferentes. Globalmente, o volume processual contemplou 66.659 processos, quando em 2007 o valor fora inferior. Em 2006, o volume processual passara pela primeira vez a meia centena de milhar, e desse ano para o seguinte houve um forte crescimento traduzido em mais 11.991 processos.⁹⁰

Percentualmente, o peso dos processos transitados tem vindo a crescer no volume processual global nos últimos anos (46,5% em 2006, 50,1% em 2008) à custa de um decréscimo do valor representativo dos processos instaurados (49,5% em 2006, 43,9% em 2008). Também o peso dos processos reabertos tem vindo a subir (4,0% em 2006, 6,0% em 2008). Em 2007, o número de processos transitados de anos anteriores ascendeu a 30.320, registando-se nesse ano, pela primeira vez, um valor superior ao dos processos instaurados. Em 2008 a tendência manteve-se, com uma diferença maior entre os valores de uns e outros. A conjugação destes dados leva a pressupor que o tempo requerido para a intervenção tenderá a prolongar-se, podendo ser difícil o cumprimento dos prazos legais estabelecidos na lei (até ao limite de 18 meses com aplicação de medida). Paralelamente, o número crescente de processos reabertos pode indiciar a precariedade das condições alcançadas que sustentaram o seu arquivamento, eventualmente associadas a um alargamento dos campos de vulnerabilidade social nos contextos onde estas crianças vêm a crescer. Não se dispõe de dados que permitam um aprofundamento destas situações, mas importaria conhecer melhor os contornos em que acontecem.

Quando se procurou aceder à informação oficial relativa aos processos judiciais de promoção e protecção, ou seja, aqueles que nos termos da *Lei de Protecção* são executados

⁸⁸ Na leitura destes dados há que atender a algumas condicionantes de ordem metodológica que marcam a evolução da recolha de informação junto das Comissões de Protecção concretizada através do designado *Modelo de Recolha de Dados* (MDR) criado pelo Instituto de Segurança Social (Área de Investigação e Conhecimento) e recolhido informaticamente desde 2006. Ao longo dos anos, tem sido objecto de algumas reformulações, embora a estrutura de base se mantenha. Em 2006 foram introduzidos novos pontos sobre as formas de articulação das CPCJ, com o Ministério Público e CNPCJR e alargou-se o leque de situações a contemplar no balanço da actividade desenvolvida. A responsabilidade da gestão da aplicação informática do MRD esteve a cargo do Instituto de Segurança Social até 2007, e partir daí esta tarefa passou a estar cometida à Comissão Nacional, que já vinha a assegurar o tratamento da informação desde 2005. Para um aprofundamento da evolução do MRD consultar <http://www.cnpcjr.pt/>.

⁸⁹ Em 2007, estavam instaladas 280 Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, e em 2008 foram instaladas mais duas, o que corresponde a uma cobertura de 90% do território nacional. De referir que, desde 2006, a totalidade das Comissões vem a proceder à entrega do MRD.

⁹⁰ Em 2001, cada processo podia comportar uma fratria, situação que até 2006 ainda esteve presente em muitas Comissões. Só a partir daí é que se tornou norma que cada processo devia apenas corresponder a uma criança, facto que tem de ser tido em linha de conta na análise destes dados.

mediante a orientação directa dos Tribunais com o apoio Técnico das Equipas de Crianças e Jovens do Instituto de Segurança Social, emergiu um conjunto de questões ainda mais complexo do que o registado no patamar anterior e a análise desenvolvida revela-se mais condicionada e parcelar do que a relativa às Comissões. Considerando as *Estatísticas Oficiais da Justiça* disponibilizadas mediante solicitação à Direcção-Geral da Política da Justiça, os dados globais apontam para uma certa estabilização, a que segue uma ligeira queda no volume processual em 2008, após dois anos em que se verificaram números mais elevados.

Tabela 3.4: Movimento de processos judiciais de promoção e protecção, entre 2001 e 2008

ANO	Nº DE PROCESSOS		
	Entrados (N)	Findos (N)	Pendentes (no final do período) (N)
2001	4.789	7.380	8.708
2002	4.349	5.593	7.554
2003	4.869	5.433	6.629
2004	5.462	5.403	6.823
2005	5.846	5.487	6.972
2006	7.005	6.551	7.219
2007 (*)	6.893	6.959	8.521
2008 (*)	6.213	6.221	8.513

(*) . Dados provisórios reportados a 21/07/09.

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça, 2009.

As variações na informação oficial relativa às Comissões e Tribunais têm de ser lidas à luz das condicionantes metodológicas que sobre elas intervêm, mesmo que isso, só por si, não constitua factor explicativo para todas. Por um lado, tem de se atender à crescente visibilidade e reconhecimento do trabalho das Comissões nas respectivas comunidades. Mas entre a desocultação de situações pelo despertar de novas sensibilidades para factos que, até há poucos anos, não eram percepcionados como de perigo para as crianças, há que atender ao valor significativo de processos que só foram arquivados em cada ano após aplicação de uma medida de promoção e protecção paralelamente a um crescimento dos valores relativos a processos entrados nos Tribunais. Estes dados sugerem a existência em Portugal de um leque alargado de casos de crianças que se encontram sujeitas a quadros de

vida atravessados por riscos sociais muito graves, não se vislumbrando, nesta análise, indicadores de abrandamento desta tendência.⁹¹

No decorrer do tratamento da informação sobre os processos judiciais de promoção e protecção surgiu uma outra importante limitação. Se no que diz respeito aos dados globais se teve a oportunidade de conhecer o número de processos “*entrados*” e “*findos*” por ano civil até 2008, quando se tentou descer ao cruzamento entre algumas variáveis, não só a informação disponibilizada se restringia ao período até 2006 como só era considerado o subuniverso daqueles que tinham tido “*aplicação de primeira medida e findos*” em cada ano.⁹² Este critério reduz significativamente o conhecimento das situações, uma vez em que cada processo pode ter várias evoluções: não ser aplicada qualquer medida, ter uma primeira medida que pode ser prorrogada por um determinado período, ter uma ou mais medidas diversas da inicialmente aplicada. Assim sendo, os resultados obtidos estão fortemente limitados por aspectos sobre os quais se revela necessário aprofundar o conhecimento mas onde, em função destes contornos, se torna impossível ir mais além. A análise que se apresenta resume-se à identificação de alguns pontos que, mesmo em função destas fortes condicionantes, se considera pertinente tentar desocultar e discutir.

Até 2006, os dados de caracterização relativos aos processos findos em cada ano nos Tribunais apontavam para uma inversão da tendência de maior representação do sexo masculino registada até 2004;⁹³ desde então predominam os reportados ao sexo feminino, o que não acontece no seio das Comissões, que mantêm até 2008 uma ligeira maior representatividade de rapazes. Por escalões etários, os grupos até aos seis anos de idade são os que manifestam um mais elevado valor percentual nos Tribunais, situação que se acentuou nos anos de 2005 e 2006, bem como nos processos instaurados em cada ano nas Comissões (29,9% em 2007 e 28,5% em 2008). No âmbito da acção das Comissões é de notar que, desde 2006 (30,5%), se regista uma ligeira variação relativa aos grupos 6-10 anos (25,1% em 2006, 24,7% em 2007 e 25,3% em 2008) que tem de ser lida como mais significativa na medida em que nesse último ano este grupo ficou restrito aos 6-9 anos. Os escalões mais

⁹¹ Isto justifica, até certo ponto que, de um ponto de vista financeiro, o orçamento do Estado português em programas e respostas a crianças e jovens em perigo tenha sido de 7,6 milhões de euros em 2006, subindo para 20,694 milhões de euros em 2007 e 27,548 milhões de euros em 2008 (ISS, 2009).

⁹² Recorrendo às classificações originais que usadas pela Direcção-Geral da Política da Justiça, as variáveis em causa são: sexo, escalão etário, nacionalidade, situação, instrução, orfandade, condição perante o trabalho, situação que provocou a actuação do tribunal.

⁹³ Tanto em 2009 como em 2010, foram concretizadas várias insistências junto da Direcção-Geral de Política da Justiça de forma a tentar obter a informação em falta, não se tendo obtido o efeito desejado. A justificação dada prende-se com o facto de “os trabalhos de revisão dos dados estatísticos 2007 e 2008 referentes à caracterização de menores em processos de promoção e protecção ainda não estão concluídos. O seu pedido continuará registado, procedendo-se ao envio dos dados logo que possível.” (mail recebido, 27/01/2010).

velhos apresentam uma forte representatividade até aos 15 anos: 26,4% nos 11-14 anos em 2007 e 27,6% nos 10-15 anos em 2008. Neste último ano, os que se situavam nos 16-18 anos atingiram um valor bastante expressivo na ordem dos 18,5%. Para ambas as entidades, à medida que idade avança, desce o número de processos, tendência que se observa com maior incidência nos Tribunais.

No período em análise, os estabelecimentos de ensino, os de saúde, os pais e as autoridades policiais constituíram-se como principais entidades sinalizadoras às Comissões. No entanto, em 2008 evidenciou-se uma subida no posicionamento dos pais (quarto lugar com 7,1%) que pode encerrar diversos significados que vão desde a capacidade de identificação e assunção dos problemas que têm com a criança até à demissão das suas responsabilidades parentais, pretendendo transpor para outros a orientação do processo educativos dos filhos. De notar também a acentuada descida do número de sinalizações por parte dos serviços de segurança social nesse ano (3,3%), eventualmente associada à reorganização desses serviços.

Quando se passa à identificação das problemáticas na base da referenciação a Comissões e Tribunais, emerge um constrangimento de vulto que obsta à uma possível comparação entre ambos.⁹⁴ Apesar de terem como quadro de referência a mesma lei – *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* –, a verdade é que as categorias usadas para a classificação dos processos é distinta e não coincidente entre si na maioria dos casos. Constata-se que este não é um problema recente, na medida em que os instrumentos de notação de uma e outra entidade têm origem diferenciada. Nos dados das CPCJ, inicialmente esse processo foi assumido pelo Instituto de Segurança Social a que se seguiu, em associação ou mais recentemente de forma autónoma, a Comissão Nacional; nos dados relativos aos processos judiciais, a recolha esteve sempre na alçada do Ministério da Justiça, sob orientação da Direcção-Geral da Política de Justiça.

Em relação aos instrumentos usados pelas Comissões, observa-se uma evolução do MDR que já era usado no final da década de 1990. Foram introduzidas alterações e ajustamentos considerados adequados em função das transformações sociais e do modelo de intervenção na área, mas a base de categorização mantém-se relativamente estável. A operacionalização das categorias está plasmada na *Tipologia das Situações de Perigo para a Criança/Jovem* (Anexo 3.3) e dela consta a descrição de cada uma.

⁹⁴ Além dos constrangimentos já enunciados, acresce ainda a dimensão diferenciada dos (sub)universos em análise, o que impede logo à partida um tratamento mais aprofundado.

No que diz respeito aos Tribunais, a informação estatística é recolhida com base numa classificação que, até um certo ponto, segue de modo restrito parte do texto da lei, assumindo praticamente os mesmos termos e expressões abrangentes aí contemplados no Artº. 3º, aos quais junta termos ainda reportados ao anterior diploma legal (Anexo 3.4), facto que suscita maiores interrogações. Deste modo, é aqui possível uma maior oscilação na classificação de algumas situações cuja tomada de decisão depende da apreciação subjectiva de quem a efectua. À luz deste enquadramento, não é viável aprofundar os dados obtidos como se desejaria por impossibilidade da sua desagregação e do conhecimento exacto do que é remetido para grande parte destas categorias.

Como explicar esta tão grande diferença nos instrumentos de notação estatística entre as duas entidades cuja acção se cruza nos dois últimos patamares da reacção social é algo que aqui fica por explicar. Não será esta constatação um indicador da ausência de uma visão integrada do Estado português no que diz respeito às políticas para a infância que não se reduz apenas a este ponto mas também se vê reflectida numa escassez de dados existentes noutras áreas?

Apesar de não se dispor de resposta para esta pergunta, dos contactos tidos com intervenientes neste sector na tentativa de melhor perceber o porquê desta diferenciação transparece nitidamente a ideia da existência de processos pouco consistentes na base da criação deste tipo de instrumentos e um certo afastamento relativamente à evolução da realidade social. Cada entidade tende a resolver as situações voltada primordialmente para os agentes que nela intervêm, não havendo o mais que desejado e necessário processo de reflexão articulado entre ambas. O lado mais complexo desta orientação remete para uma mais que provável ocultação de certas problemáticas, bem como para uma eventual distorção de parte da informação disponível pelo enviesamento a que pode estar sujeita em função da necessidade de ser integrada numa das categorias previstas.

Nas Comissões, a problemática mais identificada na instauração de novos processos entre 2001 e 2008 foi a “*negligência*”, sob as mais diversas formas. Seguiram-se, os “*maus tratos psicológicos/abuso emocional*” e os “*maus tratos físicos*”, a “*exposição a modelos de conduta desviante*”, o “*abandono escolar*”.⁹⁵ As variações registadas (Anexo 3.5) apontam para tendências diversas: “*maus-tratos*” e “*exposição a modelos de condutas desviante*” atingiram primordialmente os escalões etários mais novos e apresentaram um aumento de maior amplitude do que as

⁹⁵ Até 2006 cada criança podia estar associada a mais do que uma problemática; só a partir daí é que este critério foi alterado passando a restringir-se à problemática principal na origem da sinalização. Tal não invalida que outras possam estar associadas.

restantes, com esta última a passar de 3,5% em 2001 para 16,7% em 2008; o “*abandono escolar*” alcançou um pico em 2002 (23,8%), tendo depois descido um pouco para valores que se têm mantido relativamente estáveis nos últimos três anos (perto dos 15%), mais expressivos à medida que a idade avança. Outras problemáticas tornaram-se ou mantiveram-se praticamente residuais. Incluem-se neste caso a “*pornografia infantil*”, a “*prostituição*”; o “*exercício abusivo da autoridade*”, a “*corrupção de menores*”, a “*exploração do trabalho infantil*”, a “*mendicidade*”, o “*uso de estupefacientes*” e a “*ingestão de bebidas alcoólicas*”. Em 2008, todas elas registaram valores inferiores a 1%. No que concerne à situação que provocou a actuação dos Tribunais, e considerando apenas o subuniverso atrás referido, evidencia-se a categoria “*não recebe os cuidados ou afeição adequados à idade e situação pessoal*”, seguida a larga distância do “*abandono ou por se encontrar entregue a si próprio*”, os “*maus tratos*” e a “*sujeição a comportamentos que afectam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional*”.

A nível nacional, na esmagadora maioria dos processos as crianças são naturais dos próprios concelhos onde a CPCJ se localiza, o mesmo já não acontecendo com os Tribunais, naturalmente em função da organização do mapa judiciário. Globalmente, nestes anos de vigência da *Lei de Protecção*, a tendência mais registada nas Comissões e nos Tribunais prende-se com a integração destas crianças em famílias marcadas por condições socioeconómicas desfavorecidas, muitas na pobreza, por vezes de forma extrema. O maior número vive em famílias nucleares clássicas (casal e filhos), mas o peso das monoparentais femininas tem vindo a ser cada vez mais significativo numa linha consonante com a sua crescente expressão no campo demográfico. Em termos representativos, seguem-se as famílias alargadas (com mais do que uma geração presente) e as reconstituídas (pais com filhos de outras uniões). A maioria das famílias abrangidas tende a subsistir com rendimento de trabalho (55,9% nas CPCJ em 2008), mas os números das que usufruíam de subsídio no âmbito do Programa de Rendimento Mínimo Garantido/Rendimento Social de Inserção (14,7%) ou de pensões (6,5%), ou que não possuía qualquer rendimento ou suporte pecuniário (14,4%), alcança valores expressivos.

Outro aspecto que pouco tem variado, apesar da evolução do sistema educativo, prende-se com os capitais escolares conhecidos dos pais e seus substitutos que tende a ser, geralmente, muito baixo. A título de exemplo, nos processos instaurados em 2008 pelas Comissões, um terço só possuía o 1º Ciclo do Ensino Básico, 11,3% só sabia ler e escrever e 9,1% não tinha qualquer nível de escolaridade. Estes dados traduzem uma realidade preocupante, especialmente ao ter-se em atenção que aqui já se encontram muitos indivíduos de gerações abrangidas pelo alargamento da escolaridade obrigatória (9º ano).

No que concerne à distribuição geográfica das situações de perigo assinaladas pelas Comissões, são as áreas mais densamente povoadas que apresentam os mais elevados números de processos instaurados por ano, fundamentalmente, as áreas metropolitanas.

3.2.3 Natureza da reacção social: as medidas de promoção e protecção

No que diz respeito à reacção social posta em execução através da aplicação de medidas de promoção e protecção aplicadas pelas Comissões ou decretadas pelos Tribunais no decorrer do período em análise,⁹⁶ tem-se evidenciado as que são executadas em meio natural de vida, nomeadamente a de “*apoio junto dos pais*”.⁹⁷

À luz do patamar de intervenção que cada uma destas entidades representa, justificam-se as variações apresentadas na aplicação das diferentes medidas, nomeadamente no que diz respeito à medida de “*acolhimento em instituição*” prevista no Art.º 49º da *Lei de Protecção*, a última das respostas para protecção e desenvolvimento de uma criança avaliada como estando em perigo.⁹⁸ Pela sua execução pretende-se garantir a recuperação física e psicológica das que foram vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso que exigiu o seu afastamento do meio de origem. A privação do meio familiar pela institucionalização espelha sempre uma grave ruptura nos vínculos estabelecidos. Assim, a intervenção daqui decorrente tem como princípio que esta é uma situação transitória e deve, sobretudo, centrar-se na ideia do futuro da criança em que se mobilizam todos os agentes sociais tendo em vista a sua (re)integração social e/ou familiar (Martinez et al., 2005). Às instituições compete não só a função de controlo social, mas sobretudo uma função de promoção da coesão social que procura salvaguardar os elementos menos protegidos da comunidade.

As Comissões têm vindo a recorrer cada vez menos à sua aplicação (8,6% em 2005, 7,6% em 2006, 6,6% em 2007 e 6,4% em 2008), sendo mais frequente nos escalões 0-5

⁹⁶ Há a considerar que os números das medidas aplicadas pelas Comissões não correspondem directamente ao número de crianças, uma vez que a cada uma pode ser aplicada mais do que uma medida. Não existe a possibilidade de desagregação destes dados por tal não estar previsto no MRD. Este é mais outro aspecto limitativo da análise a ter presente nesta leitura. Nos dados dos Tribunais obtém-se informação relativamente ao total de crianças a que foi decretada medida, mas sem possibilidade de cruzamento entre variáveis.

⁹⁷ Nas Comissões, o seu número tem vindo a crescer de forma consistente e em 2008 representava 80,7% do total de medidas aplicadas (em 2007 e 2006 esse valor fora de 79,4%). A medida de “*apoio junto de outro familiar*” atingiu os 10,7% e a de “*confiança a pessoa idónea*” tem ficado sempre à volta de 1%. Nos Tribunais, o “*apoio junto aos pais*” representou 60,6% em 2006, 55,5% em 2005 e 52,7% em 2004. O “*apoio junto de outro familiar*” (17,4% em 2006, 17,6% em 2005) tende a ser superior ao valor apresentado pelas Comissões, bem como o da “*confiança a pessoa idónea*” (6,6% em 2006, 6,2% em 2005, 6,7% em 2004). Ainda que se tratem de universos de dimensão claramente diferenciada, estes dados reflectem uma tendência para a aposta na resolução das situações envolvendo a família de origem, sendo relevante a mais reduzida presença de casos confiados a “*pessoas idóneas*”, seja pela pouca disponibilidades destas, seja por outros motivos.

⁹⁸ Para um aprofundamento sobre estas respostas sociais, consultar os sites do MTSS em <http://www.mtss.gov.pt> e o do Instituto de Segurança Social, IP, em <http://www.iss.pt>.

anos, possível sinal da gravidade dos casos detectados. No que diz respeito aos Tribunais, as variações oscilam entre os 28,5%, alcançados em 2003, e os 36,2%, em 2005, ficando 2006 por um valor à volta de um terço do total de medidas aplicadas (33,6%). Os números são sempre aproximados e não é possível a identificação de uma tendência consistente neste período.⁹⁹ Perante este quadro, transparece a ideia de que os Tribunais estão a abranger, primordialmente e conforme previsto na lei, situações de maior gravidade, sendo que para uma parte significativa destes a intervenção em meio natural de vida não se afigura eficaz e/ou terá mesmo já sido esgotada. A estatística oficial não contempla informação relativa às entidades sinalizadoras na origem da instauração destes processos, o que não permite saber quantos deles, nos termos da lei, teriam sido anteriormente objecto de acção das Comissões.¹⁰⁰

No diagnóstico realizado pelo Estado português sobre o sistema de acolhimento nestes últimos anos (2006-2008), identifica-se quatro principais traços de caracterização: *“grande dimensão do universo de crianças e jovens acolhidos; longos períodos de permanência em acolhimento; baixa mobilidade e, apesar de tudo, fluxos de entrada no sistema de acolhimento inferiores aos de saída para meio natural de vida”* (ISS, 2009: 52).¹⁰¹ Apesar da redução dos tempos médios de permanência em acolhimento e dos esforços na desinstitucionalização, o panorama sugere a existência de um considerável número de situações de perigo que levam à aplicação da medida mais grave prevista na lei, valor que adquire um maior e especial relevo na medida em que se associa a baixas acentuadas na taxa de natalidade. Estas variações estatísticas não podem ser lidas de forma absoluta sem que se tenha em linha de conta essa tendência de decréscimo da representatividade dos escalões mais novos na população portuguesa.

3.3 A construção jurídica da delinquência em Portugal: à procura de uma idade

Em Portugal, até ao século XIX, é difícil identificar de modo preciso o que se passava com a delinquência de crianças por serem escassos os documentos existentes sobre a

⁹⁹ Relativamente ao *“acolhimento familiar”*, nas Comissões os valores têm vindo também a decrescer (2,1% em 2005, 1,2% em 2006 e 0,7% em 2008), estando mais associados a crianças entre 6-10 anos ou aos mais velhos (15-17 anos). Nos Tribunais, manifesta-se uma certa tendência para um ligeiro decréscimo entre 2001-2006, tendo em 2006 a sua representatividade ficado pelos 3,6% do total das medidas decretadas.

¹⁰⁰ Parte dos processos judiciais reportam-se a intervenções iniciadas pelas Comissões às quais *“não foi dado”* ou *“foi retirado o consentimento”* para a sua intervenção. São também abrangidos neste âmbito, os casos reportados aos *“procedimentos de urgência”* previstos nos Art.ºs 91º e 92º. da referida lei.

¹⁰¹ Em 2007, cerca de 14.380 crianças foram identificadas em acolhimento institucional, menos 636 do que em 2006, ano que em que se iniciou o processo de recolha sistematizada da informação a nível nacional. Em 2008 foi registado um novo decréscimo, tendo o número atingido sido de 13.910 crianças. Para um aprofundamento da caracterização deste universo, consultar o site do MTSS em <http://www.mtss.gov.pt>.

intervenção junto destas problemáticas, bem como das relativas ao abandono, desprotecção ou marginalização (Gersão, 1984, 1999, 2000; Amaro, 1993; Martins, 1995, 1998, 2002, 2006; Sudan, 1997; Carneiro, 2005; Fonseca, 2005).

Se no século passado, e até ao início da década de 1980, a administração da justiça relativa aos casos de delinquência era assunto da competência única dos Estados, não existindo documentos no plano internacional que favorecessem uma concertação e uma apreciação conjunta face à intervenção a desenvolver. A um nível mais restrito, os anos 1980 e 1990 do século passado revelaram-se decisivos para o inverter desta situação, registando a produção de diversos textos fundamentais de cariz supranacional. Nesta linha, diferentes instrumentos internacionais reflectindo preocupações comuns a várias nações no domínio particular da protecção e intervenção judiciária nesta área vieram a ser adoptados em Portugal. Complementarmente a textos de valor universal,¹⁰² esses instrumentos procuram uma certa harmonização e a modificação, no plano internacional, de medidas e directrizes que definem, de maneira mais ou menos explícita, as regras que visam assegurar a protecção das crianças na aplicação de princípios fundamentais de liberdade, igualdade, legalidade e presunção da inocência, sem discriminação.

Na base da sua elaboração está a tomada de consciência internacional sobre a nova representação da condição social da infância, qual decorreu a necessidade de estabelecimento de regras e quadros jurídicos próprios que assegurem às crianças a efectivação dos seus direitos. No caso das suspeitas de actos delinquentes, devem ser concretizadas as garantias de apenas passarem a estar sujeitos ao sistema penal quando se encontrar reunido um certo número de condições (idade mínima, natureza da limitação da privação de liberdade, provisória ou definitiva, manutenção das garantias e direitos processuais) (Cario, 1999). Este processo começou a ganhar uma maior expressão na primeira metade do século XX, tendo a Assembleia da Sociedade das Nações adoptado, em 1924, uma resolução a endossar a *Declaração dos Direitos da Criança*, promulgada em 1923 pelo Conselho da União Internacional de Protecção à Infância e, em 1946, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas recomendou a adopção da *Declaração de 1924*, conhecida como *Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança*, que se estruturava em torno de cinco princípios relacionados com o bem-estar das crianças, o seu normal desenvolvimento, a alimentação, a saúde e a protec-

¹⁰² *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), onde, no Art.º 25.º, se refere que a maternidade e a infância “têm direito a ajuda e a assistência especiais”; a *Convenção Europeia dos Direitos do Homem* e *Garantias das Liberdades Fundamentais* (Conselho da Europa, 1950, 4 de Novembro) e a *Carta Social Europeia*, de 1961, consagraram especial protecção ao direito das crianças, associando ao seu desenvolvimento Pactos Internacionais relativos a direitos económicos, sociais e culturais ou relativos a direitos civis e políticos (1966) (Cario, 1999).

ção contra a exploração (Gomes et al., 2010). Nesse ano, foi ainda criado pelo Conselho Económico e Social o Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF).

Desde então, tem-se assistido a uma crescente produção normativa neste campo evidenciando-se de modo particular a *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança* (1989).¹⁰³ Paralelamente outros instrumentos internacionais fixam regras e estabelecem recomendações aos Estados em matéria de prevenção da delinquência e da administração da justiça de crianças e jovens que se pormenorizam no Anexo 3.6. O princípio comum a todos releva a importância do desenvolvimento de políticas sociais de prevenção da delinquência centradas nas comunidades, nas famílias, de modo precoce e integrado. Assiste-se a uma valorização da execução de apoios e programas centrados na família, nas competências parentais e na promoção da educação de crianças e jovens, bem como no envolvimento da comunidade, nomeadamente ao nível da implementação de formas de justiça restaurativa (respostas extra-judiciais).

Num dos mais recentes destes documentos, *Observação Geral N.º 10: os Direitos das Crianças nos Sistemas de Justiça de Menores*, Nações Unidas, de 2007, além destes pontos, evidencia-se uma síntese dedicada à desjudicialização da intervenção de reacção social a estes casos, à fixação do limite etário mínimo de responsabilidade penal e de uma idade até à qual poderá ser aplicado o sistema de justiça para crianças e jovens, bem como às formas de assegurar as respectivas garantias processuais. É ainda recomendada a idade mínima de 12 anos para uma responsabilização e os 18 anos para a imputabilidade criminal, de acordo com o proposto na *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

Daqui resulta a construção em Portugal de um quadro jurídico que, relativamente à problemática da delinquência, determina como limite para a imputabilidade criminal os 16 anos, dois abaixo da maioridade civil alcançada aos 18 anos.¹⁰⁴ Em função do escalão etário relativo aos menores de 16 anos, a intervenção dos mecanismos de controlo social formal faz-se ao abrigo de diferentes diplomas. A definição dos limites etários não é socialmente

¹⁰³ Nos termos do artigo 1º da Convenção dos Direitos da Criança (1989), define-se “criança como todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável atingir a maioridade mais cedo.” A Convenção foi assinada por Portugal em 26/1/90, aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República Portuguesa nº20/90, publicada no D.R., I Série, nº 211, de 12/09/90, constituindo direito interno português por força do artigo 8, nº 2 da Constituição da República Portuguesa.

¹⁰⁴ Quando da prática de crime a partir dos 16 anos fica-se abrangido pelo sistema penal, ainda que, até aos 21 anos, possam ser aplicadas medidas e penas específicas ao abrigo do *Regime Penal Especial para Jovens Adultos* consubstanciado no *Decreto-Lei nº 401/82*, de 23 de Setembro. De salientar, que se trata de um normativo que desde a sua publicação, há 28 anos, não sofreu qualquer alteração, mantendo-se a possível aplicação nos moldes inicialmente previstos o que se traduz num enorme desfasamento perante o que era a concepção de jovem à época e a acentuada evolução que se vem a registar desde então.

alheia à intervenção política e social vigente num dado contexto. Mesmo que artificiais, os critérios etários são decisivos com vista à operacionalização das medidas expressando muito mais do que simples números. Um dos aspectos que emerge de imediato nesta análise é a não coincidência entre a maioridade civil (18 anos) e a penal (16 anos), situação que já se observava no século XIV, conforme apresentado no Anexo 3.2.

Assim, no caso da prática de actos que à luz da lei penal seriam considerados crime, se praticados por crianças até aos 12 anos a acção oficial a desenvolver é enquadrada exclusivamente no âmbito da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens*. O acto designado por delinquente nestas idades é, em si mesmo, e nos termos do modelo vigente, encarado como expressão do perigo em que o desenvolvimento da criança se encontra daí decorrendo só a intervenção desse sistema. No entanto, a actuação deste sistema perante a delinquência não se restringe a esses casos pois existem outros relativos a jovens que cometeram ilícitos acima dos 12 anos e em que à abertura de inquérito tutelar educativo se sobrepõe a necessidade de uma medida de promoção e protecção, decorrendo a respectiva intervenção num plano de interactividade com a *Lei Tutelar Educativa*. Estas últimas situações traduzem a reacção social adequada a situações e ofensas de menor gravidade praticadas por aqueles que, simultaneamente, já se encontram abrangidos no sistema tutelar educativo.

Um segundo patamar abarca os indivíduos com idade igual ou superior a 12 anos mas inferior a 16 anos e que pela prática de ilícitos ficam abrangidos por esta última Lei. A intervenção tutelar educativa aí preconizada está reservada a jovens que, nesse intervalo etário, tenham praticado facto qualificado pela lei como crime, colocando em causa os valores jurídicos essenciais à vida social pela violação dos quadros legais estabelecidos. Para que seja aplicada uma medida é necessário que existam factos, indícios suficientes para que se faça prova dos mesmos e acresce a verificação da necessidade de “*educação para o direito*” por parte do jovem. Não se verificando uma destas condições, não há lugar a este tipo de intervenção.

Numa época em que o alargamento da condição juvenil se prolonga, de modo quase indefinido no tempo, numa difícil encruzilhada de transição para a vida adulta, considera-se que os limites etários definidos na actual lei devem ser mantidos tal como estão. Acredita-se que esta é uma situação equilibrada e que deve persistir, pois alterar os limites etários da intervenção tutelar educativa, designadamente para um patamar inferior aos 12 anos, seria negar à partida a especificidade e diferença de significados que os actos delinquentes encerram em si mesmos por reportados diferenciadamente à condição social da infância. O que se impõe é uma agilização da prevenção e das respostas em relação a estes

problemas, em tempo útil, sobretudo através de um papel mais activo de indivíduos e entidades nas comunidades onde os mesmos vêm a acontecer, num patamar de controlo social informal. O maior desafio reporta-se ao limite etário da imputabilidade criminal e à consideração da necessidade de uma discussão mais alargada sobre os motivos que justificam, ou anulam, o desfasamento existente entre maioridade civil e maioridade penal. Defende-se que uma e outra deveriam ser coincidentes, não se entendendo a manutenção desta diferença: por um lado, inibe-se a participação social dos jovens numa vertente que possibilitasse o exercício activo da cidadania (i.e. idade para votar ou assumir outras responsabilidades), desvaloriza-se a sua capacidade de acção, autonomia, liberdade e responsabilidade até aos 18 anos; mas por outro aceita-se o entendimento da sua competência individual para delinquir promovendo-se a sua responsabilização criminal logo aos 16 anos. Como entender este espalhamento da concepção do jovem, que não é exclusivo deste campo, mas aqui assume a expressão mais significativa por remeter para a mais grave intervenção do Estado relativamente à privação de dois direitos fundamentais, o da liberdade e da autodeterminação individual, é algo que importaria aprofundar noutros estudos de forma a verificar se as representações de juventude subjacentes a estes quadros normativos encontram a devida correspondência nos contornos da realidade social.

3.4 O quadro jurídico português no contexto europeu

Portugal foi das primeiras nações europeias a definir as competências e os atributos de tribunais específicos para apreciação de causas relativas à infância e juventude, tendo levado este regime praticamente às suas últimas consequências durante o século XX (Gersão, 1984; Santos et al., 1998; Rodrigues, 1997; Rodrigues e Fonseca, 2000).¹⁰⁵ No entender de Rodrigues (1999), isto ajuda, até um certo ponto, a explicar como o modelo acabou por sucumbir às suas extremas fragilidades e contradições, traduzidas na negação de direitos básicos aparentemente sob um ideal de protecção que tenderia a favorecer a discricionariedade da intervenção do Estado.

Na Europa, os limites etários para a actuação dos sistemas oficiais na resposta aos casos de delinquência variam significativamente de país para país e correspondem a conceitos e modelos de intervenção que nem sempre se sobrepõem entre si, sendo difícil o esta-

¹⁰⁵ O primeiro Tribunal específico para questões sobre menores foi criado em Chicago, em 1899. Na Europa, este movimento ganhou forma no início do século XX com o estabelecimento de jurisdição juvenil especial separada dos adultos em vários países: Holanda (1905), Reino Unido (1908), Irlanda, Portugal e Alemanha (1911), Bélgica, França e Hungria (1912), Austria (1919), Checoslováquia (1931), Itália (1934) e Suíça (1942).

belecimento de comparações directas. Nuns casos existe um patamar de responsabilidade criminal em idade inferior à da imputabilidade (esta relativa à atribuição de uma responsabilização plena do ponto de vista criminal numa posição idêntica à de um adulto), que pode ser entendida como uma “*menoridade penal*”. Esta é a linha de orientação que caracteriza a maioria dos países europeus (Dümkel e Stando-Kawecka, 2010). Noutros, onde se inclui Portugal, não existe esta noção de responsabilidade penal de menores, nem, consequentemente, uma lei penal especial para os mesmos. No caso português existe uma lei especial não penal que legitima a aplicação de medidas educativas a partir dos 12 anos (*Lei Tutelar Educativa*), ainda que responsabilizadoras e idênticas às penas para menores previstas por ordenamentos de outros países.

A Escócia apresenta a mais baixa idade de responsabilidade criminal (8 anos), seguindo-se a Inglaterra e País de Gales, Irlanda do Norte e Suíça (10 anos), Irlanda, Turquia e Holanda (12 anos), e Grécia e França (13 anos) (Pruin, 2010). Em geral, os países que apresentam os patamares etários mais baixos neste campo são simultaneamente os que tendem a apresentar uma maior diversidade de respostas e medidas, desdobrando esses limites em diferentes grupos, essencialmente em função da natureza dos actos cometidos. Deste modo, as idades mencionadas têm de ser relativizadas, uma vez que não significam que uma criança passe de imediato a ser considerada nos mesmos termos que um adulto, mas sim que sobre ela se torna necessária a intervenção dos sistemas de justiça.¹⁰⁶ Bélgica (18 anos), Lituânia, Polónia (17 anos), Portugal (16 anos), Rússia e Ucrânia (16 anos com algumas excepções) apresentam uma idade mínima de responsabilização criminal relativamente mais alta. Na maioria dos países, a responsabilidade criminal começa aos 14 anos (Áustria, Bulgária, Croácia, Chipre, Dinamarca, Estónia, Alemanha, Hungria, Itália, Kosovo, Letónia, Roménia, Sérvia, Eslováquia, Eslovénia e Espanha) ou aos 15 anos (República Checa, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia). Cada sistema encerra em si diferentes particularidades, pelo que estas referências têm de ser completadas com uma visão sobre os limites etários estabelecidos em cada país para a atribuição da imputabilidade criminal, mesmo que ainda abrangida por regimes penais especiais para jovens adultos.

¹⁰⁶ Para um aprofundamento desta matéria, recomenda-se a consulta da obra recentemente editada por Dümkel, Grzywa, Horsfield e Pruin (2010), *Juvenile Justice Systems in Europe. Current Situation and Reform Developments*, Mönchengladbach, Forum Verlag, Godesberg, em 4 volumes (1.882 págs.). Nela se traça um retrato da situação em cada país e se identificam as linhas comuns e as diferenças de actuação neste campo. No caso português, a representação nesta obra esteve a cargo de Anabela Rodrigues e António C.D. Fonseca.

Independentemente das diferenças observadas entre uns e outros,¹⁰⁷ o desenvolvimento de políticas de prevenção da criminalidade e da delinquência tem emergido como preocupação comum, nela se evidenciando a prioridade a ser dispensada à execução de medidas de conteúdo reparador e de conteúdo probatório e educativo executadas na comunidade, devendo as detentivas ficar reservadas para os casos mais graves.

A nível internacional, os tribunais e os sistemas de justiça têm-se confrontado com a existência de um maior número de crianças identificadas na prática de actos delinquentes. Acresce o facto de a maioria dos estudos centrados na delinquência ter vindo a revelar que maioria dos jovens que chegam aos Tribunais por esta problemática com menos de 13 anos de idade são os que revelam maior probabilidade de desenvolver trajectórias desviantes crónicas e se encontram mais representados nessas trajectórias do que aqueles que terão começado mais tarde.

O aumento do número de factos violentos cometidos por crianças e jovens, em especial contra as pessoas; a sua reincidência nestas práticas, sobretudo em espaços urbanos; a diminuição do nível etário dos autores; a maior visibilidade de elementos do sexo feminino no envolvimento neste tipo de actos; o acentuar das ligações entre delinquência juvenil e consumo e tráfico de drogas, tráfico de armas e criminalidade de adultos; a crescente gravidade de acções de violência racial e xenófoba e o facto específico de muitos dos actos delinquentes praticados por menores terem como vítimas outros nas mesmas idades são alguns dos aspectos que, na transição para o século XXI, vinham a ser apontados como principais tendências a seguir com atenção na evolução da delinquência de crianças e jovens no seio da União Europeia (UE, 2000a).¹⁰⁸ Nessa altura, o Estado Português identificou

¹⁰⁷ Em 1999, o Conselho Europeu de Tampere impulsionou o reforço da rede de autoridades nacionais competentes e a articulação de organismos internacionais especializados nestas matérias, em especial na prevenção da delinquência juvenil e da criminalidade em meio urbano e do tráfico de droga. Em 2000, decorreu em Portugal a *Conferência de Alto Nível sobre Prevenção da Criminalidade*, em que se viram reformuladas as conclusões do Conselho Europeu de Tampere e se ensaiou a definição de uma estratégia europeia na área.

¹⁰⁸ Apresentadas no Seminário “*A Justiça de Menores na Europa*”, realizado em Paris sob a presidência francesa da União Europeia, em Outubro de 2000. Foram aí discutidos os programas e iniciativas desenvolvidos nesta matéria pelos diferentes Estados membros e partilhada informação sobre as respostas existentes. No que diz respeito à delinquência de crianças e jovens, salientaram-se os seguintes pontos: necessidade de observância do respeito e promoção dos direitos humanos e dos direitos das crianças na prevenção da delinquência; a exigência de uma abordagem sistémica, integrada, pluridisciplinar, de cariz preventivo, assistencial, policial e judiciário que não constitua apenas tarefa das entidades policiais e judiciárias mas a todos diga respeito; as estratégias de prevenção devem ser conduzidas num patamar de abrangência ao nível da primeira linha não se restringindo apenas a um reduzido número de actores, e devem centrar-se numa ideia de intervenção precoce e atempada logo aos primeiros factores de risco; a base de actuação deve ser local e articulada com estratégias globais de desenvolvimento social e urbanístico eficazes tendo em vista a eliminação da exclusão social e da marginalização urbana, do desemprego, da falta de oportunidades de educação e do absentismo escolar; os sistemas educativo, de formação profissional e de emprego adquirem um papel fundamental na prevenção da delinquência de crianças e jovens. Deste Seminário resultou o propósito para a fixação de algumas regras mínimas comuns aos Estados-membros, foi estabelecida a Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade

com especial interesse outras três vertentes: o aumento de uma pequena criminalidade, fundamentalmente de natureza patrimonial, que pela sua frequência e visibilidade contribua para o reforço de um sentimento de insegurança dos cidadãos e para a diminuição dos limiares de confiança nas instituições; o aumento dos actos cometidos em grupo e a variação desta natureza grupal (dimensão, constituição, papéis assumidos), e, finalmente, o tratamento da temática pelos órgãos de comunicação social numa perspectiva em que se correlaciona a crescente mediatização da problemática ao aumento da percepção de insegurança entre indivíduos e comunidades (UE, 2000b).

Um dos traços mais relevantes apontado a nível europeu prende-se com a identificação destas formas de delinquência como um problema social eminentemente urbano e suburbano, numa estreita relação com o desenvolvimento desordenado das cidades e a constituição de grandes metrópoles. De igual modo, está identificada a sua forte associação a fenómenos de exclusão social, económica e cultural, parte dos quais originários em movimentos migratórios profundos que vêm a marcar as dinâmicas demográficas do território europeu nas últimas décadas e que, em parte, se têm visto reflectidos em dificuldades de integração social e no reforço da diluição dos mecanismos informais de controlo social, designadamente em função das profundas transformações que afectam as principais instâncias de socialização.

3.5 Delinquência de crianças em Portugal: crítica das fontes de informação

Quando se fala de delinquência, importa não esquecer que existem diferentes *delinquências* consoante as fontes de informação a que se atender, pois trata-se de um fenómeno plural, diverso, que encerra muitas expressões em si mesmo (Cusson, 1993; Carvalho, 2003; Gomes et al., 2004). Conhecer-la a partir dos contextos sociais onde se produz é uma coisa; conhecer os processos que levam ao seu recenseamento nos sistemas oficiais é outra. (Carra, 2001). Longe de se poder constituir como um facto objectivo e completo que abarca toda uma realidade social, as estatísticas oficiais relativas à delinquência de crianças em Portugal têm de ser vistas como construções sociais ancoradas a determinados quadros jurídicos, variáveis no tempo e no espaço que não mais representam do que algumas das suas possíveis dimensões. Os actos nela abrangidos dizem respeito somente àqueles a que a

(REPC), concretizada em iniciativa do Conselho da Europa em Maio de 2001, e lançada a proposta de criação de um Observatório Europeu sobre Delinquência Juvenil (OEJJ), sediado em Bruxelas desde Julho de 2008. Este Observatório inscreve a sua acção no âmbito do Conselho Europeu como órgão central de estudo e análise desta problemática [disponível em <http://www.oejj.org>]

sociedade atribuiu essa etiqueta, constituindo as faces mais visíveis desta problemática por se encontrarem oficialmente recenseados.¹⁰⁹

Ao longo deste estudo, constatou-se que os principais instrumentos de notação estatística na origem da apresentação de informação oficial relativa às forças de segurança, Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e Tribunais, as entidades a quem compete a reacção social formal nesta matéria, enformam de limitações de ordem diversa que condicionam o aprofundamento de uma visão compreensiva sobre este fenómeno. Mediante solicitação para acesso à consulta de documentação e de dados produzidos anualmente sobre a intervenção desenvolvida em cada um destes patamares junto de crianças consideradas agentes/suspeitas da prática de actos delinquentes, foi-se identificando um leque de situações em relação às quais se aprofunda a reflexão nos próximos pontos dedicados à crítica das fontes. O conjunto de informação recolhida nestes três níveis permite somente a produção de análises parcelares, nem sempre passíveis de cruzamento entre si pelos diferentes pontos de partida conceptuais que se encontram na base de acção de cada uma destas entidades, como se tem tido oportunidade de discutir. Para a sua leitura é necessário ter presente a natureza das bases informáticas e dos dados disponíveis neste campo, bem como dos diferentes processos que estão na sua origem.

Em todos é comum a escassez de elementos de caracterização sociológica, emergindo também dificuldades para a comparação em séries temporais mais longas dada a alteração dos instrumentos de recolha, apenas em parte associados às alterações dos modelos de intervenção. Simultaneamente, acresce a impossibilidade de cruzamento entre diferentes conjuntos de apuramentos que se tentou fazer, factos que ditam os contornos e limites da análise que se passa a apresentar.

3.5.1. Os dados das forças de segurança

Partindo do pressuposto que as estatísticas sobre criminalidade constituem um instrumento de acesso ao conhecimento de determinadas dimensões da problemática em estudo optou-se,¹¹⁰ numa primeira fase, por proceder ao levantamento dos dados oficiais

¹⁰⁹ O enfoque estatístico centra-se nos factos e não nos indivíduos tratando-se de números absolutos. Outros constrangimentos metodológicos foram já mencionados no ponto 3.2.

¹¹⁰ O conceito de crime é uma construção social que remete para uma realidade jurídica. De acordo com a 113ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística, de 10 de Dezembro de 1996, para fins estatísticos no sector da justiça entende-se por crime “*todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática*” e por crime registado, “*todo o crime detectado pelas autoridades policiais ou levado ao seu conhecimento por meio de denúncia ou queixa*”.

das forças de segurança portuguesas reportados à prática de factos qualificados pela lei penal como crime por crianças menores de 12 anos de idade.

A discussão acerca da validade, fiabilidade e alcance de informação desta natureza arrasta-se, desde há muito, na comunidade científica (Cusson, 1998; Lourenço e Lisboa, 1998; Carvalho, 2006; Machado et al., 2007a). Sabendo-se como “*os eventos criminais escapam a toda a possibilidade de figuração exacta. Não os podemos conhecer senão em algumas das suas manifestações e sempre com auxílio de um sistema de interpretação e de reconstrução do real*” (Almeida e Alão, 1995: 9), uma análise sociológica não pode descurar os constrangimentos que enformam este tipo de dados. Esta informação não se refere à criminalidade real, aquela que englobaria o total de infracções que são efectivamente cometidas, independentemente de serem ou não participadas às autoridades policiais ou judiciárias, mas somente à criminalidade participada, ou seja, a que de facto se tornou objecto de participação às autoridades policiais ou que delas foi tomado conhecimento. Conforme evidenciam Lourenço e Lisboa (1998: 24), “*não se lhes pode atribuir a natureza de recenseamento dos crimes efectivamente praticados. De igual modo, não se lhes pode atribuir a qualificação de amostra representativa da criminalidade, uma vez que a participação do crime resulta não de uma ideia de representação mas de uma auto-selecção feita pela vítima em função dos seus interesses pessoais*”.¹¹¹ Trata-se, pois, somente de um dos ângulos de visão que se pode tomar sobre estas matérias, não sendo de desvalorizar a sua importância na medida em que constitui o principal indicador relativo ao primeiro nível de reacção formal dos mecanismos de controlo social, cujo conhecimento é imprescindível para a tomada de deci-

¹¹¹ Para que um crime faça parte das estatísticas oficiais das forças de segurança em Portugal é necessária a sua detecção e a sua notificação. Conforme a sua natureza (pública, semipública, particular), esta situação pode depender exclusivamente de participação feita pela vítima. Nos termos do *Código do Processo Penal* (alterado e republicado pela *Lei n.º 48/2007 de 29 de Agosto*), os crimes públicos dizem respeito aos factos que o legislador considerou de maior gravidade em termos de violação das normas, simultaneamente lesivos de direitos e valores fundamentais para a coesão social. Nestes casos, o Ministério Público tem legitimidade para promover o processo penal, independentemente da vontade das vítimas, assumindo-se que o Estado foi visado. Entre outros, incluem-se nesta categoria o homicídio, o roubo, as ofensas à integridade física graves ou qualificadas, o furto qualificado. No que concerne aos crimes semi-públicos – nos termos da lei abrangem factos graves mas em menor grau dos que o anteriores –, para que o Ministério Público promova o processo penal é necessário que as vítimas manifestem esse desejo através da formulação de queixa, sem a qual não existe procedimento. A partir do momento em que tenha conhecimento do facto e dos seus agentes a vítima dispõe do prazo de seis meses para a fazer. Integram esta categoria as ofensas à integridade física simples, o furto simples, entre outros. Os crimes particulares contemplam os factos que se consideram ser de menor gravidade e para que o Estado promova o procedimento criminal, além da queixa, é necessário que as vítimas se constituam assistentes no processo e deduzam acusação particular, devendo nomear um advogado. São exemplos destes crimes a injúria e a difamação, entre outros. Há ainda que atender a que há vários crimes que em função do tipo de vítima, nomeadamente menores de idade, ou da forma como foram cometidos podem ganhar uma outra natureza jurídica, podendo passar de particulares para semi-públicos ou de semi-públicos para particulares e de semi-públicos para públicos. Não é possível um crime de natureza pública passar a ser considerado de natureza particular ou o inverso.

são em matéria de segurança pública, administração interna e justiça (Cusson, 1998; Machado et al., 2007a).¹¹²

Assumindo-se como incontornável a existência de uma diferença entre o que é a criminalidade participada e a real, cuja dimensão não se conhece em termos exactos,¹¹³ no recurso a estatísticas oficiais exige-se a identificação clara dos contornos dos processos sociais que estão na base da sua construção. No caso das estatísticas policiais, os registos reportam-se ao momento inicial do procedimento com base nas informações de que se dispõe na altura sobre os factos, podendo o curso da investigação levar ou não à sua confirmação ou até mesmo à sua reclassificação. A informação obtida a partir destas ocorrências é limitada, é uma visão restrita que pode, no caso de se passar à fase judicial, constituir a entrada para um processo longo que dará conta da verificação aprofundada do que foi inicialmente objecto de registo.¹¹⁴

Como demonstrado no ponto anterior, em Portugal, quando se trata de actos delinquentes praticados por crianças e jovens menores de 16 anos não se está perante situações de crime num sentido restrito, caindo-se no âmbito da protecção judiciária da infância e da juventude. Dada a natureza de violação das normas jurídicas que essas práticas encerram, o seu registo pelas autoridades policiais segue uma linha geral à restante criminalidade e os instrumentos actualmente usados são idênticos aos de qualquer ocorrência, acrescentando, nos casos abrangidos pela *Lei Tutelar Educativa*, o preenchimento de um modelo específico para envio aos serviços do Ministério Público territorialmente competentes.

Perante o objectivo desta investigação, procurou-se recolher dados sobre o envolvimento de crianças nestes actos a nível nacional. No entanto, das respostas obtidas constatou-se que a recolha e tratamento de estatístico respeitante à criminalidade registada não permitem obter informação desagregada sobre menores de 12 anos de idade, na medida em

¹¹² A importância da produção e do conhecimento de estatísticas sobre criminalidade está amplamente consagrada na comunidade internacional, disso sendo exemplo documentos da ONU, designadamente do Centro para a Prevenção Criminal Internacional, onde se vê consolidada informação sobre esta matéria.

¹¹³ Daqui resulta a existência das chamadas “*cifras negras*”, ou seja, o número de crimes efectivamente praticados mas não denunciados. Entre os instrumentos a que se recorre na tentativa de conhecer parte da sua dimensão estão os inquéritos de vitimação cujos resultados, nacional e internacionalmente, evidenciam uma tendência para uma baixa taxa de denúncia de um crime à polícia. Em Portugal, de acordo com o III Inquérito de Vitimação do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (Almeida e Alão, 1995), 64% dos inquiridos na condição de vítimas de crime afirmavam não o ter denunciado à polícia.

¹¹⁴ Para este efeito há ainda que atender às alterações legais de classificação dos actos, à influência da pro-actividade e eficiência/eficácia das forças policiais relativamente a determinados crimes, à forma, processo e momento temporal em que os actos são registados, às compatibilidades entre os sistemas legais e, por último, à vontade da vítima. Para um aprofundamento consultar <http://www.europeansourcebook.org>.

que estes intervenientes estão incluídos no escalão etário “*menores de 16 anos*”.¹¹⁵ Esse é o grupo etário mais baixo, vulgarmente reportado como delinquência juvenil.¹¹⁶

Inicialmente, tinha-se a ideia de que esta recolha de dados poderia ser concretizada recorrendo ao Sistema Estratégico de Informação (SEI) usado pelas polícias, mas obteve-se a resposta de que não é possível efectuar pesquisas de ocorrências tendo como critério a idade do suspeito nestes escalões. O SEI só está operacional desde meados de 2004, e mesmo assim, nem todas as unidades o adoptaram a 100% nessa altura.¹¹⁷ Além disso, a informação nele constante só diz respeito a ocorrências cuja tipificação é de natureza criminal, ou seja, em relação às quais esteja associado *Número Único de Identificação do Processo-Crime* (NUIPC) destinado aos suspeitos maiores de 15 anos, logo fora da faixa aqui em estudo.¹¹⁸

Na impossibilidade de ultrapassar estes condicionamentos, considerou-se pertinente identificar sumariamente as principais tendências relativas à categoria “*menores de 16 anos de idade*”, uma vez que nela se enquadram, numa dimensão que fica por apurar, as crianças até 12 anos. Conscientes da incompletude deste processo relativamente à investigação realizada, a sua relevância reside no facto desta informação ter permitido apontar algumas linhas de orientação que, de certa forma, estiveram presentes na selecção do terreno de pesquisa. Tendo como quadro de fundo a evolução do número de ocorrências registadas a nível nacional pelas autoridades policiais envolvendo crianças e jovens menores de 16 anos de idade num período de 15 anos (1993-2008) apresentadas na Figura 3.2,¹¹⁹ observa-se a existência de quatro pontos de caracterização.

¹¹⁵ Informações prestadas por escrito pela Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública, Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa, e pela Direcção-Geral da Política da Justiça, do Ministério da Justiça. Os restantes escalões etários considerados, tanto de suspeitos como de vítimas, dizem respeito aos grupos “*16-24 anos*” e “*mais de 25 anos*”. De igual modo, não é viável outras abordagens que exijam um detalhe mais fino (i.e. a sua distribuição geográfica limitada ao distrito no período em análise).

¹¹⁶ Em termos latos, a expressão delinquência juvenil usada nos *Relatórios Anuais de Segurança Interna* produzidos pelo Ministério da Administração Interna reporta-se globalmente aos ilícitos do foro criminal praticados por menores de 16 anos. Na sua análise, importa reter que só desde 2001 é que se dispõe de dados conjuntos das forças de segurança conforme vem a constar nos *Relatórios Anuais de Segurança Interna* do MAI. Toda a informação estatística presente nestes documentos provém de uma primeira fase de tratamento a cargo da Direcção-Geral da Política da Justiça, do Ministério da Justiça.

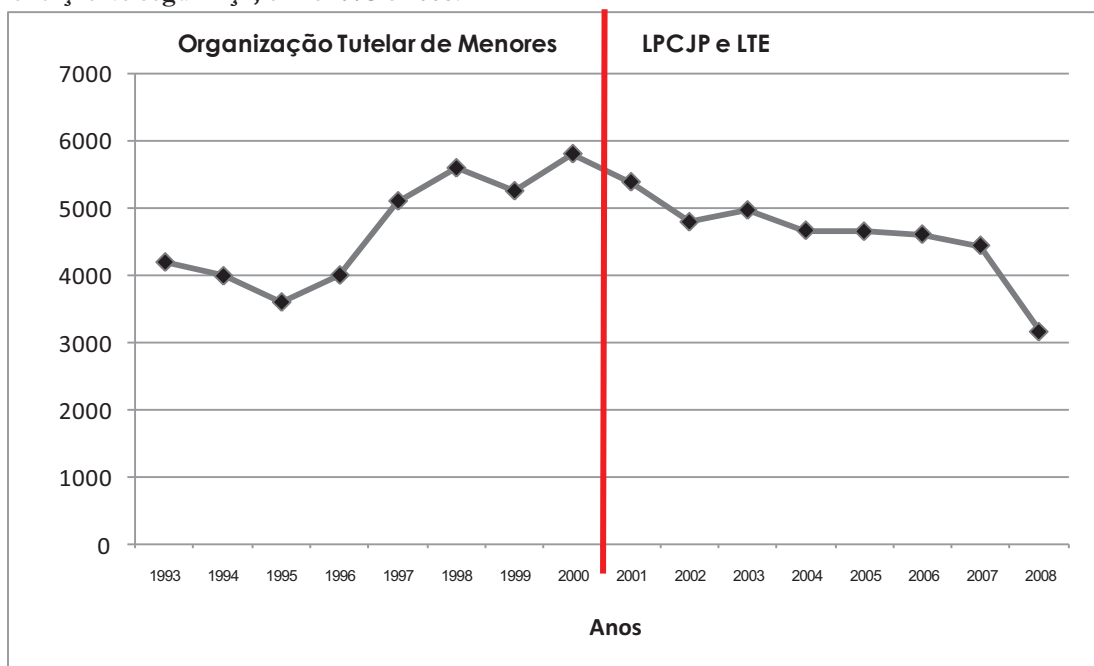
¹¹⁷ Acresce o facto de as tipificações no SEI terem sido alteradas em 2007, estando os actuais mapas orientados para as novas, não reconhecendo as antigas, pelo que não é viável obter dados anteriores a 2008 por esta forma. As ocorrências relativas a menores são registadas como participações diversas (“*outro*”) o que origina que não apareçam nos mapas estatísticos, uma vez que não estão tipificadas como ocorrências criminais.

¹¹⁸ O NUIPC serve para identificar todas as peças de expediente policial de natureza criminal com base na atribuição de um código alfanumérico, próprio e único (Anexo 7.12).

¹¹⁹ Para esta análise, teve-se como fontes de informação os *Relatórios de Segurança Interna*, do Ministério da Administração Interna, e *Análise Sistemática da Criminalidade Participada à PSP e GNR (1993-1999) – Relatório Final*, da autoria de Nelson Lourenço, Manuel Lisboa, Graça Frias e Edite Rosário, SociNova, 2000, FSCH, Universidade Nova de Lisboa (documento não publicado).

O primeiro reporta-se ao peso relativo destas ocorrências no total da criminalidade registada, sempre com valores muito reduzidos (variando entre 1% e 2%) ao longo dos anos em análise. Paralelamente, num segundo ponto revela-se que existe um padrão de evolução diferenciado do seguido pelo total da criminalidade registada, ou seja, as variações que se observam neste campo não seguem de modo idêntico, ou até mesmo próximo, as observadas no global da criminalidade registada.¹²⁰

Figura 3.2 : Delinquência de menores de 16 anos: evolução do número de ocorrências registadas pelas forças de segurança, entre 1993 e 2008.



Fontes: Lourenço et al., 2000; *Relatórios Anuais de Segurança Interna* (2001-2008), MAI.

O terceiro ponto evidencia um aumento do número de ocorrências na segunda metade da década de 1990 que veio a culminar com um pico no ano de 2000, a partir do qual se vem observando uma tendência para o decréscimo (mais acentuado entre 2000 e 2002) a que se seguem variações pouco significativas em torno de uma certa estabilização e nova tendência para um certo decréscimo desde 2003, mais forte entre 2007 e 2008. Globalmente, os números destas ocorrências por ano situaram-se num patamar restrito que oscilou entre as 3.161 em 2008 e as 5.800 em 2000. Este último refere-se ao ano final de vigência do modelo consubstanciado na *Organização Tutelar de Menores* (1978), reflectindo-se

¹²⁰ Constatou-se que o volume de ocorrências criminais reportadas às forças de segurança em Portugal não apresenta, até final de 2008, uma tendência para o decréscimo, e entre 1995 e 2005 a taxa de crimes por 1.000 habitantes sofreu mesmo um ligeiro aumento: de 33/1000 para 36/1000 em 2005 (Machado et al., 2007b). Em 2008, foram registados pelas autoridades 430.534 crimes, dos quais cerca de 55,9% contra o património e 22,4% contra as pessoas. Relativamente ao ano anterior, os crimes contra o património apresentam um crescimento de 13,8% e os crimes contra as pessoas de 1,4%. Entre 2007 e 2008, o crime de furto de veículos registou um aumento de 5,4%, enquanto o de furto em veículos cresceu 16,9% (INE, 2009a).

a partir daí a intervenção levada a cabo no âmbito da Reforma do Direito de Crianças e Jovens através das duas novas leis: *Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* e *Tutelar Educativa*. Na segunda metade da década de 1990 registou-se um aumento dos níveis de violência que, desde essa altura, vêm a tomar diferentes formas. Entre 1995 e 2000, a tendência mais forte foi a de um aumento contínuo, com excepção de 1999. Neste âmbito, não é de descurar o papel que alguns dos então jovens nessa época, agora na casa dos 24-29 anos, protagonistas de parte dessa delinquência mais violenta que crescia à luz de um modelo de intervenção que se revelava inadequado (*Organização Tutelar de Menores*), continuam a assumir no âmbito de uma criminalidade jovem-adulta, especialmente na esfera das áreas metropolitanas (Carvalho, 2010b). Mais do que isso, mesmo quando em cumprimento de pena de prisão ou até mesmo na sequência de morte accidental ou noutras circunstâncias (como pela prática de delitos), os seus nomes mantêm-se em circulação, constituindo-se como ídolos para os mais novos. Este é um aspecto se vê reconhecido quando se analisam as redes sociais e os grupos de convivialidade daqueles que agora são objecto de intervenção pelas autoridades policiais ou judiciárias nos escalões mais novos, designadamente algumas das crianças que participaram na pesquisa empírica que sustenta esta investigação (Parte II).

Digno de registo que em quatro anos consecutivos os valores registados tenham ficado sempre acima das 5.000 ocorrências (1997-2000). Com a entrada em vigor dos novos diplomas legais (2001) assinala-se uma inversão dessa tendência e evidencia-se uma diminuição consecutiva, com excepção de 2003, e transparece a ideia de uma relativa estabilização do fenómeno até 2007. Os valores apresentados entre 2002 e 2008 ficam sempre abaixo das 5.000 ocorrências, referenciando-se nesse último ano menos de 4.000, valores correspondentes ao observado a meio da década de 1990.

Para a explicação destas situações há que ter em linha de conta as variações tidas nos indicadores demográficos destes escalões etários, em decréscimo acentuado desde a década de 1980. Precisamente por isso não se afigura que só por si este factor justifique as tendências identificadas, pois se assim fosse dever-se-ia ter assistido logo na década de 1990 a outro tipo de evolução que viesse a reflectir essa perda demográfica. Não se dispõe de dados suficientes para confirmar ou negar a existência de uma relação concomitante entre a evolução dos números relativos às ocorrências e aos jovens nelas envolvidos, pelo que importaria saber em que patamares é que estes se cruzam de forma a justificar as variações apresentadas no período em análise. Pode-se também pensar que, de um ponto de vista demográfico, o envelhecimento da população portuguesa pode promover condições para a diminuição de práticas anti-sociais, mas quando se atende às variações da criminalidade

global anteriormente mencionadas facilmente se constata como esta assunção carece de confirmação (Machado et al., 2007b).

Na interpretação sobre esta evolução, deve atender-se igualmente aos efeitos da Reforma do Direito de Crianças e Jovens. Às possíveis mudanças, sobretudo a nível da justiça tutelar educativa pela ideia de responsabilização e de “*educação para o direito*” que passaram a constituir a trave-mestra da intervenção, podem associar-se efeitos dissuasores da prática de ilícitos junto de certos grupos sociais, mas também estão presentes possíveis bloqueios, mormente em torno da exigência da queixa inicial nos crimes particulares e de não desistência de queixa no decorrer do inquérito (Gomes et al., 2004; Carvalho, 2010c).¹²¹

Finalmente, num quarto ponto, realce para alguns dos seus traços distintivos ao longo destes 15 anos: trata-se de uma delinquência essencialmente urbana/suburbana; esmagadoramente associada ao sexo masculino e, fundamentalmente de natureza patrimonial. Não sendo de estranhar a litorização e urbanização desta problemática associada aos indicadores demográficos e sociais anteriormente mencionados, é de relevar a sobre-representação de jovens oriundos de certos territórios urbanos/suburbanos: frequentemente, a sua génese é representada como estando mais relacionada com modos de vida em determinados núcleos habitacionais das cidades (bairros de construção ilegal ou sociais de realojamento) do que em outros (Carvalho, 2003; 2010; Machado et al., 2007b).

À luz destes dados, carece de confirmação a percepção generalizada de um aumento destas práticas na sociedade portuguesa nos últimos anos. Levanta-se a questão de saber até que ponto parte dos actos percepcionados como cometidos por menores de 16 anos o é de facto, bem como se determinadas “*incivilidades*” e desordens não estarão a ser representadas como criminais quando, na realidade, não o são. Em suma, a amplificação social que marca este fenómeno e onde se conjugam todos os factores anteriormente mencionados, fortemente sustentada numa mediatização inconsistente e de efeitos que atingem tanto a população como os seus autores (Carvalho et al., 2009c), revela a importância do seu estudo pelo potencial gerador de insegurança que se encerra (Machado et al., 2007b).

¹²¹ Decorrente da consagração do princípio da legalidade no processo tutelar educativo previsto na Lei, é considerada a faculdade de denúncia por qualquer pessoa junto dos serviços do Ministério Público ou de órgão de polícia criminal de facto qualificado pela lei como crime praticado por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos. Conforme previsto no Art.º 72º, ponto 2, da *Lei Tutelar Educativa*, isto só é aplicável desde que para esse procedimento não se esteja dependente de queixa ou de acusação particular em função da natureza do crime. Pretendeu o legislador relevar a iniciativa do ofendido, seguindo as regras comuns ao processo penal, por se considerar que as razões que se aplicam aos adultos permanecem válidas para os menores de 16 anos, o que é discutível. (Rodrigues e Fonseca, 2000). No entanto, basta olhar os números da desistência de queixas nestes processos (PGDL, 2009) para se perceber que este é um problema que, mais tarde ou mais cedo, terá de ser colocado para discussão.

3.5.2. Os dados da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco

Pela diversidade de situações que chegam ao seu conhecimento relativas a todo o território nacional, a informação recolhida junto das Comissões de Protecção concelhias através do *Modelo de Recolha de Dados* pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens permite a construção de um retrato social abrangente sobre a situação social da infância em Portugal, que se aqui se toma como porta de entrada para a identificação e análise da evolução das sinalizações de crianças a essas entidades pela prática de factos qualificados pela lei penal como crime no período compreendido entre 2001 e 2008.

Considerando a natureza particular destes dados, nesta vertente de análise documental teve-se como fonte primordial de informação os *Relatórios Anuais de Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens* relativos ao período em análise. No decorrer da pesquisa houve a necessidade de, simultaneamente, ir apurando detalhes junto da Comissão Nacional, tendo-se tido acesso às bases de dados relativamente aos anos de 2006 a 2008 já trabalhadas pela equipa técnica, o que possibilitou, até certo ponto, a desagregação de alguns dados por género, escalão etário e distrito. Apesar da informação relevante para a investigação que estas bases contêm, não é possível através delas concretizar um tratamento por casos individuais, na medida em que os dados se reportam ao subuniverso de cada Comissão. Isto impede o cruzamento de variáveis que não tenha sido concretizado no primeiro patamar do processo de recolha a nível local, uma vez que a informação é enviada à Comissão Nacional agregada em conjuntos de apuramentos autónomos conforme solicitado no respectivo MRD.

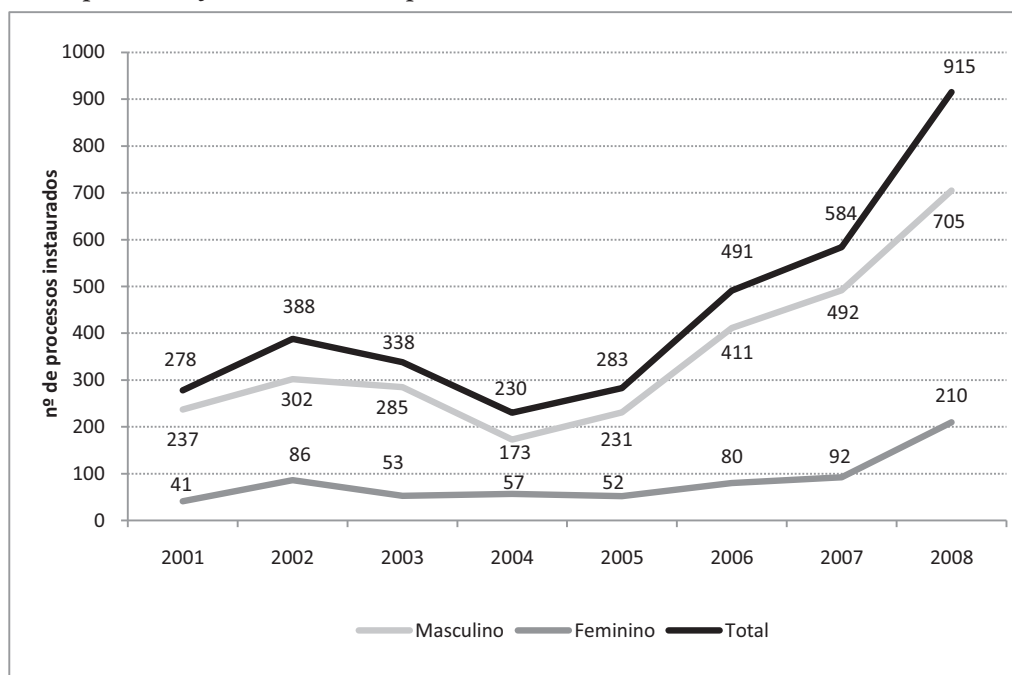
Outro problema identificado, e também referido pelos responsáveis nos *Relatórios Anuais*, diz respeito a alguns desfasamentos identificados em determinados pontos quando se compara os valores resultantes da desagregação por processos instaurados, transitados e reabertos com os dados relativos ao volume global. Na medida em que o objectivo desta análise se prendia, essencialmente, com os números e evolução dos processos instaurados anualmente, esta não coincidência não se tornou limitativa do trabalho desenvolvido.

As formas de preenchimento do MRD foram sofrendo alterações ao longo do tempo, como se tem tido oportunidade de fazer referência. Nos casos de sinalizações que aqui se constituem como objecto de estudo, e no âmbito da *Tipologia das Situações de Perigo para a Criança/Jovem* definida pela Comissão Nacional, deve existir um registo de ocorrência policial relativo a crianças menores de 12 anos ou a abertura de inquérito pelas autoridades policiais e/ou o Ministério Público ou a instauração do respectivo processo. Em termos de

requisitos, é necessária a existência de um desses indicadores, podendo o caso ser remetido para a Comissão de Protecção directamente pelas autoridades policiais ou pelo Ministério Público após instauração de processo. Como referido no ponto 3.3, os números apresentados pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens neste campo não se reportam apenas a crianças menores de 12 anos mas traduzem também a reacção social a situações e ofensas de menor gravidade praticadas por aqueles que, simultaneamente, já se encontram abrangidos pela *Lei Tutelar Educativa*.

À luz deste enquadramento, entre 2001 e 2008, no total de sinalizações às Comissões por ano, a problemática da delinquência oscilou entre os 1,8%, registados em 2004, e os 3,7% atingidos em 2002. As variações nestes anos foram sempre ligeiras, situando-se entre valores aproximados que não possibilitam a identificação de uma tendência clara de evolução (Anexo 3.5). É digno de registo que, em termos de valores absolutos, o número de processos instaurados anualmente por estas entidades no país por este motivo venha a crescer desde 2004.

Figura 3.3: Prática de factos qualificados pela lei penal como crime: evolução do número de processos instaurados pelas CPCJ a nível nacional, por ano, entre 2001 e 2008



Fonte: Relatórios Anuais de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (2001-2008), CNPCJR/ISS.

Nesse ano contaram-se 230 processos, no ano seguinte passaram a 283, em 2006 foram 491, em 2007 superaram o meio milhar (584) e em 2008 atingiram o seu valor mais alto: 915. Sabendo-se como os critérios de preenchimento do *MRD* têm vindo a sofrer

alterações, restringindo-se, desde 2007, à identificação da principal problemática como motivo da sinalização, esta evolução merece, pois, uma especial atenção. Ainda que entre 2007 e 2008 se tenha registado, pela primeira vez, uma tendência de decréscimo do número total de processos instaurados pelas Comissões a nível nacional, no que diz respeito a esta problemática a sua representatividade estatística não seguiu essa linha de orientação e registou um aumento, passando de 2% para 3,2%.

Globalmente, tem vindo a crescer a sua representatividade no conjunto das problemáticas, alcançando o sexto lugar em 2008, posicionando-se entre os “*maus tratos físicos*” (em quarto lugar) e o “*abandono*”. A distribuição destes casos não tem acontecido de forma igual pelo território nacional, havendo uma predominância de situações que se sobrepõe aos distritos em que os indicadores demográficos relativos aos grupos etários 0-18 anos são também mais significativos (Anexo 3.7). Ao longo dos anos, a capital tem sido sempre a mais representada, com larga distância em relação aos restantes distritos. Porto, Faro, Setúbal e Aveiro são outros dos que se têm evidenciado.¹²²

Tabela 3.5: Processos instaurados nas CPCJ a nível nacional pela prática de factos qualificados pela lei penal como crime, por ano, entre 2006 e 2008

		2006	2007	2008
0-5 anos	M	10	7	6
	F	4	1	5
6-10 anos	M	63	78	85
	F	11	10	10
11-12 anos	M	101	102	M 308 F 83
	F	25	9	
13-14 anos	M	83	127	
	F	17	42	
15-17 anos	M	154	178	306
	F	23	30	112
TOTAIS	M	411	492	705
	F	80	92	210

Fonte: CNCJR, 2009.

O sexo masculino tem sido o mais representado ao longo dos anos, mais recentemente observa-se um crescimento significativo de casos protagonizados por raparigas: em

¹²² A título de exemplo, em 2008 o distrito de Lisboa foi o mais representado com 370 processos (40,5%), seguido do Porto com 129 (14%), Faro com 74 (8%), Aveiro e Setúbal, cada um deles com 69 (7,5%). No pólo oposto estiveram Castelo Branco, onde não foi registada a instauração de qualquer processo por este motivo (0), e Beja e Évora, cada um com 2 casos (0,2%).

2006 foram 80 (16,2%); em 2007 foram 92 (15,7%) e em 2008 mais que duplicaram a sua presença relativamente ao ano anterior através da instauração de 210 processos (22,1%). No último ano em análise, o distrito de Lisboa representou quase metade das raparigas (100: 47,7%), seguido do Porto (31: 14,7%) e Faro (16: 7,6%).

Quando se pretende aprofundar a análise de modo a identificar somente os casos relativos às crianças menores de 12 anos que constituem o interesse deste estudo, novos problemas se levantam. O primeiro prende-se com a natureza da construção da variável 'idade'. O cruzamento das problemáticas na origem da instauração anual de processos com o escalão etário só começou a ser feito em 2005. Nesse ano englobaram-se apenas os valores relativos ao volume global de cada Comissão (processos instaurados, transitados do ano anterior e reabertos), não sendo possível a sua desagregação em cada uma dessas categorias, o que impede a sua adequada identificação e análise. Em 2006, o *MDR* sofreu alterações e a informação começou a ser recolhida de forma a possibilitar o cruzamento entre as problemáticas e os escalões etários. Desde então os dados neste campo são apresentados relativamente aos processos instaurados por ano e não por volume global.

Perante este enquadramento, a análise possível diz respeito exclusivamente ao triénio 2006-2008. Mas também neste período houve alterações no *MRD* que se revelam um obstáculo a um aprofundamento da informação quando se pretende identificar os números relativos às crianças menores de 12 anos. Deve-se isto ao facto de, em 2008, se ter agrupado os grupos 11-12 e 13-14 anos num só (11-14 anos) inviabilizando-se a desagregação da informação conforme desejado. O critério que esteve na base desta opção visou a aproximação entre os intervalos dos escalões etários então considerados nas restantes categorias, mas ignorou o critério sociojurídico que sustenta a diferenciação da reacção social a este problema.¹²³ Assim sendo, e mediante estas fortes limitações, a comparação entre os diversos anos está condicionada em muitos aspectos, não possibilitando que se vá além de uma abordagem reduzida e muito parcelar.

Isolando os valores reportados aos grupos etários 0-5 e 6-9 anos ao longo do período em causa, é possível identificar algumas variações, ainda que globalmente pouco significativas. No caso das crianças nas idades mais baixas (0-5 anos), os números variam entre os 14 processos instaurados em 2006 e os oito em 2007, apresentando 2008 um número intermédio (11). A maioria destes processos reporta-se a crianças do sexo masculi-

¹²³ O motivo que esteve na base desta decisão prende-se com a necessidade de aproximar estes escalões aos definidos para os sectores da Educação e do Instituto de Segurança Social, designadamente perante o estabelecido para os apoios económicos a atribuir na execução de medidas de promoção e protecção.

no, embora nesse último ano os valores entre ambos os sexos se tenham aproximado, registando-se apenas a diferença de um caso (seis rapazes, cinco raparigas). Em 2007, a presença de raparigas neste escalão esteve reduzida a um caso, e em 2006 a quatro. Esta linha de orientação parece ir ao encontro do verificado no total dos dados, numa tendência de crescimento do número de raparigas sinalizadas por este tipo de práticas.

Passando ao escalão imediatamente seguinte, o dos 6-9 anos, os números têm vindo a crescer ligeiramente, de forma consistente, tendo passado de 74 processos instaurados em 2006 para 88 em 2007 e 95 em 2008. Inversamente ao que parece ser a tendência a nível nacional, este aumento não foi atingido à custa de uma maior representatividade do sexo feminino, que manteve valores absolutos praticamente iguais nestes três anos (11 em 2006 e 10 em 2007 e em 2008), mas antes em função de um mais elevado número de situações relativas ao sexo masculino: 63 em 2006, 78 em 2007 e 85 em 2008. Os valores percentuais manifestos por ano apontam para que entre 2006 e 2008 a representatividade de rapazes neste escalão etário tenha inclusivamente subido 4,4%.¹²⁴ Ainda assim, quando se compara esta evolução com a tendência global, os números ficam muito abaixo do valor médio registado: de 2006 para 2007 os processos sinalizados por este tipo de práticas subiram 18,9%, e desse ano para 2008 registaram uma subida muito acentuada na ordem dos 56,7%.

Constata-se que as sinalizações relativas aos maiores de 12 anos vinham a crescer: em 2006 eram 56,5% do total da problemática e em 2007 passaram a 64,5%. Relativamente a 2008 não é possível levar a cabo o mesmo tipo de análise, devido à alteração ao MDR já mencionada. Deste modo, perdeu-se a viabilidade de concretizar uma análise mais detalhada que cruzasse os dados entre ambos os sistemas logo a partir dos 12 anos. Discriminando apenas a situação dos escalões etários reportados aos 15 ou mais anos, verifica-se como a sua presença nas Comissões de Protecção se tem feito sentir de modo muito significativo e cada vez mais elevado: em 2006 registaram-se 177 processos (36,0%), em 2007 foram 208 (35,6%) e em 2008 foram instaurados 418 (45,6%).

Perante este quadro, fica evidente como a interactividade entre a *Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens* e a *Lei Tutelar Educativa* deve merecer uma especial e cuidada atenção. Está-se perante casos de especial complexidade, que atravessam diferentes dimensões, muito em especial em idades onde o leque de respostas disponível para a execução de medidas é limitado. Deste modo, importa aprofundar o conhecimento sobre os contornos em que esta interacção vem a suceder e perceber se se torna necessária (ou não) a agilização

¹²⁴ Em 2006, os rapazes representavam 85,1% deste escalão, no ano seguinte representaram 88,6% e em 2008 atingiram o valor de 89,5%.

de alguns dos procedimentos em função do que se encontra previsto na lei tendo em vista o desenvolvimento de uma intervenção mais eficaz.

3.5.3 Os dados do Ministério da Justiça relativos aos Tribunais

Se o quadro de fundo da análise sobre esta matéria já era, em si mesmo, complexo, mais ainda se tornou quando se pretendeu centrar o interesse nos processos judiciais de promoção e protecção relativos à problemática em estudo. Ao contrário da informação produzida pela Comissão Nacional sobre as situações de delinquência, na classificação disponibilizada para os Tribunais pela Direcção-Geral da Política da Justiça, abrangida pela mesma lei, essa categoria não existe, independentemente do escalão etário considerado. Dos contactos tidos com intervenientes neste sector transparece a ideia de que, maioritariamente, serão englobados na “*assunção de outros comportamentos, actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, formação, educação ou desenvolvimento*”.¹²⁵ Ficou claro que nesta categoria podem também ser incluídas outras problemáticas como a do abandono escolar que, de igual modo, não tem um conteúdo autónomo, ou qualquer outra que, por exclusão de partes, não se veja abrangida nas restantes que se encontram definidas. Deste modo, a subjectividade por parte de quem tem de concretizar este procedimento é notória. As tentativas de obtenção de dados desagregados revelaram-se infrutíferas na medida em que o problema reside na base do processo de recolha de informação e é impossível ultrapassá-lo.

Por estes motivos, e após um esforço prolongado no tempo no sentido de confirmação de todas estas situações, constatou-se de que não se dispõe de informação credível e rigorosa que possa ser usada para o fim pretendido desta investigação. Este forte constrangimento encerra vários significados que não devem ser desvalorizados. Por um lado, e como mencionado anteriormente, é revelador de uma ausência de articulação entre as entidades a que compete a recolha de dados estatísticos no campo da infância em perigo em Portugal, aqui considerada no escalão global 0-18 anos, cuja não coincidência de tipologias para a classificação do mesmo tipo de casos obsta a um aprofundamento da realidade social. Este aspecto ainda se torna mais difícil de aceitar quando se sabe que uma determinada percentagem de processos evolui (negativamente) passando, nos termos da *Lei de Protecção*, da acção das Comissões para a dos Tribunais. A classificação do processo muda durante o período em que sobre ele se intervém só porque se alterou a entidade a que passou a caber

¹²⁵ Ao longo do período em análise (2001-2006), esta categoria teve uma representatividade que oscilou entre os 8,6% em 2008 (180 casos) e os 12,2% em 2003 (188) e 2001 (161). Não se identifica uma tendência de evolução em função das constantes variações de um ano para o outro, sempre dentro destes valores.

essa responsabilidade, perdendo-se a oportunidade de identificar os contornos do seu desenvolvimento.

Há que reflectir sobre o porquê desta situação. Como se observa na comparação entre as tipologias usadas (Anexos 3.3 e 3.4), apenas uma parte muito reduzida das categorias pode ser vista em sobreposição. São alguns dos casos que dizem eminentemente respeito às problemáticas mais graves de que uma criança ou jovem pode ser vítima (maus tratos, abusos sexuais).

Ainda assim, há que apontar como na informação fornecida pela Direcção-Geral da Política da Justiça permanece em uso uma linguagem que se encontra mais reportada ao anterior modelo do que ao vigente (OTM) patente no recurso à expressão “*entregue a*” quando se trata de “*prostituição*”, “*mendicidade*” ou até mesmo “*libertinagem*”. Este último conceito, que fora colocado em causa no decorrer dos trabalhos preparatórios da Reforma de Direito de Crianças e Jovens pelas dificuldades de operacionalização relativamente aos modos e estilos de vida infanto-juvenis na actualidade, persiste não se descortinando quais os indicadores que devem prevalecer para a sua classificação.

De referir ainda que, apesar da informatização dos processos judiciais cuja execução se iniciou nos últimos anos no âmbito do Ministério da Justiça, estes problemas se mantêm não tendo havido a adequada e mais do que necessária articulação. Deste modo, são alguns dos próprios intervenientes nestes processos que referem não ser possível, de forma alguma, obter-se um conhecimento credível sobre esta realidade.¹²⁶

Em suma, trata-se de um cenário de contornos graves em relação ao qual não é possível descortinar a verdadeira dimensão dos casos referenciados judicialmente por actos delinquentes abrangidos no âmbito da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens*, independentemente do seu escalão etário. O mesmo se passará em relação a outras problemáticas. Fica, pois, longe de poder ser concretizado o desenvolvimento de uma análise metodologicamente sustentada, rigorosa e credível sobre esta matéria.

¹²⁶ De salientar que em relatório do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa sobre a Lei Tutelar Educativa, sob a coordenação científica do Prof. Doutor Boaventura Sousa Santos (Gomes et al., 2010), evidencia-se o problema da validação das estatísticas oficiais desta entidade e da Direcção-Geral de Reinserção Social relativamente aos processos tutelares educativos, situação que impediu à equipa a sua análise, tal como aqui acontece.

Em síntese

- Processos de aceleradas e intensas mudanças vêm a caracterizar a evolução das dinâmicas sociais em Portugal nos últimos anos: duplo envelhecimento da estrutura etária (baixa significativa da taxa de natalidade; aumento dos grupos mais velhos) e crescente importância das migrações neste campo; diversidade e complexificação dos modelos de organização da família (conjugualidades; comportamento reprodutivo; papéis de género; lugar da criança); evolução do sistema educativo assente numa ideia de “escola de massas” que vem a ser alvo de crescente contestação a par dos novos desafios do alargamento da escolaridade obrigatória; transformações profundas do mercado de trabalho (precariedade, desemprego, terciarização da economia, feminização); novas formas de ocupação e gestão do território (metropolitização, urbanização e litorização).
- Num contexto de globalização, a representação social da infância em Portugal aponta para a necessidade de concretização de um ideal de bem-estar infantil que se encontra ainda longe de ser atingido por determinados grupos sociais.
- Na comparação com outros países europeus, as desigualdades sociais em Portugal constituem uma imagem diferenciadora pelos elevados índices de pobreza e de exclusão social, muito em particular na infância (tal como junto dos idosos, outro grupo em situação de maior risco).
- A sociedade portuguesa está marcada por uma grande heterogeneidade de situações relativas à condição social da infância, nela se cruzando valores, representações, práticas e modos de vida associados a diferentes tempos da evolução do conceito de infância: a criança *adulto em miniatura*, braço de trabalho representativa da pré-modernidade; a *criança-aluno* da modernidade; e a *criança-digital*, consumidora e produtora, correspondente à pós-modernidade.
- Não existindo uma uniformidade nos modos de vida na infância no país, identificam-se diferenças que dependem de variáveis sociais (género, classe social, origem étnica e cultural, idade, entre outras possíveis) e se distribuem diversamente em função de diversas áreas geográficas.
- Os constrangimentos emergentes na análise das fontes de informação sobre a infância em perigo em Portugal, especialmente dos casos de delinquência, são reveladores de uma modernidade ainda em construção onde passado e presente se cruzam num mesmo tempo, em patamares de sobreposição que acentuam a disparidade das condições de vida de segmentos da população portuguesa e em relação aos quais os instrumentos de notação estatística de duas das principais entidades oficiais – Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens e Direcção-Geral da Política da Justiça – não conseguem dar o devido enquadramento.
- A fragilidade destes instrumentos está também patente na terminologia e conceitos usados: sabe-se mais sobre medidas e processos, judiciais ou não, do que sobre as crianças e famílias neles envolvidas. Mera coincidência ou limitações decorrentes de uma dificuldade de assunção dos problemas mais graves que as afectam tanto por parte do Estado como das comunidades, que poucas vezes questionam a escassa informação disponível.
- A prática de actos delinquentes por crianças menores de 12 anos é muito pouco visível no quadro dos dados existentes relativos aos diferentes patamares de intervenção. A vários níveis, não é sequer possível a identificação pela sua sobreposição a um universo alargado designado sob a capa “*menores de 16 anos*”, ignorando-se ou desvalorizando-se os sentidos jurídicos e sociais que os próprios normativos em vigor pretenderam destacar na sua diferenciação. Fica por saber nesta investigação qual a real dimensão desta problemática a nível nacional e se isso resulta de uma intenção consciente de ocultação do problema ou se, pelo contrário, decorre da desvalorização da sua importância no contexto da infância em perigo.

Parte II

DO OUTRO LADO DA CIDADE: CRIANÇAS, SOCIALIZAÇÃO E DELINQUÊNCIA



Desenho S3: O meu bairro

“Este é um homem a atropelar o menino. Este é o rapaz que o outro, aquele que matou o [nome do jovem adulto], foi mesmo ao pé da minha casa... Depois é um homem a dar um tiro na mulher e a mulher a cair da janela e depois ela caiu da janela e os vizinhos mandaram chamar os bombeiros e mais nada... Não gosto de viver no bairro, é muitas desgraças e tristezas. Falta união e paz e harmonia. É muito mau viver assim. O que está a mais no meu bairro é os traficantes e os ladrões, já é assim há muito tempo.” [raparigaF02, 9 anos, 3º ano, Bairro Branco]

Capítulo 4 –METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO E INFÂNCIA

Nos estudos sobre a infância, a criança tende a ser o objecto central da investigação (Qvortrup, 1999). No concerne à informação estatística sobre os mais diversos campos da vida social, tanto em Portugal como a nível internacional é de realçar o reduzido número de referências a esta categoria social (Almeida e André, 2004; Wyness, 2006; Almeida, 2009a; Fernandes, 2009). Por um lado, trata-se de um problema de visibilidade da criança enquanto pessoa e ser humano, frequentemente subalternizada a outros domínios, designadamente o da esfera familiar. Não se coloca em causa a ideia de que a família é um dos mais importantes pontos de partida da acção das crianças. No entanto, esta orientação não deve anular a possibilidade de questionamento e análise sobre a diferenciação de condições e interesses que, sob uma só capa, se tem ocultado e que tem sido pouco investigada.

Além disso, existe o problema das crianças constituírem o único grupo etário que não realiza pesquisas isoladamente, devendo ter-se um especial cuidado na forma como se desenvolvem interpretações acerca das suas vidas (Qvortrup, 1999). Até que ponto os interesses e olhares das crianças e os dos respectivos investigadores se encontram em sintonia é algo que tem permanecido em aberto, constituindo uma questão de fundo neste tipo de abordagens. Tradicionalmente, as crianças foram estudadas a partir dos pontos de vista daqueles que por elas são responsáveis, os adultos directa ou indirectamente associados aos principais campos e instâncias de socialização. As crianças são das populações mais observadas e registadas, simultaneamente das menos escutadas (Montandon, 2001). Fundando-se num novo paradigma de conceptualização da infância que as destaca como actores sociais, a possibilidade de dar voz às crianças passou a ser entendida como um exercício activo de cidadania, uma das mais consistentes e legítimas formas de expressão e participação social (Sarmiento et al., 2004).

No âmbito dos estudos sociológicos realizados nos últimos anos nesta área, estes são alguns dos pontos recorrentemente trazidos para discussão. Nesta linha, ao longo deste capítulo procura-se identificar os mais importantes traços que têm marcado a Sociologia a este nível, constatando-se a existência de posicionamentos divergentes e de estratégias metodológicas diferenciadas e com base na sua problematização procede-se à apresentação das principais opções tomadas nesta investigação.

4.1 Metodologias de investigação nos estudos com crianças

A evolução da Sociologia da Infância tem sido marcada pelo debate sobre as metodologias e técnicas a usar nas pesquisas que se debruçam crianças ou que as envolvam directamente em alguma etapa. Ao reconhecimento da infância como construção social, associa-se a emergência de um novo paradigma em que se destaca os direitos, os interesses e as necessidades específicas das crianças na qualidade de actores sociais, cidadãos de pleno direito numa sociedade (Qvortrup, 1994, 1999; James e Prout, 1990, Jenks, 1996; Christensen e James, 2000; Rayou, 2005; Wyness, 2006).

Dos olhares que as tomavam como “*tábua rasa*” ou “*adultos em miniatura*” (Áries, 1973), numa perspectiva de completa subordinação aos adultos, esta nova concepção que data dos anos 1980 do século XX, acarretou a necessidade de uma ruptura epistemológica. Na produção do conhecimento científico nesta área, e através do estudo dos mais diversos campos sociais onde a criança interage, tem sido posta em prática uma diversidade de métodos e técnicas desafiando-se posicionamentos tradicionais (Holloway e Valentine, 2000). De um ponto de vista metodológico, as crianças têm vindo a ser descobertas como um grupo social válido e credível, fonte de produção de informação empírica sobre os designados mundos sociais da infância, destacando-se a pertinência dos seus testemunhos, discursos e outras formas de expressão, em geral, e de cada criança em particular (Mandell, 1991; Qvortrup, 1994; Christensen e James, 2000; Kramer, 2002; Mayall, 2002; Graue e Walsh, 2003; Wyness, 2006).

No âmbito deste processo de reconceptualização da infância como categoria social, defende-se que o conhecimento da multiplicidade de formas e modos de vida na infância implica que as crianças não podem continuar a ser encaradas como meras receptoras de influências de outros, mais velhos, numa sociedade em permanente mudança. Têm igualmente de ser olhadas como parte activa na construção dessa mesma sociedade, pela participação num tempo e num espaço em que cada vez mais se vêem afastadas do controlo próximo dos familiares, ponto-chave na definição de políticas sociais e educativas. Com efeito, existe uma pluralidade de maneiras e meios de viver a condição de criança que corresponde aos diferentes espaços e contextos de socialização onde cada uma se enquadra. A dinâmica conflitual, dificilmente harmoniosa entre o que é individual e o que é social, realça a necessidade de conhecimento desses espaços e contextos, bem como dos papéis assumidos na família, na escola ou entre pares.

Mas a verdade é que este processo conduz simultaneamente a um outro olhar sobre a própria sociedade e leva a que se interroge o seu funcionamento com base numa orientação que encara as crianças o foco central da investigação sociológica. Não se trata só da produção de conhecimento sobre a infância, mas antes que, em função desse processo, se abram portas para um entendimento mais profundo sobre as dinâmicas e as mudanças sociais (Sampson et al., 1999; Sarmiento, 2004b).

Neste domínio, as perspectivas desenvolvidas têm vindo a distinguir a centralidade das concepções de geração e de alteridade da infância. Por um lado, é perspectivada como uma marca geracional própria, através da qual se evidenciam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura e da interacção sociais, patentes nas mais diversas formas de viver esta fase da vida e recusa-se uma ideia uniformizadora de infância. As crianças agregam-se num estatuto e numa posição que é comum em termos de estrutura social, mas são diferentes em função do género, escalão etário, classe e grupo social, entre outras variáveis de análise (Qvortrup, 1994). Por outro, emerge a relevância atribuída à alteridade, o que pressupõe uma mudança de olhar no campo da investigação. Deste modo, propõe-se que a análise sociológica parta em concreto das crianças, entendidas na qualidade de actores sociais. É à luz destes desafios epistemológicos que, pouco a pouco, se tem assistido a um trabalho de desconstrução de alguns dos quadros teóricos que, durante muito tempo, sustentaram os estudos nesta área. Estes processos de reposicionamento das crianças, enquanto centro de interesse de pesquisas sociológicas, têm vindo a fazer deslocar a orientação das pesquisas do entendimento sobre crianças para um outro em que se cruza e se partilha a intervenção com as próprias (Mayall, 2002), embora não se possa negar que persiste uma coexistência de diversos tipos de abordagem.

Ao debruçarem-se sobre este domínio, Christensen e Prout (2002) definiram uma classificação da posição das crianças numa investigação em torno de quatro categorias: como objectos; como sujeitos; como actores sociais e como participantes. As duas primeiras perspectivas colocam-nas numa linha de orientação sociológica mais clássica, num olhar que se concretiza exclusivamente a partir da óptica dos adultos. As duas restantes, mais recentes, rompem com o paradigma anterior e abrem outros caminhos.

Nos trabalhos que adoptam um dos dois primeiros posicionamentos, tende a seleccionar-se determinados adultos como informantes privilegiados sobre as vidas das crianças, sejam os familiares ou outros, como os educadores, os técnicos de acção social, etc.. Desta forma, apesar de se centrarem sobre as crianças, às próprias não é estabelecida igual possi-

bilidade de audição, relegando-se a sua voz para um plano de subalternidade relativamente aos demais intervenientes.

A terceira categoria identificada contrapõe um outro espaço para as crianças, com base no pressuposto de que são actores sociais e que, nessa condição, têm competência para a produção de informação socialmente relevante para uma investigação (Mandell, 1991; Christensen e James, 2000; Punch, 2000; James e James, 2004; Rayou, 2005). Está aqui subjacente a orientação teórica sobre a qual se fundou a reconceptualização da infância enunciada por James e Prout (1990) e debatida no Capítulo 2.

A quarta categoria vai mais longe e procura colocar as crianças em acção como sujeitos sociais, defendendo a sua intervenção no desenho da própria pesquisa. Deste modo, pretende-se dar corpo a formas de participação infantil, um dos princípios que nos últimos anos caracteriza parte da produção científica desenvolvida. Para isto, tenta-se concretizar o estabelecimento de uma sinergia entre a investigação e a intervenção social participativa com crianças, que pode assumir diversas expressões, tendo presente um objectivo específico: a capacitação da criança num quadro de cidadania activa (Fernandes, 2005, 2009; Tomás, 2006). De acordo com alguns autores, um investigador que siga esta linha de orientação deseja pôr em acção a partilha do poder com as crianças nas diversas etapas do processo, tendo por fim a co-construção do saber e do conhecimento. Num patamar último, esta opção pode ser encarada como uma forma de assegurar um exercício de cidadania pela participação infantil tentando cumprir o que se encontra consubstanciado na *Convenção Sobre os Direitos da Crianças* (1989). Consta deste documento uma recomendação aos Estados Parte para que as crianças sejam informadas, ouvidas, envolvidas e consultadas em todos os aspectos que digam respeito à sua vida incluindo, naturalmente, a participação em trabalhos científicos. Deste modo, para alguns fica claro que desocultar os mundos da infância pode ser mais do que um imperativo de investigação e deve estar associado também a um imperativo social que procura atenuar, ou até mesmo ultrapassar, a posição de desigualdade e de subalternidade entre infância e adultez que marca a organização social (Wyness, 2006). No entanto, este posicionamento está longe de ser consensual na comunidade científica.

Na análise destas quatro categorias, retém-se que as metodologias usadas nos estudos com as crianças têm vindo a evoluir de um patamar que partiu de um olhar de outrem sobre os seus quadros de vida, de uma visão essencialmente adultocêntrica que menorizava o conteúdo de eventuais interpretações das próprias (Soares, 2004), para um outro centrado no acesso aos significados que elas lhes atribuem. Neste sentido, têm emergido processos de escuta activa em que se passou a incluir, mais recentemente, a consideração da participa-

ção das crianças no desenho e realização dos processos de investigação (Wyness, 2006; Tomás, 2006; Fernandes, 2009). Trespasa por esta evolução a noção que actualmente coloca a criança como sujeito de conhecimento em detrimento de uma visão tradicional que a entende como mero objecto (Fernandes, 2005).

A discussão sobre as estratégias, técnicas e modalidades a adoptar em estudos desta natureza tem sido feita à luz deste quadro categorial e, em traços gerais, identifica-se a existência de duas grandes linhas de orientação. Numa primeira, incluem-se os autores que defendem que existe uma especificidade na condição social da infância e do papel de criança que implica que se lhe confira um estatuto metodológico particular, diferenciado do atribuído aos adultos. Um dos exemplos desta opção remete para a passagem da situação de participantes a protagonistas e co-autores de uma pesquisa, como já mencionado. Trata-se de um princípio que se encontra em vários dos estudos recentemente realizados nesta área a nível internacional e nacional (Fernandes, 2005, 2009; Tomás, 2006).

Num pólo diverso, situam-se outros investigadores que chamam a atenção para o facto de muitos dos desafios e dos constrangimentos que se colocam nos trabalhos de investigação com as crianças não serem exclusivos deste grupo social. Neste âmbito, é defendida a ideia de que o ajustamento de métodos e técnicas ao objecto de estudo seleccionado é sempre necessário, não se restringindo à condição social ou natureza da infância (Almeida, 2009a). Em relação a este argumento, os defensores do primeiro posicionamento contrapõem que se é verdade que os problemas podem ser do mesmo tipo, o facto de se colocarem perante crianças leva a que adquiram uma outra dimensão, sendo por isso objecto de amplificação de que resulta a necessidade de especificidade na aplicação de metodologias e técnicas (Wyness, 2006).

A discussão sobre estas matérias é intensa e permanece em aberto.

Para efeitos desta investigação, ponderada a sua natureza e os contornos em que viria a ser realizada, optou-se pela adopção do segundo ponto de vista, nos moldes enunciados por Almeida (2009a):

“(...) deve pelo contrário ser explícito o estatuto de alteridade e assimetria entre investigadores (adultos, sujeitos da investigação) e investigados (crianças, objectos de investigação), pois a ciência não é um qualquer tipo de conhecimento. Vale pela sua capacidade intrínseca de desconfiança face ao senso comum, de problematização teórica, de invenção e teste de hipóteses, com particular empenho no confronto no terreno; é, por um outro lado, um ofício que se aprende, treina e corrige. A estes procedimentos (universais, qualquer que seja o sujeito que investiga ou o objecto de estudo) vem juntar-se uma reflexividade do cientista perante o seu próprio trabalho, o seu enfrentamento com questões sociais” (Almeida, 2009a: 66).

Não se pretende negar o valor da posição epistemológica assumida na primeira linha de orientação, ainda que se levantem algumas interrogações sobre as condições efectivas de possíveis formas de implementação, especialmente se feitas de modo indiferenciado a todos os campos sociais, como se terá oportunidade de abordar na discussão dos princípios éticos que se concretiza no próximo ponto deste capítulo.

Defende-se que, do mesmo modo que a intervenção educativa e social tem vindo a tomar novos caminhos que visam a legitimação das crianças como actores sociais que usam de *agency* para a participação plena na vida social (Corsaro, 1997, 2005), também as metodologias e técnicas com crianças devem abrir outros espaços nesse sentido. No caso concreto deste trabalho, a defesa destas ideias passou, em primeira instância, pela consideração de uma problemática socialmente incómoda, raras vezes colocada para discussão tendo por ponto de partida não só a condição da infância como a voz das crianças nela directamente envolvidas. Procura-se trazer à superfície um olhar, naturalmente parcial e fragmentado em referência a um determinado contexto e tempo, de parte do que são *as outras infâncias*, aquelas que se situam *do outro lado da cidade*, sobre as quais se tende a ter dificuldades acrescidas em olhar porque dão visibilidade a um visão eventualmente mais perturbadora da realidade social. E também porque, de facto, não se encontram acessíveis a todos os que a elas pretendem aceder, seja por constrangimentos do método a aplicar como por condicionalismos de ordem diversa no acesso a diferentes terrenos de pesquisa.

Apesar do entendimento das crianças na perspectiva de actores sociais que tem prevalecido nos estudos sociológicos realizados nos últimos anos a nível nacional e internacional, a verdade é que são quase inexistentes os trabalhos que procuram desocultar as faces do envolvimento de crianças em delinquência. A concepção de actor social tem sido essencialmente encarada sob um ponto de vista aparentemente mais positivo, pela consideração de temáticas menos controversas tanto a nível social como da investigação. Na construção social da infância ao longo dos tempos são notórios os maiores embaraços e a ambivalência na abordagem de determinadas questões quando se trata de falar de crianças. No caso da delinquência, é-se levado a interrogar as formas de controlo e reacção social ao problema, variando-se de concepções sustentadas na imagem de “*criança apolínea*” para outras assentes na visão de “*criança dionisiaca*” (Jenks, 1996), posições extremadas que mais não são do que o reflexo do difícil equilíbrio do olhar dos grupos sociais sobre a infância que se afasta da conformidade social e do ideal-tipo numa determinada época e sociedade.

Muitos dos estudos realizados com crianças têm vindo a adoptar fundamentalmente metodologias qualitativas, observando-as com base num contexto específico, do qual

decorre a análise ora ancorada numa perspectiva do interaccionismo (Mead, Goffman, Becker, entre outros), ora assente numa visão fenomenológica ou então etnometodológica (Garfinkel). Esta última, cujas primeiras incursões junto da infância são atribuídas a Berentzen (Fernandes, 2005), está no centro de uma diversidade de abordagens que se vêm multiplicando nos últimos anos. Os trabalhos de Corsaro disso são exemplo. A nível nacional, salientam-se, sem qualquer intenção de exaustividade, os estudos de Sarmiento (1999, 2000b), Sebastião (1995), Castro (1997), Ferreira (2004a; 2005b), Fernandes (2005, 2009), Seabra (2005), Tomás (2006), Machado (2008) e Neves (2008).

Um dos traços mais marcantes desta área diz respeito ao processo de credibilização e legitimação da subjectividade como fonte de informação, socialmente ancorada, na medida em que faz parte integrante da experiência e da acção social de cada indivíduo, independentemente da idade. A pertinência desta opção traduz-se na prevalência de uma linha de orientação que, segundo Pinto e Sarmiento (1999), sustenta a indispensabilidade de uma mobilização de saberes interdisciplinares que possam contribuir para uma melhor compreensão e interpretação da multiplicidade de factores que constroem socialmente a infância. Deste modo, assiste-se a uma diversificação das formas de implementação de técnicas e instrumentos clássicos (observação, entrevistas, conversas, etc.), bem como se vê alargado o campo de utilização a outros que habitualmente não eram tidos em linha de consideração, nomeadamente as técnicas visuais (desenhos, fotografias, imagens, vídeo, etc.) (Punch, 2002a). No próximo capítulo dedicado à apresentação das opções metodológicas tomadas ter-se-á a oportunidade de debater os contornos da sua utilização neste estudo.

4.2 Princípios éticos na investigação com crianças

Que implicações éticas decorrem da acção que se pretende pôr em prática é a pergunta a que qualquer investigador deve responder antes de iniciar o trabalho no terreno, sejam adultos ou crianças. A realização de qualquer pesquisa requer a observação de princípios éticos que assegurem a conjugação dos seus interesses com os dos participantes, designadamente em termos de confidencialidade, privacidade e segurança para todos os envolvidos. A necessidade de uma reflexão ética, que se deseja crítica, permanente, e em coerência com a intervenção a desenvolver, é um imperativo que se coloca, independentemente do campo social em análise (Burguess, 1991).

No entanto, entre os que estudam a infância não existe um posicionamento consensual sobre algumas das principais questões levantadas neste campo. Como apontam

Alderson e Morrow (2004), a enunciação de um conjunto de pressupostos de natureza ética é um passo fundamental, e mais do que as respostas que podem vir a ser encontradas, é importante o processo de questionamento que o investigador desenvolve sobre as condições de realização da pesquisa, que devem ser atentamente equacionadas. De forma alguma se pode considerar que há uma só resposta ou uma só solução, uma vez que tudo depende do contexto, da problemática em análise e do método seleccionado.

Na base do debate que vem sendo concretizado nesta área, emerge o desfasamento entre a actual representação social da infância nas sociedades ocidentais, centrada num ideal de bem-estar infantil e as condições sociais que ainda hoje atravessam os quadros de vida de muitas crianças (Almeida, 2000a). É perante este conflito de interesses que se levanta um conjunto de interrogações e de dilemas de natureza ética que têm constituído o pano de fundo na reflexão das metodologias a aplicar neste tipo de pesquisas, em especial quando focadas na análise de problemas sociais de maior complexidade (Almeida, 2009a), como aquele que se encontra em discussão neste estudo.¹²⁶

Neste âmbito, Wyness (2006) levanta a questão de saber se os pressupostos éticos numa investigação com crianças são idênticos aos que se colocam noutras que não as envolvam ou se, pelo contrário, são particulares e específicos à luz da condição social da infância. Este autor questiona se não devem existir critérios de ordem moral ou legal que, à partida, possam enformar este tipo de pesquisa em função do facto de se viver em sociedades que tendem a revelar-se cada vez mais sensíveis e atentas às necessidades das crianças.

Diversamente, Christensen e Prout (2002) referem que os princípios éticos a observar neste campo não diferem daqueles que devem ser colocados em acção em qualquer outro e realçam que a ética deve enformar a relação de um investigador com o contexto que estuda, em especial com todos aqueles que nele se situam, adultos e crianças. Os mesmos autores reforçam a ideia de que a ética é condição inequívoca na realização de uma pesquisa e não é pelo facto de se centrar em crianças que o leque de princípios éticos a observar deve ser aumentado ou diminuído. Aliás, essa variação poderia inclusivamente traduzir uma posição social de minoridade da criança que se veria reproduzida no campo académico.

¹²⁶ De salientar, como refere Schneider (2010), que existem diferentes modelos de supervisão ética da investigação que vão desde o “*modelo prescritivo*” – a título de exemplo, em vigor no Canadá, sustentando-se na existência de comités de ética que avaliam os projectos de investigação apresentados determinando a sua exequibilidade tornando-se difícil o acesso a determinadas problemáticas ou áreas pela sua complexidade – ao “*modelo da negociação*” – aplicado em França ou em Portugal em que o acesso ao terreno, e subsequente controlo, depende exclusivamente da negociação estabelecida no início dos trabalhos entre os envolvidos e da ética de responsabilidade do investigador ou equipa que os leva a cabo.

Ao promover-se uma visão das crianças como actores sociais deseja-se que os investigadores no campo da Sociologia as tomem como competentes para a produção de informação sociologicamente pertinente, isto é, que as revelem como fontes de dados cre-díveis cuja validação e sustentação teórica não é de grau inferior ao que se coloca para os adultos (Alderson e Morrow, 2004). No fundo, trata-se de perspectivar uma ética que se reporta a todos os que contactam com as crianças, extensiva àqueles que servem de media-dores no processo de investigação. Pressupõe-se que para cumprir uma regra do método há que ter presente a necessidade de adaptação de objectivos e estratégias às particularidades do terreno e aos actores sociais que se constituem como fonte de informação, no pleno respeito pelas suas particularidades (Alderson, 1995). No centro de toda esta acção está a necessidade de equação entre os riscos, os custos e os benefícios, os eventuais prejuízos ou os danos que a realização de um trabalho desta natureza pode trazer para todos os envolvi-dos. Importa reter a importância da probabilidade de ocorrências negativas, bem como pensar a eventual gravidade que uma investigação pode acarretar para a vida dos que nela participam (Alderson e Morrow, 2004).

Perante este enquadramento, as questões éticas em investigação sociológica realiza-da com crianças ocupam um lugar de especial relevância na construção teórica sobre a infância. Com base na análise da bibliografia existente neste campo, Almeida (2009a) iden-tificou a existência de quatro pontos clássicos que se revestem de particular interesse neste tipo de trabalhos. É através da sua problematização que se apresenta a seguir algumas das opções tomadas no âmbito deste estudo.

O primeiro ponto remete para a necessidade de um consentimento informado sobre a participação e colaboração da criança nas acções a realizar, de forma voluntária. Este processo evidencia concomitantemente o papel dos pais e substitutos, dos quais decorre a autorização (Alderson, 2004). Neste aspecto, a pesquisa com crianças difere de outras na medida em que se revela a condição de dependência legal de outrem, o adulto que detém a guarda de facto e cuja autorização é indispensável. Sem esta autorização, mesmo que a criança mostre disponibilidade e interesse, não há sustentação jurídica e ética para o envolvimento nos trabalhos, embora este assunto seja objecto de discussão na comunidade científica. É necessário atender que criança incorpora um sistema familiar e é socialmente dependente dele. Não é de estranhar que este facto justifique, em larga medida, que grande parte da investigação nesta área tenha tido como maior enfoque a criança no espaço da escola em detrimento de outros (James Jenks, e Prout, 1998; Wyness, 2006). Um dos constrangimentos nestes estudos passa precisamente por esta dificuldade de acesso à

totalidade da vida das crianças, pois há um leque de limitações que obstem à sua participação (Alderson e Morrow, 2004), e nem sempre a investigação consegue ultrapassá-las. Este quadro de partida só é parcialmente comparável a estudos realizados com indivíduos em contexto institucional, nomeadamente prisional, de centros de acolhimento ou de escolas, entre outros possíveis, dependendo o acesso a quem neles se encontra de uma segunda autorização, a dos responsáveis pela gestão das respectivas instituições.

Desde a ratificação da *Convenção Sobre os Direitos da Criança* (1989) que se dispõe um normativo legal que consagra os direitos de audição e os de participação das crianças em todos os actos que lhe digam respeito. Estes princípios estão transpostos para a realidade nacional, consubstanciados na *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, como se teve oportunidade de apresentar na Parte I. Mas a questão do consentimento informado não se reduz ao mero procedimento formal de audição da criança e do encarregado de educação. Anning e Ring (2004) mostram como o problema se estende ao nível da percepção sobre o consentimento dado, dificuldade que não é exclusiva das crianças colocando-se igualmente junto de populações adultas. Estas autoras sugerem que dificilmente se pode ter a certeza que todos os participantes em estudos, ao darem o consentimento, tenham tido a exacta noção e a plena consciência dos efeitos desse acto.

A necessidade de recurso a linguagem adaptada e familiar, que não desvirtue a natureza e objectivos da pesquisa e permita aos potenciais participantes a respectiva compreensão e assimilação, deve ser bem ponderada antes de se avançar para o terreno. No caso das crianças, vários autores discutem a idade com que isto pode ser feito, ainda que poucos arrisquem indicar um patamar exacto. Esta situação depende de cada caso e exige-se que o investigador tenha a capacidade de identificar se quem procura contactar tem o discernimento para perceber o que lhe é dito, e consequentemente, estar em condições de participar na investigação.

Por vezes, outra dificuldade que se levanta relativamente ao consentimento informado prende-se com o recurso a instrumentos que valorizam a escrita em contextos onde esta não é predominante ou do domínio de todos, como se põe em destaque na seguinte situação.

“- Mas acredita na minha palavra, acredita no que lhe estou a dizer... no que lhe estou a dar por que é que vale a pena que eu assine esse papel?... Ah! Estou sempre a assinar papéis, é por tudo que me mandam papéis para eu assinar, é da escola, é da Câmara, é da Segurança Social, tudo, tudo... (...) Quer que eu escreva se eu... se eu não sei ler e só sei escrever o meu nome, está bem... Ah! Ah! [risos] A minha palavra vale mais que esse papel...”- respondeu o pai de M71 a propósito do pedido de autorização para a participação do filho no estudo [notas de campo]”

A autorização para a participação das crianças neste estudo passou pelo recurso a um documento escrito. Schneider (2010) critica este ponto definindo-o como próprio de sociedades “*menos desenvolvidas*”, em que a confiança entre pessoas não é um dado adquirido. Este é um procedimento regular nos espaços institucionais atravessados pelas crianças (escolas, associações, etc.) em causa, numa perspectiva eminentemente sociojurídica, que proporciona um meio de prova em caso de dúvida. A verdade é que recorrentemente o legal se sobrepõe ao social e, nesse sentido, o valor da oralidade e da palavra dada no momento, aqui reclamada por este pai, se vem a perder em termos de interacção social. Esta é uma das características da sociedade portuguesa nos dias de hoje, uma sociedade que se diz da comunicação, da informação e das novas tecnologias, mas onde parte da população ainda apresenta um elevado grau de iliteracia, pelo que é necessária precaução em relação à tomada de decisão metodológica que atente à centralidade da linguagem, designadamente das diversas expressões e linguagens mais usadas pelas crianças.

Na disposição de respeitar o posicionamento do outro, crianças e adultos, a uniformização de procedimentos pelo investigador junto da população em estudo, assente num critério de rigor metodológico, aparentemente pode invalidar uma parte desse princípio de respeito. O patamar de negociação, vector fulcral nesta pesquisa, passou mais pela palavra e pela oralidade no resto do processo do que pela escrita. No entanto, nesta primeira fase de acesso às crianças, a pergunta que se levantou na altura é se haveria hipótese de ter seguido outro caminho que não fosse pelo recurso a um documento escrito que traduzisse um consentimento formal em vez de um mero consentimento tácito. Tendo a escola como um dos principais contextos de recolha de informação, esse enunciado tinha um carácter de obrigatoriedade segundo os regulamentos internos dos respectivos Agrupamentos de Escolas. Da reflexão feita, não se vislumbrou outra possibilidade que pudesse ter assegurado uma maior segurança e, simultaneamente, protecção para os envolvidos e para o próprio estudo.

O segundo ponto enunciado por Almeida (2009a) reporta-se aos dispositivos e instrumentos que devem ser accionados tendo em vista a protecção da privacidade da criança,

a garantia do anonimato e a manutenção da confidencialidade da informação prestada no âmbito da investigação. Pela natureza da problemática e dos contornos do contexto em estudo, este ponto engloba um leque de preocupações, de desafios e de constrangimentos que adquiriram uma especial importância, como se terá oportunidade de ir trazendo à superfície nos próximos capítulos. A questão primordial que se levantou foi a de saber como se podia ouvir e apresentar a voz das crianças sobre as temáticas em análise não descurando este conjunto de garantias.

O anonimato na produção final dos materiais é um passo nesse sentido, mas o problema vai para lá disso, sobretudo se se pensar que se visava a análise de espaços vivenciais onde a linha que separa o universo privado do público é extraordinariamente ténue, muito frágil, e onde os riscos que se correm são reais e não uma mera ficção, como tantas vezes se foi observando e se irá descrevendo nesta dissertação. Em função dos objectivos traçados, à entrada no terreno pretendia-se que as crianças permitissem aceder aos seus modos de vida nos bairros sabendo-se que uma parte das situações que viriam a ser relatadas ou observadas passavam pelo envolvimento em quadros de desvio, de violência e de crime, umas vezes na condição de vítima, outras nas de agente desse tipo de actos. Isto era algo evidente e facilmente registado em qualquer contacto exploratório tido no terreno de pesquisa, independentemente do recurso à condição de investigadora. Não é necessário assumir este papel para se saber nestes espaços de situações que, pela sua gravidade, obrigam ao despoletar de outro tipo de acção, sobretudo de averiguação. Neste cenário social havia, pois, que considerar a possível emergência de problemas desta natureza.

De modo pertinente, reflectiu-se sobre os eventuais caminhos a seguir numa linha que promovesse o equilíbrio entre o compromisso de manutenção da confidencialidade da informação obtida e o eventual confronto com situações de abuso, mau trato, ou outras similares, que encerrassem um risco elevado para a integridade da criança participante no estudo. Mais uma vez se constatou que as posições na comunidade científica sobre estes problemas não são consensuais.

Há quem defenda que não é possível um investigador garantir e manter em absoluto a confidencialidade perante a identificação deste género de situações, sobrepondo-se a necessidade de cumprimento dos quadros legais, que se traduz numa denúncia às respectivas entidades competentes (Wyness, 2006). Outros defendem que existe uma obrigação moral para com a criança que supera a mera formalidade de denúncia e implica que o investigador, ao tomar conhecimento do que se passa, articule o procedimento com a respectiva criança, dando-lhe conhecimento da intenção de fazer passar a informação a outrem

(Alderson, 1995; Kramer, 2002; Alderson e Morrow, 2004). Nesta linha, sugere-se que se intervenha sobre a situação, promovendo o encorajamento da criança a procurar apoio junto das pessoas e entidades adequadas. No fundo, que se tente a capacitação do próprio sujeito em todo o processo. Outras posições (Mason e Falloon's, 2001, cit. em Wyness, 2006) defendem ainda que quem pretende aceder a áreas onde estas questões se colocam com maior pertinência deve possuir previamente um leque de competências assente num conhecimento mais profundo para lidar com estas situações, isto é, deve possuir um determinado saber científico e um domínio de estratégias específicas neste domínio.

Foi da conjugação destas duas últimas perspectivas que se definiram os limites de acção nesta dissertação. Associou-se um percurso profissional e de investigação anterior sobre a problemática e o contexto em análise à consideração de um envolvimento da criança nas opções a tomar sempre que os riscos detectados assim o requeressem. Pode dizer-se, como defendem Mason e Falloon's (2001 cit. em Wyness, 2006: 198), que entre a responsabilidade de proteger as crianças e a manutenção da integridade da pesquisa, o investimento no estudo sobre alguns dos mundos sociais da infância pode ser um "*risky business*" para as diferentes partes envolvidas e antes de se iniciar os trabalhos teve de se acautelar os procedimentos passíveis de serem accionados caso se identificasse algum caso de maior risco. Neste processo, ocorre uma conciliação entre o investigador e o papel de agente social que, simultaneamente, também desempenha (Saramago, 2005).

"No dia seguinte à conversa sobre a sua primeira entrega como "correio de droga" no bairro, o [rapaz, 11 anos, 4º ano de escolaridade], voltou a procurar-me para falar, na altura estava com outras crianças numa das ruas. Entrando na conversa que ia tendo, a certa altura puxou directamente o assunto da véspera e que já era do conhecimento geral, segundo se percebia pelos diálogos estabelecidos entre uns e outros. Não havia ali grande novidade ou secretismo. De repente, questionou-me novamente sobre o interesse que eu revelava por essa situação e colocou-me três questões muito específicas. Desconfiei que as suas perguntas estavam, em parte, demasiado dirigidas para o que eu iria fazer com o domínio de informação tão particular e que não eram da sua autoria. Achei que poderia haver uma outra intenção por trás destas questões porque ele estava a usar termos que não lhe eram habituais. Voltei a responder-lhe e no final perguntei-lhe quem é que também queria saber essa informação, se as perguntas eram só dele ou se tinha falado com mais alguém [e perguntei directamente por alguns nomes]. Da sua resposta ficou claro que, tal como esperado, se estes assuntos eram conversados espontaneamente comigo, mais seriam com aqueles que constituíam os seus principais suportes deste tipo de acções no bairro. O retorno da minha acção no terreno passava também para o outro lado que, por sua vez, procurava de volta aprofundar as minhas intenções, desta vez de forma indirecta. Neste vaivém espontâneo entre uns e outros, mais do que a minha posição, era a situação deste rapaz que podia encontrar-se posta em causa e isso é factor de preocupação. Optei por parar esta abordagem e voltar a falar em particular com ele noutro dia sobre o que, de facto, podia estar a passar-se e o que podia ser feito. [notas de campo] Logo no dia seguinte falei com ele. [notas de campo] Dias depois fiquei com a percepção de que o controlo que teria sido feito aparentemente tinha surtido efeito pois, por sua iniciativa, este assunto voltou a ser objecto de conversas e discussões, algumas das quais na

sua turma, com o respectivo professor com quem mantinha uma relação de grande confiança o que possibilitou desencadear outras acções.” [notas de campo]

Naturalmente, e perante este enquadramento, colocam-se em causa alguns dos princípios que, numa linha de orientação sociológica mais clássica, implicam o distanciamento total do investigador em relação aos sujeitos do terreno em estudo. Como manter essa linha perante estas situações?

Como se terá oportunidade de detalhar no próximo capítulo, para esta investigação partiu-se do pressuposto que um investigador não é totalmente neutro mas “*existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da investigação*” (Santos, 1987: 181). A construção da problemática da delinquência de crianças para este estudo incluía a teorização sobre as condições de acesso ao terreno e de desenvolvimento da própria pesquisa, assentando num princípio de vigilância epistemológica (Bourdieu et al., 2007), que visava evitar o desvirtuar da investigação e simultaneamente acautelar a necessidade de outro tipo de acção junto das crianças. Não se trata de usar padrões éticos diferenciados perante crianças ou adultos; o mesmo posicionamento teve de ser adoptado para uns e outros, pois as questões de salvaguarda da integridade dos participantes colocam-se em qualquer pesquisa e a diversos níveis, como aqui foi acontecendo.

O terceiro ponto apresentado por Almeida (2009a) salienta a necessidade de se ter em conta as diferenças geracionais entre investigador e crianças, tema amplamente discutido na literatura científica. Frequentemente, a dissimetria entre as posições de uns e outros é apontada como uma das principais limitações na realização de estudos nesta área. O adultocentrismo constitui um desafio para o investigador e superá-lo exige um processo de permanente reflexividade (Sarmiento, 2007). Tende a afirmar-se que as crianças facilmente seguem os pontos de vista dos investigadores e raramente têm capacidade de assegurar uma espécie de contraditório, emergindo fundamentalmente as dificuldades em refutar o ponto de vista do adulto. Este aspecto é especialmente destacado nos casos das entrevistas que resultam de uma co-construção entre entrevistador e entrevistado (Danic et al., 2006).

Independentemente de se pensar que esta concepção parte de uma visão tradicional sobre as crianças que as desvaloriza nas suas competências e interesses, o que se registou maioritariamente nesta investigação não confirmou esta ideia, talvez porque neste contexto os comportamento de oposição das crianças aos adultos tendam a ser mais frequentes do que noutros.

“No decorrer da entrevista com o rapaz [M10, 9 anos, 3º ano de escolaridade], não conseguia deixar de me surpreender com a precisão e detalhe com que ele abordava as suas práticas sociais, em especial os primeiros furtos e envolvimento em actos delinquentes em idade muito precoce e como me referia especificamente “aqueles quatro meses que estivera sem roubar!” Aprofundara já as suas respostas cruzando-as com outras perguntas relativas ao seu percurso de realojamento mas, antes de terminar, optei por voltar a perguntar-lhe alguns aspectos sobre esses factos. Foi então que ele me olhou de modo completamente surpreendido, agitou-se na cadeira e mexeu nos papéis em cima da mesa. Olhando-me fixamente disse:

- A senhora hoje está muito esquecida! Está muito esquecida?... Já se esqueceu do que eu lhe disse?!...

- E porque é que me dizes isso?

- Porque a senhora já me fez essas perguntas ou já não lembra? Eu já respondi a isso... mas está bem, está bem, eu não me importo de lhe contar outra vez como é que foi. Vou-lhe dizer outra vez...”

E lá repetiu a descrição das situações confirmando os mesmos contornos.” [notas de campo]

Não se procura com este exemplo negar que há uma posição desigual entre investigador e criança entrevistada, mas antes fazer sobressair que as competências das crianças vão além do que tem sido posto em evidência em alguns estudos, mostrando-se atentas e activas na construção do processo de entrevista. Acredita-se, por experiência própria na condução de outras pesquisas, que esta limitação não pode ser atribuída exclusivamente a trabalhos realizados com crianças podendo surgir também em relação a outras populações. Mais do que o problema da idade, é a questão do poder que deve ser discutida, na medida em que *“c’est l’enquêteur que engage le jeu et institue la règle du jeu (...) Cette dissymétrie est redoublée par une dissymétrie sociale toutes les fois que l’enquêteur occupe une position supérieure à l’enquêté dans la hiérarchie des différents espèces de capital, du capital culturel notamment”* (Bourdieu, 1993: 1393).

O poder assimétrico das relações sociais entre adultos e crianças é um facto decorrente da organização social (Mayall, 2002). Para cada uma destas categorias sociais encontram-se definidas condições e papéis específicos definidos no quadro de leis que determinam a promoção de direitos e a atribuição de responsabilidades. Deste modo, ao mesmo tempo que se realça um leque de situações sociais claramente identificadas para uns e outros, emerge um conjunto de constrangimentos associados que nem sempre é tido em linha de consideração na análise dos fenómenos sociais (Robinson e Kellet, 2004).

Para Christensen e Prout (2002), a investigação deve ser realizada tendo por eixo estruturante um princípio de simetria ética que se sobrepõe à dissimetria social entre quem investiga e quem participa, e que em todas as etapas do processo deve partir do recurso a técnicas apropriadas à compreensão das crianças, independentemente da idade. Este princípio remete para a necessidade de conhecimento das linguagens e formas de expressão postas em circulação pelas crianças neste processo, que podem ser diferenciadas das usadas

pelos adultos. Nesta linha, realce para a concepção que sustenta a defesa de uma aproximação aos mundos sociais da infância vistos como separados dos adultos, numa perspectiva similar à que é feita junto de uma tribo, que necessita de ser analisada em função das regras próprias, de valores, de linguagens e de formas de pensamento distintas (James et al., 1998).

Outros autores (Mandell, 1991) advogam a possibilidade de adopção por parte do adulto que investiga de um papel que designam pelo “*least adult*”, que visa minimizar a condição de adulez, o que pressupõe a tentativa de passar a ser considerado “*one of them*” (Robinson e Kellet, 2004: 85). A assunção desta ideia implica um processo contínuo de observação, assente na presença junto das crianças até se ter a percepção de que se é aceite por elas, sendo de evitar os contactos com outros adultos no contexto em causa. No entanto, este posicionamento é alvo de forte crítica (Mayall, 2002; Wyness, 2006), pois não avoca o poder dissimétrico e as diferenças de estatuto entre crianças e adultos existentes na sociedade, acabando por se revelar de alguma “*futilidade*” ao querer tornar possível aquilo que não é: que os adultos, neste caso os investigadores, voltem a ser crianças.

Corsaro e Molinaro (2000) não anularam o estatuto de adulto para acederem às culturas da infância que quiseram estudar, mas serviram-se de uma condição de “*adulto atípico*”, a de estrangeiro, que se distinguia da de outros com quem as crianças habitualmente contactavam. No caso de Corsaro, esta situação manifestava-se fortemente pelo sotaque no domínio da língua italiana e, como o próprio deu conta, as crianças conscientemente foram-no introduzindo nos seus mundos sociais, dando-lhe a conhecer as normas, as rotinas e as linguagens, olhando-o como um adulto que não possuía essa competência e que se revelava estranho e desconhecedor do funcionamento da escola que frequentavam. Ao invés das crianças, a não familiaridade com a escolaridade facilitou o reforço da ideia de estrangeiro. Este procedimento conduziu à desconstrução de um estereótipo sobre as relações crianças-adultos que se sustenta na crença de que o adulto detém um conhecimento exclusivo e superior ao das crianças.

Mayall (2002: 122) seguiu o mesmo padrão referindo que “*I want to acquire from them [children] their unique knowledge and assessment of what it means to be a child; for though I can remember some things about being a child, I may have forgotten much, and childhoods may vary and have probably changed over the years since I was a child*”. Afigura-se, pois, ser relevante numa pesquisa com crianças que o investigador assuma o papel de adulto por via da clara identificação como um ‘outro’ cujo papel se encontra bem definido e é coerentemente explicitado (Graue e Walsh, 2003).

Finalmente, o quarto ponto enunciado por Almeida (2009a) diz respeito aos processos de difusão e disseminação pública dos resultados de uma investigação. Tem-se a consciência que este foi um dos mais importantes tópicos de análise neste estudo e a definição dos procedimentos a seguir ocupou bastante tempo pela natureza do problema social em estudo. Ainda que as crianças sejam consideradas autoras no que diz respeito à informação fornecida à investigadora, em função da especial complexidade de certos dados e para determinados momentos da apresentação, considerou-se pertinente mantê-las ausentes em vez de as apresentar directamente no texto através das falas ou de outros registos.

Nestes casos, os factos relatados, essencialmente em torno do tráfico de droga ou de actos delinquentes mais graves associados a redes criminais de adultos, os mesmos não foram desvalorizados ou subalternizados e contribuíram para a análise, mas na versão final deste documento tentou-se evitar a exposição dos detalhes pela voz das crianças. Optou-se por seguir uma linha identificada noutros estudos, nomeadamente nos trabalhos de Ferreira (1998 cit. em Kramer, 2002) feitos com crianças em favelas no Brasil onde alguns dos aspectos mais complexos relacionados com o mundo do crime não foram incluídos no texto através do relato directo das crianças que os tinham descrito, sobressaindo antes as notas de campo e as palavras do investigador.

Naturalmente, esta atitude traz à superfície potenciais contradições entre os quadros teóricos adoptados e as limitações e constrangimentos colocados no desenvolvimento de uma pesquisa sobre esta problemática. Ainda que esta investigação não tenha constituído uma primeira incursão em terrenos de especial complexidade nesta área (Carvalho, 1999, 2003, 2004), os desafios emergentes no decorrer da inserção no terreno obrigaram a um questionamento e atenção permanentes sobre estas questões. Por um lado, existe uma responsabilidade do meio científico em não ignorar determinados problemas sociais só porque os mesmos colocam maiores riscos na abordagem. Mas, por outro, não se está num patamar de mera aventura ou ficção e ao ter-se conhecimento dos riscos reais em que a pesquisa se realiza, exige-se uma responsabilidade acrescida na protecção e privacidade dos participantes, embora isso deixe evidente as aparentes contradições que resultam entre os quadros teóricos e as práticas de investigação em alguns contextos. Acredita-se que esta evidência constitui, em si, uma das mais-valias deste estudo por ficar clara a existência de tensões entre certas dinâmicas e contextos sociais e a necessidade de produção científica. Daí que, em momentos de mais difícil gestão no terreno, se tenha ponderado e optado pela continuidade do desenvolvimento do trabalho em detrimento do cancelamento, salvaguardando as devidas condições de segurança.

Não foi também por acaso que se considerou ser necessário respeitar um certo período de tempo entre o final da recolha da informação no terreno junto das crianças – final do ano de 2008 – e a conclusão da dissertação, fase em que se tornam públicos os resultados. Sabe-se que o tempo é uma variável difícil de gerir e a dúvida levantada não se prendia tanto com um eventual prolongamento da redacção da tese por parte da investigadora, mas antes pela certeza em se saber que o período de mais de dois anos entre um e outro patamar permitiria que várias das crianças informantes, especialmente as que foram consideradas nos primeiros anos da inserção no terreno, entretanto já tinham passado a outra condição, a de jovens, ou disso estariam próximas. Isto facultava um outro olhar sobre as respectivas situações e dificultaria qualquer eventual tentativa de identificação do que é apresentado na dissertação aos casos reais. Este detalhe, aparentemente pouco significativo, foi importante na tomada de decisão e permitiu, como se terá oportunidade de referir no final, ganhar uma visão alargada e enriquecida pela forma como ao longo deste tempo se foi acompanhando informalmente a evolução de algumas das crianças retratadas ao longo destas páginas.

Capítulo 5 – DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

O conhecimento sobre a delinquência de crianças remete para o estudo de um conjunto amplo de variáveis em torno da condição social da infância, em geral, e de cada criança, em particular. Nesta investigação, o quadro teórico que serviu como ponto de partida foi entendido como um guião suficientemente flexível a novas leituras emergentes de interrogações suscitadas pela pesquisa empírica. Partiu-se da ideia de que uma dimensão compreensiva na observação de processos sociais concretos facilitaria a identificação, análise e compreensão desta problemática. Pressupunha-se que, à medida que o estudo avançasse no terreno, se pudesse ir contribuindo para um progressivo ajustamento entre o teórico e o empírico, numa linha aproximada à reconstituição de um mosaico complexo e dinâmico, onde cada peça que se coloca força a um novo olhar sobre o conjunto, de forma a evitar que algo fique de fora (Becker, 2002a).

Nesta ordem de ideias, promoveu-se uma estratégia que articula instrumentos metodológicos diferenciados, em função da especificidade do objecto de estudo e dos objectivos delineados, para os quais concorre a observação de uma realidade complexa a nível do conteúdo e também, de modo particular, da acessibilidade aos actores sociais nela envolvida. Optou-se pela realização de um *estudo de caso* tendo presente que a diversificação de técnicas e instrumentos a aplicar só constituiria uma mais-valia se estes fossem entendidos e usados numa perspectiva de complementaridade, uma vez que cada um apenas proporciona fragmentos da realidade social em causa. Uma especial relevância foi dada aos contactos com os diversos actores sociais, através de uma intervenção etnográfica marcada pela intensidade e proximidade no contexto seleccionado, da qual resultou a incorporação de orientações na definição da análise a desenvolver.

Os pontos que constituem este capítulo dão corpo às dinâmicas com que as questões metodológicas se foram colocando com o avançar dos trabalhos. Correspondem a uma acção que se procurou ter sustentada num processo permanente de reflexão sobre as condições de execução e num exame constante sobre o corpo de dados que se ia constituindo, com base nas questões orientadores anteriormente levantadas.

5.1 Problema de partida, questões orientadoras e objectivos da investigação

A visibilidade de actos delinquentes cuja autoria é atribuída a crianças e o reconhecimento da “*incapacidade ou desadequação dos controlos informais da família, da escola e da comunidade para assegurarem a conformidade em relação às regras que se supunham desejáveis para as crianças*” (Ferreira, 1997: 915) trazem à superfície um conjunto de interrogações que se deseja ver potenciado nesta dissertação, numa discussão que tem por eixo principal a condição e o estatuto social que ainda hoje marcam determinados segmentos da infância em Portugal. São “*outras infâncias*” (Almeida, 2000: 20), distantes da norma de bem-estar infantil pelo envolvimento em actos delinquentes.

Em qualquer pesquisa sobre a infância, a demarcação etária resulta de um imperativo de ordem operacional e não é tarefa fácil (Almeida, 2009a). Da tensão entre o jurídico e sociológico intrínseca à problemática em estudo e debatida nos primeiros capítulos, emergiu a necessidade de definir um critério operativo para a distinção da população a abranger. Apesar das limitações que estes processos sempre encerram (Bourdieu, 1980), optou-se inicialmente por seguir um critério sociologicamente pertinente, o que conduziu à selecção de crianças matriculadas no primeiro patamar da escolaridade obrigatória: o 1º Ciclo do Ensino Básico. Este corresponde a uma importante fase de socialização em que se coloca em evidência o papel da escola como instância socializadora, além do atribuído à família que até aí terá sido dominante, embora os modos de vida nos dias de hoje impliquem uma cada vez mais precoce institucionalização dos quotidianos das crianças (Imloul, 2008). A frequência da escolaridade obrigatória constitui uma marca representativa da divisão entre infância e juventude pelo facto de os jovens poderem ter acesso ao mercado de trabalho (Qvortrup cit. em Almeida, 2009a), situação legalmente impedida até aos 15 anos de idade no território nacional.

Acresce o facto de, na literatura científica, o processo de escolarização ser dos indicadores mais associados à delinquência. A democratização do acesso à escola trouxe novos contornos e um aumento do número de estudantes na delinquência, mas delinquência escolar e delinquência de estudantes apenas se encontram parcialmente sobrepostas (Cusson, 1993; Roché, 2001, 2003). Alguns autores sugerem que, mais do que a origem social, as crianças e jovens envolvidos em delinquência tendem a partilhar uma história escolar, a do insucesso e da exclusão, e as suas atitudes decorrerão mais da escola do que das origens sociais (Dubet, 1994, 2003). Ainda que este não seja um posicionamento consensual na comunidade científica, a ambivalência sobre esta matéria realça a importância de se delimi-

tar a população a estudar na faixa correspondente à primeira fase de obrigatoriedade de frequência da escola, os quatro anos que constituem o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Considerando estritamente os termos da lei,¹²⁷ teoricamente as crianças neste grau de ensino deveriam encontrar-se entre os seis e os 10 anos de idade, eventualmente os 12 anos no caso de terem sofrido uma ou duas retenções.¹²⁸ Contudo, sabe-se como esta situação nem sempre acontece e tinha-se a noção de que seria possível vir a encontrar alguma criança maior de 12 anos ainda a frequentar um destes anos de escolaridade.

Ao mesmo tempo, considerar o limite etário dos 12 anos – que como se viu na Parte I é frequentemente apontado na literatura científica como idade charneira na delinquência –, promovia a possibilidade de associar a esta opção a um outro critério que decorre do facto de, nos termos do modelo de acção social e judiciária vigente no país, o acto designado por delinquente quando praticado por crianças até essa idade dever ser encarado apenas como expressão do risco social e do perigo em que se encontra o seu desenvolvimento, daí decorrendo exclusivamente a intervenção do sistema de promoção e protecção.

Perante este enquadramento e da conjugação entre as diversas perspectivas, optou-se por seleccionar as crianças que frequentavam o 1º Ciclo do Ensino Básico nas escolas dos bairros de realojamento seleccionados para o estudo, independentemente da idade, embora que no que se refere aos actos delinquentes se tenha restringido a análise somente aos que por elas foram cometidos até aos 12 anos. O que se releva destes actos é o carácter socialmente construído por referência a um tempo e um espaço determinados, a que se associam mecanismos específicos de controlo e reacção social. Centra-se o interesse na compreensão deste fenómeno através das formas como as crianças, na qualidade de actores sociais, elaboram, interpretam e reconstroem as acções, as lógicas sociais e as interacções que põem em prática num dado contexto. Para este efeito, recorre-se ao conceito de interpretação reprodutiva (Corsaro (1997), segundo o qual se defende que as crianças contribuem para a sua socialização, criando e participando na vida social.

A discussão sobre a delinquência foca-se recorrentemente na sua expressão em contexto urbano, associada a processos de urbanização cujos efeitos se fazem sentir de

¹²⁷ Lei de Bases do Sistema Educativo, *Lei n.º 46/86*, de 14 de Outubro com as alterações introduzidas pela *Lei n.º 49/2005*, de 30 de Agosto.

¹²⁸ Durante o período temporal que o estudo abrangeu manteve-se em vigor o diploma que define a frequência da escolaridade obrigatória até aos 15 anos de idade e conclusão do Ensino Básico (9º ano, 3º Ciclo). No caso do 1º Ciclo, as crianças podem iniciar a frequência com cinco anos de idade, caso completem os seis até final de Dezembro do ano civil correspondente ao início das aulas. Segundo orientações do Ministério da Educação, mantém-se a necessidade da criança acompanhar o seu grupo de idade, sendo desejável evitar a permanência nas escolas do 1º Ciclo para lá dos 12 anos.

modo intenso sobre as populações (Moura, 2003). Estima-se que mais de metade da população do planeta viva hoje em cidades com mais de meio milhão de habitantes, sendo nestes espaços que se acumula maior riqueza, mais recursos e mais equipamentos. Esta orientação prevalece em Portugal, como se teve oportunidade de descrever na Parte I. É nas cidades que se encontram os centros de decisão política, económica e cultural e é também nelas que as desigualdades sociais se fazem sentir de modo mais forte, centradas em determinados territórios (Body-Gendrot, 1995, 2001), muitas vezes localizados nas periferias.

Todas estas questões têm vindo a ocupar um lugar fulcral na discussão pública destas matérias, aparecendo como preocupação social de primeiro plano na sociedade portuguesa. Isto justifica-se na medida em que, nas últimas décadas, o crescimento das cidades tem sido efectuado em função de novas formas de espacialização do povoamento que deram origem a áreas metropolitanas, assentes numa complexa malha social de ocupação do território nacional. No interior destes espaços encontra-se uma multiplicidade de actividades económicas e uma sobreposição de grupos sociais fortemente heterogéneos, em relação aos quais a multiculturalidade é somente um dos aspectos a reter. Este processo de transformação social tem subjacente uma facilidade dos transportes – e em especial a sua individualização –, acompanhada de uma dispersão espacial das unidades produtivas, o que promove uma forte mobilidade geográfica das populações (Lourenço et al., 1998).

Políticas públicas de habitação social, designadamente através da construção de bairros de realojamento, têm levado à criação de zonas bem delimitadas no interior das cidades e nas periferias, para onde populações são deslocadas e “*artificialmente*” fixadas (Moura, 2003; Leonardo, 2004). Deste modo, tendo como pano de fundo uma linha orientadora que cruza três vectores – infância, delinquência e território –, à opção pela investigação em seis bairros de realojamento no concelho de Oeiras, na Área Metropolitana de Lisboa, associam-se as profundas transformações e mudanças ocorridas nos últimos anos no tecido (sub)urbano das grandes cidades portuguesas. Nesta linha, destaca-se a extinção de núcleos de construção de génese ilegal e a subsequente deslocalização das populações aí residentes para estes novos equipamentos, especialmente criados para esse fim: os bairros de realojamento. Na medida em que pela sua construção se visava a melhoria das condições de vida das populações realojadas, considera-se importante identificar, analisar e compreender algumas das mudanças e dinâmicas sociais nestes novos núcleos urbanos. Sabendo-se como uma grande parte da delinquência recenseada oficialmente em Portugal tem tido, ao longo dos tempos, como principais autores, crianças e jovens oriundos dos núcleos habitacionais entretanto extintos, interessa perceber como é que este problema social se

desenvolve nos novos bairros, e em que moldes isso vem a acontecer. Assim sendo, como ponto de partida para esta investigação levantou-se a seguinte interrogação:

Como se manifesta e se caracteriza a delinquência na infância no contexto urbano de bairros de realojamento na Área Metropolitana de Lisboa?

Pretende-se compreender o contexto sociocultural onde estes casos se produzem, reproduzem, ou se dissolvem. Tem-se por objectivo identificar, analisar e compreender a natureza e dimensões do problema da delinquência na infância nos bairros de realojamento escolhidos, atendendo a uma dupla vertente que diz respeito, por um lado, à natureza dos actos identificados com relação a esses espaços, por outro, aos modos de vida, às práticas sociais e aos processos de socialização de crianças neles residentes. Do enfoque neste território específico, veio a destacar-se a importância do processo de urbanização como dimensão central da análise da delinquência, associando-se à primeira interrogação o levantamento de uma segunda:

Quais as relações emergentes entre a delinquência na infância e os modelos de urbanização em que se integra a construção desses bairros de realojamento?

Deste modo, tem-se também por objectivo analisar e compreender de que forma, e a que níveis, os modelos e processo de urbanização concretizados na origem destes bairros se encontram associados às formas de delinquência identificadas.

A estas duas interrogações subjazem duas linhas de orientação. A primeira, voltada para um maior conhecimento sobre os actuais contornos da delinquência de crianças em Portugal, ainda que restrita à origem no contexto em análise, parte de um certo paradoxo. A uma crescente mediatização deste problema social, assente na percepção de um aparente aumento das práticas de delinquência por crianças e por jovens na sociedade portuguesa, contrapõe-se a ausência de dados estatísticos oficiais que confirmem essa tendência. A vivência quotidiana em meio urbano está impregnada de representações de violência e de delinquência, tendencialmente reportadas a autores residentes nestes e noutros bairros de tipologia similar. A distância entre a persistência destas representações e a natureza dos dados oficiais suscitam um maior interesse acerca da delinquência vivida ou percebida neste contexto, mas não recenseada oficialmente, muito em especial, através dos pontos de vista dos que nela se encontram envolvidos, isto é, as próprias crianças. Até certo ponto, procura-se compreender em que se traduz o desfaseamento entre a delinquência recenseada

pelas entidades oficiais e as vivências das crianças e famílias nestes territórios, bem como identificar alguns dos mecanismos que podem estar subjacentes a esse processo.

A segunda linha de orientação foca-se na problematização de alguns dos contornos do processo de urbanização, pretendendo-se caracterizar e salientar a natureza, projecção e dimensão de certas políticas públicas de habitação social em Portugal. Tem-se como quadro de fundo as que foram postas em execução nas últimas décadas ao abrigo do Programa Especial de Realojamento em Oeiras, concelho precursor no país na concretização do objectivo de erradicação de barracas. Estabeleceu-se como enunciado geral que **os processos de urbanização que estiveram na base da construção dos bairros seleccionados para o estudo se articulam com o desenvolvimento de formas de socialização e modos de vida facilitadores do acesso das crianças a oportunidades para a prática de actos delinquentes**. Numa linha metodológica similar à desenvolvida por Lourenço (1991), este enunciado serviu como hipótese central à qual se foi agregando outras, num processo de ramificação gerado a partir do desenvolvimento da própria pesquisa. Assim, o feixe de hipóteses que se foi desenhando ganhou corpo no modelo teórico de análise que serve de base para a discussão e compreensão do objecto de estudo (Figura 5.1).

É nos espaços de socialização familiar, escolar, entre pares, de acesso aos *media*, em territórios, espaços e lugares de características diversas, que a evolução das crianças é influenciada, podendo abarcar desde a resolução saudável e desdramatizante de um problema, em tantas ocasiões menor, até à sua exclusão ou estigmatização (Queloz, 1994; Najman et al., 2000). Com base na segregação espacial e social em que estes bairros supostamente assentam, e que se tentará analisar a diversos níveis, levanta-se a hipótese de que **a prática de actos delinquentes pelas crianças faz-se de modo precoce pela sua inserção em redes sociais que se constituem perante modelos de referência familiares e sociais afastados da conformidade à norma social**. As instituições tradicionais de controlo social, designadamente a família e a escola, encontram-se sujeitas a transformações que as afastam de modelos tradicionais de funcionamento, podendo associar-se ao desenvolvimento de acções desviantes e delinquentes.

No entender de Body-Gendrot (1995, 2001), muitas destas situações surgem, em larga medida, como consequência das limitações e influências de um espaço mal apropriado, sobretudo em contexto urbano, porque também ele mal definido e onde o desregulamento social, numa ambiguidade quanto aos papéis que cada actor deve assumir, promove o desejo de entrega a actos desta natureza seja por afronta consciente à ordem social ou por mera excitação, prazer ou divertimento, em função da ausência de referências estáveis que veicu-

lem quais os limites da actuação individual ou colectiva. Quanto mais heterogénea e desfragmentada uma sociedade for, mais os actos delinquentes concretizados por crianças, e até mesmo por jovens, individualmente mas sobretudo em grupo(s), tenderão a ser percebidos como gratuitos (Chaillou, 1995). Assim, importa conhecer como é que as crianças se apropriam e (re)constroem o espaço dos bairros em diferentes dimensões. Parte-se do princípio defendido por Christensen e O'Brien (2003), segundo o qual as formas como elas experienciam e constroem um sentido de apropriação do espaço é pilar fundamental para o envolvimento na mudança desse espaço e, conseqüentemente, da elevação da qualidade de vida dos residentes.

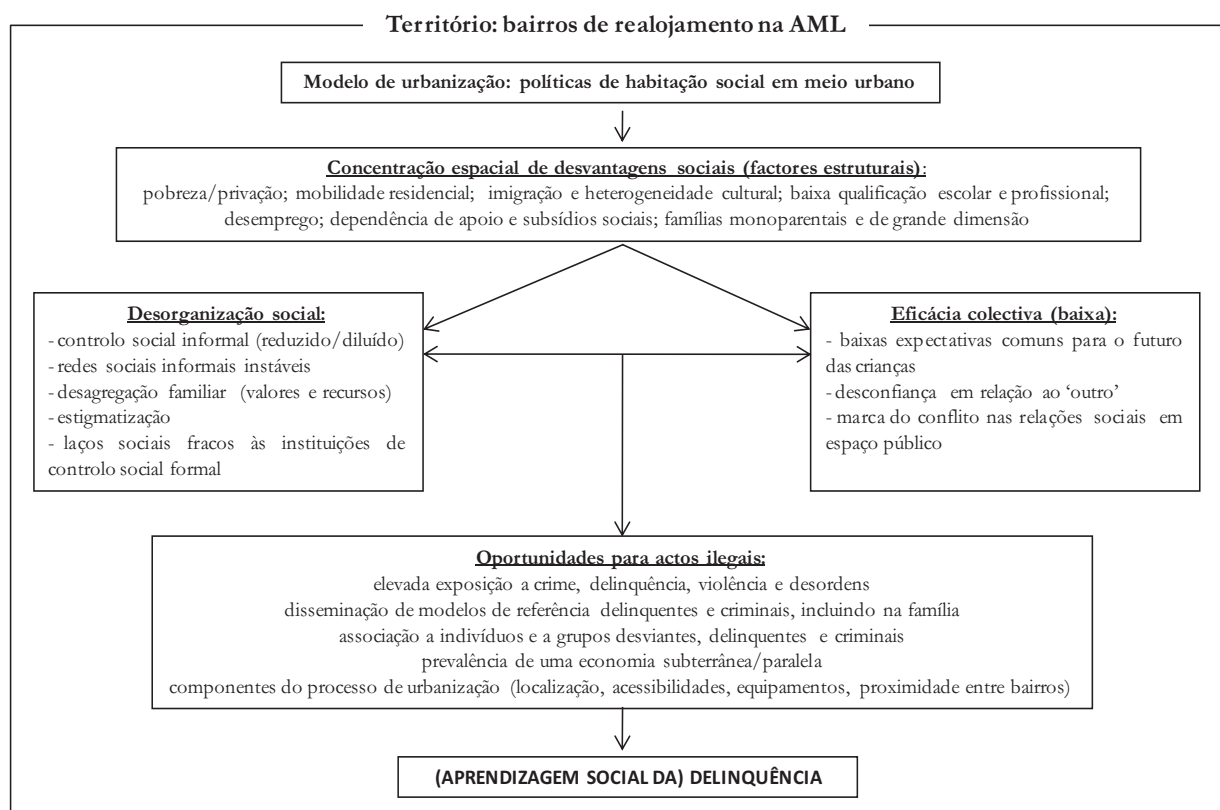
Nesta ordem de ideias, emerge de forma significativa a necessidade da consideração do conceito de desorganização social nesta investigação, que aqui se adopta na perspectiva do proposto por Sampson e Groves (1989): a falta de capacidade de uma comunidade em identificar e definir os valores comuns para os seus membros de modo a que estes possam assegurar a conformidade social e promover a efectivação do controlo social no seu contexto de vida. O envolvimento das crianças em delinquência pode corresponder a formas aparentes de integração social, aceites e potenciadas pelas dinâmicas sociais na base da desorganização social aí prevalente. Deste modo, entronca também no enunciado central a possibilidade de **a prática de um acto delinvente pelas crianças neste contexto poder constituir uma forma de socialização, atractiva e desafiante para as próprias, pelo reconhecimento de um papel e de um estatuto social que, em função dessa prática, lhes é proporcionado.** Deste leque de enunciados de possibilidades decorre a necessidade de identificar o lugar da criança neste cenário, quais os papéis sociais que assume, e, especificamente, como surge a delinquência. Como evidenciou Tomás (2006: 37), *“nem a criança está isolada e é impermeável aos contextos onde se move, nem os contextos são imunes às crianças. Por conseguinte, pode afirmar-se que há uma influência mútua entre contextos e crianças.”*

Na procura de respostas para estas questões e hipóteses tem-se como pano de fundo uma preocupação central que corre transversalmente a todo o estudo e que se prende com a natureza e eficácia das políticas sociais para a infância em Portugal que têm por meta a promoção e protecção dos direitos e a elevação do bem-estar da criança (Almeida, 2000). À luz dos principais contornos do contexto em análise, emergem algumas das potencialidades e das limitações dessas políticas. No fundo, até que ponto a construção social de um ideal de infância que visam traduzir encontra eco nos quadros de vida aqui identificados.

Em suma, o modelo teórico de análise preconizado nesta investigação (Figura 5.1), com origem nos campos do interaccionismo simbólico, da ecologia social e da sociologia

da infância, pensa a delinquência na infância como expressão de um problema social que, não sendo novo, está associado a um amplo espectro de factores e circunstâncias de natureza diversa. Estes factores e circunstâncias colocam-se em jogo num determinado território cujo ambiente físico influi e simultaneamente sofre as influências da acção e do controlo social exercido pelos indivíduos que nele se situam, ou o atravessam, e em relação aos quais as crianças, na qualidade de actores sociais, atribuem um sentido particular que apropriam, integram, reconstituem e (re)produzem.

Figura 5.1: construção do modelo teórico de análise da delinquência de crianças em bairros de realojamento na AML



Fontes: adaptado a partir do *Conceptual Model of Neighborhood-Level Influences on Juvenile Delinquency* de Kingston, Huizinga e Elliot (2009: 60) e do *The Neighborhood Contextual Model* de Elliot, Wilson, Huizinga, Sampson, Elliot e Rankin (1996: 396).

Tenta-se promover neste estudo uma forma de olhar a cidade que resulta da conjugação das lentes da tradicional *Escola de Chicago* com as linhas de orientação mais recentes das perspectivas da ecologia social, em que se destaca a importância de cinco pilares da vida social: organização, coesão, controlo, confiança e partilha (Sampson e Groves, 1989; Elliot et al., 1996; Sampson et al., 1997; Morenoff et al., 2001; Kingston et al., 2009).

O enfoque centra-se num contexto espacial específico – o de bairros de realojamento –, que são vistos na qualidade de sistemas sociais interdependentes em território físicos e sociais mais vastos, o da cidade e o da área metropolitana. Mais do que os meros atributos

da composição da população, de natureza estrutural, tem-se uma preocupação especial na análise das dinâmicas sociais e das formas de organização e controlo social que se desenvolvem nos bairros, parte das quais extravasa os seus limites geográficos. Nesta concepção a delinquência é influenciada pelas características espaciais do bairro que, por sua vez, está condicionado pela proximidade a outras zonas e bairros ligados por processos espaciais que, em último, caracterizam todo o sistema metropolitano, ultrapassando-se a ideia das teorias ecológicas tradicionais que foi a de restringir a análise às características internas dos bairros (Sampson, 2002).

Dois vectores são fundamentais na análise das dinâmicas espaciais associadas à produção e disseminação da delinquência neste contexto: concentração e estigmatização. Cada bairro surge como uma formação socioespacial específica e diferenciada resultante de processos e mecanismos sociais que assentam em lógicas, simultaneamente, de segregação e de agregação física e social num certo local, de fragmentação social, exclusão e de inclusão no meio urbano, situações potenciadas em paralelo a um só tempo. Nesta investigação interessa particularmente a conclusão apontada em diversos estudos relativamente à existência de uma relação positiva entre a concentração de desvantagens sociais em certos espaços urbanos e a delinquência. Na sua origem, o facto de desorganização social e (baixa) eficácia colectiva num determinado território se interpenetrarem-se mutuamente, decorrendo da natureza deste processo o favorecimento da aprendizagem social da delinquência pelas crianças.

Na forma proposta por Sampson et al. (1997), a eficácia colectiva refere-se aos mecanismos sociais de construção de confiança e de partilha de expectativas entre residentes de um determinado território relativamente ao controlo social, deslocando-se o foco de atenção dos laços individuais para o da eficácia social dos grupos. Trata-se de um conceito de grande amplitude que não se tem a veleidade de esgotar nesta investigação. Para este efeito sustenta-se a sua construção em torno de três vectores: partilha de expectativas entre os residentes relativamente à educação e futuro das crianças; relações de confiança com o 'outro', e natureza do controlo social informal, especialmente no espaço público. Em função dos meios disponíveis e dos objectivos traçados, fica-se por uma abordagem que se centra especialmente na recolha de traços qualitativos observados na interacção social e directamente junto dos residentes, adultos e crianças.

Transpondo esta concepção para a realidade dos bairros em estudo, é-se levado a defender a ideia de que existe uma capacidade colectiva, conjunta por parte dos residentes, de alcançar certos fins que são desejados a partir da partilha de valores e vontades comuns,

que reforçam ou não as oportunidades para a conformidade social. Como provam os resultados de várias pesquisas (Sampson, 2008), processos sociais fulcrais como o controlo social, se exercido nos espaços públicos com base no envolvimento colectivo dos residentes, associa-se negativamente a violência, delinquência e crime. À luz dos contornos do desenvolvimento urbano, a eficácia colectiva depende da construção de relações de confiança estabelecidas com o(s) ‘outro(s)’, que satisfaçam tanto necessidades pessoais como sociais, sendo indissociáveis do território onde se concretizam. Os espaços locais são fundamentais para realização individual e social, incluindo-se nestas relações a partilha de valores e vontades relativas à segurança pública e à educação das crianças (Bursik e Grasmick, 1993).

Nesta perspectiva, a delinquência surge como resultado de uma aprendizagem social (Akers, Krohn, Bandura) que se associa à existência de janelas de oportunidades que facilitam a passagem ao acto delincente. Entre estas, destaque para a prevalência de determinados padrões de vizinhança e de redes sociais em determinadas zonas (Merton, Cohen, Cloward e Ohlin) e para a associação a modelos de referência delinquentes e criminais. A socialização de crianças em contextos sociais onde violência e crime tendem a acontecer com regularidade sujeita-as a uma maior exposição e contacto com esses problemas sociais, num quadro de valores que pode favorecer a violação de regras sociais e a não conformidade social.

A família, como instância de socialização privilegiada nestas idades, tem um especial papel neste campo. Os factores associados à esfera familiar, ao controlo social informal, ao exercício da supervisão educativa e aos processos de aprendizagem que pais constroem com os filhos, em especial no sentido de lhes inculcar ou não a adesão aos valores da sociedade, estão associados à delinquência e extensamente retratados na literatura científica. Tal como as famílias influenciam o desenvolvimento dos seus membros através da situação social e física, também sofrem com as influências do meio onde se (des)integram (McCord, 2002; Seaton e Taylor, 2003), sendo certo que a maioria abrangida por este estudo tem uma capacidade reduzida de selecção do local, estando quase exclusivamente dependente dos serviços de acção social e da execução de programas de habitação social.

5.2 Natureza e âmbito do método de investigação: um estudo de caso

Todo o conhecimento sociológico sobre a realidade social encontra-se sujeito ao ponto de vista particular do sociólogo que o produz (Weber, 1979; Boudon, 1990). Esta

abordagem destaca o posicionamento epistemológico que se assume na análise de uma problemática, pois a escolha de uma orientação metodológica não é independente da concepção que se possui e se constrói sobre a Sociologia e a sociedade (Schnapper, 1999).

Este projecto de investigação surge na continuidade de estudos concretizados num passado recente e, ao mesmo tempo, na perspectiva de alargamento a outros domínios do saber sociológico, assente em critérios que valorizam a sua relevância social e científica. Com base nos resultados anteriormente obtidos, em especial no âmbito da dissertação de Mestrado, pretendeu-se com esta nova investigação desenvolver uma trajectória analítica que se centrasse em territórios específicos, o de bairros de realojamento, estatisticamente os locais mais representados na população à data estudada.¹²⁹ Não sendo possível investigar todos os sujeitos e acontecimentos de uma determinada realidade social, considerou-se que o método de estudo de caso seria o mais adequado para a prossecução desta pesquisa.

Diversos autores apontam limitações a este método, nomeadamente no que diz respeito a questões associadas à representatividade, fiabilidade e rigor da informação recolhida. Desta forma, questionam o valor atribuído à singularidade do objecto de estudo suscitando desconfiança ao que se encontra além da representação estatística (Ferraroti, 1983), e antes se constrói com base na representatividade analítica, na qual se evidencia um campo de “*subjectividade*” implícita relativamente aos procedimentos indutivos postos em prática pelo investigador (Yin, 1984; Burgess, 1991; Becker, 2002a).

Ao fazer-se esta opção tinha-se presente, como preconiza Burgess (1991), de que se necessita de defender as acções e opções metodológicas tomadas através da discussão dos princípios e quadros teóricos pelos quais se selecciona determinadas situações, pessoas ou acontecimentos, em detrimento de outros. A representatividade de um estudo de caso não se coloca em termos estatísticos, pois o valor sociológico da informação depende das qualidades teóricas e metodológicas accionadas, sobretudo pela ligação ao problema social investigado, pois tende a ser construído em torno de um objecto que se identifica como um fenómeno contemporâneo situado no contexto da vida real (Yin, 1984).

¹²⁹ No estudo realizado (Carvalho, 2003), o universo foi constituído por 599 jovens, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os nove e os 17 anos, que nos últimos quatro meses de 2000 se encontravam colocados nos Colégios de Acolhimento, Educação e Formação, do Instituto de Reinserção Social (actuais Centros Educativos da Direcção-Geral de Reinserção Social), do Ministério da Justiça, por decisão judicial em função de práticas desviantes e delinquentes. Cerca de 40% eram oriundos de bairros de realojamento, sobretudo nos concelhos do Porto, Lisboa, Oeiras, Olhão, Almada e Setúbal. Seguiam-se os que residiam em bairros degradados e barracas, correspondentes a 25,2% do total do universo. Nestes casos, os concelhos mais representados eram os da Amadora, Oeiras, Loures, Lisboa e Barreiro. Esta informação traduz algumas das linhas de orientação postas em prática no campo das políticas de habitação social no território nacional.

A razão na base da escolha por este tipo de investigação, de natureza fundamentalmente qualitativa, prende-se com um conjunto de factores de entre os quais se salientou a necessidade de recolha e de captação de traços qualitativos sobre os modos de socialização e as dinâmicas sociais envolvendo crianças no contexto seleccionado. A preferência por uma orientação etnográfica permitiu à investigadora a inserção no terreno onde se enquadrou a pesquisa. Para esta escolha concorreu também a especificidade do grupo social em estudo e das suas condições de vida, tentando apreender-se a partir das crianças, as lógicas de acção e os significados por si atribuídos às práticas sociais quotidianas.

Valorizou-se o contacto directo com a população através de uma diversificação de estratégias e técnicas, o que constitui um dos traços distintivos de um estudo de caso. A intervenção intensiva e prolongada no tempo no contexto seleccionado possibilitou captar com uma maior acuidade a informação, particularmente porque se valorizou a flexibilidade na escolha de técnicas e instrumentos de recolha de informação (Costa, 1986). Isto permitiu constituir um corpo de dados que se caracteriza pela heterogeneidade, tendendo à saturação no que concerne a alguns dos aspectos considerados (Costa, 1986; Lourenço, 1991).

O método de investigação delineado foi ao encontro da ideia defendida por Costa (1986: 132), de que “*o principal instrumento de pesquisa [no terreno] é o próprio investigador*”. Não se tratou só de considerar a orientação, o planeamento, a tomada de decisão e a aplicação das técnicas e instrumentos, mas sobretudo pensar como a interacção etnográfica desafiaria a pôr permanentemente em acção a capacidade de ajustamento conceptual e prático ao imprevisto, ao inesperado, ao aparentemente incontrolável. No estudo prolongado, intensivo e profundo de uma realidade social complexa como aquela que aqui se encontra em causa, sabia-se que a necessidade de reacção ao momento e à surpresa emergente de situações de observação eram factores decisivos para a evolução da pesquisa e, naturalmente, acabariam por se ver reflectidos em diferentes dimensões de análise (Costa, 1986).

À selecção do estudo de caso, de base etnográfica, eminentemente exploratório sobre um objecto de estudo poucas vezes abordado, associou-se a vantagem de poder conjugar perspectivas macro e micro sobre a realidade social. As tarefas de conceptualização implicaram que se operasse em função destes dois níveis de análise visando a compreensão dos pontos de intersecção entre um e outro. Enquadrado por uma visão de conjunto, alargada, o caso analisado funciona numa dupla vertente: como porta de acesso ao global e, ao mesmo tempo, como ferramenta de desocultação de pormenores e interacções entre unidades sociais (Lourenço, 1991). Neste sentido, com esta investigação visou-se concretizar uma abordagem com rigor à realidade social escolhida, identificando-se esta como um sis-

tema restrito, particular e delimitado, não podendo os resultados obtidos ser generalizados para lá da população e do período temporal em causa.

5.3 As técnicas de investigação

Na operacionalização deste estudo de caso conjugaram-se metodologias qualitativas com outras de carácter quantitativo, ambas associadas a uma lógica analítica compreensiva. As abordagens quantitativa e a qualitativa não têm obrigatoriamente o mesmo campo de acção. O termo qualitativo implica uma ênfase nos processos e significados que não são examinados exactamente em termos de quantidade, intensidade ou frequência (Bardin, 1977; Albarello, 1995; Quivy e Campenhoudt, 1998). Procura-se realçar a natureza socialmente construída da realidade (Berger e Luckman, 1973), a relação entre o investigador e o que está a ser estudado (Lessard e Hébert, 1994), e os constrangimentos situacionais que marcam a investigação (Denzin e Lincoln, 1994). A abordagem qualitativa permite um procedimento mais intuitivo, maleável e adaptável a categorias não previstas inicialmente e à evolução das hipóteses (Vala, 1986), pressupondo um conjunto de princípios de regulação da própria pesquisa, nomeadamente no que concerne à intersubjectividade entre investigador e sujeitos, aos processos de entrada no contexto de estudo, à relação dos processos locais com as forças externas (Lessard e Hébert, 1994). Para este efeito, as questões orientadoras apresentadas anteriormente, oriundas da fundamentação teórica, nortearam a construção do processo metodológico de uma forma que não foi rígida, mas se desejou que fosse rigorosa (Bourdieu, 1993).

“Levantar questões é uma tarefa fácil comparada com a carga de trabalhos que representa tentar dar-lhes resposta. Com efeito, as explicações dos fenómenos sociais são fornecidas pelas teorias – corpos estruturados de proposições e enunciados que definem um paradigma, isto é, os modelos teóricos e pensamento, que orienta o conjunto da investigação e da reflexão teórica num determinado domínio da investigação.” (Pais, 1996: 10)

Numa mesma “*carga de trabalhos*” da enunciada por Pais (1996), a operacionalização deste estudo atendeu ao facto de que cada técnica tem as suas potencialidades e limitações, não é neutra (Bourdieu et al., 2007), pelo que a opção pela complementaridade entre diferentes técnicas se revelou uma mais-valia. Com vista à descrição e problematização das técnicas e instrumentos de recolha de informação usados neste estudo, nos próximos pontos discute-se os principais contornos do recurso à pesquisa bibliográfica e análise documental, à observação participante e à observação directa, às abordagens por inquérito sociológico – entrevistas e questionário - e às técnicas visuais – desenhos e fotografias.

5.3.1 Pesquisa bibliográfica e análise documental

Tendo por objectivo um melhor conhecimento sobre a problemática em estudo, procedeu-se inicialmente a uma análise bibliográfica que abrangeu vários domínios da investigação, em particular os da Sociologia e o do Direito das Crianças e dos Jovens. Este é um estudo desenvolvido a partir da conceptualização da delinquência numa perspectiva sociológica, que traz para o centro da discussão as dinâmicas e as relações sociais entre os diversos actores sociais num dado contexto, deixando-se para um segundo plano a consideração do ponto de vista restrito da Justiça e do Direito. Da identificação da tensão entre o sociológico e o jurídico na etapa de preparação da entrada no terreno, afigurou-se importante ter presente as balizas da acção de um e de outro campo, daí a pesquisa bibliográfica ter ficado essencialmente por estes dois domínios.

Ao longo de todo o período de investigação decorreu uma intervenção focalizada na análise documental de diversos tipos de informação. Paralelamente à execução do trabalho de campo foi concretizada a recolha e o tratamento de dados estatísticos e de documentos oriundos de vários serviços e instituições oficiais, nomeadamente a Polícia de Segurança Pública através da Direcção Nacional, da Divisão de Oeiras e da Esquadra local que abrange o território dos bairros em estudo; a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras; o Ministério da Educação e os Agrupamentos de Escolas que serviam os bairros; a Câmara Municipal de Oeiras, através do Gabinete de Desenvolvimento Municipal, do Departamento de Habitação e da Rede Social; Juntas de Freguesias locais; o Instituto Nacional de Estatística; o Ministério da Justiça, através da Direcção-Geral de Política da Justiça, e o Ministério Público pela Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa.

Este processo foi especialmente importante para a construção e aperfeiçoamento das técnicas e instrumentos a aplicar e não ficou restrito às entidades oficiais, tendo-se procedido à recolha de dados constantes noutros estudos, estatísticas e conteúdos sobre a infância quer a nível nacional como internacional. Contudo, não foi fácil conseguir a informação desejada; bem pelo contrário, o trabalho de recolha arrastou-se no tempo e a resposta a algumas das solicitações feitas ficaram por concretizar. A divulgação pública de indicadores desta natureza nem sempre existe, ou quando se concretiza tende a ser muito desfasada no tempo, além de se encontrar dispersa por várias entidades. Teve-se ainda a oportunidade de constatar como estes indicadores podem assentar em classificações e indi-

cadores cuja conceptualização é controversa, conforme se vai apresentando nos pontos desta dissertação dedicados à crítica das fontes de informação.

Os dados obtidos mais relevantes serviram essencialmente dois fins. Num primeiro nível, procurou-se traçar os principais contornos de um quadro sobre a situação social da infância em Portugal, numa perspectiva de análise macro que se encontra descrita no Capítulo 3. Para isso usou-se a informação disponibilizada primordialmente pelo Instituto Nacional de Estatística, que se completou com outra recolhida junto de diferentes serviços. Num segundo nível, o interesse centrou-se especificamente na informação sobre a delinquência de crianças oriunda das autoridades policiais (Anexo 5.1), judiciais, da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e da Comissão de Protecção local (Anexo 5.2), tendo por objectivo o desenvolvimento de uma análise macro, de âmbito nacional, e outra de natureza micro, reportada aos casos emergentes no contexto de investigação. Esta recolha foi concretizada junto de documentos publicados e não publicados destas entidades, com especial destaque, entre outros, para os *Relatórios Anuais de Actividades* da Comissão Nacional e da Comissão local e os registos escritos constantes nos *Arquivadores do Expediente da Esquadra*, nos *Arquivadores dos NUIPC* e nos *Livros de Relatórios dos Graduados de Serviço* da esquadra local, relativos ao período compreendido entre 2001 e 2008. Do tratamento destes dados, traçou-se um primeiro cenário no Capítulo 3 onde se dispõe do conhecimento possível sobre a problemática no território nacional. Na segunda parte desta dissertação passa-se à apresentação de retratos específicos sobre a mesma, de âmbito concelhio e local, que conduziram à construção de uma tipologia sobre os actos delinquentes de crianças que se encontram oficialmente recenseados nestas entidades.

5.3.2 Observação participante e observação directa

Em reflexão feita sobre o papel que a observação desempenhou na sua infância na cidade de Chicago, Becker (2005) salienta que esta técnica, espontânea e recorrentemente usada pelas crianças, ao ser posta em prática num determinado contexto potencia uma maior compreensão sobre a estrutura social e física, e consequentemente, o domínio sobre o seu conhecimento, bem como o acesso à diversidade e às diferenças sociais e culturais. No fundo, a uma multiplicidade de fontes de informação da sociedade. Se a observação é um procedimento comum entre as crianças que permite a abertura a outros horizontes e patamares de acção social, no caso da investigação sociológica assume um carácter similar (Burguess, 1991; Becker, 2005).

Nesta pesquisa, o trabalho de campo etnográfico centrado na observação decorreu fundamentalmente em duas dimensões: uma alargada, que teve por enfoque as interacções decorrentes da observação directa e participante nos bairros seleccionados, com um especial interesse para o espaço público, as escolas, os espaços associativos; uma outra mais restrita, voltada para a recolha de informação junto das crianças que entre 2005 e o final de 2008 frequentaram o 1º Ciclo do Ensino Básico nas escolas dos bairros. Mas porque a inserção no terreno a isso impôs, desenvolveu-se fases de observação em espaços públicos, de estabelecimentos comerciais e de grandes superfícies localizados nas zonas circundantes e exteriores aos bairros, para onde várias das crianças se deslocavam. Procurou-se, assim, seguir e identificar alguns dos itinerários mais usados por algumas delas, identificando as formas de uso e apropriação do espaço, parte das quais directamente associadas à prática de delinquência.

Há um leque de variantes e formas de pôr em prática a observação. A observação directa, entendida num sentido restrito, reporta-se a situações que não envolvem interacções verbais específicas, supondo frequentemente o anonimato do observador (Costa, 1986). Longe de ser a técnica de observação mais significativa nesta pesquisa, revelou-se importante quando se tratou fundamentalmente de aferir certas dimensões do espaço físico e social dos bairros, nomeadamente em termos de concepções urbanísticas e equipamentos.

Do conjunto de técnicas a que se recorreu nesta pesquisa, a observação participante foi das de maior relevância, com base numa prática de imersão prolongada no terreno, que englobou contactos e conversas informais que se revelaram adequados para a captação dos acontecimentos e das práticas sociais. Remonta às primeiras décadas do século XX o recurso à observação participante em pesquisas sociais, disso sendo exemplo os trabalhos de Malinowski, Znaniecki, Park ou Becker, entre outros (Danic et al., 2006; Peneff, 2009). Cerca de cem anos depois, as potencialidades continuam a ser postas em evidência e cada vez mais surge em estudos feitos com ou sobre as crianças (Corsaro, 1985, 1997, 2005; Saramago, 1999, 2005; Holloway e Valentine, 2000a; Malho, 2003; Ferreira, 2004b; Danic et al., 2006; Tomás, 2006; Fernandes, 2005, 2009; Machado, 2008). Contudo, nem sempre foi assim e esta é uma tendência redescoberta que vem a assumir novos contornos. Durante muito tempo a ausência da observação da vida das crianças nos principais quadros de interacção social marcou a investigação em Sociologia (Peneff, 2009).

Peneff (2009: 42) chama a atenção para a necessidade de se repensar as formas de apresentação das crianças nos produtos finais de uma pesquisa e sugere que, em trabalhos que recorram à observação, deve estar presente, de modo inequívoco, a ideia da sua parti-

cipação como membros de pleno direito na sociedade. Este autor defende que é fundamental “*les réintroduire dans la société*”, devendo tomar-se como ponto de partida as acções e as reacções entre adultos e crianças e entre crianças e adultos. Caso assim não aconteça, corre-se o risco de as sujeitar a uma visão simplista e redutora que as coloca como meros receptores da acção dos adultos.

As possibilidades de acesso aos mundos sociais da infância alcançadas através da observação são vastas. Nesta investigação, procurou-se adaptar esta técnica a um processo de construção à medida do terreno, com base num papel definido e identificado – o de investigadora –, visando a possibilidade de partilha de rotinas e momentos do quotidiano. Tinha-se presente que, quando se trata da observação de crianças, se alguém as observa, também as próprias, por força das circunstâncias da interacção social estabelecida, não deixam de observar, de questionar, de colocar em causa o observador, e a ligação entre o investigador e as crianças acontece em condições sociais específicas que não podem ser subalternizadas ou ignoradas (Peneff, 2009).

Neste caso, de modo muito particular, evidenciou-se a importância atribuída ao espaço público, sobretudo a rua, e aos fenómenos aí originados numa perspectiva que a destaca como lugar fulcral na socialização na infância neste contexto. Os modos de integração destas crianças na rua, bem como as principais formas de apropriação desse espaço, constituíram um dos eixos mais importantes que orientou as práticas de observação. Quando se fala da rua, fala-se de um conjunto de linguagens, de saberes práticos, de histórias e “*estórias*”, de rituais, de associações, até mesmo de formas de economia, que as crianças nela põem em acção e em relação aos quais se impunha uma especial atenção (Lepoutre, 2001, 2005; Jamouille, 2005; Moignard, 2008; Peneff, 2009).

O confronto no terreno entre quem investiga e quem domina esse terreno, e a que se pretende também aceder, é uma das marcas da etnografia e da observação participante. Este desafio permanente não pode ser descurado. Ao constatar-se a existência de uma interacção do investigador no terreno de pesquisa exige-se-lhe que ponha em prática um questionamento permanente sobre as condições sociais da recolha e produção de informação e que atenda à questão da articulação estrutura-acção na análise das práticas sociais. Acredita-se, como aponta Burgess (1991: 207), que “*only by constant self-evaluation on our research experiences that we are most likely to understand moral dilemmas and the compromises that we are required to make in the conduct of the field research*”.

Neste trabalho, esta acção assumiu especial relevância, pelo que em todos os patamares anteriormente mencionados, depois do olhar emergiu a escrita. A recolha dos dados foi sendo expressa em registos e notas de campo que assumiram diversas configurações. Trata-se de um passo fundamental que foi além da mera função de registar, de inventariar o que de significativo se observou, de fixar os detalhes, os pormenores; esta etapa pôs a autora à prova pela reflexão e sistematização permanente que lhe era exigida sobre a informação recolhida, pela tarefa de estabilização dos dados que essa escrita implicava, através do confronto entre múltiplas perspectivas, as que orientavam o trabalho de campo e a dos significados que os actores sociais lhe permitiram aceder no contexto em observação. Foi uma fase em que se procurou tomar consciência activa sobre as interpretações que seriam ou não validadas, à luz dos pressupostos teóricos que sustentaram a intervenção. Teve-se por base a ideia de que sem o controle e o questionamento das práticas de investigação não se conseguiria transpor uma forma de realismo ingénuo, assente numa visão positivista que perspectiva a observação como um acto de gravação fiel do real, desvalorizando as relações conceptuais entre os problemas em estudo e entre estes e o posicionamento do investigador (Weber, 1979). Em suma, neste caso partiu-se do pressuposto sugerido por (Peneff, 2009: 160): “*observe-toi, si tu veux observer les autres*”.

Comparando com outras técnicas, a observação por períodos de tempo prolongados no terreno exige um volume de trabalho considerável, do qual só uma parte reduzida, eventualmente até bastante reduzida, acaba por ser usada nas produções finais da pesquisa. A validação da informação não é tarefa fácil e, como já referido noutros pontos, decorre do posicionamento epistemológico assumido pelo investigador.

5.3.3 As abordagens por inquérito sociológico: a entrevista e o questionário

As entrevistas e questionários constituem ferramentas metodológicas tradicionais no campo das ciências sociais e podem assumir diferentes dimensões, objectivos e modos de operacionalização (Kaufmann, 1996). Complementarmente à incursão etnográfica foram realizadas entrevistas com crianças e adultos, sob diferentes configurações: individuais e em pequeno grupo, entrevistas abertas e semi-estruturadas. Todas tiveram em comum um princípio: procurava-se com esta escolha fazer prevalecer a lógica dos actores sociais e a reflexão que desenvolviam sobre as estratégias e acções particulares destacando o seu discurso como meio privilegiado de análise. A possibilidade de maior profundidade na recolha

de elementos em estudo e a flexibilidade inerente a esta técnica foram factores preponderantes na selecção do formato, da orientação, do local de realização e da duração.

As conversas informais com crianças e familiares surgiram no decorrer da etnografia e constituíram uma forma de acesso privilegiada para a realização posterior de entrevistas, com carácter informal e conversacional (Fernandes, 2005; Saramago 2005). Em conjugação com os tempos de observação participante e directa concretizaram-se espaços de intervenção individual e em pequeno grupo de crianças no aprofundamento de algumas questões, parte das quais foram registadas sob a forma de entrevistas com recurso a gravador, mediante o seu consentimento e o dos respectivos encarregados de educação. Nestas abordagens, centrou-se o interesse nas práticas sociais, nas redes de sociabilidades e nas representações sobre os modos de vida no contexto em análise.

Neste processo emergiu a necessidade de seguir as disposições das crianças. Sem a observação deste princípio a discussão com a investigadora teria sido menos produtiva. Na linha do registado por Mauthner (cit. em Fernandes, 2005), também se deu conta de que as entrevistas individuais com as crianças se desenrolavam diferenciadamente em função da idade, surtindo mais efeito com as mais velhas (a partir dos 8 anos), o que levou a que se tivesse reservado para os mais novos um formato essencialmente centrado no pequeno grupo (três elementos).

Mais do que se ter estabelecido um guião rígido de entrevista assente numa rotina pré-estabelecida de perguntas e respostas, a estratégia que se seguiu, e que se revelou adequada pela adesão revelada pelas crianças, partiu do lançamento informal de temas e questões para conversa (Anexo 5.3). Na maior parte dos casos, deste patamar surgiu a disponibilidade e o interesse para a continuidade e seu aprofundamento. Porque nem sempre foi viável o registo em gravador, ocasiões houve em que se optou por registar por escrito a fala da criança, situação que se revestiu de especial relevância pelo valor que se atribuía ao seu discurso. Em várias ocasiões, a surpresa por elas manifestada por este tipo de procedimento foi grande e decorria do facto de ter um adulto interessado em registar as suas palavras. Este aspecto foi fulcral em termos de adesão e participação, sobretudo porque para muitas o domínio da escrita estava abaixo do que é regular nestas idades.

Para a discussão dos materiais visuais produzidos pelas crianças, desenhos e fotografias, recorreu-se a um outro tipo de entrevista, a projectiva (Fernandes, 2005), o que permitiu uma discussão aprofundada que foi concretizada a partir do pedido para que descrevessem os respectivos materiais. No caso dos desenhos, o procedimento adoptado foi

individual, realizado com cada autor, enquanto no das fotografias seguiu-se uma orientação mista, potenciando-se uma análise dessa natureza com outros momentos em colectivo, em pequeno e grande grupo (turma).

Além das crianças, foram também efectuadas conversas e entrevistas com familiares, com outros residentes e intervenientes no bairro. A abordagem privilegiada à família não foi feita em bloco, mas antes considerando os vários elementos a partir da própria criança. O respeito pelo estado emocional, pelas vivências, quantas das vezes dolorosas, que marcaram o quotidiano de muitas famílias, foi factor imprescindível para ganhar acesso ao terreno.¹³⁰ Do mesmo modo, a garantia da preservação do que era dito foi outro aspecto de especial relevância. Para a realização destas entrevistas optou-se pela selecção de um grupo de adultos em função de critérios qualitativos (que se identificam no próximo capítulo) e da disponibilidade e do interesse revelados pelos próprios para este tipo de participação. Porque não é suficiente compreender os mecanismos da entrevista importando, sobretudo, compreender os mundos do entrevistado e os factores que podem influenciar as suas respostas (Fontana e Frey, 1994), as entrevistas realizadas tiveram um carácter semi-estruturado, com base num guião flexível e moldável às circunstâncias da interacção posta em prática (Anexo 5.4). Recorreu-se a uma linguagem familiar e adaptada, tendo por fim proporcionar um espaço para que os entrevistados falassem de um modo livre, privilegiando-se a pergunta aberta em oposição à fechada porque lhes permite maiores possibilidades de expressão das convicções, opiniões, pensamentos e sentimentos (Benjamin, 1995).

Nas abordagens concretizadas procurou-se privilegiar-se “*uma relação de escuta activa e metódica*” (Bourdieu, 1993: 1393), que permitisse aprofundar a compreensão sobre as formas e dinâmicas de socialização das crianças neste espaço social através do olhar dos pais (e substitutos), das formas como dizem exercer o papel parental, bem como identificar através do seu ponto de vista, os mecanismos sociais e culturais que ajudam a explicar o envolvimento das crianças em delinquência. Num último patamar, solicitou-se que indicassem propostas de intervenção que gostassem de ver executadas de modo a alcançar a melhoria da qualidade de vida no bairro onde residem.

¹³⁰ Sabendo-se como a realização de uma entrevista representa um espaço privilegiado de construção entre entrevistador e entrevistado, que nada tem de pontual, arbitrário ou ocasional, a abordagem a matérias tão sensíveis obrigava a acautelar um conjunto de procedimentos que não esbatesse a confiança estabelecida (Bourdieu, 1993). Sem o estabelecimento de um laço de confiança dificilmente as entrevistas teriam ocorrido, e muito menos teria sido possível a respectiva gravação. Neste ponto, ressalva-se a importância dos primeiros contactos informais no espaço do bairro, na escola ou até mesmo em casa de alguns dos entrevistados, a forma como se foi lançando a ideia da colaboração neste estudo para que reflectissem sobre ela sem pressões, numa linguagem adaptada e particular a cada um em função da língua materna. Mostrou-se disponibilidade total em relação aos espaços e tempos para a sua realização, valorizando-se todos os momentos de interacção.

No caso dos técnicos de diferentes entidades, o tipo de entrevista seguiu os mesmos princípios observados anteriormente, com base num guião geral que foi constituído por um núcleo de perguntas passível de aplicação a todos, independentemente do serviço de origem ou função desempenhada (Anexo 5.5). Os entrevistados foram escolhidos à luz das funções que desempenhavam e que se considerou ser pertinente ter presente pela visão particular que representam. Sabe-se que são sempre testemunhos e discursos construídos com base em experiências individuais e representações sociais, portadores de significados que ora ajudar a clarear o olhar sobre determinados aspectos ora o podem encobrir, enformando de constrangimentos que importa não descurar no momento da validação e interpretação da informação recolhida.

A utilização de questionários nesta investigação ficou restrita a um patamar de complementaridade em relação a outras técnicas cingindo-se a aplicação a crianças que se encontravam nas turmas do 3º e 4º anos de escolaridade, pela necessidade de dominarem minimamente a competência da escrita de forma a evitar o mais possível a intervenção do adulto. Foi realizado um questionário centrado na frequência escolar (Anexo 5.6), essencialmente organizado em torno de perguntas de resposta fechada. Por muito fechado que um questionário seja, existe sempre um constrangimento relativamente à univocidade das respostas pelo simples facto de todos os respondentes estarem sujeitos a perguntas formalmente idênticas, independentemente das diferenças sociais e culturais (Bourdieu et al., 2007). Relativamente ao processo de classificação das respostas, seguiu-se o sentido que se lhes atribuiu com base na dialéctica previamente estabelecida entre quadros teóricos e pressupostos sobre o objecto a estudar, tendo sido aí que se delineou a exclusão de umas categorias em detrimento de outras.

5.3.4 As técnicas visuais de recolha de informação com crianças: utilização de desenhos, fotografias e vídeo

A leitura, a interpretação e a discussão de imagens visuais, dinâmicas ou estáticas, são actos permanentes do quotidiano de crianças e adultos em qualquer ponto do mundo. Desde muito cedo, as crianças aprendem a descodificá-las a partir de experiências individuais, com pares, na família e nos contextos onde interagem, não se podendo descurar o papel que os *media* têm neste processo. As formas de interacção social onde o riscar, o desenhar, o ver e o fazer imagens estão presentes assumem um papel tão importante no desenvolvimento social das crianças como a aprendizagem da língua materna, da escrita ou da leitura de um texto. São acções que se reportam a um poder de partilha de ideias, de

descobertas, de sentimentos e de emoções da criança com o mundo (Machioli, 1998; Coquet, 2003; Sarmiento, 2007).

Ao longo dos tempos, alguns dos *media*, como o vídeo e a fotografia, passaram de uma função de mero suporte de memória a técnicas privilegiadas de abordagem aos mais diversos âmbitos da vida social, desde o universo privado ao público, permitindo a incorporação e o entendimento da realidade em torno de novas estratégias de expressão e comunicação social (Feixa et al., 2008). Apresentam componentes metodológicas inovadoras e especialmente atractivas, que colocam novos desafios à investigação sociológica em função dos horizontes que abrem para o acesso aos significados da relação entre o visual e o quotidiano (Becker, 1995, 2002b; Pais et al., 2008).¹³¹

Estudar as crianças com base num quadro teórico que as releva como actores sociais destaca a necessidade de atender à sua *voz* a partir do próprio campo de acção onde se situam, eixo-estruturante para a melhor compreensão das dinâmicas e mudanças sociais em que as crianças são parte activa (Qvortrup, 1994, 1999; Corsaro, 1997; James et al., 1998; Sirota, 1998, 2006; Holloway e Valentine, 2000; Punch, 2002a; Lee, 2001; Rasmussen e Smidt, 2003; Almeida, 2006, 2009; Danic et al., 2006; Mayall, 2002, Sarmiento, 2006, 2007). Pouco a pouco, as imagens visuais produzidas na infância têm vindo a ser valorizadas como poderoso veículo para conhecer o que têm para contar, não num sentido literal que se restringe à audição em termos de comunicação oral, mas antes num alargamento às múltiplas formas linguagem e de expressão simbólica a que recorrem (Sarmiento, 2007).

Deste modo, não se pode continuar a ignorar que o acto de desenhar corresponde a dos mais importantes e significativos patamares do desenvolvimento do poder de comunicação na criança, simultaneamente associado às competências e ao poder de assimilação e partilha da informação (Coquet, 2003; Anning e Ring, 2004; Sarmiento 2007). Até ao século XX, o interesse académico sobre os desenhos de crianças era reduzido, tendencialmente restrito à Psicologia ou centrava-se na redefinição de algumas linhas de orientação no estudo da Arte Moderna. Foi pelo desenvolvimento destes dois campos que se deveu o alargamento deste interesse a outras áreas do conhecimento científico.

Ao tomar-se o desenho como ferramenta metodológica numa pesquisa sociológica, mais do que focar o interesse da análise numa visão fechada sobre o produto final, que

¹³¹ Como evidencia Tomás (2006), a relação entre a Sociologia e os registos visuais (desenhos, filme, vídeo, fotografias ou outras formas) esteve na base da constituição de uma disciplina de Sociologia Visual, que se centra no estudo das dimensões visuais da vida social com base em materiais visuais e diversas expressões do mundo social. A sua dinamização é assegurada pela *International Visual Sociology Association (IVSA)* que tem a cargo a publicação de uma revista especializada sobre estas matérias, a *Visual Studies*.

redundaria numa interpretação adultocêntrica, é antes fundamental ouvir as crianças sobre os processos de criação, sobre as leituras que fazem sobre os desenhos, tendo em vista a apreensão dos significados que lhes atribuem.

Parte da discussão em torno do uso desta técnica centra-se na função de representação do desenho. Segundo diversos autores (Gonçalves, 1983; Coquet, 2000, 2003; Carvalho, Judite 2003), por volta dos dois anos de idade o ser humano começa por desenhar, forma adicional de comunicar com os outros e consigo, associando traços a gestos e à fala, que vai adquirindo. Pouco a pouco, evidencia-se a importância do significado das relações existentes entre este acto e o gesto, o discurso e a escrita. À medida que as crianças vão experimentando riscos, traços, formas, representações, a escrita e o desenho tornam-se num só mediador entre si e o mundo, sendo impossível separar um de outro. Ainda que possam desenhar em função dos modelos e recursos visuais a que têm acesso, nunca deixam de fazer e de representar o que querem com um sentido para si próprias (Anning e Ring, 2004).

Quando desenham, as crianças estão a abrir janelas para que outros entrem nos seus mundos e tenham acesso à forma como entendem e percebem o que as rodeia, as relações mais significativas e os modos de participação na vida social (Gonçalves, 1983; Machioli, 1998; Coquet, 2003; Sarmento, 2007; Anning e Ring, 2004). O desenho para criança é essencialmente uma atitude consciente e, ao mesmo tempo, emocional. Enquanto acto comunicativo constitui muito mais do que uma mera tentativa de representação do mundo exterior, pois pela atribuição particular de significados e de conteúdos particulares, vão além da prática de um “*realismo visual*” (Gardner, 1990). O entendimento dos desenhos não pode ficar restrito à ideia de representação estrita do real; interessa antes verificar como as crianças inscrevem o real na representação, como o exploram através de formas específicas de acção social e como o descodificam perante outrem (Sarmento, 2007).

Para que este processo se concretize, há que deixar de olhar a criança de forma abstracta, como se tende a propor em alguns estudos em que se desvaloriza o papel dos contextos sociais específicos onde cada criança se situa, e atender às relações existentes entre as estruturas sociais e a acção por si desenvolvida (Sarmento, 2007). É precisamente através da contextualização social que os desenhos das crianças, individualmente e colectivamente, se revelam uma das mais desafiantes abordagens no campo da investigação em Sociologia. Constituem instrumentos privilegiados de acesso ao pensamento e ao desenvolvimento da identidade social, neles se evidenciando os papéis sociais que vão assumindo nos mais diferentes patamares da vida social. Se a criação de símbolos é a “*essência do ser*

humano” (Dyson, 1993, cit. em Annign e Ring, 2008: 4), pelos sistemas de símbolos que permite colocar em acção o acto de desenhar é uma das formas que os indivíduos têm para ultrapassarem o mero “*aqui e agora*” das suas vidas, criando através desse processo um espaço de reorganização, de reflexão e de sistematização sobre a realidade social.

“Numa perspectiva sociológica, o desenho infantil não apenas releva de uma personalidade singular, a criança, por quem é elaborado e construído, mas inscreve-se na produção simbólica de um grupo social de tipo geracional – a infância – que possui um estatuto específico na sociedade, e que, embora partilhe com os outros grupos geracionais as formas culturais múltiplas e complexas socialmente presentes, apresenta igualmente elementos culturais não redutíveis a essas formas, mas dependentes da condição infantil” (Sarmiento, 2007: 2)

Enquanto produto resultante de uma acção individual, num determinado espaço e tempo, o desenho articula simbolicamente os vários planos de existência da condição de vida da criança. Deste modo, para a interpretação há que atender a uma tripla dimensão: o desenho como produto único, singular, de uma criança específica; como a de um artefacto social que permite desocultar as regras e os valores dos quadros de vida de crianças pelo acesso às várias culturas da infância, e como objecto simbólico através do qual se dá expressão a um grupo geracional específico, o da infância (Sarmiento, 2007).

Recorrer aos desenhos de crianças na investigação sociológica entendendo-os como produções simbólicas, remete para a necessidade de identificar, de analisar e de compreender as “*condições sociais de produção*” (Sarmiento, 2007: 10). Quer isto dizer que importa ter em consideração os meios disponíveis que foram colocados à disposição ou a que as crianças tiveram acesso, e perceber qual a relação dinâmica estabelecidas entre estes e os processos de criação e a construção gráfica. Mas não só, importa não descurar as rotinas em que os desenhos foram concretizados, a que momentos do quotidiano este processo correspondeu, e quais as práticas institucionais e as relações sociais que se construíram ou se manifestaram com outros actores sociais na execução desse acto. A própria materialidade do gesto gráfico e dos suportes físicos deve ser também objecto de reflexão, na medida em que o mundo plástico da criança é estruturalmente diferente do mundo do adulto. A observação de crianças nesta actividade permite constatar a flexibilidade de pensamento e a capacidade de autoconsciencialização e como passam de um modo de representação para outro, bem como compreender como estas condições as podem influenciar (Anning e Ring, 2004).

Perante este enquadramento, partiu-se para o terreno com a ideia de que “o *desenho das crianças é, afinal, o desenho de um mundo*” (Sarmiento, 2007: 20). Neste sentido, solicitou-se aos participantes a criação individual de desenhos que teve por fundamento o pilar da

abordagem conceptual deste estudo: o bairro. Em contexto de sala de aula ou de sala polivalente, com base num enunciado simples, foi pedido às crianças se podiam fazer um desenho sobre o bairro: *“és capaz de fazer um desenho sobre o teu bairro”*. Nesta acção, procurou-se abranger o maior número possível, tendo-se começado no primeiro ano de recolha de informação empírica nas várias escolas pelas turmas do 4º ano de escolaridade. Esta opção decorreu do facto destes alunos estarem perto da conclusão do 1º Ciclo do Ensino Básico, o que não possibilitaria o prolongamento da intervenção na pesquisa nos anos seguintes.

A cada criança foi dada uma folha A4, branca, em que se tinha marginado o espaço onde deveria ser executado o desenho e para a escrita da legendagem (Anexo 5.7). Os desenhos foram executados e acompanhados pela investigadora. À medida que iam sendo concluídos, ocorreram conversas informais individuais visando a interpretação através da identificação dos conteúdos e significados que cada criança lhes atribuía. Paralelamente, nos casos em que o domínio da escrita era mais rudimentar ou insuficiente, a legendagem do desenho ficou a cargo da investigadora, passando-se a escrito o que a criança dizia. Com todas foi possível obter registos escritos a partir da criação deste desenho.

Como os tempos dedicados a esta tarefa nem sempre permitiram o contacto individual mais aprofundado imediato, fez-se num primeiro momento a confirmação da legenda e, em vários casos, deixou-se para uma altura posterior a conversa mais detalhada com cada criança. Para além da solicitação da legenda, na conversa trazia-se para discussão outras duas questões – *“o que é que achas do teu bairro”* e *“o que é que faz mais falta no teu bairro?”* –, cujas respostas foram registadas por escrito. Em função da natureza e conteúdo destas situações, cada conversa seguiu várias direcções não sendo possível indicar um tempo médio de duração, dada a diversidade de situações. A partir destes contactos, por solicitação de várias crianças ocorreram outras conversas sobre este tema.

Ao longo de todo este processo, foi-se constatando que as imagens visuais são instrumentos poderosos na recolha de informação junto das crianças, individualmente e em grupo, bem como junto de adultos que as acompanham. Desta forma, além dos desenhos decidiu-se também fazer uso da produção de fotografias. O uso de técnicas fotográficas em pesquisas sociológicas é um campo que não está ainda muito explorado mas os estudos já realizados nacional e internacionalmente apontam para diversas potencialidades (McIntyre, 2000; Rasmussen e Smidt, 2003; Lepoutre, 2005; Danic et. al, 2006; Ross, 2006; Pais et al., 2008; Feixa et al., 2008; Almeida, 2009a).

“A fotografia é uma ferramenta de análise social. [A câmara] é disparada para congelar um instante ou *momento decisivo* que posteriormente poderá ser visto, revisto, interpretado. No entanto a fotografia é também um acto social. (...) A câmara é ainda um instrumento de poder, agressivo, que foca e *dispara*... mas que não mata, antes se apropria” (De Miguel, 1999:24, cit. em Feixa et al., 2008: 95)

Entre a diversidade de técnicas e instrumentos postos em prática nesta investigação, o recurso a fotografias digitais dos bairros tiradas pelas crianças foi importante na recolha de informação, tendo possibilitado a criação de “*histórias visuais*” sobre si próprias e sobre os seus quadros de vida (McIntyre, 2000: 47). Nesta linha, concretizou-se a oportunidade de se expressarem pelas imagens que seleccionaram e quiseram dar a conhecer, num percurso simultaneamente de interacção, de reflexão e de construção do conhecimento (Rasmussen e Smidt, 2003, Feixa et al., 2008). As crianças assumiram o papel de fotógrafos, desvendando olhares sobre aquilo que fotografaram e exerceram o controlo sobre a informação e a mensagem que a produção final de uma fotografia encerra (Becker, 1974), recorrendo ao pedido de consentimento quando se tratou de fotografar pessoas ou situações e objectos pessoais.

Pela fotografia dispuseram personagens, espaços, lugares, objectos, ‘coisas’, relações sociais, deram valor a quem estava ou a quem não estava, ao que se passava ou à memória ou representação do que se passou. As imagens não são entidades abstractas (Becker, 1974, 2002b; Lepoutre, 2005; Danic et al., 2006). Como observam Pais et al. (2008) não se trata de recorrer ao uso da fotografia como meio privilegiado de representação do quotidiano num sentido estrito de “*colagem ao real*”; visou-se ir mais longe no sentido de perceber que a fotografia revela, acima de tudo, os modos como os autores captam a realidade, como revelam ou ocultam a vida quotidiana. E “*isto acontece porque há uma diferença entre o visto e o visível, da mesma forma que entre o dito e o dizível*” (Pais et al., 2008: 20).

Só se dá sentido ao espaço quando dele nos apropriamos. É nesta orientação que a produção de fotografias é entendida neste estudo: como manifestação da voz das crianças, do seu olhar sobre as formas como se apropriam do espaço envolvente (Rasmussen e Smidt, 2003; Danic et al., 2006). A produção de fotografia digital foi vista como uma técnica desafiante, de simples manuseamento, uma forma de expressão e de *empowerment* pela autonomia que lhes potencia.

Nesta abordagem participaram duas turmas em dois anos lectivos consecutivos. No primeiro ano (2006/07), acompanhou-se uma turma do 4º ano e no segundo (2007/08) uma outra do 2º ano de escolaridade. Procurou-se ter a possibilidade de contar a interven-

ção de crianças de diferentes idades e condições perante o domínio das aprendizagens curriculares. Neste trabalho, a acção dos professores titulares das respectivas turmas foi decisiva, imprescindíveis co-adjuvantes em todo o processo. Sabe-se que duas turmas, num total 34 crianças, não é estatisticamente representativo, mas tratou-se de pôr em acção uma abordagem qualitativa exploratória, debruçada sobre realidades em que não era a quantificação o que se procurava em primeiro lugar, e sim a desocultação de significados sobre os quadros de vida nestes territórios.

As fotografias capturaram sinais evidentes dos contextos, constituindo um material de excelência para análise, mais ainda por se tratar de um espaço social onde o simples acto de tirar uma fotografia pode gerar em violência, como já se tinha tido oportunidade de experienciar noutras situações.

“No acompanhamento de uma visita de estudo das turmas do 3º e 4º ano da escola A [início de Janeiro] para uma determinada actividade curricular que ia sendo fotografada por alunos e professores, a certa altura dois dos rapazes [M02, 9 anos; M03, 11 anos] pediram-me para lhes tirar uma fotografia junto à rua onde moravam. Enquanto o fazia apercebo-me de que alguém vinha por trás de mim a falar em voz alta, a gritar, questionando o uso da máquina fotográfica. Ao virar-me, vi a mãe de um deles [M03] a vir rapidamente na minha direcção, de braço levantado, mais do que provavelmente para tentar bater-me como já fizera noutras ocasiões a outros docentes e auxiliares, mesmo no interior da escola noutros anos lectivos. Contudo, ao ver e reconhecer-me, os gritos pararam, a expressão mudou, passando de enfurecida a aparentemente aliviada e de imediato pediu desculpa por “*não ter visto logo que era a senhora*”. Na sua opinião, isso só acontecera porque nunca me tinha visto com aquele casaco vestido [o que era verdade pois o casaco era novo e nunca o levava antes]. Perguntei o que a fizera agir assim e respondeu-me que tinha medo que “*alguém de fora*” andasse a tirar fotografias aos “*meninos*”. Perguntei-lhe se não tinha visto que eles tinham passado com a escola e disse-me que sim e que embora o tivesse visto não dava para confiar. Logo de imediato, aproveitou para contar a discussão violenta que tivera com o marido na noite da passagem de Ano Novo, da qual resultara a destruição de mobiliário e objectos que haviam sido lançados de casa num piso elevado para a rua e que por ali ainda eram visíveis.” [notas de campo]

Fica aqui bem ilustrada uma das tensões enunciadas por Becker (1974) quando se refere ao uso de máquinas fotográficas em determinados contextos: a possível reactividade dos residentes à presença de elementos estranhos. Atendendo a este facto, em vez de se entregarem máquinas descartáveis às crianças, estratégia frequentemente identificada noutros estudos (McIntyre, 2000; Rasmussen e Smidt, 2003; Danic et al., 2006; Ross, 2006), decidiu-se seguir um outro caminho que passou por uma acção criada a partir do trabalho curricular nas respectivas turmas e onde cada uma pudesse expressar-se de forma individual. Por já se dispor na altura de um conhecimento suficiente sobre os espaços de mobilidade e os graus de autonomia que possuíam, sabia-se que a entrega de máquinas descartáveis a um pequeno grupo de crianças num universo tão grande podia acarretar um conjunto

de situações de difícil resolução. Colocava-se em causa a segurança de quem as usasse uma vez que, como descrito pelo professor da turma do 4º ano no respectivo projecto curricular, *“existem, claramente, dois grupos distintos dentro da turma que correspondem, grosso modo, a diferentes níveis de maturação, resultantes de vivências dos alunos, uns mais próximos da fantasia cor-de-rosa da infância, outros mais perto da realidade dos crimes, do tráfico, das situações de marginalidade que presenciavam no dia-a-dia.”*

O uso singular de máquinas fotográficas neste contexto, ainda que potenciase a valiosa construção de um outro conhecimento sociológico, a ser concretizada nesses moldes podia trazer riscos acrescidos para algumas crianças, nomeadamente pela eventualidade de conflitos que pudessem irromper no espaço público e que a investigadora não podia controlar, nem assegurar que não viessem a acontecer junto das crianças, bem como junto dos respectivos encarregados de educação. Sabia-se também que algumas delas não seriam autorizadas pela família a estar sozinhas nos bairros, e ainda que este facto seja relevante para a investigação, pensou-se ser possível encontrar uma outra forma de intervenção que envolvesse a sua participação num plano de igualdade com as restantes.

Perante esta teia de considerações discutida com as crianças e com os professores, chegou-se à conclusão de que seria melhor definir uma acção a partir da turma, em saídas da escola organizadas especificamente para o efeito. Mais do que reduzir o papel das crianças à condição de participantes, procurou-se colocá-las como protagonistas desta iniciativa (Fernandes (2005). Em ambas as turmas, a preparação deste trabalho foi discutida, organizada e planeada em colectivo, em assembleia de turma e em trabalho de pequeno grupo em contexto de sala de aula e de sala polivalente. Às crianças foi lançado um desafio aparentemente simples de enunciar, aliciante de executar como se constatou pelo entusiasmo posto na acção: *“como é que gostariam de dar a conhecer a outras pessoas os bairros onde moram?”*. Usando várias máquinas digitais, pertença da escola, dos professores das turmas e da investigadora, de telemóveis e gravadores áudio, foram concretizadas várias incursões e visitas aos bairros, em diversos dias, ao longo de várias semanas em cada um dos anos lectivos.

Em cada turma, este processo assumiu diferentes caminhos, naturalmente em função das crianças envolvidas. À semelhança do que se passou na criação dos desenhos, uma especial atenção foi dada aos processos e às condições sociais de produção, pelo que às fotografias recolhidas se considerou fundamental associar as notas de campo e os registos obtidos, escritos ou com gravador. Mais do que estar-se perante retratos estar-se-á perante

“retratamentos” (Feixa et al., 2008), que resultam dos discursos (re)interpretativos das crianças e da investigadora que serão apresentados nos próximos capítulos.

5.4 Etapas, tempos e espaços da investigação

Por o contexto da investigação se centrar em populações tendencialmente fechadas, que num primeiro movimento patenteiam elevado grau de desconfiança em relação àqueles que não pertencem ao seu meio, houve a necessidade de atender a um planeamento cuidadoso. Dando corpo a esta ideia, desde Setembro de 2003 e até ao final de 2005 decorreu uma prolongada fase exploratória de inserção no terreno, que correspondeu ao início do trabalho de campo que, por sua vez, se estendeu até aos primeiros meses de 2009.

Nessa fase inicial, procedeu-se a um intenso processo de contactos com entidades oficiais que foram disponibilizando informação sobre os indicadores demográficos e sociais considerados imprescindíveis para a elaboração do desenho da investigação. Tinha-se como ponto de partida um interesse de investigação centrado nos jovens residentes nos bairros, na pretensão de manter este grupo social como objecto de estudo, à semelhança do que se fizera em pesquisa anteriores. Contudo, logo nos primeiros meses de exploração a intervenção desenvolvida no terreno possibilitou a identificação de um número elevado de situações e de interacções que potenciaram o levantar de novas questões sobre as dinâmicas sociais e a problemática da delinquência, acabando por se deslocar o foco de análise dos jovens para as crianças em idade escolar (1º Ciclo do Ensino Básico), como se terá oportunidade de explanar no próximo capítulo. Se “*uma investigação é por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, os desvios e as incertezas que isto implica*” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 31), as perplexidades resultantes das primeiras incursões no contexto seleccionado revelaram-se promissoras e sustentaram a opção pela viragem para a nova linha de orientação focada na infância.

Na primeira etapa, foram estabelecidos contactos informais com as crianças, as famílias, diversos moradores e comerciantes dos bairros e os principais serviços e entidades intervenientes neste contexto. Através de observação directa e participante abriram-se e fecharam-se portas, identificaram-se os principais constrangimentos e as eventuais potencialidades nas formas planeadas de acesso ao terreno. Nesta fase, houve um grupo de informantes privilegiados, constituído por ex-alunos da instituição tutelar de menores que tinham participado noutras investigações, agora adultos jovens, bem como os familiares e os vizinhos, que proporcionaram um conhecimento sobre os bairros a partir do interior,

em função do seu ponto de vista. O reconhecimento pessoal e social que alguns destes adultos granjeiam entre a população residente, em especial entre determinados grupos de crianças, constituiu uma mais-valia no estabelecimento dos contactos e proporcionou uma maior segurança nestas primeiras deambulações, funcionando como um cartão-de-visita que assegurou a necessária protecção à investigadora. Em larga medida, o ganhar do acesso ao terreno passou por esta acção.

Com o decorrer dos trabalhos, em diversos momentos a investigação esteve aparentemente em suspenso, naquilo que, num primeiro olhar, se podia caracterizar por uma certa letargia no terreno, posta em prática intencionalmente na sequência da leitura de sinais no contexto que, não tendo a ver directamente com a investigação e sim com as dinâmicas sociais aí desenvolvidas, muitas das quais na sequência de intervenções policiais ou judiciais, poderia pôr em risco as crianças e os adultos participantes e até a própria investigadora. Contudo, não quer isto dizer que tais momentos fossem de somenos importância, bem pelo contrário. Por corresponderem a situações concretas que deram azo a maior preocupação, nuns casos até a algum alarme social, foram vividas e observadas no terreno por quem investiga e pela população no mesmo período de tempo. Se é verdade que em algumas dessas alturas se evitou desenvolver todas as estratégias e técnicas que se tinha planeado, não menos importante e decisivo para a continuidade da pesquisa foi reflectir e equacionar sobre as razões na base destas acções de evitamento ou adiamento do previamente definido.

Maioritariamente, nessas ocasiões, adensava-se um sentimento de desconforto entre a população que marcava a interacção social. Algumas vezes, sob a forma de maior retracção na comunicação. Noutras, da retracção passava-se à maior probabilidade de eclosão de actos de violência ou de ameaça a determinados residentes ou a quem por ali surgisse, como se teve a oportunidade de presenciar. A título de exemplo, recorda-se em especial dois momentos. Um em que se teve de intervir directamente para assegurar a saída em segurança de dois profissionais da comunicação social de um dos bairros por um deles ter sido confundido com um elemento das forças policiais que na véspera tinham detido determinado indivíduo. Um segundo momento reporta-se à retirada de duas crianças, de poucos anos de idade, para um Centro de Emergência no âmbito de um procedimento de urgência (Artº. 91º da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*), accionado na sequência de abandono por parte da mãe.¹³² Esta situação marcou intensamente as conversas e as inte-

¹³² Todo este processo foi directamente observado e seguido no terreno desde o seu início, incluindo o momento de retirada e a entrada das crianças em instituição.

racções com a população nos meses seguintes, pois tratava-se de crianças muito conhecidas e cuja família se encontra amplamente referenciada por práticas criminais. O medo de represálias por parte de um dos familiares foi fortemente verbalizado por residentes que tinham assistido, e desse modo, “*permitido*” a retirada. Esta orientação era extensiva à investigadora por ter acompanhado todo o processo. A intimidação chegou a passar para outras formas de violência, comuns neste agregado, e vários residentes observaram na via pública como esse indivíduo agrediu um familiar que, “*supostamente*”, estaria encarregue das crianças e as deixara na rua no momento da acção levada a cabo pelas entidades oficiais.¹³³

Noutros momentos, também particularmente complexos, veio a acontecer o inverso, e da retracção passou-se a uma maior abertura, pela necessidade de parte da população em problematizar acontecimentos e factos dos quais se procuravam distanciar ou aproximar, recorrendo à interacção com a investigadora para os discutirem. Nestas fases, mais do que pôr em prática outras técnicas, manteve-se o recurso à observação participante, num processo de permanente questionamento sobre as condições da pesquisa que se arrastou até ao final. Desde o início que se sabia que esta era uma área particularmente sensível, que obrigava a ter uma especial e cuidada atenção aos processos de sociabilidade nos diversos patamares no contexto, de modo a evitar que se chegasse a um ponto de ruptura que impedisse a recolha de informação. Por isso, tinha-se sempre bem presente como noutros trabalhos o acesso a terrenos de especial complexidade social similares aquele onde nos situávamos tinham sido vedados a outros investigadores por circunstâncias de ordem diversa (Gusmão, 2004).

Outro aspecto decisivo para o estabelecimento de uma relação de confiança com os residentes passou pelo domínio da escrita que a investigadora apresentava e que, inversamente, era uma das maiores lacunas sentida por muitos residentes, independentemente da idade. A necessidade de leitura de cartas e documentos que lhes eram enviados, e mais do que a leitura, a interpretação e a descodificação, sobretudo quando se tratava de documentos oriundos das entidades oficiais, muito em especial as judiciais, facilitou o contacto. Da disponibilidade para ajudar neste processo, bem como da resposta à necessidade de escrita de cartas e ofícios que vários solicitavam, emergiram laços de confiança que se foram alargando. Ao mesmo tempo, o confronto entre uma realidade onde o analfabetismo e a ilite-

¹³³ “Durante a averiguação e recolha de informação no âmbito deste processo judicial de promoção e protecção, as técnicas encarregues do caso viram-se, subitamente, trancadas à chave na casa deste agregado pelo mesmo indivíduo que bateu no familiar, tendo sido este último que, encontrando-se também dentro de casa, conseguiu voltar a abrir a porta, enquanto o primeiro continuava a ameaçá-las verbalmente, impedido não só o acesso às crianças como inviabilizou a aplicação de qualquer outra medida que não passasse pela sua retirada daquele contexto.” [notas de campo]

racia imperam e a natureza rígida dos procedimentos regulares das entidades oficiais, obrigou ao questionamento sobre a eficácia dos modelos de intervenção que têm subjacentes e, se de facto, as necessidades reais das pessoas aqui detectadas neste domínio estariam a ser consideradas.

A observação participante na vida escolar das crianças assumiu especial relevância na condução da pesquisa. O desenvolvimento do trabalho de campo passou por várias fases e envolveu diversos tipos de abordagem. Em primeiro lugar, foi necessário averiguar da disponibilidade dos órgãos de gestão e dos professores titulares de turma para a necessária autorização e vontade de colaboração na pesquisa. Nos contactos iniciais procurou-se informar e sensibilizá-los para a relevância social e científica do estudo, nomeadamente em termos dos reflexos que o conhecimento a produzir possa vir a ter na acção docente que aí se desenvolve. Perante um conjunto de sinais positivos, foi formalmente solicitada a autorização aos órgãos de gestão para o acesso à população estudantil através de um documento escrito onde se enunciou a natureza, pertinência, objectivos e instrumentos do estudo e respectivos tempos e espaços da sua aplicação.¹³⁴ Com base na concessão da autorização, um pedido de autorização para a participação das crianças na investigação foi então entregue aos encarregados de autorização, contendo informações sucintas sobre a sua natureza e os objectivos gerais (Anexo 5.7).

Numa forma algo aproximada ao que Whyte (1993) sentiu no desenvolvimento do seu estudo, também aqui se percebeu muito cedo que a melhor forma de tornar explícita a investigação aos possíveis participantes, seria pelo recurso ao uso do termos estudo, e em associação a livro, em detrimento de investigação, na medida em que esta última palavra possui uma conotação maioritariamente negativa entre os residentes que tendem a associá-la, quase exclusivamente, a intervenções de natureza policial ou judicial, muito em especial por parte de duas entidades, a Polícia Judiciária e o Ministério Público. Explicações longas ou demasiado estruturadas de um ponto de vista científico não surtiam efeito ao passo que esses dois termos encontravam uma maior ressonância e permitiam o ultrapassar de desconfianças. Longe desta ideia estar só enraizada entre os adultos, desde cedo as crianças começaram a manifestar este tipo de posicionamento, como se teve oportunidade de experienciar pelas questões que algumas delas chegaram a colocar perguntando directamente se pertencíamos a essas entidades.

¹³⁴ Não se incluem cópias destes documentos em Anexo por os mesmos permitirem a identificação das escolas.

“Já perto do fim da conversa, o rapaz [M03, 11 anos, 3º ano de escolaridade] questionou-me novamente sobre o meu papel e o que fazia ali:

- A senhora quer saber estas coisas todas porquê? Faz muitas perguntas!... É daquilo... como é que se chama, lá daquilo do Ministério Público ou como é que é, que é como o meu pai diz, o Ministério Público ou é da Comissão, daquilo que andam sempre a perguntar coisas atrás da vida das pessoas? A senhora é de lá também?!...
- Não eu não sou do Ministério Público nem sou da Comissão agora, já fui. Mas tu já ouviste falar alguma coisa destas?
- Já, já vi muito, muito, já vi na televisão e o meu pai fala disso, lá deles, lá... o meu pai não quer nada de conversas mas com a senhora ele fala. Ele já falou não foi?” [notas de campo]

Até certo ponto, isto não era de estranhar pelo facto de terem conhecimento sobre a intervenção anterior em instituição do sistema da justiça de menores, o que, no fundo, se reportava a um mesmo patamar de actuação dos mecanismos de controlo social formal. No fundo, cruzavam-se várias representações sobre os papéis sociais assumidos, no presente e no passado, e revelava-se fundamental no decorrer da interpretação dos resultados ter em consideração a dialéctica daqui emergente.

Uma preocupação que caracterizou a pesquisa empírica foi o investimento continuado nos processos de sociabilidade com as crianças. Porque se recolheu intensamente informação durante um período de tempo superior a três anos lectivos consecutivos, entre 2005 e 2008, foi possível, em determinados aspectos ou linhas de abordagem, observar e identificar mudanças nas trajectórias e quadros de vida de determinadas crianças, bem como questioná-las acerca dos factores que elas identificavam como mais determinantes nesses percursos. O papel assumido foi a de elemento que dinamizava um processo de interacção social, ouvindo as crianças, sugerindo assuntos para reflexão e para mapeamento das diversas vertentes e possibilidades de envolvimento na delinquência.

A realização do desenho sobre o bairro constituiu sempre o patamar inicial de acesso a um trabalho mais aprofundado com cada criança, dele se partindo para a realização das entrevistas, algumas realizadas na escola, outras em casa das crianças ou noutros espaços dos bairros. Todo o trabalho foi sendo concretizado mediante a conjugação de disponibilidades entre uns e outros. Relativamente ao questionário, logo no primeiro ano da pesquisa foi realizado um pré-teste com dois pequenos grupos de alunos de idades diferenciadas, apenas de uma das escolas. Procurou-se recolher elementos fundamentais tendo em vista não só o aperfeiçoamento do instrumento a aplicar em termos de conteúdo, linguagem e forma, como também experimentar a eficácia juntos de crianças com diferentes idades. Foi possível detectar falhas e proceder às respectivas alterações, corrigir aspectos de linguagem, seleccionar as melhores formas gráficas de apresentação e de colocação das questões e afe-

rir que o questionário deveria só ser aplicado a quem tivesse um melhor domínio no campo da leitura e da escrita, nas turmas do 3º e 4º anos de escolaridade.

O questionário foi administrado em contexto escolar, de sala de aula, de sala polivalente ou de centro de recursos, numa estreita articulação com os professores titulares de turma, que sempre se mostraram muito receptivos e colaborantes em todas as fases do processo. Relativamente ao tempo despendido pretendeu-se que não fosse ultrapassada a fasquia de um tempo lectivo (45 minutos), incluindo-se neste período a etapa dedicada à apresentação e à explanação das instruções. Desejou-se que esta actividade tivesse um período de tempo estipulado, findo o qual se seguia habitualmente o intervalo ou o final do dia na escola. Se alguns conseguiram o seu preenchimento num tempo relativamente rápido, outros houve em que isso foi mais prolongado. A diferença de tempo médio resultou dos diferentes ritmos de aprendizagem e de, em alguns casos, terem vindo a ser colocadas algumas questões e esclarecimentos. Em todos, e porque se tratou de situações alongadas no tempo e desfasadas do momento da primeira autorização concedida para a participação nesta investigação, voltou-se a recordar às crianças os fins para que se destinava e perguntou-se-lhes novamente sobre a disponibilidade de participação. Sabe-se como os tempos de concentração das crianças nestas idades tendem a ser curtos pelo que o instrumento criado para este efeito pretendeu ser o mais objectivos e rigorosos possível, de forma a evitar que surgissem maiores necessidades de esclarecimento, que levariam a um maior intervenção por parte do adulto. Esta preocupação foi extensiva à realização das entrevistas que foram ocorrendo.

O processo de recolha de informação junto das crianças terminou no final de 2008 e junto dos seus familiares no primeiro trimestre de 2009, através da realização das últimas entrevistas. Além disso, os contactos informais e entrevistas com os técnicos dos diferentes serviços no terreno prolongaram-se ainda por 2009 em função das disponibilidades dos próprios, o mesmo acontecendo com a recolha de dados estatísticos junto das entidades oficiais. O final de 2009 e 2010 corresponderam essencialmente ao tratamento e análise de toda a informação recolhida e à redacção da tese.

5.5 A importância dos processos e dos produtos: a construção da informação

A reflexividade da vida social aponta para o que carácter das práticas sociais que se definem como objecto de estudo seja constitutivamente alterado à luz da informação e conhecimento que se produz, num processo de permanente análise e reformulação. Importa ter presente a ideia referida por diversos autores (Giddens, 1996; Bourdieu et. al., 2007),

de que nas condições actuais, nenhum saber “*é saber no “antigo” sentido, onde “saber” é ter a certeza*” (Giddens, 1996: 28). Mais pertinente esta questão se torna ao ter-se em conta que a problemática trazida para discussão nesta dissertação, pela sua natureza e contextualização, obriga a trazer à superfície algumas das dimensões mais complexas sobre as dinâmicas e as mudanças sociais que envolvem a condição e o estatuto social da infância em Portugal.

No domínio da investigação empírica desenvolvida teve-se como pano de fundo uma linha de orientação que preconiza que “*la compréhension sociologique se donne pour ambition de substituer à incohérence du monde humain des images intellectuelles, des relations intelligibles ou, en d’autres termes, de remplacer la diversité et la confusion du réel par un ensemble intelligible, cohérent et rationnel*» (Shnapper, 1999 : 1). Defende-se que esta problemática dificilmente pode ser abordada com base em modelos de causalidade, assentes em relações potencialmente passíveis de generalização, como se de causas únicas e globais se pudesse falar ignorando-se a complexidade da vida social. Pelo contrário, como evidenciou Boudon (1979), importa atender que cada situação social resulta da agregação de diversos factores, para a qual são susceptíveis de concorrer, a um momento e num contexto específicos, variáveis de natureza individual, micro e macrossocial.

A constituição do corpus de dados para tratamento e análise é um momento-chave no decorrer de qualquer pesquisa e da orientação tomada nesta fase dependem, aos mais diversos níveis e dimensões, o tipo e natureza dos produtos finais (Vala, 1986; Ghiglione e Matalon, 1997). A informação recolhida nesta investigação veio a dar origem a um abrangente corpo de dados, do qual fazem parte:

- um vasto conjunto de notas de campo recolhidas através de observação directa e participante ao longo de todo o processo de inserção no terreno, incluindo a fase exploratória;
- uma base de dados informática criada para o efeito em SPSS v16 que contempla a informação codificada relativa à caracterização sociocultural do universo de 450 crianças que, entre 2005 e final de 2008, estiveram matriculadas nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico dos bairros e onde se inclui a informação obtida junto das mesmas pela aplicação do questionário sobre a frequência escolar;
- um arquivo de 319 desenhos das crianças, solicitados a partir de uma orientação concreta. Existe ainda um número significativo de outros desenhos e de textos que se cruzam com os modos de vida neste contexto e que foram recolhidos aleatoriamente ou oferecidos pelas crianças durante a investigação;
- um arquivo de fotografias digitais sobre os bairros tiradas pelas crianças, pequenos vídeos feitos pelas próprias, bem outros registos gravados e escritos a partir de intervenção realizada nas duas turmas seleccionadas;
- um conjunto de entrevistas realizadas a 72 crianças, individualmente e em pequeno grupo;
- um conjunto de 62 entrevistas individuais realizadas a pais (e substitutos), transcritas e informatizadas, num total de 46 ficheiros digitais em relação às entrevistas que foram gravadas, e os registos escritos das que não foram gravadas;

- um conjunto de entrevistas e outros registos recolhidos, formal e informalmente, junto de técnicos e responsáveis por intervenção nos bairros: educadoras de infância e docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico; elementos das forças policiais (PSP), técnicos da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, técnicos de diferentes serviços municipais e de entidades oficiais, técnicos de IPSSs e associações de moradores;
- um arquivo de registos sobre ocorrências policiais recolhidas na Esquadra da PSP na área de intervenção dos bairros em estudo;
- um arquivo de registos sobre os processos de promoção e protecção sinalizados à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras por motivo da prática de facto qualificado pela lei penal como crime, entre 2004 e 2008, inclusive;
- um conjunto de outros dados relativos a fontes estatísticas e documentais de natureza diversa sobre a problemática.

Trata-se de um conjunto considerável de dados reportados a um período prolongado de inserção no terreno. Tendo origem em várias fontes de informação, procurou-se desenvolver um processo de análise assente num pensamento combinatório (Becker, 2002a) e mais do que uma aparente acumulação de dados, o que interessa relevar é a sua conjugação para a problematização das questões levantadas e o valor atribuído a cada passo concretizado na desocultação do contexto de investigação. Ao longo destas páginas, faz-se uso desta informação sob diversas formas, ora recorrendo a excertos de conversas, entrevistas e textos que dão visibilidade à voz das crianças e dos adultos ora se recorre a notas de campo sobre as quais repousa um conjunto de interrogações, descrições, interpretações e análises sobre o que se ia observando e reflectindo. Não é indiferente o tipo de exposição nem o recurso particular a determinada informação.

Um dos maiores desafios que se coloca numa investigação de natureza primordialmente qualitativa como aquela que se desenvolveu prende-se com a selecção dos métodos de validação, tratamento e análise da evidência empírica. Como é referido por Shnapper (1999), o prévio enquadramento teórico sobre o processo a pôr em prática é fulcral para a construção da informação a apresentar no final. Uma atitude construtivista e interpretativa marcou a investigação desde o início, sustentando-se que a realidade nunca chega a ser totalmente capturada e que se tem somente acesso a uma versão aproximada do objecto em estudo (Denzin e Lincoln, 1994).

Num primeiro passo, os produtos obtidos na pesquisa empírica foram sujeitos a uma numeração e codificação. E este processo, aparentemente linear e simples, levou directamente ao questionamento sobre as possíveis formas de apresentação e disseminação pública da informação. Como tem ficado claro ao longo destas páginas, defende-se que há que garantir o anonimato e a privacidade dos participantes. Trata-se de um princípio que

procura evitar não só uma maior estigmatização dos respectivos bairros e indivíduos, mas acima de tudo garantir a segurança de quem colaborou. Sabia-se por experiência própria e pelas indicações expressas em importantes pesquisas sobre a acção da comunicação social em Portugal, como por um lado o sensacionalismo dos *media* na abordagem de matérias sociais que envolvam crianças e jovens tem sido um facto que merece ser discutido pelos efeitos no reforço ou ampliação de determinadas representações sociais (Ponte, 2005; Ponte et al., 2009). Mais do isso, resultados desses estudos apontavam como nos últimos anos as crianças autoras de actos delinquentes abrangidas pelo sistema de protecção, quando retratadas na imprensa diária, se viam mais identificadas do que os jovens sujeitos à aplicação da *Lei Tutelar Educativa*, aqueles que têm 12 e 16 anos de idade (Carvalho et al., 2009b).

Na maioria das pesquisas que se realizara anteriormente tinha-se optado por garantir este princípio recorrendo essencialmente à substituição dos nomes reais de pessoas, locais e entidades, por outros fictícios, que impediam a identificação. Este é um princípio que é aplicado na maioria dos estudos nacionais (Castro, 1997; Saramago, 1999, 2005; Pais, 1999, 2001; Tomás, 2006; Fernandes, 2005, 2009; Machado e Silva, 2009). No fundo, trata-se de uma operação de nomeação que permite que a leitura dos textos produzidos mantenha uma certa personalização na abordagem, facilitando a adesão do leitor. Substitui-se um nome por outro diferente do real, continuando a sobressair uma dimensão pessoal.

Este procedimentos pareceram sempre ser adequados e funcionais para os trabalhos em causa. Contudo, quando se colocou nesta investigação a necessidade de pensar os possíveis caminhos a seguir neste campo, várias dúvidas se levantaram de modo pertinente em relação à manutenção desse tipo de procedimento. Critérios como a extensão da população em estudo, à qual se associou uma intensidade e proximidade nos contactos realizados, obrigaram a pensar outro tipo de opção. Os nomes inserem os indivíduos em redes complexas de pertenças sociais, diferenciando-os uns dos outros ao mesmo tempo que os constituem como agentes sociais (Cabral e Viegas, 2007). Utilizar apenas as primeiras letras do nome próprio acabaria por conduzir à identificação e pensar o mesmo em relação aos apelidos ainda se tornava mais complexo, dada a existência de muitas crianças com o mesmo apelido. Por outro lado, por muito criativa que fosse na troca de nomes próprios, a verdade é que neste universo haveria sempre um *João*, um *Wilson* ou uma *Tatiana*, reais, e a utilização destes nomes nos produtos da investigação podia levantar problemas quando a população dos bairros a eles tivesse acesso. A título de exemplo, como explicar à mãe ou pai de um *João*, nome próprio real, que o excerto de entrevista ou o desenho a quem se tinha atribuído o nome fictício de *João*, não era de facto o do seu filho? Antevia-se um

cenário de problemas e de questões que não se apresentava fácil de resolver como já tinha acontecido com outros investigadores em cenários similares (Kramer, 2002).

Porque como já referia Platão citado em Cabral e Viegas (2007: 13), “*o conhecimento dos nomes não é negócio de importância somenos*”, começou-se então por pôr em prática uma outra ideia que envolvia as crianças e pediu-se-lhes que indicassem um outro nome pelo qual gostariam também de ser conhecidas. No fundo, um outro nome que gostassem de sobrepor ao seu. Aparentemente simples de enunciar, esta abordagem trouxe à superfície outras interrogações e desafios do ponto de vista sociológico. As respostas das crianças tenderam a indicar mais os “*nomes informais*” (Cabral e Viegas, 2007: 20), isto é, as alcunhas individuais, as das famílias ou as de outras crianças que lhes eram muito próximas, o que não resolvia o problema, bem pelo contrário. No entanto, isto ilustrou a relevância dos fenómenos de apropriação de nomes próximos, escolhidos em função de padrões afectivos a partir de algumas dinâmicas sociais prevalentes neste contexto sobre as quais não se aprofunda a abordagem nesta investigação em função da necessidade de salvaguarda do anonimato e privacidade dos participantes. De facto, interessaria imenso analisar, compreender e poder discutir o que significa para crianças cujos nomes próprios são X, Y ou Z, possuir e responder a determinadas alcunhas. Cada um destes nomes informais encerra uma história, ou até mesmo várias histórias, e remete para laços sociais que estão investidos afectivamente (Cabral, 2005).

O valor das alcunhas é um facto indesmentível, não só para crianças como para adultos, e toda a interacção social ocorre com base nas mesmas, não sendo exclusiva nestes bairros de um grupo social ou de uma etnia, em particular. Em todo o período de investigação ficou clara esta dinâmica quando uns e outros se identificaram mais pelo nome informal, pessoal ou familiar, do que pelo nome próprio ou apelido. Do mesmo modo, e de forma muito específica em certas entrevistas, conversas ou contactos informais, foi notório como invocar o nome próprio ou o apelido de alguém para saber a quem o interlocutor se referia em concreto implicava, na maioria das vezes, ter o conhecimento prévio sobre a quem pertencia a alcunha mencionada.

“L’attribuzione del nome è quindi un passo fondamentale nella costruzione sociale della persona, uno dei principali mezzi d’integrazione tra la riproduzione sociale e la riproduzione umana. Con l’espressione “riproduzione sociale” mi riferisco al processo attraverso il quale nuove persone (agenti e soggetti sociali) sono costituite o rimosse; per riproduzione umana, mi riferisco al processo attraverso il quale persone fisiche nascono o muoiono.” (Cabral, 2005: 13)

Pode-se afirmar que a acumulação de referentes de identidade por meio de nomes (próprio, apelido e informais) é um vector fundamental para a compreensão da construção social da pessoa (Cabral e Viegas, 2007), e neste contexto assume particular importância a força social atribuída aos nomes informais que perspectivam uma construção identitária aparentemente múltipla. Por vezes, dava-se o caso de se ter a percepção que se estava perante construções duais em função dos imperativos de pertença a diferentes universos em simultâneo que levavam ao desempenho de papéis sociais de natureza diversa: o privado da família, o público do trabalho, da rua, do bairro, e inclusivamente do(s) grupo(s) mais restritos a que se pertencia, alguns eventualmente com carácter desviante.

Mais do que isso, os nomes informais remetem para processos de rotulagem e apropriação pessoal e social que muito podem trazer para o conhecimento das relações sociais postas em prática. Quando aqui se interage na condição de investigadora, tem-se pleno acesso aos significados e representações detectando-se como não são fruto de um acaso, mas correspondem a lógicas sociais específicas, a codificações sobre o real que escapam a um primeiro olhar a quem vem do exterior. Em determinados casos, identificaram-se lógicas familiares na passagem da alcunha de pai para filho: *Xinbas* era o filho de *X*.

Diversamente do sucedido noutros estudos (Kramer, 2002), da parte destas crianças foram quase inexistentes as indicações a nomes ou apelidos de personalidades famosas, nomeadamente de músicos ou jogadores de futebol. Quando solicitados a indicar um possível nome fictício, raros foram os que o fizeram nesta perspectiva, não sendo notória a carga simbólica que estes nomes tendem a adquirir no imaginário infantil para efeitos de substituição do nome real, o que é digno de registo.

Muito mais haveria por discutir sobre este campo, nomeadamente em relação às alcunhas que as crianças autoras de actos delinquentes possuem e como tal serve de apresentação, de aproximação ou de afastamento aos outros, pares e adultos. Realça-se nestes nomes informais como as conotações que lhes são atribuídas não foram construídas de modo indiferenciado, mas antes resultam de processos sociais classificatórios que, na maioria, ultrapassou a esfera de acção do meio familiar sendo inclusivamente encontrados nos registos dos mecanismos de controlo social formal, numa manifestação da particular atenção que é dedicada por algumas entidades a estas questões. Na impossibilidade de lhes dar plena visibilidade, regista-se a importância e a dos processos sociais que envolve.

Postas de parte as ideias iniciais, partiu-se para outra fase de experimentação que acabou por levar à opção que prevalece ao longo destas páginas e que diz respeito à indica-

ção em função do sexo – rapaz/rapariga –, idade e ano de escolaridade reportados ao momento da recolha daquela informação. De forma a poder associar-se as falas, os textos e os documentos iconográficos, foi determinado um código alfanumérico para cada situação que se mantém igual nas diferentes situações caso se trate da mesma criança. Até aqui, tinha-se sempre questionado esta forma de apresentação por, até certo ponto, desvalorizar ou negar a condição de sujeitos que se lhes pretendeu atribuir entrando-se em conflito com os quadros teóricos que sustentam a investigação. De facto, da necessidade de anonimato emerge uma aparente contradição entre o tomar o ponto de vista e a voz das crianças na qualidade de actores sociais como eixo central da pesquisa e o processo de aparente desidentificação a que ficam sujeitas as suas falas, os escritos e outros registos apresentados nas produções finais (Kramer, 2002). Não foi uma tarefa fácil mas os riscos acrescidos que qualquer outra opção acarretava, acabaram por não deixar dúvidas e fundamentam a decisão tomada: prioritariamente, estava em causa a segurança dos próprios participantes.

Esta não é uma situação inovadora e encontra-se disseminada noutros estudos (Kintrea et al., 2008), assentando num critério de rigor metodológico que garante o princípio de anonimato e segurança para quem colaborou. No que concerne à apresentação dos adultos, seguiu-se um procedimento idêntico e optou-se por indicar o laço de parentesco em relação a determinada criança, e a idade nos casos em que se teve conhecimento disso.

As produções das crianças estiveram no centro do processo de análise e de tratamento de informação e as restantes foram examinadas numa perspectiva de complementaridade. Em termos gerais, para o tratamento dos dados, independentemente da natureza do material em causa (escritos; iconográficos e sonoros) (Grawitz, 1986), seguiu-se um conjunto de procedimentos que assentou essencialmente na análise de conteúdo, onde se combinaram vertentes qualitativas e quantitativas.

Não podendo ser designada como um método (Vala, 1986; Bardin, 1997; Ghiglione e Matalon, 1997), este tipo de análise abrange um conjunto de técnicas polifuncionais que, em função de determinados objectivos e quadros teóricos, visam descrever de modo sistemático e objectivo, o conteúdo manifesto do material seleccionado através de uma hermenêutica própria (Bardin, 1977). Desta forma será mais adequado falar de análises de conteúdo do que ficar pelo uso no singular, uma vez que sob uma mesma capa se situam diferentes abordagens.¹³⁵

¹³⁵ No que diz respeito às potencialidades e limitações da análise de conteúdo, não existe consenso, se bem que alguns dos principais problemas identificados não sejam exclusivos da sua aplicação surgindo transversalmente a vários campos das ciências sociais. Coloca-se em destaque a questão da objectividade dos produtos

No caso desta investigação privilegiou-se a análise de conteúdo categorial, temática, para a quase totalidade dos materiais qualitativos recolhidos. A maioria dos procedimentos desenvolvidos levaram à categorização do corpo de dados com base na identificação de determinadas características, neste caso de natureza temática. Reservou-se a informação obtida nas entrevistas com os adultos, familiares e técnicos, para a realização de uma incursão de outro género, a análise estrutural.

Um procedimento de análise de conteúdo pode ser de dois tipos: fechado e exploratório ou aberto (Ghiglione e Matalon, 1997). Este último caracteriza-se por um carácter menos rígido, uma vez que não é determinado por um quadro categorial fixo, vai-se formando e modificando à medida que se avança na análise e as categorias e subcategorias emergem parcialmente do corpo de dados. Foi esta última opção que se seguiu, pois o quadro categorial que serviu de base veio a ser ajustado e enriquecido ao longo de todo o processo em função da interpretação dos conteúdos obtidos. Foram constituídas grelhas temáticas onde previamente se estabeleceram grandes categorias que foram sendo objecto de reajustamentos e de desdobramento em subcategorias após uma primeira observação e “*leitura flutuante*” (Bardin, 1977) dos desenhos e respectivas legendas, das entrevistas/conversas e das fotografias. Na análise específica dos desenhos, o primordial não foi a consideração de critérios desenvolvimentais ou técnicos, mas antes a leitura e interpretação no entendimento de que são importantes produções simbólicas das crianças (Sarmiento, 2007). A categorização não se realizou somente partir de cada imagem tendo-se considerado, paralelamente, as declarações e informações das crianças durante o processo de produção e os significados atribuídos. A lente de observação foi a sociológica e o foco de interesse reportou-se às dimensões socioculturais que ajudam a situar esta produção num deter-

minais, da fiabilidade de procedimentos e o problema das inferências (Mucchielli, 1974). No sentido de preservar a qualidade de uma análise de conteúdo, as inferências feitas só podem ser credíveis se os procedimentos forem sujeitos a diversas regras relativas à fidelidade e validade (Bardin, 1977; Ghiglione & Matalon, 1997; Krippendorff, 1980; Vala, 1986; Weber, 1985). A fidelidade encontra-se ligada ao processo de codificação, ao codificador e ao instrumento de codificação que se utiliza relativamente às categorias em análise. A categoria utilizada deve permitir classificar sem ambiguidade a unidade de registo seleccionada. Trata-se, pois, de tornar as categorias e as unidades de registo claras, definindo-as com rigor (Ghiglione & Matalon, 1997). Enquanto focalizada para o conteúdo manifesto dos materiais (Berelson, cit. em Mucchielli, 1974), só é possível um trabalho rigoroso através de uma análise de conteúdo se esta for estruturada em torno de procedimentos descritivos e classificatórios, na tentativa de serem evitadas “*inferências ingénuas ou selvagens*” (Vala, 1986: 103). Sem inferência não há lugar à interpretação (Bardin, 1977). No entanto, importa não descurar, como refere Krippendorff (1980), que a necessidade de inferir faz emergir a importância da dimensão simbólica do comportamento humano. Defende o mesmo autor que “*les configurations symboliques non seulement contrôlent et structurent le comportement individuel mais aussi ont une vie propre*” (Krippendorff, 1980). A interpretação e a validação são componentes essenciais de qualquer análise de conteúdo, tendo de se relacionar o quadro teórico e os resultados dos procedimentos da análise através de um processo interpretativo que implica a interacção entre vários corpos de conhecimento. Uma vez que os dados não falam por si, é necessário explicar o seu significado à luz de conceitos teóricos (Weber, 1985).

minado contexto social, bem como às formas de apropriação das principais características desse contexto pelas crianças (Anning e Ring, 2004).

Tal como noutros estudos (Danic et al., 2006; Ross, 2006), as grandes categorias foram definidas de modo a procurar não deformar, nem trair as proposições enunciadas pelas crianças. Tinha-se a intenção de “*descrever em profundidade os aspectos estruturais e dinâmicos, diacrónicos e sincrónicos, subjectivos e objectivos (...) que ilustrem o problema que motiva a investigação*” (Cartea e Gómez, 1995: 155), sendo imprescindível uma selecção cuidada sobre as dimensões a tratar. Este tipo de análise desenvolveu-se, primordialmente, em torno de duas linhas de orientação: uma centrada na análise vertical, sobre as produções de cada criança no estudo, e outra horizontal, considerando as tendências nos diferentes conjuntos de materiais (Danic et al., 2006; Almeida, 2009a).

Na sequência da digitalização de todos os desenhos acompanhados da legenda descrita/escrita pela criança e/ou registada pela investigadora, seguiu-se a organização em arquivos informáticos tendo por base o critério da idade ao momento da recolha. No caso das legendas, e de forma a tornar mais visível as palavras mais utilizadas pelas crianças, recorreu-se num primeiro momento à inserção do corpo de texto no programa Wordle, o que permitiu a identificação de uma representação gráfica sob a forma de “*nuvens de palavras*”, reportada às variações de frequências de cada palavra.¹³⁶

Mediante o preenchimento de grelhas de análise que contemplavam a conjugação de dois planos de análise – o da representação gráfica e o da legenda e conversação sobre o desenho –, pretendeu-se a identificação de padrões emergentes, de semelhanças e de diferenças, acompanhando-se este trabalho com um olhar sobre as notas de campo recolhidas na altura dos processos de criação. Em função da pertinência do analisado, as dimensões iniciais de análise foram sendo desdobradas em categorias e subcategorias até se chegar à estabilização num quadro global de análise que é apresentado na Tabela 5.1, com base no qual se concretizaram diversas abordagens conforme se apresenta nos Anexos do Cap. 7.

No que diz respeito à análise de conteúdo das fotografias, contou-se com uma colaboração activa das crianças participantes na definição de categorias a trabalhar e a análise passou inicialmente pelas que por elas foram estabelecidas. Deste processo emergiu um

¹³⁶ O programa *Wordle*, criado por Jonathan Feinberg (2009), permite a identificação da representatividade de palavras no seio de uma determinada produção escrita, associando essa representatividade ao tamanho com que cada palavra aparece no produto final. Nesta visualização, o tamanho é proporcional ao número de frequências, o que possibilita uma leitura clara pela proeminência visual com que surgem, e simultaneamente, numa perspectiva comparativa com as restantes utilizadas nessa mesma produção.

conjunto de trabalhos que relevaram as práticas sociais das crianças, as redes de sociabilidade e as representações sociais que fazem acerca da vida neste contexto residencial.

Tabela 5.1: Quadro categorial global de análise

DIMENSÕES	CATEGORIAS E SUB-CATEGORIAS	
URBANISMO, ARQUITECTURA E HABITAÇÃO	Organização do território	Acessibilidade, configuração e circulação
		Edificações (elevada densidade)
		Edificações (“falta de casas”)
	Infra-estruturas	
	Apropriação, conservação e manutenção do espaço público	Conservação e manutenção do espaço
		Animais na via pública
	A sua habitação/casa	
	Equipamentos	Equipamentos públicos
		Equipamentos educativos: escolas
		Comércio e serviços
INTERACÇÃO SOCIAL: PROTEGONISTAS	Pessoas	
	Família	
	Crianças	Referências positivas (+)
		Referências negativas (-)
CONDIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO	Pobreza	
	Desemprego	
DESORDENS, VIOLÊNCIA E CRIME	Conflitos/desordens/incivildades	
	Conflitos étnicos	
	Violência	
	Crime	
	Controlo policial	
(IN)SEGURANÇA	(In)Segurança	
OUTRAS	Bairro anterior	
	Recusa de falar sobre o bairro (“não gostar”)	
	Sem referência	

Na turma do 4º ano foram tiradas mais de seiscentas fotografias que as crianças foram seleccionando, eliminando e arrumando informaticamente segundo os temas que consideraram mais pertinentes num processo que decorreu em contexto de sala de aula. No final, acabaram por as distribuir em grandes cinco arquivos: três relativos às zonas residenciais que quiseram destacar; um sobre as pessoas dos bairros, e o último sobre elas e os envolvidos directamente na pesquisa, o professor da turma e a investigadora.

Este foi um trabalho colectivo, com papéis distribuídos e partilhado em grupo/turma. Passaram-se semanas nesta escolha e selecção até à definição final das pastas sem a intervenção do professor ou da investigadora, apenas o seu acompanhamento. No fim, com as cinco pastas organizadas pelas crianças, passou-se à última fase de decifração das razões na base destas escolhas e a cada uma, individualmente, foi pedida uma selecção

de fotografias que associavam a aspectos positivos e negativos da vida nos bairros. Deste processo resultou a construção de uma apresentação em PowerPoint, proposta por uma criança que pensou e criou a respectiva estrutura e que serviu depois para várias discussões colectivas, em grande e em pequeno grupo, que foram sendo registadas em gravador. Da associação entre os produtos resultantes de uma e outra técnica surgiu a produção de um texto colectivo de música rap, gravado também em sala de aula com recurso a programas informáticos de criação musical que os alunos utilizaram habitualmente no trabalho curricular durante o ano lectivo.¹³⁷ Relativamente à turma do 2º ano de escolaridade, recolheram-se mais de duas centenas de fotografias que foram trabalhadas em contexto de sala de aula, essencialmente sob a forma de trabalho de projecto, mais colectivo, em grande e pequeno grupo, do que individual. Do seu tratamento em conjunto com outros materiais produzidos pelas crianças e familiares, resultou a publicação de um número do jornal de turma e de uma exposição colectiva no final do ano lectivo aberta à comunidade.

Em todo este processo, com ambas as turmas evidenciou-se uma componente de discussão e partilha com crianças sobre as questões relativamente à selecção e análise das fotografias, bem como das possibilidades da utilização pública atendendo às tensões emergentes entre a investigação e a necessidade de preservação do anonimato do contexto em estudo (Becker, 1974). A partir do trabalho de categorização realizado com as crianças, foi desenvolvido um último patamar de análise exclusivamente pela investigadora. Essa intervenção de (re)análise das fotografias pressupôs primordialmente relevar as propriedades dos bairros que as crianças quiseram dar a conhecer, nomeadamente as características físicas e sociais, as relações sociais nestes espaços, os seus lugares e os lugares dos outros. Tratou-se de um acção complementar à informação recolhida com outras técnicas e permitiu a emergência dos significados das fotografias pelos autores, as diferentes focagens sobre a realidade social, os diversos pontos de observação e a identificação de padrões comuns e de singularidades nestas visões. Foram discutidos quer aspectos positivos quer aspectos mais negativos sobre os bairros, mas estes últimos foram sempre os mais destacados e aprofundados espontaneamente por quase todas as crianças.

Contrariamente à apresentação dos desenhos que se faz sem constrangimentos neste documento final, relativamente às fotografias isso não acontece por permitirem uma clara identificação dos bairros e das pessoas. Como evidencia Becker (1974), o uso de foto-

¹³⁷ O trabalho curricular nesta turma baseava-se em metodologias de trabalho de projecto, que regularmente envolviam outras turmas da escola. Durante o ano, este grupo de alunos manteve activo um blogue e uma página na Internet onde os produtos das suas aprendizagens foram sendo apresentados.

grafias em pesquisas sociológicas encerra determinadas tensões, algumas delas já aqui enunciadas, como a que se reporta aos critérios de selecção utilizadas na análise final, ao processo de acesso ao terreno pelas necessidades de garantias legais e éticas, ou a reacção de outrem à presença de máquinas e de fotógrafos. Na divulgação emergem também os limites decorrentes da necessidade de preservação do anonimato, princípio enunciado desde o início desta pesquisa. Deste modo, são escassas as que se colocam nestas páginas (Capítulo 7 e Anexo 7.10), realçando-se, contudo, que mais importante do que a apresentação, o maior contributo para este trabalho foca-se no processo de recolha que proporcionou um maior acesso aos espaços e a significados e dimensões dos quadros de vida destas crianças que, de outra forma, poderiam ter permanecido ocultos.

No caso das entrevistas das crianças e adultos, independentemente do tipo de análise efectuada, concretizou-se a transcrição de forma literal, mantendo a linguagem original, como expressão de cada vivência, própria e singular. Seguiu-se num segundo momento a sua exploração através da codificação de materiais; por último, o tratamento dos resultados, a inferência, e a interpretação (Vala, 1986).¹³⁸ Na medida em que a análise de conteúdo temática não permite ir muito para lá do significado daquilo que está directamente acessível no conteúdo manifesto do texto, optou-se pelo desenvolvimento de uma análise estrutural que ficou restrita às entrevistas realizadas com adultos. Procurou-se ultrapassar o conteúdo manifestamente explícito e, por assim dizer, descer aos alicerces que constituem a estrutura do discurso visando destacar os sentidos implícitos que passam além da mera enunciação (Piret et al., 1996; Quivy e Campenhoudt, 1998). Nesta linha, o conteúdo serve apenas como veículo para se chegar ao seu autor através das suas produções, na medida em que os indivíduos estão enformados por certos modelos culturais que interessa estudar (Hiernaux, 1997).¹³⁹

¹³⁸ De salientar que somente 83,5% das entrevistas aos pais e substitutos foram objecto de gravação, pelo que houve maior diversidade no material recolhido. As entrevistas tiveram dimensão e a profundidade variáveis e nem todas se esgotaram apenas num só momento. Em algumas houve a oportunidade de as desenvolver ao longo de um certo período de tempo, de acordo com os ritmos de vida e as disponibilidades dos entrevistados, procurando aprofundar-se os significados dos discursos apresentados. No caso dos adultos, o primeiro contacto ficou restrito a uma conversa onde se fez novamente a apresentação do estudo e nesta sequência, foi solicitada autorização agradecendo-se o tempo disponibilizado e a colaboração. Garantiu-se o anonimato e a confidencialidade e justificou-se a relevância da gravação das entrevistas em nome do rigor metodológico na medida em que seria a melhor forma de captar a linguagem utilizada a manter nos seus próprios termos.

¹³⁹ Remetendo as suas origens para o campo da linguística estrutural da década de 1970, a análise estrutural focaliza a compreensão dos efeitos desses modelos na prática dos sujeitos na intenção de interpretar e descrever a lógica própria do cultural, na sua autonomia e funcionamento, em relação a situações sociais identificadas (Martinic, 1992). No entanto, nem todo o material recolhido numa pesquisa se presta ao exercício deste tipo de análise pelo conjunto de procedimentos em que assenta, daí a restrição deste trabalho apenas aos textos das entrevistas dos adultos. Porque todo o discurso humano está investido afectivamente, não é indiferente o índice de valorização que cada entrevistado apresentou no decorrer da entrevista realizada e um dos

Relativamente ao questionário aplicado a crianças que frequentavam as turmas do 3º e 4º ano, na sequência da codificação previamente estabelecida, os dados obtidos foram introduzidos numa base informática criada no SPSS (v12/v16). Após procedimentos de validação dos dados recolhidos procedeu-se à análise estatística univariada e bivariada (tabelas cruzadas simples) sendo a principal informação apresentada ao longo de vários capítulos em função da respectiva pertinência.

A análise estatística, quantitativa, sobre parte dos dados obtidos junto de diferentes fontes de informação não ficou restrita a um papel de enquadramento ou a uma mera via de entrada na problemática em discussão, constituindo ela própria um dos eixos estruturantes no processo de construção da informação que é apresentando no decorrer de vários capítulos. Os dados obtidos pela análise documental dos registos da Esquadra da PSP que abrange a área dos bairros e os documentos constantes nos processos de promoção e protecção da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens local constituem um dos principais elementos catalisador da análise sobre as dinâmicas de desvio, violência e crime que marcam o espaço social em estudo, transmitindo uma imagem viva e mais facilmente perceptível do que a apresentação exclusiva de outros enunciados gerais (Lepoutre, 2005). Com esta opção, proporciona-se ao leitor um acesso diferenciado ao corpo de dados, deixando-lhe a ideia da natureza da informação recolhida e de como essa informação foi valorizada e apropriada pela investigadora (Chapoulie, 2000).

Não se trata de reduzir a apresentação de resultados a uma mera escrita que tanto passa de afirmações gerais a exemplos como efectua o processo ao contrário. Quer-se dizer que se infere a partir de factos concretos e singulares. A escolha de exemplos está associada ao valor analítico que é atribuído a cada um em função do conjunto total de análise e também a partir de frequências e de dados estatísticos obtidos (Becker, 2002a). Acredita-se que, sem esta diversificação de técnicas e instrumentos a aplicar no decorrer de um processo que teve de ser suficientemente flexível e moldável às circunstâncias da vida no próprio bairro, não teria sido possível aceder aos significados mais profundos sobre a problemática em estudo.

objectivos desta análise passa por revelar os princípios pelos quais o discurso se encontra organizado (Quivy e Campenhoudt, 1998). Parte-se da ideia de que o sentido do material analisado resulta e pode ser identificado nas relações estabelecidas entre si pelos elementos que o compõem. Estas relações são de dois tipos: a disjunção que possibilita a distinção entre umas coisas relativamente a outras pela identificação da sua especificidade e a associação que diz respeito à conjunção entre umas e outras em função das relações identificadas o que pode levar à constituição de redes (Hiernaux, 1997). Uma primeira leitura de desmontagem das transcrições e registos das entrevistas levou à eliminação das marcas consideradas redundantes privilegiando-se, de seguida, uma determinada isotopia como ponto de partida para o restante trabalho de análise. Um material tão volumoso dificilmente podia ser analisado tendo em atenção exclusivamente a ordem discursiva pelo que se partiu da identificação do que Hiernaux (1997: 181) designa por “*loais estruturais pertinentes para a análise*”.

Capítulo 6 – CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO: BAIRROS DE REALOJAMENTO NO CONCELHO DE OEIRAS

6.1 Razões de uma escolha

Às mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas em Portugal associam-se diferentes contornos na natureza e dimensão do problema da delinquência de crianças e jovens. De acordo com as estatísticas oficiais e os poucos estudos existentes na área, a sua génese é frequentemente relacionada com o meio urbano, mais com determinados núcleos habitacionais – de génese ilegal ou de realojamento –, do que com outros (Lourenço et al., 1998; Santos et al., 1998; Carvalho, 2003, 2005, 2010b; Gomes et al., 2004, 2010; Machado et al., 2007a; CNPCJR, 2009; DGRS, 2008, 2009; PGDL, 2009). Nesta ordem de ideias, para a realização desta investigação considerou-se pertinente seleccionar para objecto de análise um espaço social – bairros de realojamento –, em que as transformações decorrentes de processos de erradicação de barracas e de bairros degradados se repercutem nos modos de socialização na infância, reflectindo-se, a vários níveis, na vida das crianças neles residentes. Vários concelhos do país têm promovido a construção destes bairros sociais, com uma maior incidência para os que integram as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, alguns na região do Algarve, e outros na zona Norte.

De entre todos, a opção recaiu em Oeiras, no distrito de Lisboa, essencialmente em função de dois motivos. Primeiro, porque é um dos concelhos nacionais que mais se tem evidenciado nesta forma de gestão e reordenamento do território, materializada a partir de uma orientação política que destaca, desde há muito, a habitação como problema estratégico do município (Justino e Castro, 1997).¹⁴⁰ A intenção de valorização do parque habitacional remonta há mais de 30 anos e antes do Programa Especial de Realojamento (PER), iniciado em 1993, esta autarquia já tinha dado resposta às carências habitacionais de cerca de 2.500 famílias (Marques et al., 1999). Nas décadas de 1980 e 1990, intensificou-se o desenvolvimento de intervenções de realojamento, sendo-lhes conferida a dimensão e continuidade imprescindíveis à concretização de uma prioridade que veio a ser alcançada em 2003 com a erradicação de barracas no concelho, um dos primeiros no país a atingir essa meta (Garcia, 2004).

A evolução do concelho de Oeiras não pode ser dissociada das mudanças na Área Metropolitana de Lisboa, na qual se encontra integrado. O seu crescimento deixou de ter

¹⁴⁰ Em 2008, a autarquia de Oeiras tinha em desenvolvimento 25 programas de habitação social e de realojamento, que abrangiam um total de 5.635 alojamentos no concelho.

como principal vector um processo de suburbanização que, nas décadas de 1970 e 1980, o colocava como zona periférica da capital, com a função de dormitório da grande cidade. Pouco a pouco, nos anos mais recentes, veio a constituir-se como espaço de localização de funções económicas em alternativa à cidade de Lisboa. Para isto, não são indiferentes os mecanismos do mercado imobiliário na capital, a existência de espaços e equipamentos livres no concelho e as alterações do padrão de acessibilidades a nível regional, factores potenciados pela própria autarquia (CMO, 2006a).

Nos principais traços de caracterização sociodemográfica do concelho salienta-se:¹⁴¹

- nos *Censos de 2001*, registou-se um total de 162.128 habitantes, o que relativamente aos dados registados em 1991, reflecte um crescimento populacional na ordem de 7,1% (Garcia, 2004). As *Estimativas Anuais Provisórias*, do Instituto Nacional de Estatística, apontam para uma continuidade desta orientação: em 2007, o valor atingido terá sido de 171.472 habitantes, 52,2% dos quais do sexo feminino;
- identifica-se um fenómeno de envelhecimento da população residente que decorre de um decréscimo populacional nos grupos etários mais novos paralelamente à subida do valor percentual dos mais velhos: entre 1981 e 2001 os grupos etários abaixo dos 20 anos representaram cerca de 26% da população; em 1991 somente 18,3%, e em 2001 passaram para 14%, estimando-se que tenham recuperado ligeiramente em 2007 (15,2%). Por outro lado, em 2001, só se registaram ganhos de população nas classes etárias acima dos 45 anos;
- detecta-se uma tendência crescente para a nuclearização e diversificação das estruturas familiares, com uma representatividade superior à média nacional de famílias nos agregados com uma pessoa só (21,5% em 2001) e de famílias monoparentais (16,6%), enquanto no que diz respeito a casais com filhos o valor é inferior (52,5%);
- apesar do predomínio das famílias de menor dimensão, os alojamentos familiares no concelho têm maioritariamente três-quatro divisões (39%): a relação entre dimensão familiar e dimensão dos alojamentos indicia uma subocupação relativamente acentuada;
- o quadro global de instrução dos residentes é elevado: a nível nacional é o concelho com o maior peso de indivíduos com qualificação do ensino superior (26,3%) e o com menor expressão percentual dos que não possuem qualquer nível de ensino (4,7%). Mais de metade da população possui habilitações acima do 3º Ciclo do Ensino Básico;
- a taxa de pré-escolarização em Oeiras (80,8%) é superior às médias nacional e da Grande Lisboa; no que diz respeito aos 1º e 3º CiclosEB, as taxas de retenção no Ensino Básico são inferiores às médias nacional e da Grande Lisboa, ligeiramente superior quando se restringe a comparação ao 2º CicloEB. O concelho apresenta a mais baixa taxa de saída antecipada da escolaridade (9,4%) no país, sendo o único com um valor inferior a 10%;
- no período compreendido entre 1981 e 2001, o peso da população residente activa/empregada cresceu cerca de 6%, destacando-se a crescente expressão e importância dos grupos profissionais ligados ao sector dos serviços (perto de 70% em 1991, 82% em 2001), sobretudo relacionados com as actividades económicas;
- entre 2004 e 2008, o desemprego oficialmente registado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional no concelho abrangeu mais os indivíduos entre os 35-45 anos (40,5%) e os com 55 e mais anos (27,0%), do que os abaixo de 25 anos (8,8%); os que detinham o Ensino Secundário (25,3%) eram os mais representativos entre os desempregados, seguindo-se os que possuíam o 3º CicloEB (22,1%) e o 1º CicloEB (18,4%);

¹⁴¹ Para um aprofundamento deste quadro de caracterização, vide Anexo 6.1.

- desde 2006, regista-se um aumento anual do número de beneficiários abrangidos pelo Rendimento Social de Inserção: 5.525 beneficiários em 2009, representativos de 3,2% do total da população residente. Por grupos etários, esta prestação abrange primordialmente menores de 18 anos (39,2% do total), e em todos os grupos etários o sexo feminino é o mais representado;
- entre 2001 e 2008, as sinalizações à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens local (2.217) deram origem à abertura de 1.935 processos (87,2% do total das mesmas). Negligências, exposição a modelos de conduta desviante e abandono escolar são as problemáticas mais sinalizadas identificando-se em 2008 um decréscimo dos valores relativos aos maus tratos físicos e psicológicos. Os grupos 15-17 anos e 10-12 anos têm vindo a ocupar um lugar cada vez significativo na intervenção desta Comissão. Em 2008, pela primeira vez as raparigas passaram a estar mais representadas do que os rapazes (53% contra 47%);
- em 2007, a taxa de criminalidade no concelho foi de 35,1%, valor abaixo do da Grande Lisboa (48,5%) e da taxa nacional (37,8%). O tipo de crime com maior incidência é o “*furto de veículo*” e “*em veículo motorizado*” (ainda que com valores inferiores aos registados na média da Grande Lisboa) e nos crimes “*contra a integridade física*”, Oeiras posiciona-se abaixo das médias nacional e da Grande Lisboa. Entre 2005 e 2008 desceu o “*furto/roubo por esticão em via pública*” ao contrário da “*condução sem habilitação legal*”, que subiu. A violência doméstica é um crime que tem vindo a registar um aumento: 135 ocorrências em 2005, 473 em 2008 (CMO, 2010).

Na última década, este concelho atingiu níveis muito positivos no que diz respeito a indicadores de desenvolvimento relativos ao nível de qualidade de vida, da riqueza criada, da qualificação dos recursos humanos e da produção tecnológica. A nível nacional, Oeiras surge numa posição privilegiada, sendo apontado como o terceiro concelho mais rico do país em função das contribuições pagas ao município pelas empresas nele instaladas, ao qual alia o terceiro lugar no ranking dos concelhos com melhor qualidade de vida, logo a seguir a Lisboa e Albufeira (Henriques, 2009). Também em relação ao poder de compra manifestado quotidianamente em 2007, em termos *per capita*, evidencia-se no segundo lugar a nível nacional (IpC 173,0),¹⁴² a seguir a Lisboa (IpC 235,7), superando largamente o poder de compra *per capita* médio registado no Continente: IpC=100,5 (INE, 2009b).

No entanto, as assimetrias existem no seu território, com as freguesias a Norte a apresentar índices de desenvolvimento mais baixos, persistindo problemas ao nível “*da estabilização de um quadro urbano muito sensível, numa população onde o realojamento não erradica, por si só, graves patologias de carência*” (CMO, 2006a: 61). Esta diversidade constitui um enorme desafio do ponto de vista do desenvolvimento, do ordenamento do território e da sua sustentabilidade.

Recentemente, autarquia de Oeiras encetou uma nova fase na implementação de políticas de habitação, consubstanciada num “*plano integrado de segunda geração*”, onde se defi-

¹⁴² IpC = índice de poder de compra (INE, 2009).

ne o investimento para os próximos dez anos nesta área (CMO, 2006a: 9).¹⁴³ Neste documento, é publicamente assumido que os comportamentos desviantes, associados às carências sociais, económicas e culturais de uma parte de populações residentes em determinados bairros de realojamento, constituem um problema significativo para o qual as respostas postas em prática no concelho pelas mais diversas entidades e serviços não obtiveram a eficácia pretendida. Na assunção desta premissa encontra-se o segundo motivo que justifica a pertinência social e científica deste estudo, designadamente pela centralidade da problemática do desvio e da delinquência neste contexto. Da parte dos serviços municipais, a requalificação e o redesenho urbano de certos bairros, articulados com uma acção de reabilitação social, económica e cultural dos seus residentes, são consideradas tarefas necessárias e determinantes para a superação deste e de outros problemas sociais aí identificados (CMO, 2006a).

A expressão ‘bairros de realojamento’, em torno da qual se estrutura esta investigação, não pode ser fechada numa visão restrita da realidade social, tida tantas vezes na opinião pública como homogénea (Machado e Silva, 2009). Os seis bairros seleccionados cobrem uma variedade de espaços, de tipologias de edifícios e alojamentos, revelam diferentes opções em termos de desenho urbanístico e no uso de equipamentos que dizem respeito a diferentes tempos de implantação. Apresentam dimensões variadas acolhendo populações, quase exclusivamente em regime de arrendamento, que manifestam um traço comum: terem sido objecto de realojamento em função das deficitárias condições sociais e habitacionais em que se encontravam. Em suma, trata-se de um universo que globalmente parte de uma posição desfavorecida em termos socioeconómicos, ou até mesmo muito desfavorecida, apesar de proveniências heterogéneas no que concerne à naturalidade, nacionalidade e trajectórias familiares e profissionais.

Na escassez de estudos e trabalhos que promovam um maior conhecimento sobre os modos de vida nestes espaços, os valores que se difundem, as redes sociais, as sociabilidades e dinâmicas prevalentes, assiste-se de uma forma mais ou menos generalizada à manutenção de preconceitos e estereótipos assentes na ideia de que quando se fala de bairros de realojamento se trata sempre de ‘bairros problemáticos’. Como referido por Machado et al. (2007b), esta orientação assenta numa leitura redutora da realidade social acen-

¹⁴³ Trata-se do primeiro município no país com um plano desta natureza, denominado “*Programa Habitar Oeiras*”, que visa a reabilitação e valorização da qualidade habitacional do concelho e que se traduz num investimento na ordem dos 150 milhões de euros para os próximos dez anos. <http://www.cm-oeiras.pt/Oeiras/Projecta/Habitacao/HabOeiras> [acedido em 12/11/09].

tuando uma linha de determinismo (e fatalismo) social que a todos afecta, muito em especial aos que neles residem.

“Tem-se generalizado o preconceito (reductor e abusivamente generalista) de que estas zonas urbanas são sempre perigosas para o cidadão comum, territórios geradores e exportadores de grande parte da ilicitude que chega até ao nosso conhecimento, e nos quais o exercício da autoridade do Estado se encontra comprometido. Não raras vezes, assiste-se a exercícios de sinonímia, procurando estabelecer uma comparação, simplificada, linear, de valor equivalente, entre essas zonas urbanas e suburbanas críticas (ou sensíveis), e outras situadas nas periferias das grandes cidades europeias e norte-americanas. Aliás, e de modo diríamos abusivo, os acontecimentos de umas legitimam a predição de que algo equivalente se passará nas outras.” (Machado et al., 2007b: 53)

Se é certo que estes são espaços onde está identificada a existência de um leque de problemas sociais, também é certo que esses problemas não se encontram ou se produzem apenas no seu interior, bem como não podem ser analisados sem se ter em consideração o funcionamento de sistemas sociais (de ensino, saúde, protecção e acção social, segurança, justiça) quer a montante como a jusante (Lourenço et al., 1998; Carvalho, 2004; Machado et al., 2007b; Guerra, 2008; Machado e Silva, 2009).

A opção do uso do conceito ‘bairro de realojamento’ nesta investigação remete primordialmente para uma medida de política pública que assentou em processos de relocalização de populações que conduziram, ou podem ter mantido, uma concentração de determinados problemas e desvantagens sociais em alguns territórios quando se poderia, eventualmente, ter defendido outras soluções que obstassem a essa concentração. Releva-se a necessidade de conhecimento sobre a eficácia das intervenções urbanísticas e sociais postas em desenvolvimento, isto é, a identificação e avaliação dos impactos obtidos na alteração das situações iniciais, consideradas socialmente indesejadas (Machado et al., 2007b; Kintrea et al., 2008).

Apesar dos riscos que se correm pelo desenvolvimento desta ser mais uma pesquisa tendencialmente sobre um problema social que tem concorrido, em larga medida, para a estigmatização de bairros desta tipologia como ‘problemáticos’, sabe-se que é escasso o conhecimento produzido sobre os mesmos, muito em especial a partir do interior e tendo como protagonista o segmento mais novo da população residente, as crianças. Como se depreende da opção de gestão municipal, patente em diversos documentos, há a noção de que a segregação social e espacial que esteve na base da sua construção, e que afecta outras zonas urbanas e suburbanas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, deve ser enfrentada e discutida (CMO, 2006a). Nesta ordem de ideias, o enfoque territorial nesta

investigação resulta de uma combinação de factores que, partindo de um quadro de orientação política no campo da habitação, se conjuga em torno da indispensabilidade de conhecimento sobre as formas como as populações ocupam, habitam, frequentam e se apropriam destes territórios, e de como destas dinâmicas decorre a possibilidade de envolvimento das crianças em delinquência.

Os indicadores recolhidos à entrada no terreno foram decisivos para a tomada de decisão. Logo na primeira fase de inserção, ainda num nível exploratório, dificilmente se podia ficar indiferente a certas interpelações das crianças, sob a forma de discursos ou em acções, que remetiam de modo específico para quadros de vida onde o desvio e o crime estariam emergentes.

“-Onde é que roubaste esse colar tão lindo? Onde é que roubas os teus colares?...” – perguntou a menina [F03], de quatro anos e meio de idade, à sua Educadora na sala do Jardim-de-Infância que frequentava (2003/04). A educadora ainda tentou explicar que existem outras formas de ter colares sem ser a roubar: “podem ser comprados, pode alguém dar, oferecer e até se pode fazer colares”. Mas ela olhava, algo incrédula, continuando a insistir “mas onde é que os roubaste?...” [notas de campo]

De facto, não é vulgar ouvir uma criança de menos de cinco anos dirigir-se à Educadora perguntando onde que ela rouba os seus colares, como se esta fosse a forma mais natural de os ter. E muito menos ouvir contar que outra criança, também do pré-escolar, tinha assaltado o Conselho Executivo no ano lectivo anterior, muito concretamente furtando dinheiro da carteira da presidente, situação oficialmente registada através de denúncia efectuada no âmbito do Programa Escola Segura.¹⁴⁴ Do ponto de vista conceptual, estas situações constituíam um desafio acrescido para se reflectir sobre a problemática da delinquência indo para lá dos jovens. Como explicar que uma criança tão nova ‘assalta’ o Conselho Executivo de uma escola do Ensino Básico? Poder-se-ia, inclusivamente, de um ponto de vista de construção teórica, falar de ‘assalto’ numa idade destas?

“Perto do final do ano lectivo anterior (2002/03), então com perto de quatro anos, a menina [F04], a mais nova de uma fratria de três elementos, filha de pais separados [mãe e avó materna estiveram acolhidas numa instituição tutelar de menores], quando se dirigia para a sala no Jardim-de-Infância, entrou no espaço do Conselho Executivo cuja porta se encontrava aberta, sem ninguém lá dentro. Dirigiu-se ao gabinete da Presidente, que aí deixara a mala, e do interior retirou a carteira. Abriu-a e retirou algumas notas e moedas que veio a esconder dentro das meias e dos sapatos. De volta à sala, deixou algumas moedas de menor valor, mais escuras, caídas no chão, o que chamou a atenção dos professores quando regressaram ao referido gabinete. Seguindo o seu rasto foi possível descobrir a situação tendo a criança escondido moedas e notas dentro das meias acabando por se voltar a calçar de seguida. Depois de devolver o dinheiro e quando voltava para a sala com a Educadora, a menina reagiu insultando em voz baixa a responsável da escola, também de origem cabo-verdiana,

¹⁴⁴ Situação oficialmente confirmada.

acompanhando as palavras em crioulo de gestos com as mãos.” [versão contada por docentes e auxiliares de acção educativa, notas de campo]

Estas são apenas algumas das questões que iam sendo levantadas. Estranhava-se a aparente regularidade destes casos e abriam-se novos caminhos para a reflexão. Mas não eram apenas as crianças cujos comportamentos nos interpelavam. Também os adultos, sobretudo certos pais ou encarregados de educação de alunos das escolas dos bairros, despertavam uma especial atenção.

“Ainda antes do início do ano lectivo, em conversa com a presidente do Conselho Executivo na respectivo gabinete, a mãe do rapaz [M04, 9 anos, 3º ano de escolaridade] comentava que nas férias tinha dado ao filho “uma navalhinha para ele se defender, pois o bairro está cada vez mais perigoso e assim ninguém se mete com ele!” Estava ainda a pensar se havia de intervir na conversa quando chegou o pai que trazia agarrado debaixo do braço um taco de baseball, disfarçado sob o colete, embora as partes inferior e superior estivessem à vista. Aproximou-se dos professores que aí se encontravam e cumprimentou-os, bem como a mim, mantendo o braço encostado ao tronco, provavelmente de modo a evitar que o taco caísse no chão. Confirmou a entrega da “navalhinha” ao filho, reforçando a necessidade deste a ter, apesar dos esforços da Presidente do Conselho Executivo em chamar a atenção para o perigo que isso podia representar [como se veio a confirmar poucas semanas mais tarde].” [notas de campo]

À medida que se alargava o campo de acção investindo no aprofundamento do terreno de pesquisa, tudo parecia apontar para que “*navalhinhas*”, roubos, furtos, assaltos, carros, polícias e ladrões tivessem uma forte presença neste contexto, abrangendo desde cedo vários alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico. No fundo, reflectia-se sobre a oportunidade que se tinha agora de ‘descer’ aos quadros de vida retratados em investigação anterior,¹⁴⁵ podendo aferir-se *in loco* como se produziam alguns dos principais resultados então obtidos. Não se estava mais a investigar o sistema de justiça tutelar de menores, mas vários dos jovens cujos processos tinham sido objecto de estudo noutras pesquisas tinham sido realojados nestes bairros e não foi com menos surpresa, de parte a parte, que os encontros foram acontecendo. Rapidamente se deu conta que a palavra sobre esta situação depressa e inesperadamente se tinha alargado às crianças.¹⁴⁶ A natureza parti-

¹⁴⁵ Mencionada na *Introdução*.

¹⁴⁶ “Estava a sair da turma do 4º ano quando numa conversa em crioulo entre três alunos ouvi referência ao meu nome e às minhas deslocações há anos atrás [bairro de barracas]. Parei e dei por mim a pensar de onde é que eles me conheciam, uma vez que eram demasiado novos para se lembrarem dessas situações com tantos pormenores. Voltei para trás e perguntei sobre o que falavam e lá repetiram o mesmo, agora em português. Olhavam-me atenta e alegremente, aparentemente com curiosidade para continuar a conversa. Ainda comeci por questionar como sabiam disso, mas de repente lembrei-me de lhes perguntar se conheciam um determinado jovem, que tinha uma grande reputação nos bairros pelo percurso de vida e participara noutros estudos. Assim que disse o nome, todos sorriram abertamente, com grande entusiasmo, e que “sim”, “conhecemos bem”, “claro que conhecemos”. Comecei então a perceber que já corria nos bairros a informação de que eu o conhecia bem como a outros jovens ali residentes, agora adultos, e que eles e as famílias tinham comentado a situação. Nesta altura, já tinham ocorrido várias conversas com o mesmo e numa dessas ocasiões ele falara

cular de estigmatização (Goffman; 1988) decorrente da condição de ex-docente desses jovens, bem como de investigadora em estudos onde os mesmos tinham participado, potenciou uma discriminação positiva e o reforço de laços de confiança que permitiram uma maior facilidade no acesso às dinâmicas sociais das crianças, das famílias e dos bairros. Tendo em consideração as especificidades do contexto em análise, a essência das questões levantadas em torno de uma problemática tendencialmente de difícil abordagem, como comprova a escassez de estudos (Machado et al., 2007a) e as dificuldades levantadas junto de outros investigadores no acesso a terrenos de características semelhantes (Gusmão, 2004; Carra, 2001; Kintrea et al., 2008), esta complementaridade entre pesquisas e intervenções promoveu um alcance na investigação que se acredita não teria sido possível obter de outro modo sem esta fase inicial.

6.2 A habitação social no concelho de Oeiras

6.2.1 Habitação: um problema estratégico do município

Desde há muito que a Câmara Municipal de Oeiras definiu a habitação como prioridade estratégica na acção do município. Para melhor se compreender este fenómeno tem de se ter em consideração a evolução demográfica e habitacional na Área Metropolitana de Lisboa. Em 2001, residiam no concelho 61.717 famílias e existiam 75.121 alojamentos familiares, repartidos por 16.052 edifícios (Garcia, 2004). Nos dias de hoje, há cerca de 5.777 fogos que tiveram origem nos programas do regime de habitação social executados ao longo dos anos. Diversamente de outras autarquias nacionais, cedo foi assumido pela administração local em Oeiras que sem a resolução do problema da habitação degradada dificilmente se promoveria um plano de desenvolvimento social que combatesse a exclusão social e favorecesse a justiça social e a integração urbana (Marques et al., 2001; CMO, 2003). Porém, conforme consta de vários documentos municipais, tinha-se presente que a construção de novas casas não resolveria, por si só, os problemas sociais associados a larga parte das populações a realojar (Justino e Castro, 1997), bem como dificilmente se evitaria o surgimento de outros.

sobre o que sentia em relação ao peso do seu nome, do estigma associado que entendia como limitação para aceder a oportunidades diferenciadas, enunciando como era frequente as crianças virem ter com consigo a perguntar-lhe sobre a sua vida, sobre o passado, “de brilho nos olhos”. Ele próprio estranhava a situação dizendo que as crianças nunca o tinham visto actuar pois da institucionalização cumprira uma pena de prisão de alguns anos e estivera afastado dos bairros. A realidade é que em torno do seu nome as conversas sucediam-se quer com crianças como com adultos.” [notas de campo]

“Um Programa Especial de Realojamento não se realiza num propósito governamental de apoio à simples erradicação de barracas, nem na capacidade e iniciativa concretizadora dos diversos municípios da AML. Novos problemas deverão inevitavelmente surgir, implicando novas formas de intervenção urbana. A transformação acelerada do tecido social do emprego obrigará a novas tipologias de espaços de serviço e sua relação com os espaços próprios de habitação. Grupos étnicos, com diferentes práticas, começam a desenvolver formas de comunidade organizada, impondo prudência na gestão da sua integridade e na possibilidade da sua integração” (CMO, 2003: 141).

As mudanças ocorridas na década de 1990 no campo da habitação social em Oeiras tiveram um impacto significativo nas dinâmicas sociais do concelho. Em 1993, a Câmara Municipal de Oeiras assumiu erradicar todas as barracas do Concelho recorrendo à execução do Programa Especial de Realojamento (PER) potenciado pela Administração Central.¹⁴⁷ Em estudo sociológico sobre os processos de realojamento concretizados (Marques et. al., 2001), constatou-se a existência de diferenças claras entre os programas e projectos levados a cabo até 1993 e os que, suportados no âmbito do PER, se desenvolveram nos anos seguintes.¹⁴⁸ Esse ano constitui um marco decisivo na evolução concelhia pela valorização dos recursos sociais e urbanos que os novos programas de habitação social implicaram, da qual a produção de fogos constitui apenas a face mais visível.

O primeiro passo dado para esta tarefa foi o levantamento generalizado da situação. Daí resultou a identificação de 3.165 agregados familiares que necessitavam de realojamento, num total de 12.132 indivíduos, com um tempo médio de residência no concelho superior a 15 anos. Destacou-se ainda a elevada percentagem de famílias imigrantes, em que o representante possuía nacionalidade estrangeira: 35,0% (CMO, 2006a). Numa primeira etapa, em 1993, foram atribuídos os primeiros 100 fogos e entre 1993 e 1995 atingiu-se o total de 518. No entanto, foi no ano de 1999 que se concretizou o maior volume de construção com 719 fogos, dos quais 608 para arrendamento e 111 para venda (CMO, 2006a). Até 1985, o regime implementado foi exclusivamente o de arrendamento; só a partir dessa data é que começaram a surgir os programas mistos, que integram também a possibilidade de venda directa de habitação social a agregados familiares seleccionados pela autarquia.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Contemplado no *Decreto-Lei* N° 163/93, de 7 de Maio.

¹⁴⁸ Para um aprofundamento das principais linhas de orientação dos programas de habitação social implementados até 1993, considerados em três fases distintas (1943-1973; 1974-1985; 1986-1993), vide Anexo 6.2.

¹⁴⁹ Os programas mistos contemplam duas formas. A primeira diz respeito à Promoção Municipal, em que é administração local a promover a construção, arrendamento e venda a custos controlados dos fogos através de financiamento pelos serviços da administração central, como o Instituto Nacional de Habitação, ex-Fundo de Fomento da Habitação. A segunda tem sido desenvolvida pelo estabelecimento de Contratos de Desenvolvimento de Habitação (CDH), com o recurso a entidades privadas que promovem a construção de fogos com base em financiamento das entidades anteriormente mencionadas e efectuam a venda directa a custos controlados, exclusivamente a agregados familiares seleccionados pelos serviços municipais ou à própria Câmara Municipal, que com financiamento específico da administração central, posteriormente os arrenda ou

Esta opção permitiu ir além da resposta a necessidades emergentes de realojamento colocadas no âmbito do PER, viabilizando-se outras intervenções que visaram colmatar necessidades habitacionais de outros estratos sociais.

“Habitação Social não é, em nosso entender, realojar aqueles que infelizmente vivem em barracas, é também dar aos jovens das classes médias possibilidade de viver condignamente e num espaço que lhes permita desenvolver a sua personalidade. A habitação social neste Concelho será habitação que promove, numa zona de passagem entre a grande Metrópole e o dormitório, a necessária integração na vida da Comunidade” (CMO, 2003: 141)

A continuidade de programas de habitação social de carácter misto, com recurso directo à iniciativa privada, tem proporcionado nos últimos anos um aprofundamento das respostas.¹⁵⁰ Como referem os serviços municipais, o desenho dos novos bairros foi melhorado, passando a incorporar equipamentos e espaços comerciais que anteriormente, por limitações de ordem financeira, havia maior dificuldade em contemplar (CMO, 2006a).

Não se pode ignorar a importância que isso tem trazido em termos de requalificação urbana de todo o território, num envolvimento planeado de modo faseado entre a autarquia e as entidades privadas. Paralelamente, estabeleceram-se novos instrumentos e mecanismos com o objectivo de concretizar uma melhor e mais eficaz acção de fiscalização relativa às demolições a efectuar e de dissuasão de novas iniciativas de construção clandestina no território do concelho, uma vez que as razões sociais mais associadas à sua origem continuaram a aumentar por toda a Área Metropolitana de Lisboa. Neste intenso processo que teve por meta a erradicação total de barracas em Oeiras alcançada em 2003, estima-se que tenha sido abrangido cerca de 9% do total da população do concelho (CMO, 2006a).

6.2.2 A distribuição da habitação social no concelho

O grande volume de construção de fogos para habitação social diz respeito à década de 1990 e aos primeiros anos deste século, tendo sido disponibilizados neste período mais de três mil fogos. Os últimos anos desde 2006 e a primeira metade dos anos 1980 são os que revelam menos construção.¹⁵¹ Com base nos dados do Departamento de Habitação,

vende dentro do mesmo regime de custos controlados. Em vários programas desta contratualização público-privada esteve contemplada a disponibilização de terrenos municipais para a construção das novas edificações.

¹⁵⁰ Consciente das carências habitacionais existentes no concelho, ao que acresciam solicitações por parte de municípios não abrangidos pelo PER, em Dezembro de 1995 foi criado o Observatório de Necessidades Habitacionais cujo principal objectivo se prende com o registo dos pedidos de habitação dirigidos à autarquia.

¹⁵¹ Para um aprofundamento vide Anexo 6.3. Ao longo de mais de três décadas, a Câmara Municipal de Oeiras investiu mais de 150 milhões de euros em habitação pública por via da construção de fogos, pela sua aquisição ou pelo estabelecimento de parcerias com promotores privados. O ano de 1999 corresponde ao de

da Câmara Municipal, desde o início do PER até 2008 foram disponibilizados 5.635 alojamentos para habitação social e realojamento no concelho, estruturados num conjunto de 25 programas que se distribuem entre iniciativas de Promoção Municipal e Contratos de Desenvolvimento da Habitação.

Tabela 6.1: Habitação social e realojamento no concelho de Oeiras, em 2008, por Programa e freguesias

FREGUESIAS	PROGRAMA	ALOJAMENTOS TOTAL		Promoção Municipal		Contratos de desenvolvimento de Habitação	
		N	% (col.)	N	% (col.)	N	% (col.)
Barcarena	Quinta da Politeira	160	2,84	160	5,39	0	0,00
Carnaxide	Moinho da Portela	90	1,60	90	3,03	0	0,00
	Encosta da Portela	364	6,46	364	12,26	0	0,00
	Outurela/Portela	128	2,27	128	4,31	0	0,00
	Pátio dos Cavaleiros	429	7,61	0	0,00	429	16,68
	Alto dos Barronhos	973	17,27	0	0,00	973	34,14
	São Marçal	320	5,68	320	10,78	0	0,00
	Luta pela Casa	100	1,77	100	3,37	0	0,00
	Carnaxide	95	1,69	0	0,00	95	3,69
Caxias	Francisco Sá Carneiro	512	9,09	400	13,48	0	0,00
	Laveiras/Caxias	0	0,00	0	0,00	112	4,35
Linda-a-Velha	Quinta da Maruja	10	0,18	10	0,34	0	0,00
	Gleba B	78	1,38	78	2,63	0	0,00
	Linda-a-Velha	10	0,18	10	0,34	0	0,00
	Quartel GNR	6	0,11	6	0,20	0	0,00
Oeiras	Pombal	449	7,97	326	10,98	123	4,78
	Bento Jesus Caraças	146	2,59	146	4,92	0	0,00
	Casal da Medrosa	44	0,78	44	1,48	0	0,00
Paço de Arcos	Alto da Loba	440	7,81	440	14,82	0	0,00
	Bugio	180	3,19	180	6,06	0	0,00
	Terrugem	156	2,77	0	0,00	156	6,07
Porto Salvo	Ribeira da Lage	166	2,95	166	5,59	0	0,00
	Moinho das Rolas I	215	3,82	0	0,00	215	8,36
	Moinho das Rolas II	96	1,70	0	0,00	96	3,73
	Navegadores	468	8,31	0	0,00	468	18,20
CONCELHO		5.635	100	2.968	100	2667	100

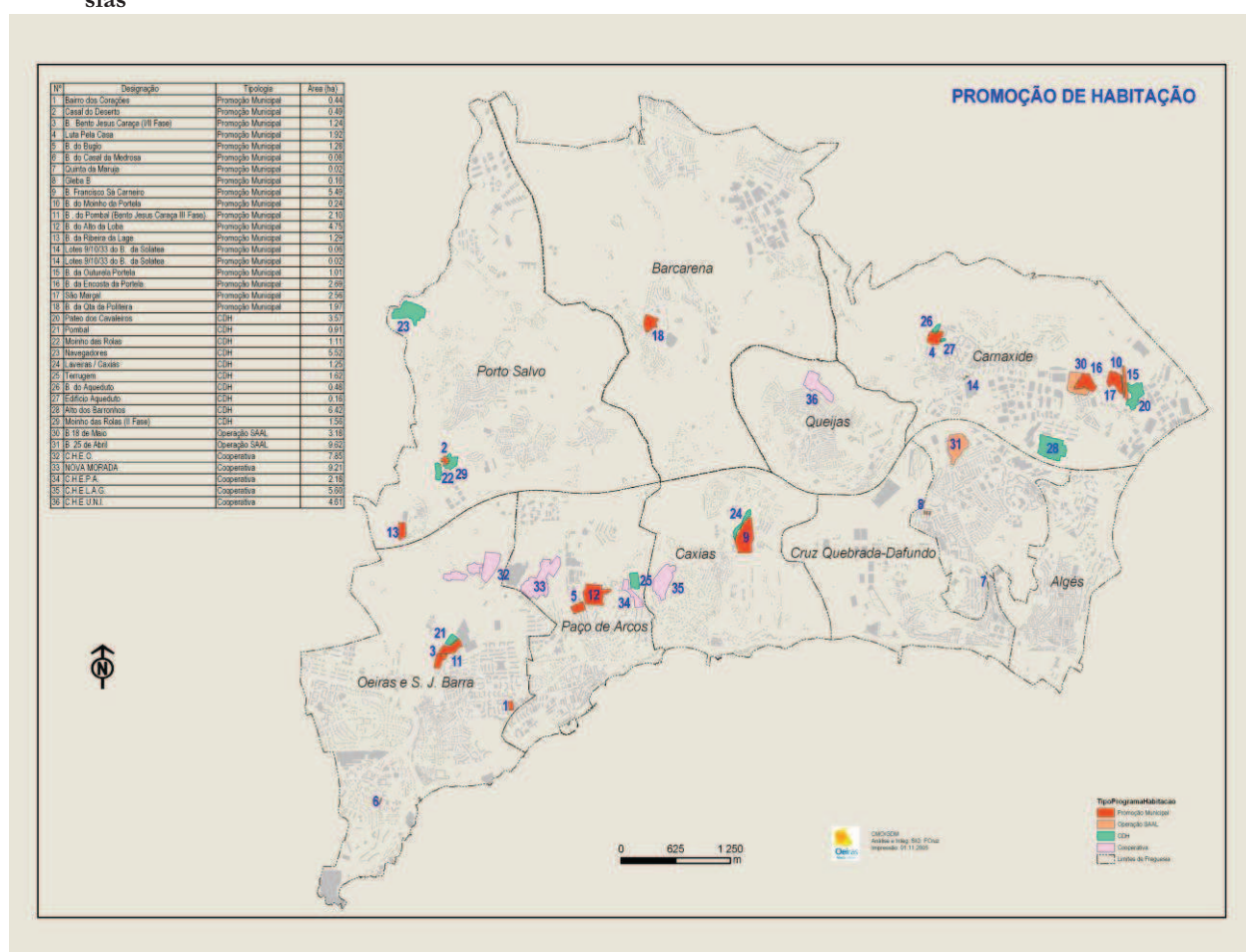
Fonte: Departamento de Habitação/Gabinete de Desenvolvimento Municipal, Câmara Municipal de Oeiras (2009).

maior investimento (mais de 23 milhões de euros) seguindo-se os anos de 2000 (mais de 15 milhões de euros) e de 1998 (quase 14 milhões de euros). Só na década de 1990 foram feitos investimentos na ordem dos 65 milhões de euros, representativos de perto de 43% do total despendido neste campo desde 1943. Para além deste montante, no período entre 2004 e 2008 foram orçamentados 11.734.344 € para investimento em conservação e reparação (CMO, 2009d).

Deste total de fogos, que abrange 15.000 indivíduos, 3.339 são de programas de arrendamento municipal (11.120 indivíduos). Os restantes foram vendidos no quadro de programas de aquisição de habitação própria a custos controlados.

A freguesia de Carnaxide destaca-se das restantes por ser nela que se encontra situado mais de 40% do total de alojamentos construídos no regime de habitação social de realojamento, seguindo-se a de Porto Salvo (19%) e a de Paço de Arcos (15%). No pólo oposto, surgem as freguesias de Barcarena (3%) e a de Linda-a-Velha (2%) e até 2008 não existiu intervenção desta natureza em Algés e Cruz Quebrada/Dafundo.

Figura 6.1: Habitação social e realojamento no concelho de Oeiras, em 2008, por Programa e freguesias



Fonte: Gabinete de Desenvolvimento Municipal, Câmara Municipal de Oeiras (2009).

No que diz respeito às famílias em arrendamento, o valor da renda mensal paga ao município oscila entre o mínimo de 4,27 euros e o máximo de 284,63 euros (Anexo 6.3), encontrando-se definido que o valor máximo não pode ir além de 15% do rendimento mensal da família. Há um expressivo número de famílias que paga mensalmente um valor abaixo dos 25 euros (37,5%), e globalmente verifica-se que 75,4% do total dos agregados em arrendamento municipal paga uma renda mensal inferior a 100 euros. Os serviços

municipais têm introduzido um número significativo de bonificações entre o apuramento do rendimento bruto das famílias e o cálculo final do valor da renda, de acordo com o espírito da renda apoiada (CMO, s/d).

No que concerne à caracterização da população residente em habitação social em Oeiras, observa-se que ao longo dos anos os grupos etários que mais têm beneficiado deste tipo de programas são os que têm idades compreendidas entre os 0-19 anos (32,1%), com maior incidência para os grupos 15-19 anos e 10-14 anos, seguindo-se os que têm entre os 20-30 anos. Na categoria 20-64 anos (57,3%), o grupo mais representado é o que abrange os indivíduos nos 20-24 anos, ao passo que os que estão entre os 30-40 e os 55-64 anos são que se encontram em menor número. Trata-se essencialmente de uma faixa de população jovem, com filhos, que denota maiores dificuldades socioeconómicas para aceder ao mercado privado (“comercial”) de habitação. De assinalar que os mais velhos, acima dos 64 anos, representam 10,6% do total, constituindo um segmento em crescimento nos últimos anos, o que reflecte a evolução demográfica do concelho (CMO, 2009d).

Considerando os tipos de família alvo destas acções,¹⁵² salienta-se a representatividade dos “*casais com filhos ou com crianças*” (36,5%), seguidos dos agregados “*monoparentais*” (23,6%) e dos “*isolados*” (16,9%), muitos destes últimos acima dos 65 anos de idade.

Atendendo aos dados mais recentes (CMO, 2009d), a maioria desta população nasceu em Portugal (71,1%), emergindo Cabo Verde como o segundo país mais representado (19,2%). No conjunto, os PALOP correspondem a 27,8%, numa clara sobre-representação relativamente ao que é a sua presença a nível concelhio (4,5%) e nacional (3,7%).¹⁵³

No entanto, quando se passa a discriminar nacionalidade, constata-se que existem dois grupos maioritários com valores aproximados, um relativo a indivíduos de nacionalidade portuguesa (44,2%) e outro de nacionalidade cabo-verdiana (40,1%). No total dos programas executados até final de 2008, estes dois grupos representaram mais de 80% dos residentes em alojamentos de habitação social. Entre os restantes, salientam-se os 14,1% também de origem africana, de outros PALOP (CMO, 2006a). A proporção de indivíduos com nacionalidade estrangeira cresce exponencialmente quando se cruza com o correspondente valor em termos de naturalidade, o que pressupõe que, mais do que se estar perante movimentos migratórios recentes, estar-se-á perante grupos da população que após a migração já possuem descendentes nascidos em Portugal que, por um conjunto de circuns-

¹⁵² Mantêm-se as categorias sobre as famílias tal como designadas pelos serviços municipais, vide Anexo 6.3.

¹⁵³ Valores relativos à população estrangeira com estatuto legal de residente, vide Anexo 6.3.

tâncias diversas, permanecem com nacionalidade estrangeira. Esta situação não é exclusiva dos cabo-verdianos estendendo-se a oriundos dos outros PALOP.

6.3 Contexto e participantes na investigação: traços de caracterização

6.3.1 Os bairros de realojamento seleccionados

Para a realização desta investigação seleccionaram-se seis bairros de realojamento no concelho de Oeiras cuja construção corresponde a diferentes épocas. Isto permite abranger duas décadas de execução de políticas de realojamento neste território. Para a caracterização, optou-se por não discriminar aprofundadamente as diferenças entre uns e outros na medida que em essas especificidades poderiam conduzir à respectiva identificação. Por razões de salvaguarda de segurança e protecção dos residentes, especialmente das crianças e das famílias participantes no estudo, os bairros não são designados pelos nomes reais que foram substituídos por outros, fictícios.¹⁵⁴

Nesta caracterização destacam-se os principais indicadores relativos à concepção urbanística, arquitectónica e habitacional identificada nos seis bairros e evidenciam-se os mais importantes contornos do perfil sociodemográfico da população residente. Para este processo, teve-se como principal fonte o Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Oeiras, com especial relevância para a informação estatística disponibilizada ao longo do período da investigação, à qual se juntou dados de natureza mais qualitativa recolhidos durante a inserção etnográfica.

Deste processo resulta a apresentação de um conjunto de tabelas em que se procura sistematizar o material recolhido apresentando-o em função de três grandes dimensões de caracterização – políticas de realojamento; urbanismo, arquitectura e habitação; indicadores sociodemográficos da população residente –, desdobradas em categorias e indicadores.

Geograficamente os seis bairros seleccionados encontram-se relativamente próximos uns dos outros, acabando por formar duas grandes manchas territoriais. De realçar que, para cinco deles, a zona residencial mais próxima é precisamente a de outro bairro de

¹⁵⁴ Optou-se por uma designação em função de cores: Bairro Verde; Bairro Azul; Bairro Amarelo; Bairro Branco; Bairro Rosa e Bairro Cinzento. Mesmo sabendo que constitui material relevante para uma investigação sociológica, preferiu-se deixar de fora e não considerar nesta análise outro tipo de informação (mapas, plantas, toponímia, etc.) que, de alguma forma, mais facilmente podia conduzir à identificação. Perante este quadro, tem-se a consciência que a descrição dos espaços onde a investigação foi realizada é feita de modo mais limitado pela necessidade de preservação deste princípio.

realojamento. Ainda que não existam dois bairros iguais, muitos dos traços da caracterização são comuns, sobressaindo a importância da consideração na análise da interdependência e das dinâmicas socioespaciais que os atravessam.

Tabela 6.2: Os bairros de realojamento seleccionados: políticas de realojamento

CARACTERIZAÇÃO		INDICADORES SOBRE OS BAIRROS DE REALOJAMENTO <i>(nomes fictícios)</i>					
DIMENSÃO	CATEGORIAS	Bairro Verde	Bairro Azul	Bairro Amarelo	Bairro Branco	Bairro Rosa	Bairro Cinzento
Políticas de Realojamento	Período de construção	Final da década de 1990 e década de 2000.		Década de 1990.		Década de 2000.	Décadas de 1980 e 1990.
	Áreas de construção	Variam entre 1ha e 5ha. Maior incidência entre os 2,5ha e os 3,5ha por bairro.					
	Natureza dos Programas de habitação	Promoção Municipal	Contrato Desenvol. de Habitaç.	Promoção Municipal	Promoção Municipal	Contrato Desenvol. de Habitaç.	Promoção Municipal
	Nº de fogos	Um total à volta de 1.700 fogos. Oscilam entre os 100 e os 450 fogos, por bairro.					
	% de fogos em arrend.	100%	87,4%	100%	100%	100,0%	100%
	Nº de famílias arrend.	Um total de 1.552 famílias arrendatárias.					
	Nº de fogos em programa de venda	54 fogos					
	Nº de famílias propriet. da habitaç.	139 famílias proprietárias da habitação					
	Nº de residentes	À volta de 5.000 indivíduos residentes. Varia entre os 350 e os 1.300 residentes, por bairro.					
	Densidade populacional	Densidade populacional elevada (um bairro acima de 5.000 habitantes/km2) e muito elevada (5 bairros acima dos 10.000 habitantes por Km2), superior às médias concelhia e nacional. Estes valores dizem respeito só à população residente em situação legal sabendo-se que existirá um outro número de residentes em situação ilegal, por isso não declarada junto dos serviços oficiais.					

Fontes: Departamento de Habitação, Câmara Municipal de Oeiras (2009) e notas de campo recolhidas na investigação.

Os bairros seleccionados foram construídos num período que se iniciou no final da década de 1980 e se prolongou até meio da década de 2000, registando-se uma maior incidência de edificação na segunda metade da década de 1990, no âmbito do PER. No conjunto dos seis bairros, a média de fogos em arrendamento no período em análise foi de 96,8%. Em todos é patente uma característica da habitação de realojamento em Oeiras: a

construção em altura está limitada a um máximo de quatro pisos por edifício. Se é verdade que oferecem vantagens imediatas pela possibilidade de oferta de alojamento a baixos preços a populações que se encontravam a viver em condições muito deficitárias do ponto de vista habitacional (Moura, 2003), como se depreende da leitura da Tabela 6.3 identifica-se um conjunto de indicadores associados ao urbanismo, arquitectura e habitação que revela uma certa degradação dos espaços público e de uma parte do espaço privado.

Tabela 6.3: Os bairros de realojamento seleccionados: urbanismo, arquitectura e habitação

CARACTERIZAÇÃO		INDICADORES SOBRE OS BAIRROS DE REALOJAMENTO (nomes fictícios)					
DIMENSÃO	CATEGORIAS	Bairro Verde	Bairro Azul	Bairro Amarelo	Bairro Branco	Bairro Rosa	Bairro Cinzento
Urbanismo, Arquitectura e Habitação	Localização e acessibilidades	<p>A configuração urbanística dos bairros apresenta diferenças tendo o Bairro Amarelo uma situação mais favorável à integração no tecido físico urbano do concelho do que os restantes. Para cinco a zona residencial mais próxima é, precisamente, a de outro bairro de realojamento.</p> <p>A maioria tem relativamente perto vias de comunicação viária que facilitam a entrada e saída do concelho. No início desta investigação, esta situação não era tão expressiva nos Bairros Rosa e Cinzento cujo acesso estava condicionado a uma só via de entrada e saída.</p> <p>Há dificuldade de circulação viária no seu interior pela existência de vários obstáculos como becos e várias ruas sem saída. Nos Bairros Azul, Amarelo, Branco e Verde esta situação é mais significativa do que nos outros.</p> <p>Até final de 2008, a rede de transporte públicos não cobria de forma adequada todos os bairros, apesar de alterações concretizadas nos últimos anos. Alguns estavam relativamente bem servidos (Bairros Amarelo, Azul e Verde); outros apresentavam uma situação deficitária neste campo (Bairros Rosa e Branco).</p>					
	Organização do espaço	<p>O ordenamento do espaço está feito em função dos programas de habitação implementados, todos com construção em altura: bandas de prédios subdivididas por blocos com escadarias ou pavimento apenas para passagem pedonal; bandas de prédios por quarteirão, alguns em largos e praças fechadas à circulação viária; e/ou prédios em descontínuo ao longo de eixos rectilíneos.</p> <p>Em todos há muitos acessos pedonais, parte dos quais com limitações em termos de acessibilidades a população portadora de deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>Jardins, parques e outros espaços verdes são quase inexistentes ou têm uma escassa representatividade na maioria. Há um parque verde urbano de maiores dimensões na intersecção entre dois dos bairros.</p> <p>Identifica-se uma tendência para o fechamento à envolvente urbana na maioria pela descontinuidade espacial/separação física relativamente às zonas residenciais mais próximas que não sejam também de habitação social pelo atravessamento de vias de comunicação com elevado volume de tráfego, pela existência de edificado destinado exclusivamente a armazéns, uso industrial, empresas ou escritórios ou pela existência de espaços vazios (terrenos baldios). A população utiliza estes terrenos junto a vias de comunicação para a criação de hortas, algumas das quais a uma certa distância dos bairros.</p>					

Urbanismo, Arquitectura e Habitação (cont.)	Tipologia dos edifícios e alojamentos	<p>Quase exclusivamente blocos de prédios de 4 pisos, sendo muito reduzido o número dos que têm 3 ou 2 pisos ou caves (Bairros Cinzento, Rosa e Verde), várias destas últimas com entrada autónoma (Bairro Verde).</p> <p>Estilos arquitectónicos diferenciados na construção dos blocos de prédios ao nível dos materiais utilizados, das cores da pintura exterior, da cobertura dos telhados, das áreas comuns e das áreas dos alojamentos. Grande parte dos blocos de prédios não possui arcadas no piso térreo, nem varandas nos superiores. A maioria está destinada apenas a habitação.</p> <p>Cada piso tende a ter 2 ou 3 fogos variando as tipologias de alojamento entre T0 e T4, com áreas de dimensão diferenciada em função da época de construção. Alguns dos alojamentos usufruem de logradouro (Bairros Azul, Amarelo e Cinzento).</p>
	Infra-estruturas básicas	<p>Todos dispõem das infra-estruturas básicas (água canalizada, gás, luz e saneamento básico) para toda a população. No entanto, em certas ruas são visíveis algumas 'puxadas' ilegais de electricidade concretizada a partir dos equipamentos do sistema de rede pública ou de outras habitações. No interior de certos prédios são visíveis os 'desvios' feitos no sistema de abastecimento de água, sobretudo, relativamente ao contador da empresa abastecedora assim se fazendo o abastecimento ilegal de água a determinados alojamentos. Em alguns blocos de prédios, parte da canalização inicialmente destinada à rede pública de gás foi vandalizada e furtados os respectivos canos, inutilizando-se o funcionamento do equipamento.</p>
	Conservação e manutenção dos edifícios e alojamentos	<p>A requalificação dos edifícios é assegurada pelos serviços municipais que a promove regularmente em todos os bairros.</p> <p>Constata-se a falta de manutenção por uma parte dos residentes em todos os bairros em espaços comuns e dos alojamentos em vários blocos de prédios. São visíveis os efeitos de actos de negligência ou de vandalismo e danos em portas de entrada de alguns prédios ou de habitações, em janelas, escadas, logradouros e espaços comuns, o que confere uma aparência degradada. Acrescem graffiti em paredes, vidros e portas dos prédios e habitações, muros e apoios na entrada do edifício. Os pisos térreos destinados a função comercial estão pouco ocupados denotando-se uma maior degradação dos que permanecem desocupados (Bairros Rosa e Azul), sobretudo quando não se encontram emparedados. Progressivamente têm vindo a ser emparedados pelos serviços municipais.</p> <p>Existe sobrelotação em alguns fogos: a família original foi crescendo e os novos núcleos familiares constituídos não revelam capacidade de autonomização.</p>
	Iluminação pública	<p>A rede de iluminação pública cobre todo o território mas encontra-se frequentemente a funcionar em condições deficitárias por ser alvo de danos, vandalização ou até mesmo destruição, sobretudo nos Bairros Verde, Azul, Branco e Cinzento. Estes equipamentos apresentam muitas vezes um aspecto degradado, com problemas de funcionamento constituindo um perigo para a população. Esta rede tem sido objecto de inúmeras intervenções de reparação, manutenção e conservação por parte da autarquia e da empresa gestora do respectivo serviço. Está em curso novo plano de requalificação de forma a prevenir estas situações.</p>
	Mobiliário urbano	<p>Apesar da existência de recipientes para o lixo em vários pontos dos bairros, contentores e papeleiras, o abandono de lixo na via pública é frequente, mesmo de grandes dimensões, sendo visível com uma maior incidência em escadarias, ruas sem saída, becos, acessos pedonais e zonas adjacentes aos cafés. Por vezes estes recipientes são objecto de destruição, nomeadamente por incêndio. A recolha de lixo é efectuada pelos serviços municipais mas a</p>

Urbanismo, Arquitectura e Habitação (cont.)	Mobiliário urbano (cont.)	<p>sua frequência tem variado ao longo do tempo. Existem(existiram) pequenas equipas de jovens e de idosos organizadas pela autarquia que periodicamente asseguravam parte da limpeza do espaço público dos bairros.</p> <p>Nas ruas de alguns bairros existem bancos de jardim para a população e em determinados espaços existem barreiras nos limites dos passeios. As poucas cabines telefónicas existentes (3) estão colocadas na zona limítrofe dos respectivos bairros e encontram-se às vezes danificadas ou inoperacionais. Os eco-pontos existem mas não cobrem todo o território. A pouca estatutária existente tem sido alvo de vandalismo. Não existem marcos do correio estando as poucas caixas existentes (2) associadas à entrada de cafés.</p>
	Equipamentos	<p>O comércio é escasso em todos, praticamente inexistente em alguns (Bairros Cinzento, Azul, Branco e Rosa), e está centrado mais em cafés e restauração, seguindo-se os talhos e cabeleireiros. Estas lojas estão localizadas em pisos térreos e com elevada incidência os cafés, vários localizados em ruas sem saída ou outras apenas com acesso pedonal. Não há qualquer caixa multibanco e as farmácias mais perto (2), uma instalada apenas no final de 2008, estão localizadas fora dos seus limites, inserindo-se na malha urbana residencial mais próxima.</p> <p>Enquanto num dos bairros (Rosa) se identifica um acentuado défice de equipamentos sociais, recreativos, de cultura e desportivos, nos restantes os mesmos existem no seu interior ou encontram-se com fácil acesso nas proximidades: creches; ludoteca, clube de jovens, jardins-de-infância, escolas do Ensino Básico, centro de acolhimento temporário para crianças e jovens, centro de dia e unidade residencial para idosos, gabinetes de atendimento da Junta de Freguesia e do Departamento de Habitação, Piscina Municipal, complexo polidesportivo, ginásio e outras associações. De salientar que se trata de equipamentos cujo usufruto não se fecha nos residentes sendo destinados a toda a população em geral. Muitos destes equipamentos pertencem a empresa municipal tendo sido a autarquia a construí-los ou a financiar parte da sua construção. Noutros a gestão é assegurada por IPSS ou projectos financiados no âmbito de programas de intervenção social..</p> <p>Há algumas associações de moradores com um grau implementação variável, que cobrem apenas determinados segmentos da população residente.</p> <p>Com excepção dos Bairros Rosa e Amarelo, os restantes tem localizado relativamente próximo espaços/superfícies comerciais de grandes dimensões e um centro comercial.</p>

Fontes: Departamento de Habitação, Câmara Municipal de Oeiras (2009) e notas de campo recolhidas na investigação.

Situados relativamente perto de vias de comunicação com elevado volume de tráfego, na altura da investigação a configuração espacial dos bairros tendia a apresentar uma linha de fechamento à envolvente urbana que não fosse de outra zona de habitação social ou então de armazéns e terrenos baldios.¹⁵⁵ Para a maioria da população residente este fenómeno não é novo, na medida em que entre os locais de residência anterior ao realojamento mais se representativos se encontram os bairros de barracas e outros degradados onde esta questão se colocava de forma premente. As redes familiares e de vizinhança exis-

¹⁵⁵ Desde o termo da recolha de informação no terreno (2009), estes territórios vieram a sofrer um reordenamento apresentando agora diferenças. A mais significativa e radical diz respeito ao Bairro Cinzento que foi objecto de demolição total e não existe mais. Salienta-se também o crescimento de construção de habitação destinada ao mercado privado na envolvente dos Bairros Rosa e Branco e a instalação de novos equipamentos para serviços e comércio junto dos Bairros Branco, Rosa (também no seu interior), Amarelo e Verde.

tentes não terão sido mantidas em todos os casos e alguns destes agregados viram-se separados e distribuídos por outras zonas no concelho e fora dele. Este facto reflecte-se numa acentuada mobilidade geográfica, de difícil recenseamento, por receio dos residentes relativamente à intervenção dos serviços municipais ou de outras entidades oficiais.

Deste modo, é de ter em consideração que os números oficiais de residentes estão aquém da realidade por existir uma faixa da população, num número não determinado, que se encontra em situação ilegal no país, bem como um outro número em percursos de mobilidade geográfica. Muitas vezes, estas situações apenas são reveladas no contexto escolar, com a entrada de crianças nas escolas, tendencialmente matriculadas fora dos prazos estabelecidos ou além dos limites etários legalmente previstos.

Constata-se que a população residente apresenta um leque de indicadores e traços de caracterização (Tabela 6.4) que a coloca numa posição claramente inferior ao que são os valores médios concelhios para as mesmas dimensões e categorias de análise. Regista-se uma tendência similar na comparação com os correspondentes indicadores nacionais.

Tabela 6.4: Os bairros de realojamento seleccionados: indicadores sociodemográficos da população residente

CARACTERIZAÇÃO		INDICADORES SOBRE OS BAIRROS DE REALOJAMENTO (nomes fictícios)					
DIMENSÃO	CATEGORIAS	Bairro Verde	Bairro Azul	Bairro Amarelo	Bairro Branco	Bairro Rosa	Bairro Cinzento
Indicadores sociodemográficos da população residente	Idade	Trata-se de uma população essencialmente jovem, em que cerca de 41,5% tem idade inferior a 30 anos. Existem dois grupos distintos que apresentam um peso ligeiramente superior ao registado na caracterização global da população realojada no concelho: as crianças e jovens entre os 0-19 anos representam um terço dos residentes (33,2%) e os mais velhos, com 65 anos ou mais, são 12,1%. Os que têm entre os 24-64 anos correspondem a 54,7% do total da população, e entre estes os que se encontram entre os 25-29 anos são os mais representados.					
	Naturalidade e nacionalidade	<p>É uma população com proveniências heterogéneas que abrange grupos étnicos diferenciados, sobretudo de origem africana, provenientes de fluxos migratórios diversos. Existe ainda uma representatividade significativa da etnia cigana nacional concentrada num dos bairros (Azul).</p> <p>A tendência identificada está próxima da caracterização global da população realojada no concelho traduzida numa forte presença de imigrantes: 70,1% do total dos residentes nasceu em Portugal, 21,7% em Cabo Verde, 3% em Angola, 1,6% na Guiné-Bissau, 1,5% em São Tomé e Príncipe, 1% em Moçambique; 0,4% noutros países europeus; 0,2% na América do Sul; 0,1 noutros países africanos e 0,08% em países Asiáticos. Por nacionalidade, a situação é diversa existindo uma maioria de indivíduos com nacionalidade estrangeira, sobretudo cabo-verdiana (44,5%) seguida dos que possuem nacionalidade portuguesa (41,0%). A larga distância surgem os angolanos (6,0%), guineenses (3,7%), são-tomenses (2,0%), moçambicanos (1,8%) e 1,0% são nacionais de outros países.</p> <p>Detectam-se dificuldades no acesso à legalização por parte da população.</p>					

Indicadores socio-demográficos da população residente (cont.)	Família	Elevada taxa de natalidade e tendência para uma sobre-representação de famílias monoparentais. O tipo de família mais comum é o “ <i>casal com filhos e outros</i> ” mas o número de “ <i>monoparentais</i> ”, sobretudo femininas, atinge uma proporção muito elevada. O número de “ <i>isolados</i> ”, especialmente idosos, merece um especial reparo. Os grupos domésticos de maior dimensão, com mais de quatro pessoas e ainda um significativo número em agregados com mais de dez elementos, têm uma expressão superior às médias concelhia e nacional, identificando-se frequentemente a presença de elementos de várias gerações. Esta última situação tende a ocorrer mais nos agregados de origem africana embora também atravesse os de outras origens. As famílias de origem africana e de origem cigana tendem a apresentar uma dimensão superior às restantes.
	Escolaridade	Baixas qualificações escolares na população adulta, incluindo os jovens adultos entre os 19-24 anos: 17,6% de analfabetos; 38,0% possui o 1º Ciclo do Ensino Básico; 17,1% tem o 2º CicloEB; 15,8% tem o 3ºCicloEB, 7,6% tem o Ensino Secundário; 1,2% tem o Ensino Superior. Cerca de 2,8% frequentou o Ensino Técnico-profissional Muitas das crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos de ensino nos bairros apresentam trajetórias escolares marcadas por insucesso escolar, absentismo e em alguns casos, abandono precoce do sistema de ensino. As taxas de insucesso escolar nesses estabelecimentos são elevadas em todos os Ciclos de Ensino. Em 2007/08, o valor médio de retenções foi de 18,3% no 1º CicloEB, 36,9% no 2ºCicloEB e 45,1% no 3ºCicloEB.
	Situação perante o trabalho	Somente um terço dos residentes exerce uma actividade profissional (33,8%), a maioria em trabalho precário, numa linha de especialização por género: os homens mais na construção civil, as mulheres mais em serviços de limpeza. As domésticas representam 2,5% do total de residentes. Os estudantes correspondem a 28,0%. O número de reformados/pensionistas é de 11,0%, valor inferior ao relativo à população idosa residente. Existe uma elevada taxa de desemprego (17,0%), sobretudo em situação de desemprego prolongado. A pobreza afecta muitas famílias sendo muito elevado o número de famílias que beneficia de Rendimento Social de Inserção. Existe ainda uma faixa da população não activa por se encontrar em situação de reclusão.

Fontes: Departamento de Habitação, Câmara Municipal de Oeiras (2009) e notas de campo recolhidas na investigação.

Relativamente à condição social da população não há diferenças significativas entre os bairros. À semelhança de outros contextos da mesma natureza no país (Rodrigues, 2003; Machado e Silva, 2009), o número de crianças e jovens é significativo e superior ao dos mais velhos, de idade superior a 65 anos. Trata-se de uma linha de orientação inversa àquela que tende a prevalecer a nível nacional e, sobretudo, num acentuado contraste com os núcleos habitacionais mais próximos no concelho que não são de habitação social, salientando-se ainda que os residentes de origem africana são largamente os mais representados nestes escalões mais novos, seguindo-se os de origem cigana.

6.3.2 As crianças

Tendo em vista a delimitação do universo de crianças a abranger neste estudo, optou-se por centrar o interesse na população escolar que, durante o período da recolha de informação no terreno, esteve matriculada no 1º Ciclo do Ensino Básico nos estabelecimentos de ensino que servem os bairros de residência.¹⁵⁶ Esta escolha baseou-se em dois motivos. A institucionalização dos quotidianos e tempos de vida das crianças coloca em evidência o papel da escola como instância fundamental de socialização nestas idades. As actividades escolares são o novo trabalho das crianças delas requerendo uma larga ocupação do seu tempo diário. O designado “*ofício de aluno*” (Sarmiento, 2000a) constitui uma das principais imagens da infância que não pode ser desvalorizada, sobretudo quando o enfoque da investigação se centra numa análise sobre os modos de socialização de crianças num contexto onde a fraca escolarização da população adulta é um facto incontornável.

Deste modo, porque a frequência escolar é obrigatória, tomar a escola como uma das vias de entrada para este universo configurou não só a possibilidade de aceder a uma das mais importantes instâncias de socialização observando, acompanhando e participando em momentos do quotidiano, como também a partir dele se viu facilitado o acesso a um maior número de crianças dos bairros, na medida em que, nos termos da legislação em vigor para a rede pública de estabelecimentos de ensino, os moradores numa determinada zona vêem-se direccionados para a frequência de uma certa escola em detrimento de outra, em função da morada de residência. Este ponto tinha sido valorizado na fase inicial dos trabalhos exploratórios e sabia-se que a esmagadora maioria das crianças nestas idades estava, de facto, matriculada nestas escolas, sendo muito reduzido o número das que se encontravam noutra situação.¹⁵⁷

Mais ainda, as escolas que servem directamente esta população têm uma localização privilegiada tanto no seio como na confluência de alguns dos bairros, constituindo, por isso

¹⁵⁶ A caracterização do universo de crianças em estudo é concretizada com base num conjunto de variáveis: sexo, idade, origem étnica, ano de escolaridade, apoio da Acção Social e Escolar, habilitação escolar e grupo socioprofissional do grupo parental, bairro de residência. Para este fim foi criada uma base de dados em SPSS v16 onde foram introduzidos os dados previamente recolhidos nas fichas individuais registadas no sistema informático nas Secretarias dos Agrupamentos de Escolas. A informação aí constante tem por fonte o agregado familiar do aluno, num processo de recolha realizado pelos docentes titulares de turma, com quem se teve oportunidade de confirmar as situações. A informação estatística que suporta esta caracterização resulta do tratamento desses dados em torno de análises uni e bivariada, esta última relativa apenas a uma parte das variáveis em causa em função da pertinência sociológica. É a partir do retrato fornecido às escolas pelos encarregados de educação e alunos que se mapeiam os principais traços da sua caracterização.

¹⁵⁷ Estes casos diziam essencialmente respeito a poucas crianças que frequentavam a Casa Pia de Lisboa e um número muito reduzido de outras que, por motivos profissionais dos respectivos encarregados de educação, estavam matriculadas fora da zona de residência.

mesmo, um importante posto de observação da realidade social, muito em especial das dinâmicas que marcam a vida social nestes locais.

Considerando o período de recolha de informação empírica junto das crianças, concretizado entre 2005 e o final de 2008, regista-se que 450 estiveram inscritas no 1º Ciclo do Ensino Básico nas escolas aí localizadas. Neste universo, 50,9% são do sexo masculino e as restantes 49,1% do sexo feminino. Há um grupo significativo de origem cigana (9,1%) mas a maioria tem ascendência africana (62,7%), predominantemente cabo-verdiana. Não se trata apenas de crianças filhos de imigrantes, pois em muitos casos os pais, ou pelo menos um deles, nasceu em território nacional mas nem todos possuem nacionalidade portuguesa em função de condicionantes de ordem diversa (i.e. legislação aplicada, opções familiares, constrangimentos no acesso a documentos necessários e disponibilidade para suportar os respectivos custos, bem como na adesão a determinados procedimentos legais). Em termos de nacionalidade estrangeira não oriunda dos PALOP, identificou-se só duas crianças brasileiras (irmãos) e uma moldava, esta última a residir fora dos bairros em causa.

Atendendo à distribuição pelo bairro de residência, identifica-se a sobre-representação de alunos de origem cigana nos Bairros Azul e Cinzento, ao contrário dos restantes onde a sua presença não se faz sentir ou é meramente residual. Os indivíduos de origem africana estão sobrerrepresentados no Bairro Verde e abaixo do esperado no Bairro Amarelo, este último com a maior expressão de uma população branca. Isto pode levar a pressupor que a origem étnica terá sido considerada na execução das políticas de realojamento, espelhando-se na concentração de famílias de uma origem étnica num determinado bairro em detrimento da dispersão por todos. De que forma estas dinâmicas se traduzem nos modos de vida, é algo que se discute na análise das matrizes de socialização das crianças apresentada no Capítulo 7.

No momento da primeira abordagem para pedido de autorização no estudo, as idades das crianças variaram entre os cinco e os 13 anos (Tabelas 6.5 e 6.6). As actividades desenvolvidas com a maioria prolongaram-se por mais de um ano lectivo e para cerca de um terço houve uma acção continuada na recolha de informação ao longo de dois anos lectivos consecutivos.

Por anos de escolaridade, o contacto inicial ocorreu no ano de entrada na escola, na frequência do 1º ano de escolaridade (35,8%), para 15,3% quando se encontravam no 2º ano, 21,8% no 3º ano e 27,1% no 4º ano. Cerca de 62,9% frequentava um estabelecimento de ensino e os restantes encontravam-se noutro.

Tabelas 6.5 e 6.6 – Idade das crianças à data do primeiro contacto e ano de nascimento

IDADE	N	%	ANO	N	%
5 anos	15	3,3	2001	52	11,6
6 anos	143	31,8	2000	73	16,2
7 anos	84	18,7	1999	73	16,2
8 anos	56	12,4	1998	73	16,2
9 anos	73	16,2	1997	66	14,7
10 anos	35	7,8	1996	47	10,4
11 anos	25	5,6	1995	32	7,1
12 anos	11	2,4	1994	17	3,8
13 anos	8	1,7	1993	6	1,3
TOTAL	450	100,0	1992	11	2,4
			TOTAL	450	100

Fonte: Agrupamentos de Escolas, Ministério da Educação (2008).

No campo da Acção Social e Escolar, trata-se de um universo acentuadamente marcado por carências socioeconómicas, o que se reflecte na existência de 83,1% (371) que usufruíam de Escalão A (o máximo de apoio concretizado em material escolar, subsídio para refeição e outros apoios sociais), 3,6% em Escalão B e 13,3% sem escalão. Entre estes últimos, encontravam-se alguns que não usufruíam desta acção por não terem uma situação regularizada ou por atrasos excessivos e não cumprimentos dos encarregados de educação na entrega da documentação necessária. No entanto, vários foram sendo identificados todos os anos e, perante as necessidades concretas que apresentaram, as situações foram resolvidas pelos respectivos estabelecimentos de ensino. A quase totalidade das crianças de origem cigana (95,1%) beneficiou de escalão A, o mesmo acontecendo com grande parte das de origem africana (86,2%). Na distribuição por bairros, existe uma sobre-representação das que vivem nos Bairros Azul, Branco e Cinzento na atribuição do Escalão A, ao passo que as oriundas dos restantes estavam dentro dos valores esperados em todos os escalões. É digno de registo que se esteja perante escolas que apresentam os mais altos valores percentuais a nível nacional em termos de Apoio Social e Escolar, mesmo dentro do universo de estabelecimentos abrangidos pelo Programa TEIPII, que ambas integram.

Este grave quadro social decorre fundamentalmente da baixa inserção dos encarregados de educação no mercado de emprego, conforme se apresenta no Anexo 6.4. Globalmente, considerando as tendências gerais identificadas nos anos da investigação, 69,9% destes exerciam uma actividade profissional, a maioria a tempo parcial e em situação de elevada precariedade contratual, ao passo que os restantes 30,1% diziam respeito a outras situações. Nestas últimas, especial destaque para o grupo constituído por domésticas,

reformados, pensionistas e desempregados (19,4%), de ambos os sexos, com ligeiro predomínio para as mulheres, abrangendo os mais diversos escalões etários. De igual modo, é significativo o número de outras situações que decorrem da ausência de informação, da inexistência de registo de paternidade, do falecimento de um ou de ambos os pais ou ainda por algum deles se encontrar detido no sistema prisional. No total, estes casos representaram 10,5% do universo em estudo, com um predomínio de indivíduos do sexo masculino. O padrão de profissões segue as linhas mencionadas na caracterização geral da população dos bairros, com os trabalhadores não qualificados em primeiro lugar (27,2%), seguidos dos operários, artífices e trabalhadores similares (19,2%) e do pessoal dos serviços e vendedores (15,1%). Os restantes grupos profissionais apresentam valores meramente residuais.

Quando se passa à análise das habilitações escolares, o panorama é idêntico ao quadro global anteriormente descrito na Tabela 6.4, com a ausência de qualificações ou os mais baixos graus de escolaridade significativamente mais representados. As diferenças por género retratam o panorama global de um posicionamento de maior vulnerabilidade social para as mulheres, sobretudo as mães, a que acresce o facto de muitos homens, pais, estarem ausentes por circunstâncias várias não se conhecendo toda a informação necessária para a caracterização. Atendendo à distribuição por bairros, a maioria diz respeito aos Bairros Azul, Branco e Cinzento (40,9%),¹⁵⁸ seguindo-se o Bairro Amarelo (20,4%), Bairro Rosa (17,8%), Verde (16,0%). Cerca de 4,9% (22) das crianças deste residia fora dos bairros de realojamento.

Em termos de caracterização do grupo doméstico e tipo de família que as crianças integravam à data da primeira recolha de informação,¹⁵⁹ evidenciam-se os grupos domésticos simples, especialmente a família nuclear, representativa de um terço do universo, e a monoparental, acentuadamente de linha feminina.

Perto de um terço das situações é relativa a grupos domésticos alargados, com uma especial representatividade de famílias monoparentais, quase na totalidade femininas, seguida a larga distância pelo grupo de família nuclear que integra quer ascendentes como familiares em linha colateral. Apesar de mais reduzido do ponto de vista estatística, não é menos importante o conjunto de casos onde não se encontra presente qualquer dos proge-

¹⁵⁸ Optou-se por agregar os valores destes três bairros na medida em que, durante o período da investigação, foi ocorrendo a desocupação da quase totalidade dos alojamentos do Bairro Cinzento, desde o final de 2006, tendo as famílias passado maioritariamente para o Bairro Azul e outras para o Bairro Branco.

¹⁵⁹ Nesta análise tem-se por base uma adaptação da tipologia proposta por Laslett (1972) para a classificação dos grupos domésticos.

nitores, seja sob a forma de grupos domésticos não conjugais como de outras combinações estando a criança a residir exclusivamente com irmãos, ascendentes ou outros familiares. Os grupos domésticos extensos que contemplam a presença da família nuclear à qual acresce a presença de outro núcleo conjugal, é menos significativa.

Tabela 6.7: Natureza dos grupos domésticos que as crianças integravam

GRUPOS DOMÉSTICOS	N	%
1. - Grupos domésticos não conjugais	24	5,3
1.1 irmãos, ascendentes e/ou colaterais	24	5,3
2. - Grupos domésticos simples	268	59,7
2.1 família monoparental simples (mãe)	78	17,4
2.2 família monoparental simples (pai)	10	2,2
2.3 família nuclear simples	149	33,2
2.4 família recomposta simples	31	6,9
3. - Grupos domésticos alargados	83	30,1
3.1 família monoparental alargada (mãe)	45	10,0
3.2 família monoparental alargada (pai)	3	0,7
3.3 família nuclear alargada	29	6,4
3.4 família recomposta alargada	6	1,3
4. - Grupos domésticos extensos	21	4,6
4.1 família multinuclear- ascendentes e/ou colaterais	21	4,6
5. - Outras combinações	47	10,4
5.1. grupo nuclear ascendentes e/ou colaterais	47	10,4
6. – Não integrado em grupo doméstico da família biológica	7	1,6
6.1. – em colocação institucional	7	1,6
TOTAL	450	100

Fonte: Agrupamentos de Escolas, Ministério da Educação (2008).

Na família nuclear simples existe uma sobre-representação de famílias ciganas ao contrário dos de origem africana que estão claramente abaixo do esperado. Nas monoparentais (mãe), os de origem cigana estão muito abaixo e nas recompostas simples são os de origem africana que mais se destacam o mesmo acontecendo na alargada com presença de familiares da linha colateral.

Em relação a este universo destacam-se duas formas de participação nesta pesquisa: uma alargada, que contemplou as situações de observação e da interacção nas escolas e nos bairros no âmbito da incursão etnográfica; uma outra, concretizada pela produção de desenhos, textos ou fotografias, pela resposta a questionários ou entrevistas, por conversas informais ou inserção em pequenos grupos informais de discussão mediante autorização expressa dos encarregados de educação e das crianças. Deste modo, na produção de dese-

nhos sobre os bairros contou-se com a colaboração de 319 crianças de todos os anos de escolaridade, representativas de 70,8% deste universo escolar, dela se excluindo os casos de não autorização dos respectivos encarregados de educação (15). No que concerne à aplicação do questionário sobre a escola participaram 230 crianças das turmas do 3º e 4º anos. Relativamente às entrevistas individuais e em pequeno grupo (2-3) foram objecto de análise as que envolveram 72 crianças, 44 das quais envolvidas em delinquência. Na recolha e discussão de fotografias digitais da comunidade foram abrangidas duas turmas, uma do 2º (20) e outra do 4º ano (14), num total de 34 crianças.¹⁶⁰

6.3.3 Os adultos entrevistados: pais (e substitutos)

Entre 2006 e 2009, foram realizadas 62 entrevistas semidirectivas e individuais a pais e familiares que desempenhavam a função parental para aprofundamento de questões relacionadas com os modos de vida das crianças neste contexto. Considerou-se este número suficiente para este fim na medida em que não se visou a constituição de uma amostra representativa sob um ponto de vista estatístico mas se procurou que estivessem assegurados critérios de natureza qualitativa, de compreensão e pertinência, que possibilitassem o acesso a uma diversidade de situações culturais, económicas e sociais (Pais, 2001). Nesse sentido, estão representados ambos os sexos, escalões etários variados, diferentes origens étnicas, diversidade de percursos escolares e de inserção profissional, diversos núcleos residenciais de origem e todos os bairros em estudo.¹⁶¹

O conhecimento que se foi construindo sobre estes familiares das crianças marcou decisivamente a abordagem estabelecida. Foi um caminho que partiu de duas dimensões, proximidade e confiança, consideradas imprescindíveis para o estabelecimento de uma relação “*não violenta*” entre entrevistador e entrevistado (Bourdieu, 1993: 1395). Só assim foi possível desenvolver em contínuo o trabalho planeado.¹⁶²

¹⁶⁰ Os principais traços de caracterização das crianças participantes na aplicação dos diferentes instrumentos metodológicos irá sendo concretizada em função da discussão dos resultados apresentados em diferentes capítulos deste documento.

¹⁶¹ Em Anexo (6.5), apresentam-se os traços mais importantes da sua caracterização social. É de destacar que, por circunstâncias diversas, três deles vieram a falecer durante o período da investigação sendo que em relação a dois ainda não se tinha dado por concluída a fase de entrevistas

¹⁶² Não se esquece a aflição de uma das primeiras entrevistadas que passados três dias voltou com receio da utilização do que tinha dito e ficado gravado, mostrando-se agitada e nervosa. Recordou-se-lhe o fim para que se destinava, os procedimentos que garantiam o anonimato e a confidencialidade e, colocando o gravador à sua frente, deu-se-lhe a oportunidade de voltar a ouvir-se e anular todo esse processo, caso considerasse que isso era o melhor para si. No fim da conversa, manteve a autorização e acabou por colaborar noutros registos. Também a direcção que duas entrevistas tomaram levaram à interrupção temporária da gravação a pedido das entrevistadas, pelo aprofundamento íntimo e pessoal que fizeram em certos momentos quando se reportaram

Nestes 62 entrevistados identificam-se dois grupos distintos. Um primeiro constituído por indivíduos que, em algum momento da sua vida, residiram em barracas ou habitação degradada localizada no mesmo território onde actualmente se encontram nos bairros de realojamento construídos nesses locais. Outro grupo diz respeito aos que viviam noutros pontos do concelho ou até fora deste e que para estes novos equipamentos vieram a ser deslocados. Trata-se de situações diferenciadas destacando-se os casos daqueles que cresceram e, desde sempre, têm vivido no mesmo espaço. Vêem-se reflectidos os mais importantes fluxos migratórios que influenciaram o crescimento da Área Metropolitana de Lisboa desde o final dos anos 1960. Alguns dos entrevistados mais velhos são originários de outras regiões do país, sobretudo no Norte e Centro, e para aqui vieram em busca de melhores condições de vida, mantendo activos os laços aos locais de origem. Outra parte nasceu nos PALOP e veio para Portugal, com outros familiares ou isoladamente, diversos em idades muito baixas. Para um e outro grupo, a habitação de génese ilegal constituiu a solução inicialmente encontrada e que esteve na base do realojamento.

Para vários, a mobilidade geográfica não terminou com a saída e demolição da anterior casa e passagem a um alojamento de habitação social. O processo de realojamento mantém-se em aberto e podem surgir reajustamentos sempre que há alterações na dimensão e estrutura familiar, com possível mudança para outros alojamentos com tipologia mais adequada. Pode também dar-se o caso de mudança de bairro por circunstâncias diversas, seja a pedido da família ou por necessidade dos serviços municipais de desocupação do fogo ou de edifícios, como quando aconteceu com a extinção de parte do Bairro Cinzento que veio a ser demolido. À luz deste quadro detecta-se a existência de percursos de vida marcados por várias mudanças e com passagem por diversos bairros de habitação social. Esta situação obriga ao levantamento de várias questões, designadamente nas eventuais dificuldades de estabelecimento e manutenção de laços sociais nos quadros de vida das crianças, ponto que se terá oportunidade de aprofundar nos próximos capítulos.

6.3.4 Outros informantes

Termina-se este capítulo com uma breve referência aos restantes participantes no estudo cuja intervenção foi realizada num patamar de complementaridade em relação às

a situações concretas de vitimação nas suas vidas ou nas trajectórias familiares. A retoma da gravação aconteceu mais à frente a seu pedido. Indubitavelmente, foi pela confiança que se conseguiu chegar ao grupo de entrevistados, ao uso do gravador e aos discursos abertos e aprofundados sobre as questões colocadas. Acredita-se que sem este patamar de bricolagem, prolongado no tempo com cada um, não teria havido disponibilidade e, facilmente, isso passaria nos bairros inviabilizando a participação de outros.

crianças e familiares. A estratégia de investigação definida levou a contactos com outros informantes privilegiados. Um grupo engloba população moradora nos bairros e os contactos decorreram fluidamente da inserção no seu quotidiano através do acompanhamento das crianças e famílias. Vizinhos, representantes das associações de moradores, transeuntes, comerciantes, a maioria destes também aí residentes, constituíram uma importante fonte de informação recolhida a partir de uma relação de informalidade.

Num outro patamar, obteve-se informação junto de técnicos e outros responsáveis por intervenção nos bairros, nomeadamente, educadoras de infância e docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico, elementos das forças policiais (PSP), técnicos da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Oeiras, técnicos de diferentes serviços municipais e de entidades oficiais, técnicos de IPSS. Parte destes contactos foram também concretizados num processo marcado pela informalidade e objecto de registo em notas de campo. No entanto, para um aprofundamento de algumas questões mais particulares que se prendiam com determinadas áreas – educação, protecção social, intervenções policial e judiciária - desenvolveu-se uma estratégia formal assente na realização de um conjunto de entrevistas semidirectivas individuais para as quais se efectuou os pedidos de autorização formal aos dirigentes das respectivas entidades (Escolas, PSP, CPCJ). Estas entrevistas foram posteriormente gravadas e transcritas.

Capítulo 7 – MATRIZES DA SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NOS BAIRROS: DISCURSOS, IMAGENS E RETRATOS

O território onde as crianças residem e crescem assume um importante papel na maneira como se relacionam com os problemas sociais (Benbenisthy e Astor, 2005). Pobreza, exclusão social, discriminação em função da origem étnica, cultural ou de gênero, associação a desvio, violência e crime, acesso a estruturas de oportunidades em termos de educação e mercado de emprego são aspectos que, desde muito cedo, os mais novos percebem de modo particular e diferenciado dos adultos. A vida quotidiana decorre a partir de um território concreto, um espaço físico e social determinado que interpretam, usam, apropriam, reconstroem e representam (Corsaro, 2005). As formas como se relacionam e envolvem na delinquência não podem ser dissociadas dos processos de socialização e modos de vida que aí desenvolvem e sobre os quais também intervêm.

Neste capítulo, as produções das crianças são postas em evidência, revelando importantes aspectos sobre como representam os seus quadros de vida. As suas escolhas e acções são um reflexo de mudanças sociais, e através da análise dos processos de interacção social onde participam acabam por se projectar imagens que espelham também os adultos que com elas privam, o que contribui para a identificação do estágio evolutivo da sociedade e das políticas sociais e de infância em execução.

Nesta ordem de ideias, procura-se trazer à superfície linhas de orientação que servem de entrada para a discussão mais aprofundada sobre a problemática da delinquência que se estende aos capítulos seguintes, tendo-se consciência que não se esgota aqui a discussão sobre todos os contornos da sua socialização. Apenas se teve acesso a uma parte: por um lado, aquela que as próprias e as famílias quiseram dar a conhecer, condicionada, logo à partida, pelo interesse da investigação ter um maior enfoque sobre o espaço público; por outro, a resultante da inserção etnográfica.

Como se terá oportunidade de verificar ao longo destas páginas, desordens, violência e crime são problemas a que estas crianças se encontram significativamente expostas apontando, por isso, mais aspectos negativos do que positivos nas vivências neste contexto. De igual modo, nas suas abordagens salientam uma preocupação especial com o desenvolvimento sustentável dos bairros o que, desde logo, remete para importantes questões sobre o processo de urbanização concretizado e o papel que as crianças podem e devem ter neste tipo de processo.

7.1 Espaço vivido, espaço representado: um primeiro olhar

Sabe-se como os territórios proporcionam aos indivíduos múltiplas formas de ocupação do espaço físico e potenciam a construção do espaço social (Lefebvre, 1974), de referência das construções sociais, fundamental na construção identitária individual e de um grupo social (Bourdieu, 1993; Valentine, 2001; Christensen e O'Brien, 2003; Moignard, 2008). Habitar um território diz respeito tanto ao espaço físico, mais próximo ou afastado, como à forma social e pessoal de o produzir e viver, de o apreciar e dele se apropriar (Lefebvre, 1974; Bourdieu, 1993; Sampson et al., 1999; Holloway e Valentine, 2000a; Valentine, 2001; Christensen e O'Brien, 2003; Jaramillo et al., 2008; Shaftoe, 2008). Para a sua análise há que considerar o espaço percebido – que se constitui em torno do plano físico e do quotidiano das pessoas, neste caso por parte das crianças –, o espaço concebido – objecto de pensamento, matéria de representação mental numa certa ordem –, e o espaço vivido, que é o resultado da combinação dos anteriores integrando a vida social e a experiência dos indivíduos e dos grupos e os significados que lhes são atribuídos (Jaramillo et al., 2008).

Quer tenha havido ou não a possibilidade de a família escolher a localização do alojamento, a zona onde se reside influencia claramente as opções e oportunidades que as crianças têm ao seu dispor (Anderson, 1999; Fryer, Jr e Miyoshi, 1999; Popkin et al., 2000; Rosenbaum e Harris, 2001; Wilson cit. em McCord, 2002; Christensen e O'Brien, 2003; Seaton e Taylor, 2003; Shaftoe, 2008). O espaço dos bairros pode ser analisado nas produções das crianças segundo diferentes dimensões: a física, a instrumental, a relacional, a histórico-social e a imaginária. Do seu entrecruzamento obtém-se informação sobre os contextos que atravessam numa perspectiva que permite também perceber, até certo ponto, a tangibilidade de algumas políticas sociais, sobretudo ao nível da prevenção da delinquência.

Nesta investigação, constatou-se que para as crianças participantes o bairro onde residem é uma noção específica de um ponto de vista socioespacial, uma realidade física, concreta, que apropriam e usam de diferentes modos a partir dos quais (re)constroem determinadas representações sobre o mesmo que orientam o seu posicionamento perante os outros (Rasmussen e Smidt, 2003; Menezes, 2002, 2007). Procurando aceder a parte dessas representações,¹⁶³ no primeiro momento do tratamento da informação recolhida a

¹⁶³Para este efeito tem-se presente o conceito de representação social inicialmente desenvolvido por Moscovici e Jodelet, a partir do qual Lourenço e Lisboa (1992: 27-28) propuseram a seguinte definição “*modos de interpretar e de pensar a realidade quotidiana como um conhecimento construído a partir das experiências individuais, das informações, dos modelos, dos valores, que cada indivíduo adquire e transmite*”. Deste modo, revestem-se de um carácter funcional

análise restringiu-se somente ao plano da representação gráfica dos 312 desenhos validados para este fim.¹⁶⁴ Regista-se que a esmagadora maioria optou por apresentar o espaço exterior ao edificado, essencialmente numa referência que integra “*a minha casa/o meu prédio-a minha rua*” (58,6%). Surge depois um grupo expressivo (31,0%) que representou “*as casas/os prédios do bairro-as ruas*” numa visão mais alargada que ultrapassa as fronteiras da rua onde residem (Anexo 7.2).

Seguindo uma tendência similar à identificada noutros estudos (Machado, 2008), ao destacarem a sua casa aludem ao mais importante meio ecológico do ser humano que conjuga funções de natureza instrumental e psicossociais, constituindo simultaneamente espaço físico de protecção e espaço fulcral de construção da identidade pessoal e das relações sociais. Identificou-se, no entanto, um terceiro conjunto de trabalhos sem representação de casas e prédios cujo foco de atenção recaiu na representação de um outro espaço específico associado a uma função particular: “*jardim, parque, monte, campo*”. Enquadram-se nesta categoria, fundamentalmente, os desenhos só com elementos naturais, sem edificado. De forma meramente residual, outras crianças optaram por representar graficamente o exterior do bairro visto a partir do seu interior (1,2%), a escola (0,9%) e interior da casa (neste caso sempre por raparigas) e do bairro onde anteriormente viveram (0,6% cada).

Nestes trabalhos predomina a representação do espaço público onde se cruza a referência identitária e afectiva que a casa ou prédio onde vivem constituem, quase sempre vistos do exterior. Não se detectaram diferenças significativas entre os sexos, apenas uma ligeira maior representatividade das raparigas na visão alargada dos bairros que se estende a outras ruas e prédios próximos (Anexo 7.2). O prédio ocupa, de longe, o lugar central num largo número destes trabalhos, muitas vezes sem qualquer outro tipo de figuração (natural, animal ou de edificado) à sua volta, o que não deixa de ser significativo. O escasso recurso a elementos naturais e animais – sol, nuvens, aves ou outros (Anexos 7.3 e 7.4), que é uma tendência comum nestas idades –, perspectiva numa primeira e superficial leitura a ideia de um território marcado pela sua ausência, logo de uma certa noção de vida natural. Relativamente a animais, apenas 11,5% os desenharam e numa dupla vertente: uns apresentados

articulando o individual e o social num processo de que é tanto resultado como condicionante da acção social (Lourenço e Lisboa, 1992).

¹⁶⁴ Nos 319 desenhos recolhidos inicialmente apenas sete crianças não residiam nos bairros de realojamento que constituem o objecto deste estudo tendo sido assim validados 312, dos quais metade de raparigas e a outra metade de rapazes (Anexo 7.1). Três rapazes (um de oito anos e dois de 11 anos) recusaram desenhar o seu bairro deixando a folha em branco. Nesta tomada de decisão verbalizaram sentimentos de rejeição ou de desvalorização em relação ao contexto onde vivem: “*desenhar o bairro?!...não, não, não quero, não gosto!*”; “*não vale a pena fazer nada daqui que eu não gosto de aqui estar!*”; “*do bairro não faço nada, não quero saber do bairro*”. Por idades, o grupo mais representado é o dos 7 anos (26,9%), seguindo-se o dos 8 anos (22,2%), 9 anos (15,1%), 6 anos (11,5%), 11 anos (10,0%), 10 anos (8,6%), 12 anos (3,5%) e 13 anos (2,2%).

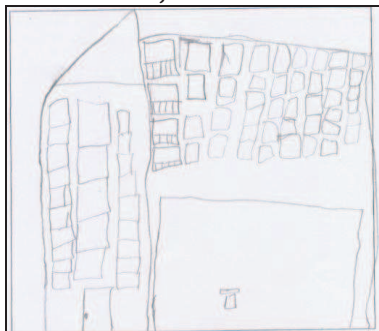
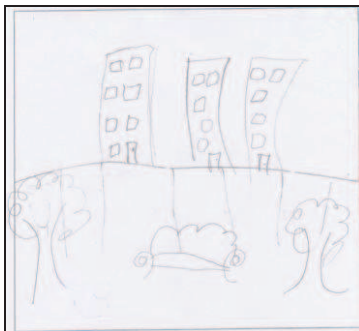
como pacíficos (pássaros, andorinhas e borboletas); outros percebidos como uma ameaça (mais os cães e os ratos, menos os gatos) pelo perigo que representam para a saúde pública e, no caso particular dos cães, pela sua utilização em actos de violência e crime.

Globalmente, nesta fase inicial de abordagem emerge a ideia de cada bairro como um território aparentemente pouco atraente para a vida social no espaço público que se traduz na forte ausência da representação de pessoas: cerca de dois terços dos desenhos não tem qualquer figura humana (66,5%) (Anexo 7.4). Nos restantes, a mais representada é a do próprio autor, a criança (15,3%), sobretudo acompanhada de outras pessoas (11,5% do total de desenhos) aparecendo sozinho numa minoria (3,7%). Mais figuras humanas surgem representadas, muito em especial uma categoria que engloba “*outras pessoas*” (8,2%) quase totalmente restrita ao mundo do crime (“*ladrões, bandidos, polícias, mãe do ladrão*” constituem 23 do total das 26 referências aqui consideradas).¹⁶⁵ Outras crianças aparecem (6,8%) e em número muito reduzido, quase residual, os familiares dos autores dos desenhos (2,1%). Digna de registo a escassa presença da família neste patamar de representação gráfica.

Relativamente à utilização da cor (Anexo 7.5), e não sendo esta uma abordagem simples de concretizar,¹⁶⁶ o aspecto mais significativo diz respeito ao facto de cerca de um quarto das crianças ter utilizado apenas uma cor, maioritariamente a resultante do uso do lápis de grafite. Acrescentando a este valor o número das que recorreram a duas cores (9,8%), verifica-se que mais de um terço ficou apenas por estas duas categorias (34,1%), o que não será o mais comum nestas idades (Coquet, 2003). Somente 30,4% utilizaram mais de quatro cores. Deste modo, no conjunto dos desenhos tem-se dois grandes grupos: um primeiro relativo a uma representação colorida dos bairros, um segundo onde os mesmos surgem sem cor, como os três que se apresentam a seguir.

¹⁶⁵ As restantes três referem-se a pessoas num café, na padaria ou a conduzir fora do bairro.

¹⁶⁶ Na literatura sobre o desenho de crianças, a cor é uma marca importante, para muitos autores meio expressivo imprescindível, sendo por isso alvo de bastantes estudos (Coquet, 2000). Geralmente, as crianças gostam de explorar a policromia, e noutros estudos isso está patente (Carvalho, Judite 2003). Num estudo sobre a associação da cor aos afectos, Judite Carvalho (2003) destaca que o seu uso não se associa tanto à necessidade de exploração mas que essa tende a acontecer associada aos motivos da representação, esses sim significativos, intencionais e relevantes. Nesta linha, pode-se ser levado a pensar que o bairro não será o tema mais motivante para a expressão das mesmas nele se destacando antes a importância de ler os motivos apresentados. Assim, os dados relativos à cor não podem ser tratados isoladamente, ignorando os restantes significados que a criança quis atribuir a toda a sua produção. Essa autora defende que a utilização da cor é um fenómeno cultural, não universal, vivido e definido não só em função da idade mas também à luz de uma determinada utilização social. As cores remetem para um universo vasto de significados numa sociedade, embora não possam ser entendidas de modo igual pois “*as vibrações que cada cor desperta em cada indivíduo podem ou não estar atravessadas por influências mais sociais (...) haverá sempre algo que escapa*” (Carvalho, Judite 2003: 40-41). Porque os materiais são também determinantes, é de referir que nesta investigação foi assegurado para todas as crianças o acesso ao mesmo tipo de material.

Desenhos 7.1, 7.2 e 7.3: O meu bairro[rapariga, 7 anos, 2º ano,
Bairro Branco][rapariga, 8 anos, 3º ano,
Bairro Amarelo][rapaz, 9 anos, 4º ano,
Bairro Verde]

Na consideração de que os desenhos das crianças são “*gramaticalmente articulados*” (Coquet, 2003: 4), a narrativa que lhes foi acrescida pela legendagem e pela conversa sobre os mesmos fez com que ganhassem uma outra energia e dinâmica que, num primeiro e simples olhar não se detecta, pois, como já referido, muitos apresentam-se sem diversidade de elementos, maioritariamente numa configuração estática que tem o principal enfoque no edificado. Se é verdade que foi a aparência gráfica que marcou a primeira abordagem, importa realçar que esta segunda fase do processo de análise através da qual se tentou aceder ao significado daquilo que pretenderam fazer quando desenharam decidindo o sentido atribuído à sua acção, trouxe a constatação de como a leitura inicial feita pelo adulto pode apresentar uma orientação diferente, até enganadora, relativamente às intenções manifestadas pelas crianças. Neste âmbito, realça-se a importância que teve o acompanhamento do processo de criação pois “*ver uma criança a desenhar dá-nos a noção a seriedade com que ela está a realizar o seu trabalho, coisa que não poderia acontecer se ela estivesse simplesmente a rabiscar sem uma intenção determinada*” (Coquet, 2003, 4).

De assinalar que, diversamente do observado noutros estudos de natureza similar (Rasmussen e Smidt, 2003), o termo bairro é uma marca presente nas suas produções.¹⁶⁷ Na análise de conteúdo em que se procedeu ao cruzamento da legenda com o registo da conversa sobre os 312 desenhos em estudo, detectou-se que foi a palavra mais referida.¹⁶⁸ Recorrendo ao programa *Wordle* para a mera contagem das palavras, obteve-se o seguinte quadro:

¹⁶⁷ O que parece contrariar a questão anteriormente levantada na análise do uso da cor (de poucas cores) sobre a importância e motivação das crianças para se exprimirem sobre o bairro.

¹⁶⁸ As 10 palavras mais referidas foram: bairro (398), falta (265), casa (188), lá (176), faz (152), gosto (139), não gosto (138), rua (130), brincar (120), parque (102), prédio (101), pessoas (92), gostava (88), carros (78), prédios (78). Isolando apenas as palavras relativas à família surgem mãe (68), pai (56), irmão (22), avó (15), irmã (10) e tio (10), tia (7), prima (6), tios (4), pais (3), tias (3), irmãos (2), avô (2), primas (2) e avós (1).

Figura 7.1: Palavras mais referidas pelas crianças sobre os bairros

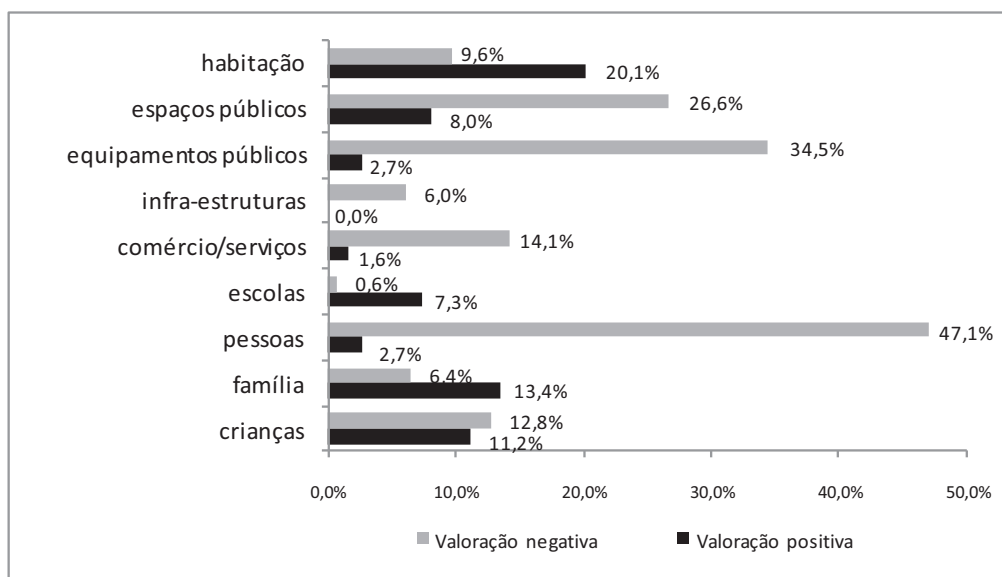


Esta nuvem de palavras permite, até certo ponto, observar o conhecimento que englobam sobre as suas experiências na apropriação e uso do espaço, identificando equipamentos, objectos, pessoas, acções, sítios, lugares e outros elementos que ganham corpo na sua vida quotidiana e que decidiram associar aos desenhos. A tendência anteriormente identificada sobre a “*casa/prédio*” e “*prédios*” revelou-se novamente, surgindo a menção à “*rua*” pelo meio. Várias acções emergiram – “*brincar, jogar, andar, viver, querer, fazer, bater, lutar*” e, mais uma vez, a família e os laços de parentesco aparecem relativizados tendo uma expressão muito reduzida. A assumpção do que se “*gosta*” e “*não gosta*”, a par da dimensão adquirida pelo que consideraram estar em “*falta*”, ocuparam lugar de destaque, suscitando a necessidade de ultrapassar esta linha de análise demasiado simplista.

Deste modo, procurou-se a seguir saber em que moldes e a que relações surgiam associadas estas palavras, deslocando-se o interesse para a identificação das tendências de valoração, positiva ou negativa, feita pelas crianças sobre os bairros. Para este efeito, e a partir do material em análise, definiram-se duas dimensões que foram desdobradas por categorias – “*urbanismo, arquitectura e habitação (habitação, espaço público, equipamentos públicos,*

infra-estruturas, comércio/serviços, escolas)” e *“interação social (pessoas, família, crianças)”* em relação às quais se obteve os resultados apresentados na Figura 7.2.¹⁶⁹

Figura 7.2: Valoração positiva/negativa das crianças sobre os bairros



O primeiro ponto relevante prende-se com o facto dos aspectos negativos se sobreporem significativamente aos aspectos positivos. Esta linha de orientação é especialmente intensa quando as crianças falam sobre as *“pessoas”* e os *“equipamentos públicos”* e, num grau um pouco inferior, mas ainda expressivo, quando se reportam ao *“espaço público”* e *“comércio/serviços”*. No pólo oposto, a *“habitação”*, as *“escolas”* e a *“família”* suscitam valorações mais positivas do que negativas. Digna de registo a ligeira diferença na forma como representam as *“crianças”* deste contexto, expressando globalmente uma visão mais negativa do que positiva essencialmente associada a conflitos e delinquência.

Este quadro inicial de análise parece ir ao encontro da ideia defendida por Rasmussen e Smidt (2003: 97) de que *“children are present in the neighborhood, and they have the neighborhood ‘under their skin’”*. A abrangência de situações aponta para áreas que dificilmente poderiam ter sido mencionadas nos moldes em que foram se não tivessem sido objecto de vivências e experiências a que deram um sentido particular. As singularidades observadas acabaram por se agregar entre si, potenciando a construção de categorias onde se destacam fortemente componentes relativas à vida social a par de outras centradas no território e planeamento urbano. As crianças mostraram-se atentas e eloquentes sobre os mais diversos contornos dos seus quadros de vida, não lhes passando despercebidos determinados aspectos, como se irá fazendo referência mais detalhada ao longo deste capítulo.

¹⁶⁹ Para um aprofundamento do quadro categorial e da natureza dos dados obtidos, vide Anexos 7.6 e 7.7.

Importa reter que a apreciação mais negativa, manifestada por quase metade (47,1%) das 312 participantes, remete para o campo da interacção social, precisamente para “*peças*”, os adultos com quem privam, se cruzam, conhecem ou observam. Independentemente da idade, do sexo e do bairro, esta valoração associa-se a diferentes vertentes que vão desde a consideração das suas atitudes e comportamentos, maioritariamente entendidos como perturbadores e desordeiros, até às suas competências e responsabilidades no desenvolvimento de alguns dos problemas sociais neste contexto. Deste modo, é de questionar a densidade e natureza dos laços sociais aí existentes, muito em especial em torno das redes de vizinhança que aqui se vêem retratadas. As crianças parecem ter uma clara noção sobre os papéis sociais que os adultos devem ter, referenciado depreciativamente a existência de uma larga parte que se afasta do que consideram ser o modelo de referência adequado para a manutenção da coesão social. Neste sentido, aproximam-se da concepção de actor social atribuída a cada indivíduo e deixam no ar a ideia de que a melhoria da qualidade de vida passa pela mudança de comportamentos e atitudes de quem aí reside.

“Não gosto do meu bairro... Faz falta o comportamento das pessoas no meu bairro ser melhor, o que está a mais são as pessoas, não gosto... pessoas é roubos, barulho, lutas, tiros, roubos e carros e carros roubados, não gosto!” [rapaz M05, 10 anos, 4º ano, Bairro Verde]

Esta ideia relaciona-se também, em larga medida, com a apreciação negativa que fazem sobre o “*espaço público*” (34,5%), pois é nele que situam não apenas as desordens sociais mas também um amplo leque de desordens físicas (lixo, graffiti, mobiliário urbano destruído, etc.) que identificam de modo expressivo e apontam ser comum a todos os bairros.¹⁷⁰ De salientar neste campo uma diferença na forma como rapazes e raparigas se pronunciam sobre estas matérias, registando-se uma presença ligeiramente maior dos primeiros, o que pode sugerir a prevalência de modos de apropriação e uso dos espaços públicos diferenciados por sexo. Já o mesmo não acontece quando se desloca o interesse para a categoria “*equipamentos públicos*” (26,6%), onde ambos os grupos se manifestam de modo idêntico e bastante significativo numa linha de orientação negativa que se encontra intrinsecamente relacionada com a falta de parques infantis nos diferentes bairros. Deve-se isto ao facto de não terem sido construídos ou, como os próprios referem, porque os existentes foram destruídos e vandalizados pelos residentes, não necessariamente as crianças mas, eventualmen-

¹⁷⁰ Para afeitos desta investigação, adoptam-se os conceitos de desordem social e de desordem física a partir do proposto por Sampson (2002: 224): o primeiro diz respeito aos comportamentos sociais que podem envolver ou não estranhos e encerram um patamar de ameaça e conflitualidade enquadrando, entre outras, “*verbal harassment on the street, one solicitation for prostitution, public intoxication, and rowdy groups of young males in public*”; no segundo situam-se os aspectos relativos à degradação da paisagem urbana, por exemplo “*graffiti on buildings, abandoned cars, broken windows, and garbage on the streets*.”

te, mais os adultos e jovens que deles se apropriaram para outros fins.¹⁷¹ Numa expressão mais reduzida mas ainda significativa, reclamam jardins, mais árvores e flores nas ruas, além de expressarem a necessidade de dispor de mais mobiliário urbano, especialmente caixotes do lixo, papelarias e contentores para reciclagem. Algumas crianças, especialmente do sexo masculino, salientam a necessidade de terem um campo de jogos (Bairro Rosa).

O valor negativo atribuído à categoria “*comércio/serviços*” (14,1%) assenta numa dupla orientação: por um lado, chamam a atenção para a existência de um número muito reduzido de lojas (mais acentuada nos Bairros Rosa, Cinzento, Verde e Azul) e desejam não só a existência de um maior número mas também que não fiquem restritas à restauração e cabeleireiros, os dois ramos aqui dominantes; por outro, apresentam fortes críticas às dinâmicas sociais desenvolvidas em torno de alguns dos cafés e estabelecimentos de restauração existentes, sobretudo no Bairro Branco, percepcionando a sua frequência como origem de várias desordens sociais (consumo de álcool na via pública, barulho pela noite fora, violência entre os frequentadores) e até da prática de crimes. E da conjugação de várias destas perspectivas há quem descreva o bairro de um modo muito específico, acentuando as limitações da própria configuração espacial, aspecto a que deram também especial atenção.

“É seco... o bairro é seco! (...) Então... não tem muita gente como lá antes, não tem shopping, não tem lojas... não gosto sem isto, gostava mais de lá. O bairro... se for lá ao fundo vejo tudo, ali do fundo dou a volta e dá para ver aqui tudo, é sempre a voltar ao mesmo sítio e lá não era assim, ia dar a outros sítios e tinha mais gente diferente. (...) Faz falta parques, mais... um campo de futebol para ir jogar... Mas põe lá um parque e vão logo partir tudo, partem tudo, já está todo partido o que lá está, partiram tudo, não durou nada...” [rapaz M02, 10 anos, 3º ano, Bairro Cinzento]

Perante este cenário, é de realçar a valoração positiva atribuída à “*habitação*”. Esta situação não é exclusiva das crianças que vieram realojadas e possuem recordações e memória das anteriores casas, maioritariamente degradadas e em bairros de barracas, mas vê-se reportada por algumas que aqui nasceram, colocando-se em jogo vários aspectos da habitação onde vivem – construção e estética, salubridade, dimensão, interacção familiar, etc. –, como se observa a seguir.

“Não gostava de morar na [nome do anterior bairro de barracas] porque tinha muitos bichos e pedras por todo o lado com areia e havia muitos, muitos bichos... A casa aqui é melhor e

¹⁷¹ Os parques infantis suscitaram outras questões durante a pesquisa no terreno pois, a certa altura, por determinação oficial relacionada com os actuais requisitos exigidos para a sua criação, a autarquia de Oeiras encerrou temporariamente todos os que existiam no seu território. Relativamente aos bairros em estudo, comprovou-se a sua escassez ou até mesmo inexistência – o Bairro Rosa apenas passou a ter acesso a um colocado do outro lado da rua principal mas já fora da zona de realojamento num dos anos intermédios desta investigação – e os que existiam somente no Bairro Amarelo e no Branco não estavam em condições. Como o tempo da recolha de informação foi prolongado, observaram-se algumas reparações mas os equipamentos aí presentes não correspondiam totalmente aos desejos e solicitações das crianças: baloiços e escorregas.

eu durmo sozinho e com a minha avó e na [nome do anterior bairro] não, a minha avó dormia no sofá na sala.” [rapaz M06, 7 anos, 2º ano, Bairro Branco]

Neste âmbito, é significativa a diferença de sexos com uma maior representatividade de raparigas nesta categoria. Tal como na referência aos “*espaços públicos*”, existe uma diferença por sexo, transparecendo a ideia de o espaço privado da casa constituir um maior interesse para o sexo feminino enquanto o público se vê mais relacionado com os rapazes. Poder-se-á estar perante indícios reveladores de uma certa especialização dos papéis sociais por uns e por outros, numa linha de cariz eminentemente tradicional que evidencia a construção social de género.

Mas não são só as crianças que valorizam a habitação. Vários pais destacam-na também como um dos aspectos mais positivos da vida nestes bairros.

“Aqui é melhor porque temos água, temos luz, é diferente, mas lá era... só haver isso e ser uma casa como deve ser porque fora isso preferia estar no outro bairro, não eu morava dentro do bairro, morava fora e era calminho.” [mãeE15, 29 anos, Bairro Amarelo]

“Tomara muitas pessoas terem uma casinha como a que tenho.” [mãeE21, 31 anos, Bairro Verde]

É no entanto de assinalar a existência de opiniões divergentes tanto de adultos como de crianças. Os mais críticos relativamente à habitação são aqueles que se vêm especialmente afectados com a sobrelotação da casa que habitam, ocupando geralmente um quarto que é dividido por pais e filhos ou até mesmo com outros familiares. Nestes casos, está tendencialmente arrendada aos avós e os novos núcleos familiares não conseguiram autonomizar-se como era esperado quando aí foram instalados, e frequentemente esta situação é associada aos problemas de comportamento que as crianças manifestam a diferentes níveis.

“Gosto de viver no bairro mas é entre aspas. O mais difícil é estar a viver na casa dos meus pais porque não o consigo controlar [filho de 5 anos], porque se eu tivesse tipo uma casa, assim uma casa só para mim e para os meus filhos eu conseguia, agora em casa dos meus pais não! Ele vê o meu pai a beber e a dizer asneiras e aí muito do que faz é o que vê, não lhe consigo meter maneiras. Se eu meto de castigo aí vem o meu pai e tira-o e o que dá é mais confusão.” [mãeE5, 24 anos, Bairro Amarelo]

A sobrelotação que afecta vários agregados é um problema grave que coloca várias questões e que não se revela fácil de resolver. Não se tendo verificado a capacitação dos seus membros, a tendência dos mesmos é para a apresentação à autarquia de um pedido de desdobramento da habitação actual. No fundo, pretendem a atribuição de uma casa em arrendamento nas mesmas condições daquela onde estão, chegando por vezes a enunciar

nos pedidos o desejo de permanência nos bairros onde actualmente se encontram. Se em determinadas situações e à luz de várias condições se viu isso acontecer durante a pesquisa no terreno, por outro lado, o número de solicitações desta natureza neste concelho é de tal ordem que não se vislumbra ser esse o caminho a seguir, pois implicaria a continuação de uma política de construção de habitação social em moldes idênticos aos que sustentaram a criação destes bairros à luz da necessidade de erradicação de barracas em Oeiras. A verdade é que se sente que esta é uma situação complexa e potencialmente ‘explosiva’ do ponto de vista da conflitualidade social entre residentes, que frequentemente se digladiam, das mais diversas maneiras, pelo acesso a uma nova habitação, controlando todas as mudanças que ocorrem neste contexto e exigindo recorrentemente à autarquia a resolução da situação.¹⁷²

O problema da habitação será apenas a face mais visível de um leque de outros que se encontram associados nestas famílias, não podendo ser olhado sem a consideração das acções desenvolvidas não apenas a nível concelhio mas por outras entidades oficiais e privadas tanto a montante como a jusante. Apenas numa visão integrada sobre cada caso podem ser pensadas as estratégias de capacitação social individual e colectiva que permitam ultrapassar estes obstáculos.¹⁷³

Também o compromisso contratual exigido pelo arrendamento e pelos pagamentos do uso de infra-estruturas básicas (i.e. água e luz, pois o gás pode ser usado de outra forma) aparece relacionado a apreciações depreciativas à habitação, não tanto em função do valor atribuído ou não à sua qualidade mas essencialmente ao facto de ter de se cumprir obrigações a que anteriormente não se estava habituado, sendo esta uma percepção que não se restringe a adultos, uma vez que também é enunciada por várias crianças.

“Não gosto daqui do bairro. Fogo! É só pagar, a minha mãe tem de pagar tudo! Tem que pagar renda, tem que pagar luz, água, se não paga cortam, na [bairro anterior de barracas] tinha tudo e pagava nada, nada...” [rapaz M07, 12 anos, Bairro Amarelo, notas de campo]

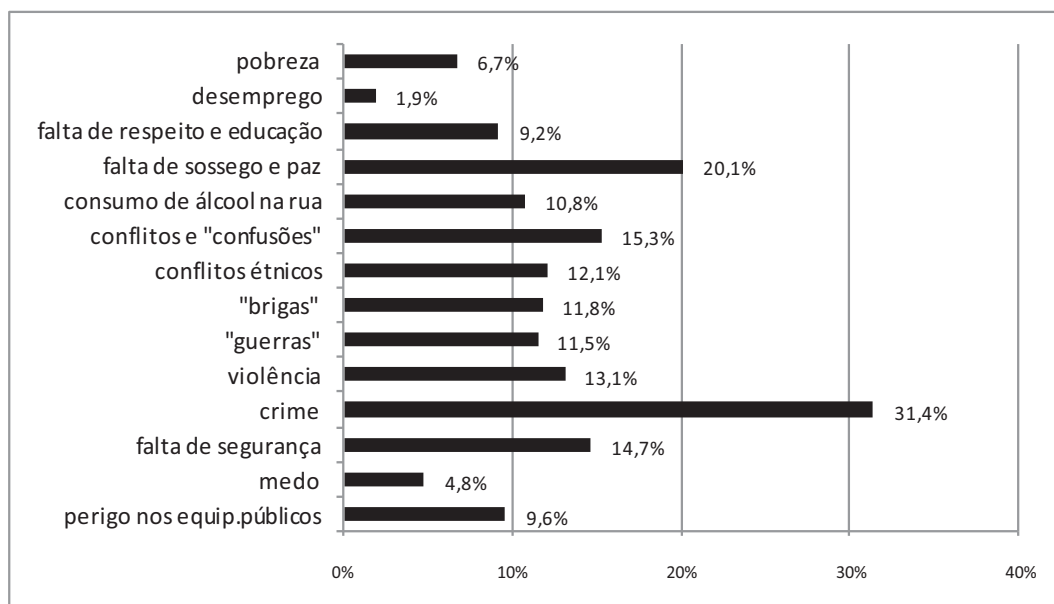
Depreende-se desta opinião como os desafios colocados pelo realojamento demoram tempo a ser incorporados e exigem uma organização familiar e condições a que nem todos ainda conseguiram aceder ou ter em devida consciência. E neste enquadramento, as crianças revelam-se bastante acutilantes e críticas relativamente ao que consideram ser os principais problemas dos bairros, enunciando-os em torno de quatro eixos estruturantes: condição social da população residente (“*pobreza, desemprego*”), desordens (“*falta de respeito,*

¹⁷² Na fase exploratória desta investigação, teve-se oportunidade de assistir a diversas sessões públicas da Câmara, onde foi sempre possível observar que o problema da habitação abrangia tendencialmente 85-90% da ordem de trabalhos, maioritariamente pela apresentação ou reforço público de pedidos desta natureza.

¹⁷³ Para um aprofundamento da intervenção em curso nesta autarquia, vide o Capítulo 6.

educação, sossego, paz, consumo de álcool na via pública, conflitos e confusões, conflitos étnicos, brigas, guerras, violência”), crime e (in)segurança (“*falta de segurança, medo, perigo nos equipamentos públicos*”) (Figura 7.3; Anexo 7.8).

Figura 7.3: Principais problemas sociais identificados nos bairros pelas crianças



Isoladamente, o problema social mais mencionado pelas crianças foi o “*crime*” (31,4%). Se por um lado somente 6,2% dos desenhos representou graficamente um crime a ser cometido nos bairros, essencialmente no espaço público, quando se solicitou a descrição da legenda e se conversou sobre os desenhos surgiram mais situações relacionadas com crimes, seguindo-se vários tipos de desordens tendo por pano de fundo um quadro marcado por insegurança. Estas temáticas emergiram como o ponto central da maioria das abordagens independentemente de sexo, idade, origem étnica ou do bairro onde residem. Porque é amplo e diverso o leque de representações de crianças e adultos sobre estes problemas sociais concretiza-se nos próximos pontos o seu aprofundamento em função dos principais contornos identificados nos processos de socialização das crianças.

7.2 “*Aqui só há pobres*”: faces distintas da concentração espacial da pobreza

A pobreza é um fenómeno plural, diverso, que contempla diferentes realidades (Bastos et al., 2008; Costa et al., 2008), parte das quais emergiu de modo particular no contexto desta investigação. Apesar da referência à condição social da população não ter tido uma expressão estatística relevante nas produções das crianças, sobrepondo-se antes outros

problemas sociais como a violência e o crime, é de salientar que no decorrer da etnografia foram muitas as situações observadas que suscitaram uma especial atenção.

A primeira remete directamente para os efeitos da concentração espacial da pobreza nestes territórios e para as formas como este processo é percebido.

Desenho 7.4: O meu bairro

“Está um dia mau no bairro!... O que faz falta no meu bairro é casas e mais casas para as pessoas e um parque. Aqui o que há mais é pessoas pobres, só há pobres, pessoas pobres, só pobres...” [rapaz M08, 8 anos, 2º ano, Bairro Amarelo]



Falar sobre pobreza concentrada será mais do que falar da concentração de pessoas pobres que resulta dos modos de gestão e ordenamento do território (Sampson et al., 1999), como as políticas habitacionais que estiveram na base da construção destes bairros. Será também falar dos múltiplos riscos que a pobreza representa (Elliot et al., 1996; Vorrasi e Garbarino, 2000) Observa-se pela descrição do desenho 7.4, como as crianças podem estar claramente identificadas aos mesmos na aparente aceitação e incorporação da sua condição social, representando-os como espaços de concentração de desvantagem social que potencialmente pode excluí-los da participação na vida social próxima, da cidade ou do país.

O bairro surge como uma formação socioespacial específica e diferenciada resultante de processos e mecanismos sociais que assentam em lógicas que são simultaneamente de segregação e de agregação física e social num certo local. Decorrem de dinâmicas de massificação, pois concretizam-se no âmbito de políticas públicas e respostas alargadas através das quais se tenta debelar problemas que se colocam a grandes grupos da população – como é o caso da habitação e o da pobreza –; ainda que por outro lado se viva numa época de acentuada individualização, o que acentua a segregação territorial descrita neste desenho. São dinâmicas de selecção e de exclusão, e dentro da exclusão há vários patamares que se reflectem, de igual modo, no interior dos territórios aparentemente segregados uma vez que também aí há vários graus de exclusão e de pobreza, bem como diferentes modos de a tornar visível.

“Vivemos todos numa sarjeta mas alguns de nós estão a olhar as estrelas!!! Oscar Wilde” - inscrição em graffiti numa parede à entrada de um dos bairros em estudo.” [notas de campo]

No fundo, nesta análise emerge de forma significativa a ideia defendida por Young (1999) acerca da natureza da transição da modernidade para a pós-modernidade, vista numa perspectiva que a entende como um movimento de passagem de uma sociedade “*inclusiva*”, onde o acento tónico era colocado na assimilação e na incorporação, para uma sociedade “*exclusiva*”, que faz da segregação e da exclusão um modo de gestão das dinâmicas sociais assente num individualismo que pode atingir níveis exacerbados tanto na esfera mais próxima de cada comunidade como, a nível mais alargado, no mercado de trabalho e no sistema produtivo. Partindo do ponto de vista das próprias crianças, facilmente se percebe como o “*bem-estar infantil*” (Almeida, 2000:20), traço fulcral na representação social da infância moderna, é um dado longe de estar adquirido por muitas neste contexto, subsistindo necessidades básicas.

“Professora, posso tomar aquelas bolachas ali do armário (...), tenho fome que o meu pai já não tem euro para dar para o lanche e eu não comi nada.” [rapaz M09, 11 anos, 3º ano, Bairro Verde, notas de campo]

É significativo perceber que este pedido não se reduziu a uma só criança. Ao longo dos anos em que ocorreu a pesquisa no terreno, constatou-se a sua transversalidade a alguns segmentos da população residente independentemente do bairro, da origem étnica ou da condição perante o trabalho por parte dos pais e substitutos. Uma das dimensões estruturantes da pobreza – a da necessidade material que se reporta às condições objectivas em que esse tipo de necessidades fica por concretizar (Spicker, 2007) – adquire uma especial expressão. A sua face mais visível reflecte-se nestes casos extremos de privação alimentar que atravessa diversos agregados, e são várias as crianças que dizem ter fome ou que, não se expressando verbalmente, apresentam sinais claros disso, situações especialmente detectadas nas escolas ou por outros pais.

“As três raparigas [F05 e F06, 6 e 7 anos, 1º ano, Bairros Branco e Azul] estavam numa luta acesa no corredor junto à sala de aula e batiam-se pela posse de uma mochila tendo já havido estaladas e empurrões entre umas e outras. Quando me aproximo e pergunto o que se passa dou conta de que as três querem meter as mãos no fundo no fundo da mochila onde estavam apenas mais uns papéis velhos, uns poucos lápis de cor e um bocado de pão em condições miseráveis com sinais de já ter andado pelo chão...uma delas consegue tirar o bocado do pão que cai ao chão e é apanhado logo por outra que o mete à boca antes que eu o consiga impedir.” [notas de campo]

“- Ela [filha, F07, 6 anos, 1º ano] leva sempre pãozinho para o lanche e sumo ou leite com chocolate. Houve aí uma altura em que ela me disse “Ó mãe sabes?” mas assim com uma cara muito coiso... “uma carcaça só não chega para eu comer, mãe.”. E perguntei “Não chega!?! Queres duas carcaças?” “Olha mãe, eu vou dizer a verdade. Pois sabes é que há lá meninas que pedem-me do meu pão e eu se levo só uma carcaça depois não chega para dar a todos!” [mãeE17, 36 anos, Bairro Amarelo]

Os conflitos nos intervalos pela posse de lanche que uns trazem e outros não, apesar da intervenção de reforço alimentar que estas escolas proporcionaram aos mais carenciados nos anos em análise, as estratégias de trazer do almoço parte da comida para se levar para casa (i.e. tira-se ou pede-se mais pão onde se coloca carne escondendo-se tudo a seguir), os frequentes pedidos de repetição de comida mais sentidos no início da semana do que no seu final, e até mesmo os casos mais graves que suscitaram observação médica, são apenas exemplos do que se foi observando neste período. São situações complexas que exigem respostas imediatas e cujas consequências interferem directamente no desenvolvimento pessoal e na qualidade de vida, não passando despercebidas às crianças que tanto apontam a origem na falta de meios económicos da família como na natureza da organização familiar, prioridades e modos de vida que alguns pais e substitutos assumem e onde a pobreza não será o factor preponderante.

Fotografia 7.1: Bolos

“Escolhi a fotografia dos bolos porque podem ser bons, eu não gosto mas há pessoas que podem gostar muito e aqui falta muita comida. Há pessoas a quem a vida custa mais a ganhar, têm de trabalhar e quando os filhos pedem bolinhos não podem dar porque não têm dinheiro para comprar. Também há mães que dizem que não têm dinheiro, mas que pagam aos outros miúdos só para dizerem que elas são boazinhas. Isso não resolve nada, o que resolve é aconchegar a casa dela para o marido e os filhos e as famílias.” [rapaz M10, 10 anos, Bairro Azul]



Esta ideia leva à consideração de como a desvantagem social pode também residir nos modos de organização do quotidiano onde a falta de meios financeiros pode ser algo atenuada, ainda que dificilmente ultrapassada em todos os níveis. Perante agregados num patamar similar de precariedade económica, registaram-se posicionamentos muito diversos que se viam transmitidos às crianças.

Observou-se que várias famílias não conseguiam ir além de uma posição de maior passividade, num fatalismo social em torno da pobreza de onde não vislumbram saída, incorporando o estigma associado a “*ser pobre*”. Uma parte destas tentava rentabilizar esta situação junto das entidades e serviços de apoio social visando regularmente a obtenção de mais subsídios sociais ou o alargamento dos já atribuídos. Transparece a ideia de uma certa inacção na procura de outros caminhos que se viu sustentada na verbalização recorrente de um sentimento de perda perante situações anteriores, também marcadas pela precariedade

económica e a privação, atribuindo-se o agravamento da condição social ao realojamento nestes bairros. Nem sempre isso corresponderá de facto à realidade, mas a verdade é que as representações sociais construídas vão muito neste sentido extravasando, em larga medida, o universo familiar acabando por constituir um traço comum a muitos, independentemente do bairro e origem étnica. Diversamente, há outras famílias que num patamar aparentemente similar de grandes dificuldades se revelam capazes de accionar laços de solidariedade perante os que ainda menos têm ou que no momento mais necessitam sem solicitarem qualquer intervenção oficial.

“Às vezes o meu filho diz ‘ó mãe, ele está a olhar para a minha boca a comer!?’ Eu quando tenho, dou o que tenho, faço tudo pelos meninos só que o meu marido diz ‘ele tem o pai dele’ só que eu sei que às vezes não almoça e chega-se ao pé de mim... se lhe sobra do jantar a mãe come, se não sobra ela não come, isto é verdade... passa fome, é verdade, é assim, às vezes os meninos só têm isto para comer, um copo de leite e um bocado do pão, quando eles vêm à minha casa, eles comem, mas eu evito que eles vão lá sempre que eu não posso.”
[mãeE27, 32 anos, Bairro Verde]

Pensar a pobreza como expressão de um problema social que, não sendo novo, tem na base um amplo espectro de factores e circunstâncias de natureza diversa, implica perceber como se tudo se coloca em jogo num determinado território num processo a que as crianças, atribuem um sentido particular que apropriam, integram, reconstituem e (re)produzem no seu processo de socialização.



Desenho 7.5: O meu bairro

“É no bairro ao pé dos montes eu a apanhar coelho. Vou ao monte apanhar cobras e coelhos, eu sei onde ficam as tocas dos coelhos e vou lá buscar e trago para casa e meto em gaiolas ou mato para fazer o jantar” [rapaz M11, 8 anos, 2º ano, Bairro Rosa]

São expedientes aceites pelos adultos mais próximos, que permitem não só a superação de necessidades básicas mas também a afirmação de uma identidade social reconhecida perante os outros. Os montes e terrenos adjacentes a todos os bairros, maioritariamente de domínio público e perto de vias de comunicação, têm sido ocupados por vários moradores na criação de pequenas hortas onde cultivam produtos que se tornam fonte de rendimento, atenuando algumas das dificuldades sentidas.

A mendicidade é outra das estratégias postas em prática por algumas crianças. Na sequência da abertura de um centro comercial nas imediações do bairro, um rapaz [M02, aos 12 anos, Bairro Azul] teve fases em que, por sua iniciativa, mas outras vezes a mando da própria família, se deslocava diariamente à noite, à hora de fecho das lojas do sector de restauração (23h-24h), para recolher as sobras que lhe eram facultadas ou que ele pedia, sendo recorrente encontrá-lo também a mendigar durante o dia no interior do próprio centro.¹⁷⁴ Não foi uma situação despoletada apenas nesta idade uma vez que desde muito cedo era visto a mendigar por comida e dinheiro, quer no bairro quer fora dele.

A uma certa “*naturalização*” de alguns destes fenómenos, pela regularidade com que se viam concretizados e também pela aparente aceitação ou indiferença perante os mesmos da maioria dos residentes ou de outros intervenientes, acrescem situações que tornam visível outras dimensões estruturantes da pobreza, mais concretamente a das circunstâncias económicas que se refere às possibilidades efectivas de acesso a estruturas de oportunidades diferenciadas por quem tem ou não determinados recursos (Spicker, 2007).

“Não posso vir à escola que a minha casa ardeu [no Natal na sequência de fogo posto pela avó] e fiquei sem os materiais de escola e agora tenho de tomar conta do meu irmão que a minha mãe não deixa mais ele sozinho em casa.” [rapaz M12, 11anos, Bairro Verde, notas de campo]

“Durante um passeio da turma do 1º ano pelo bairro, ao passar junto de um pássaro morto no chão, uma das raparigas [F06, 7 anos, Bairro Azul] gritou para outra [F08, 6 anos, Bairro Amarelo]:

– Olha, olha [nome], lembras-te quando íamos ver nos caixotes. Lembrei-me agora que quando eu era pequena ia aos caixotes, ia aos caixotes e a [nome] também e a mãe dela.

– E o que ias fazer? – perguntei.

– Eu já disse, quando eu era pequena ia aos caixotes no lixo procurar coisas, muitas, ‘papelões’, ‘papelões’ para brincar (...) eram lá na outra casa (contentor), havia muitas, muitas coisas e tirava ‘papelões’, ia muito dias, a minha mãe tirava muitas coisas e levava a casa.” [notas de campo]

“Os três rapazes passaram por mim e um deles [M10, 9 anos, Bairro Azul] riu-se bastante e dei conta que tinha papel de prata a cobrir os dentes da frente em cima e em baixo. Perguntei-lhe o que andava a fazer com tanto papel na boca. Riu-se e respondeu-me que aquilo não era papel mas o aparelho dos dentes para eles ficarem direitos!.. Os outros riram-se e foi quando reparei que os três tinham também papel de prata preso na ponta das orelhas dizendo que eram os brincos do Cristiano Ronaldo!...” [notas de campo]

Mas a pobreza reflecte-se noutras vertentes que vão além da satisfação de necessidade materiais e das circunstâncias económicas anteriormente mencionadas, reportando-se também à dimensão das relações sociais estabelecidas em função da posição económica que se ocupa (Spicker, 2007). Neste âmbito, um dos principais pontos de discussão prende-se

¹⁷⁴ “Ontem foi visto por T. a pedir dinheiro para comer a quem passava e quando lhe deram voltou de novo junto da pessoa para devolver o troco que ficou após a compra de uma sandes e um bolo.” [notas de campo]

com o tempo disponível que mães e pais que trabalham têm para estar com os filhos. As questões associadas à organização e locais onde se exerce o trabalho, fundamentalmente de natureza precária, as mulheres mais nos serviços de limpeza, sobretudo as de origem africana, e os homens maioritariamente na construção civil, não sendo exclusivas desta população, pois atravessam os mais diversos estratos sociais da sociedade portuguesa, são determinantes neste contexto, assumindo especificidades que se vêm reflectidas na educação das crianças.

“A minha mãe agora trabalha no Colombo, é todo o dia, todo dia...Ih! Ih! Ih! (risos) Só trabalha muito, não vejo nunca a minha mãe, só nas férias, não sei como ela está de folga porque vai trabalhar mais (...) ela sai do bairro às 5 h e depois só volta às 10h e depois sai às 3h (da tarde) e só volta à 1h da manhã por isso é que eu nunca vejo ela. Ih, Ih, (risos) eu não vejo ela, só quando for férias da escola...” [rapariga F09, 9 anos, 2º ano, Bairro Rosa]

Os horários que se estendem por todo o período nocturno e que afectam muitas mães e avós, uma pequena parte simultaneamente abrangida pelo Rendimento Social de Inserção, decorrem da precariedade contratual em que a maioria se encontra, bem como das funções desempenhadas, o que impede outras opções. Numa ou outra situação registou-se existir a possibilidade de escolha, mas a mudança para um turno de dia implicaria a perda de um (pequeno) subsídio extra que faria diferença em termos de economia familiar. Sabendo-se como este é um problema que afecta muitas famílias em todo o país, estas vivências dificultam o mais adequado acompanhamento das crianças, não existindo nestes bairros as janelas de oportunidades a que outros, noutros locais, poderão eventualmente aceder.

Na consideração deste quadro, é difícil de entender o desfasamento na oferta das estruturas e serviços sociais locais que, no período de recolha da informação, não tinham resposta aos problemas colocados pelos horários de trabalho de muitas famílias, ao contrário de outros bairros na Área Metropolitana de Lisboa onde este problema se vê atenuado por acções específicas que vão ao encontro desta necessidade.¹⁷⁵

Nesta ordem de ideias, e paralelamente aos elevados níveis de desemprego, não se estranhou a existência de formas de economia informal e subterrânea em todos os bairros. Nestas, uma especial referência às “*rabidantes*” (Grassi, 2003), mulheres, sobretudo mães e avós, que asseguram a manutenção de um comércio informal entre os países de origem (PALOP) e os residentes nos bairros, ocupando um lugar diferenciado na estratificação social neste contexto, não só pelos recursos materiais que possuem e que são visíveis

¹⁷⁵ Meramente a título de exemplo, referem-se os horários de creches e ATLs na Cova da Moura ou a iniciativa de “*amas nocturnas*” no Vale da Amoreira, entre outros possíveis de ser enunciados.

estendendo-se à educação das suas crianças, como pelas trocas e intercâmbios relacionais que asseguram entre os que aqui se encontram e os seus familiares noutros países.

Num patamar inverso, encontram-se os casos associados a uma certa marginalidade e até eventual criminalidade que se vê consubstanciada, a título de exemplo, na obtenção de dinheiro pelo envolvimento em redes organizadas que potenciam venda da nacionalidade portuguesa pela realização de “*casamentos brancos*”, tendencialmente concretizados noutros territórios europeus ou africanos e que para algumas e alguns se vão sucedendo ciclicamente (i.e. aguarda-se o tempo em que se requer o divórcio para se voltar a “*casar*” de novo).¹⁷⁶ Não se trata de um fenómeno exclusivo destes bairros, e nos últimos anos tornou-se objecto de especial atenção por parte das autoridades oficiais a nível europeu. Outras formas de marginalidade como a prostituição ou, inclusivamente, a prática de crime podem estar na base de uma parte desta economia subterrânea, à semelhança do que se passa noutros locais e é comum às sociedades urbanas num contexto de globalização.¹⁷⁷

A posse da propriedade da habitação que se tinha como meta a alcançar para uma parte da população pela possibilidade da sua aquisição a baixo custo não passa de um sonho para a esmagadora maioria dos residentes, apenas se tendo conhecimento de situações que respeitam quase exclusivamente a (muito poucas) famílias oriundas de fluxos migratórios internos decorridos nos anos 1970-80. Outros casos há em que o incumprimento do pagamento de rendas ou a ocupação ilegal de casas se arrastam, tornando-se difícil à autarquia uma intervenção atempada que exige meios judiciais prolongados no tempo.

Em suma, na consideração inicial da concentração espacial da pobreza emergem inúmeros desafios, uns mais correntes sentidos num plano imediato, outros em latência cujos efeitos se farão sentir mais a longo prazo. No registo da heterogeneidade de viver esta condição nestes bairros destaca-se o desfasamento existente entre o legislado e o vivido que atinge directamente a socialização de muitas crianças. Neste contexto, a ambição prioritária ainda passa por garantir o acesso pleno de todos aos bens básicos, num patamar de igualdade que promova não apenas o acesso nessas condições, mas também a permanência nos sistemas sociais como cidadão de pleno direito e a entrada na vida activa à luz de um mesmo quadro de princípios. Só assim fará sentido falar de cidadania.

¹⁷⁶ Observou-se uma intensa procura em determinados anos da recolha de informação, variando a quantia recebida em função de diversos factores e circunstâncias que terão a ver com o estatuto social do “*cliente*” e da urgência desta realização.

¹⁷⁷ “Hoje, a avó do [rapaz, 9 anos, 3º ano, Bairro Verde] mostrou-se muito indignada por ter dado conta que o bacalhau que comprara a umas conhecidas do bairro afinal teria sido roubado por elas num armazém comercial próximo, pelo menos era o que todo o bairro comentava dada a enorme quantidade em circulação a preços muito baixos” [notas de campo]

7.3. “Nós” e os “Outros”: a etnização dos laços sociais

A par da concentração espacial da pobreza, outro dos aspectos mais relevantes na caracterização do universo populacional destes bairros é a existência de um significativo número de indivíduos de origens étnicas diferenciadas territorialmente concentrados (Capítulo 6). A população é maioritariamente oriunda dos PALOP e de seus descendentes, em especial cabo-verdianos, alguns entrados em Portugal em épocas recentes enquanto em relação a outras famílias se incluem elementos de uma segunda e terceira gerações nascidas em Portugal. Estes grupos vieram juntar-se a um segmento da população para aqui deslocada vinda do interior do país entre 1970-80. Paralelamente, nos últimos anos, assistiu-se à instalação, e muito em especial para certos pontos específicos de alguns dos bairros, de agregados deslocados de diferentes locais de Oeiras e também de outros concelhos, nomeadamente Lisboa e Amadora, que têm por base a etnia cigana e que também integram vários elementos, homens e mulheres, que aderiram à cultura cigana por via do casamento ou união de facto, o que constitui um traço diferenciador de outros núcleos de população cigana existentes noutros locais.

A diversidade cultural e étnica é uma marca incontornável das sociedades urbanas num quadro alargado de globalização. Portugal não escapa a esta orientação e, por todo o lado, multiplicam-se as possibilidades de encontro e de interacção com indivíduos que possuem identidades diversas, falam outras línguas, manifestam costumes, crenças, tradições e um passado cultural diferente do predominante. A exigência actual que a todos se coloca é a da promoção de uma convivência comum em respeito pela diferença que o ‘outro’ representa em lugares e espaços onde todos se cruzam, assumindo esta interacção uma especial incidência nas grandes cidades e metrópoles para onde tendem a confluir os mais diversos fluxos migratórios, como se fez referência no Capítulo 2. A consideração do conjunto de pertenças de natureza diversa – culturais, étnicas, geográficas, religiosas, sociais e outras – que definem uma identidade pessoal leva a que as questões da multiculturalidade não possam ser fechadas somente numa ideia de colectivo relativa a diferentes grupos mas implique também cada indivíduo em si mesmo (Castro et al., 2006). Como refere Calma (2007, cit. em Hawkins 2008), o multiculturalismo pressupõe o ideal de uma sociedade democrática onde cada indivíduo é livre e igual em dignidade e direitos.

Neste âmbito, importa atender aos problemas de integração e inclusão social que se colocam para muitos, não apenas os vindos de fora mas também muitos nascidos no país para quem a afirmação de uma identidade social se revela um processo difícil e complexo.

No presente, as relações entre grupos culturais revelam-se muitas vezes antagónicas e a constatação da existência do ‘outro’ suscita o questionamento sobre identidade, alteridade e poder, tendo como pano de fundo a complexificação da vida social (Silva e Silva, 2000; Tomás, 2009). A fragmentação e a heterogeneidade das dinâmicas culturais em presença potenciam uma ideia de clivagem e conflitos duradouros que tanto marcam a vida dos adultos como das crianças (Gusmão, 2004). Cada criança participa da vida do seu grupo cultural através da família, dos pares e daqueles que lhe estão mais próximos, estabelecendo uma dialéctica entre o “*eu*”, o “*nós*”, o “*outro*” e os “*outros*” a partir da qual constrói e redefine a sua acção quotidiana. Muitas vezes este processo é definido a partir da cor da pele.

Desenho 7.6: O meu retrato

“Sou portuguesa, já está! Sou portuguesa como todos os portugueses! É isso, é isso... sou castanha mas portuguesa!...” [rapariga F10, 9 anos, 4º ano, Bairro Rosa]



Vê-se claramente manifestada a ambiguidade de pertenças simultâneas, a dupla e condição de se ser portuguesa e ao mesmo tempo incorporar uma noção de diferença estabelecida em função da cor da pele, o que, neste caso, parece associar-se à interiorização de uma identidade étnica num patamar de subalternidade relativamente a outras, daí a necessidade reforçar a adesão a uma categoria mais inclusiva (Rebelo, 2006). Esta criança nasceu em território nacional, mas as dificuldades da sua inclusão e afirmação social estão bem patentes e serão extensivas a outras e não apenas nestes territórios.

Na literatura científica, os termos *raça*, *grupo étnico* ou *etnicidade* são objecto de acesa controvérsia e a sua problematização está longe de se revelar consensual (Aboud e Doyle, 1996; Resende e Vieira, 2000; Silva e Silva, 2000; Machado, 2001; Verkuyten e Thijs, 2002; Cabecinhas e Amâncio, 2003; Rebelo, 2006; Machado et al., 2007b; Cabecinhas, 2008). Sabendo-se que cada indivíduo não tem “*one fixed identity, but multiple shifting identities. People have a range of cultural identities available, including ones based on age, gender, ethnicity and class, which cross-cut each other so that people who identify themselves as sharing a common position on one issue may be at loggerheads over another issue*” (Ackroyd e Pilkington, 1999: 447-448), a constatação de fenómenos de discriminação étnica durante a inserção etnográfica obrigou ao levantamento de um conjunto de questões sobre as formas de viver a multiculturalidade neste contexto,

várias das quais se encontram ainda enraizadas em larga parte do território nacional. Observou-se recorrentemente que a convivência entre tão concentrado número de famílias de diferentes origens étnicas, e até mesmo dentro de uma só, está muito longe de se revelar minimamente adequada e assertiva, tendendo a registrar-se entre diferentes elementos, gerações e vizinhos um clima permanente de violência verbal e física e grande conflitualidade que as crianças percebem, apropriam e tendem a reproduzir entre si.

“O que é mau aqui é os pretos, os pretos, não gosto nada dos pretos, são muito... assaltam muito, partem tudo, não gosto de ter tantos pretos aqui, não gosto.” [rapaz M02, 9 anos, Bairro Azul]

“Estou farta dos ciganos e dos pretos, fazem barulho a noite toda, põem música alto, roubam e tudo...” [rapariga F11, 7 anos, 2º ano, Bairro Verde, notas de campo]

“Eu tirava os brancos do bairro porque eles só fazem muito barulho, não ligam à gente e porque estão sempre a roubar ao meu avô, levam os ferros. Os ciganos também quando lá vão é só para roubar, são uns porcos e bandidos. (...) Eu tirava os brancos e os mulatos, punha só pretos, só pretos que temos mais força”. [rapaz M11, 8 anos, 2º ano, Bairro Rosa]

”Não gosto dos ciganos, detesto! Queria o bairro todo de pretos, poucos brancos que dão fixe com os pretos mesmo. Os ciganos dão mal, os brancos picam os pretos, poucos são bons. Os ciganos nem um, têm a mania!” [rapaz M13, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]

Os excertos atrás apresentados não se reportam a situações isoladas. Manifestam-se regularmente neste contexto, suscitando a existência de hierarquias e estatutos que cada grupo tende a construir.¹⁷⁸ Estes choques revelam-se de forma brutal em torno da necessidade de afirmação pessoal e social assente numa linguagem fortemente segregadora e racista mas que nada mais será do que o espelho de como, desde muito cedo, experiências de não inclusão vêm a marcar muitas crianças estando longe de ser exclusivas destes locais (Gillborn, 1990; Verkuyten e Thijs, 2002; Simons et al., 2004; Castro et al., 2006). À semelhança do retratado na literatura científica neste campo, a génese do preconceito que aqui se vê traduzida nestes discursos – na qualidade de “*uma predisposição organizada para responder de forma desfavorável a determinados indivíduos*” (Machado et al., 2007b: 119) – surge em idades muito baixas, podendo ser identificada logo aos 3-4 anos. Para alguns autores, é produto do insuficiente amadurecimento das estruturas afectivo-cognitivas que se traduz numa fase de egocentrismo (Aboud, 1988), enquanto para outros é necessário questionar igualmente o papel da aprendizagem e interiorização de normas sociais num determinado contexto social (Gillborn, 1990; Aboud e Doyle, 1996; França e Monteiro, 2004).

¹⁷⁸ Para efeitos desta investigação adopta-se a orientação proposta por Fenton (1999:62, cit. em Cabecinhas, 2008: 13): “*the concept of ethnicity refers to the way in which social and cultural difference, language and ancestry combine as a dimension of social action and social organization, and form a socially reproduced system of classification (...) In its concrete form ethnicity refers to the social mobilization of ethnic ties and the social significance of ancestry, language and culture. We may speak of ethnic groups – identifiable groups whose ‘actual’ or ‘claimed’ shared ethnic attributes mark them off within a social system.*”

Numa linha similar à registada por Cabecinhas e Amâncio (2003) em pesquisa envolvendo jovens portugueses, nesta investigação apurou-se que apesar de as tipologias raciais terem sido abolidas há muito nas sociedades ocidentais, as mesmas continuam a prevalecer no pensamento, discurso e acções da maioria dos residentes nos diversos bairros, independentemente de sexo, idade ou origem. Os termos “*preto*”, “*branco*”, “*cigano*”, “*negro*”, “*tuga*”, “*branquelas*”; “*mulato*”, “*pula*”, “*black*”, “*castanho*”, “*senhores*”, “*português*”, só para citar os mais recorrentemente identificados, têm uma forte e intensa presença nos discursos, atitudes e comportamentos destas crianças no seu quotidiano, constituindo estas categorizações uma marca significativa nas suas culturas de infância. Para uma grande parte, a referência à cor da pele continua a ser legitimada e socialmente reproduzida não se detectando uma mudança ao nível da expressão das formas de discriminação, como deveria acontecer a um nível geral na actualidade (Cabecinha e Amâncio, 2003).

Tende a prevalecer uma noção de ‘outro’, que se vê como diferente, numa posição de subalternidade que conduz à sua rejeição e, diversamente do sugerido por Aboud (1988), observou-se neste contexto que a idade não é uma variável diferenciadora destas atitudes e actos discriminatórios na medida em que as crianças mais velhas continuam a reproduzi-los, quase invariavelmente nos mesmos termos em que faziam anteriormente.¹⁷⁹ Talvez isto aconteça porque a visão que se coloca mais em jogo não parece ter intrínseca uma valorização pelo facto de se pertencer ou não a um grupo maioritário na sociedade, mas antes porque esta categorização e formas de discriminação não são de uso exclusivo das crianças, estendendo-se a uma larga fatia dos residentes que a elas recorrem frequentemente em qualquer situação numa linha de racialização da sua acção.

De igual modo, também não se encontrou neste estudo sustentação para a defesa da ideia de Allport (1954, cit. em Machado et al., 2007b), segundo a qual o contacto entre membros de diferentes grupos possibilita mais facilmente que uns e outros identifiquem as suas semelhanças, promovendo-se assim uma abertura à compreensão e respeito mútuos. Longe disso, este contacto intenso e permanente que se vê desenvolvido neste território, sobretudo pelas crianças que são obrigadas a partilhar pelo menos a nível escolar, parece alimentar a manutenção de uma profunda e permanente desconfiança que é reveladora da fragilidade das relações e laços sociais (Body-Gendrot, 1995; Beaud e Pialoux, 2003). Se até certo ponto esta atitude pode encontrar razão de ser no passado cultural de determinados grupos maioritariamente em presença – de origem africana e cigana –, a dimensão visível e

¹⁷⁹ Esta ideia foi igualmente identificada por França e Monteiro (2004) em diferentes estudos realizados com crianças brasileiras entre os 5 e os 10 anos de origens sociais diversas.

continuada do problema suscita a possível associação a outras desvantagens sociais que não se conseguem atenuar dada a sua elevada concentração espacial. Não basta a coexistência inter-étnica num determinado espaço para assegurar trocas gratificantes e positivas entre os indivíduos, é preciso uma mobilização que poucas vezes aqui se viu posta em prática (Machado, 2001).

“Gostava de voltar a viver lá, mesmo com casa de tijolo a minha vida era melhor lá e sem estas preocupações, sabia como os meus filhos estavam e havia mais ajuda. Era um bairro mais tranquilo, tudo misturado, era com ciganos, com pretos, com brancos, estava tudo junto e era tudo melhor. Agora aqui separaram e isto ficou um bairro sem solução, só brigamos e nada feito, não há volta a dar” [tiaE20, 36 anos, Bairro Azul]

Uma proporção significativa de crianças manifesta uma forte e positiva identificação com o grupo étnico de origem, e esta adesão pode acarretar consigo, quando exarcebada, o desenvolvimento de uma permanente desconfiança e hostilidade em relação aos outros grupos, facilmente surgindo os conflitos no acesso a posições e estatutos específicos (Body-Gendrot, 1995; Simons et al., 2004). Neste âmbito, a oralidade assume uma especial importância, sendo a partir dela que muitas situações de conflito se vêm concretizadas. A passagem ao acto violento parece ser uma constante na interacção nestas redes sociais e, conforme várias vezes observado no terreno, as divergências étnicas tendem apenas a ser ultrapassadas quando se trata de afirmar uma solidariedade que visa um comportamento de oposição aos representantes da autoridade, seja policial, judicial, de acção social ou escolar. Aí, o “*nós*” não é parcelar mas assume uma perspectiva global do bairro ou até, por vezes, de mais do que um bairro, numa visão de unidade social.

Na complexificação das relações sociais emerge, neste contexto, um processo de etnização dos laços e redes sociais de crianças e adultos que tendem a fechar-se em torno da sua origem étnica, não sendo específicas de um grupo em concreto mas antes se alargando a todos os que ali vivem. São em menor número os casos em que essas redes relevam maior abertura e plasticidade para a aceitação plena de elementos de origens diferenciadas. A discriminação tende a ser feita em relação a todos os restantes grupos, por vezes em graus diferenciados mas de modo muito abrangente e multidireccional, acabando numa orientação que tende a reforçar-se mutuamente. Esta situação assume especial relevância em determinadas situações, e a estratificação social dentro de um mesmo grupo étnico é similarmente factor de discriminação. A hierarquia por famílias existe e concretiza-se à luz de normas e tradições culturais específicas que se traduzem na atribuição de um posicionamento diferenciado que estrutura a acção e se vê publicamente reconhecido.

“É que eu sou de Cabo Verde mas sou... não sou como essas daí de Santiago, não sou assim como elas... Eu sou cabo-verdiana mas não da Praia, eu nasci em São Vicente e dou uma boa educação ao meu neto... Já lhe disse que não o deixo andar por aí como essas mães deixam, essas vadias que não sabem ser mães! Não, não, eu sou cabo-verdiana mas não sou assim como elas!” [avóE61, 57 anos, Bairro Amarelo].

Estas construções sociais na forma de entendimento e aceitação do ‘outro’ são apropriadas pelas crianças em moldes semelhantes, como a seguir se exemplifica relativamente à noção de “*famílias contrárias*” entre a etnia cigana e na apreciação que um filho de uma “*rabidante*” faz acerca de residentes de outro dos bairros em estudo.

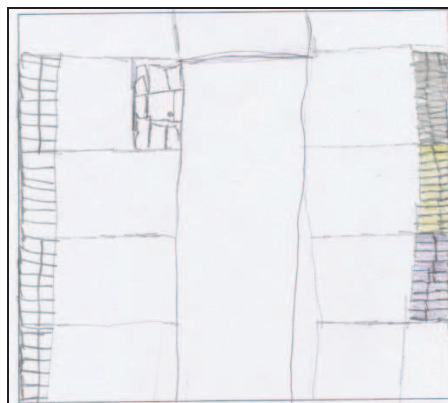
“O que está a mais é aqueles ciganos, aquelas famílias contrárias sabe? São muito barulhentos e só fazem é brigas, é só brigas, é aquela família, a minha mãe está sempre em casa, nem vai à rua que é para não haver mais luta e brigarem.” [rapariga F12, 9 anos, 3º ano, Bairro Azul]

“O Bairro Rosa é um bairro bonito, só de pretos, mas tem pobres lá em cima” [rapaz M14, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]

Desde há muito, e basta recordar as principais linhas de orientação da *Escola de Chicago*, que a compreensão sobre o território e as dinâmicas espaciais se revela fundamental no entendimento dos fenómenos de discriminação étnica. Nesta ordem de ideias, não se estranhou encontrar na base desta interacção social processos de segregação espacial de parte das famílias, algumas das quais realojadas por ruas aparentemente em função da sua origem étnica, um factor sentido como obstáculo a uma melhoria da qualidade de vida.

Desenho 7.7: O meu bairro

“É a minha rua, a rua dos ciganos e a porta da entrada do meu prédio. Não faço mais nada porque eu não gosto nada de morar aqui, nada mesmo, gostava era de voltar para a minha antiga casa em (...), era barraca mas era muita melhor a minha vida lá, tinha os meus amigos e aqui não gosto de nada aqui, a minha vida estragou-se.” [rapaz M15, 13 anos, 4º ano, Bairro Azul]



Quando se fala de bairros de realojamento, a imagem que tende a prevalecer na opinião pública aponta para espaços homogêneos, ignorando-se como tal isso está longe de ser verdade. Os territórios não se limitam à sua configuração física, e mais relevante podem ser as fronteiras percebidas, representadas e vividas no seu seio, em divisões por micro-territórios associados, até a hierarquias étnicas e a grupos culturais específicos. Ainda que esta colocação possa ter decorrido de forma pensada institucionalmente, a generalização de expressões do género “*a rua dos ciganos*”, para citar só o exemplo mais paradigmático

neste campo, amplamente conhecido e mencionado pelos residentes dos seis bairros em estudo, é algo que contribui, e simultaneamente (re)constrói, um permanente mal-estar social, reforçando fenómenos de estigmatização.

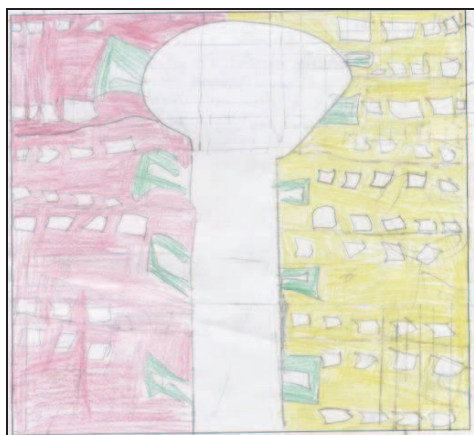
A aparente nostalgia e desejo de retorno a um passado em que se terá vivido maior privação socioeconómica reflecte os fenómenos de exclusões e inclusões precárias a que Young (1999) se refere na caracterização da sociedade “*exclusiva*”. Trata-se de situações em que ganha corpo a (re)construção da noção de comunidade à luz da transformação dos processos de uso e apropriação do espaço, muito em especial do designado espaço público.



Desenho 7.8: O meu bairro

“É o desenho da minha rua e do lado dos prédios dos ciganos e do outro eu e as minhas amigas. O que eu gosto menos no meu bairro é dos ciganos e se eu pudesse eu mudava eles de bairro porque eles sujam a rua, são malcriados e barulhentos” [rapariga F13, 9 anos, 4º ano, Bairro Branco]

A forma como as crianças dispõem e mencionam o uso desse espaço – de um lado o “*nós*”, no lado oposto, os “*outros*” –, numa representação que traduz um campo de batalha, não pode ser desvalorizada na análise da sua socialização. A divisão social do espaço assente em critérios de distribuição étnica produz relações de poder que se institucionalizam entre os residentes num clima de permanente oposição e de procura de domínio territorial.



Desenho 7.9: O meu bairro

“O meu prédio e a rotunda da minha rua. A rua tem um molho de prédios, tem a rotunda que tem lá o espaço para pôr os carros. Tem uns prédios amarelos e outros cor-de-rosa e os prédios não podem ser todos iguais. Ao lado da minha rua tem outros prédios, uns azuis e outros cor-de-rosa e brancos do outro lado da estrada. Nós, os ciganos, vivemos quase todos nos prédios amarelos. No meu prédio só vivem dois senhores (brancos) que não são ciganos e nos outros prédios amarelos vivem muitos ciganos, uns senhores e pretos é que é menos, é sempre mais ciganos.” [rapaz M16, 8 anos, 2º ano, Bairro Azul]

A tomada de consciência em relação a detalhes arquitectónicos, neste exemplo o da cor diferenciada do prédio, constitui uma fonte de conflito permanente não só entre os que aí moram mas também entre parte destes e a própria autarquia. Neste caso, a concentração de família ciganas numa banda de prédios de cor diferente das restantes desse bairro é percebida como uma forma de racismo levada a cabo pelo Estado e, independentemente das condições habitacionais, esta questão foi inúmeras vezes posta em discussão durante a pesquisa no terreno. Viu-se frequentemente declarada a ideia de que esta situação “*não tinha resultado de um acaso mas antes de uma acção planeada pela autarquia que visava que as suas casas mais facilmente fossem identificadas pelas autoridades em caso de conflito, especialmente com a polícia*” [notas de campo]. Releva-se a necessidade dos processos de realojamento atenderem à importância destes detalhes e das representações sociais que a eles se associam, elemento fundamental para o sucesso da intervenção. A incorporação desta percepção estende-se às crianças que crescem a reconstruí-la como está patente no anterior desenho (7.9).

O problema que se coloca não é de resolução simples, pois se é verdade que há famílias que defendem que esta divisão territorial, que não abrange nem se restringe exclusivamente a ciganos, não deveria ter acontecido, quando a autarquia tenta outras opções que conduziriam ao realojamento de famílias de diferentes origens, etnias e idades numa perspectiva de “*mistura social*” (Menezes e Almeida, 2006: 2) no âmbito destes bairros, de imediato a sua acção tende a ser posta em causa pelos directamente envolvidos, que frequentemente recusam ou levantam obstáculos a essa pretensão. E assim se vê reforçado o fechamento destes territórios num encapsulamento de natureza étnica e social (Menezes, et al., 1992).

No fundo, muitos dos residentes manifestam preconceitos relativamente à forma como são tratados pelos serviços oficiais e por indivíduos de outros grupos, mas quando se trata de promover a sua participação social noutra direcção que tente levar além da discriminação a que frequentemente se referem, essa possibilidade é desvalorizada ou ignorada, acabando por reforçar os processos de segregação existentes através das suas próprias práticas. Uma mesma linha de actuação pode ser aplicada a algumas das associações locais existentes, sendo de questionar como algumas actividades se desenrolam apenas com determinados grupos. Sabe-se que nem sempre se trata de uma opção assumida, sendo as mesmas abertas ao público em geral, mas a capacidade de iniciativa de resolução deste problema é poucas vezes discutida e a clivagem entre uns e outros acaba por se acentuar.

À semelhança do identificado por Gusmão (2004), a percepção manifestada por vários adultos é a de que o realojamento constituiu factor de agravamento dos conflitos sociais entre indivíduos de diferentes grupos sociais e étnicos devido ao redesenhar das relações sociais a que se viram forçados entre si e, ao mesmo tempo, com a sociedade em geral.

“Se eu mandasse aqui como o Isaltino era um bocadinho complicado e não sei bem o que fazia... se calhar metia as pessoas todas juntas, não metia pretos de um lado, ciganos do outro, brancos do outro, não havia raças nas casas nem nas ruas que é uma vergonha, isso é muito mal o que está feito com tanta divisão” [paiE19, 51 anos, Bairro Azul]

Outros não confirmam esta ideia mas antes a necessidade de reforço da acção da população local numa perspectiva de *empowerment* sugerida por Fonseca (2004, cit. em, Menezes, 2004) que obriga a questionar o planeamento urbano e a forma de participação dos residentes destes e de outros bairros nestes processos decisivos para a vida social das cidades e metrópoles onde se inserem.

7.4 Espaço público, convivialidade e sociabilidades

7.4.1 Os amigos e o bairro

Nas sociedades ocidentais, quanto mais os adultos enfatizam as questões ligadas à segurança nos espaços e equipamentos para uso lúdico das crianças mais diminuem as possibilidades de estas acederem livre e espontaneamente a diferentes tipos de experiências (Ennew, 1994; Holloway e Valentine, 2000b; Karsten, 2003; Rasmussen, 2004; Wyness, 2006; Gill, 2007). Os resultados de estudos comparativos sobre a mobilidade de crianças europeias apontam para padrões diferenciados entre as que vivem no Norte e no Sul da Europa, revelando-se ser no Sul que tendem a passar mais tempo no interior de casas e outros equipamentos do que no seu exterior, na rua (Neto, 2005). Em Portugal, as suas possibilidades de acção nas cidades em termos de autonomia, mobilidade e independência de circulação, muito em especial no espaço público, revelam-se diferenciadamente em função de determinantes de natureza social e das características do meio envolvente (Arez, 1999; Neto e Malho, 2004a; Serrano, 2004; Neto, 2005; Machado, 2008).

As brincadeiras de crianças na rua são actividades poucas vezes vistas de modo livre no contexto urbano, fora de equipamentos especialmente criados para esse fim, como no caso dos parques infantis, sendo esta uma das principais marcas da infância no presente

(Neto e Malho, 2004b). Conforme mencionado no Capítulo 2, as transformações sociais e o desenvolvimento urbano, sobretudo ao nível das grandes metrópoles, trouxe o crescente confinamento da criança a espaços e equipamentos delimitados quer pela família quer pela escola, tendo-se perdido largamente as possibilidades de descoberta livre do ambiente natural, das ruas, do território, maioritariamente em grupos de pares, amigos e família (Arez, 1999; Malho, 2003; Serrano, 2004; Neto, 2005; Machado, 2008).

Ao longo da inserção etnográfica e na análise da informação recolhida nos diversos patamares, esta ideia não se viu confirmada em nenhum dos bairros estudados, na medida em que a rua se revelou um lugar fulcral na socialização destas crianças, para várias ‘o’ lugar principal logo em idades muito baixas, desde 1-2 anos. Não se estranhou, por isso, que uma ideia de convivialidade e sociabilidade tenha sido um dos aspectos positivos mais referidos nas suas produções sobre a vida social quotidiana.

Desenho 7.10: O meu bairro

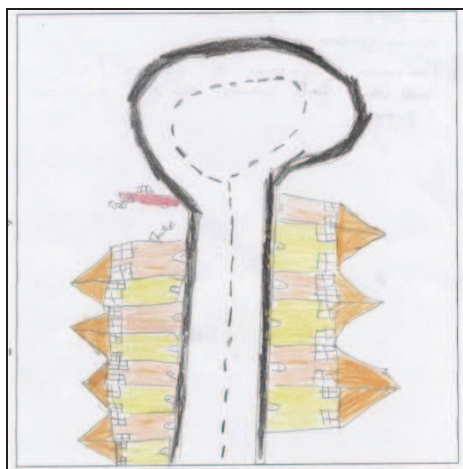
“Os meninos estão a brincar à corda ao pé da minha casa. No meu bairro não falta nada nem há nada a mais, está bem assim.” [rapaz M17, 10 anos, 4º ano, Bairro Verde]



No caso de alguns desenhos, a rua surge num patamar central na conjugação dos níveis gráfico e discursivo, revelando a importância do acesso ao espaço público por parte destas crianças. Neste contexto, brincar na rua é uma actividade largamente desenvolvida pela maioria e para várias representada primordialmente em segurança e tranquilidade. Observa-se a existência de uma “*cultura de jogo de rua*” (Neto, 2005) que não se reduz às crianças e se vê extensiva a uma determinada camada de jovens e adultos, mais do sexo masculino, que chegam inclusivamente a ocupar os poucos espaços e equipamentos que tinham sido construídos para as crianças, manifestando as mesmas a sua preocupação e insatisfação em relação a isso.

A “*rua ao pé de casa*” é a referência mais mencionada pelas crianças como espaço favorito para as brincadeiras, sendo também referidas “*outras ruas no bairro*” e, numa expressão muito menor, “*ruas fora dos bairros*”. Nos poucos que referiram estas últimas, são evidentes as possibilidades de mobilidade e de circulação que os mesmos possuem, passando além

dos limites territoriais do bairro, muitas vezes sem supervisão parental, avançando para outras zonas, umas mais comerciais e outras residenciais que não apenas de realojamento.



Desenho 7.11: O meu bairro

“Aqui é a estrada da minha rua, depois é a rotunda onde a gente jogamos à bola e a gente tem esta estrada para os carros subirem e descirem da rua que não dá para passar para o outro lado. Ah! No bairro o que eu queria mais era ter amigos porque alguns não brincam com a gente porque alguns já só andam com os mais grandes e já não brincam. Vão passear, às vezes tiram a gente de lá, de onde a gente jogava à bola e jogam eles e depois não deixam a gente jogar, só deixam jogar quando a bola é minha. Às vezes tratam mal nós mas o meu pai vai falar com o pai deles e levam nas orelhas.” [rapaz M18, 7 anos, 2º ano, Bairro Azul]

Ao espaço público associa-se também o gosto pelas actividades realizadas no universo privado da habitação, mais em “*casa de amigos no bairro*” do que em “*qualquer sítio na sua própria casa*”. Outros locais, fora ou dentro do bairro, raramente foram mencionados espontaneamente nas conversas sobre estas questões. Nestes últimos, uma referência especial para os terrenos adjacentes a alguns dos bairros, de domínio público, onde parte das famílias, especialmente de origem africana, criou pequenas hortas de onde extrai produtos que vêm colmatar algumas das carências a que se encontra sujeita por falta de meios económicos. Simultaneamente, através deste processo mantém-se uma estreita ligação à terra, factor determinante na sua estabilidade na medida em que, na maioria dos casos, se trata de indivíduos com trajectórias familiares onde esta ligação se revela secular.

A imposição do realojamento trouxe a consequente passagem para formas de organização social onde a vida quotidiana se estrutura a partir de um plano de uma verticalidade consubstanciada nos prédios onde se passou a residir, em espaços limitados cujo uso está sujeito a regulamentação municipal, em detrimento de um plano de horizontalidade vivido nas anteriores casas, maioritariamente em bairros degradados, onde se tornava possível uma diferente, mais extensa e livre, ainda que ilegal, apropriação do espaço. Aí, à medida que a família crescia ia-se acrescentando mais um quarto, sem que se vislumbresse um limite. Nesta ordem de ideias, estas hortas adquirem um especial interesse e importância não só para os adultos mas também para várias crianças que os acompanham nas tarefas de cultivo da terra, manifestando algumas o interesse em reproduzi-las.

Perante este cenário, não é de estranhar que a expressão “*amigos do bairro*” apareça como a mais utilizada quando se pergunta com quem brincam e com quem gostam mais de estar, embora, apesar disso, vários apontem simultaneamente a falta de amigos e de amizades neste contexto. Surgem depois, em muito menor grau, os “*amigos de outros bairros*”, o que revela a interpenetração entre diversos bairros que não apenas os que constituem objecto de estudo. Pelo meio, com um certo significado, estão os “*colegas da escola*” e, num patamar inferior, os “*colegas do ATL*”, o que destaca a importância das redes sociais estabelecidas na frequência destas duas instituições. Nestas relações de amizade e redes, que se vão construindo e reconfigurando a todo o momento em diferentes dimensões, a origem étnica volta a revelar-se influente, determinando muitas das aproximações ou afastamentos registados, frequentemente sob a pressão directa da família.

Desenho 7.12: O meu bairro



“Eu a saltar à corda e os meus irmãos a jogar à bola e a minha rua. Eu gostava que no meu bairro houvesse um parque que faz falta para eu brincar [rapariga F14, 8 anos, 3º ano, Bairro Verde]

Desenho 7.13: O meu bairro



“Fiz o bairro Branco, do meu pai, eu estava a jogar futebol com os meus primos na rua e aqui era uma bola e nós gostamos de ficar todos os dias a jogar à bola. [rapariga F15, 7 anos, Bairro Branco]

Outras pessoas, “*adultos*” ou “*conhecidos*”, foram também referenciadas. Mas, simultaneamente, a expressiva recorrência de respostas ligada à família, num nível perto do relativo aos “*amigos do bairro*”, veio confirmar em parte uma ideia observada na etnografia. Neste tipo de contexto, para muitas crianças a família alargada está territorialmente próxima acrescentando o facto de os diferentes graus de parentesco não se verem tão afastados de um ponto de vista geracional como tenderá a acontecer no seio de outras famílias, especialmente noutras áreas residenciais. Não é por isso de estranhar que as brincadeiras facilmente ocorram entre tios/as e sobrinhos/as, primos e primas, meios-irmãos nas mesmas faixas etárias, assim como os próprios pais, alguns em idades muito jovens. As recomposições dos laços familiares vêm-se aqui expressas sob múltiplas formas e o brincar com e na família

faz parte do quotidiano de uma parte, sendo muito poucas as que referiram ficar mais a brincar sozinhas como tende a acontecer noutros locais (Neto, 2005)

De entre os jogos mais mencionados e observados surgem, essencialmente, o jogo da apanhada, as escondidas, o jogar à bola, saltar à corda, a macaca, o jogo do berlinde, a cabra-cega, o lencinho, a par das danças, dos jogos de perseguição e corrida, com “*polícias e ladrões*” à cabeça, e outras brincadeiras de faz de conta: “*às escolas, às casas e às famílias*”, para usar os termos das próprias crianças. Trata-se de um leque de actividades imemoriais dos tempos da infância, emergindo outras onde aliam o mais tradicional representado pelas bonecas/os, bolas, cordas, bicicletas, skates e jogos de peças ao mais moderno e tecnológico, o dos jogos e equipamentos electrónicos: play-station, game-boy, jogos de telemóvel, aparelhagens (áudio, DVD) e computador. De salientar o facto de várias terem enunciado livros e revistas como objectos que usam para brincar, o que traduz uma orientação diversa do habitual, revelando o valor atribuído a bens que são escassos neste contexto. A este posicionamento não serão alheias outras influências, nomeadamente por parte das escolas, pois, como se verá mais à frente, as bibliotecas escolares encontram-se entre os espaços preferidos por estas crianças. Outro aspecto a registar prende-se com uma certa transversalidade destas opções a rapazes e raparigas e nas diversas idades sem grandes variações. Esta convivialidade, traço característico de certos bairros populares (Costa, 1999), viu-se confirmada por alguns pais e é extensiva aos adultos, especialmente no Bairro Amarelo.

“Eu gosto do bairro, acho que é óptimo para as crianças que podem brincar, podem jogar futebol na rua, podem andar de bicicleta, gente fica tranquilo com elas a brincar. (...) Vêm pessoas de todo o lado, de [bairros sociais em Oeiras], da Amadora, do Zambujal, vem muito passar aqui o tempo, vem jogar aqui, vem passear, vem jogar cartas, ouril, tudo sem problemas nenhuns. Agora nos Bairros Verde e Branco não, não lá, lá é só problema.” [paiE13, 53 anos, Bairro Amarelo]

Em suma, num primeiro nível, regista-se este conjunto de traços positivos das vivências das crianças nestes bairros numa posição que lhe possibilita o acesso a brincadeiras e modos de socialização que se têm vindo a perder nas grandes cidades, especialmente noutros estratos sociais. No entanto, estas situações não são lineares e isentas de tensões e conflitos, tendo sido detectado um leque de outros problemas que se reflectem na apropriação e uso do espaço público e que se passa a apresentar nos próximos pontos.

7.4.2 Tensões, conflitos e desordens

Se é verdade que a rua oferece múltiplas possibilidades de exploração e descoberta para as crianças, potenciando positivamente as suas competências pessoais e sociais, não é

menos importante a existência de espaços e equipamentos especialmente concebidos para um uso lúdico. Esta questão ganhou especial relevância no contexto da investigação na medida em que uma das principais tensões identificadas prende-se com a ausência, escassez e falta de condições de parques infantis e de equipamentos de natureza similar de acesso livre. Trata-se de uma reclamação constantemente ouvida, quer junto de crianças e das famílias como de outros intervenientes.

Nas últimas décadas, a discussão sobre esta matéria tem-se centrado, de modo muito particular, na padronização dos tradicionais parques infantis. No entender de diversos autores (Arez, 1999; Neto e Malho, 2004a, Neto, 2005; Machado, 2008), deste processo resultou a imposição de uma série de limitações à acção das crianças sustentada na “*aversão ao risco*” (Gill, 2007), que caracteriza as sociedades contemporâneas. Nesta ordem de ideias, ao não usufruírem deste tipo de equipamentos por não existirem ou por os poucos que existem se encontrarem quase permanentemente degradados e em fracas condições, as crianças destes bairros são remetidas fundamentalmente para a rua tendo a possibilidade de a explorar na sua plenitude.

Desenho 7.14 : O meu bairro

“Os prédios, os carros e os meninos a brincar quando tinha escorrega e baloiços e sobe e desce. Eu ia brincar lá quando havia e agora já não há porque tiraram tudo, não sei porquê... (...) E faz muita falta um parque para irmos brincar. Faz falta espaço para brincar, vimos para a rua e nós temos espaço mas depois as bolas vão para a estrada e às vezes passam os carros em corrida e pode morrer alguém.” [rapariga F16, 7 anos, Bairro Branco]



Por um lado, isso confere-lhes outras hipóteses de apropriação do ambiente físico e social mas, simultaneamente e como vê nestas páginas, expõe-nas também a um leque de outras situações claramente mais desfavoráveis e potencialmente geradoras de diferentes riscos. Independentemente das considerações que se façam sobre os efeitos dessa padronização, o maior problema aqui sentido é o da discriminação por não se dispor daquilo que constituem elementos clássicos da infância: baloiços e escorregas.

Assinala-se que o parque infantil constitui uma aspiração colectiva dos diversos bairros constituindo, simultaneamente, um símbolo social que percebem ser de mais fácil acesso para outros estratos sociais. Disso são exemplo as inúmeras conversas com crianças e com adultos que questionam a razão de outras zonas residenciais próximas, não de realojamento, disporem deste tipo de equipamento e em melhores condições do que as

que aqui são observadas. Até certo ponto, a existência de um grande parque urbano na confluência de dois dos bairros, facilmente acessível a outros dois, terá justificado a ideia de que os residentes de uns e outros para aí se deslocariam sem restrições, usufruindo dos dispositivos existentes e de uma ampla mancha verde. Mas, numa linha similar à identificada por Jacinto (2008), constatou-se que a dimensão dos parques urbanos influi nas opções dos indivíduos, sendo os maiores mais facilmente percebidos com um elevado potencial de insegurança. Nos mais pequenos, proximidade e familiaridade entre os utilizadores são factores que se evidenciam e que promovem um aparente maior bem-estar e segurança.

Associado a uma noção de territorialidade, o parque infantil representa um bem social que os participantes nesta pesquisa desejam possuir nos seus limites espaciais. Dada a natureza das redes sociais existentes, mesmo que a localização fosse próxima e aparentemente fácil, bastaria o facto de estar noutro bairro para poderem emergir tensões e surgir obstáculos à frequência assentes numa noção de maior insegurança e desconfiança sobre as condições de utilização. São aspectos que dominam as representações dos adultos e que muitas crianças acabam por seguir reproduzindo-as, pelo que esta questão deve ser objecto de maior atenção e discussão em termos da requalificação urbana a desenvolver nesta área.¹⁸⁰ Deste modo, é determinante a acção de outras entidades e especialmente da autarquia, na definição de outras ofertas lúdicas e educativas de acesso livre especialmente pensadas para as crianças que, nos bairros onde existem, as próprias e famílias destacam positivamente, encontrando diferentes razões para a sua frequência.

“– Porque é que escolheste a fotografia do Clube dos Jovens? – perguntei.

– Porque já andei lá e respeitam as pessoas de cor.” [rapaz M12, 11 anos, 4º ano, Bairro Branco]

“É bom ter o Clube de Jovens porque alguns meninos que não têm computador vão lá, vão aprender a escrever e alguns deviam lá estar mais e podem ir à net e jogar.” [rapaz M14, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]

“Gosto muito da Ludoteca porque estão a ajudar e... é estar a educar as crianças a fazer muita coisa... Às vezes há muitos meninos que não têm brinquedos e gostavam de ter.” [rapariga F17, 9 anos, 4º ano, Bairro Amarelo]

Inversamente, onde estes equipamentos não existiam à data da recolha da informação, uns e outros lamentavam o facto e reclamavam a sua instalação, que registam ser fundamental para a ocupação dos tempos livres e prevenção de desvio e delinquência.

Se para várias crianças o bairro foi primordialmente representado como um território de convivialidade, como até aqui se tem feito referência, para outras emergiu em primei-

¹⁸⁰ Como referido anteriormente, o Bairro Rosa viu ser construído do outro lado da rua um parque infantil, perto do final da pesquisa no terreno, e, em meados de 2010, foi inaugurado um outro no parque urbano existente mas que não integra baloiços nem escorregas como as crianças desejavam.

ro lugar a falta de segurança, o medo e o perigo na utilização dos equipamentos públicos, neste último caso relacionado com as condições estruturais dos mesmos. Na base deste tipo de apreciação identificam um conjunto de desordens sociais e físicas em todos os bairros que lhes suscita um amplo leque de preocupações pessoais e sociais estruturadas em torno de uma noção de (in)segurança, traço característico da vida nas grandes cidades (Wacquant, 2007).

No âmbito da teoria “*Broken Windows*” de Wilson e Kelling (1982), este tipo de desordens é visto como elemento potenciador da emergência de violência e crime. Estes autores sustentam que a sua existência no espaço público, seja a que nível for, constitui fonte de atracção para potenciais agressores que pela sua detecção tenderão a incorporar a ideia de que os residentes nesses locais são indiferentes ao que se passa na sua vizinhança, ao mesmo tempo que se revelam incapazes de debelar os problemas que os afectam. Roché (1993, 1998) situa a análise neste campo em torno do que designa por “*incivilidades*”, actos legais ou ilegais de perturbação da ordem pública, que têm um efeito desestruturante nas relações sociais, sendo pertinentemente associados ao aumento do sentimento de insegurança na maioria das cidades dos países ocidentais. Numa sociedade que se terá nuclearizado excessivamente e em que o acesso a determinados bens, mesmo alguns ilegais como as drogas, se banalizou, a radicalização de certos comportamentos assenta numa diversidade de motivos que, na maior parte das vezes, raramente podem ser analisados de forma singular ou linear, surgindo maioritariamente em acumulação ou articulação.

Outros estudos apontam também que as desordens se associam fortemente ao crime e este processo é explicado pelas condições estruturais pré-existentes num determinado contexto (Sampson et al., 1997). Um crescendo de desordens pode operar a um nível semelhante ao de uma cascata, acabando por gerar maior instabilidade e por minar o exercício de controlo social por parte de indivíduos e grupos sociais. Não se trata de considerar que o crime resulta directamente da promoção de desordens, como se defende na teoria anterior, mas antes de verificar como estas são um primeiro reflexo da baixa eficácia colectiva dos residentes, factor decisivo na criação das condições para a prática de alguns tipos de crime sendo deste modo que se vêem relacionados estes dois fenómenos (Sampson, 2008). Ambos possuem a mesma origem e desenvolvem-se perante diferentes níveis de percepção da respectiva gravidade (Sampson, 2002). Nesse sentido, o conhecimento das desordens pode revestir-se de grande utilidade para o conhecimento dos processos urbanos, já que é mais fácil de observar do que o crime.

Como comprovam as estatísticas da criminalidade um pouco por toda a parte, o homicídio tende a não apresentar uma associação directa com as desordens, concretizando-se mais no âmbito de outras circunstâncias, ao passo que crimes de natureza aquisitiva e predatória, como os furtos e roubos, parecem estar-lhes mais associados (Sampson et al., 1997). As desordens são percebidas como reflexo da falta de vontade e de capacidade dos residentes em intervir relativamente à não conformidade social, constituindo um indicador expressivo relativamente à desorganização social aí existente.

É no entanto de assinalar que a natureza, extensão e tipo de desordens predominantes reflectem o grau de eficácia colectiva dos residentes e podem, ao mesmo tempo, revelar-se factor de diminuição do seu envolvimento nas acções que visem a melhoria da qualidade de vida no respectivo território, estabelecendo-se um círculo difícil de quebrar (Elliot et al, 1996; Sampson et al., 1997; Morenoff et al., 2001; Sampson, 2008; Kingston et al., 2009). Independentemente da composição sociodemográfica de um contexto, os estudos realizados nesta área apontam que onde a eficácia colectiva é mais elevada o nível de desordem observado é mais baixo, assim como o de violência (Sampson et al., 1997). Neste sentido, uma diminuição das desordens pode associar-se a uma redução do crime pelo facto de ambos decorrerem do aumento da eficácia colectiva.

Em diferentes estudos realizados internacionalmente neste campo, a pobreza é um dos factores que mais tende a aparecer associado a desordens, especialmente quando agregado a uma concentração de outras desvantagens sociais. A título de exemplo, em Chicago esta associação torna-se mais forte nas zonas onde aos níveis de pobreza se junta uma concentração espacial de população imigrante ou onde se sobrepõe a uma combinação mista no uso do território, uma parte residencial e outra comercial (Sampson et al., 1997).

Trata-se de olhar os condicionamentos estruturais na perspectiva de como a estabilidade residencial e o acesso a recursos sociais que se adquire ou não através deles são elementos preponderantes naquilo que Wilson (1987) designa por falta de potencial de investimento e que pode revelar-se na incapacidade de ultrapassar as desordens públicas. Colocam-se em causa os mecanismos de políticas sociais e económicas pelos quais se concentram as influências da pobreza, designadamente em termos da capacidade de activação dos laços sociais numa direcção de conformidade social.

Perante este enquadramento, procurou-se identificar os principais tipos de desordens nos bairros em estudo, aspecto fundamental para o conhecimento da respectiva organização social (Sampson e Raudenbaush, 2001). À semelhança do observado noutras pes-

quisas (Sampson, 2002),¹⁸¹ as pistas visuais são indispensáveis, tendo-se seguido a aplicação dos princípios da *escola de Chicago* preconizados para a observação no terreno a par do levantamento das situações feito pelas próprias crianças.¹⁸² Enquanto elementos fundamentais da análise sociológica sobre a ordem visual dos bairros, os “*elementos visuais*” (Feixa et al., 2008) constantes nos desenhos e fotografias obtidos e a sua discussão permitiram um aceso mais profundo e diversificado a estas situações.

Se no caso dos estudos de Rasmussen e Smidt (2003) sobre os quadros de vida de crianças, as mesmas não tiraram fotografias consideradas por estes autores como embaraçantes, acabando por reproduzir os tabus culturais de adultos, nesta investigação isso não aconteceu e são muitas as fotografias em que foi colocada em evidência uma multitude de lugares, itens e pessoas associados aos mais diversos problemas sociais aí existentes. Tal como constatado noutras investigações que seguiram uma linha metodológica semelhante (O’Brien, 2003; Wells, 2005), a maioria das fotografias tiradas pelas crianças neste estudo evidencia a degradação dos vários espaços. Esta é uma orientação que prevaleceu independentemente do bairro a que se referiam, e só depois se seguiu uma especial atenção sobre as pessoas, residentes ou não.



Fotografia 7.2: Bairro Azul (lixo)



Fotografia 7.3: Bairro Amarelo (grafiti)



Fotografia 7.4 Bairro Branco (“a casa dos drogados”)

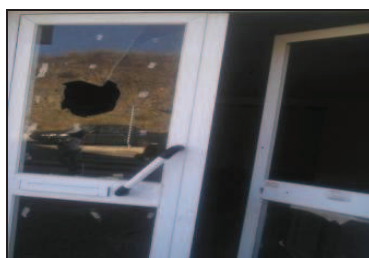
“No meu bairro eu arranjava as coisas que estão partidas, que a gente não tem bem porque as pessoas estragam as coisas, as pessoas estão sempre a estragar as coisas e fica tudo feio e destruído.”
[rapaz M19, 8 anos, 2º ano, Bairro Branco]

¹⁸¹ No âmbito do *Project on Human Development on Chicago Neighborhoods*, para a medição das desordens Sampson e Raudenbush (2001) aplicaram a técnica que designam por observação social sistemática (SSO) com recursos a tecnologias e a observadores treinados especificamente para este fim. A título de exemplo, de salientar que numa das fases deste projecto foram integralmente filmadas mais de 23.000 ruas de 196 dos 343 bairros em que dividiram a cidade de Chicago recorrendo a veículos especiais que determinaram a partir da constatação das marcas e modelos mais usados em cada um dos contextos. Paralelamente, desenvolveram o tratamento de informação oficial, outros registos de observações e entrevistas a mais de 3.800 residentes.

¹⁸² Como explicado no Capítulo 5, recorda-se que a apresentação das fotografias tiradas pelas crianças se faz com restrições neste documento, não sendo expostas aquelas em que se podiam identificar os bairros ou pessoas. Noutros casos, optou-se pela alteração para uma escala cinza em substituição da cor que apresentavam.



Fotografia 7.5: Bairro Verde -
(carros abandonados/'roubados')



Fotografia 7.6: Bairro Rosa
(entrada de prédio)



Fotografia 7.7: Bairro Branco
(chão do passeio)



Fotografia 7.8:
Bairro Amarelo (caixote)

“É pedras, ferros, muros e paredes estragadas, muitos carros velhos e também muito lixo. E também as estradas porque me aleijo ao passar, não dá para ir a direito por causa das pedras e dos ferros e do lixo no chão.” [rapariga F18, 7 anos, Bairro Verde]

“Lixo por todo o lado, faz falta ecopontos para a reciclagem, só há um no fundo e o resto é tudo pequeno e não chega. As pessoas não têm muito cuidado com o lixo. Faz falta um campo de futebol, mais árvores e ecopontos” [rapaz M20, 9 anos, Bairro Rosa]

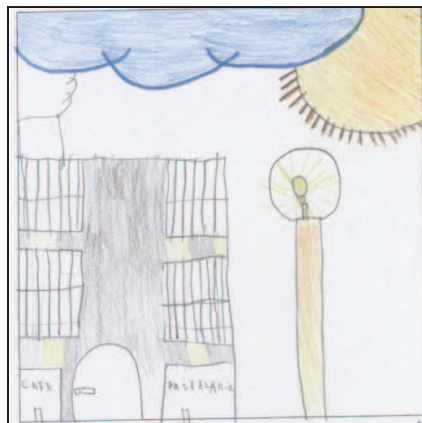
“Há muito vandalismo.” [mãeE1, 43 anos, cig., Bairro Azul]

As desordens físicas como o lixo, os graffiti e as inscrições nos edifícios e equipamentos, os carros abandonados e/ou “roubados” (nas palavras das crianças) estacionados na via pública, nos passeios ou postos em vários recantos apenas do conhecimento de quem lá mora, os obstáculos resultantes da organização do território, o estado do mobiliário urbano e dos edifícios e a deficitária rede de iluminação pública constituem os principais aspectos que captaram a atenção (Anexo 7.9). As dependências e os consumos abusivos de álcool e drogas são outros factores com nítida visibilidade nas fotografias, surgindo as garrafas e outros restos espalhados nas ruas e em diferentes espaços, nomeadamente nos poucos existentes para o uso específico das crianças (Anexo 7.10).

Globalmente, nestas produções as crianças revelam uma especial preocupação sobre a sustentabilidade dos bairros, aproximando-se da defesa de uma ideia “*cidade saudável*” (Duhl e Hancock, 1999, cit. em Oliveira et al., 2004: 97), que se refere aos espaços urbanos em que se está continuamente a criar e a melhorar o ambiente físico e social, fortalecendo os laços e recursos comunitários visando a qualidade de vida e o potencial da população. Além das desordens atrás apresentadas, foi manifestado pelas crianças um grande interesse na iluminação pública, frequentemente inoperacional na sequência de vandalismo que oculta diversos fins, nomeadamente a prática de criminalidade ou de levantamento de maiores dificuldades à intervenção da polícia em caso de necessidade.

Desenho 7.15: O meu bairro

“Por todo o lado que eu vá tem sempre candeeiros quase todos partidos, sempre candeeiros que não funcionam e outros em cima das casas das pessoas a dar luz a mais. Também há muitos cafés cheios de homens a beber e a fumar e às vezes com brigas e batem e fogem. Às vezes a polícia vem mas também tem de fugir porque vão bater neles e com brigas grandes.” [rapariga F19, 8 anos, 4º ano, Bairro Rosa]



Este é um problema demasiado grave que, como apontam diferentes estudos, tem implicações directas na segurança pública (Farrington e Welsh, 2002; Shaftoe, 2008, Fernandes, 2010). Neste tipo de desordem, tal como nas restantes, nem todas as crianças são meros espectadores, tendo sido possível perceber como algumas têm um papel activo, geralmente conhecido e comentado pelas outras e por diversos moradores. No caso da iluminação pública, um rapaz [10 anos, Bairro Verde] referiu “*eles [adultos e jovens] mandam desligar as luzes, desligam tudo para a polícia não ver e como se não fosse nada e o [rapaz, 9 anos, Bairro Verde] vai, vai sempre ele, lá ele, vai... já faz isso desde pequeno (...) e outra noite também fez para gente brincar aos polícias e ladrões (...) então, assim ficou tudo escuro e ninguém sabia onde estavam escondidos.*” [notas de campo]. Observa-se como de uma lógica de transmissão as crianças facilmente passam a uma lógica de orientação em que direccionam o mesmo tipo de acções apreendidas junto dos mais velhos para os seus próprios fins. A mesma linha de actuação está na base da sua participação de diferentes actos, como foram assumindo.

Outros factos relatados e observados ultrapassam o espaço público e situam-se mais no espaço privado de uma parte das habitações e prédios onde estas desordens continuam a tomar forma. Neste âmbito, saliência para os riscos decorrentes das puxadas ilegais de electricidade claramente visíveis em algumas ruas e edifícios que, de tempos a tempos, estão na origem de incêndios, e também, nos anos mais recentes, para a vandalização e furto da canalização do gás que vai sendo detectada pelos residentes, recorrendo a maioria a gás em botija. Trata-se de situações potencialmente perigosas que configuram o aproveitamento de todos os materiais e bens possíveis do edificado para venda. Uma destas situações diz respeito a um pai que levou a porta da entrada do prédio para tentar vender o alumínio. Este é apenas um exemplo entre muitos de como alguns indivíduos, mesmo que em número aparentemente minoritário, causam danos a toda a população, não só sob o ponto de vista material mas também no plano simbólico pelo reforço do estigma existente sobre os bairros. Perante este enquadramento, a requalificação dos edifícios e mobiliário

urbano passa pela necessidade de resolução destas situações recorrentes no espaço e no tempo de tal forma que obrigam à adopção de estratégias específicas.¹⁸³

Se até aqui o enfoque se tem centrado nas desordens físicas, não menos relevante foi a desocultação das desordens sociais, nas quais se evidenciou o barulho dia e noite, o consumo de álcool na via pública, especialmente junto aos cafés, as brigas, os conflitos, os insultos, as ameaças, as lutas, os crimes, tudo situações que se viram confirmadas na análise das ocorrências policiais registadas na Esquadra local da PSP (Anexo 7.11). De assinalar este denso entrecruzamento e reforço entre a informação obtida junto das crianças e das autoridades policiais na construção de um idêntico quadro social.

“As pessoas no meu bairro estão sempre à bulha, sempre a fazer barulho, à luta. Ah, faz falta flores, jardim, não há ali nenhum jardim, só há hortas, hortas... falta sossego, sossego, boa vida, o que faz mais falta é mesmo sossego porque estão sempre à bulha, a fazer barulho, a ir à luta e no outro dia é que foi pior: à noite a mãe da [rapariga] foi levada para a esquadra, veio um carro de polícia e depois ela voltou mas antes ia a lutar no polícia e a mãe do [rapaz, 14 anos] foi buscar o machado mas depois a minha mãe não deixou ver mais e disse ‘logo para casa’ e eu fui.”[rapariga F10, 9 anos, 4º ano, Bairro Rosa]

Os cafés surgem como espaço fulcral e origem de uma larga parte das desordens, tanto durante o dia como de noite, vários localizados em ruas sem saída, o que dificulta a intervenção dos mecanismos formais de controlo social. A existência de ruas sem saída onde os mesmos tendem a localizar-se, alguns em prédios sem arcadas, são aspectos que marcam a configuração espacial dos bairros onde se revelam, inversamente, há outras características mais positivas e facilitadoras da segurança pública, como sejam o limite máximo de quatro pisos por prédio ou as ruas largas. São aspectos a que as crianças se mostraram atentas e sensíveis e perante o cenário, que vem sendo traçado ao longo deste capítulo levanta-se a questão de perceber como, neste contexto, se tende a exercer o controlo social informal visando combater e prevenir as desordens.

¹⁸³ De que se dá conta nas palavras do elemento C da Esquadra local da PSP: “as autarquias terão de pensar em colocar ou instalar mobiliário urbano e nomeadamente os candeeiros de uma outra forma que seja difícil chegar e vandalizar. Mas os candeeiros são iguais noutro sítio qualquer. Agora só por ser uma zona urbana sensível a Câmara vai tratá-los de forma diferente? É uma questão pertinente, porque não hão-de ter os mesmos candeeiros? Mas agora a questão que se põe é a seguinte, os candeeiros que ali estão têm uma tampa que é suposto não ser retirada. Mas retiram e depois devem fazer... achatam os fios um com o outro para fazer um curto-circuito ou então partem mesmos as lâmpadas. É o que acontece, hoje aparece um, amanhã outro, depois outro e o bairro acabava por ficar sem luz. Ora assim obriga a uma intervenção muito cara, dispendiosa, da [empresa] que tinha de estar sempre a reparar. (...) E teve de se mudar inclusive a forma de se fechar as tampas porque aquilo era em metal e a tampa está mais ou menos a meio metro do solo. Tiveram de criar e descobrir ali uma forma como que artesanal mas para manter aquilo fixo e mais durável porque se não chega ali uma criança e abre aquilo facilmente. Levou um certo tempo. A [empresa] até pediu a nossa intervenção e a da junta de freguesia porque eles ali não estavam em segurança. Alguns deles até foram apedrejados.”

Desenho 7.16: O meu bairro

“O que está a mais são os cafés, há outros cafés e à noite é só confusão, bêbados, drogados e tudo partido, não se pode lá ir nem passar ao pé que ainda pode acontecer alguma coisa...” [rapariga F20, 8 anos, 2º ano, Bairro Rosa]



Foi possível observar que o controlo social informal varia muito em função dos contornos desta organização do território, não sendo igual em todo o lado, mas, à semelhança do registado noutros estudos em locais similares, a desconfiança impera de um modo transversal, tornando difícil a tomada conjunta de decisões e acções contra as desordens e a violência existentes (Beaud e Pialoux, 2003; Kokoreff, 2003; Imloul, 2008). O grau de confiança mútua e coesão entre moradores começa ao nível da vivência por piso nos prédios, acabando por se estender, ou não, a todo um edifício. Encontra-se aqui a justificação para a constatação de diferenças tão grandes entre as condições de manutenção e conservação dos espaços comuns dos edifícios, nuns perfeitamente organizados e decorados, noutros totalmente vandalizados, tudo isto independentemente dos traços de caracterização sociodemográfica dos que aí moram.

7.4.3 A violência e a criminalidade no quotidiano: traços da construção de uma cultura de rua

A separação espacial dos bairros relativamente a outras zonas residenciais acentua-se pela degradação dos espaços e equipamentos públicos anteriormente mencionada, constituindo uma forma de violência, quer física pelas limitações que impõe, quer simbólica pelos efeitos que acarreta em termos relacionais entre os residentes e não residentes.

“Onde é que fica o Governo? Qual é o bairro onde está o Governo, qual é o bairro?... Quem manda nas escolas? São os Governos?... E se o Governo disser que não é para ficar na escola vamos ter de ir embora e os professores também?...” [rapaz M13, 12 anos, 4º ano de escolaridade, notas de campo]

“*Qual é o bairro?*” é a pergunta deste rapaz cuja visão do mundo se centra nos limites do território onde reside. Tudo para ele gira em volta do “*bairro*”, que agora é de habitação social mas que anteriormente foi de construção ilegal, de barracas. Mas não só, também o olhar do exterior fecha o “*bairro*” (seja o actual ou o anterior) num território específico, estigmatizado, potencialmente perigoso, espaço ameaçador para quem se encontra fora dele.

Estes processos de realojamento que visaram, em primeiro lugar, a melhoria das condições de vida de segmentos da população estão na base do estabelecimento de áreas residenciais, de dimensão e natureza variada, que de comum têm o facto de abranger grupos que já eram objecto de diversas formas de exclusão social e que partem de uma situação acentuadamente desfavorável do ponto de vista socioeconómico. A elevada concentração de problemas sociais num espaço limitado, apesar de se dispor de uma habitação melhor, constitui o maior desafio que se coloca aos técnicos neste tipo de terreno e cuja resolução requer tempo prolongado. As consequências mais visíveis de algumas destas formas de urbanização são, num primeiro momento, a conflitualidade entre os residentes, entre os residentes e os não residentes e a rápida degradação dessas áreas e, sob uma mediatização permanente e selectiva, a visibilidade de determinados fenómenos (Body-Gendrot, 2001).



Desenho 7.17 : O meu bairro

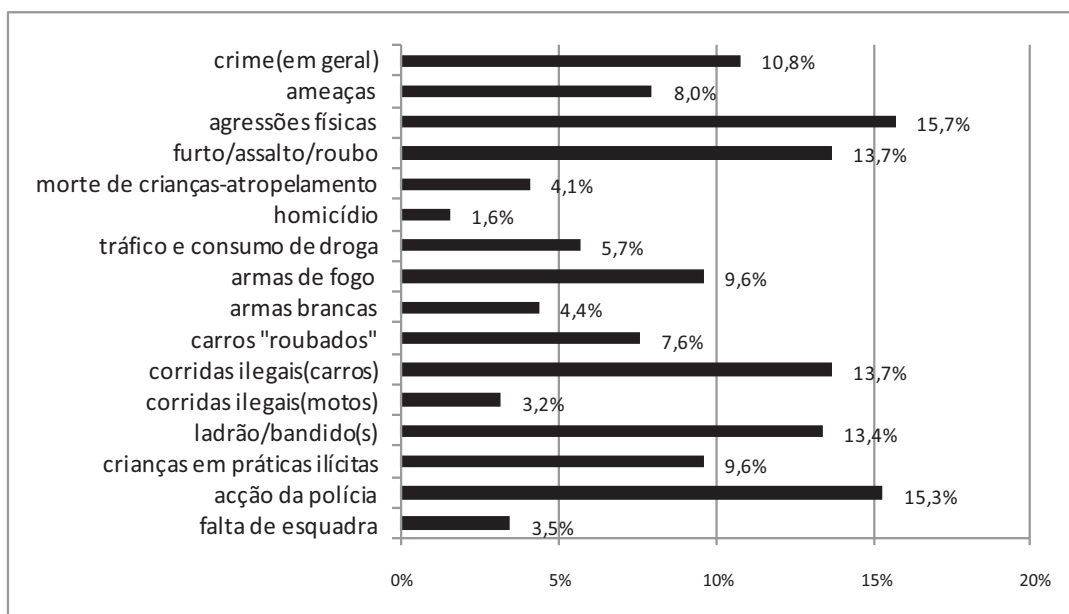
“O carro está a ir buscar os ladrões em casa. O carro é da polícia. É a confusão, há muita confusão e vão muitos atrás, são os carros e a polícia. A mulher é a mãe do ladrão e há muito barulho que eu não gosto. Eu queria era ter um jardim com um parque e um campo para jogar futebol.” [rapaz M08, 7 anos, 2º ano, Bairro Verde]

No campo da violência e criminalidade, estes bairros estão geralmente associados, na opinião pública, a imagens negativas. Mais do que uma simples percepção, quando se analisam registos oficiais verifica-se que, de facto, neles tende a situar-se um número elevado de elementos referenciados oficialmente a práticas criminais e a franjas da marginalidade numa proporção que não será a habitual na maioria de outros locais.¹⁸⁴ As produções destas crianças parecem confirmar esta ideia, indo até mais longe pelas situações que testemunham ou de que são vítimas no quotidiano ou pelo conhecimento e envolvimento directo em algumas dessas redes sociais, como se abordará no capítulo 9. Como destrinçar o puzzle da concentração ecológica da violência e do crime continua a ser uma das questões fulcrais neste campo (Elliot et al., 1996; Wacquant, 2007; Sampson, 2008; Kingston et al., 2009).

¹⁸⁴ Segundo informação que foi sendo recolhida junto de fontes oficiais (autoridades policiais e judiciais e Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Oeiras), nos principais traços da população que engloba os seis bairros dá-se conta de muito elevado número de famílias que já teve contacto com o sistema de Justiça pelos mais diversos motivos, bem como de um grupo significativo de adultos, maioritariamente adultos jovens, do sexo masculino, em detenção ou cumprimento de pena de prisão. Acresce um elevado número de jovens abrangidos pela acção da Direcção-Geral de Reinserção Social, em sede de inquérito tutelar educativo e na execução de medidas tutelares educativas.

Recordando que o crime nos bairros foi o problema social mais mencionado pelas crianças (31,4%), procurou-se perceber a que actos se referiam (Figura 7.14 e Anexo 7.12).

Figura 7.4: Principais situações identificadas pelas crianças relativamente a crime nos bairros ¹⁸⁵



É dado um especial destaque aos “*crimes contra as pessoas*” e aos “*crimes rodoviários*”, consubstanciando-se assim, de modo mais grave, uma conflitualidade que já se via emergente sob a forma das desordens anteriormente discutidas. Isoladamente, são as “*agressões físicas*” as mais mencionadas tal como em Parkes (2007), surgindo num patamar próximo o “*furto/assalto/roubo*” e as “*corridas ilegais de carros*”. De assinalar o valor atribuído às “*crianças em práticas ilícitas*” (9,6%), o mesmo que o reportado ao uso de “*armas de fogo*”, ambos perto dos 10%. Duas categorias foram construídas em torno da intervenção da polícia, uma sobre a sua acção vista tanto de um modo positivo como negativo, e outra específica sobre a “*falta de esquadra*” nos bairros.

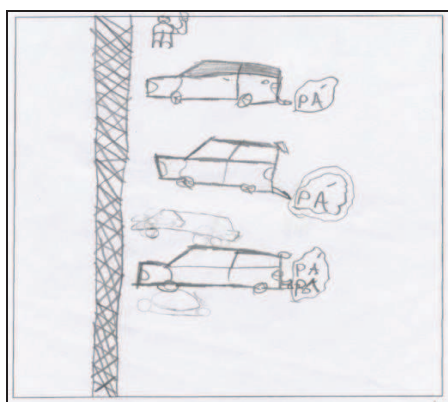
Inversamente ao que tende a marcar o olhar exterior, individual ou institucional, quando se centra o enfoque num determinado bairro este não é um espaço social anónimo como tantas vezes se pensa; assenta, pelo contrário, em lógicas de funcionamento estruturadas e percepcionadas como tal pelos próprios residentes em torno de linguagens a que nem todos conseguem aceder (Anderson, 1999; Blanchett, 2006; Moignard, 2008).

Os bairros não são espaços homogéneos, não estão limitados à sua configuração física; mais relevantes são as divisões percepcionadas, representadas e vividas no seu seio, em

¹⁸⁵ Cada criança podia mencionar mais do que uma situação. Por não se tornar possível fazer a devida correspondência ao conteúdo jurídico dos respectivos termos optou-se por agregar numa só o furto, roubo e assalto partindo-se das palavras usadas pelas crianças.

divisões por micro-territórios associados a hierarquias familiares ou étnicas, a grupos culturais ou outros ou a práticas específicas que podem ser transpostas para o seu exterior e aí representadas como perturbadoras da ordem pública e como fonte de insegurança.

Por outro lado, detecta-se também uma notória articulação com outras zonas similares, mesmo fora deste concelho e até do distrito de Lisboa, cujo acesso se vê facilmente promovido por uma rede de vias de circulação e formas de comunicação. Disso são exemplo as frequentes referências às corridas ilegais de automóveis que envolvem outros indivíduos além daqueles que aqui moram, ficando claro como nas cidades modernas as redes sociais frequentemente atravessam as tradicionais fronteiras ecológicas de uma zona espalhando-se transversalmente a outros espaços (Sampson, 2004b).



Desenho 7.18: O meu bairro

“É a minha rua. Os carros a fazerem corrida. Gosto de ver os carros a passar e a corrida. O que gosto menos é dos polícias e acho que há a mais prédios no meu bairro, já há muitos e ainda não tiraram nenhum, deviam tirar que são muitos.” [rapaz M14, 10 anos, 4º ano, Bairro Verde]

A probabilidade de se estabelecerem rotinas de actividades ilegais num determinado território como aqui parece acontecer depende, segundo vários estudos, da proximidade geográfica ao lugar de residência dos indivíduos que as praticam ou a zonas com altas taxas de crime e violência independentemente da densidade de redes sociais aí existentes, bem como do risco representado pela elevada concentração de pobreza e de baixa eficácia colectiva (Sampson, 2004b). Estes resultados obrigam a pensar estes bairros como nós de redes de relações espaciais mais vastas e interdependentes, caracterizadas por uma relação funcional (Fisher, 1994) que diz respeito à área metropolitana onde se localizam. Não mais se pode pensá-los como ilhas isoladas, sistemas rígidos e impenetráveis, pois no actual modelo de cidade a dependência espacial molda a interacção social (Sampson, 2004b).

Da pesquisa no terreno resulta a ideia de que a violência observada em cada bairro está condicionada pelas suas características e pela proximidade a outras zonas, sobretudo pelo constrangimento de cinco terem como área residencial mais próxima precisamente outros de natureza ou tipologia similar, constituindo uma mancha territorial. Esta ligação assenta em processos espaciais, que caracterizam todo o sistema metropolitano, anulando-

se a ideia inicial das teorias ecológicas tradicionais que foi a de se ficar apenas pelas suas características internas (Sampson, 2002).

Nas palavras de várias crianças, a sobreocupação populacional destas zonas não facilita, pelo avolumar de problemas que representa, a convivência mais adequada. Várias pesquisas apontam no sentido de uma elevada densidade populacional ser factor gerador de violência, defendendo-se que diminui a territorialidade de cada indivíduo aumentando as possibilidades de concretização de actos violentos (Oliveira et al., 2004). Esta orientação tem vindo a ser questionada em função dos indicadores criminais de países intensamente povoados, como a Índia e a China, onde razões de ordem cultural e outras relacionadas com o controlo social poderão justificar a diferença (Oliveira et al., 2004).

Existe quem aponte as altas taxas de urbanização como origem destes problemas sociais na medida em que a sociedade industrial moderna promoveu a concentração da população nas cidades e nas metrópoles concretizada na sequência de fluxos migratórios de natureza diversa que vieram alterar profundamente os modos e estilos de vida. Castells (1996) sugere que o aumento populacional não conduz necessariamente a um maior grau de violência, havendo que atender aos processos sociais que favorecem a atomização e individualização, base do desenvolvimento socioeconómico na modernidade. Neste sentido, a dificuldade que tende a permanecer será a de confundir a existência de redes sociais com os mecanismos efectivos de acção social (Beck, 1992).

Perante este enquadramento, as designadas “*geografias da insegurança e do crime*” vêm-se reproduzidas nos discursos das crianças sobre os seus bairros. Nesta área, um dos aspectos mais relevantes trazido para discussão prende-se com a aparente facilidade de acesso a armas de fogo e brancas no seu quotidiano.

“Eu tinha uma pistola verdadeira sem bala na minha gaveta. Estava na minha gaveta só que agora já não está... só que já tiraram de lá. Já lá não tenho. (...) Eu estava em casa da minha avó [passou uns dias na casa da avó] e quando cheguei a casa e fui ver já não estava, já foi há tempo, foi há um tempo. Agora já não tenho pistola na minha gaveta [rapariga F21, 7 anos, 2º ano, Bairro Rosa].

– E não tinhas medo de ter lá uma pistola?

Abana apenas a cabeça afirmativamente.

– De que é que tiveste medo?

– Que fossem mexer na pistola e depois pusessem balas e houvesse tiros... Se tivesse balas podia disparar e haver tiros e matar alguém. Eu não queria ver ninguém morto. Não gosto mesmo...

– E como é que sabes que era verdadeira? Não mexeste mesmo?

– Não, não ia mexer porque podia acontecer alguma coisa e era mesmo verdadeira sem bala porque estava pesada na gaveta e estava vazia com a “mão” aberta. Eu já vi e o meu primo tem uma de brincar e não é igual. Uma pistola verdadeira é verdadeira, a de brincar é de brin-

car. Era mais uma pistola pequena, não era uma grande, era uma pequena daquelas de pegar numa mão. (...) Se calhar era do meu tio e ele levou-a.

– Porque dizes isso?

– O meu tio às vezes trás coisas para casa, ele é que anda sempre com mais coisas.” [notas de campo]

“A minha avó tinha uma pistola e não era a fingir.” [rapaz M21, 9 anos, 3º ano, Bairro Verde, notas de campo]

A existência de armas de fogo em casa é uma tendência de longa data registada na sociedade portuguesa e encontra-se muito longe de estar restrita à população destes bairros (Pureza et al., 2010), pelo que é de depreender que situações como as anteriormente retratadas poderão acontecer em muitos outros locais do território nacional. No entanto, contrariamente ao mais que será mais comum, aqui muitas crianças aprendem mais por si próprias e na rua a conhecer e a avaliar os perigos e riscos que correm do que sob a orientação adequada de adultos (Ennew, 1994). E a experiência de contacto com armas de fogo ou armas brancas ganha outras proporções, mais sérias e de efeitos imprevisíveis, quando se trata de ser partilhada ou adquirida junto de familiares, até mesmo sob a sua iniciativa.

“Professor: – Porque é que trouxeste isto para a escola (faca grande de cozinha presa na cintura da saia)?

Rapariga [8 anos F12, 2º ano, Bairro Azul] – Foi o meu pai de que me deu...

Professor: – O teu pai?...

Rapariga: – Sim, nós discutimos ontem lá na rua com a outra família de ciganos, está lá do bairro... a mãe dele deu facas aos filhos e então se ela deu, o meu pai também nos deu!” [notas de campo]

– Já vi muita caçadeira boa, automática na parte do bairro novo. Então no Ano Novo... [rapaz M02, 10 anos, 3º ano, Bairro Azul]

– Pois, pois, está tudo na rua, o meu pai é que diz que é nessa altura que se vê quem tem as melhores armas! [rapaz M10, 9 anos, 3º ano, Bairro Azul]

– Ah! Ah! (risos) é só pum, pum [imita o som dos tiros] Eu andava com ela e também desapareci... lá para baixo, uma espingarda assim [faz os gestos do tamanho] Eu andava com ela. (...) foi quatro caixas de balas (...) deram-me, um gajo, um gajo fixe (...) está em casa, está escondida, o meu pai também deu tiros para lá.” [rapaz M02] [notas de campo]

Estas situações, bem como inúmeras outras do mesmo género que foram sendo relatadas e observadas ao longo dos anos da pesquisa no terreno, traduzem-se em várias vertentes. Por um lado, existe uma espécie de “*naturalização*” deste fenómeno que surge recorrente e espontaneamente nas conversas assumindo diferentes orientações.

À semelhança do registado em estudos com populações de adultos e de jovens recenseadas no sistema judicial em Portugal (Pureza et al., 2010), também nesta investigação se deu conta da existência de dinâmicas contraditórias entre as crianças, para umas de atracção em relação ao uso de armas de fogo, para outras de rejeição, medo e repulsa como

se vê traduzido na escolha da fotografia que tiraram nos bairros e onde é nítido o à-vontade de quem a tem.

Fotografia 7.9 : O meu bairro

“Escolhi esta fotografia porque ele ainda podia acertar no pé de alguém que desse assim com o chinelo ou a beber e podia magoar o pé. Há muitos a brincar assim e...às vezes magoam-se ... e muito...”[rapariga F10, 9 anos, 4º ano, Bairro Rosa]



“– Porque escolheste esta fotografia?

– Porque este rapaz que tem o capuz tem uma pistola de ‘balinhas’ e ele está a fazer mal em apontar à câmara e acho que é errado porque isso pode aleijar as pessoas e devia ser proibido. [rapaz M10, 10 anos, 4º ano, Bairro Azul]

– Achas que esta fotografia mostra o que é o teu bairro?

– Sim, porque acho que as pessoas não podiam fazer lixo, não atirar balas umas contra as outras, nem fazer as outras de criados. Não é correcto o lixo, as armas e os rapazes que parecem uns... desculpe, drogados a fazerem coisas que não devem.”

Outros aspectos merecem particular atenção, nomeadamente o conhecimento que certas crianças, quase exclusivamente do sexo masculino, revelam sobre as possibilidades de aquisição de armas de fogo: “*sim, sou capaz de arranjar uma pistola, vou ao [nome] e compro, ele vende barato mas há muitos. Está a ver o [nome], ele já faz negócio*”; “*posso ir lá [nome] e trocar por outra coisa, tanto faz e dá para ter, o [nome] já fez isso com [nome] e ficou com uma .38*”; “*vai comprar num ‘carocho’*”. Esta não são respostas isoladas e os nomes referenciados por uns e outros repetem-se, apontando para uma realidade dinâmica e acessível neste contexto. Além da aquisição, alguns mencionam ainda as formas de adaptação de determinadas armas, sobretudo de alarme, para o uso com munição real de certos calibres estando a par do “*como se faz*”, que mais do que em grupo de amigos parece ocorrer sobretudo no seio da família. Estes processos são claramente identificados e distinguidos, mais por rapazes entre os 10 e 12 anos, chegando a identificar-se num ou noutro um ideal de vida construído em torno da violência armada: “*sim, gosto do bairro mas devia morar numa favela, era mais fixe (...) era mais fixe que lá andam com caçadeiras, sim, aqui andas com... pistola (...) vi lá no canal História, ontem vi no computador que trancaram a polícia e tudo e tinha um menino pequenino também anda com pistola*.” Novamente o confronto com as figuras da autoridade a emergir como desafiante.

De um modo geral, as crianças representam a posse e uso de arma de fogo associados a um determinado estatuto que lhes parece conferir poder e acesso a outro tipo de bens e recursos, ao mesmo tempo que acreditam que lhes garante protecção e segurança. O tráfico de droga é frequentemente referido num patamar de reciprocidade à posse e uso de armas. Ambos são representados como factores de intensa perturbação da ordem pública e

do universo familiar de parte desta população. A maioria rejeita a adesão a este modo de vida pelos perigos que encerra, reportando concretamente casos de jovens e adultos dos bairros que o desenvolviam e acabaram por morrer em circunstâncias violentas que continuam a ter um amplo eco neste contexto. Outras, mais do sexo masculino do que do feminino, não só verbalizam o desejo de uso de armas como descrevem situações em que já tiveram oportunidade de o concretizar em idades inferiores aos 10 anos, uma grande parte dos quais a partir de iniciativas postas em prática com a própria família.

“Pode ser uma questão mais cultural e poderá dar-lhes uma sensação de segurança. Há certas comunidades e zonas do país que têm essa maneira de pensar e não é só nos bairros sociais. (...) alguém traz uma porque faz parte e acha que anda seguro assim. Porque pensa que se ele tem eu também tenho, se me tentarem atacar, defendo-me. Aí é complicado porque ao detê-lo ele nunca vai dar o realce e o verdadeiro valor de porque é que é ilegal. E em relação às crianças, ora se toda a gente em casa traz, mais tarde ou mais cedo vai experimentar...” [elemento C da Esquadra local da PSP, entrevista]

Parece existir uma certa visão de masculinidade, poder e virilidade que se reafirma introduzindo os filhos nestas acções, do mesmo modo que os mais novos revelam conhecimento sobre o negócio de venda efectuado pelos pais ou família, podendo ver-se iniciados no mesmo mais facilmente e numa idade ainda juvenil como de uma qualquer outra transacção comercial se tratasse. Mas o entendimento sobre armas tem de ser alargado ao recurso a cães perigosos, usados como forma de intimidação e ameaça durante a prática de crimes e também nas lutas organizadas sobre as quais assenta uma economia subterrânea.

“O cão é um pitbull que morde às pessoas e provoca. (...) São os cães, há muitos cães para lutas, há muitas pessoas que batem aos outros” [rapaz M22, 7 anos, 2º ano, Bairro Amarelo]

“Alguns cães são mesmo maus, são grandes e os miúdos andam com os cães.” [rapariga F22, 7 anos, 2º ano, Bairro Verde]

A percepção da extensão destes problemas, do crime em geral, condiciona os moradores das mais variadas idades nas suas rotinas diárias, ressaltando o medo de ser atingido directamente pelos efeitos de uma acção desta natureza, não sendo por isso de estranhar a localização dos diversos espaços que se evitam.

“As pessoas em si que são muito agressivas, têm uma maneira de viver totalmente diferente, de comportar, de estar... só de passar pelos prédios a gente olha e vê a diferença de gente daquela zona (...) Eu trabalho no [nome] e... às vezes... vou a pé e tenho sempre o cuidado de não passar por aquela zona, de passar por outro porque não sei o que pode acontecer. Pode ser uma pedra, pode ser uma bala, pode ser... acontece sempre... um carro... há sempre qualquer coisa...” [mãeE29, 32 anos, Bairro Verde]

A partir dos fluxos de interacção nos bairros, é possível identificar rotinas espaciais e temporais específicas associadas à violência e crime que se estruturam em diferentes for-

mas de uso do que é entendido como público e privado. Frequentemente foi possível constatar a extensão do universo privado ao domínio público, numa linha de continuidade da casa para a rua, aí se concretizando acções que, habitualmente, tendem noutras zonas a ficar no espaço privado da habitação. Sejam associadas à sobrelotação de algumas casas, seja especialmente por questões de ordem cultural, a rua e os espaços públicos estão marcados por apropriações e actividades que muitas vezes chocam e entram em confronto com os modos e estilos de vida de muitos dos residentes.

Em qualquer ponto do planeta, grande parte da infância e da juventude está na rua, constituindo esta um lugar fundamental de socialização. Naturalmente, os laços e as ligações à rua são diversos para cada indivíduo, mas a verdade é que esta é um espaço de socialização primordial, um espaço inteiro onde se está em função de determinados códigos, rituais e linguagens que se conjugam de modo específico e particular com as características de urbanidade do território habitado (Anderson, 1999; Carra, 2001; Lepoutre, 2001; Kokoreff, 2003). A densidade dos laços sociais nos grupos faz emergir uma diversidade de manifestações e acções paralelas que tendem a prevalecer sobre as culturas institucionais, como a escolar e outras representativas da conformidade social. É o caso do valor das alcunhas, graffiti's ou tatuagens, sinais da linguagem de uma cultura de rua; de atitudes, gestos e maneiras de apropriação do mundo; de actividades orientadas para determinados fins precisos, das alianças com 'sócios', parceiros ou amigos marcadas no espaço físico; dos interditos religiosos e culturais; das relações de género que obrigam a determinadas relações e estatutos no bairro (Anderson, 1999; Popkin et al., 2000; Carra, 2001; Lepoutre, 2001, 2005; Kokoreff, 2003; Moignard, 2008).

Não se pode continuar a ignorar o valor da socialização na "*escola da rua*" (Jamoulle, 2005), que remete para práticas sociais informais, eventualmente algumas de carácter ilegal, como o tráfico de droga ou o furto de veículos. Estas acções permitem alcançar um estatuto que confere prestígio num contexto social fundamentalmente marcado pela precariedade.

Numa sociedade que faz da segregação um modo de gestão social, os laços de sociabilidades e as relações de poder nestes territórios são construídos em torno de limites bem conhecidos, o que possibilita ter uma ideia aproximada sobre as possíveis repercussões da violação desses códigos sociais. Mas se por um lado se observam e mantêm rituais, por outro a desregulação presente e constante pode afectar a sua ordem. De uma maneira geral, as crianças são eloquentes sobre as suas relações sociais, sobre a importância de certos valores e sobre a violência nas suas vidas. E a violência acaba por servir para a construção das suas competências, não apenas em termos de preparação para o futuro funcionamento

em sociedade, mas estruturando já no presente as relações actuais entre pares ao contribuir para a organização social e posicionamento no universo da respectiva classe (Rayou, 2005).

Neste sentido, a confrontação entre normas sociais e normas infanto-juvenis destes contextos levanta regularmente dificuldades na compreensão dos códigos sociais e universos normativos aqui prevalentes. O exercício da violência sob as mais diversas formas, que podem oscilar do lúdico ao mais ofensivo, é parte integrante da cultura da rua onde as crianças vêm a crescer (Anderson, 1999; Popkin et al., 2000; Carra, 2001; Lepoutre, 2001; Sampson e Raudenbush, 2001; Kokoreff, 2003; Jamouille, 2005; Moignard, 2008). Esta violência não tem nada de natural, sendo socialmente construída e o seu uso aparece, assim, normalizado aos olhos das crianças que dela participam e a ela não hesitam em recorrer desde idades bem precoces, inclusivamente perspectivando-a em relações pessoais futuras.

“[rapariga F21, 7 anos, 2º ano, Bairro Rosa]– Professor, falta muito para o Dia dos Namorados?”

– Tens namorado?– perguntou o professor.

– Sim, tenho lá em T [outro bairro de realojamento em Oeiras] – respondeu.

Professor: - E quantos anos tem?

[rapariga F21] – Tem oito anos.

[outra aluna F05] – Então é mais velho do que tu!

[rapariga F21] – É, mas eu tenho força para lhe dar porrada, não tenho medo dele não!...”

[notas de campo]

O acto violento enquanto meio de recurso legítimo, normalizado, constantemente reafirmado não apenas pela acção em grupo de pares mas muitas das vezes no seio da própria família, seja no exercício de violência doméstica, seja pela que se vê sobre os outros, aponta para uma valorização do uso da força física, não se reduzindo esta situação ao universo masculino. A visão do mundo vai-se construindo em torno de uma dualidade identitária que oscila entre os “*fortes*” e os “*fracos*” e a lei do mais forte, enquanto forma de organização familiar e social legitimada individual e colectivamente em vários contextos, é uma regra presente no desenvolvimento de muitas crianças (Débardieux, 2006a).

Paralelamente, a questão de honra, valor fortemente assumido num quadro social desta natureza, constitui frequentemente um elemento catalisador da passagem ao acto violento. Trata-se de uma noção central pela qual crianças, jovens, famílias e grupos se envolvem numa linha de disciplina moral a partir da qual avaliam as suas interacções e quais os efeitos perniciosos no caso de assumirem que a sua honra foi beliscada por outrem. A percepção de um acto como violento e intencional é, tendencialmente, objecto de uma acção reparadora que pode mesmo envolver outra violação de normas, e a procura deste tipo de acções é inevitável nas suas vidas neste tipo de contextos. Importa não descurar o

papel da oralidade, parte fundamental nestes processos de socialização, e muitas vezes a vítima exterior é encarada como responsável na agressão que sofreu (Moignard, 2008).

Desenho 7.19: O meu bairro

“Este aqui é o bandido junto ao meu prédio e ele vai matar uma pessoa que é um inimigo e que lhe fez mal... Eu acho que ele faz mal e acho que o que faz mais falta no meu bairro é alegria. O que está a mais é crime e roubos.”
[rapariga F23, 10 anos, 3º ano, Bairro Branco]



Estas não-conformidades têm de ser pensadas a partir da sua articulação com as lógicas de exclusão e de segregação em relação com os espaços onde tomam corpo. Se a segregação é uma qualidade intrínseca e percepcionada no que diz respeito a determinados territórios, e por arrastamento aos seus residentes, ela reenvia o olhar para as formas e modos como estes vivem na relação com o exterior numa linha por vezes marcada por sentimentos de dependência, de frustração e até de revolta (Wacquant, 2007).

A violência pode nascer nos interstícios entre estes desejos, aspirações e necessidades básicas, da experiência quotidiana da rejeição e da relegação a que muitos dos residentes nestes territórios se vêem sujeitos, no fundo uma forma de violência inerte que acentua um sentimento de fatalidade social que os próprios acabam por interiorizar (Popkin et al., 2000; Kokoreff, 2003; Moignard, 2008). E esta cultura de violência centrada na procura de uma dignidade perdida ou esquecida tende a ser transmitida de geração em geração, releitando a oposição entre “*nós*” e os “*outros*” que potencia a resistência à autoridade e reforça as marcas da estigmatização. Os serviços oficiais ou associados a uma ideia de autoridade ou Estado (forças de segurança, autoridades judiciais, serviços de acção social, escolas) podem constituir um alvo privilegiado, porque as ofensas e ameaças facilmente evoluem para solidariedades de grupo(s), às vezes até anteriormente opostos.

“O que está a mais no meu bairro são aquelas hortas lá em cima, muitos carros nos passeios, aqueles roubados... Sabes aquele café do (...), aquele sítio que não tem saída? Era só para a gente brincar e de bicicleta e agora é só carros e corridas. Carros que já atropelaram e vimos a polícia e pusemos logo a sacar. Nada com a polícia, nada! Não quero nada com a polícia!”
[rapaz M23, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]

E o desafio à autoridade, que é restrito a determinados grupos de residentes, parece, pela amplificação dos seus efeitos, tornar-se norma, envolvendo desde os mais novos aos mais velhos. Se para a maioria dos que aqui vivem a presença da polícia nos bairros é desejada como factor de estabilização e de manutenção da ordem pública, chegando vários a reclamar a existência de uma esquadra no seio de cada bairro, noutros casos é vista numa perspectiva desafiante que é levada para o campo do confronto à conformidade social. Independentemente da idade, sexo ou origem étnica, vários indivíduos neste contexto participam das mesmas estratégias de oposição à norma social tentando fazer frente a qualquer intervenção de autoridade, nomeadamente por parte da polícia. Disso é exemplo a acção de algumas crianças no arremesso de objectos às viaturas policiais em patrulha, que assumiram indicando os espaços (telhados, janelas, etc.) onde “*guardavam*” pedras e outros objectos.

É um tipo de acção que se observou repetida numa linha de prevalência de uma subcultura delinquente de que as palavras das crianças assim tal como as ocorrências policiais analisadas dão conta (Anexo 7.12). E, por vezes, o confronto surge devidamente organizado, como se depreende de estratégias como a de “*deitar abaixo a luz na rua*” que se referiu no ponto anterior. Neste sentido, os laços sociais revelam-se apertados e contidos no espaço geográfico, obstando à realização de respostas colectivas que avancem no sentido do cumprimento da norma devido ao domínio territorial que se alcança nestas acções. Passado o desafio à intervenção do Estado, as rivalidades entre grupos voltam a surgir.

Neste caso, o ordenamento do território revela-se potenciador da emergência de oportunidades para a prática de desvio e crime pelo continuum espacial decorrente da proximidade geográfica entre estes bairros a que já se fez alusão anteriormente, mas também por alguns aspectos arquitectónicos e urbanísticos (configuração fechada e labiríntica de alguns bairros, ausência de arcadas em todos os prédios, ruas sem saída, iluminação deficitária, dificuldade de controlo visual do espaço por quem vem de fora, a par de outros obstáculos) que se afastam da noção de “*espaço defensivo*” proposta por Newman (1972). A conjugação entre as componentes física e social emerge como vector fulcral nestas dinâmicas e, como evidenciaram Benbenisthy e Astor (2005) na comparação entre crianças de diferentes meios sociais, são as oriundas deste tipo de contextos que tendem a apresentar uma maior probabilidade de serem vítimas de actos violentos.

“– Me deram um tiro, ‘profissora’, me deram um tiro, me deram um tiro! ‘Profissora’, foi aqui... me deram um tiro!”- gritou o rapaz [6 anos M24, 1º ano, Bairro Branco] ao chegar à escola no primeiro dia de aulas do segundo período lectivo [a seguir ao Ano Novo] correndo atrás das professoras segurando as calças com uma mão e apontando com a outra o buraco da bala no tecido, junto ao joelho.” [notas de campo]

Não obstante o papel de agressoras para que, no seu todo, são geralmente relegadas e apresentadas na opinião pública, é sobretudo a vitimação que na realidade mais afecta estas populações, já que o número de agressores tende a ser claramente mais reduzido, restrito a uma minoria, o que pode levar a pensar na existência de casos com acentuada reincidência.

Neste campo, há que dar uma especial atenção aos casos de morte em circunstâncias violentas de crianças e jovens nos bairros. Como seria de esperar em qualquer lado, o eco que tais situações encontram, especialmente quando se trata de crianças ou de determinados jovens mais populares, arrasta-se longamente no tempo, e cada vez que outra situação do género acontece, é tudo trazido à superfície, num processo de luto que dificilmente se vê concluído. Durante os anos da recolha de informação no terreno, desde a sua fase exploratória, houve o confronto com algumas destas situações que, apesar de raras, ganham pela sua excepionalidade uma enorme amplitude.

“Preocupado com o filho [rapaz M25, 7 anos, 2º ano, Bairro Verde] o pai veio à escola relatar ao professor aquilo a que assistira no primeiro dia do novo ano: “O [filho] estava com o primo [5 anos] a brincar no passeio junto à estrada [rua principal do bairro Verde] durante a tarde [por volta das 17h30m)). De repente o primo chegou-se mais para a estrada. Vem um carro com muita velocidade e apanhou-o. O meu [filho] e outras crianças começaram a gritar, a gritar!... O carro avançou uns metros, pára, o condutor abriu a porta, tirou a criança debaixo das rodas e seguiu em grande velocidade. O [filho] foi a correr e a gritar muito atrás do carro mas ele fugiu. Depois veio junto do primo e chorou, chorou, chorou muito tempo. Ele percebeu que o primo estava morto. Estava morto!... (...) Fui eu que apanhei um bocado da matrícula e levei à polícia (Anexo 7.13). Outra mãe de uma menina de 5 anos que aí se encontrava como habitualmente a brincar, repetiu os mesmos factos junto da educadora. Nos bairros, ninguém quer comentar a situação existindo um silêncio grande. No ano anterior haviam falecido duas crianças, uma de dois anos no Bairro Branco por atropelamento por uma viatura furtada e conduzida por adolescentes sobre a qual pouca gente fala ouvindo-se dizer que a família da vítima terá tentado retirar a queixa policial. (...) Outra criança de 7 anos, foi também vítima de atropelamento aos dois anos na rua principal do Bairro Amarelo: brincava na rua perto de sua casa, durante a tarde, quando foi colhida por um carro furtado conduzido por rapaz de 12 anos que ia acompanhado por outros menores e que fugiram. (...) Noutro caso, há dois anos uma mulher morreu, vítima também de condução em carro furtado no Bairro Branco. (...) Em algumas famílias existe mais do que uma criança vítima de atropelamento em condições algo similares.” [notas de campo]

Não se estranha, pois, que a ideia da morte tenha sido frequentemente abordada pelas crianças, não dizendo exclusivamente respeito a situações ocorridas no espaço público. Foi também possível assistir à incorporação de uma espécie de fatalidade, pois mesmo quando em deslocação para o estrangeiro houve casos de falecimentos de crianças e pais em acidentes de viação ou por atropelamento, um dos quais com ampla cobertura mediática. São factos que tanto ocorrem nestes espaços como em qualquer outro local, mas uma certa regularidade com que aqui vão acontecendo junto dos mais novos, as crianças e

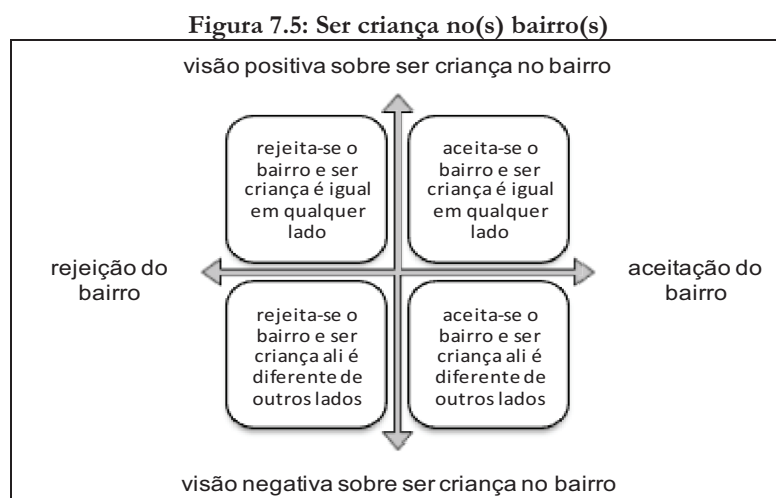
jovens, com contornos similares, acarreta um conjunto de vivências que se reflectem directamente nos processos de socialização, como se voltará a abordar no ponto 7.7.

7.5 O(s) lugar(es) da família

Nenhuma forma de acção social se processa num espaço não estruturado. Por muito que determinados espaços familiares, à primeira vista, não o deixem transparecer, a todos subjaz um determinado tipo de estrutura, que pode ser distante dos tipos dominantes numa dada sociedade. Determinante na dimensão organizacional da acção humana, a família pode revelar a margem de liberdade de acção dos actores sociais que dela fazem parte, tal como traz à superfície o conjunto de factores exteriores que, por outro lado, a condicionam e nela interferem. Estes factores, consubstanciados nas condições materiais e sociais efectivas no seu contexto de acção, estão enquadrados, de modo mais abrangente, pelas estruturas e padrões sociais vigentes à época. No entanto, é de assinalar também que as acções e comportamentos desenvolvidos não se podem reduzir aos constrangimentos gerais subjacentes aos contextos de acção embora não possam, de igual forma e em sua consequência, discernir-se deles.

7.5.1 Ser criança no bairro: vozes dissonantes

A eficácia colectiva destes bairros vê-se questionada a diversos níveis e um dos mais relevantes diz respeito à divergência de opiniões e de estratégias dos pais e substitutos relativamente aos processos e modos de educação das crianças que tem origem nas diferentes concepções sobre o que é ser criança no bairro.



O principal problema assenta na desconfiança que impera em relação ao 'outro' e na fragilidade dos laços sociais que (não) se estabelecem com outras famílias, surgindo dois

posicionamentos completamente diversos, um que considera que ser criança neste contexto é o mesmo que ser criança em qualquer outro; um segundo em que se apontam diferenças decorrentes dos contextos, tendencialmente numa linha que reforça mais os aspectos negativos do que os positivos. Como pano de fundo em ambos os casos, associam-se tanto sentimentos de rejeição como de adesão à vida social no bairro de residência (Figura 7.5). Um dos aspectos na ordem do dia em torno destas questões prende-se com a dicotomia criada entre espaço privado – representado essencialmente como protector – e espaço público – mais vezes colocado no pólo oposto, o de todos os perigos e riscos, facilitador das mais diversas formas de predação sobre as crianças e jovens (Holloway e Valentine, 2004b; Valentine, 2004). Com base na percepção que cada um tem dos problemas sociais nos bairros, as opiniões manifestam-se divergentes.

“Aqui dá mais preocupação, aqui não é bom para um filho crescer, as crianças deviam viver mais num outro sítio sossegado em que não devia haver tanta violência, tanta briga, tantas lutas como aqui.” [paiE19, 51 anos, Bairro Azul]

“Eu acho que as crianças que moram assim em bairros sociais são mais divertidas também, brincam mais e convivem mais umas com as outras lá no bairro, mas também são um bocadinho mais destruidoras, mais nervosas porque ouvem mais confusões entre as mães e outras pessoas. Há muito barulho no bairro e eles convivem com isso tudo porque misturam tudo no bairro, todas as raças, todas as vidas, está tudo misturado. Muitas guerras entre as mães...” [mãeE12, 29 anos, Bairro Azul]

“No mundo de hoje em todo o lado é complicado [ser criança], em todo o lado. Lado dos ricos, dos pobres... há problemas graves.” [mãeE9, 39 anos, Bairro Amarelo]

“As dificuldades são aqui como em qualquer lado. Há outros lados onde a vida tem mais hipóteses de ajudar. Aqui... estamos a caminhar para isso” [paiE37, 49 anos, Bairro Azul]

Constata-se a existência de representações que vão no sentido da consciência da complexificação dos modos de vida na infância, ultrapassando-se um olhar restrito sobre o espaço onde se vive. Relativamente a este espaço, são as desordens e a violência como marcas do quotidiano que justificam a diferença de posições. Mas um dos aspectos negativos mais referidos traz ao de cima outra perspectiva, a relativa ao estigma de viver num bairro social.

“Se é bom uma criança viver aqui?!... Ser bom, bom não é, é um bairro social e isso não é bom.” [mãeE5, 24 anos, Bairro Amarelo]

As múltiplas designações usadas para rotular determinados espaços, sobretudo áreas residenciais nas periferias das grandes cidades, constituem, por si mesmas, uma violência simbólica, vivida e percepcionada de forma estigmatizante por quem neles vive. Muitos entrevistados enunciam problemas associados à concentração espacial de desvantagens sociais, considerando que estas crianças não têm acesso às mesmas oportunidades que

outras na medida em que os nomes dos seus bairros são amplamente conhecidos, o que suscita o levantamento de uma série de obstáculos. Esta não é uma opinião isolada dos pais, vendo-se reproduzida por vários técnicos e intervenientes de diferentes áreas, ao mesmo tempo que se teve a possibilidade de observar a existência de situações (i.e. transferência de escola, entrada em associações, entrada no mercado trabalho, etc.) em que a indicação do local de residência fez cair por terra o acesso às opções desejadas. Naturalmente, esta tendência acaba por ser incorporada pelas crianças, que desenvolvem estratégias que ora reforçam esse sentimento, ora tentam afastá-lo.

De igual modo, verifica-se que as opiniões sobre estas questões se dividem, fazendo-se menção a diferenças por género que não foram abordadas pelos pais.

“Acho e não acho [que é diferente ser criança no bairro]. Acho que é bom porque de vez em quando há convívio com as outras pessoas e aprendem coisas boas. Mas outras vezes acho que não porque vejo os outros meninos a fumar, a fazer porcarias e depois vão experimentar e depois vão ficar como os outros. Acho que as raparigas são menos ‘coiso’ [risos], os rapazes gostam mais de sair à noite e de fazer outras porcarias. As raparigas, só algumas, são mais tímidas. (...) Algumas raparigas são mal-educadas e também vão no caminho dos rapazes... eu não ‘tou a dizer que os rapazes são malcriados, nem todos, né? Mas alguns são maus, fazem muito mal.” [rapariga F01, 9 anos, 4º ano, Bairro Branco]

Evidencia-se neste discurso a diversidade e heterogeneidade de expressões da infância num mesmo território. Fica claro como na construção da identidade social se revelam atentas e participativas na vida social, visando meios concretos para esse fim. A questão fundamental prende-se com a conquista de crescente autonomia e independência, sendo para tal necessário perceber qual a natureza da supervisão parental e dos estilos educativos que junto delas é exercida.

7.5.2 O papel dos pais: desafios e constrangimentos

Nunca como hoje as famílias, nomeadamente os pais, terão estado no centro das atenções da sociedade, que as observa no seu desempenho à luz da função que lhes é atribuída: a educação dos membros mais novos de uma comunidade. A evolução do lugar da criança na família (Cunha, 2007) leva a que os técnicos da área social, da educação e da saúde devam estar atentos às necessidades das crianças e à acção educativa dos progenitores. As tão propaladas mudanças na família, muitas delas iniciadas em tempos passados mas nem sempre explicitadas, assumidas ou visíveis, surgem em estreita interacção com a reconceptualização do conceito de infância, do qual decorre a consagração de um novo estatuto que deve atravessar todos os campos da vida social. Este processo assenta numa

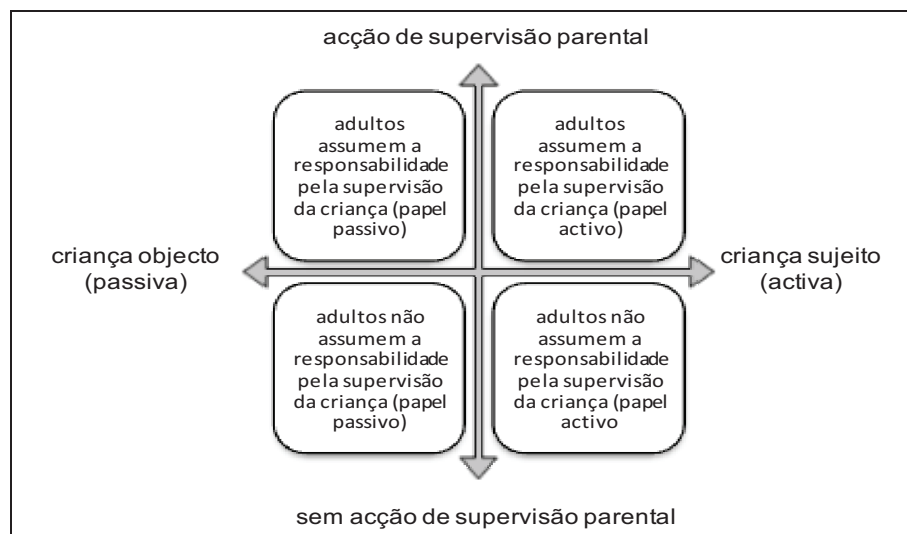
preocupação com o superior interesse da criança consagrado em quadros jurídicos que sustentam os mais diversos olhares e intervenções sobre a mesma.

Shaw e McKay (1942, 1971) viam a quebra do controlo informal da família como fonte importante de desorganização social de uma determinada zona residencial. Se parece certo que as famílias sofrem constrangimentos estruturais que as moldam e afectam a sua dinâmica interna e de relação com o exterior, também será verdade que, até determinado ponto, dispõem de uma autonomia que lhe permitirá, mesmo quando sujeitas a condições sociais similares, apresentarem modos de resposta diferenciados às situações. Na linha do mencionado nos pontos anteriores, uma das características encontrada em algumas destas famílias prende-se com os modos de habitar e usar o espaço público, surgindo a rua como prolongamento do universo privado da casa, o que leva ao questionamento sobre o exercício da supervisão parental e os estilos educativos predominantes.

Vários estudos revelam que o uso do espaço público por parte de crianças socialmente desfavorecidas tende a ser feito mais sem a supervisão parental, num patamar de maior mobilidade e autonomia, do que entre aquelas que pertencem a grupos de classe média e alta (Valentine, 2004; Gill, 2007), o que facilitará a sua entrada na delinquência. Por outro lado, serão estas últimas que terão maiores possibilidades de participar em actividades organizadas e de acesso mais diferenciado em termos educativos formais em detrimento do tempo para a actividade de expressão livre (Valentine, 2004; Neto e Malho, 2004a).

Perante este enquadramento, procurou-se identificar as linhas de orientação que os pais manifestam neste campo, cruzando-as com concepção de criança a que se associam.

Figura 7.6: Supervisão parental e papel atribuído à criança



O reconhecimento por parte de pais e substitutos do papel da criança – numa visão que a coloca apenas como mera receptora de influências de outros (criança objecto) em detrimento do seu entendimento na perspectiva inversa, que leva à consideração que a mesma tem condições para participar e ser responsável por parte das opções que faz –, é determinante na forma como representam o exercício da parentalidade neste contexto.

“– Tanto faz ser pai aqui ou noutro lado. Cada qual um de nós tem o nosso sacrifício. Há muitos que não gostam mas o bairro é feito para a gente, quem o vai governar é a gente, não é quem é de fora. Nós aqui é que temos de educar os nossos filhos. Se for para outro lado já a educação é outra, mas pelo menos tem que manter aquilo que é necessário.

– Ser criança aqui é diferente?

– Tenho 4 rapazes e 3 meninas: muitos mesmo dizem que é difícil, também o posso dizer mas não é. Eu governo o meu “não fazes isto, não fazes aquilo”. Se todos fizermos assim e reunirmos os pais...fazemos uma reunião e isto e isto. Ah, eu não tenho tempo e deixo o miúdo para ir roubar, não é assim... Quanto eu estou em casa e posso ando sempre a ver para saber o que é que eles fazem, ou qual é o grupo com quem andam. Há pais que chegam do trabalho, vão ver televisão, jantam quando é hora e jantar, vão-se deitar e se for preciso deixam o filho na rua. E isso é que não pode ser” [paiE32, 45 anos, Bairro Verde]

A assunção da necessidade de responsabilização dos pais pela educação dos filhos parte, na opinião deste pai, de uma base assente em valores e princípios comuns a qualquer outro território. No entanto, e como o próprio refere, esta visão não é partilhada por todos, o que poderá reflectir-se na dificuldade de conjugação e partilha de vontades entre os moradores para assegurarem às crianças um quadro de organização social estável. Se por um lado se vê concebida neste discurso a ideia do exercício de controlo social informal associado a uma noção de certa liberdade e crescente autonomia, ressalta que para outros a desorganização social que caracteriza o quotidiano impede que se pense em conceder qualquer margem de manobra às crianças fora de uma acção de vigilância directa.

“Ela nem vai à rua sequer, a gente não a deixa vir à rua, nem despejar o lixo, nada, ela ali não faz nada sozinha. A gente está sempre com medo que alguém miúdo se meta com ela, não é a questão do miúdo lhe bater, é que depois ela pode responder...e isso já vai dar azo a...não se fica e depois?... Não estou para isso nem o meu marido porque já houve uma altura em que aquilo azedou um bocadinho com ele e com o outro e o outro disse “se vens cá cima vais levar um tiro...” [mãeE36, 31 anos, Bairro Azul]

“–Para mim o bairro é bom. Há muita gente que não gosta do bairro mas para mim é bom. Ninguém se mete comigo, nem com os meus filhos, os meus filhos não vão para a rua que têm o quintal para brincar.”

– E se eles quiserem ir para a rua, deixa ir?

– Deixo ir mas vou com eles.

– Por alguma razão?

– Tenho medo. Há lá uns que têm carro mas não têm carta e depois fazem corrida e tenho medo. Se querem brincar, brincam ali atrás que não tem carros, e tudo podem brincar mas não é todos os dias. Basta eles não mexer com os meus crias que por mim ‘tá tudo bem. Não tenho nada a ver com os outros, cada qual desenrasca, eu desenrasco para o meu lado, eles desenrascam para o lado deles”. [mãeE2, 42 anos, Bairro Branco]

Paralelamente a estas preocupações emergiram entre aqueles que trabalham outras decorrentes das dificuldades de acompanhamento causadas pelos horários profissionais desfasados dos tempos das crianças. Neste campo, o elevado número de famílias monoparentais, as constantes reconfigurações e recomposições do universo familiar a par da concentração espacial de desvantagens de ordem económica e do fechamento da vida da maioria de famílias numa linha de etnização anteriormente apresentada, revelam-se factores propícios a uma baixa partilha de expectativas comuns relativamente ao controlo social no espaço público.

Independentemente da natureza e da forma que assumem, as reacções e instrumentos que uma sociedade dispõe na tentativa de promover a manutenção da conformidade dos seus membros às normas sociais e à coesão social visam simultaneamente promover o desencorajamento de novas acções similares por parte dos indivíduos. Neste leque incluem-se desde a expressão de opiniões, avaliações informais e expectativas individuais ou colectivas a pressões de natureza económica, religiosa ou outra. Mesmo em estreita afeição aos pais, as crianças atravessam fases em que tentam escapar ao seu controlo, e nessa altura os pares podem passar a constituir a referência fundamental. Mas mesmo quando se seguem outros das mesmas idades, podendo estabelecer algumas formas de dependência, há um esforço para se distinguirem (Blanchett, 2006). Da natureza do exercício da supervisão parental dependerá, em muito, a sua capacidade para o não envolvimento em actos delinquentes, como amplamente demonstrado na literatura científica apresentada no Capítulo 2.

Neste sentido, os padrões de negligências e violência observados neste contexto destacam alguns modelos e estilos de vida familiares afastados do que se considera desejável para um equilibrado desenvolvimento psicossocial (Scales et al., 2004), mais ainda quando associados a perdas, por abandono das figuras parentais. Para muitos, parece ser clara a sobreposição destes factores a estilos educativos familiares que oscilam entre a grande permissividade – que possibilita que a criança passe a madrugada na rua ou ande a vaguear pelos bairros ou até mesmo fora deles, sozinha ou junta de outros da mesma idade e mais velhas sem que os pais saibam onde se encontra, como se terá oportunidade de aprofundar no próximo capítulo –, e a disciplina severa tantas vezes ilustrada por situações de maus tratos.

“A minha irmã (14 anos) está sempre a fugir de casa, agora não dormiu a noite em casa outra vez. A minha mãe tem de a trancar sempre no quarto. Ela agora fugiu!... Ela está sempre a fugir, é muito malandra. A minha mãe fecha no quarto para não fugir, mas ela foge na mesma. Às vezes não mas agora fugiu. A minha mãe está sempre a trancar no quarto.” [rapariga F05, 6 anos, 1º ano, Bairro Cinzento, notas de campo]

“A professora [nome] chamou a mãe de um dos alunos [rapaz M25, 11 anos, 4º ano, Bairro Branco] à escola pois precisava da sua autorização para determinadas actividades. Ao aproximar-se do filho, e antes que a professora pudesse dizer fosse o que fosse, a mãe deu um par de estaladas ao rapaz. Chamada à atenção pela professora a mãe respondeu que não fazia mal ter batido nele sem ele ter feito fosse o que fosse pois “assim já levou por adiantado, não tem problema, quando fizer alguma coisa já levou”...” [notas de campo]

E destes processos as crianças interiorizam e verbalizam frequentemente o que sentem e como percebem a acção educativa dos seus familiares mais próximos.

“Aquele gajo já não quer nada, não quer saber de nada... – referiu o rapaz [M26, 10 anos, 3º ano, Bairro Azul] ao falar sobre o pai” [notas de campo]

“Tenho uma mãe que não gosta de mim, tenho um pai que não quer saber de mim” refere frequentemente o rapaz [M27, 6 anos, 1º ano, Bairro Amarelo] enquanto a avó se lamenta recorrentemente “O meu neto já está estragado, já não sei o que fazer dele, está estragado e não vai ter futuro.” [notas de campo]

Acresce ainda o facto de muitas vezes se assistir à necessidade de execução por parte das crianças de tarefas e rotinas domésticas que noutros estratos sociais estarão exclusivamente restritas a adultos mas que aqui, em função de condicionalismos de natureza diversa que vão desde os horários de trabalho até, em certos casos, um patamar de negligência parental, são executadas pelos mais novos.

“– Eu estava a passar a ferro em casa e o ferro fugiu e depois queimou a mão. (...) - Muitas vezes, eu passo muito a ferro... [explicando de seguida por gestos como é que fazia] A minha mãe não estava, não estava lá em casa. Já era mais tarde. Eu vivo sozinha até a minha mãe chegar.” [rapariga, F40, 7 anos, 2º ano, Bairro Branco]

Noutras ocasiões, chega-se a assistir a uma inversão de papéis que se estende, em alguns casos, inclusivamente a uma acção de vigilância atenta e cuidada das crianças em relação aos comportamentos e acções dos seus próprios pais ou outros familiares.

“Ele [rapaz M28, 5 anos, pré-escolar, Bairro Amarelo] é muito bom a orientar-se sozinho, sabe muito bem onde vai e vai de casa daqui até casa do pai e volta sozinho, não há problema... É ele que faz o café da manhã para dar à avó [inválida na sequência de AVC], ele está apegado mais à avó, ele arruma a casa, gosta de dar ajuda à avó a ir à casa de banho, ele é assim revoltado mas é muito meigo mas às vezes nem eu consigo perceber o que vai na cabeça dele, nem consigo dar-lhe a volta, nem o consigo parar” [mãeE5, 24 anos, Bairro Amarelo]

Um facto histórico que reveste de particular significado prende-se com a transferência do exercício legítimo da violência para o Estado, deixando a prática da mesma de ser considerada legítima se exercida por iniciativa individual ou de grupo, no incumprimento das normas sociais cuja expressão se vê instituída em quadros jurídico-legais. A ideia da existência de um Estado protector e vigilante, simultaneamente associado ao nascimento de instâncias mediadoras de conflito, de instituições a que determinadas competências foram

atribuídas e cujo acesso, à partida, deve ser colocado em plano de igualdade para todos, assume-se como fulcral na evolução das dinâmicas sociais. No entanto, como tem ficado claro ao longo destas páginas, a falta de capacidade de uma parte dos moradores de ultrapassar o plano discursivo e passar a uma acção congregada que vise a prevenção da violência é um facto constantemente registado pelos próprios.

“Gosto do bairro que até bonito mas o problema não é o bairro, é as pessoas que não se comportam, que não sabem se comportar, não é uma questão do bairro que é bonito e tem condições, é uma questão que tem a ver com as pessoas e os seus comportamentos. É um problema das pessoas de cor, de nós ciganos e de todos. Eu já vivi antes num contentor e vivia mais feliz e tenho pena que aqui o bairro até é bonito mas só seria bom se houvesse união, não há convivência boa entre pessoas, é isso que me deixa triste. (...) Mesmo que queira sair à rua, mesmo que seja ao pé dos pretos, dos de cor, dos ciganos e dos brancos não há convivência, há falta de respeito e ninguém é amigo de ninguém. Não há regras e cada um acha que faz o que quer e não liga aos outros” [mãeE6, 38 anos, Bairro Cinzento]

A questão que se coloca é a de perceber que a conflitualidade, a agressividade e a violência não são pertença exclusiva das situações ocorridas na rua mencionadas nos anteriores pontos, sendo que uma parte delas será apenas um prolongamento do que se passa entre quatro paredes. Algumas parecem estar associadas a vivências intrafamiliares onde a violência parece ser a principal forma de comunicação, surgindo não só nos relatos das crianças, mas também como um dos principais indicadores no quadro das sinalizações de maior precariedade referenciadas por serviços camarários, policiais e judiciários.

“O meu pai bateu na minha mãe e a minha mãe ia matando o meu pai” [rapariga F24, 8 anos, 3º ano, Bairro Verde]

“Durante a iniciação ao tema as profissões, a professora da turma do 1º ano de escolaridade questionou os alunos sobre o trabalho dos pais.

– O que é que o teu pai faz [nome]?

– Bate! – respondeu o rapaz [M29, 6 anos, Bairro Amarelo].

– ...

– O meu pai bate! – voltou a responder

A professora aproximou-se e tentou em voz mais baixa fazer de novo a pergunta e explicar o que estava a perguntar assim como desviar a atenção do grupo para o que ele acabava de dizer.

– O que é que ele...

O rapaz interrompeu-a de pronto:

– Bate! Bate com um cinto!

Entretanto, alguns dos alunos da turma irromperam espontaneamente em conversas e descrições sobre os tratos físicos de que são regularmente alvo não apenas por parte dos pais mas também de outros familiares e substitutos. Durante algum tempo, este foi o tema privilegiado da conversa havendo um grande conhecimento de todos sobre as situações particulares de cada um, algumas das quais ocorridas na rua. No retorno posterior à exploração do tema inicial, o rapaz referiu que o pai “*trata a relva*” (desempenhava na altura as funções de coveiro em cemitério municipal).” [notas de campo]

A violência doméstica é um problema grave que afecta uma proporção significativa destes agregados, independentemente da sua origem étnica, sendo dos temas mais presen-

tes nas conversas com as crianças. Tendencialmente são referenciadas as figuras masculinas como agressores que atingem mulheres e filhos, mas também se registam vários casos em que as mulheres são as principais agressoras, sobretudo junto dos filhos. E muitas vezes os mais novos tentam obstar à concretização das agressões, como se observa a seguir.

- “– Professor, preciso de falar contigo. [rapaz M14, 10 anos, 4º ano, Bairro Azul]
– E o que é [nome]?.
– Não posso ir à visita de estudo que lá em casa o meu pai e a minha mãe estão sempre a brigar e aquilo está pior, não posso ir.
E achas que resolves alguma coisa em ficar
– Sim é que eu não deixo o meu pai bater na minha mãe, eu tiro ele do caminho... [notas de campo]

A transversalidade geracional desta violência é notória, estendendo-se a várias pontas da família alargada. Em algumas, detectou-se inclusivamente que os mais novos já iniciaram a reprodução do modelo vivido, agredindo os pais ou substitutos. Perante o cenário de desorganização e negligência identificado em várias famílias não é de estranhar que, quando questionados sobre quem são as pessoas mais importantes na sua vida, algumas crianças refiram outros elementos exteriores que incluem o presidente da Câmara Municipal, a quem atribuem uma função especial na satisfação de necessidades básicas, neste caso, habitacionais.

- “– Quem são as pessoas mais importantes na tua vida?
– O meu pai e os presidentes e a minha mãe, assim o presidente Isaltino para nos dar casas, sem presidentes não tinha casas [em simultâneo ia desenhando estas figuras tendo começado pelo presidente da Câmara – de barba e a fumar charuto – só depois o desenho do pai e o da mãe tendo apagado esta última para desenhar a professora – rapaz M02, 12 anos, 4º ano, Bairro Azul].

A prevalência desta ideia de “*dar casa*” que se considera uma obrigação da autarquia, numa linha de reprodução social, acaba por promover formas de dependência que fecham a visão do mundo neste universo e inibem a promoção da procura de mobilidade social.

7.6 O gosto pela escola

As actividades escolares são o novo trabalho das crianças, na perspectiva que Sarmento (2000a) designa pelo “*ofício de aluno*”, delas requerendo uma larga ocupação do seu tempo diário. A escola revela-se um dos principais espaços de socialização e aculturação infantil, claramente associada à origem de um ideal de infância nacional que desejava, na sua base, ignorar as diferenças de classe social. No entanto, esta construção social decorre de pressupostos e modos de organização da sociedade que, nos dias de hoje, estão marcados por uma grande ambivalência quando se coloca o enfoque nas questões ligadas à infân-

cia. A institucionalização dos quotidianos e tempos de vida das crianças tornou a escola campo de disputa social nela emergindo choques culturais, sociais, étnicos, religiosos e de género. O alargamento da frequência escolar a uma faixa de população que, num passado recente, dela se encontrava excluída logo à partida, reforçou esta tendência (Vienne, 2008).

As categorias sociais anteriormente excluídas passaram a ter de aceder ao sistema de ensino num percurso de duração que tem vindo a tornar mais longo, daqui emergindo um confronto, nem sempre fácil de resolver, entre aspirações, expectativas e a realidade. Para Bourdieu e Champagne (1992), a maior duração deste percurso acaba por ter algum paralelo com o processo de eliminação precoce. A exclusão vai-se construindo agora de forma mais lenta e diluída no tempo, traduzida em larga medida na produção de excluídos no interior da escola que acabam por se manter no seu seio, mas que ao mesmo tempo são relegados para opções menos valorizadas. Num mundo onde a escola marca decisivamente a construção da identidade social, os mesmos autores evidenciam como estas aparências de democratização escolar continuam a potenciar a reprodução das desigualdades sociais de origem.

A estigmatização e segregação social e cultural, dentro e fora da escola, é um facto que está na base de formação de grupos aparentemente demarcados que desenvolvem culturas e constroem identidades em torno de formas específicas de olhar e integrar a realidade social, e em particular a escola (Abrantes, 2003). Bairros e escola são aqui entendidos como *“construções sociais dotadas de uma certa coesão interna e de uma autonomia relativa, (...) mas ao mesmo tempo, estruturalmente articuladas entre si por laços de dominação e interdependência”* (Van Zan-ten, 2001, cit em Moignard, 2008: 190).

Compreender as lógicas de acção das crianças implica um ajustamento e uma reformulação dos quadros teóricos que vá além de um entendimento restrito sobre a sua condição de aluno e passe a centrar-se no seu estatuto actual como criança – *“o ofício de criança”* –, no trabalho social que lhe é exigido para se construir socialmente (Sarmento, 2000; Sirota, 2006).

A percepção das crianças respondentes ao questionário sobre a escola do 1º Ciclo do Ensino Básico que à data frequentavam nos bairros (N=230), é que a sua casa fica *“muito perto”* (16,1%) ou *“perto”* da mesma (30,0%), enquanto para a maioria a distância é percebida como um *“bocado longe”* (46,5%) ou *“muito longe”* (3,5%).¹⁸⁶ Para este tipo de percepção não é indiferente as formas de deslocação casa-escola em que *“o andar a pé”* tem a maior

¹⁸⁶ Principais traços de caracterização dos respondentes a este questionário, vide Anexo 7.14 .

representatividade, seja “*sozinho*” (21,7%), “*com alguém da família*” (23,5%), ou “*com amigos e colegas*” (20,9%). Ainda a pé mas noutro patamar, ficam as situações relativas às deslocações efectuadas “*com amigos e familiares*” (7,0%), “*com alguém de outra família*” (2,2%) ou “*com funcionário de ATL*” (0,9%). A utilização de veículos “*automóveis de familiares*” (5,7%), especialmente observada na etnia cigana, “*de familiares de amigos ou colegas*” (1,3%) têm valores muito reduzidos, especialmente quando comparada com o que é a tendência identificada em estudos nacionais (Malho, 2003; Neto e Malho, 2004b; Serrano, 2004). O recurso a transporte público (“*autocarro ou camioneta*”) é reduzido, e quase exclusivo aos oriundos do Bairro Rosa, o mais distante das escolas. Os restantes indicam conjugações de outras possibilidades (9,8%), mas o traço que se revela mais comum é o de “*andar a pé*”, continuando a ser escassas as referências ao uso de viaturas e transportes.

No percurso inverso, à saída da escola, as categorias anteriores apresentam diferenças, ainda que se mantenha o “*andar a pé*” como o mais representado mas mais “*com amigos e colegas*” (25,7%) do que “*sozinho*” (15,2%) ou “*com alguém da família*” (14,8%) ou “*com amigos e familiares*” (6,1%). A expressão do recurso a automóveis “*da família*” (2,6%) ou da “*família de amigos*” (2,6%) fica ainda mais reduzida, ao contrário das situações que envolvem “*funcionário do ATL*” (8,7%) ou transporte público (8,3%). Isto pressupõe a organização local e a intervenção de associações ao processo. Quanto aos restantes, surge novamente uma conjugação entre várias hipóteses mantendo-se o “*andar a pé*” como a mais recorrente e comum.

Um aspecto que foi inquirido diz respeito ao atraso na chegada à escola, ou seja, ao cumprimento ou não do horário. É significativo que mais de um terço das crianças (85: 37%) tenha assumido atrasar-se na satisfação desta norma escolar, o que, naturalmente, não pode ser-lhes exclusivamente imputado decorrendo antes de formas de organização familiar e outras a que importa atender. Quando se tenta identificar os motivos na origem destas situações, surge à cabeça o “*adormeco*” (46: 50,0%), seguido da categoria “*tenho coisas para fazer antes*” (23: 25,0%). Só depois, com uma expressão mais reduzida, “*a família não acorda*” (6: 2,6%) e “*não apetece vir*” (4,3%). Sem uma preocupação de significância estatística, de entre as “*coisas para fazer antes*” que vieram a ser aprofundadas em conversas identifica-se a necessidade de tratar e cuidar de irmãos ou de outros familiares, fazer o pequeno-almoço, ir buscar coisas para a família, arrumar coisas em casa ou acompanhar familiares. Estas situações confirmam o já apontado no ponto anterior sobre alguns dos constrangimentos a que umas famílias se encontram sujeitas além de revelarem a inversão de papéis que se regista noutras.

O terreno escolar entendido na sua globalidade compreende a vida quotidiana dos estabelecimentos de ensino não só dentro de portas mas também na sua interacção para além delas (Sebastião et al, 2004). São colocadas em jogo as relações e interacções do dia-a-dia, as tensões e os conflitos, bem como os modos de resolução das situações com o exterior apresentados internamente (Vienne, 2008). Da necessidade de se estar atento e sensível às tensões emergentes das violências nos contextos de origem dos alunos surge também a necessidade de dotar as escolas de capacidade de leitura da realidade social da que participam e que neste contexto se colocam com particular acuidade, como se observa a seguir.

“O rapaz [6 anos M30, 1º ano, Bairro Amarelo] reagiu ao facto de a professora ter ficado com um apito que levava para a escola e com o qual perturbava a turma. Na manhã seguinte, ao entrar na sala, dirigiu-se à professora, olhou para cima e tranquilamente disse-lhe:

– Eu disse à minha mãe que ficaste com o meu apito e a minha mãe não gostou que tivesses ficado com o meu apito e diz que é para devolveres que ela ficou zangada e senão vem cá bater-te! Ela disse que ou me dás o apito ou te bate.” [notas de campo]

“Dado o estado de grande sujidade e falta de higiene no aluno e o estado de sonolência com que se tinha apresentado logo de manhã cedo caindo a dormir sobre a carteira [rapaz M02, 9 anos, 2º ano, Bairro Azul] a professora da turma decidiu chamar os pais à escola. No corredor, quando se dirigiam à professora que estava junto do aluno o pai levantou a mão para vir bater no filho, ameaçando-o ao mesmo tempo, tendo sido necessário que a professora se colocasse no seu caminho, impedindo de concretizar os seus intentos e chamando-o de seguida à atenção para as condições higiénicas em que este se encontrava perguntando-lhe se não tinha visto o estado em que ele se encontrava antes de ele vir para escola. A mãe permaneceu ao lado do pai sem se pronunciar sobre o assunto.” [notas de campo]

Um aspecto regularmente associado à escola prende-se com a suposta existência de uma correlação positiva com as violências identificadas nos contextos de residência dos alunos que a frequentam. Cada vez mais esta ideia tem vindo a ser posta em causa pelos resultados obtidos em numerosos estudos realizados em diferentes países: não só não tem sido comprovada a existência dessa correlação, pois mesmo em comunidades com indicadores sociais e de violência similares as variações nos números de actos violentos associados aos estabelecimentos de ensino tendem a ser muito diferentes, como se tem evidenciado que a organização interna das escolas é fundamental na mediação com a comunidade, podendo funcionar como factor de protecção em relação aos níveis de violência exteriores (Benbenisthy e Astor, 2005; Moignard, 2008). Assim sendo, revela-se necessário repensar uma lógica de pensamento baseada num suposto determinismo social que tem prevalecido na abordagem neste campo e questionar o papel e a participação das escolas na construção das situações e das práticas sociais do meio onde se localizam, sobretudo porque os alunos trazem espontaneamente para o seu seio as situações que vivem. Não será, pois, de estranhar que a valorização pelas aprendizagens curriculares possa assentar em experiências e representações construídas em torno do desvio e violência.

“Na sala de aula, a professora da turma 1º ano de escolaridade iniciou a abordagem aos algarismos e números perguntando a todos onde costumavam encontrar números. Um dos rapazes [M31, 6 anos, Bairro Verde] de pronto respondeu:

–Nos alarmes!

Questionado de volta pela professora sobre onde via os números nos alarmes, o rapaz explicou:

–É que quando os ladrões vão roubar têm de saber os números para saber os códigos dos alarmes e depois os alarmes não tocarem para eles irem roubar!...” [notas de campo]

“– O “à” escreve-se com h ou sem h? – perguntou a aluna [rapariga F25, 8 anos, 2º ano, Bairro Azul]

– O que é que tu queres escrever? – perguntou o professor.

– O meu pai andou à porrada!

– É sem h.” [notas de campo]

Se os quadros de vida nos territórios de origem são particularmente violentos, a escola pode representar a abertura para a mudança caso tenha a vontade e a capacidade de voltar-se para o exterior, para participar na construção de uma rede social alargada que intervenha de modo mais sustentado sobre esse mesmo espaço. Sabe-se que este será dos maiores desafios que se coloca a todos os membros de uma comunidade que se deseja verdadeiramente educativa. O tempo é uma variável difícil de gerir, sendo fundamental ter consciência dos diferentes patamares e níveis de mudança que podem, de forma eficaz, vir a ser alcançados a curto, médio ou longo prazo. Nesta ordem de ideias, levanta-se a questão de saber até que ponto estas escolas, bem como as restantes entidades e associações, se encontram, de facto, integrados no tecido social onde se inscrevem ou se, pelo contrário, também elas se encontram ou se colocam segregadas quer territorialmente, quer seja sob outro ponto de vista das dinâmicas sociais e organizativas. Muitas vezes, a rotulagem que prontamente lhes é atribuída no espaço público por outras entidades ou pelos próprios *media*, acaba por se revelar estigmatizante obrigando a esforços redobrados por parte destas no sentido da inclusão dos seus alunos na rede social.

“Não se percebe... estes são uns dos melhores... são os melhores dos bairros sociais em Portugal, tem boas casas, bons espaços, jardim, tem estruturas, escolas, tem todos juntos mas são dos piores em Portugal nos integrados, não está nada integrado, é uma desgraça com tudo nada integrado, não está nada bem, não se vive bem aqui, há só problemas. Não se percebe, não se percebe mesmo porque é que isto é assim. Parece que tinha tudo para ser certo mas não é nada certo, não é integrado... [animador sociocultural com intervenção nos Bairros Amarelo, Verde e Branco]

Nesta ordem de ideias, é de realçar a adesão das crianças à frequência escolar, sendo relevante o facto de 56,5% referir “*gostar muito de andar na escola*”, um pouco mais significativa na faixa dos 9 anos. Seguem-se os que referem “*gostar*” (19,6%) e os que se ficam por “*gostar pouco*” (11,3%). O “*não gostar de andar na escola*” reporta-se, na totalidade das modalidades consideradas (“*não gostar*” (3,9%); “*não gosta nada*” (1,7%); “*não gosta mesmo nada*”

(5,7%), a 11,3% do total de respondentes, sendo que 1,3% não respondeu, não existindo diferenças significativas entre sexo, idade e origem étnica. Estes resultados vão no mesmo sentido do identificado de modo mais alargado na análise inicial dos desenhos, em que a escola foi referida como um dos aspectos dos bairros valorizado mais positiva do que negativamente. Este quadro não significa que estas escolas se encontrem imunes à violência do exterior mas tão só que se revelam um espaço onde as crianças encontram motivos de interesse e gosto na sua frequência.

E esta linha de orientação ganha contornos mais expressivos quando se passa à identificação do que se gosta mais na escola: “*brincar com os colegas*” (19,8%) surge em primeiro lugar, com uma vantagem muito ligeira sobre “*as aulas*” (18,6%) que ocupam uma posição digna de registo e, aparentemente, reveladora da necessidade de estruturação no quotidiano das crianças a par de uma vontade em aprender. Seguem-se combinações de referências que incluem “*os professores e os amigos*” e o “*recreio e a biblioteca*” (8,6% cada) e “*aulas e professores*” (1,4%). O “*recreio*” (7,7%), a “*biblioteca*” (5,0%) e o “*ginásio*” (4,1%) são espaços referidos isoladamente. Nos intervenientes considerados separadamente surgem “*os professores*” (6,8%) e as “*auxiliares e segurança(s)*” (0,5%). A referência aos amigos aparece ligada ao brincar. Noutras opções, enquanto uns enunciam gostar de “*tudo*” na escola (5,0%), outros mencionam o oposto, “*nada*” (3,2%) e alguns dizem “*não sei responder*” (0,9%), sendo poucos os que referem simultaneamente “*estudar e brincar*” (1,4%).

Relativamente aos que dizem “*gostar menos*”, a diversidade de respostas é muito maior mencionando isoladamente mais situações que remetem para aspectos comportamentais entre pares: “*quando me batem/roubam*” (15,4%), o “*refeitório*” (12,7%) e “*meninos que não se portam bem*” (12,2%), sendo muito expressiva a referência concreta a “*não se gostar dos ciganos*” (7,7%). As raparigas destacam-se ligeiramente nestas apreciações negativas que envolvem problemas de comportamento. Todas estas situações remetem para a percepção das crianças sobre a sua segurança na escola, tendo praticamente metade (48,7%) referido que “*sente-se muito bem e seguro*”, seguindo-se o valor da modalidade “*sente-se bem e seguro*” (23,0%), o que leva a que a maioria (71,7%) mencione sentir-se em segurança quando está numa destas escolas. As crianças de 8 e 11 anos destacam-se ligeiramente nesta apreciação positiva enquanto os de 9 e 10 anos ficam abaixo do valor esperado.

No que concerne aos que manifestam um grau de percepção menos positivo, o “*sentir-se pouco seguro*” (14,3) é a terceira situação mais representada. No campo mais negativo, que se refere ao conjunto dos que indicam não se sentirem seguros na escola, o valor total atinge os 11,7% – “*não se sente bem nem seguro*” (5,2%), “*não se sente nada bem nem seguro*” (1,7%)

e “*não se sente mesmo nada bem*” (2,2%). Estas tendências viram-se, até certo ponto, confirmadas quando se perguntou se tinham medo de estar na escola: 58,7% referiram “*nunca tem*”; 2,6% respondeu “*poucas vezes*”, 15,2% “*às vezes*”, 3,9% “*muitas vezes*” e 7,0% “*todos os dias*”. Cerca de 8,7% não soube indicar e 4,2% não respondeu a esta questão.

Além destas questões, um dos traços de caracterização desta população escolar tem a ver com as elevadas taxas de insucesso e de absentismo. Neste contexto, as taxas de retenção relativas aos anos da pesquisa no terreno variaram entre os 24% de 2005/06 e os 12% e 18,3% nos seguintes e embora se tenha verificado alguma diminuição, estes valores estavam claramente acima das médias nacionais que se situaram entre 4,4% e 3,7% (ME, 2010). Insucesso e absentismo são, pois, problemas que ganham especial expressão e, como se abordará no Capítulo 9, se encontram em parte associados às janelas de oportunidades que se criam para a prática de actos delinquentes.

Nas sociedades ocidentais modernas, a emergência do insucesso escolar como problema social tornou-se relevante a partir da década de 1950 claramente associado aos reflexos da massificação do ensino (Perrenoud, 2002). Até então, o insucesso que era visto mais como um traço específico de foro individual ganhou uma outra importância e deslocou-se do campo estritamente pessoal para o social. À “*criança-aluna*” passaram a estar cometidas exigências e deveres de um processo de aprendizagem que assegura também modos de inculcação de um saber homogeneizado, de uma ética de esforço e de uma disciplina social que para uma parte destas crianças, bem como respectivas famílias, se revela difícil de concretizar.

7.7 À procura de um futuro: entre a perspectiva de trabalho e a valorização do “*banditismo*” como modo de vida

Na tentativa de perceber como as crianças, na qualidade de actores sociais, perspectivam o seu futuro profissional, constatou-se a existência de diferenças significativas entre vários grupos. A maioria apresenta ideias para o futuro, ainda que para uma parte tal isso pela negação do valor do trabalho como factor estruturante da vida, o que poderá constituir um factor diferenciador relativamente a outros contextos. Para outras, a não apresentação de ideias remete para dois patamares: num situam-se aquelas que se encontram numa fase de grande indecisão, tendendo a afirmar que ainda é cedo ou que não sabem embora revelem-se conscientes do seu desenvolvimento e de uma noção de temporalidade relativa ao futuro; o outro engloba as que deixam transparecer a ausência dessa noção temporal

restringindo-se tudo apenas ao presente e emergindo a percepção de um vazio na construção do respectivo percurso social, o que não é comum nestas idades.

A direcção relativamente a determinadas áreas profissionais aparece frequentemente associada ao capital social, económico e escolar dos pais (Bourdieu e Passeron, 1970; Silva, 1995; Pais, 1996; Carvalho, 1999). Pelo que foi dado observar nesta investigação, os familiares são a base sobre a qual as crianças determinam, em grande medida, as suas aspirações relativamente ao que gostariam de ser. A percepção da situação profissional dos pais constitui a referência significativa, assumindo-se a família como o principal veículo de modelos profissionais, maioritariamente numa linha de reprodução e continuidade.

No que diz respeito às profissões que gostariam de vir a ter, as crianças podem ser distribuídas por quatro grandes grupos: um que diz respeito às que, quando questionadas, indicam sempre uma profissão ou situação que gostariam de ter seu futuro, as que dizem não saber ainda indicar, as que revelam ter uma ideia de futuro que não passa por uma profissão e as que apontam para um futuro desempenho na criminalidade. No primeiro grupo, há um leque de profissões que tende a ser mais enunciado e que se relaciona essencialmente com o conhecimento que têm da vida social: num plano de contacto e acesso mais directo surgem as referências a trabalhador das obras (ou “*obreiras/os*” para utilizar a expressão de algumas crianças), empregada de limpeza, médico, professor ou polícia; e num plano que cruza o quotidiano com uma componente comum ao imaginário infantil, indicam futebolista e cantor. Quando se passa das aspirações às expectativas, surgem diferenças especialmente significativas na consideração da possibilidade de vir a ser médico, futebolista ou cantor, ao contrário da expectativa de ser professor, que surge um pouco acima da manifestação de aspirações. Inversamente, muitas acham que o futuro passará particularmente por trabalhos nas obras e limpezas, tal como já acontece com os pais, deixando cair as aspirações que haviam revelado durante a conversa. Digno de registo que os que respondem aspirar a ser polícias verbalizem também a ideia de que vão alcançar esse objectivo.

“Quero ser bombeiro para apagar os incêndios que há no bairro e queria trabalhar numa obra e acho que vou conseguir. Tenho é de trabalhar muito.” [rapaz M22, 8 anos, 2º ano, Bairro Amarelo]

À origem comum em estratos sociais desfavorecidos, os desejos e aspirações relatados em idades tão novas, ou nalguns casos mesmo expressos pela ausência de uma ideia de futuro (“*Nada*”) reflectem possíveis modos de vida extraordinariamente limitados em termos de experiência social mais alargada a outros espaços e contextos que não os da família

ou do bairro onde residem. Se para muitas crianças a ideia de um trabalho no futuro é algo que se deseja e se perspectiva numa determinada direcção, é de assinalar a existência de uma proporção ainda expressiva que, independentemente da idade, sexo, origem étnica ou bairro, manifesta uma repulsa pela ideia de trabalho no futuro baseada nos efeitos que percepção já no presente.

“Trabalho?! Trabalhar não, não é fixe, cansa muito... não quero trabalhar, não, não...”
[rapaz M32, 9 anos, Bairro Verde, notas de campo]

A linha de reprodução social anteriormente manifesta no campo das profissões vê-se também aqui fortemente expressa por várias crianças que vão além da perspectiva de que o trabalho cansa, percebendo os subsídios sociais atribuídos às suas famílias como uma via normal e sustentada para a sua realização futura.

“—Quando for grande eu quero ter o rendimento [Social de Inserção]!
— Mas não queres trabalhar?
— Não.
— Porquê?
— Não gosto de trabalhar.
— Mas tu já trabalhas?
— Já, na escola, a professora dá-me trabalhos.
— Mas os teus pais trabalham?
— Não.
— E achas que quando fores grande podes viver sem trabalhar?
— Sim, aqui há muita gente que tem o rendimento...” [rapariga F26, 8 anos, Bairro Azul]

São situações observadas em mais de um caso, que ultrapassam idade, sexo, origem étnica ou bairro. Os apoios sociais, designadamente no âmbito do Programa de Rendimento Social de Inserção, parecem ter dado lugar à construção de uma nova categoria que se vê deslocada para o campo das aspirações e expectativas profissionais, a do “rendimento”, como é recorrentemente utilizada entre crianças e adultos. Mesmo em famílias onde alguns membros que usufruem deste apoio exercem, simultaneamente, um trabalho parcial, subsiste em alguns dos mais novos a percepção de que se trata de um direito adquirido, perspectivando-o como um recurso a longo prazo, diversamente dos motivos que estiveram na base da sua implementação.

Trata-se de um problema grave, e muitas vezes se assistiu a conflitos e a tensões entre elementos de diferentes famílias essencialmente por causa das diferenças nos valores atribuídos a uns e outros. As gerações mais novas tendem a considerar a possibilidade de candidatura assim que se aproxima a maioridade e esta atitude encontra-se já incorporada entre várias crianças. Simultaneamente, a interiorização desta ideia anula ou dificulta qual-

quer intervenção que vise a capacitação das famílias e a sua autonomia de modo a eliminar-se a necessidade de apoios sociais desta natureza.

Num campo que deve merecer especial atenção situa-se a valorização do “*banditismo*” como modo de vida que se deseja para o futuro. Se no campo científico se fala de delinquência numa perspectiva que decorre da interação social e da atribuição de rótulos entre indivíduos, neste contexto o termo mais usado e que adquire um expressivo valor funcional tanto para crianças como para adultos é o de bandido. Não é por isso de estranhar que uma das expressões mais difundidas no contexto desta investigação passe por uma idealização exacerbada desde idades muito baixas do “*banditismo*”, assente num certo culto da virilidade e poder que não é exclusivo do sexo masculino, estendendo-se também a algumas raparigas.

“-Ah! Eu quero ser ladrão, quero ser ladrão! Conheço mais ou menos muitos ladrões. (...) É bom ser ladrão porque é divertido e mais nada. (...) É andar a brincar com os polícias, ir atrás dos polícias e eles não apanham, às vezes sim mas não apanham mesmo nós. (...) Queria ser um ladrão... um ladrão de roubar carros, roubar um carro só, depois vem a polícia atrás, eu corria e depois fujo e a polícia não encontra. (...) Fujo para casa, é divertido deixar a polícia no poste, eu fujo, a polícia vai e bate no poste e eu fujo para casa, a polícia não vai lá.” [rapaz M33, 6 anos, 1º ano, Bairro Rosa]

Se este rapaz se fica por querer ser “*ladrão*”, já outros dos seus pares desejam mais ser “*bandido*” ou até mesmo “*chefe dos bandidos*”, diferenciando concretamente os desejos em função do entendimento sobre hierarquias e papéis sociais que se assumem no seio de determinados grupos e subculturas delinquentes. O fascínio que certas crianças, mesmo em idades precoces, manifestam sobre o universo simbólico da violência tende a decorrer a par com referências identitárias na família e comunidade e com a facilidade de experiência destes modos de vida nos espaços de socialização. Ouvir dizer “*o meu tio que é ladrão*”, “*os meus primos são bandidos*”, “*o meu irmão que rouba*” “*o meu pai foi preso porque roubou*”, e tantas outras expressões do género relativamente ao quadro familiar foi uma constante no decorrer da pesquisa no terreno. Não se trata da mera concretização de brincadeiras de ‘polícias e ladrões’ que atravessa o imaginário das mais variadas formas de viver a infância a nível mundial; pelo contrário, em certos casos, a perspectiva do desenvolvimento futuro numa trajectória no mundo do crime é aceite, interiorizada e potenciada pelo leque de experiências a que se tem acesso, como tem ficado amplamente demonstrado neste capítulo. De entre estas, realce para a valorização dos jovens destes e de outros territórios que morrem na prática de delitos, uma realidade que quando acontece encontra um enorme eco, permi-

tindo a perpetuação do reconhecimento de trajectórias desviantes através da criação de mitos e pela difusão de objectos de culto com os quais as crianças se vão identificando.¹⁸⁷

Mais do que poderem ser entendidos como eventuais provocações às instituições que representam as normas sociais, como a escola, estes discursos sobre o ser bandido são habitualmente postos e ditos de um modo espontâneo, numa nítida réplica de valores vigentes nos contextos próximos (Carvalho, 2004, Moignard, 2008). Pode-se pensar que parte desta expressão tem subjacente uma afirmação de diferença numa perspectiva de confronto em relação ao próprio futuro numa visão que destaca a clivagem entre “*nós*”, do bairro, e um “*vós*” dessas instituições que deve ser objecto de desconstrução não podendo ignorar-se a existência de várias crianças cujo caminho para o desenvolvimento de uma trajectória de “*bandido*” já teve o seu início, como se dá conta nos próximos capítulos.

Em síntese

- Apesar da identificação de aspectos positivos que remetem fundamentalmente para a habitação, a frequência escolar e algumas formas de sociabilidade e convivialidade entre pares e com alguns adultos, parte das quais na família, nas suas produções as crianças evidenciam um leque de problemas sociais que percebem a vários níveis e que se podem ver sintetizados no texto que se apresenta a seguir e que foi retirado de um trabalho colectivo da turma de 4º ano participante nesta investigação. Mais do que as nossas palavras, as delas (que tiveram um suporte áudio e vídeo) são bem mais elucidativas da forma como representam alguns dos principais traços de caracterização das matrizes de socialização a que estão sujeitas.

“Os Bandos dos Prédios

Música: rapaz [11 anos, Bairro Verde]; Letra: *turma do 4º ano*; Vídeo: rapariga [9 anos, Bairro Amarelo], : rapaz [11 anos, Bairro Verde]; e rapaz [10 anos, Bairro Azul]

(“*este rap é dedicado a todos os bairros do mundo*”)

Ando na rua e olho à minha volta, vejo bandos de prédios, todos grafitados.
 E há também a “casa dos drogados”!... Há uns carros na rua, a chapa toda torta.
 Pelo bairro há muitos cães abandonados, junto ao passeio carros que foram roubados.
 Há muita fome, falta aqui muita comida!... E a porta do meu prédio já está toda partida!
 Não te armes em esperto, não pegues nessa arma.
 Se mandarem directo, não vai ficar correcto.
 Quem vai a julgamento cai num sítio infernal.
 Nunca fui até à esquadra, nem quero parar no tribunal.
 Yeah, yeah, yeah...
 Houve uma rusga no bairro da (...), p’ra encontrar a droga dos ‘carochos’,
 Todos pensaram que iam apanhar os pretos... mas afinal só estavam lá os ‘branquelas’!
 Quero que tudo mude, que o nosso bairro seja mais puro
 Quero que os homens sejam mais risonhos, e que possam realizar todos os sonhos
 Yeah, yeah, yeah...”

¹⁸⁷ Nomeadamente pela distribuição e venda de camisolas ou de outros objectos com a fotografia dos jovens mortos nessas práticas e/ou em confronto com as autoridades policiais. Por vezes, a venda destes artefactos ajuda a suportar as despesas do próprio funeral para além de constituírem peças fundamentais na elaboração do processo de luto por parte da família e amigos.

Capítulo 8 – REALIDADES FRAGMENTADAS SOBRE DELINQUÊNCIA: A PERSPECTIVA REGISTADA PELAS ENTIDADES OFICIAIS LOCAIS

Este capítulo centra-se na apresentação, análise e discussão da perspectiva registada pelas entidades oficiais sobre a delinquência de crianças no concelho de Oeiras, com um especial enfoque na reportada às residentes nos bairros em estudo. Para esta abordagem, tomou-se como ponto de partida os actos registados pela Esquadra da PSP local, cuja competência territorial engloba a área de todos os bairros, centrando-se depois o interesse nos dados obtidos na consulta dos documentos constantes nos *Processos de Promoção e Protecção* da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens concelhia. Nos casos que são acompanhados por esta última entidade, foi possível encontrar novas ocorrências policiais registadas noutras Esquadras relativamente a crianças dos bairros, quer a nível do território oeirense quer fora dele, o que evidencia a elevada mobilidade geográfica e autonomia de algumas logo em idades muito baixas.

Foram identificados, para cada um destes patamares de intervenção, os principais traços de caracterização, centrando-se o tratamento da informação na identificação do tipo de actos, sua distribuição por sexo e idade, natureza dos registos, formas de actuação predominantes, territórios de actuação e local de residência dos autores.

Da conjugação do material recolhido resultou a definição de uma tipologia estruturada em torno da identificação de seis grandes categorias de delinquência – “*formigueiro*”; “*para o público*”; “*de consumo*”; “*rodoviária*”, “*escolar*” e “*contra as pessoas*” –, e a sua problematização faz-se integrando e realçando o que de mais significativo emerge neste cruzamento de olhares, sobretudo ao nível dos processos e dinâmicas sociais. Independentemente da sua expressão estatística, que se observa ser relativamente reduzida tanto no que diz respeito às ocorrências identificadas como ao número de crianças nelas envolvido, o que aqui se pretende colocar em causa é a diversidade de actos e formas de expressão da delinquência praticada por crianças, especialmente as residentes no contexto da investigação. Como as designações usadas deixam já antever, está-se perante a construção de categorias que reflectem a prevalência de determinados aspectos qualitativos em detrimento de outros, nomeadamente tendo por enfoque os espaços e formas de actuação e o vector-chave aparentemente na sua origem e que acaba por suportar a agregação entre si.

8.1. Autoridades policiais: os dados da esquadra local da PSP

As autoridades policiais representam um dos patamares de acção dos mecanismos de controlo social formal, consubstanciando parte da reacção social à criminalidade e delinquência. Como ficou amplamente demonstrado no Capítulo 3, a recolha de informação oriunda das entidades oficiais portuguesas sobre a problemática em análise é das tarefas mais complexas que um investigador se pode propor realizar. Não obstante as limitações existentes já anteriormente identificadas, que levam à impossibilidade de apresentar quadros a nível nacional ou da Área Metropolitana de Lisboa, desejáveis para uma melhor compreensão sobre a matéria em estudo, manteve-se o objectivo de tentar a obtenção de dados a nível micro, considerando como unidade de análise a Esquadra local da Polícia de Segurança Pública que abrange o território dos bairros seleccionados. Afigurava-se pertinente conhecer e analisar as participações registadas pelas autoridades policiais relativas a crianças residentes nesses bairros discriminadas como agentes/suspeitas da prática de factos que à luz da lei penal são considerados crime, ou seja, actos delinquentes.¹⁸⁸

Mediante autorização da Direcção Nacional da PSP, e em estreita articulação com a Divisão de Oeiras, o processo de recolha de informação nessa Esquadra teve duas fases. Numa primeira, mais alargada, solicitou-se o acesso à estatística aí registada no período compreendido entre 2001 e 2008 sobre o envolvimento de crianças até 12 anos de idade e independentemente do seu local de residência nesse tipo de práticas. Visou-se a obtenção da informação possível relativamente ao número de ocorrências e seu tipo, natureza dos factos, sexo e idade dos autores de forma a poder traçar um primeiro quadro de análise. Para este efeito, a Esquadra forneceu um conjunto de dados que foi recolhido por um dos seus agentes a partir da consulta dos registos escritos constantes nos *Arquivadores do Expediente*, *Registos* e *Arquivadores dos NUIPC* e *Livros de Relatórios dos Graduados de Serviço* dessa Esquadra (Anexo 7.12). A recolha recaiu apenas nos documentos que deram lugar a procedimento criminal a partir da identificação das crianças em causa, não tendo sido considerados aqueles em que a vítima apontou para a eventual participação, mas de forma vaga e sem que tivesse sido possível confirmar a sua identificação,¹⁸⁹ logo o escalão etário que se pretendia.

¹⁸⁸ Os termos “*agentes/suspeitas*” e “*factos*” têm uma conotação jurídica sendo usados nos documentos oficiais dos mecanismos formais de controlo social e surgem neste capítulo por esse motivo.

¹⁸⁹ Nestas ocorrências eram apresentadas situações que tendencialmente apontavam para intervalos de idade, do género “*entre 8 e 10 anos*”, “*entre 10 e 14 anos*” o que impedia a devida análise para além de se centrar exclusivamente numa apreciação subjectiva do ofendido que, na realidade, poderia de todo não corresponder à idade aparente. Assim sendo, no tratamento da informação feito no primeiro momento pela própria Esquadra, este tipo de ocorrências não foi considerado.

No que concerne à idade, a solicitação feita centrou-se no limite dos 12 anos em função da problemática em estudo, mas da parte da Esquadra o levantamento veio a incluir também crianças de nessa idade.¹⁹⁰ Por isso, neste capítulo utiliza-se a expressão “*crianças menores de 13 anos*” sempre que se integra a informação disponibilizada nesta fase.

Numa segunda fase, procurou-se conhecer melhor o conteúdo de parte dessas ocorrências, sobretudo as que diziam respeito às crianças dos bairros, para que se pudesse identificar e compreender algumas das dinâmicas de actuação. Não se tinha a veleidade de desenvolver um conhecimento estatístico da situação tendo em conta as limitações a que se tem feito referência ao longo deste trabalho, mas somente avançar para uma perspectiva de análise qualitativa que possibilitasse desenvolver complementaridade a outros dados, muito em especial os oriundos dos processos de promoção e protecção da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, vários dos quais incidindo sobre as mesmas crianças.

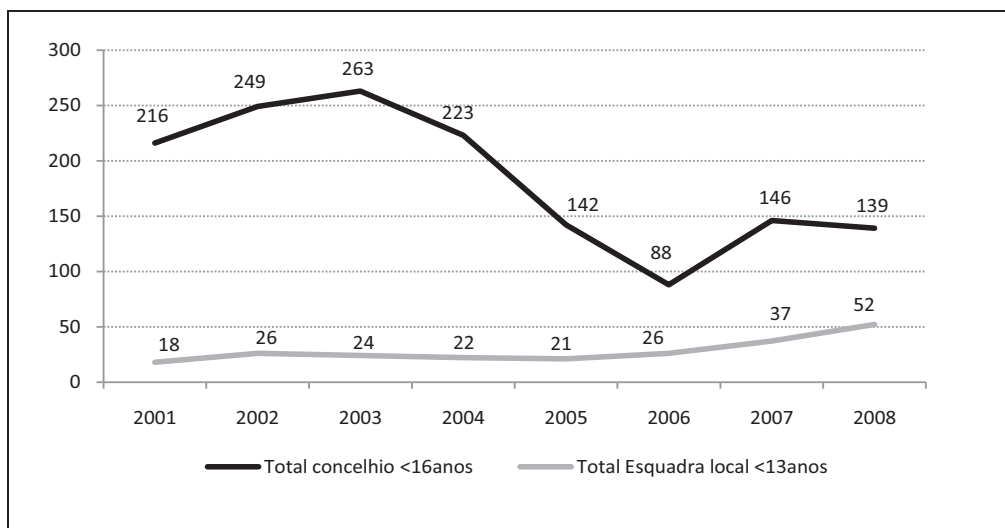
Perante este enquadramento, constatou-se que no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2008 foi registado nessa Esquadra um total de 228 ocorrências envolvendo crianças menores de 13 anos de idade.¹⁹¹ Tentando perceber qual o peso que este número apresenta a nível concelhio no total dos factos reportados à categoria “*menores de 16 anos*” onde se integra, procedeu-se também à recolha dos respectivos dados a partir dos quais se efectuou essa comparação (Figura 8.1). Conscientes das limitações deste procedimento, que fica apenas por um primeiro patamar de observação, não deixa de ser significativo que a evolução dos casos identificados na Esquadra local relativamente aos mais novos siga uma tendência aparentemente diversa da linha de orientação manifestada pela categoria abrangente onde se inclui. De facto, e considerando que Oeiras dispõe de cinco Esquadras Territoriais, é digna de registo a representatividade dos valores reportados no contexto da investigação, em especial, pelo crescimento regular que se manifesta desde 2005. Uma vez que se trata de uma Esquadra que se situa num plano intermédio entre as restantes do concelho, tanto no que diz respeito à área territorial abrangida como à densidade populacional e urbanística, é relevante que, em 2008, as situações envolvendo crianças menores de 13 anos de idade aí registadas corresponda a 37,4% do total concelhio reporta-

¹⁹⁰ Dada a escassez de material estatístico produzido neste campo, considerou-se então pertinente mantê-la nesta abordagem por permitir uma visão da evolução da situação logo no ano imediatamente a seguir ao que constitui o corte na diferenciação da reacção formal dos mecanismos de controlo social à prática de delinquência, muito em especial pela possibilidade de confirmação (ou não) da continuidade nessa prática de crianças que já antes disso tinham sido referenciadas.

¹⁹¹ Por se tratar de situações reportadas a menores de 16 anos, até recentemente o registo sob a forma de ocorrência seguia um modelo específico, individual para cada caso, e por isso, de forma a poder uniformizar-se o tratamento dos dados, no processo inicial de recolha da informação o agente da Esquadra optou por manter essa linha pelo que cada ocorrência corresponde à suspeita da prática de um facto por uma criança menor de 13 anos.

do aos “*menores de 16 anos*” (Anexo 8.1). Já em 2006, nesta mesma categoria, o valor então atingido representara 29,5%, ao passo que em 2007 se situara nos 25,3%; os valores mais baixos reportam-se aos anos de 2001 (8,3%), 2003 (9,1%) e 2004 (9,8%).

Figura 8.1: Agentes/suspeitos menores de 16 anos identificados na prática de factos qualificados pela lei penal como crime em ocorrências policiais registadas no concelho de Oeiras e agentes/suspeitos menores de 13 anos do mesmo tipo de práticas nas ocorrências da Esquadra local, entre 2001 e 2008



Fonte: Direcção-Geral de Política da Justiça. Ministério da Justiça e Esquadra local da PSP (2009)

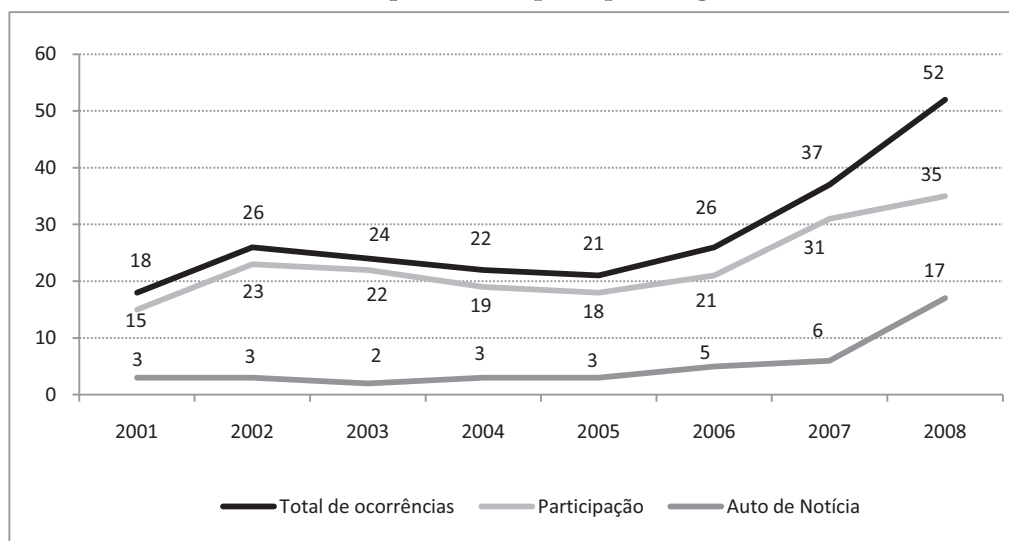
Não se dispondo nesta investigação de dados suficientes para a explicação da evolução da categoria oficial “*menores de 16 anos*” no concelho de Oeiras, realçando apenas que de certa forma parece acompanhar um movimento próximo do observado a nível nacional neste campo (Capítulo 3), a subida consistente do número de registos da Esquadra local, com os valores duplicados entre 2006 e 2008, merece uma especial atenção. Apesar de, em termos absolutos, os números serem pouco expressivos de um ponto de vista estatístico,¹⁹² importa reter que não se trata de números em abstracto mas antes reportados a algumas das situações mais graves que em que uma criança pode estar envolvida ao longo da infância. Neste primeiro olhar sobre a estatística oficial parece confirmar-se algumas das razões que estiveram na base da escolha deste território para a realização deste estudo.

Outro aspecto a salientar prende-se com a natureza do tipo de registo efectuado. No total das 228 ocorrências, 18,5% encontram-se sob a forma de *Auto de Notícia* (43) e 81,5% na de *Participação* (185). Não é indiferente a forma deste registo: no primeiro caso, trata-se

¹⁹² De um ponto de vista demográfico, esta Esquadra abrange um território onde, de acordo com os *Censos de 2001*, residiam à volta de 3.500 crianças com idades compreendidas entre os 0-14 anos. Segundo informação mais recente para este mesmo território (CMO, 2010), este número que se reporta exclusivamente aos casos oficialmente recenseados, apresentará, entre 2007 e 2008, uma taxa de variação ligeiramente positiva que será detalhada com a realização dos próximos *Censos*.

de situações que decorrem directamente da formalização da denúncia apresentada pela vítima que accionou os mecanismos legais a partir dos quais decorre a intervenção oficial; no segundo, são apenas ocorrências registadas pela polícia na sequência da sua acção em função de solicitações que lhes foram feitas e dos actos detectados em flagrante mas em relação às quais a vítima não procedeu à respectiva denúncia formal.

Figura 8.2: Agentes/suspeitos menores de 13 anos identificados na prática de factos qualificados pela lei penal como crime em ocorrências da Esquadra local, pelo tipo de registo, entre 2001 e 2008



Fonte: Esquadra local da PSP (2009)

Constata-se, pois, uma acentuada e significativa diferença entre os dois tipos de registo, o que conduz ao levantamento de algumas interrogações. A primeira prende-se com o exercício do direito da vítima à denúncia no caso de crimes de natureza particular, da qual depende o prosseguimento da acção. Da análise destes dados, complementada com a leitura de ocorrências, fica claro que, na maioria das vezes em que a polícia foi chamada a intervir perante situações que envolviam crianças na qualidade de agentes/suspeitos, a vítima acaba por optar maioritariamente pela não formalização da denúncia, algo que muitas deixam bem claro logo no primeiro contacto com as autoridades policiais. Disso são exemplo alguns dos excertos que a seguir se apresentam e que dizem somente respeito a crianças dos bairros em estudo.¹⁹³

“(…) O menor [rapaz M34, 7 anos, Bairro Verde], que não pertencia à escola, introduziu-se ilícitamente no interior da referida escola, tendo para o efeito saltado a vedação em ferro, com cerca de 2,5 m de altura, sem autorização de quem de direito. Por tal facto, e após ter sido avistado pela professora [nome], ordenou-lhe verbalmente que abandonasse o local. Como o menor mostrou violência, segurou-o por um braço, tentando conduzi-lo até ao exterior, tendo o menor deferido em acto contínuo, um

¹⁹³ Em todos os casos aqui apresentados, a linguagem original é mantida, salvaguardando-se a identificação dos nomes reais de pessoas, estabelecimentos e locais, que são omitidos.

murro na face da professora. **A professora não deseja procedimento criminal**, em virtude deste menor, segundo declarações da vítima, ser muito violento, tendo receio que posteriormente à sua queixa resultasse em situações ainda mais graves, referindo ainda que o menor deveria ser acompanhado.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra da PSP local]

“(…) por na data e hora acima mencionados [noite], quando passava junto do local da ocorrência, verifiquei que o menor [rapaz M35, 11 anos, em situação ilegal no país, Bairro Branco] juntamente com outros dois indivíduos do sexo masculino que aparentavam ser menores, saltavam um muro que delimita a Casa de Acolhimento acima identificada (da parte interior para a exterior) na posse de um saco de plástico de cor preta que continha diversos brinquedos que haviam subtraído do interior daquela instituição (...). De referir que não foi possível identificar os outros dois menores, tendo apurado no entanto junto do primeiro que se tratava de dois rapazes, de 10 anos [M36 e M37] residentes no Bairro Branco. O menor foi entregue à sua mãe mediante termo de entrega de menor. **A responsável da Casa de Acolhimento disse não desejar qualquer procedimento criminal ou outro contra o menor interceptado.**” [excerto de ocorrência policial da Esquadra da PSP local]

“(…) os dois menores [rapazes M38 e M39, 10 e 11 anos, Bairro Rosa] passaram a linha da caixa não efectuando o pagamento de: 2 videojogos para consolas PSP, Nintendo, PC (...) **Contactada a responsável do [estabelecimento comercial/grande superfície], a mesma informou não querer apresentar queixa contra os menores.** Os menores foram conduzidos à Esquadra onde [um] foi entregue à mãe (...) e o outro foi por mim conduzido à sua residência onde foi entregue a sua avó (...). Ao ser efectuada uma revista ao [segundo], o mesmo tinha na sua posse um X-acto (...) que o mesmo afirmou que quando se encontrava junto de um carrossel (...) na Feira [nome], no final do ano passado, não sabendo o dia exacto, o mesmo caiu do cimo do divertimento em questão tendo o menor ficado com ele.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra da PSP local]

“(…) final da tarde (...) o rapaz [M40, 9 anos, Bairro Verde] em conjunto com outro menor [rapaz M41, 9 anos, Bairro Branco] tentaram furtar a carteira de um transeunte na via pública [Bairro Branco] que o agarrou (...) **o ofendido não apresentou queixa contra o menor**”. [excerto de ocorrência policial da Esquadra da PSP local]

Quando se tenta perceber se este será um posicionamento exclusivo para a população em estudo, depreende-se que não, pois ao efectuar-se uma breve e limitada análise da delinquência de jovens residentes neste concelho considerados estritamente no âmbito da *Lei Tutelar Educativa*, encontra-se uma linha de orientação bastante similar quer nas ocorrências policiais sumariamente analisadas quer na evolução dos inquéritos judiciais abertos após formalização de denúncia. É significativo que no Distrito Judicial de Lisboa seja no Tribunal de Família e Menores de Cascais (que abarca Oeiras), que a desistência de queixa por parte das vítimas nos casos dos jovens cujas práticas delinquentes ocorreram entre os 12 e os 16 anos se faça sentir muito significativamente, dando assim lugar ao respectivo arquivamento do inquérito tutelar educativo, situação que anula a possibilidade de intervenção

posterior. A proporção desta situação é aqui muito expressiva num desfasamento perante o que se passa na maioria dos outros Tribunais do mesmo Distrito Judicial (PGDL, 2009).¹⁹⁴

Assumem, pois, especial expressão os casos em que à intervenção das autoridades policiais, mesmo quando por solicitação da vítima para deslocação ao local da ocorrência, não se segue a formalização da queixa, numa atitude de aparente desvalorização dos actos cometidos pelas crianças. Estando estas situações relativas a menores de 12 anos enquadradas pela *Lei de Protecção de Crianças e Jovens*, é dado conhecimento pela polícia ao serviço do Ministério Público territorialmente competente, e a inexistência deste procedimento por parte da vítima não impede que a situação seja analisada, podendo, mediante a apreciação feita por esses serviços, ser referenciada à respectiva Comissão de Protecção de Crianças e Jovens para instauração de processo. No entanto, não havendo a formalização da queixa, esse processo decorre exclusivamente em função dos termos constantes na ocorrência policial, sem possibilidade de aprofundamento em sede de inquérito ou de averiguação pela Comissão junto da vítima, o que pode constituir um constrangimento a uma mais adequada tomada de decisão.

“Há [diferença na forma como as vítimas se posicionam perante os autores dos factos]. Se for adulto, a vítima acaba por ter uma reacção... quer que ele seja responsabilizado. Quando começa a ver que é menor...então mas... alguns dizem ‘sei lá se ele não dizer aos irmãos que me acertam o passo!’. Sobretudo quando as vítimas são também menores, se frequentam a mesma escola e os pais é que são os titulares da queixa muitas vezes tentam é camuflar. Dizem ‘filho, deixa lá, aquela mão já está recuperada, deixa lá que compro-te outro’. Mas acabam por fazer isso também por outras situações sabendo que a justiça... não acreditando nas instituições, na polícia, na sociedade. Para quê? Dizem ‘estou-me a chatear para quê? Vou ao tribunal para quê? Não quero saber. Tinha um telemóvel e nunca mais o vejo, acabou, adeus. (...) Não vale a pena porque é menor e se não acontece nada vamos embora daqui para fora ‘acabou... é menor e não têm onde cair mortos’. É que nos dizem muitas vezes quando informamos dos procedimentos ao seu alcance.”[elemento A da força policial da Esquadra local da PSP, entrevista]

Coloca-se aqui em causa as formas de reacção social que uma sociedade dispõe ou põe em execução perante situações desta natureza, bem como a questão de saber se essa mesma sociedade ao desvalorizar a importância desses actos, não estará também a contribuir para o reforço destes percursos desviantes pelo sentimento de impunidade ou de alheamento que estas atitudes traduzem (Carvalho, 2010a). Não se discute sequer todos aqueles actos que são praticados nos mais diversos contextos nunca ultrapassando um pri-

¹⁹⁴ Nesse Tribunal, em 2006, num total de 422 processos tutelares educativos, 10,7% (45) foram arquivados por desistência de queixa; em 2007, esse número passou para 19,3% (78 num total de 403) e em 2008 atingiu o valor de 28,0% (74 num total de 268). Outros Tribunais da PGDL que apresentam também elevados valores nesta condição são os do Seixal (em 2006 e 2007), Almada (2008), Funchal e Ponta Delgada, estes últimos numa mesma linha nos três anos em causa.

meiro patamar de informalidade, ou porque não se conhecem, ficando restritos aos seus autores, ou porque os mesmos aí são ignorados ou então resolvidos com base num ajuizamento que dispensa o contacto com as estruturas de controlo social formal. A discussão que se desenvolve centra-se naqueles que passaram além desse limite e chegaram, por várias vias, ao conhecimento da primeira linha da intervenção formal. Se na maioria dos casos identificados nesta Esquadra a situação foi inicialmente percebida num patamar de gravidade que suscitou à vítima a necessidade das forças de segurança, como justificar a não continuidade dos procedimentos legais que, antes de mais, visam a sua salvaguarda em paralelo com a protecção da própria criança?

Na base desta opção pode encontrar-se um amplo leque de motivos, eventualmente uns mais conscientes ou de maior visibilidade do que outros. Começa-se pela não valorização da importância dos actos sofridos, provavelmente junto daqueles que têm uma natureza bagatelar, ou seja, de diminuta expressão material. Pode também dar-se o caso de ser estimada a inconveniência, ou até mesmo o prejuízo, que podem advir para os interesses do titular da queixa (os pais ou quem detenha a guarda de facto), maioritariamente em situações estreitamente associadas à sua esfera pessoal e familiar (Rodrigues e Fonseca, 2000). De igual modo, pode-se pensar-se na adopção de um ponto de vista que tenderá a considerar este tipo de práticas como “*uma coisa de crianças*” [rapaz, 9 anos, 3º ano, Bairro Azul], recorrendo-se a uma expressão utilizada por um dos entrevistados nesta investigação para justificar as suas práticas. Neste âmbito, e como se constata na literatura científica, ter-se-á o entendimento de que estes actos farão parte integrante da vivência da infância (e juventude) nos mais diversos contextos, não se vislumbrando por isso necessidade de outro tipo de intervenção que, pode até mesmo, como apontado em vários estudos, conduzir a maiores danos e prejuízos na vida da criança.

Mas a consideração desta aparente “*normalização*” destas práticas nestas idades pode também estar associada a situações mais graves, designadamente aquelas que terão por fundamento último um sentimento de insegurança, receio e medo de reacções por parte das crianças agentes/suspeitas dos actos ou dos seus familiares, tal como se encontra patente no excerto anteriormente apresentado relativo à acção de uma professora que foi vítima. É nítida a forma como o medo pode imperar pelo aparente conhecimento que se tem sobre o meio envolvente e a vida da criança, independentemente da idade, como é visível neste caso, de apenas sete anos. Como refere um dos entrevistados, estas questões assumem contornos que atingem o cerne da ordem e da coesão social.

“Dá-se aqui o colapso do sistema social, um dos pilares do sistema judicial que por sua vez arrasta a segurança que por sua vez pode até arrastar uma sociedade. Acho que as pessoas estão... há um divórcio até da própria cidadania...” [elemento A da força policial da Esquadra local da PSP, entrevista]

De assinalar que a não formalização da denúncia não se limita a um só tipo de actos, abarcando diversas situações, desde as que foram levadas a cabo directamente “*contra as pessoas*” às exercidas “*contra o património*”, como está patente nos exemplos atrás apresentados. Contudo, há a destacar uma linha que parece ser comum nestes documentos: quando as acções envolvem viaturas automóveis – “*furto de uso de; danos; condução sem habilitação legal; furto no seu interior ou outros*” – transparece a ideia de uma maior mobilização por parte das vítimas que se traduz, de pronto ou num breve espaço de tempo, na formalização da respectiva queixa. Tal terá a ver, em larga medida, com a exigência deste procedimento por parte das seguradoras quando se pretende ser ressarcido dos prejuízos. Mas esta tendência revela também o valor que o automóvel assume nas dinâmicas sociais, surgindo como extensão fundamental da própria pessoa, um bem civilizacional dos mais marcantes nas sociedades contemporâneas.

Não deixa de ser relevante que seja neste âmbito que se identifica um maior distanciamento relacional entre as crianças suspeitas dos actos delinquentes e as vítimas, quase sempre desconhecidos entre si. É um ponto a ter em linha de consideração, na medida em que o conhecimento e familiaridade entre uns e outros podem emergir como obstáculo à intervenção posterior, como anteriormente se fez menção. Entre os possíveis efeitos de uma continuada e persistente desvalorização de reacção social perante a tomada de conhecimento da delinquência de crianças, alguns dos entrevistados realçam os efeitos negativos junto das mesmas, sobretudo pela possibilidade de reforço de um sentimento de impunidade que poderá associar-se a percursos de reincidência.

“– Mas depois [os menores] continuam a andar sempre assim, sempre, sempre... e alguns deles têm a percepção que nada lhes acontece por serem menores. Uma vez sabe o que é um me disse... disse que ainda ‘tinha 3 anos para curtir’. Pois é verdade, ele tinha 13 anos, mais 3 é 16, está a ver? É incrível como é que é possível que uma criança – que com 13 anos ainda é uma criança – ter essa noção de impunidade total, de se sentir ‘eu sou o maior’... Veja a implicância daquilo em termos criminais, em termos de rua.

– E diz isto à figura de autoridade?

– Exactamente, é que se fosse a outro... ‘Ah! Ainda tenho 3 anos para curtir’, ele foi interpellado por uma situação qualquer de ilícito, por uma intervenção nosso em que ele não estava bem e disse isto... ”[elemento B da força policial da Esquadra local da PSP, entrevista]

E esta não é uma percepção exclusiva das autoridades policiais, vê-se também reflectida nos discursos de entrevistados relativos a outros patamares de intervenção, numa

linha de orientação semelhante à observada nos trabalhos produzidos pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (Gomes et al., 2004, 2010).

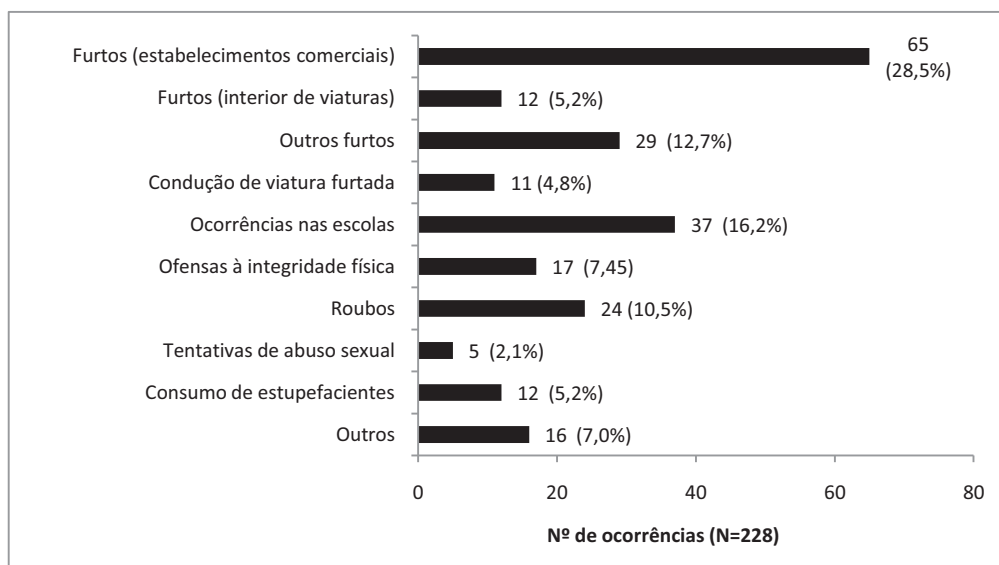
“[a propósito dos processos de promoção e protecção da Comissão local relativos a jovens referenciados por práticas ilícitas] (...) as tarefas que lhes são colocadas não são vigiadas e nós sabemos que eles não cumprem e continuam e isto reforça ainda para continuar a fazer... eles sabem manipular o sistema desde pequenos, e sabem bem. Começam por fazer o primeiro, o segundo e vêem que não têm qualquer acção e por isso sentem-se incentivados a continuar e brincam com as pessoas e com as instituições porque sabem os limites, fazem o que querem.”[técnico A da Comissão de Protecção local, entrevista]

Mas a complexidade do fenómeno em estudo impede que se fique restrito a uma análise linear que ignore a sua multidimensionalidade. Acresce a necessidade de saber se este posicionamento por parte das vítimas não se correlaciona, pelo menos parcialmente, com uma falta de confiança no funcionamento e eficácia das instituições tal como têm vindo a desenvolver-se num quadro institucional de respostas sociais cujos paradigmas de acção podem estar a ser postos cada vez mais em causa perante as mudanças sociais que marcam as sociedades ocidentais (Carapinheiro, 2001). Da análise destas ocorrências e pela identificação dos casos de reincidência que se detectaram, alguns persistentemente ao longo de 2-3 anos (ou até mais se consideramos a sua evolução já na condição de jovem acima dos 12 anos), releva-se a necessidade de uma reacção preventiva que averigue da natureza, dimensão e significado dos factos e da oportunidade (ou não) de outro tipo de intervenção.

Porque as situações observadas são algo diferenciadas em função da natureza dos actos alegadamente praticados, procurou-se identificar os mais representativos à luz da sua correspondência à tipologia prevista no Código Penal, como é habitual nestes estudos daí resultando a construção da Figura 8.3.

Globalmente, entre 2001 e 2008 são os actos “*contra o património*” os mais representados (49,6%), seguidos pelos “*contra as pessoas*” (33,3%), enquanto os relativos a “*legislação avulsa*” – “*condução sem habilitação legal*” (4,9%) e “*estupefacientes*” (5,2%) – se ficam por valores claramente inferiores. De realçar que não se identifica aqui um tão grande distanciamento entre as duas principais grandes categorias como se tende a verificar na informação oficial apresentada pela Direcção-Geral da Política da Justiça no que diz respeito aos jovens entre os 12 e os 16 anos (Anexos 8.1-8.3) ou à criminalidade adulta.

Figura 8.3: Factos qualificados pela lei penal como crime registados nas ocorrências policiais da Esquadra local envolvendo crianças menores de 13 anos, entre 2001 e 2008, por categoria de ilícito



Fonte: Esquadra local da PSP (2009)

No que concerne à variação das categorias de factos no decorrer dos anos, existe uma dispersão dos dados ao longo do período em estudo, sendo os valores por ano muito reduzidos o que impede uma leitura mais aprofundada (Tabela 8.1).

De salientar apenas que os “furtos nos estabelecimentos comerciais”, os “outros furtos” e os “roubos” revelam um certo crescimento nos anos 2007 e 2008. Nestes dois últimos anos, todas as categorias em análise se encontram representadas, o que pressupõe um alargamento do tipo das acções desenvolvidas à medida que o número de situações identificadas tende também a crescer. Na categoria “ocorrências na escola”, assim designada pela Esquadra por nela se enquadrarem todas as situações relativas ao meio escolar e aos diversos membros de uma comunidade educativa, a maioria é “contra as pessoas” (“ameaças”, “injúrias”, “ofensas à integridade física”) que por vezes associam outros, mormente “contra o património” (“furtos” e “danos”).

No que concerne à natureza dos registos, de 2007 para 2008 verifica-se uma certa aproximação entre o número dos *Autos de Notícia* e as *Participações* (Figura 8.2) que se deve, em larga medida, ao crescimento das tentativas de “abuso sexual”, dos “outros furtos” e dos “danos”. Ainda assim, os primeiros representam menos de metade do valor dos segundos mantendo-se a prevalência das *Participações*.

Tabela 8.1: Factos registados nas ocorrências policiais registadas na Esquadra local envolvendo crianças menores de 13 anos, entre 2001 e 2008, por categoria de ilícito

ANOS	FACTOS REGISTRADOS									
	Roubos (coação física, arma branca, outros roubos)	Furtos (estab comerc)	Furto interior viaturas	Outros furtos	Ocorrên- cias nas escolas	Tentativa de abuso/ coação sexual	Ofensas à integri- dade f ísica	Condução viatura furtada	Consumo de estupefa- ciantes	Outros (danos, vandalis- mo, maus- tratos)
2001	2	7	3	1	3	0	0	2	0	0
2002	3	8	2	4	4	0	1	3	1	0
2003	2	7	1	5	4	0	3	1	1	0
2004	1	8	1	4	6	0	2	0	0	0
2005	3	5	0	2	4	1	2	0	3	1
2006	4	6	1	2	5	0	2	1	3	2
2007	3	11	2	3	6	1	3	2	2	4
2008	6	13	2	8	5	3	4	2	2	7
TOTAL	24	65	12	29	37	5	17	11	12	14

Fonte Esquadra local da PSP (2009)

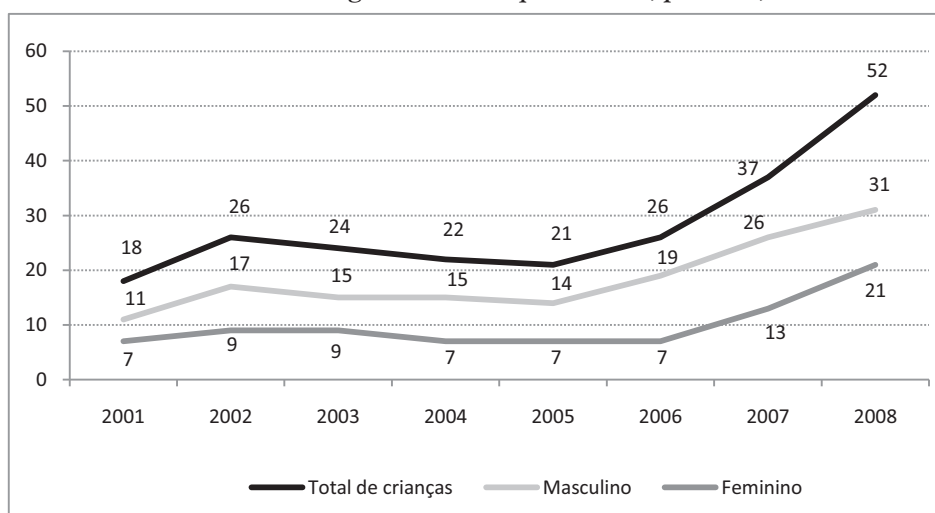
Significativo que nestas idades as diferenças observadas entre rapazes e raparigas não sejam tão acentuadas quanto as estatísticas oficiais relativas aos escalões etários superiores tendem a apresentar a nível nacional, nomeadamente no patamar do sistema tutelar educativo.¹⁹⁵ Ainda que os rapazes estejam maioritariamente representados, a participação das raparigas está registada em 80 ocorrências (35,3% do total), facto que é significativo e diferente do habitual nesta área. A presença de raparigas segue uma linha de representatividade que não é demasiado afastada da dos rapazes, como previamente se poderia supor pela escassez de abordagens existentes sobre o universo da delinquência feminina em função da sua quase ausência nas estatísticas oficiais. Aqui isso não acontece: tendo em atenção os valores absolutos que se analisam, em nenhum dos anos em causa a sua presença foi meramente residual e o seu aumento é evidente (Figura 8.4).

Considerando a sua distribuição por sexo, verifica-se ao longo dos anos um crescimento da percentagem relativa das raparigas nestas situações, com uma especial incidência para o ano de 2008 (40,3% do total desse ano). As ocorrências em que ambos aparecem em simultâneo são escassas, denotando-se uma clara associação e especialização por sexos, ou seja, rapazes e raparigas, quando postos em comparação, tendem a ser autores de práticas que em vários aspectos não coincidem ou se sobrepõem. Tem isto a ver, essencialmente,

¹⁹⁵ No âmbito da execução de medidas tutelares educativas entre 2006 e 2008, o sexo feminino representou o máximo de 12,4%, em 2006, ficando os anos seguintes com valores inferiores (10,7%; 11,9%), respectivamente, em 2007 e 2008). Para um aprofundamento destes dados consultar *Indicadores Estatísticos por ano e Difusão Estatística 2008*, da Direcção-Geral de Reinserção Social, disponíveis em <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>

com a natureza dos actos praticados, espaços de actuação e objectos furtados em relação aos quais se fará referência mais detalhada nos pontos seguintes. Esta é uma situação que tende a estar retratada na literatura científica sobre a problemática e cuja análise na sociedade portuguesa se confirmou em estudos anteriores (Ferreira et al., 1993; Gersão e Lisboa, 1994; Gersão, 1998; Fonseca, 2000; Garcia et al., 2000; Carvalho, 2003, 2005; Leonardo, 2004; Gomes et al., 2004; Duarte, 2010)

Figura 8.4: Agentes/suspeitos menores de 13 anos identificados na prática de factos qualificados pela lei penal como crime em ocorrências registadas na Esquadra local, por sexo, entre 2001 e 2008

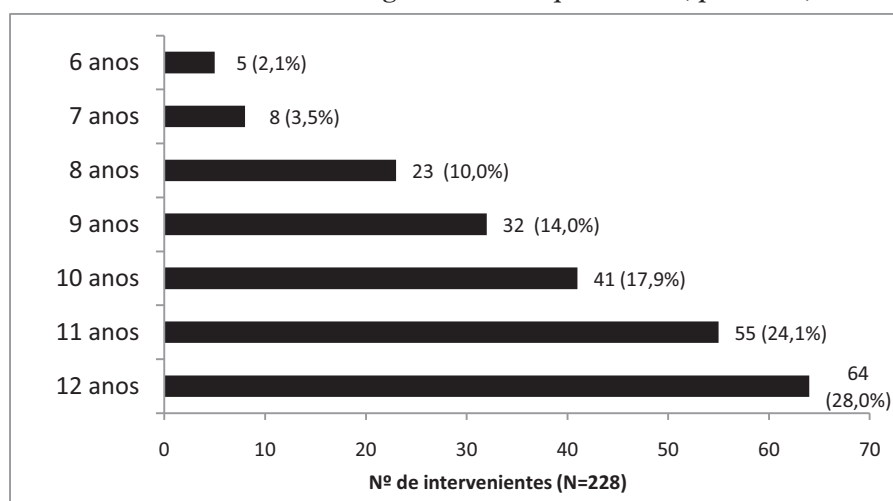


Fonte: Esquadra local da PSP (2009)

Esta questão mereceria um aprofundamento, inclusivamente pela comparação com dados de outras Esquadras, de forma a perceber se estamos perante um fenómeno localizado resultante das características sociodemográficas destes bairros ou se será algo transversal, mais alargado na sociedade portuguesa. Não se dispõe de informação suficiente para uma abordagem detalhada sobre os actos praticados por grupos mistos, pois estes são escassos, realçando-se apenas que se encontram praticamente centrados no contexto escolar, aliando por vezes elementos de uma mesma fratria.

Relativamente à idade, não se identifica uma diferenciação na prática destes actos em função desta variável; numa mesma categoria encontram-se crianças de idades diferentes. Como se observa na Figura 8.5 à medida que a idade avança, avançam também os números de ocorrências registadas.

Figura 8.5: Agentes/suspeitos menores de 13 anos identificados na prática de factos qualificados pela lei penal como crime em ocorrências registadas na Esquadra local, por idade, entre 2001 e 2008



Fonte: Esquadra local da PSP (2009)

Nesta análise destacam-se três pontos para discussão. Um primeiro diz respeito à fraca representatividade dos grupos mais baixos, os dos 6-7 anos, com um valor global inferior a 5% do total das ocorrências. O segundo prende-se com o crescimento significativo que se regista com a passagem para os 8 anos, ao que segue um aumento continuado e aproximado quando se trata de considerar os dois escalões seguintes, o dos 9 e o dos 10 anos. No conjunto, estes três escalões representam 41,9% do total (96) até aos 13 anos e 58,5% se se considerar somente o subtotal até aos 12 anos (164). O terceiro ponto releva a importância de uma nova variação significativa na passagem dos 10 para os 11 anos, escalão este que, isoladamente, atinge valores na ordem dos 24,1% no total que engloba as crianças menores de 13 anos e um terço (33,3%) quando se efectua esta comparação no grupo restrito das crianças até aos 12 anos de idade. Perante estes dados, transparece a ideia da existência de dois patamares etários mais relevantes, um mais baixo relativo aos 8 anos, e um outro que evidencia os 11 anos de idade. Ambos parecem constituir-se como idades charneiras neste tipo de práticas, sobretudo ao nível da sua visibilidade e subsequente contacto com as autoridades policiais.

Uma outra vertente que se tentou tomar para análise prende-se com a reincidência, ainda que limitada ao território desta Esquadra, o que, como se poderá discutir nos próximos pontos, não serve para o conhecimento global de todos os casos pois algumas destas crianças encontram-se, desde muito cedo, associadas a percursos marcados por elevada mobilidade geográfica confirmada pelos documentos constantes nos seus processos de

promoção e protecção.¹⁹⁶ Assim sendo, optou-se apenas por compreender as tendências mais representativas, deixando-se o seu aprofundamento mais para a frente. A primeira constatação aponta para um baixo número de indivíduos que esteve envolvido na totalidade das situações: existem várias ocorrências com os mesmos intervenientes, estando-se perante um fenómeno que, apesar de já reduzido do ponto de vista estatístico, ainda se revela mais restrito e fechado a um determinado número de crianças que tendem a concentrar um maior número de actos. A nível nacional, esta é orientação similar à que se encontra junto de jovens no âmbito da execução da *Lei Tutelar Educativa* (Carvalho, 2004, 2010a; Gomes et al., 2004, 2010). Isto é especialmente visível a partir dos 8 anos, mas não é alargado a todas as crianças identificadas, sendo uma particularidade que se vê atribuída apenas a algumas, de ambos os sexos, na sua quase totalidade residentes nos bairros em estudo.

No universo das ocorrências registadas, uma grande parte das situações diz respeito a uma actuação em grupo, algo que não surpreende e que relevará a protecção que se sente quando se actua em grupo, tema bastante mencionado no âmbito das teorias situacionais da criminalidade (Clarke, 1997), entre outras. A actuação em grupo aumentará a probabilidade de sucesso e diminuirá o risco, por isso os mais novos tendem a agrupar-se mais neste tipo de práticas, enquanto os adultos, mais capazes, já poderão actuar de outras formas, sozinhos. Enquanto referente identitário central, o(s) grupo(s) fornece(m) um ponto de refúgio e de segurança (Sebastião, 1995). Nestas ocorrências, mais do que os pares é a presença de mais velhos, acima dos 12 anos mas ainda inimputáveis, e até mesmo de adultos jovens, alguns dos quais familiares, que se revela mais significativa. A diferenciação da constituição dos grupos, dos papéis assumidos por cada um dos seus elementos, difere consoante os actos praticados, como se apresentará na descrição sobre os tipos de delinquência identificados.

8.2. Os dados da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras

Na medida em que a intervenção da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens está reservada para os casos mais graves relativos a situações de perigo em que se encontram as crianças, nas quais se inclui a prática de factos qualificados pela lei penal como crime, procurou-se conhecer e identificar os principais traços de caracterização dos casos referenciados à Comissão local (Oeiras) por este motivo. Nesta linha de orientação veio a cons-

¹⁹⁶ É de salientar que apenas se teve oportunidade de identificar este tipo de mobilidade nos processos instaurados na Comissão de Protecção, sendo esta uma das limitações a ter em conta. No entanto, presume-se que caso as crianças dos bairros tivessem sido oficialmente identificadas noutras Esquadras em actos da mesma gravidade, teriam também sido, por isso, referenciadas à mesma Comissão como as restantes foram.

tatar-se que, entre 2004 e 2008,¹⁹⁷ este tipo de práticas deu origem à instauração de 68 novos processos de promoção e protecção (Tabela 8.2), maioritariamente de crianças do sexo masculino (83,9%).

Tabela 8.2 : Processos instaurados, transitados e reabertos pela CPCJ de Oeiras pela prática de factos qualificados pela lei penal como crime, por escalão etário e sexo, entre 2004 e 2008

PROCESSOS																		
ESCA- LÃO ETÁ- RIO	S E X O	ANOS															TOTAIS	
		2004			2005			2006			2007			2008				
		IN	TR	RB	IN	TR	RB	IN	TR	RB	IN	TR	RB	IN	TR	RB	IN	RB
0-5 anos	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6-10 anos	M	3	2	0	2	3	0	3	3	0	2	1	1	3	2	0	13	1
	F	0	1	0	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0
11-12 anos	M	0	1	0	5	2	1	4	4	0	3	5	0	3	6	0	15	1
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
13-14 anos	M	1	0	0	2	6	0	5	7	0	4	5	0	1	8	0	13	0
	F	0	0	0	0	0	0	0	2	0	4	1	1	1	0	0	5	1
15-17 anos	M	0	0	0	3	0	0	2	7	1	7	8	0	4	11	3	16	4
	F	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	4	1
T O T A I S	M	4	3	0	12	10	1	14	21	1	16	19	2	11	27	3	57	6
	F	0	1	0	5	1	0	0	3	0	4	1	1	2	1	1	11	3
	Total	4	4	0	17	11	1	14	24	1	20	20	3	13	28	4	68	9
		8			29			39			43			45			77 (+4 transitados de 2003= 81)	

Legenda: IN – processos instaurados; TR – processos transitados do ano anterior; RB – processos reabertos.

Fonte: *Relatórios Anuais de Actividade* da CPCJ de Oeiras (2004-2008).

No conjunto global das problemáticas referenciadas à Comissão em cada ano, o peso desta problemática variou entre os 2,2% (2004) e os 6,2% e 6,4% (2007 e 2005, respectivamente) (Anexo 6.1). Associando ao número processos instaurados os valores relativos aos reabertos pela mesmo motivo (nove), assim como os transitados de 2003 para 2004 (quatro), observa-se a existência de um total de 81 processos no período em análise.

Tendo presente que se trata de um universo estatisticamente limitado, o que impede um maior aprofundamento da discussão em alguns pontos, a evolução registada ao longo

¹⁹⁷ A análise fica restrita aos anos de 2004-2008 por os relatórios de avaliação anteriores a esse período (2001-2003) apresentarem lacunas de natureza diversa no seu preenchimento que não foi possível ultrapassar, inviabilizando a sua análise nos moldes desejados. Teve-se ainda a oportunidade de ainda de consultar os relatórios de avaliação reportados ao período 1998-2000.

dos anos aponta para uma relativa maior presença de casos nos escalões acima dos 12 anos. De igual modo, emerge um aumento do número de transitados de um ano para o outro o que pode indiciar o prolongamento da acção da Comissão junto deste tipo de processos por subsistência da situação de perigo, seja a que nível for.

De um ponto de vista global, as variações registadas nos escalões até aos 12 anos não são significativas, e este parece ser um fenómeno relativamente estabilizado nestas idades, ao contrário do que se passa com os mais velhos, praticamente ausentes nos anos de 2004 e 2005, seguindo-se uma presença significativa nos anos posteriores. A falta de respostas na comunidade para estes casos é um dos problemas apontado para esta situação.

“O nosso relatório [2009] regista uma subida muito grande destes casos, mais nos jovens, muito associado a faltas de respostas para estas idades e problemática.” [técnico A da CPCJ de Oeiras, entrevista]

Porque o interesse desta investigação se centra nas idades mais baixas conforme ficou dito atrás, deste universo seleccionaram-se para análise documental 32 processos relativos a crianças que à data da prática dos factos tinham até 12 anos,¹⁹⁸ ainda que quando da abertura do respectivo processo pudessem já estar acima desse escalão.¹⁹⁹ Deste modo, engloba-se neste conjunto a quase totalidade dos processos instaurados nestes escalões etários nesses anos (25), quatro processos transitados de anos anteriores a 2004, outro reaberto e dois cuja abertura não se deveu exclusivamente à prática de facto qualificado pela lei penal como crime mas associou logo na sinalização outras problemáticas (“*negligência*” e “*maus tratos*”).²⁰⁰

Atendendo à distribuição por sexo, os processos analisados reportam-se a 29 rapazes e três raparigas. Por idades, três são de crianças de 6 anos; quatro de 7 anos; dez de 8

¹⁹⁸ Seguindo este critério, identificou-se um total de 36 processos, não tendo sido possível abarcar os restantes quatro por já não se encontrarem no arquivo desta Comissão. Esta selecção resultou de um levantamento apurado a partir da base de dados informáticos sobre o movimento processual da Comissão e da consulta das *Actas de Reunião da Comissão Restrita* e dos *Relatórios Anuais de Actividades*. No entanto, como durante os anos em causa os procedimentos foram sofrendo alterações, nomeadamente em termos das orientações relativas ao preenchimento da grelha do *Relatório Anual de Actividades*, houve necessidade de consultar um número mais alargado de processos para confirmar cada uma das situações. Este procedimento acabou por ser mais prolongado no tempo, mas teve a vantagem de possibilitar uma melhor aferição dos casos a analisar, nomeadamente no que concerne à idade concreta na prática dos factos. A base de dados consultada foi construída por esta Comissão recorrendo ao programa MSOffice Excel, tendo por fim apenas um patamar de organização do movimento processual. Na altura da recolha de informação, encontrava-se em curso a informatização dos registos dos processos de promoção e protecção nas Comissões numa nova aplicação distribuída a nível nacional para uniformização de procedimentos.

¹⁹⁹ Estas situações decorreram da variabilidade do período compreendido entre a sinalização e a respectiva abertura do processo, que pode ter coincidido com o aniversário da criança e a sua entrada na faixa etária dos 12 anos.

²⁰⁰ Trata-se de processos anteriores a 2007, em que era possível a identificação de mais do que uma problemática na sinalização inicial.

anos; sete de 9 anos; cinco de 10 anos e três de 11 anos. Digno de registo o facto de ser entre os 8 e 9 anos que se situa a maior representatividade de casos, mais de metade (17) do total em causa.

Observa-se que as sinalizações por estas práticas resultaram quase exclusivamente da iniciativa das autoridades policiais e dos Serviços do Ministério Público. Em algumas situações mais recentes (2007-2008), nomeadamente nas que estão relacionadas com o contexto escolar, verifica-se a iniciativa dos estabelecimentos de ensino. Contudo, quando se analisa estes processos nem sempre se encontra a concomitante sinalização às autoridades policiais, ficando o caso restrito apenas à Comissão. Este ponto revela uma das eventuais faces por onde pode circular uma parte das “*cifras negras das autoridades policiais*” relativas a este fenómeno que, deste modo, escapa a outra forma de notificação. Na instauração de outros dois processos foi identificada a iniciativa por parte de um pai e de um padrasto, num e noutro em paralelo com a sua intervenção junto da polícia.

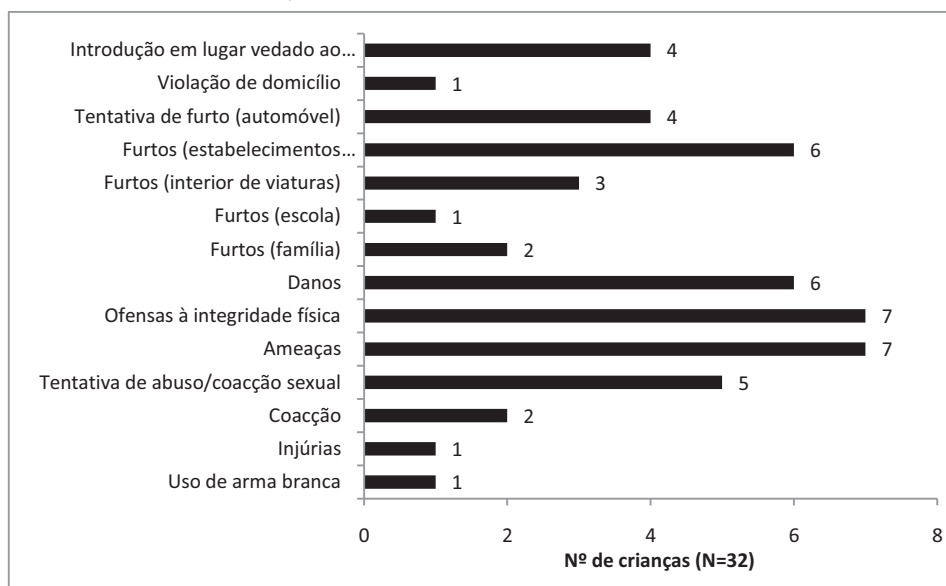
No conjunto destes 32 processos, cerca de dois terços (21) são de crianças que residem nos bairros em estudo e seis dizem respeito a outros bairros de realojamento no concelho. Esta não é uma tendência específica desta problemática, pois, como refere um dos técnicos entrevistados, estende-se a toda a acção desenvolvida no âmbito desta Comissão.

“A maioria dos casos que aqui temos é, de facto, de bairros sociais, de realojamento. Quer queiramos, quer não, o resto é uma pequena minoria. Agora em termos de diferenças entre uns e outros há que registar que se tem feito uma evolução boa, tem-se feito muito em termos de investimento e de estruturas de apoio nestes bairros, têm surgido projectos novos, ideias novas que têm começado a funcionar, quer para os jovens e mais novos, quer para os mais velhos.” [técnico A da CPCJ de Oeiras, entrevista]

Identifica-se uma certa diversidade de actos, ainda que se evidenciem ligeiramente os exercidos “*contra as pessoas*” (28) em relação aos “*contra o património*” (22).²⁰¹ Nos primeiros, realce para as “*ameaças*” (7), as “*ofensas à integridade física*” (7) e as “*tentativas de abuso/coacção sexual*” (5). Em termos de valor absoluto, o acto mais referenciado inclui-se na categoria “*contra o património*”: o “*furto*” (16), seja na forma consumada ou tentada, reportado a diferentes situações e espaços – de automóveis (4), interior de viaturas (3), estabelecimentos comerciais (6), escola (1), família (2).

²⁰¹ Existe depois um leque de casos que abrangem desde a “*coacção com uso de armas brancas*” (1), de “*coacção simples*” (2), de “*injúrias*” (1), de “*violação de domicílio*” (1), de “*introdução em lugar vedado ao público*” (escola – 1 – e automóveis – 3).

Figura 8.6: Natureza dos factos qualificados pela lei penal como crime registados nas sinalizações dos processos analisados da CPCJ de Oeiras



Fonte: *Processos de Promoção e Protecção da CPCJ de Oeiras (2004-2008)*.

Esta tendência de uma ligeira predominância da categoria “*contra as pessoas*” em relação às restantes, diversa do que é habitual encontrar nos estudos sobre delinquência, e mesmo considerando que se encontra restrita a um grupo estatisticamente reduzido, leva a crer que se está perante um processo de selecção anterior que releva a importância dos actos interpessoais em detrimento dos exercidos “*contra o património*”, só fazendo chegar à Comissão os percepcionados como mais graves de acordo com o previsto na lei.²⁰² Isto permitirá explicar, apenas até certo ponto, como entre estes últimos, os relacionados com automóveis têm uma especial representatividade, num grande desfasamento relativamente ao que é esperado a nível societal para estes escalões etários. Num mesmo nível podem também ser colocados os casos de “*tentativa de abuso/coacção sexual*”.

Globalmente, no conjunto destas sinalizações predomina uma actuação em pequeno grupo quando se trata de situações “*contra o património*”, sobretudo os “*furtos*” em estabelecimentos comerciais e no interior de veículos, enquanto nas tentativas de “*furto de uso de automóvel*” estão identificados grupos maiores, com oito ou mais indivíduos de diversas idades.

A reincidência é um dos aspectos em evidência nestes processos, aparecendo como um traço comum em cerca de 20 dos 32 analisados, embora observada em diferentes níveis.

²⁰² Este aspecto esteve bem presente no processo de recolha de informação, sobretudo, quando se procurava perceber o encaminhamento dado a determinadas ocorrências policiais. No confronto entre os nomes de crianças dos bairros identificados nos registos policiais e os nomes dos que chegaram à instauração de processos, o fosso existente entre uns e outros é grande, traduzindo o facto das muitas “*delinquências*” existentes nem todas carecerem necessariamente da intervenção da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

Neste âmbito, os casos mais graves dizem respeito às crianças que logo na sinalização inicial à Comissão se viam já envolvidas em actos onde as viaturas automóveis constituíam o principal alvo da sua actuação, seguindo-se os “*contra as pessoas*”, com ou sem uso de arma branca. Nestes últimos, assiste-se a uma repetição do mesmo tipo de actuação, fundamentalmente em contexto escolar, seja contra pares ou contra adultos, maioritariamente de forma individual. Relativamente aos primeiros, como explicar que a primeira ocorrência remetida à Comissão de duas destas crianças se reporte a uma listagem de tentativas de furto de automóveis aos oito anos de idade, como se apresenta a seguir.

“(...) pelas 22h20m da noite (...) tentativa de furto de veículo automóvel (Fiat) por rapaz de 8 anos [M40, Bairro Verde], primeiro em grupo de 4 menores, depois noutro veículo (Honda) junto apenas com outro menor [rapaz M42, 8 anos, Bairro Rosa], no centro de Oeiras, à noite (...) os dois menores que foram interceptados levaram os agentes a outros carros que já tinham aberto: 2 Fiat Uno, 1 Mini, 1 Fiat que incendiaram tendo ficado com danos – começaram no banco do condutor e já não conseguiram localizar onde tinham deixado outros 2 Fiat Uno, 2 Opel Corsa 1 Citroen ZX. (...)”, Uma segunda participação da polícia “confirma o incêndio e os danos na viatura descrita.” [excerto de ocorrências policiais, Esquadra A da PSP do concelho de Oeiras constantes em processos da CPJOeiras]

Pela descrição dos factos, é difícil pensar que estas duas crianças tenham começado a envolver-se na delinquência escolhendo precisamente um número elevado de automóveis como primeiro alvo, numa actuação concretizada em pequeno grupo onde uns acabaram por ser apanhados e outros escaparam...

Coloca-se novamente a questão de saber se eventuais actos cometidos anteriormente pelos dois, e que acabam por ser mencionados nos relatórios sociais posteriormente realizados pela Comissão, indicando-se que, eventualmente, seriam do conhecimento das entidades e de particulares nas suas comunidades de origem, não terão sido desvalorizados, não se detectando indícios de reacção social a um nível informal, o que poderá ter potenciado a continuidade deste tipo de práticas. A complexidade deste fenómeno e das variáveis pessoais e sociais que nele se cruzam impede-nos de ter uma resposta precisa para esta interrogação.

De igual modo, é impossível não assinalar quão inquietante se tornou analisar a evolução de algumas destas crianças através dos registos existentes nos processos desta Comissão. A título de exemplo, num deles [M40] constam cerca de 30 ocorrências policiais relativas a actos delinquentes praticados pela mesma criança num período compreendido entre os 8 anos e 5 meses e os 10 anos e 2 meses de idade. É frequentemente referido nos documentos oficiais aqui constantes o seu envolvimento num número largamente superior de

factos cuja referenciação não chegou a esta entidade.²⁰³ Num outro processo, respeitante a um outro rapaz [M43, Bairro Verde], identificaram-se à volta de 20 ocorrências reportadas ao período compreendido entre os 9 anos e 9 meses, data da instauração do processo, e os 11 anos e 5 meses. Para qualquer um destes rapazes, constam dos respectivos processos outros registos policiais referentes a fugas de casa, ou mais concretamente à sua entrega por agentes da polícia local às respectivas famílias, que raras vezes sinalizaram oficialmente a ausência. Nestes dois casos, a intervenção da Comissão acabou por desembocar na aplicação da medida de “*acolhimento em instituição*”, à luz do art.º 91º da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens*, reservada apenas para os casos mais graves de perigo iminente para a criança e que apenas foi possível concretizar com a sua entrada em Centro de Emergência.²⁰⁴

Mas antes da concretização deste passo, durante largos meses esta Comissão debateu-se com o problema de nenhuma instituição, a nível nacional, aceitar o pedido de acolhimento de qualquer um deles.²⁰⁵ Num número muito elevado, de todas vinha invariavelmente a mesma resposta: não tinham vaga (“*não há vagas e é só até aos 10 anos de idade*”; “*não há vagas para esta faixa etária*”; “*não têm capacidade técnica para a natureza do comportamento que estes menores exigem*” [excertos de ofícios de resposta das instituições às solicitações das Comissões]).

Volta a evidenciar-se neste ponto a natureza da reacção social, agora numa fase secundária de intervenção. Tal como num patamar anterior se questionou a fragilidade dos

²⁰³ É patente nos relatórios sociais, bem como nas descrições das ocorrências policiais, a indicação de uma regularidade neste tipo de práticas, várias vezes inclusivamente a partir das declarações da própria criança: “o menor assume que já praticou furtos por esticção principalmente no Bairro Branco (...) na semana de (...) efectuou também um furto em camião que transporta peixe, por volta da meia-noite (...) assume que é frequente fazer furtos em estabelecimentos e que consome bebidas alcoólicas”.

²⁰⁴ Apesar dos muitos pontos em comum entre ambos, a evolução destes dois casos seguiu caminhos diferentes. O primeiro teve uma adaptação complexa à institucionalização e as fugas e as práticas de ilícitos continuaram de forma regular, segundo os registos policiais. Perto dos 12 anos, teve a possibilidade de ir viver com outro familiar noutra região do país e durante mais de um ano teve uma maior estabilidade. No entanto, a mãe acabou por falecer em circunstâncias trágicas no decorrer de viagem que efectuava noutro país e por aí se ter casado com um estrangeiro (“*casamento branco*”), o seu corpo não pôde ser trasladado para Portugal. Com a morte da mãe, deixou o tio e voltou para o bairro [Verde], agravando os seus comportamentos, e perante proposta de nova medida de “*acolhimento institucional*” por parte da Comissão onde o processo fora reaberto, a avó materna não deu consentimento e recusou a intervenção. No âmbito de inquéritos tutelares educativos que tinha em curso, foi-lhe aplicada medida “*cantelar de guarda*” em Centro Educativo, onde ainda se encontra em regime fechado (Carvalho, 2010c). Diversamente, o segundo, que entrara no Centro de Emergência vindo directamente do hospital onde estivera internado uma semana após ter sido encontrado mais uma vez pela polícia a dormir na rua na sequência de nova fuga de casa, mantém-se numa instituição, denotando-se até aos 16 anos uma evolução positiva. [notas de campo].

²⁰⁵ Esgotada a intervenção com a família, a Comissão de Protecção decidiu pela medida de “*acolhimento institucional*” para ambos. A mãe de um rejeitou recebê-lo em casa e os avós maternos mostravam-se negligentes e maltratantes. No outro caso, os maus tratos do padrasto sucediam-se, bem como as fugas de casa. Em comunicações da Comissão aos serviços do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores de Cascais é dada a informação “de que não se consegue instituição e que não há colocação para ele e que os serviços de Segurança Social têm feito tudo para mudar a situação, sem sucesso”. [notas de campo]

mecanismos de controlo social informal perante a detecção e acção junto destas situações, agora é o controlo formal que se depara com dificuldades acrescidas na obtenção de respostas para a aplicação das medidas de promoção e protecção designadas nos termos da lei. E a idade das crianças visadas foi avançando, constituindo cada vez mais uma das principais justificações para a inexistência, e até mesmo negação da colocação institucional.

Este é um dado que não constitui o objecto primordial desta investigação e relativamente ao qual muito haveria a dizer.²⁰⁶ Duvida-se que seja alguma vez possível avaliar devidamente os danos causados na vida destas crianças (assim como na das suas vítimas), precocemente sinalizadas por uma das mais graves situações de perigo em que podem envolver-se ou ser envolvidas – a delinquência –, pela demissão prolongada no tempo por parte de quem supostamente existe no terreno para esta função. Trata-se de uma interrogação que remete para o paradigma vigente das políticas de acção social e da infância postas em execução nos últimos anos, provavelmente nas últimas décadas, e para os contornos do papel do Estado neste campo. Levanta-se a necessidade de saber até que ponto muitas instituições e serviços de apoio social (entidades com competência em matéria de infância e juventude) se encontram, de facto, integrados no tecido social onde se inscrevem ou se, pelo contrário, se encontram também segregados, seja territorialmente, seja do ponto de vista das dinâmicas sociais e organizativas revelando-se de fraca eficácia a sua acção. E como apontam Sampson, Morenoff e Groves, entre outros, nos estudos que têm realizado sobre a sociedade norte-americana, é de considerar se a intervenção desenvolvida por essas mesmas entidades não se encontra mais vocacionada para a sua própria sobrevivência organizacional do que para as comunidades que devem servir.

Perante este quadro não será, pois, de estranhar que além destas duas, outras seis destas crianças tenham visto ser-lhes aplicada a medida mais grave prevista na lei, a de “*acolhimento institucional*”. Em suma, um quarto dos processos aqui em análise evoluiu neste sentido, indicador claro da sua complexidade e das dificuldades levantadas pela subsistência da situação de perigo em que cada criança se encontrava. Globalmente, a medida mais aplicada, pelo menos num primeiro momento, foi a de “*apoio junto dos pais*”, numa linha similar ao que é comum a todas as problemáticas, não só a nível concelhio mas também a nível nacional.

²⁰⁶ Para um aprofundamento destas questões em Portugal, consultar os *Relatórios Anuais de Avaliação da Actividade das Comissões* da Comissão Nacional, os *Relatórios de Avaliação do Plano DOM* (ISS; 2008, 2009) e Martinez, Ricardo; Carvalho, M^a João Leote de; Farinha, Vera; José, Teresa Montano de São, e Nádia Vissram; (2005), “Estruturas de acolhimento de crianças e jovens em lares”, em Carneiro, Roberto (coord.) (2005), *Casa Pia de Lisboa. Um Projecto de Esperança. As Estratégias de Acolhimento das Crianças em Risco*, Relatório Final do Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, S. João do Estoril, Edições Principia, Publicações Universitárias e Científicas, pp. 395-522.

No entanto, nem sempre a decisão da Comissão foi aceite pelos pais ou substitutos, inviabilizando-se a execução das decisões por discordância sobre as mesmas ou sobre os conteúdos propostos nos *Acordos de Promoção e Protecção*, acabando por se ver retirado o consentimento dado para a intervenção (3). Noutros casos (2), esse consentimento nem sequer chegou a ser dado.²⁰⁷ Em ambas as situações, e nos termos da lei, os respectivos processos foram remetidos ao Tribunal de Família e Menores de Cascais, passando a constituir-se como processo judicial e passando o acompanhamento técnico a ser da responsabilidade da Equipa de Crianças e Jovens local do Instituto de Segurança Social.

Outra estratégia observada prende-se com a mobilização da família relativamente à criança envolvida em delinquência que se traduz na retirada do local de residência, em situações sempre reportadas aos bairros em estudo. Nuns, constata-se que foi todo o núcleo familiar que se mudou para outro concelho (2), noutros, as crianças foram afastadas e enviadas para fora dos bairros (2), especialmente para junto de familiares no estrangeiro. Nem sempre estes processos decorreram de forma pacífica, fosse pelas dinâmicas familiares descritas, como fosse também pela aparente dificuldade de articulação com os respectivos serviços e entidades que vinham a realizar o respectivo acompanhamento.

“(...) o neto [rapaz M44, 9 anos, Bairro Rosa] foi, como é habitual, para a escola e não apareceu em casa no final da tarde. (...) o avô foi à sua procura e na escola disseram que ele tinha saído no final das aulas. (...) Soube-se depois que o neto saiu do país de avião no dia [...] com toda a documentação em ordem acompanhado pela tia materna (...) umas pessoas num veículo o abordaram, aparentemente o menor conhecia-os e depois de lhe terem dito para entrar a fim de comprar roupas, o menor recusou-se. No entanto, existem testemunhas de que o menor entrou dentro do veículo e não regressou a casa do avô [tendo passado antes pela casa da avó materna no Bairro Verde e daí foi com uma tia materna para o aeroporto juntando-se posteriormente à mãe que reside há anos no Reino Unido, e à irmã [F27, 12 anos] que seguira uns meses antes].” [excerto de ocorrência policial registada a partir das declarações do avô paterno] “ (...) pai e avô muito exaltados com a CPCJ (...) o pai muito alterado culpabilizava a CPCJ e os avós pelo sucedido.” [excerto de relatório da CPCJ]²⁰⁸

Merece uma especial atenção o facto de este leque de situações por da parte das famílias se ter considerado que os modos de vida nos territórios de residência influíam

²⁰⁷ Num destes, relativo a uma rapariga [F28] de nove anos sinalizada por prática de furtos em estabelecimento comercial sob a orientação de uma das irmãs mais velhas, nem sequer foi possível concretizar qualquer contacto com a família ao longo de quatro meses. Consta da decisão de arquivamento do seu processo para remissão a Tribunal que “foram esgotadas as possibilidades de contactos com os pais (...) foram feitas duas visitas domiciliárias, enviadas três convocatórias, tentados outras vias na comunidade mas não chegou a haver qualquer contacto com os pais e a menor e qualquer resposta ou esclarecimento da sua parte às solicitações desta Comissão.” [excerto de acta sobre a decisão, processo da CPCJ/Oeiras].

²⁰⁸ Dada a situação descrita foi accionado pela Comissão o dispositivo internacional de forma a encontrar a respectiva criança e confirmar a sua situação, tendo decorrido no país onde se encontrava o respectivo processo judicial e a aplicação de medida de protecção de acordo com a lei aí vigente. No âmbito dos procedimentos desenvolvidos, foram ouvidos os mais diversos intervenientes, desde as entidades de primeira linha à respectiva Comissão de Protecção, família e crianças envolvidas. [notas de campo]

directamente nas acções pelas crianças, surgindo a sua retirada como a ‘solução’ que aparentemente poderia revelar-se, de imediato, mais eficaz. Como se terá oportunidade de discutir no próximo capítulo, esta opção não é exclusiva destes processos, tendo sido também posta em prática por outras famílias nos mesmos bairros, num entendimento que remete para a prevenção de possíveis situações de risco e perigo, ou até mesmo, já na sequência de actos de vitimação.

Em suma, da análise destes 32 processos da Comissão de Oeiras constata-se a diversidade de situações e de práticas das crianças num patamar que, nos termos da lei, deve representar os casos tidos como mais graves a nível concelhio. Neste percurso encontraram-se também algumas situações que se revelaram pontuais e que por isso mais rapidamente tiveram uma resolução. Apenas um dos casos resultou no arquivamento liminar com respectiva comunicação às entidades de primeira linha em conformidade com o princípio de subsidiariedade.²⁰⁹ Outros sete processos foram arquivados por não subsistir a situação na sequência de averiguação (três em que emerge de forma significativa a integração muito positiva na escola e o bom aproveitamento escolar revelado) ou após aplicação de medida de promoção e protecção, tendencialmente de “*apoio junto dos pais*” (4).

Na maioria dos relatórios sociais e documento analisados foi possível constatar como a ponta do iceberg traduzida nos actos delinquentes destas crianças tende, na maioria, a ter como pano de fundo um quadro social mais abrangente, atravessado por diversos problemas sociais, alguns dos quais já num patamar de exclusão social onde a delinquência é apenas mais uma situação negativa entre várias outras. As dinâmicas familiares registadas revelaram-se fundamentais na tentativa de superação dos problemas, denotando-se uma escassa mobilização nos processos considerados mais graves, não sendo por isso de estranhar a tomada de decisão relativa à medida de “*acolhimento institucional*”. A total rejeição de algumas famílias em articular com as entidades oficiais e as de primeira linha, bem como a sua clara demissão em termos de responsabilidades parentais que se traduzem, em último grau, na desvinculação relativamente à criança e no impedimento do seu regresso a casa muitas vezes observado nas ocorrências policiais, são aspectos decisivos na génese de algumas destas formas de delinquência. Abandono, negligência, maus tratos indiciam um defi-

²⁰⁹ Sinalizado simultaneamente pelas autoridades policiais e pelo padrasto na sequência de um furto: “(...) à noite, os dois menores, irmãos (rapazes, 10 e 14 anos, residentes num bairro social de Oeiras), passaram a linha de caixa do hipermercado com os artigos sem efectuarem o pagamento (carrinhos de brincar). (...) “O mais novo diz que anda com crianças da sua idade ou mais novas porque os mais velhos ‘são bandidos’ e gosta da escola estando bem integrado.”

ciente exercício das funções parentais e não podem ser dissociados da análise dos actos delinquentes.

Neste campo, merece especial atenção o facto de ser identificável em 20 dos 32 processos consultados que o contacto com sistema de justiça por via de delinquência e criminalidade atinge outros membros da família, muitas das vezes, numa linha de orientação que se afigura extensível a mais do que uma geração, a mais do que um elemento, a situações de reincidência prolongadas no tempo e a ambos os sexos. Esta perspectiva de se poder estar perante uma transgeracionalidade da delinquência não pode ser descurada e tem vindo a constituir objecto de interesse em várias linhas de investigação internacional sobre estas matérias (Thornberry e Krohn, 2003), voltando-se a este tema no próximo capítulo. Fica patente a importância do papel de todos aqueles que, individual ou colectivamente, se cruzam com estas e outras crianças e que não devem demitir-se da intervenção de detecção das situações de risco e da promoção de uma acção verdadeiramente social e educativa que marque a diferença nos seus percursos de vida.

8.3 Um olhar sobre os tipos de delinquência oficialmente registada

Na tentativa de obter uma visão integrada sobre a informação recolhida junto das entidades locais com competência nesta matéria, procurou-se concretizar uma análise qualitativa conjunta dos registos oficiais das autoridades policiais e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras relativa ao período compreendido entre 2004 e 2008.²¹⁰ Deste modo, foi possível traçar um quadro onde se identificam seis grandes tipos de delinquência – “*formigueiro*”; “*para o público*”; “*rodoviária*”; “*de consumo*”; “*escolar*” e “*contra as pessoas*” – cujos autores são crianças entre os 6 e os 12 anos de idade, maioritariamente oriundas dos bairros sociais em estudo.²¹¹

Procura-se nesta apresentação discutir e problematizar os principais traços de caracterização de cada um desses tipos não se fechando a análise numa abordagem considerada em função da sua possível representação estatística; pelo contrário, o que aqui se tenta fazer

²¹⁰ A definição deste período decorre do facto de não se dispor da informação detalhada por parte da Comissão relativamente aos anos anteriores coincidindo o mesmo, quase na totalidade, com o tempo da inserção etnográfica nos bairros (2005-2008).

²¹¹ Neste processo foi identificado o envolvimento de 76 crianças residentes nos bairros em estudo representativas de um valor que se estima situado entre os 75%-80% do total de ocorrências analisadas nas duas entidades. Não se apresenta aqui um número exacto na medida em que em relação a alguns (poucos) dos documentos não foi possível confirmar todos os dados aí constantes, ficando-se na dúvida sobre o local exacto de residência. De salientar, como esperado, que uma parte dos registos das autoridades policiais locais foi de novo encontrado nos processos de promoção e protecção.

é desocultar as situações em que foram identificadas as crianças destes bairros, direccionando o interesse para o levantamento, interpretação e compreensão dos contornos qualitativos das acções observadas e descritas nos documentos oficiais recolhidos. Nesta ordem de ideias, a discussão sobre estas *delinquências* parte do questionamento sobre as dinâmicas associadas aos seus autores, aos locais, tipos e territórios de actuação, aos padrões de denúncia e ao vector-chave que lhes está subjacente e que permitiu a construção destas grandes categorias.

8.3.1 Delinquência “*formigueiro*”

A primeira categoria identificada, designada por “*formigueiro*”, assenta em torno de estratégias de sobrevivência e está claramente associada à emergência da satisfação de necessidades básicas,²¹² primordialmente ao nível da alimentação e também da procura de espaços onde dormir, onde passar a noite. Trata-se de uma categoria que se diferencia claramente das restantes por ser a única em que se encontram apenas ocorrências onde a actuação das crianças se faz de modo individual em detrimento de uma actuação grupal, além de dizer respeito exclusivamente a residentes nos bairros em estudo.

Tabela 8.3: Delinquência “*formigueiro*”

Vector: satisfação de necessidades básicas (i.e. alimentação e local para dormir)
Factos: furtos de produtos alimentares; furtos de dinheiro para aquisição de produtos alimentares; arrombamento de veículos automóveis para neles se pernoitar
Agentes/suspeitos identificados: rapazes, desde os 8 anos
Vítimas: desconhecidos ou estabelecimentos comerciais
Denúncia: quase exclusivamente sob a forma de <i>Participação</i> (só registo de ocorrência da polícia) em detrimento de <i>Auto de Notícia</i> (com queixa da vítima e subsequente procedimento)
Locais de actuação: estabelecimentos comerciais de restauração; grandes superfícies comerciais; via pública
Tipo de actuação predominante: individual
Territórios de actuação: no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo, muito em especial nas suas imediações (grandes superfícies comerciais) mas também noutros concelhos vizinhos

Fonte: registos da Esquadra local da PSP (2004-2008) e *Processos de Promoção e Protecção* da CPCJ de Oeiras (2004-2008).

²¹². Corresponde esta categoria, em larga medida, a um conceito que deriva da doutrina e da jurisprudência cuja origem é anterior à República e que se refere ao tipo de furto tipificado no art.º 207º do Código Penal, cuja aplicação depende da verificação simultânea dos seguintes pressupostos: (i) incidência da subtracção e apropriação sobre objectos comestíveis, bebidas ou produtos agrícolas; (ii) de pequeno valor e pequena quantidade; (iii) de imediata utilização, e (iv) que se destinem a satisfazer uma necessidade indispensável do agente, cônjuge, ascendente, descendente, adoptado, parente ou afim até ao 2º grau. A designação furto *formigueiro* não é actualmente terminologia legal aceite pelo Código Penal em vigor.

Mais do que isso, a esta tendência de individualização na acção, num tipo de actos que se revela restrito ao sexo masculino, identificou-se uma outra linha de orientação que não é menos relevante e que contribui decisivamente para a sua explicação: as poucas crianças mencionadas estão todas identificadas em percursos de acentuada e grave reincidência que se estenderam, pelo menos por 3-4 anos, tendo os primeiros registos oficiais de contacto com as autoridades policiais surgido logo aos 8 e 9 anos de idade.

Conjugando estes dados com o envolvimento destas crianças noutros tipos de delinquência onde a sua actuação foi somente referenciada numa inserção em grupo(s) de pares, de jovens ou de adultos, depreende-se que se estará perante crianças que se verão mais entregues a si próprias, com períodos de permanência na rua, em relação aos quais o(s) grupo(s) a que se associam noutros momentos surge numa vertente de delinquência, mas não existirá como efectivo suporte para a concretização de outras necessidades como aquelas que aqui se colocam em causa. Se é verdade que o(s) grupo(s) que se identifica(m) noutras ocorrências policiais não são, essencialmente, grupos de pares mas antes de jovens e adultos jovens, isto poderá ser indicador da forma como estes últimos poderão fazer uso destas crianças, provavelmente olhadas como um recurso útil para certas ocasiões, facilmente descartável numa relação mais aprofundada.

Por outro lado, é digno de registo que nestas ocorrências “*formigueiro*” se observe uma mobilidade geográfica elevada logo em idades muito baixas. Não são somente situações concretizadas fora do bairro e dentro do concelho de Oeiras. Casos há em que as próprias ultrapassaram os limites oeirenses e foram identificadas nestes actos em concelhos vizinhos.

“(...) em virtude do mesmo [rapaz M43, 10 anos, Bairro Verde] andar fugido há uma semana, interroguei-lhe qual a sua ocupação durante todo esse tempo e onde se alimentava, visto a moradora do 1ºD ter informado que o menor não comia em casa mas que apenas lá dormia ao que ele me afirmou que devido à fome, assaltou no dia [data], pela 8h da manhã, no Parque Municipal [nome], a Churrasqueira [nome do estabelecimento], tendo-se introduzido no interior da tenda por debaixo do toldo, subtraindo então muitas moedas de uma caixa ali existente, bem como 3 garrafas de whisky. O menor indicou que utilizou as moedas para adquirir comida e que entregou as garrafas de whisky a um indivíduo de etnia branca com cerca de 28 anos, que se chama [nome] e que reside num prédio na [morada, outro bairro social de Oeiras]. Questionado como é que se introduziu no Parque, o menor informou que entrou pelo portão principal, que passou por dois polícias, vestidos de cinzento, supondo-se serem elementos da Polícia Municipal de Oeiras, e que depois andou pela área dos toldos e que para além da tenda assaltada ainda se introduziu em outras mas que mais nada subtraiu. Informo ainda que o menor já não possui dinheiro resultado do furto. (...) Inicialmente o menor disse que vivia com um primo em [bairro social noutro ponto do concelho de Oeiras], o que não era verdade, deu a morada falsa quando no fundo se encontrava fugido de casa no Bairro Verde há uma semana.” [excerto de ocorrência policial, Esquadra A da PSP no concelho de Oeiras]

“(…) rapaz [M40, 9 anos, Bairro Verde] apanhado no [estabelecimento comercial, no final da tarde], em Benfica, Lisboa, a furtar uma embalagem de barritas de leite (valor unitário de 1,49 euros)” [excerto de ocorrência policial, Esquadra Z da PSP no concelho de Lisboa]

As ocorrências não contêm informação que ajude a perceber como esta mobilidade acontece, realçando-se apenas o facto de se encontrar sozinho.²¹³ Não será assim de estranhar que, a par da alimentação, surja de forma premente a necessidade de encontrar um local para pernoitar que muitas das vezes se manifesta associado à prática de arrombamento de veículo automóvel que se abre para se passar a noite no seu interior. Isso foi identificado no bairro onde se reside ou no mais próximo, várias vezes a escassas centenas de metros da sua casa.

“(…) pelas 8h30m da manhã, na rua [Bairro Branco] o agente da PSP encontrou o rapaz [M40, 9 anos, Bairro Verde], a dormir no interior de veículo Fiat Ducato. (...) Averiguada a situação, o menor informou que ali passara a noite depois de se introduzir na viatura pela porta do lado do condutor cuja abertura forçara” [excerto de ocorrência policial, Esquadra local da PSP]

Observa-se que a proximidade entre bairros facilita este tipo de situações, sendo frequente encontrar-se situações relativas ao Bairro Branco como espaço privilegiado para diversas formas de “*refúgio*”. Ao contrário dos actos relativos a alimentação em que os territórios atravessados se revelam mais vastos, nos casos isolados de utilização de viaturas para passar a noite as situações sucedem-se sempre em espaços próximos da habitação da família de origem, numa linha que aponta para uma eventual necessidade de segurança que partirá do maior conhecimento e ligação ao próprio território. Mas isto aponta também para a natureza dos laços sociais numa linha de degradação relacional e desfiliação entre família e crianças, que permanecem perto fisicamente, mas distanciadas na interacção. O mesmo se aplica em relação aos contornos do controlo social informal que se concretiza em alguns destes bairros tanto pelas várias referências onde estes actos acontecem como pela origem das crianças. Mediante os dados disponíveis, não se pode afirmar que a desvinculação entre crianças e famílias seja total ou definitiva ou tenha decorrido de um corte brusco, pois a proximidade territorial pressupõe o seu cruzamento e contacto em alguns momentos (Sebastião, 1995; Carvalho, 2010d), conforme consta dos relatórios sociais de determinados processos analisados.

²¹³ Num dos casos, sabia-se que a criança tinha familiares residentes em vários bairros sociais no concelho de Oeiras, embora tal não pareça servir de justificação para a elevada mobilidade que apresentava uma vez que, na maioria das vezes, se distanciava desses familiares e o evitamento de contacto era recíproco de ambas as partes. O aspecto que se ressalva e pode ajudar a explicar, até certo ponto, as deslocações prende-se com o eventual maior conhecimento que teria antecipadamente sobre os territórios onde se movia. [notas de campo]

Mas as ocorrências policiais analisadas dão também conta de um outro fenómeno. A situação de grave negligência, e até mesmo de abandono, em que algumas se encontram está na origem de situações comunicadas às forças de segurança, quer a pedido dos próprios quer de particulares, relativas ao mesmo tipo de satisfação de necessidades básicas.

“(…), de madrugada, pela 1h30m, ao passar na Avenida 24 de Julho, frente ao Mercado da Ribeira, verifiquei que ali se encontrava um menor de raça negra [M43, 9 anos], sentado no solo a dormir. Dirigi-me ao mesmo questionando-os onde morava e o que fazia ali àquela hora, tendo dito que morava na zona [Bairro Verde] e que estava perdido. (...) Não sabia o nome da rua, apenas que era nº [...]. (...) Foi entregue à família com a colaboração da Esquadra. (...) o padrasto referiu que o menor já por várias vezes fugiu da escola onde estuda sendo frequentemente levado para casa por elementos de várias Esquadras desta Polícia.” [excerto de ocorrência policial, Esquadra X da PSP no concelho de Lisboa]

E estas situações respeitantes a uma mesma criança sucedem-se neste tipo de registos. O rapaz que, aos nove anos, fora encontrado a dormir nas ruas de Lisboa, numa situação que segundo o padrasto não era nova, é o mesmo que, um ano mais tarde, se vê de novo identificado na rua, abandonado, agora com o irmão de cinco anos.

“(…) pelas 23h10 da noite recebeu-se comunicação de criança abandonada de 10 anos com outra criança de 5 anos (...). Os menores, irmãos, rapazes [M43 e M45, Bairro Verde], contaram que deslocaram-se de comboio até Oeiras, e posteriormente a pé para o bairro social [nome] e ali permaneceram e pernoveram num veículo abandonado. O menor de 10 anos comunicou ainda que tinham fugido de casa porque a sua mãe continuava a bater-lhes. (...) Foram entregues à mãe que ainda não tinha comunicado o desaparecimento dos filhos à PSP (...) Quanto às agressões, a mesma confirmou e que é habitual dar-lhes umas palmadas quando, depois de fugirem, regressam à residência.” [Esquadra B da PSP no concelho de Oeiras]

Como já constatado noutros estudos (Sebastião, 1995; Castro, 1997; Carvalho, 2003), a passagem de uma criança para uma situação na rua está fortemente associada aos contornos da supervisão educativa que pais ou seus substitutos exercem junto da mesma. Em várias destas ocorrências a rejeição por parte dos adultos, supostamente responsáveis pela sua educação e desenvolvimento, está presente, traduzindo-se primordialmente no impedimento do seu regresso a casa após intervenção da polícia nesse sentido – “(…) a mãe do [rapaz, 9 anos, Bairro Verde] não o recebeu em casa pelo que é entregue à avó” [excerto de ocorrência policial] –, ficando as forças de segurança com a missão da sua entrega a outro familiar, ou em caso de nova rejeição, de activação dos procedimentos de urgência ao abrigo do art.º 91º da *Lei de Protecção de Crianças e Jovens*. Noutra linha, evidenciam-se os casos em que a saída para a rua onde se permanece por períodos mais prolongados parece centrar-se na iniciativa da própria criança culminando geralmente um percurso anterior marcado por sucessivas fugas.

No entanto, e como patente em algumas das ocorrências apresentadas, um olhar mais profundo obriga à consideração de outros factores que sugerem que esta saída tenderá mais a surgir como produto de uma organização e dinâmicas familiares em que esta é última face visível de uma ruptura com a família não reflecte mais do que uma acumulação de outras quebras anteriores expressas sob a forma de abandono, negligências e maus tratos e que têm como principal agente não a criança mas sobretudo os seus familiares. A rua, que em termos de socialização já era assumida como uma extensão da própria casa (Sebastião, 1995), parece então surgir como uma alternativa, numa espécie de vaivém que ultrapassa os limites territoriais dos bairros e concelho e onde a supervisão familiar deficitária ou inexistente, bem como a aparente ausência de preocupação familiar pela sua situação, são os pontos dominantes. Emergem lógicas de acção onde os adultos oscilam entre dois pólos opostos, o da raridade de intervenção perante a fuga de casa das crianças que, independentemente do período temporal, poucas vezes se viu sinalizada pelos próprios, ou então a passagem a uma disciplina exercida pela violência, maioritariamente física, que se revela ineficaz.

“(…) efectuadas diligências (...) verificou-se que os menores [rapaz M44, 8 anos; rapariga F27, irmã, 10 anos, Bairro Rosa], para além de não terem qualquer acompanhamento por parte dos pais, são os seus avós que tratam da educação e do seu dia-a-dia, sendo que estes, segundo os menores, não os acompanham e o avô, sem razão aparente, depois de ter consumido bebidas alcoólicas, bate-lhes com um objecto a que mesmo chamam ‘chicote de cavalo’”. [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Outro aspecto a salientar prende-se com a natureza dos registos analisados. Fundamentalmente, vêem-se consubstanciadas *Participações*, ou seja, existe apenas a ocorrência da polícia pela tomada de conhecimento dos factos, tendencialmente por chamada ao local do acontecimento. Os *Autos de Notícia*, com queixa da vítima e subsequente procedimento, são praticamente inexistentes. Associando esta tendência ao reduzido número de ocorrências nesta primeira categoria, que se diferencia do furto de guloseimas que se enquadrava noutra (a “*de consumo*”) por aqui se evidenciar, acima de tudo, uma clara necessidade de satisfação de cuidados básicos, contrapõe-se a informação obtida até há poucos anos neste campo que apontava o furto de produtos alimentares básicos com uma forte expressão no campo da delinquência de crianças e jovens Portugal (Carvalho, 2003, 2005; Gomes et al., 2004, 2010).

É de questionar se este decréscimo de visibilidade não poderá decorrer, simultaneamente, de uma alteração da percepção da sua gravidade em termos de dinâmicas sociais por parte das próprias vítimas, particulares ou não, o que poderia justificar a ausência ou diminuição dos registos e de denúncias. De igual modo, levanta-se a questão de tentar perceber se estes actos terão deixado de existir de forma alargada e significativa nos modos de vida

na infância como até recentemente se observava ou se, pelo contrário, caso se mantenham não estarão antes associados a outras formas de actuação e às mudanças de funcionamento dos próprios estabelecimentos comerciais. Neste âmbito, importa destacar a transformação significativa operada ao nível do comércio pela abertura de grandes superfícies comerciais, de hipermercados e lojas especializadas onde esta prática continuará a acontecer mas de modo diferenciado. A diluição das crianças na multidão em espaços amplos e abertos pode facilitar estas acções sendo os bens furtados consumidos de imediato sem que alguém dê conta, como se terá oportunidade de constatar mais à frente através dos discursos das próprias crianças.

8.3.2 Delinquência “*para o ‘público’*”

Uma segunda categoria emergente nesta análise engloba um conjunto de actos praticados no espaço público em torno de uma linha de afirmação grupal que tem como principal alvo tanto os equipamentos públicos como bens particulares.

Tabela 8.4 : Delinquência “*para o ‘público’*”

Vector: afirmação no espaço público, ‘incivildades’, provocação social e divertimento
Factos: danos; incêndio; introdução em lugar vedado ao público, lançamento de projectil contra veículo
Agentes/suspeitos identificados: rapazes, desde os 6 anos
Vítimas: Estado, Autarquia, desconhecidos (particulares)
Denúncia: variável entre <i>o Auto de Notícia</i> e a <i>Participação</i>
Locais de actuação: via pública; edifícios públicos, privados e residenciais; equipamentos e mobiliário urbano; transportes públicos; parques de estacionamento; linhas férreas.
Tipo de actuação predominante: em grupo de pares, com outros menores de 16 anos e/ou com adultos jovens
Territórios de actuação: no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo.

Fonte: registos da Esquadra local da PSP (2004-2008) e *Processos de Promoção e Protecção* da CPCJ de Oeiras (2004-2008).

Para além da natureza grupal que marca a totalidade das acções identificadas, outra das principais características observada nesta categoria releva a sua condição essencialmente masculina. Trata-se de factos em que apenas se identificaram rapazes, a partir dos seis anos de idade, quer oriundos dos bairros em estudo quer de outros locais de residência no concelho. No que diz respeito às crianças residentes nos bairros, a exploração dos respectivos territórios e das suas imediações, várias vezes concretizada em grupos onde emergem relações familiares, encontra-se aqui bem presente.

“(...) perto das 23h foi-me comunicado que na passagem pedonal sobre a auto-estrada, no Bairro Rosa, se encontravam quatro menores a atirar pedras às viaturas que passavam na auto-estrada (...) Deslocando-se ao local verifiquei que na passagem pedonal encontravam-se os quatro menores atrás devidamente identificados [rapaz M46, 6 anos, Bairro Rosa; rapaz M20, 9 anos, Bairro Rosa; rapaz M47, 10 anos, Bairro Rosa; rapaz, 16 anos, Bairro Rosa, primo dos de 6 e 10 anos], que ao avistarem a polícia, colocaram-se em fuga, em direcção a [fora dos bairros], sendo interceptados ali próximo. Os referidos menores confirmaram que atiraram terra e pedras para cima das viaturas que ali passavam. Das diligências efectuadas, não foi possível apurar se foram causados danos em alguma viatura.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Globalmente, quando se restringe a análise à actuação das crianças do contexto da investigação, existem mais registos reportados a acções fora do bairro do que no seu interior, o que indicia uma grande mobilidade pelo território concelhio, quase sempre em locais e espaços relativamente próximos e onde a sua acção adquire uma grande visibilidade e tende a suscitar alarme social.

“(...) final da tarde (...) o menor [rapaz M40, 9 anos, Bairro Verde] estava num grupo de jovens que faziam graffiti numa parede em Oeiras (...) foi apanhado em flagrante com uma lata de spray (tinta) na mão (...) as inscrições diziam ‘Bairro Branco’, ‘[nome de grupo]’, ‘PSP’” [excerto de ocorrência da Esquadra A da PSP no concelho de Oeiras]

Esta visibilidade decorre não somente dos prejuízos causados mas também porque em vários casos, como os que a seguir se apresentam, se associam outros actos delinquentes de natureza diversa, constituindo este um primeiro factor diferenciador entre as formas de actuação relativamente a crianças oriundas de outros locais do concelho.

“(...) o Chefe da Estação de [nome] comunicou que 3 menores de etnia africana, [a meio da tarde] com um martelo próprio para quebrar vidros subtraído de comboio, tinham partido um vidro no valor de 1020 euros numa carruagem em comboio estacionado e fugiram a seguir. (...) logo a seguir em [localidade], foi comunicada uma tentativa de furto por esticão a um senhor de 55 anos de idade e uma segunda com um arremesso de pedra que partiu um vidro lateral da frente, lado direito, de um Citroen AX, tendo sido identificados os suspeitos rapaz [M40, 9 anos, Bairro Verde] e rapaz [M49, 11 anos, Bairro Branco] enquanto que um terceiro elemento fugiu. (...) Foram os agentes ao local e outra senhora, reformada, estava assustada por ter sido assaltada pelos 3 menores. (...). O terceiro menor não foi identificado.” [excerto de ocorrência da Esquadra CP de Oeiras]

“(...) cerca das 2h30m [madrugada] o menor [rapaz M50, 10 anos, Bairro Branco] arremessava para o interior de um contentor do lixo objectos incandescentes. Abordado o mesmo vi que tinha na sua posse um maço de cigarros e um isqueiro com que acendia os referidos cigarros e tentava assim atear fogo ao citado contentor. Mostrava-se bastante irrequieto quando da nossa abordagem e quando lhe se pergunta a proveniência dos cigarros, o mesmo disse que momentos antes os furtara do interior de veículo ali estacionado na rua (Fiat Uno). Indicou a localização do mesmo e referiu estar também outro assim no bairro [outro bairro social em Oeiras], onde se encontrava com um primo (supostamente outro rapaz [M40, 9 anos, Bairro Verde] mas que não é primo.” [excerto de ocorrência policial, Esquadra local da PSP]

Um segundo factor que marca a diferença entre as ocorrências analisadas prende-se com a reincidência que é observada nas primeiras ao passo que nas segundas os registos tendem a ser pontuais, únicos, raramente se voltando a encontrar os mesmos autores. Isto não quer dizer que não tenham voltado a cometer situações idênticas, apenas que não voltaram a ser identificados pelas autoridades policiais em causa, o que não aconteceu com as crianças dos bairros. Também o tipo de actos dos não residentes nesses espaços se centra num leque de acções muito mais reduzido, primordialmente os graffiti.

Importaria saber até que ponto esta situação não resultará de factores de estigmatização que mais facilmente podem estar associados às primeiras, eventualmente colocadas sob um olhar mais intenso e selectivo por parte dos mecanismos de controlo social formal, não só pelas suas primeiras referências mas, sobretudo, pela estigmatização associada ao contexto onde residem. Em relação às restantes a eficácia dos mecanismos de controlo social informal pode revelar-se superior, evitando-se novo contacto com as autoridades. Esta é uma questão que tem sido amplamente discutida na literatura científica, estando claro como as imagens estigmatizantes sobre determinados espaços e territórios podem contribuir para uma acção mais abrangente por parte das entidades que sobre os mesmos actuam (Cusson, 1989, 2006; Gomes et al., 2004). Este factor, aliado à eventual maior diluição do controlo social informal e à desorganização social aí existente, pode justificar até um certo ponto esta diferenciação.

Quando se restringe a análise às ocorrências registadas sobre factos praticados no interior dos bairros em estudo, encontra-se um padrão de actuação direccionado contra os equipamentos públicos e mobiliário urbano, ao passo que nos observados fora desses espaços os bens mais atingidos são os transportes e os edifícios, públicos ou particulares.

“(…) os três menores [rapazes M15, M52, M53, todos com 11 anos, Bairro Azul] momentos antes, tinham introduzido na fechadura da porta da sala [nº] uma vareta metálica com intenção de fechar os alunos que se encontravam em apoio no seu interior [ATL] sem provocar danos. (...) Aquela responsável referiu ainda que este facto não era a primeira vez que acontecera, desconhecendo se as outras terão sido os mesmos, tendo havido necessidade de mudar as fechaduras nos casos anteriores. Os menores acima identificados não são alunos daquela instituição deslocando-se ali apenas no intuito de provocar desacatos. No interior da sala estava um, o qual ao avistar os outros dois, partiu o vidro do alarme fazendo accionar o sistema anti-fogo, danificando-o ao mesmo tempo para poder ir para o exterior para junto dos seus amigos.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Um aspecto digno de registo prende-se com a interacção conjunta nos bairros entre crianças aí residentes e outras oriundas de outros locais, maioritariamente de um dos concelhos vizinhos – Amadora, a que se seguem outras residentes no concelho de Sintra –, o que

é revelador de percursos de acentuada independência de mobilidade e autonomia nestas idades, diversamente do que tende a ser apresentados nos mais variados estudos nacionais e internacionais sobre estas matérias (Arez, 1999; Holloway e Valentine, 2000b; Kartsen, 2003; Rasmussen e Smidt, 2003; Serrano, 2005; Machado, 2008; Neto e Malho, 2004b; Christensen e O'Brien, 2005; Morrow, 2005; Wells, 2005; Neto, 2005) Muitas das vezes, isto decorre das ligações familiares que se encontram dispersas por vários pontos da Área Metropolitana de Lisboa, com membros da família próxima residentes em vários bairros sociais ou de barracas, o que facilitará a intercomunicabilidade observada. Mas nesta análise há que realçar a importância da localização estratégica dos bairros em estudo em Oeiras concelho que, conforme descrito no capítulo 6 (Anexo 6.1), se encontra servido por uma ampla rede viária e de transportes públicos constituindo um interface privilegiado no seio da Área Metropolitana de Lisboa. As ligações aos concelhos vizinhos de Sintra, Amadora e Lisboa, tal como a passagem para a Margem Sul, vêem-se facilitadas através dessas redes graças às quais os contactos e deslocações das crianças mais facilmente são promovidos.

“(…) pelas 16h25m foram interceptados os menores de 9 [rapaz M49, Bairro Branco] e 10 anos [rapaz M53, bairro da Amadora] que pintaram com lata de tinta spray o farolim do lado esquerdo e o retrovisor da viatura e fizeram inscrições numa parede lateral do lavadouro pertencente à CMO na rua [Bairro Verde] [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]”

Finalmente, neste conjunto de ocorrências existe um maior equilíbrio entre o número de *Autos de Notícia* e as *Participações*, situação a que não será alheia a predominância de acções exercidas contra património público, do Estado e de autarquias, ou de empresas municipais ou públicas, entidades estas que tenderão a exercer o seu direito de queixa, a maioria com vista a ressarcimentos de parte dos danos por via das seguradoras.

8.3.3 Delinquência “*de consumo*”

A terceira categoria identificada – “*de consumo*” – restringe-se a actos “*contra o património*”, essencialmente furtos dos mais variados bens realizados em estabelecimentos comerciais de pequena dimensão, grandes superfícies, hipermercados ou na via pública. É uma delinquência aquisitiva que visa a obtenção de produtos de consumo, maioritariamente associados a estilos e modos de vida amplamente difundidos entre as crianças e os jovens.

Tabela 8.5: Delinquência “de consumo”

Vector: consumo de bens básicos e outros que conferem estatuto social (roupas; material escolar; equipamentos de desporto; equipamentos electrónicos – jogos de consola, mp3, telemóveis, etc)

Factos: furtos; furtos por esticção; furtos do interior de veículos

Agentes/suspeitos identificados: raparigas e rapazes, desde os 6 anos

Vítimas: estabelecimentos comerciais; outras crianças e/ou jovens; adultos (mais mulheres)

Denúncia: muito mais sob a forma de *Participação* do que em *Auto de Notícia*

Locais de actuação: estabelecimentos comerciais, muito em especial grandes superfícies; via pública; paragens de autocarro; parques de estacionamento

Tipo de actuação predominante: em pequeno grupo de pares (2-3 elementos, as raparigas surgem muito em dupla) ou com outros menores de 16 anos; com familiares; nos casos quem envolvem mais jovens adultos

Territórios de actuação: no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo, muito em especial espaços comerciais nas imediações dos bairros e das escolas

Fonte: registos da Esquadra local da PSP (2004-2008) e *Processos de Promoção e Protecção* da CPCJ de Oeiras (2004-2008).

Grande parte desta delinquência toma forma nos estabelecimentos comerciais e grandes superfícies localizados nas imediações dos bairros e que constituem um pólo de atracção imenso para as deambulações tanto das crianças bem como das respectivas famílias em qualquer momento do dia e da semana, conforme observado na etnografia. Neste âmbito, entre os bens mais furtados, surgem à cabeça os jogos de computador e de consolas, tendencialmente numa linha de actuação grupal que revela invariavelmente o mesmo tipo de contornos: grupo(s) de pequena dimensão (3-4 elementos), várias idades, exclusivamente constituído por rapazes com papéis e funções definidas na prática dos actos (um retira o jogo, outro esconde-o de forma a passar a linha de caixas sem pagar, no fim outro, geralmente o mais velho, fica com o bem furtado).

“(…) final da tarde (…) quatro indivíduos menores [rapazes, M54 de 6 anos a frequentar o pré-escolar, dois de 11 [M25 e M55] e um de 14 anos, Bairros Verde e Branco] tinham passado a linha de caixa sem terem efectuado o pagamento de um jogo para consola (…) no valor de 39,95 euros. De referir que os objectos supracitados já não se encontravam na posse dos indivíduos identificados como suspeitos. Segundo os outros menores, quem trazia o jogo em questão era o [mais velho].” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

De notar que entre os jogos mais procurados está um de grande sucesso a nível mundial que simula a prática de crimes, sobretudo o furto de automóveis e a sua condução – *Grand Theft Auto-GTA*, em sucessivas versões – envolvendo diferentes níveis de violência.

“(…) pelas 19h40m, no local contactei com o lesado [grande superfície] que me informou que o suspeito [rapaz M02, 9 anos, Bairro Verde], subtraiu um jogo de PlayStation, encontrando-se o mesmo no gabinete de segurança, em virtude de momentos antes ter passado a linha de caixa sem ter efectuado o pagamento do referido jogo (1 jogo de consola – Grand Theft Auto-GTA, PlayStation2 no valor de 24,90 euros). Questionado acerca dos factos atrás mencionados, o mesmo afirmou serem verdade, entregando-me o jogo de livre vontade. O jogo encontrava-se na sua posse, no interior das suas calças (...) O rapaz foi entregue à avó materna, conforme termo de entrega do menor. De referir que encontrava-se com [rapaz M56, 8 anos, Bairro Amarelo], tendo o mesmo presenciado o furto. [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

E os automóveis, bem como outros bens e objectos tradicionalmente mais associados a interesses masculinos (i.e. auto-rádios, ferramentas, material de pintura e construção civil, peças de automóveis, motos e bicicletas, aparelhagens e material de som e imagem), aparecem também, mas restritos a acções levadas a cabo só por rapazes.

“(…) os menores de 8 anos [rapaz M20, Bairro Rosa], 8 anos [rapaz M57, Bairro Branco] e 10 anos [rapaz M58, Bairro Rosa] estavam junto de automóvel Subaru Impreza de onde os menores furtaram o painel frontal do auto-rádio (...) a viatura foi aberta pelos três menores devidamente identificados (...) que subtraíram do seu interior o objecto descrito, não causando danos na viatura”. [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

“(…) por volta das 7h45m da manhã (...) chegado ao local verifiquei que o suspeito e menor [rapaz M20, 8 anos, Bairro Rosa], que se encontrava com os demais três suspeitos, também menores [rapazes de 9 [M39], 11 [M59] e 12 anos [M60], Bairro Rosa] tinha na sua posse um serrote em alumínio. Questionado quanto à origem de tal ferramenta, este informou tê-la furtado do interior daquela obra, bem como uma caixa em madeira com pregos e uma pá que, com a ajuda dos demais, tinha escondido numa vedação ali próxima, o que se veio a confirmar. Os artigos foram-lhe então retirados. (...) Naquele local compareceram os responsáveis de educação dos menores, uma vez, que algum transeunte tinha visto os elementos policiais a interceptá-los e alertados os progenitores, pelo que lhe entreguei os menores, mediante termo de entrega com o mesmo registo, pondo-os ao corrente do sucedido.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

É precisamente nesta categoria de delinquência “*de consumo*” que se evidencia uma mais forte presença de raparigas, numa aproximação ao registado pelos rapazes, mas claramente diferenciada em função da natureza dos bens furtados. A habitual fraca expressão da delinquência feminina nas estatísticas oficiais tem sido uma das questões mais abordadas ao longo dos tempos na literatura científica sobre estas matérias (Dias e Andrade, 1984; Lucchini, 1997; Fonseca, 2000; Carvalho, 2003, 2005, 2010b; Batchelor e Brown, 2004; Duarte, 2010). Dela decorre a constatação da existência de uma diferenciação significativa nas práticas em função do sexo, com especificidades atribuídas a uns e a outros que não devem ser desvalorizadas e que resultarão, paralelamente, de uma construção identitária de género. Isto não significa que não existam muitos traços sociais em comum quando se esboça o perfil de rapazes e de raparigas envolvidos na delinquência, e que acaba por coincidir com as tendências mais identificadas dos casos recenseados nos sistemas oficiais; o que mais difere são as

lógicas de acção, natureza da actuação e de envolvimento nos actos, o que leva à consideração de diferenças qualitativas entre delinquência masculina e feminina (Duarte, 2010), como algumas das que foram aqui identificadas.

Esta tendência para a especialização por sexo nos furtos está patente nas ocorrências que dizem exclusivamente respeito a uma acção feminina, muitas vezes em duplas de crianças de idades muito próximas, em que os principais bens visados são roupas, acessórios (brincos, fios, pulseiras, adornos diversos, malas) ou materiais escolares.

“(...) pelas 19h, as menores de 11 anos [rapariga F30, Bairro Branco] e de 12 anos [rapariga F29, Bairro Branco] foram interceptadas [em loja em grande superfície comercial nas imediações do bairro] no furto de brincos, meias e cuecas num valor inferior a 10 euros no total (...) Para ambas trata-se da 1ª detenção nesta Esquadra” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

“(...) pelas 19h30, na hipermercado Jumbo, a menor acima identificada [rapariga F31, 10 anos, Bairro Verde] ter retirado do expositor dois conjuntos de canetas (...) no valor de 2,99€, cada, perfazendo uma total de 5,98€ os quais colocou no interior do bolso do casaco que trazia vestido, tendo passado a linha de caixa sem que antes tivesse efectuado o seu pagamento, nem mostrado intenção de o fazer. (...) Referia-se que a menor encontrava-se acompanhada de duas outras menores [rapariga F33, 12 anos, Bairro Verde; rapariga, 11 anos, F32, Bairro Amarelo] quais eram possuidoras de objectos (material escolar), retirados do interior do estabelecimento sem que efectuassem o respectivo pagamento no valor de 5,98€ e 6,81€.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local]

Neste campo, também entre as raparigas se detectam alguns casos particulares de reincidência, muito em especial quando acompanhadas e presumidamente ‘orientadas’ por familiares, como se terá oportunidade de discutir no próximo capítulo. Estas dinâmicas de actuação não são exclusivas delas, como se tem podido constatar ao longo destas páginas, mas é nesta categoria que ganham visibilidade entre o sexo feminino, associado ao facto de ser aqui que a sua representatividade é mais significativa.

Digna de registo é a existência de alguns casos desta delinquência “*de consumo*” em que a diversidade de produtos furtados se afasta largamente do que se considera ser mais habitual no universo da infância, levantando-se a dúvida sobre uma possível ‘encomenda’ ou eventual ‘manipulação’ por parte de adultos ou outros mais velhos que possam tornar útil o que é furtado, como é o caso dos cheques que duas crianças persistentemente furtoavam em caixas de correio de empresas localizadas nas imediações dos bairros.

“(...) pelas 20h30m, quando me encontrava de serviço de patrulha, ao passar na rua [Bairro Cinzento], verifiquei que os dois suspeitos menores de 9 anos [rapaz M61, Bairro Branco] e de 11 anos [M35, Bairro Branco] se encontravam a furtar correspondência da caixa do correio da empresa [nome da empresa] motivo pelo qual os transporte para a Esquadra. (...) Os suspeitos tinham já na posse um cheque do Millenium BCP no valor de 2.282 euros em nome da referida empresa, várias facturas da PT comunicações e várias revistas, artigos que lhe foram

retirados e transportados também para a esquadra. (1º detenção nesta Esquadra do menor de 9 anos)” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Que destino seria dado a parte desta correspondência é algo que fica por responder. No decorrer da inserção etnográfica, resultou a tomada de conhecimento de que uma destas crianças já teria efectuado outros ‘pequenos serviços’ (furtos) a mando de um adulto que acolhia mãe e filho em sua casa, podendo esta actividade constituir forma de pagamento da renda.²¹⁴ Ficariam estes bens furtados para mera utilização por parte das crianças ou dar-se-ia- o caso de poderem ser rentabilizados de outra forma pelo recurso a adultos que lhes poderiam dar outra utilidade? Através dos discursos das próprias crianças, a discutir no capítulo seguinte, tem-se a oportunidade de retomar esta discussão e verificar como esta ideia não se encontra de todo afastada da realidade.

Como ficou também patente em muitos registos, não apenas relativos a esta grande categoria de delinquência, as formas de actuação em grupo revelam diferentes níveis e assunção de papéis entre os seus elementos (os mais novos quase sempre na posse de bens furtados enquanto se encontram no interior dos estabelecimentos, bem como com materiais e utensílios utilizados, ou que ficam para trás durante a fuga, enquanto os mais velhos escapam). Em muitas ocasiões, da descrição efectuada emerge a noção como os mais novos servem, recorrentemente, para determinados fins da acção delincente.

“(…) pelas 22h. o denunciante resolvia um problema mecânico na sua viatura em rua no Bairro Cinzento quando foi abordado pelos três suspeitos [rapazes com idades entre os 8 e os 15 anos]. Os indivíduos ao aproximarem-se do queixoso e enquanto os 2º e 3º suspeitos falavam com o mesmo distraíndo-o, o 1º menor [rapaz M40, 8 anos, Bairro Verde] abriu a porta da frente, lateral direita, da viatura apoderando-se do telemóvel, no valor de 375 euros, que se encontrava em cima do banco, pondo-se em fuga em direcção ao [nome da rua], acompanhado do 2º menor [rapaz M49, 10 anos, Bairro Branco] e 3º suspeitos [rapaz, 15 anos, Bairro Azul] (...) Seguiu-se perseguição policial e o terceiro rapaz foi mordido por um cão ao saltar e entrar em instalações de armazém. O canídeo encontrava-se preso por corrente e vacinado (...) A mãe do segundo rapaz recusou-se a fornecer a identificação do seu filho (...) O telemóvel foi recuperado na posse de duas crianças de 4 e 6 anos em rua no Bairro Azul que disseram ter sido o [nome de jovem, 16 anos, Bairro Amarelo] a dar-lhes e que os mandou entregar à polícia (...) A mãe do jovem [de 16 anos] colaborou e levou o filho à polícia tendo este sido constituído arguido (...) o jovem disse que o cartão do telemóvel estava na posse do primeiro rapaz [M40].” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

²¹⁴ “Este adulto, amplamente referenciado pelas autoridades policiais, veio a expulsar mãe e filho dessa casa, segundo ambos por não terem colaborado em algumas situações pedidas das quais resultaram ameaças da sua parte de denúncia ao SEF por se encontrarem em situação ilegal no país. Vindos de Cabo Verde para que a criança pudesse usufruir de tratamento médico, apesar de terem tido a oportunidade de dispor de documentação que visava a renovação da sua permanência legal em Portugal, mãe e filho foram intimidados a não o fazerem sob a ameaça deste e de outros indivíduos que, deste modo, foram explorando ao máximo a sua situação de exclusão social [notas de campo].

Nesta vertente, é muito comum não só as vítimas encontrarem-se sozinhas, como no caso anterior, mas também uma grande parte ser do sexo feminino, sinal de uma percepção de maior isolamento e fragilidade que é explorada ao máximo na actuação concretizada. Mas verifica-se também como o território dos diferentes bairros e as suas imediações são facilmente aproveitadas por estes grupos que possuem um conhecimento intrínseco sobre os mesmos, deles retirando o máximo de possibilidades para o sucesso da acção. Este ponto de análise encontra-se presente em várias situações, designadamente neste último em que o envolvimento de crianças mais novas, de idades bem diversas, sucede aos mais variados níveis numa aparente facilidade de passagem de objectos entre uns e outros nos espaços atravessados e que conhecem melhor do que ninguém.

De igual modo, fica claro o papel que as famílias, neste caso duas mães, representam na prevenção destas situações pela responsabilização e confronto com os actos dos seus filhos: enquanto uma se negou a colaborar com a polícia, a segunda levou até ao fim esse processo conduzindo o filho até à apresentação na Esquadra para identificação e assunção dos factos. Posições contrastantes num mesmo bairro são exemplo da heterogeneidade de situações aí vividas desconstruindo-se uma visão tendencialmente redutora que tende a colocar toda a população de um território visto como ‘problemático’ pela opinião pública num mesmo patamar ignorando a complexidade da vida social e as possibilidades de escolha (Machado et al., 2007b; Machado e Silva, 2009). Recorrendo às palavras de Machado et al. (2007a: 53), *“este propalado determinismo social não resiste aos factos. E estes factos demonstram que uma proporção maioritária dos residentes das áreas críticas urbanas e suburbanas são cidadãos socialmente integrados, e que têm preocupações idênticas a todos os outros quanto à sua segurança e à segurança dos seus bens”*.

Tem-se vindo a observar ao longo destas páginas como a orientação das crianças pelos mais velhos, menores ou não de 16 anos de idade, é uma constante nestas dinâmicas e formas de actuação. Estar-se-á perante um recurso consciente usado pelos mais velhos, que a elas recorrem como estratégia para a diminuição dos riscos de punição explorando a sua condição etária, seja pela inimputabilidade criminal que lhes é intrínseca, seja pela imagem de infância inocente, numa linha subjacente à concepção de criança *“apolínea”* (Jenks, 1996) que num primeiro momento é transmitida.

“(...) três indivíduos entre os 8 e 13 anos, negros, no parque de estacionamento do Jumbo (...) a vítima, do sexo feminino, estava no interior da sua viatura quando o mais novo aproximou-se da viatura da queixosa e bateu no vidro no lado esquerdo, fazendo um gesto com a mão, dando a entender que estava a pedir esmola. A denunciante disse que não nada tinha para dar. Nesse momento, o mesmo indivíduo voltou a bater novamente no vidro e fez o

mesmo gesto, no intuito de distrair a queixosa, tendo esta olhado na sua direcção, momento que o outro indivíduo 13 anos, aproveitou a distração e num gesto repentino abriu a porta da frente do lado direito e retirou uma mala (...) pondo-se de seguida em fuga para parte incerta na companhia do terceiro indivíduo, o qual se encontrava com bicicleta do outro lado da rua. Cerca de 20 minutos mais tarde a mala foi recuperada no [Bairro Branco] e do seu interior foram retirados 220 euros em dinheiro e um telemóvel no valor de 240 euros.”

Esta não é uma situação nova, desde sempre terá sido posta em prática no campo da delinquência. De tempos a tempos, adquire maior visibilidade e emerge para uma discussão junto da opinião pública, sendo habitualmente colocada pelos decisores políticos quase sempre aliada a propostas de revisão dos limites etários da imputabilidade criminal. Desta reflexão tendem a surgir, de um lado, os partidários da diminuição deste limite, que justificam a sua opção pelos motivos anteriormente descritos, e do outro, os que defendem a sua manutenção, ou até mesmo o seu aumento para que a maioria civil possa coincidir com a maioria penal (Carvalho, 2008; 2010c). Argumentam estes últimos que os mais diversos estudos têm sempre apontado que as crianças e jovens em idades de inimputabilidade serão sempre, até certo ponto, objecto de alguma pressão e orientação por parte de determinados grupos ou redes, umas mais organizadas do que outras, e que a intervenção destas situações deve centrar-se no campo da prevenção de forma a dotar os mais vulneráveis de competências pessoais e sociais e de um enquadramento que lhes permita recusar estas formas de participação na delinquência. Acresce o facto de o incitamento à prática de crime constituir por si próprio um crime punível nos termos previstos no Código Penal português, embora não sejam conhecidos muitos casos desta natureza em que essa punição tenha acontecido.

A justificar-se a opção dos defensores da diminuição da idade da imputabilidade, e pelos casos aqui apresentados, ser-se-ia levado a pensar numa diminuição radical para idades muito baixas, pois o envolvimento nas práticas acontece logo aí. Nesta perspectiva, duvida-se fortemente da eficácia de uma decisão dessa natureza, tomada nestes moldes, pois os mais novos entre os mais novos continuariam sempre a ser procurados na medida em que evitariam as consequências da aplicação das leis penais junto dos mais velhos. E nem sempre o que está em causa se prende com esta questão e sim com outras necessidades, designadamente em termos das habilidades físicas que as crianças possuem e que dificilmente os adultos conseguirão pôr em prática. Trata-se de casos evidentes de oportunismo em função do desenvolvimento psicomotor dos visados.

Apesar de este tipo de delinquência “*de consumo*” ser o que engloba um maior número de ocorrências registadas no período em estudo, veio a constatar-se que, em 2007, come-

ça a surgir uma tendência, ainda mais acentuada do que a que já existia anteriormente, para o decréscimo na formalização de queixas por parte das vítimas, particulares ou outras, para subsequente procedimento criminal. É nítida a não formalização da denúncia de quem sofreu o furto. Existe uma intervenção frequente da polícia, que é chamada ao local somente para verificação da ocorrência e para uma actuação nos trâmites que lhe são facultados e impedidos a particulares (i.e. revistas, identificação, etc.) e que tende a resultar, muitas vezes, na devolução dos objectos furtados. A partir daí, as vítimas optam maioritariamente por não dar seguimento à formalização da denúncia.

Tendo em vista uma melhor explicação dos factores na base deste quadro, é-se levado a colocar duas hipóteses: ou a desvalorização da prática de ilícitos cometidos por crianças, associada ao aparente baixo valor dos bens furtados, a que se soma a sua devolução, justifica a não formalização da denúncia, ou estar-se-á perante outros constrangimentos ao nível dos procedimentos que, numa relação custo-benefício, pendem aparentemente para maiores ganhos pela não concretização desse procedimento. No caso das empresas e estabelecimentos comerciais, se se pensar no tempo de trabalho de um funcionário que tem de ser dispendido para a apresentação da denúncia formal numa Esquadra, ao qual acresce a necessidade de apresentação de documentos administrativos originais específicos para este fim à luz da mais recente legislação neste campo (i.e. procuração original em nome individual), que têm determinados custos (em detrimento das que se apresentavam anteriormente extensivas a mais funcionários e de que bastava apresentar apenas uma cópia), facilmente se depreende como os responsáveis podem antes optar pela não formalização das denúncias. A validade desta decisão vê-se ainda mais alargada se houver a possibilidade de ressarcimento de parte dos prejuízos pelas respectivas seguradoras seguindo outros procedimentos.²¹⁵

Como demonstram vários estudos sobre a realidade social portuguesa, em especial sobre a relação das pessoas com as instituições, designadamente as judiciárias, os níveis de confiança sobre a sua eficácia são tendencialmente baixos, sendo o tempo prolongado das acções uma das razões mais recorrentemente associadas a esta descrença quase generalizada e que não pode ser desvalorizada nesta análise.²¹⁶ Não é um aspecto exclusivo deste tipo de actos, encontrando-se patente em muitos dos excertos aqui apresentados nestas páginas.

²¹⁵ De salientar um outro aspecto que foi indicado em algumas entrevistas com diversos intervenientes e que se prende com a provável influência da alteração ao Código do IVA nestes processos, dos quais decorre o “pagamento à cabeça” sobre os bens, não sendo possível ressarcir-se os valores em caso de furto.

²¹⁶ Para um aprofundamento desta matéria consultar os estudos do *Observatório Permanente da Justiça Portuguesa*, sob a coordenação do Prof. Doutor Boaventura Sousa Santos, disponíveis em <http://opi.ces.uc.pt>.

8.3.4. Delinquência “escolar”

Uma das categorias com forte representatividade diz respeito a uma diversidade de factos cometidos nas escolas, o que não se estranha dado ser aí que as crianças passam mais do seu tempo diário.

Tabela 8.6: Delinquência “escolar”

Vector: resistência ao cumprimento de regras escolares; afirmação no espaço escolar
Factos: furtos; danos; roubos; agressões; ameaças; ofensas à integridade física; uso de armas; tentativa de abuso sexual
Agentes/suspeitos identificados: raparigas e rapazes, desde os 6 anos
Vítimas: outras crianças e adultos (mais docentes do que outros funcionários)
Denúncia: geralmente apresentada pelos responsáveis do estabelecimento ficando registada sob a forma de <i>Participação</i> , só parcialmente seguem queixas para subsequente procedimento criminal apresentadas pelas vítimas (<i>Auto de Notícia</i>)
Locais de actuação: escolas – recreios, sala de aula, corredores, entrada da escola
Tipo de actuação predominante: individual e em pequeno grupo
Territórios de actuação: escola e imediações dos estabelecimentos de ensino no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo.

Fonte: registos da Esquadra local da PSP (2004-2008) e *Processos de Promoção e Protecção* da CPCJ de Oeiras (2004-2008).

O terreno escolar entendido na sua globalidade compreende a vida quotidiana dos estabelecimentos de ensino, não só dentro de portas, mas também na sua interacção além delas. Está-se perante uma delinquência que cobre um amplo leque de factos, essencialmente “*contra as pessoas*”, e onde são colocadas em jogo as relações e interacções do dia-a-dia, as tensões e os conflitos entre os actores sociais no assumir dos papéis de aluno, docente, funcionário ou encarregado de educação (Vienne, 2008).

Um primeiro traço de caracterização desta categoria centra-se nos actos exercidos a nível patrimonial. De salientar que são os que têm menor expressão no seu seio, reduzidos a poucas situações, identificando-se tanto actuações em pequeno grupo como individuais num plano que não aponta para a predominância de uma forma relativamente à outra.²¹⁷

²¹⁷ Na análise dos dados participados a nível nacional à PSP entre 2000 e 2009 detecta-se uma tendência para o aumento do total de ocorrências desde 2004/2005 até 2008/2009, sendo que este último ano apresenta um ligeiro decréscimo (-2,1% correspondente a menos 77 casos). O “*furto*” foi o mais representado até 2007/2008, altura em que as “*ofensas à integridade física*” passaram a ocupar o primeiro lugar em termos absolutos e assim se mantiveram no ano seguinte. As “*injúrias/ameaças*” revelam um padrão contínuo de crescimento desde 2000, o mesmo acontecendo com a “*posse/uso de arma*” (desde 2002) e os “*danos*” (desde 2004). Nas restantes categorias as variações são de natureza diversa e pouco expressivas (Rodrigues, 2010).

“(...) durante o intervalo da manhã, os menores de 7 anos [rapaz M45, Bairro Verde] e de 8 anos [rapaz M19, Bairro Branco] subiram pelo algeroz (?) existente na parede exterior do edifício das salas de aula, após o que abriram a janela, introduzindo-se na sala de aula, dirigiram-se a um armário em madeira ali existente, que se encontrava fechado à chave, forçando a porta do mesmo, abriram-no sem provocar qualquer dano, subtraindo do seu interior uma carteira da qual se desconhece o valor que continha 115 euros em notas, 6 chapéus, 3 cheques, documento passe em nome da queixosa. A denunciante [professora] teve conhecimento quem foram os alunos do ilícito através do Presidente do Conselho Executivo.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Em alguns casos, como o anteriormente descrito, a forma de actuação deixa pressupor que os actos foram planeados e pensados em função de um fim específico: a obtenção de determinado bem cuja localização se detectara anteriormente. Apesar da pouca idade, observa-se o recurso a competências pessoais e sociais que revelam uma intencionalidade e um prévio conhecimento das condições possíveis para a actuação, bem como dos passos da vítima, neste caso a docente de outra turma que não a sua.

Entre os bens visados pela acção das crianças encontram-se também automóveis, ainda que, como se verifica a seguir, a actuação possa decorrer sob formas de intimidação por parte de outros alunos mais velhos e não pela sua exclusiva iniciativa.

“(...) carro localizado no estacionamento à frente da escola e que pertencia a auxiliar de acção educativa. (...) foram feitos riscos na referida viatura e foram cortados os pneus. (...) Segundo a vítima, o menor [rapaz, 15 anos, Bairro Azul] terá coagido, sob ameaça de morte, os outros dois [rapazes, 11 [M63] e 13 anos, Bairro Branco] a efectuarem os danos no veículo, talvez por represálias contra a denunciante, já que há cerca de uma semana, o mesmo terá sido chamado à atenção pela queixosa pelo seu mau comportamento na escola.” [excerto de ocorrência da Esquadra local da PSP]

Este factor de proximidade relacional entre as crianças autoras dos actos e as suas vítimas é uma tendência que não fica restrita apenas a esta forma de delinquência patrimonial nas escolas, revelando-se mais forte quando se desloca o foco para a esfera da violência pessoal, “*contra as pessoas*”, incluindo os cometidos contra os representantes das forças de segurança em acção nesse contexto.

“(...) fui chamado a esclarecer uma situação de furto de uma carteira no Conselho Executivo da Escola supostamente efectuado pelo sobrinho [M25, 8 anos, Bairro Branco] do rapaz [M49, 11 anos, Bairro Branco] (...) este entrou naquele gabinete com o intuito de retirar o seu sobrinho do local, tendo eu [agente da Escola Segura] impedido de concretizar, após o que acompanhei para junto de sua mãe (...) e irmã [rapariga F28, 9 anos, Bairro Branco] que se encontrava junto do portão do estabelecimento de ensino. Os dois irmãos, de imediato, sem qualquer motivo aparente, começam a injuriar-me chamando-me “filho da puta, cabrão, vou-te partir os carros”. Dirigiram seguidamente frases as quais não consegui perceber, presumindo que sejam em crioulo, instigando outros alunos que se encontravam dentro da escola a observar. Quando pretendia retirá-lo junto da vedação, o [rapaz M49] tentou agredir-me com uma pedra da calçada, que apanhou do passeio tendo feito alvo contra mim, não conse-

guindo atirá-la em virtude de lhe ter agarrado no braço, impedindo a agressão. A rapariga [F28], sem motivo aparente arremessou pedra da calçada tendo acertado na agente [nome] não tendo resultado ferimentos. A Agente [nome] também agarrou na [rapariga F28] para a conduzir a este departamento policial, que mostrava-se bastante agressiva ameaçando dar-lhe pontapés atingindo-a [a agente] nas pernas não tendo resultado ferimentos.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

A passagem ao acto revela-se imediata e depreende-se como facilmente uma situação se revela fora de controlo perante o questionamento colocado pelas figuras de autoridade aqui representadas pelos membros do Conselho Executivo e pelos agentes da polícia. O desafio a quem supostamente representa a autoridade e a conformidade às normas sociais é o aspecto mais visível. Apesar da pouca idade, a violência física exercida pelas crianças contra adultos, de ambos os sexos, manifesta-se sob as mais diversas formas e reacções, maioritariamente junto de docentes.

“(…) desloquei-me à escola em virtude de momentos antes ter sido informado telefonicamente pela Coordenadora que uma colega sua, também professora, tinha sido, minutos antes, agredida por um aluno na aula. Contactada a agredida, informou-me que no decorrer da aula, o aluno [rapaz M44, 8 anos, Bairro Rosa], servindo-se de uma físga improvisada, arremessava sementes na direcção de colegas. No intuito de pôr cobro à situação, dirigiu-se ao aluno para lhe retirar a físga. Inesperadamente, este reagiu com violência, não permitindo à professora que se aproximasse nem acatando a ordem para manter quieto e calmo, motivo pelo qual a professora lhe determinou para que abandonasse a sala, o que também não cumpriu. Ao pegar-lhe no braço para o retirar, o [rapaz] mordeu-lhe a mão esquerda, ao mesmo tempo que a agredia a murro e pontapé nos braços, pernas e barriga. O aluno só foi retirado da sala com ajuda de outros funcionários, com os quais recusou a falar, mostrando sempre uma atitude agressiva, hostil e prepotente. Já na minha presença, manteve a mesma recusa e a mesma hostilidade.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

O desvio ao cumprimento de normas e de regras básicas, que não dizem apenas respeito ao contexto escolar, leva a que se levante a questão de tentar perceber se a predominância de acções contra os adultos aqui detectada resulta, efectivamente, de uma maior probabilidade da sua vitimação neste contexto, ou se tal não decorre antes de uma percepção diferenciada sobre a sua gravidade, distinguindo-se os mesmos em função do perfil das vítimas, adultos ou pares.²¹⁸ Conforme apontam alguns estudos, pode estar-se perante casos em que a actos de contornos semelhantes se atribui diferentes significados justificando-se eventualmente como mais aceitáveis, ou até mesmo, regulares nestas idades, algumas das acções de violência desta natureza quando são entre pares, seleccionando-se primordialmen-

²¹⁸ Considerando apenas os dados relativos às ocorrências escolares participadas às autoridades policiais entre 2006 e 2008, os funcionários das escolas constituem o grupo que apresenta um maior grau de probabilidade de ser vítima de agressão ou tentativa de ofensa à integridade física (2,86/1000), seguindo-se os professores (1,46/1000) surgindo os alunos em último (0,96/1000) (ME, 2008, cit. em Rodrigues, 2010). Na análise desta informação, tem de se ter em linha de conta que a mesma representa apenas o conjunto de situações oficialmente referenciadas, não se dispondo de resposta para a questão levantada.

te para participação às autoridades policiais os supostamente mais desviados à norma, ou seja, os levados a cabo contra adultos (Sebastião, 2004; Rodrigues, 2010).

Independentemente da concretização ou não desta linha de orientação em relação à qual não se dispõe de informação suficiente neste estudo para a sua resposta, o que é de realçar é o nível de elevada violência física patenteada nestas acções por parte das crianças, em idades muito baixas, perante adultos que, pelas funções que exercem, são dos principais agentes no seu processo de socialização. A confrontação intensa entre normas sociais e escolares e as infanto-juvenis que manifestam leva a supor que o acto violento poderá surgir para muitas destas crianças como meio de recurso legítimo, normalizado, de primeira linha, tendencialmente (re)afirmado não apenas pela acção em grupo de pares mas provavelmente no seio da própria família ou do contexto próximo.

De especial complexidade são os factos identificados nestas análise que consubstanciam tentativas de “*abuso e/ou coação sexual*” sobre outras crianças e que têm de comum serem praticados, exclusivamente, por crianças nos escalões etários mais baixos (6-8 anos), ainda que não apenas dos bairros em estudo. No entanto, entre as que aí residem e as restantes identificadas nestas ocorrências, surge uma diferença significativa em termos da natureza da actuação, mais em grupo do que individual, assim como da reincidência, pois as crianças de outros locais são identificadas numa sucessão de actos da mesma natureza enquanto as dos bairros ficaram restritas a situações exclusivamente pontuais. Isto pressupõe que se possa estar perante actos muito diferenciados, embora em qualquer caso de grande precocidade e repercussão sobre as vítimas e o contexto onde aconteceram. Por um lado, os casos individuais, eventualmente mais associados a perturbações do comportamento que se tornam visíveis ao longo de períodos prolongados no tempo e com uma intensidade mais elevada; por outro, as acções grupais que podem ter tido subjacente outras intencionalidades e expressões associadas.

Perante os contornos descritos nas ocorrências, identifica-se um mimetismo de acção numa linha aproximada que sugere a replicação dos actos perpetrados no âmbito de uma criminalidade adulta, aqui naturalmente concretizados numa escala própria à dimensão de crianças e onde o não constrangimento de natureza moral perante o que foi feito é evidente. Do aprofundamento de algumas destas situações, nomeadamente das que chegaram a ser objecto da intervenção da Comissão de Protecção, fica claro como os modelos de referência para estas crianças, e em particular algumas das suas (violentas) vivências nos primeiros anos de vida, em especial no campo da sexualidade, se revelam fortemente relacionadas, não podendo ser dissociados da sua génese. Não se pode ficar indiferente ao facto de se

encontrarem referenciados elementos das mesmas fratrias numa linha de orientação semelhante e não concretizada conjuntamente. Tratar-se-á de crianças cuja evolução importa seguir com atenção, revelando-se fundamental uma abordagem multidisciplinar e com forte componente no campo da saúde mental.

Como já mencionado, a situação diverge, até certo ponto, quando se considera o envolvimento das crianças dos bairros identificadas neste mesmo tipo de actos.

“Desloquei-me à referida escola em virtude de momentos antes ter sido informado telefonicamente pela Coordenadora de Escola que alunos ali estudantes, no decorrer do intervalo, tentaram violar uma aluna. No local, contactei com a Coordenadora informando-me que a menor [rapariga F06, 7 anos, Bairro Cinzento] levou premeditadamente a colega [rapariga F34, 6 anos, branca, não residente em bairro social] para as traseiras da escola, onde não encontrava ninguém, tendo posteriormente chamado os outros dois menores [rapaz M64, 7 anos, Bairro Azul; rapaz M65, 6 anos, Bairro Azul], tendo estes agarrado a colega [F34] e a rapariga [F06] levantou-lhe o vestido, rasgando-lhe de seguida as cuecas. Em acto contínuo, outra colega [F26, 6 anos, Bairro Azul, irmã do rapaz M64] ficou a agarrar a vítima, tendo os dois menores baixado as calças e um de cada vez encostaram-se a ela com os órgãos genitais à vista, esfregando-se no corpo dela junto à vagina. Passados alguns minutos fugiram para o interior da sala de aula [turma do 1º ano de escolaridade]. A [vítima] deslocou-se também para a sala de aula, contando a situação à Coordenadora e professoras. Relativamente aos outros intervenientes, estes contaram o sucedido aos restantes colegas. Questionada a menor [vítima], esta sempre bem disposta confirmou a versão à Coordenadora. Contactado o pai da [vítima], este foi informado por mim e pela Coordenadora e professora de apoio do que sucedera. Foi também informado dos procedimentos legais e explicado que estamos perante menores inimputáveis à luz da lei, apesar disso, o mesmo não abdica de desejar procedimento criminal. Deslocou-se posteriormente ao Hospital [nome], juntamente com a menor. Foram também contactados os pais dos outros menores, residentes no Bairro Azul e no Bairro Cinzento, tendo sido informados do acontecido com os seus filhos, ficando estes elucidados que deveriam apresentá-los à autoridade judiciária ou outra competente mediante notificação para o efeito, se tal vierem a ser avisados.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Considerando a idade dos agressores em causa, e a sua forma de organização, saliente-se que foram testemunhas de toda a actuação outras duas raparigas, de seis anos de idade, levanta-se a hipótese desta situação ter tido, um cariz essencialmente de violência étnica em que a sexualização dos comportamentos terá constituído o instrumento de poder e afirmação perante o ‘outro’, de origem étnica não só diferenciada como ainda por cima de menor representatividade no contexto destes bairros. Tal ideia emergiu de modo significativo nas retaliações feitas sob a forma de “ameaças” e tentativas de novas acções por parte dos agressores, mais a rapariga dos que os rapazes, no decorrer do processo de averiguação iniciado logo de seguida na escola e que se teve oportunidade de acompanhar. A linguagem utilizada pelas crianças numa manifestação de acentuado preconceito étnico (Rebelo, 2005; Tomás, 2009), disso era clara, o mesmo tendo continuado a transparecer quando confrontados os respectivos encarregados de educação. As questões do relacionamento étnico (intra e inter),

no contexto da investigação assumem uma especial relevância marcando intensamente o quotidiano das crianças conforme apresentado ao longo destas páginas e no qual esta prática será apenas um exemplo.

O leque de situações graves ocorridas nas escolas não se fica por aqui, tendo sido também registados casos com o recurso a armas brancas. Entre as várias situações que foram ilustrando os capítulos anteriores, nomeadamente nas que se associaram à justificação da escolha deste contexto para a realização da investigação, salienta-se a mãe que contara na escola como dera ao seu filho uma “*navalhinha*” para ele se defender dos colegas e dos perigos do bairro.²¹⁹ Pois este caso teve um desenvolvimento acentuadamente preocupante. Passados pouco mais de dois meses sobre a abertura das aulas e a conversa tida com a mãe, este rapaz foi identificado em ameaças com uso de armas brancas a colegas e adultos, entre os quais a Presidente do Conselho Executivo da escola.

“(…) denúncia de Presidente do Conselho Executivo (...) pelas 12h30m durante o período em que estava a ser ministrada uma aula, o [rapaz M04, 9 anos, Bairro Branco] abandonou a sala de aula sem qualquer motivo que o justificasse dirigindo-se para o pátio, na posse de duas armas brancas, sendo uma navalha de fecho, vulgarmente conhecida por mariposa, com 10cm de lâmina e 13 cm de cabo em metal, com desenhos produzindo motivos chineses, num total de 23 cm de comprimento, de cor prateada e a outra uma navalha de tipo ponta e mola, de marca Mini Shay com 7,5 cm de lâmina e 9,5cm de cabo, com o desenho de uma águia, de cor prateada, os quais mostrou aos vários colegas que encontrou. Ao ser levado à Presidente do Conselho Executivo para o seu gabinete, pediu-lhe as armas ao que este apontou-lhe uma das navalhas que se encontrava aberta dirigindo a lâmina em sua direcção, criando medo e inquietação pela sua integridade física.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Ainda no mesmo ano lectivo, e na sequência de transferência para outra escola após os factos descritos, enquanto se mantinha em curso a apreciação pelo Ministério Público da primeira ocorrência registada pelas autoridades policiais que acabaria por ser arquivada, no espaço de um mês e meio o mesmo aluno reincidiu neste tipo de actos graves, agora num contexto bastante diferenciado dos bairros em estudo, onde continuava a residir. Logo nas primeiras semanas de aulas no novo estabelecimento de ensino em localidade próxima surgiram as primeiras ocorrências.

“(…) injúrias à professora (...); e em atitude agressiva, cerrou os punhos e aproximou-se da professora ao que esta se retirou de imediato receando pela sua integridade física”; “(...) o mesmo tipo de injúria a outra professora acrescido de “parto-te essa boca toda”, pegou numa pedra e fez o gesto de arremesso contra a visada”; “(...) mesmo quando não há problema ele provoca qualquer elemento da escola” [excerto de ocorrências policiais da Esquadra local da PSP]

²¹⁹ Vide Capítulo 5.

Ao longo das semanas, a situação agravou-se mais uma vez com o recurso a armas contra docentes e pares, numa linha muito similar ao registado na primeira escola:

“(…) pelas 16h, no recreio, o aluno [9 anos M04, Bairro Branco] agrediu outro aluno e quando a professora tentou terminar o conflito entre ambos ele agrediu a professora mordendo-a no polegar da mão direita causando escoriação. Vinte minutos depois dirigiu-se à denunciante, desta vez com navalha empunhada ameaçando-a de morte, dizendo que a matava (…) trata-se de uma navalha (tipo borboleta), arma branca, toda ela em metal (supostamente inox), com as dimensões aproximadas de 15,3 cm de comprimento total, com cabo de 8,3cm de comprimento e lâmina em metal com 5,9cm de comprimento.” (…) “A mãe foi depois entregar a navalha na Esquadra em [data].” [excerto de ocorrências policiais da Esquadra local da PSP]

Destes factos resultou nova transferência de estabelecimento de ensino – em pouco mais de três meses frequentou três escolas diferentes – e das novas situações de reincidência foi dado conhecimento à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras pelos serviços do Ministério Público, onde o processo se manteve activo durante vários anos. Nos documentos relativos a este aluno, além da descrição dos acontecimentos, emergem outras indicações sobre as formas de reacção do próprio, da sua família e da família das vítimas aos actos por ele praticado e em que à violência se tende a contrapor mais violência.

“(…) o pai do aluno ameaçado [vítima] aconselhou-a [à mãe do agressor] a partir “as mãos do filho antes de casa para que ele que ele não voltasse a repetir qualquer episódio semelhante” ; “O rapaz quis bater na mãe e levou uma tarefa do irmão” [excerto de ocorrências policiais da Esquadra local da PSP] “o pai bateu com o taco de basebol na cabeça do filho (2004)” ; “o pai espetou uma faca na perna do [filho] (2006); “o pai atirou uma faca à cara do [filho] (2007); “o pai espetou um prego na zona do pulso do [filho] (2007)” [excertos de relatórios do processo da CPCJOeiras]

Mais uma vez, parece ser nítida a associação entre os actos delinquentes e as dinâmicas familiares existentes, centradas numa distorção de papéis sociais, acentuadamente marcadas por outras formas de desvio e violência, indo-se ao encontro do apresentado noutros estudos (Carvalho, 2003, 2005, 2007; Thornberry e Krohn, 2003; Farrington, 2004).

Todos os casos descritos nesta categoria tiveram lugar nos estabelecimentos de ensino dos bairros, restringindo-se por isso a um só território e tipo de equipamento. É no interior deste que se observa a diversidade de espaços onde os factos foram concretizados – recreio, sala de aula, corredores, sala do Conselho Executivo –, não existindo uma predominância de um em relação aos restantes. Relativamente à natureza do registo, tendeu a ser apresentada inicialmente pelos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, a maioria das vezes em solicitação directa aos elementos do Programa Escola Segura, sendo registada sob a forma de *Participação*. Só parcialmente se identificou a formalização da queixa indivi-

dual por parte da(s) vítima(s) para subquente procedimento, embora isso possa ter sido realizado fora da competência territorial da Esquadra local, não tendo assim sido detectada. É algo que não foi possível identificar em todos os casos analisados.

8.3.5 Delinquência “*contra pessoas*”

Uma quinta categoria agrupa os actos exercidos directamente “*contra as pessoas*”, com excepção dos registados nas escolas. Optou-se pelo estabelecimento deste critério na medida em que o contexto escolar apresenta especificidades consideradas à luz dos papéis sociais diferenciados institucionalmente atribuídos a crianças e adultos que condicionam e estruturam a acção social aí desenvolvida. Decorrente desta selecção, observa-se uma escassa representatividade desta categoria, pois é precisamente nas escolas que se encontra o maior número de factos desta natureza concretizados no âmbito de uma relação de proximidade social e física entre alunos, professores ou outros funcionários.

Estatisticamente, os mais diversos estudos apontam que a delinquência “*contra pessoas*” exercida por crianças e jovens, tanto a nível nacional como internacional, é, claramente inferior às restantes categorias (Carvalho, 1999, 2003, 2005, 2010b; Gomes et al., 2004, 2010), não sendo por isso de estranhar o número reduzido de factos e de crianças que aqui se abrangem.

Tabela 8.7: Delinquência “*contra as pessoas*”

Vector: provocação social, resistência à autoridade
Factos: roubos; agressões; ameaças; ofensas à integridade física; furtos por esticção; coacção com recurso a armas brancas;
Agentes/suspeitos identificados: mais rapazes do que raparigas, desde os 6 anos
Vítimas: sobretudo outras crianças, mas também adultos (mais mulheres do que homens), sobretudo desconhecidos
Denúncia: varia entre as <i>Participações</i> e os <i>Autos de Denúncia</i>
Locais de actuação: via pública; parques de estacionamento; espaços comerciais
Tipo de actuação: em pequeno grupo de pares e com mais velhos
Territórios de actuação: no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo

Fonte: registos da Esquadra local da PSP (2004–2008) e *Processos de Promoção e Protecção* da CPCJ de Oeiras (2004–2008).

Neste conjunto de ocorrências emergem alguns traços importantes de caracterização. O primeiro prende-se com o perfil das vítimas essencialmente desconhecidos, de ida-

des variadas e de ambos os sexos. Neste plano, evidenciam-se outras crianças, rapazes e raparigas, alguns de idades próximas dos autores, mas a variável idade não parece ser o factor fundamental, pois encontram-se vários actos exercidos contra jovens mais velhos e adultos, maioritariamente do sexo feminino. Pressupõe-se que subjaz à acção uma leitura antecipada sobre as possibilidades de êxito em função de uma aparente maior fragilidade ou dificuldade de reacção por parte das vítimas.

“(…) pelas 17h15m da tarde, segundo a vítima [mulher, 26 anos], o menor acima descrito, entre os 8-10 anos, perguntou-lhe as horas na rua [Bairro Verde], facto aproveitado pelo menor de 13-15 anos, em acto contínuo lhe ter retirado o telemóvel no valor de 200 euros pelo método de esticção, pondo-se ambos em fuga na direcção ao Bairro Cinzento (...) Os menores foram identificados [rapaz M61, 9 anos, Bairro Verde; rapaz, 15 anos, Bairro Branco]” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local]

Naturalmente, esta leitura tem de ser feita caso a caso e determinadas situações são levadas a cabo com o recurso a armas (brancas) como forma de intimidação. Também aqui é notória a intervenção por parte de outros mais velhos junto das crianças, numa linha de orientação manipulativa que explora a todos os níveis a sua imagem e a condição de criança.

“(…), perto das 22h da noite, o autocarro da carreira Y deslocou-se até perto da Esquadra por jovem rapariga ter solicitado ao motorista por sentir que estava a ser vítima de ameaças de agressão com suposta arma branca e tentativa de subtracção de objectos entre os quais o telemóvel por dois indivíduos, rapaz [9 anos M40, Bairro Verde] e o rapaz [M62, 11 anos, seu tio, residente com os avós maternos no Bairro Verde]. (...) os dois indivíduos estavam a ser incentivados e apoiados por outros indivíduos de cor e de maior idade, indivíduos estes que não se sabe apontar os nomes em consequência da confusão que se gerou no interior do referido meio de transporte. (...) os menores viajavam sem título de transporte”. [excerto de ocorrência policial, Esquadra B da PSP no concelho de Lisboa]

Mas as situações de uso de armas primordialmente ‘brancas’ contra adultos podem também ser encontrada em ocorrências que dizem respeito apenas aos mais novos, numa eventual replicação do seu envolvimento noutras práticas.

“(…) final da tarde (...) o menor de 12 anos [rapaz M66, Bairro Azul] ameaça com faca com 8,5cm de lâmina a Segurança SOV no hipermercado (...) estava na companhia de dois outros menores, um de 13 anos [rapaz, Bairro Azul] e outro de 10 anos [rapaz M67, Bairro Amarelo] sendo que este último tinha na sua posse duas antenas de rádio de viatura automóvel que tinham sido furtadas no parque de estacionamento”. [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

A mobilidade geográfica das crianças mantém-se presente, apesar de restrita aos casos mais graves associados a reincidência. De igual modo, as relações familiares são visíveis, juntando membros de uma mesma família na acção exercida. Relativamente à natureza deste tipo de registos, não se identificou a predominância de um padrão específico.

8.3.6 Delinquência “rodoviária”

Falar de uma delinquência “rodoviária” associada a crianças é algo que se estranha e de que, até num primeiro momento, se duvida. Crianças com 8 e 9 anos envolvidas em furtos de automóveis? Com capacidade para a sua condução na via pública?

Na verdade, não só é possível como são actos que têm uma certa expressão no conjunto das ocorrências em análise, especialmente até final de 2006, decrescendo bastante a sua expressão nos anos seguintes. Estão restritos a um número relativamente reduzido de crianças que apresentam um traço comum: são reincidentes neste e noutros actos delinquentes constando os seus nomes de variadas ocorrências policiais. À semelhança do apontado noutros estudos (Carvalho, 2003, 2005), este tipo de práticas – “*furto de viatura automóvel*” e/ou “*condução sem habilitação legal*” – parece ser determinante na confirmação de um percurso desviante marcado por uma certa perigosidade para si próprias e para com quem elas se cruza.

Tabela 8.8: Delinquência “rodoviária”

Vector: mobilidade, possibilidades de deslocação e acesso a outros territórios, divertimento e aventura
Factos: furto de uso de veículo; condução sem habilitação legal; condução perigosa de veículo rodoviário
Agentes/suspeitos identificados: rapazes, desde os 8 anos
Vítimas: desconhecidos
Denúncia: muito mais <i>Autos de Notícia</i> (queixa formalizada da vítima) do que <i>Participações</i>
Locais de actuação: via pública; parques de estacionamento de empresas ou grandes superfícies comerciais; principais vias de comunicação rodoviária intra e interconcelhia
Tipo de actuação predominante: em grupo de pares e/ou com outros menores de 16 anos; com outros adultos jovens
Territórios de actuação: no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo; noutros concelhos

Fonte: registos da Esquadra local da PSP (2004-2008) e *Processos de Promoção e Protecção* da CPCJ de Oeiras (2004-2008).

Num primeiro grupo de ocorrências salienta-se a actuação destas crianças restrita às ruas dos bairros em estudo, numa vertente em que brincadeira, divertimento e aventura parecem andar a par e passo. Sempre em pequenos grupos, afigura-se que os territórios em causa serão locais propícios para o arriscar deste tipo de acção, seja ao nível da condução efectiva como das suas tentativas. O aparente à vontade salta à vista nestas ocorrências.

“(...) pelas 21h (...) denúncia anónima em chamada telefónica para esta Esquadra (...) viatura conduzida por menores, tendo sido vista por mais do que uma ocasião, primeiro com o menor de 13 anos [rapaz, Bairro Verde] a conduzir, depois com o de 11 anos [rapaz M55, Bairro Branco], na zona dos Bairros Branco, Cinzento e Azul e seguia ainda na viatura outro menor [rapaz M20, 9 anos, Bairro Rosa]” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

“(...) final da tarde (...) estavam os três menores [rapaz, M49 9 anos, Bairro Branco; rapaz M67, 12 anos, Bairro Azul; rapaz, 13 anos, Bairro Branco] a tentar furtar a supracitada viatura, utilizando para o efeito uma chave de fendas (...) a viatura Opel Astra, que já estava estacionada frente à [nome do estabelecimento no Bairro Branco] pois os mesmos a tinham empurrado para junto do entroncamento (...) para aí a tentarem por a trabalhar (...) danificando-lhe o canhão de ignição, provocando danos cujo valor se desconhece.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

O tecido empresarial existente nas imediações de alguns dos bairros e onde a presença de stands e oficinas de automóveis é elevada constitui um factor acrescido que não pode ser descurado. O conhecimento que crianças e adultos vão construindo sobre os mesmos é claramente explorado no momento dos furtos, denotando-se, até certo ponto, um prévio planeamento das acções concretizadas nas quais emerge uma tendência para diferenciação e ‘especialização’ de funções e papéis, alguns associados à idade.

“(...) entre os dias 17 a 20 de [mês e ano], os menores [rapaz, 13 anos, Bairro Branco; rapaz M51, 12 anos, Bairro Azul; rapaz, 16 anos, Bairro Verde; rapaz M40, 11 anos, Bairro Verde] entraram nas instalações da [marca] através do escalamento de vedação com cerca de 2 m de altura. (...) Uma vez no interior das instalações, entraram e remexeram em várias viaturas. (...) No dia [...] foram furtadas várias viaturas. O interior do parque é vigiado por um circuito fechado de vídeo-vigilância pelo que existe gravações em CD das filmagens. (...) Foram 3 viaturas recuperadas, 2 nas imediações, outro na área de esquadra, faltam recuperar ainda 6 viaturas.” (...) “Após o menor [mais novo, M40] ter sido interceptado disse que tinha ainda furtado uma viatura de marca (...) do interior do parque de (...), cuja matrícula desconhecia, e que a havia abandonado numa artéria no Bairro Verde, a qual não soube indicar o nome. Posteriormente, e ainda segundo o menor, um indivíduo de alcunha (...), que apenas sabe chamar-se (...), de etnia caucasiana, cuja namorada se chama [nome], residente em (...) transportou a viatura para a outra banda referindo-se à zona de Setúbal. Relativamente ao suspeito indicado pelo menor, pelas características apresentadas, tudo leva a ver que se trata de (...), de 17 anos de idade, já identificado nesta esquadra por furto interior de veículo (...) Enquanto um dos indivíduos fica junto do portão, os outros deslocam-se ao interior do parque e aproveitando que as chaves se encontravam na ignição, para subtraírem o veículo, sendo sempre conduzido por este menor.” [excertos de duas ocorrências policiais da Esquadra local da PSP]

Um dos aspectos mais relevantes nesta análise prende-se com a aparente ‘especialização’ que algumas (poucas) crianças revelam neste campo logo em idades muito baixas (desde os 8 anos), claramente sob a orientação ou na presença de mais velhos, jovens menores de 16 anos ou até mesmo adultos jovens. Facilmente se identifica como se vão tornando alvo fácil de manipulação por parte desses elementos, tanto dentro como fora dos bairros, podendo falar-se nestes casos da existência de possíveis trajectórias acentuadamente des-

viantes moldadas mediante os interesses e necessidades dos grupos que as procuram. Para alguns, a capacidade de arriscar um envolvimento nestes factos vai além dos limites do concelho e outros locais são mencionados numa actuação que, apesar da pouca idade, se revela de elevada independência de mobilidade em meio urbano, ora em grupo, ora individualmente.

“(...) pelas 23h40m da noite, o rapaz [M40, 9 anos, Bairro Verde] estava a conduzir veículo no bairro Azul (...) foi uma pessoa no bairro, residente em (...), que vinha a passar e que o tinha parado e que fez a entrega do menor à polícia (...) o menor ter-lhe-á dito que tinha adquirido a viatura por 25 euros (...) na presença da polícia confirmou que a tinha furtado em [localidade no concelho da Amadora] com outro rapaz [14 anos, Bairro Branco]) (...) a mãe manifestou total desinteresse do filho aconselhando que fosse entregue à avó, com quem vivia”. [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

“(...) noite (...) entregue viatura Honda Civic da qual tinha sido retirada 2000 euros e que fora furtada na [localidade do concelho da Amadora], e foi recuperada na [nome da rua], em Lisboa com danos no canhão da ignição e outros danos materiais (...). O menor [M40, 9 anos, Bairro Verde] circulava na companhia de outro menor [rapaz M41, 10 anos, Bairro Branco] e foram interceptados pela viatura policial desta Esquadra. (...) ao serem apanhados assumiram que a tinham furtado na [zona] da Amadora.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra U da PSP no concelho de Lisboa]

A facilidade com que se conduzem as viaturas furtadas para o espaço dos bairros, muito em especial os Bairros Verde, Branco e Cinzento, onde estas situações aparecem mais identificadas, associa-se à ideia anteriormente mencionada de como alguns destes territórios, seja pela configuração especial, seja pelas dinâmicas sociais aí prevalentes, parecem constituir não só uma espécie de *‘refúgio’* para quem os pratica mas também uma eventual *‘placa giratória’* da sua passagem de imediato para outros locais em diferentes concelhos na Área Metropolitana de Lisboa.

Neste âmbito particular, as referências das crianças constantes nas ocorrências remetem claramente para um losango entre os concelhos de Sintra, Amadora, Oeiras e Setúbal, seja ao nível das práticas que efectuam, seja dos destinos de receção das viaturas furtadas que são lhes posteriormente associados. A rede viária existente assim como a localização geográfica de cada concelho, facilitam esta movimentação que indubitavelmente se estenderá a outras situações que importaria conhecer e aprofundar.

O momento temporal em que os actos integrados nesta categoria tendem a ocorrer é outro dos pontos relevantes desta análise. São predominantes as referências ao período nocturno, seguindo-se o final da tarde e princípio da noite. Tratando-se de crianças tão novas, a oportunidade da noite para estas acções não pode ser dissociada dos contornos da

monitorização e supervisão parental que sobre as mesmas é exercida, sugerindo-se que a mesma não existe, ou a existir, se revela francamente ineficaz, mais ainda quando se regista uma tão grande mobilidade e autonomia por vários territórios. Não será, pois, de estranhar que a tomada de riscos pelas crianças se veja, em determinados casos, levada ao limite da condução das viaturas furtadas pelo mais diversos locais e num claro não cumprimento pelas regras básicas do trânsito, vendo-se colocada em perigo a sua vida assim como a daqueles que com elas se cruzam.

“(…) acidente de viação (...) o outro condutor evitou o choque frontal pois o [rapaz M40, 10 anos, Bairro Verde] circulava em sentido contrário (sentido proibido) (...) o outro condutor reteve o menor até à sua entrega à PSP (...) o [rapaz] confirmou que furtou o veículo (Honda Civic) em Oeiras”. [excerto de ocorrências policiais, Esquadra A da PSP do concelho de Oeiras]

Estas são situações extremas e residuais no conjunto de dados, mas não deixam de ser reveladoras de uma faceta desafiante das normas por algumas das crianças onde se conjugam aventura, divertimento e ausência total de limites para a acção.

Relativamente à natureza dos registos, evidenciam-se aqui mais os *Autos de Notícia* do que as *Participações* o que indicia da parte das vítimas um papel activo na formalização das denúncias tendo a ver, em larga medida, com a exigência desta acção por parte das seguradoras nos casos em que se pretende ser ressarcido dos prejuízos ou danos causados.

8.3.7 Uma visão integrada

Na sistematização destas seis grande categorias de delinquência, procurou-se ter uma visão integrada sobre as mesmas que evidenciasse os traços em comum e as especificidades de cada uma. Deste processo resultou a construção da Tabela 8.9 que se apresenta na página seguinte. Aí se tornam mais visíveis as diferenças de género amplamente referenciadas anteriormente, bem como se descortina uma predominância dos 6 anos como patamar etário a partir do qual se encontraram ocorrências em quatro das seis categorias consideradas surgindo, as restantes duas (“*formigueiro*” e “*rodoviária*”) apenas associadas aos oito ou mais anos.

Tabela 8.9: Quadro síntese: uma visão integrada sobre as *delinquências* oficialmente registradas sobre as crianças dos bairros

DELIN- QUÊNCIA	TIPO DE FACTOS	AUTORES		VÍTIMAS	TIPO DE REGISTO PREDOMINANTE	NATUREZA DA ACTUAÇÃO		
		SEXO	IDADE			TIPO	LOCAIS	TERRITÓRIOS
Formigueiro	furtos de produtos alimentares e/ou dinheiro para a sua aquisição; arrombamento de veículo para pernoitar	masculino	desde os 8 anos	estabelecimentos comerciais; desconhecidos (particulares)	<i>Participação</i>	individual	estabelecimentos comerciais de restauração; grandes superfícies comerciais; via pública	no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo, muito nas suas imediações; outros concelhos vizinhos
	danos; incêndio; introdução em lugar vedado ao público; lançamento de projectil contra veículo			Estado, Autarquia, desconhecidos	varia entre <i>o Auto de Notícia</i> e <i>a Participação</i>	em grupo de pares e/ou com outros menores de 16 anos e/ou com adultos jovens; com familiares	via pública; edifícios públicos, privados e residenciais; equipamentos e mobiliário urbano; transportes públicos; parques de estacionamento; linhas de comboio.	no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo
De consumo	furtos; furtos por esticão; furtos do interior de veículos		desde os 6 anos	mais outras crianças e jovens, mas também adultos (mais mulheres do que homens); conhecidos e desconhecidos	<i>Participação</i>	individual e em pequeno grupo de pares	estabelecimentos comerciais; via pública	no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo, muito nas suas imediações
Escolar	furtos, danos; tentativa de abuso sexual	masculino e feminino					escolas – recreios; sala de aula; corredores; entrada da escola	
	roubos; agressões; ameaças; ofensas à integridade física; ofensas à integridade física; coacção com recurso a armas brancas;				varia entre <i>o Auto de Notícia</i> e <i>a Participação</i>	em pequeno grupo de pares e/ou com outros menores de 16 anos; com adultos jovens	via pública; parques de estacionamento de empresas e de grandes superfícies comerciais; espaços comerciais	no concelho, dentro e fora dos bairros em estudo
Contra as pessoas	furtos por esticão							
Rodoviária	furto de uso de veículo; condução sem habilitação legal; condução perigosa de veículo rodoviário	masculino	desde os 8 anos	adultos; desconhecidos	<i>Auto de Notícia</i>		vias de comunicação rodoviária	noutros concelhos

Fonte: registos da Esquadra local da PSP (2004-2008) e *Processos de Promoção e Protecção* da CPCJ de Oeiras (2004-2008).

A diversidade do perfil das vítimas assume uma especial importância, relevando-se um amplo leque de situações onde a presença de adultos e mais velhos adquire uma especial expressão no confronto que tal representa em termos das dinâmicas sociais. À luz dos resultados de estudos sobre delinquência, seria de esperar que nestas idades esta tendência fosse ainda menos relevante, perspectivando-se nesta leitura a necessidade de cruzamento com as formas de actuação, maioritariamente em grupo. Apenas na delinquência “*formigueiro*” não se detecta esta orientação. Mas entre as conclusões, há a salientar a elevada independência de mobilidade e autonomia que muitas das crianças parecem apresentar, especialmente as envolvidas na delinquência “*rodoviária*”.

Acresce a existência, em muitas das ocorrências, de indicadores claros das várias categorias que vão no sentido da confirmação de um quadro de aprendizagem social da delinquência nos termos propostos por Sutherland, Messey, Akers e Bandura, entre outros. Esta ideia surge a par da constatação de como uma parte destas delinquências se relacionam directamente com a organização do espaço dos bairros, neles se potenciando dinâmicas de actuação que as crianças exploram ou são levadas a explorar pelo conhecimento que detêm sobre os mesmos, a par da desorganização social que os caracteriza e que se vê descrita em diversos pormenores dos documentos consultados

Capítulo 9: OUTRAS INFÂNCIAS: OS DISCURSOS DAS CRIANÇAS

Identificados os principais traços de caracterização dos seis grandes tipos de delinquência de crianças construídos a partir dos registos oficiais das autoridades policiais e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras, coloca-se a questão de saber da sua eventual correspondência com o ponto de vista das crianças residentes nos bairros. Deste modo, neste capítulo procura-se conhecer as várias *delinquências* tendo agora por principal enfoque a *voz* daquelas que nelas se encontram directamente envolvidas.

Esta perspectiva tem sido muito pouco vezes abordada pelas dificuldades que envolve a diferentes níveis (Fonseca, 1999). Dos estudos que se conhecem baseados na aplicação de questionários (Loeber et al., 1989; Elliot et al., 1985, 1987, cit em Fonseca, 1999) e dos resultados de algumas das pesquisas longitudinais mais importantes realizadas nas últimas décadas (LeBlanc e Fréchette, 1989; Moffit, 1993; Loeber e Farrington, 2001, 2003; Snyder, 2001; Hawkins et al., 2003; Huizinga et al., 2003; Thornberry e Krohn, 2003; Kaplan, 2003; OJJDP, 2003; Roché, 2003; Tremblay et al., 2003; Wasserman et al., 2003; Farrington, 2004; Armstrong et al., 2005; Laub e Sampson, 2006), sabe-se que a proporção de crianças e jovens envolvidos em delinquência é superior ao revelado nas estatísticas oficiais.

Não se pretendeu nesta investigação ficar por uma representação estatística do problema, pelo que nas próximas páginas se centra o interesse na desocultação das práticas delinquentes, primordialmente através dos discursos das crianças recolhidos nas entrevistas que se cruzam, até certo ponto, com informação obtida junto das famílias e de outros intervenientes, bem como com as notas de campo da pesquisa no terreno.

É possível constatar que nestes bairros, e à semelhança do registado a nível nacional e internacional, a delinquência se apresenta como um fenómeno mais masculino do que feminino. No entanto, isto não significa que seja exclusivo de rapazes, na medida em que se detectou a acção contínua de algumas raparigas neste processo numa linha de orientação específica quer ao nível das sociabilidades existentes quer dos actos praticados. Desta abordagem resulta o traçar de uma visão mais abrangente em que se identificam pontos de dissonância entre os registos oficiais e os seus discursos. Outras práticas não recenseadas oficialmente emergem, e na base da construção desta invisibilidade estatística destacam-se, de modo significativo, as relações de poder estabelecidas neste contexto caracterizado por desorganização social e baixa eficácia colectiva, apontando-se a família como fulcral e determinante no seu envolvimento na delinquência.

9.1 “*Putos assaltantes*”: as práticas sociais e a delinquência na primeira pessoa

Ficou patente, no Capítulo 7, como as crianças participantes nesta investigação representam um leque de aspectos negativos nos seus bairros de entre os quais evidenciam formas de delinquência e criminalidade que envolvem uma parte da população residente. Nesse âmbito, desordens, “*incivilidades*” e actos delinquentes levados a cabo por várias crianças foram pontos destacados na apreciação negativa feita sobre estes territórios. A consideração da existência de “*putos assaltantes*”, para usar a expressão de um dos entrevistados, representa a visibilidade e até um certo mal-estar que os actos delinquentes parecem adquirir junto das restantes, no fundo da maioria que aí vive.



Desenho 9.1: O meu bairro

“É a minha casa e tem o cano e o ribeiro ao lado com muito lixo. Precisa mais segurança no prédio porque eles vão para lá fumar, estragam o prédio todo, a rua, são bandidos. Neste bairro o que há a mais são bandidos, bandidos e ladrões, carros roubados e **putos assaltantes**, carros roubados a fazerem piões e bandidos a roubar lojas e pessoas. O meu bairro tem tudo mas falta segurança, é muitos bandidos.” [rapaz M70, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]

O quadro de análise traçado nos capítulos anteriores constitui o ponto de partida para a discussão que se passa a apresentar sobre as dinâmicas sociais territorialmente desenvolvidas e de como as mesmas influem ou não na prática de delinquência.²²⁰

9.1.1 Modos de pensar, modos de agir

As crianças são parte activa nas culturas da infância, bem como nas culturas dos adultos com as quais se encontram intrinsecamente interligadas. Deste modo, é imprescindível atender às suas múltiplas formas de negociação, partilha e criação com os outros. Tendo como pano de fundo o princípio enunciado por vários autores (Corsaro, 1997) e sinteticamente enunciado por Ana Nunes de Almeida (2009a: 34) de “*que as crianças devem ser consideradas activas na construção e determinação dos seus próprios contextos de vida, na vida das pessoas que as rodeiam ou da própria sociedade em que se integram*”, promove-se nestas páginas a proble-

²²⁰ Para uma breve caracterização do conjunto das crianças entrevistadas, vide Anexo 9.1.

matização das sociabilidades e principais modos de pensar e de agir que foram sendo identificados relativamente às suas práticas de actos delinquentes.

Um primeiro ponto de análise diz respeito ao lema recorrentemente observado, se assim se pode chamar, segundo o qual “*crime não é roubar, crime é ser-se apanhado*” e que não é exclusivo do contexto da investigação, estendendo-se a diversos segmentos da sociedade portuguesa. Vê-se reforçada a perspectiva interaccionista na forma como estes problemas são abordados, numa orientação associada à diluição dos mecanismos informais de controlo social que se encontra instalada entre uma parte das crianças e adultos residentes. Daí decorre uma alteração significativa na percepção dos actos cometidos que se reflecte na diferenciação entre o que se considera ser grave ou não em função das categorias de pensamento entretanto construídas e interiorizadas.

– “Eu roubar?! ... Roubar não, nunca furtei um carro, isso é fatela, nunca andei a conduzir! Não, não furtei nada, não furto, já ‘apanhei’, já ‘apanhei’ mas eu não ando para aí a furtar, só ‘apanhei’ lá no [hipermercado] [rapaz M50, 11 anos, 4º ano, Bairro Branco]

– Como é que é isso?

– Já apanhei antenas e chocolates lá no [hipermercado], nunca um telemóvel. Fico lá ontem, ‘apanhei’ bué de chocolates e comi. Vamos lá da escola, tem lá uma nova Play Station que dá para jogar e vamos lá, vamos lá, fingimos que vamos tirar os chocolates e metemos os chocolates atrás da outra caixa e abrimos e pomos tudo no bolso e vamos embora. Vem o segurança e não vê nada que está lá a caixa e já comemos tudo.

– És só tu a fazer isso?

– Não, acha? São todos daqui, até o [M44].

– E achas que isso não é furtar, isso não é roubar?

– Não é furtar, é ‘apanhar’, não é furto, isso aí de furto é de carros... Uma vez tive que lutar com o segurança, mandou bocas, era branco e estava mesmo a ver se levava e ele bateu em mim e levou meu e dos meus amigos, eu também era mais pequeno agora já ninguém vem bater.” [entrevista]

A utilização de termos como ‘apanhar’ e ‘tomar’ em vez de furtar ou roubar associa-se a códigos de conduta onde a condenação moral dos actos delinquentes tende a fazer-se apenas a partir de um certo patamar. Isto é patente no discurso anterior, em que somente os ilícitos associados à delinquência “*rodoviária*” são vistos numa perspectiva de violação das normas e colocados num patamar de gravidade. No quadro de desorganização social anteriormente descrito, esta ideia aparece fortemente enraizada em determinados grupos da população residente, como se observa nas palavras da avó de uma criança apanhada a furtar um jogo de PlayStation sendo simultaneamente visíveis as dificuldades de exercício da mais adequada supervisão e controlo.

“De vez em quando ele [rapaz M02, 9 anos, 3º ano, Bairro Verde] porta bem. Agora foi lá ‘tomar’ o jogo (risos), ele disse que foi ‘apanhar’ o jogo com o [rapaz M56, 8 anos, 2º ano, Bairro Amarelo] (risos)... (...) Agora tenho de passar a fechar lá em casa à chave. Eu quando estou lá fecho a porta à chave para ver se ele não sai. Um dia foi lá casa um senhor, abri a porta e ele foi logo pela varanda, saiu...” – [avóE33, 51 anos, Bairro Verde]

Outro aspecto relevante diz respeito ao facto de, em diversas famílias, ser recorrente pensar os furtos como “*uma coisa de crianças*”, e seria importante verificar até que ponto a variação e tolerância aqui registadas se estendem a outros sectores da sociedade portuguesa e quais os efeitos das mesmas na socialização dos mais novos.

“Ia lá só apanhar pastilhas e rebuçados (...) Não, não, a minha mãe não se zangava, ela sabia que era coisa de crianças, não dizia nada.” [rapaz M10, 9 anos, 3º ano, Bairro Azul, entrevista]

Constatou-se também como a percepção da gravidade dos actos pode decorrer a par da frequência com que os mesmos tendem a ganhar visibilidade nos bairros, quase numa perspectiva de “*naturalização*” dada a sua regularidade, e não apenas isoladamente pela sua natureza.

“Assalto com pistola não é nada!” [rapaz M51, 10 anos, 3º ano, Bairro Azul, notas de campo]

Desta forma, o uso de armas pode ser valorizado pelo fácil acesso que se tem às mesmas, bem como pelo conhecimento regular de situações deste género no local onde se vive. Conjuntamente, ao assumir-se este posicionamento afirma-se também um estatuto que pode favorecer um reconhecimento pessoal a nível local que se concretiza através da adesão a este tipo de práticas. Mas estes modos de pensar sustentados numa conformidade a códigos delinquentes e criminais podem também surgir quando menos se espera.

“Ao terminar uma ficha de leitura sobre a letra ‘i’ o rapaz [M24, 6 anos, 1º ano] cantava:
 – Estou a roubar os “i”, estou a roubar os “i” (...) Eu estou a roubar os “i”...
 – Tu achas que estás a roubar os “i”...como?
 – Estou a roubá-los [e fez o gesto de os retirar da folha onde circundava a letra com o lápis]
 – Tu não estás a roubar, tu estás...
 – Estou a roubar, estou a roubar!...
 Voltou-se para a professora e disse novamente aos pulos com a ficha na mão:
 – Estou a roubar os “i”!
 – Estás a roubar!?
 – Sim!
 – Não me parece, estás a ver, a identificar o “i” mas não estás a roubar...
 – Estou sim! Sim!
 – Não estás e achavas bem estar a roubar?
 – Sim.
 – Mas achas bem alguém andar a roubar, tu não andas roubar nada.
 – Eu estou a roubar sim, eu já roubei.
 – Ah, sim! E achas bem?
 – Acho, foi com o meu primo [13 anos] e o meu primo acha bem.
 – Se calhar ele não acha e tu não percebeste bem...
 – Percebi, percebi...
 – E se alguém roubar-te alguma coisa, tu achas bem.
 – O meu primo não deixa ninguém roubar a mim, o meu primo não deixa. Ninguém vai roubar a mim!” [notas de campo]

A facilidade com que se fala de delinquência e criminalidade, a par da aparente alegria e satisfação que se associa à sua prática, traduzem um desenvolvimento moral em que desde muito cedo se interioriza uma avaliação positiva relativamente a certo tipo de acções violadoras das normas sociais, o que condiciona qualquer controlo interno futuro (Hirschi, 1969; Nye, 1958). Resultados de vários estudos apontam que os designados efeitos do bairro (*“neighborhood effects”*) decorrentes da desorganização social existente tendem a ser mais baixos nas crianças mais novas do que nas mais velhas. À medida que vão crescendo é que se irá tornando mais expressiva essa influência em função de uma crescente exposição aos riscos no espaço público, pela participação em actividades aí desenvolvidas que se prolongam por períodos de tempo de maior duração, bem como pelas maiores possibilidades de entrada em redes sociais que integram indivíduos delinquentes, na perspectiva preconizada no âmbito da teoria da associação diferencial (Sutherland e Cressey, 1970; Sampson e Laub, 1994; Elliot et al., 1996).

No entanto, nesta investigação constatou-se a existência de determinados grupos de crianças, maioritariamente do sexo masculino, para quem esta possível influência parece ganhar especiais contornos logo em idades muito baixas. Não se desvaloriza o facto de ser junto de jovens, especialmente na faixa 13-17 anos, que este processo se reveste de contornos mais intensos e alargados a um maior número de indivíduos, mas a precocidade revelada nos discursos apresentados e em tantos outros pode ser entendida como manifestação da desorganização social a que se encontram sujeitos.

“Ah! Os pequenos é que são bons para roubar! Se tu és pequeno é que é bom para ir roubar, vais e ficas logo a ver como é. É o que é melhor ser pequeno e ir roubar. Chega ali, apanhas umas coisa, outra e ninguém dá do que estás a fazer. Noutros é só ir a correr e já está, roubas tudo. É o que está a dar, mais pequenos roubam bués de coisas aqui, é todos os dias, nem a gente sabe se foi roubada ou não porque é roubar, é só andar na confusão.” [rapaz M02, 9 anos, 2º ano, Bairro Azul]

Diversos autores (Sampson e Laub, 1994; Elliot et al., 1996; Morenoff et al., 2001; Kingston et al., 2009) salientam como a organização social é um factor determinante em bairros onde se regista uma concentração de desvantagens sociais, como aqui acontece. Neste quadro funcional (Fisher, 1994) marcado pela falta de acesso a recursos sociais diferenciados, os residentes estarão mais dependentes do ambiente físico e social para o estabelecimento de redes de suporte do que famílias que vivam noutros locais onde esse suporte pode fundamentalmente não passar pelo espaço físico local. Deste modo, a organização social dos bairros, que devia mediar os efeitos da desvantagem ecológica no desenvolvi-

mento de crianças e jovens, acaba por se constituir, de modo inverso, como elemento catalisador do conhecimento sobre delinquência e crime que se (re)produz sem inibições.

Perante este enquadramento, não é de estranhar que os contornos da delinquência “*formigueiro*” e de “*consumo*” descritas no anterior capítulo se revelem bastante comuns entre uma parte significativa de crianças, maioritariamente do sexo masculino, fundamentando-se numa percepção que se afasta da consideração de que são ilegais ou erradas. No fundo, predomina uma visão da pequena delinquência como uma experiência banal extensiva a um conjunto expressivo de crianças (Carra, 2001; Lepoutre, 2001; Mucchielli, 2001; Imloul, 2008).

“- Eu agora não estou a roubar, agora não! Sabes se o que estou a fazer é só ‘tomar’ chupas lá no [hipermercado], só gomas e chupas. Vou lá a passar, vejo o saco aberto e volto a passar e tiro e como... é só ‘tomar’ esse tipo de coisas e gomas...” [rapaz M39, 8 anos, Bairro Rosa, notas de campo]

Mais do que isso, os modos de agir descritos nos termos atrás mencionados – “*entra-se, apanha-se, come-se e sai-se*” – ocorrem, principalmente, nas grandes superfícies comerciais e hipermercados localizados nas imediações dos bairros, onde é maior a possibilidade de se passar despercebido no meio da multidão que os frequenta. Estrutura-se, assim, um primeiro patamar das delinquências aqui observadas.²²¹ Pelo registado durante a inserção etnográfica nestes espaços comerciais facilmente se observa como esta prática se encontra vulgarizada entre parte dos clientes e não é exclusiva dos oriundos destes bairros.

A sua localização privilegiada na confluência de importantes vias de comunicação e numa zona de crescente implementação comercial e empresarial parece constituir uma janela de oportunidades para a delinquência. À medida que foi crescendo o número de estabelecimentos comerciais nas proximidades, viu-se aumentado o número de actos praticados nesses locais em detrimento dos poucos que se encontram instalados no seu interior.²²² Este processo revela as possibilidades de mobilidade que uma parte das crianças manifesta e que se estende além dos limites geográficos da zona de residência.

²²¹ Os furtos de bens em grandes superfícies parecem fazer parte quotidiano de alguns rapazes, situação que se vê acentuada em períodos de festas (Natal, Páscoa e outras), quando as demonstrações de equipamentos, sobretudo electrónicos proporcionam um “*espaço de recreio*” alargado que se usa regularmente.

²²² “(...) final da tarde (...) regista-se o furto de caixas de gomas e uma caixa de chupa-chupas, cujo valor a proprietária do estabelecimento (papeleria) não pode precisar, que se encontravam expostas em cima do parapeito da janela de atendimento do estabelecimento (...) os menores [3] após o furto puseram-se em fuga, direcção do Bairro [Verde] tendo sido interceptado apenas o rapaz [11 anos, Bairro Branco] [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]”.

9.1.2 Sociabilidades e grupos

Na literatura científica, a influência de pares surge como um dos indicadores mais expressivos e comuns no campo da associação diferencial e do envolvimento em actos delinquentes (Sutherland e Cerssey, 1970; Akers, 1985; Winfree, Jr. et al., 1994; Piquero et al., 2005). Shaw e McKay representavam a delinquência numa sucessão de fases num processo aparentemente linear que se atravessa durante a infância e juventude e que tem o seu início no grupo de pares, em brincadeiras e actividades que são comuns a muitos territórios e através das quais os mais novos contactam e adquirem valores e atitudes locais. Apontavam como problemática a prevalência em determinadas zonas de valores criminais que influenciam decisivamente as acções futuras. Na segunda fase, ultrapassa-se os contactos e passa-se à acção, primordialmente em actos tidos como de pequena ou menor gravidade na linha dos mencionados no ponto anterior – os pequenos furtos de valor reduzido – e vandalismo e diversos tipos de desordens e perturbações da ordem pública. Através destas práticas adquire-se uma maior visibilidade no contexto em causa, ao mesmo tempo que se obtém a aprovação dos mais velhos, jovens ou adultos, situação especialmente reforçada nos casos em que não se é apanhado. Nesta sequência, a passagem a uma terceira fase tende a ocorrer rapidamente, e aquilo que se manifestava e percepcionava como uma brincadeira deixa de o ser, alargando-se o campo de acção e os actos tornam-se mais estruturados e diversificados. Finalmente, dá-se a adesão plena a um código delinvente que se traduz na continuidade regular de actos delinquentes que podem potenciar a sua passagem a uma trajectória criminal na vida adulta (Regoli e Hewitt, 1991).

Nos mais recentes estudos, especialmente de natureza longitudinal, vários destes pontos têm vindo a ser confirmados, ainda que se veja anulada uma perspectiva simplista de linearidade e de determinismo que era então evidenciada por Shaw e McKay, exigindo-se a consideração de entrecruzamento dessas fases em função de circunstâncias pessoais e sociais diversas que emergem dos modos e estilos de vida que caracterizam as sociedades contemporâneas. Neste âmbito, a frequência e continuidade em actos de natureza diferenciada levada a cabo entre pares parece marcar a vida de várias das crianças participantes, salientando-se, como as próprias frequentemente referem, nunca terem sido oficialmente apanhadas.

“– Já apanhei coisas. É, vou de skate, vou buscar sumo.... [rapaz M55, 9 anos, 3º ano, Bairro Verde] Na [empresa de refrigerantes], lá em baixo na [imediações do bairro]
 – É fácil...entramos, apanhamos e depois tiramos! [rapaz M44, 8 anos, 3º ano, Bairro Rosa]
 – E ninguém vê?

- Às vezes... às vezes eles ficam do outro lado [seguranças] mas fica um de fora a vigiar, vai alguém vigiar [M44]
- Fica a vigiar... e depois trazem o quê?
- Muitas coisas, grades... é o que cada um consegue carregar, se tiramos muito não dá para carregar... [M55]
- Não dá, mas já apanhámos chocolates mas não foi na [empresa de refrigerantes] e depois quando os outros já entraram nós ficamos cá fora, eles trazem, eles nos dão e nós corremos e eles ficam lá dentro a apanhar para eles. [M44]
- Também no restaurante já roubei gelados, no de frangos assados. [M55]
- Mas não é aqui no bairro?
- É, já fecharam. A mulher foi buscar e eu apanho. Ela não dá conta. Está uma porta aberta, apanho, ponho no bolso e finjo que vou à casa de banho e depois venho cá fora e como. [M55]
- E estavas com alguém?
- Sozinho. [M55]
- Eu também já roubei gelados, Magnum ... [M44]
- Ou daqueles que tem bolacha por baixo. No outro dia fui comprar gelado com o meu primo e vejo se o homem está a ver e depois é que apanho. [M55]
- Bolicas também e também Mp3. [M44]
- Mp3 é fácil, é só entrar no [hipermercado] e abrir aquelas caixas que tem lá, aquilo não tem câmaras, eu vejo pelo tecto e não tem câmaras e os seguranças não vêem... agora já tem câmaras e já não dá. No [hipermercado] tem um coiso para correr para a casa de banho... [M55]
- É o chão que se abre... eu já lá apanhei uma Xbox [M44]
- Um chão que se abre?
- Desces a escada, passas, viras e depois tem uma porta de lado. [M44]
- Mas vocês descobriram isso?
- Alguém disse como era. [M55]
- E nunca foram apanhados?
- Nunca! [M44]
- Nunca, o segurança, nunca, no outro dia a minha mãe me apanhou com o computador e me deu porrada. [M55] [entrevista]

Neste âmbito, a associação diferencial tendo por base os pares e os outros significantes, aqui traduzidos no “*alguém disse como era*”, manifesta-se fortemente neste contexto constituindo um dos principais traços de caracterização das dinâmicas observadas (Sutherland e Cressey, 1970; Akers et al., 1979; Akers, 1985; Heimer e Matsueda, 1994; Winfree, Jr. et al, 1994; Piquero et al., 2005). Já no capítulo anterior se evidenciou, de modo particular e intenso, a presença constante de outros, de pares mas também de mais velhos, sobretudo jovens menores de idade e de adultos jovens, que parecem assumir um especial protagonismo na orientação dos mais novos, como se viu frequentemente referido. A mesma ideia veio a ser constatada na discussão da informação recolhida junto das crianças, sendo escasas as indicações a actos praticados individualmente, maioritariamente associados ao contexto escolar e em termos idênticos aos registados a nível oficial (Capítulo 8). Foi possível observar que, mesmo entre pares, a definição de papéis e aceitação pelos vários elementos do grupo reveste especial importância no desenvolvimento da delinquência nas suas mais diversas formas, umas vezes bem sucedidas, noutras não.

“Depois eu fui embora, depois ele [rapaz M02, 9 anos, 3º ano, Bairro Verde] ‘tava lá, depois eu fui embora, depois ele disse que fui eu, era mentira e caçaram com ele o jogo aqui [dentro das calças]... um CD para a PlayStation e ele tinha uma PlayStation em casa... eu não fui, ele é que meteu o jogo nas calças... ele mandou eu esperar e eu fui para a porta e depois ele roubou!” – [rapaz M56, 8 anos, 2º ano, Bairro Amarelo] [notas de campo]

“Cuidado com eles, só querem ir comigo por interesse, só interesse, querem que eu vá roubar para eles. Querem, querem, assim, eu não vou roubar para eles e eles “vá, vá, vai lá roubar ali” e eu digo que não e ele bate. Não quero mais andar com eles.” [rapaz M02, 9 anos, 2º ano, Bairro Azul] [entrevista]

“O [rapaz M44, 8 anos, 2º ano, Bairro Rosa] lá em cima no [bairro] é obrigado a ir roubar, Nós não, nós não vamos mandar ninguém, nem mais pequeno. Quem quer vir vem, quem não quer não vem, não é obrigado, connosco ele passava muito bem, fogo! Um dia mandaram ele entrar lá numa garagem e tirar tudo e ele foi, é mesmo mau isto!” – [rapaz M23, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde] [notas de campo]

“A propósito de furtos em garagens no bairro (Rosa) e ao lado:

– Eles [os mais novos] abrem a porta e nós entramos. Um dia fui eu [rapaz M48, 10 anos, 4º ano, bairro Rosa] e o [rapaz M55, 9 anos, 3º ano, Bairro Branco], vimos uma bika e levantou a roda de frente... e eu disse calma... e depois apitei e o homem veio a nós mas voltou para trás. Escondeu-se atrás de um carro e chamou a polícia, e nós ficamos lá dentro. Depois o homem foi-se embora e a polícia ficou lá a ver. (...)

– Depois tinha uma janela secreta, pequena e só saímos por aí e deixámos as bikes [rapaz M44, 8 anos, 2º ano, Bairro Rosa]

– E a polícia estava no outro lado à espera?

– Sim, mas teve de ir embora. Quando nós entrámos, e depois nós entrámos e saímos de lá de dentro, apanhámos e saímos... O homem veio atrás de nós, fomos chamar os outros [crianças e jovens], ficámos cá em cima na paragem e a polícia veio... A polícia viu-nos a subir, a provocar o homem, depois a polícia veio atrás de nós e eu fui para casa. [M48]

– Foste para casa?

– Fui trocar de roupa.” [M48] [entrevista]

Nestes discursos fica clara a definição de papéis, bem como a consciência que se tem relativamente aos mesmos e aos efeitos daí decorrentes. Estão também patentes as estratégias e os expedientes a que recorrem a partir do elevado conhecimento e domínio sobre os espaços onde se movem, não surgindo um juízo moral sobre o que fazem, antes a antecipação do que consideram necessário fazer para evitar ser apanhado.

Se até aqui os exemplos apresentados se têm centrado exclusivamente no discurso de rapazes, no contexto desta investigação esta problemática não fica reduzida ao sexo masculino ainda que o número de raparigas identificadas seja claramente inferior, tal como se tinha detectado na análise dos registos oficiais das autoridades policiais e da Comissão de Protecção local. A questão do género na delinquência vem a suscitar um crescente debate entre investigadores, dando origem a diferentes abordagens pela constatação de diferenças significativas no que diz respeito à frequência e natureza dos actos praticados (Ferreira, 1999; Fonseca, 1999; Piquero et al., 2005; Duarte, 2010).

Vários estudos apontam que isto decorre primordialmente da associação diferencial e da exposição junto de delinquentes em redes sociais, concretamente, do grau diferenciado de exposição a violência, crime e delinquência a que se encontram sujeitos e que será habitualmente mais forte junto dos rapazes, num entendimento concretizado à luz de uma visão tradicional sobre os papéis sociais e as formas de socialização proporcionadas diversamente a uns e outros. Neste sentido, as teorias centradas na aprendizagem social da delinquência apontam que as raparigas que mais contactam, interagem e passam mais tempo com outros envolvidos na delinquência, especialmente do sexo masculino, mais facilmente passam à realização de actos delinquentes. Nos trabalhos de Giordano (cit. em Piquero et al., 2005), defende-se que a aprendizagem da delinquência feminina se faz junto do sexo masculino, situação que neste estudo não se viu totalmente comprovada na medida em que, na maioria dos casos, esse processo parece ter acontecido essencialmente sob influência directa de familiares do mesmo sexo – mães, tias, primas, avós e irmãs – que se passou a reproduzir principalmente também com outras raparigas não sendo visível uma forte interacção com rapazes.

“– Era eu [rapariga F35, 9 anos, 3º ano, Bairro Branco], ela [rapariga F36, 11 anos, afrcv, 4º ano, Bairro Amarelo] e a irmã [rapariga F37, 8 anos, 2º ano, Bairro Amarelo] e a nossa amiga [rapariga F27, 11 anos, 4º ano, bairro Rosa]. (...) Elas as duas [as de 11 anos] foram primeiro.

– Tu ficaste só a chorar – [F36]

– Não, eu não escolhi, eu só escolhi uma coisa. (...) Escolho o casaco, ela [F27] me deu umas t-shirts e calças, fomos vestir às cabines.

– Depois lá eu trouxe uma camisola, só uma camisola. Vesti duas camisolas e uma calça. A [F27] disse para nós calçarmos uns sapatos se não batia, eu não vou calçar não.

– Eu também não, foi um casaco vermelho de marca... assim curto. E ela [F27] escolheu um fato de treino da Nike – [F35]

– E a tua irmã [8 anos] também trouxe alguma coisa?

– Sim, meias... ela não tinha no pé, pôs no bolso e tinha duas calças, uma da [marca] e uma dela, três camisolas, um top, uma camisola e a camisola dela. – [F36]

– E como é que foram apanhadas?

– Disseram que ela [F27] tirou uma coisa das calças para apitar e que pôs no lixo. Os polícias deixaram ir a casa de banho para tirar. Depois eu vi a [F27] e a [F35] com uma polícia. Depois a polícia disse para tirarmos as roupas. Nós tirámos e a polícia disse que tínhamos de ir para coisa...para a esquadra.” [F36] [entrevista]

“Fomos falar com a mãe de [rapariga F35, 9 anos, 3º ano, Bairro Branco] e ela explicou tudo. Ela pôs a roupa, pegou a roupa dela, vestiu a roupa da [nome da grande superfície] e então aí ela disse se queríamos fazer igual a ela. Ela disse para se tirar aquela coisa...aquela... o alarme. A mãe dela ensinou, vais e tiras com os dentes assim... (...) Nós conseguíamos tirar, uma tirava e nós vestíamos. (...) A mãe dela disse e foi ela que a mandou ir porque tem roupa roubada em casa e também tem comprada, mas a maioria roubada e depois ficou com um caso em Tribunal uma vez.” [rapariga F27, 11 anos, 4º ano, Bairro Rosa, entrevista]

Não é de estranhar nestas idades a constituição de grupos baseados só no género, um traço comum na infância em qualquer ponto do mundo. Contudo, é muito pouco

conhecido o fenómeno da delinquência feminina na forma como aqui se dá conta, pois será mais vulgar entre mais velhos, jovens e adultos. Diversos autores tendem a apontar a existência de um maior risco pelo facto de muitas vezes os grupos delinquentes femininos poderem seguir o modelo de outros só do sexo masculino, sendo frequente salientarem que na sua base se encontra uma relação ou interacção próximas entre elementos de uns e outros. No entanto, não foi isso que aqui se observou, o que remete fundamentalmente para uma provável influência global dos efeitos do bairro e da desorganização social existente mediada de modo inadequado pela família.

Gradualmente, os resultados de Giordano têm vindo a ser questionados à luz das dinâmicas sociais e dos padrões de delinquência registados oficialmente, constituindo a mudança da delinquência feminina uma das preocupações mais relevantes enunciadas nas sociedades europeias, como se mencionou no Capítulo 2. A exposição por si só não possibilita esgotar a explicação deste problema. Outro aspecto relevante nesta análise é que para estas crianças, a experiência relatada não foi a primeira (com excepção da mais nova, de 8 anos), o que sugere uma linha de continuidade nas práticas, à semelhança do registado entre rapazes.

- “Eu nunca fiz, nunca roubei roupa. – [rapariga F35, 9 anos, 4º ano, Bairro Branco]
- A tua mãe disse que todas as roupas que tu tens são todas roubadas. [rapariga F36, 11 anos, 4º ano, Bairro Amarelo]
- Não, a minha mãe já roubou... [F35]
- A minha mãe nunca roubou, nem vai roubar mas tu já roubaste [F36]
- Eu já tinha tomado roupas na [grande superfície], na sexta-feira também fomos lá. [F35]
- Que fomos lá? Nã, nã, foi também no outro sábado. [F36]
- E o que é que fizeram nesses dias?
- Eu só trouxe meias. [F35]
- Eu também só trouxe meias, ela [F27, 11 anos, 4º ano, Bairro Rosa] é que trouxe mais coisas, tiras todos os alarmes... então vais-te embora daqui. [F36] [entrevista]

Nesta linha, a discussão da delinquência feminina tem de ser feita a partir da consideração da transformação de papéis e posição atribuída à mulher na sociedade, não se desvalorizando as desigualdades sociais que ainda hoje marcam a sua condição em diferentes pontos no território nacional. Cada vez mais as raparigas estão presentes nos mesmos espaços que os rapazes e sujeitas na mesma linha a tensões, conflitos e desordens. Moffit et al. (2001, cit. em Piquero et al., 2005) apontam que ambos os géneros partilham as mesmas tendências não identificando diferenças na etiologia das formas de delinquência. Esta ideia viu-se, até certo ponto, confirmada neste estudo, mesmo quando se trata de actos de violência e delinquência interpessoal.

“Ya, anda tudo sempre à luta, tudo sempre contra mim, aí é, pumba! Dou um soco com força também...” [rapariga F06, 8 anos, 3º ano, bairro Azul, entrevista]

“Eu gosto de brincar no meu bairro, não gosto é das raparigas mais velhas que vêm bater na gente e roubar.” [rapariga F38, 10 anos, 3º ano, Bairro Branco, entrevista]

Estas situações têm de ser vistas no quadro da evolução dos papéis sociais da mulher que se vêem reflectidos noutros campos da vida social e se estendem também ao desvio e criminalidade. Neste âmbito, há raparigas que usam a força e competências que tradicionalmente tendiam a ser vistas exclusivamente como parte do repertório masculino. Parkes (2007) sugere que o posicionamento de raparigas junto de pais e padrastos que manifestem acções baseadas em poder e força, incluindo o uso de violência, pode ser relevantes na sua adesão a valores delinquentes. De salientar uma conclusão que é comum a diversas pesquisas: os pares são irrelevantes junto das raparigas com crenças morais elevadas (Mears, 1998 cit. em Piquero et al., 2005).

Mas como a exposição por si só não serve para explicar as diferenças que têm prevalecido entre géneros, outros autores apontam como possibilidade a existência de laços familiares mais fortes envolvendo as raparigas que se traduzem, a outro nível, no exercício de uma supervisão parental maior sobre elas, paralelamente a uma de menor intensidade junto dos rapazes. Deste modo, a sua exposição à violência e criminalidade não só seria muito menor como se veria mais condicionada assim que acontecesse.

Noutra dimensão, é de questionar se a persistência das tradicionais representações dos papéis de género que ainda hoje marcam segmentos da sociedade portuguesa não continuam a proporcionar ao sexo feminino a construção de definições sustentadas na ideia de a violência ser um traço de caracterização eminentemente masculino, dominante como símbolo de poder e virilidade, que não encaixa na construção da condição feminina (Piquero et al., 2005). Nesta linha da aprendizagem social da delinquência, as raparigas terão menos oportunidade de concretizar actos delinquentes por sobre elas ainda se continuar a exercer um maior controlo social que começa logo na família, estando os rapazes mais expostos (Gottfredson e Hirschi, 1970; Svensson, 2003, cit. em Piquero et al., 2005).

De assinalar que tanto para rapazes como para raparigas o grupo de pares tende a ser caracterizado pela capacidade de proporcionar gratificações aos seus membros, muitas vezes por pressões externas que decorrem da precariedade e da vulnerabilidade social em que se vive (Walgrave, 1992; Ferreira, 1999). Para ambos, a origem étnica revela-se fundamental na base da agregação grupal, embora tenham sido identificadas algumas situações diferenciadas em função da natureza dos actos praticados. Um dos aspectos mais significa-

tivos diz respeito a uma aparente estabilidade nas relações estabelecidas, sendo frequente a existência de duplas de crianças que se vão mantendo ao longo do tempo associadas na prática de delinquência, algo registado logo em idades muito baixas. Sun et al. (2004) constataram como as redes locais de amigos têm um papel e influência significativos na realização de furtos, sendo menor noutro tipo de actos. Estas redes diferem de bairro para bairro ora juntando só elementos de um, ora integrando residentes de vários. Basicamente, viu-se como as propostas dos pares e dos amigos para a realização de actos delinquentes e ilegais é frequente neste contexto e a identificação em grupo surge estabelecida numa solidariedade que se pode associar à necessidade de afirmação cultural, de demarcação espacial e social contra o ‘outro’.

A coesão do grupo depende de diversos factores, surgindo mais uma vez de modo relevante a etnização dos laços sociais que os sustentam vendo-se, de certo forma, reproduzido o modelo cultural e vivencial da maioria dos adultos residentes nos bairros. No entanto, foi possível observar entre os rapazes que, à medida que a idade avança, surgem possibilidades de ultrapassar este posicionamento e a participação em grupos mistos a nível étnico tende a acontecer pontualmente, sobretudo, em actos delinquentes praticados fora do bairro, mais nas empresas e armazéns localizados nas imediações dos bairros. Trata-se de acções aparentemente mais complexas e estruturadas, fundamentalmente furtos, que não ficam restritas a pares, identificando-se nelas a presença de outros jovens e adultos jovens.

Nestas relações de amizade revela-se, num primeiro nível, a protecção que se obtém, podendo estar na sua base a satisfação de necessidades básicas.

“Os seguranças do centro chamaram-me à casa de banho onde estavam. E eram 4 crianças, uma devia ter 2-3 anos, outra devia ter 6... eram 4, um devia ter 7 ou 8 porque conheço da escola e a mais velha devia ter uns 12. Foram roubar... fez-me confusão porque aquilo foi roubar por necessidade... porque foi no Inverno, nós estávamos em Novembro e eles só roubaram meias, collants e uns ganchinhos para elas porem naquelas... foi mesmo... era a necessidade porque na altura estava muito frio e roubaram, coisas básicas como meias, as meias que não tinham roubado nem lhes serviam porque estavam a levar meias muito pequeninas.” [responsável de loja em Centro Comercial, entrevista]

As sociabilidades observadas em grupo para ambos os géneros assumem diferentes configurações, mas tanto servem o fim da prática de delinquência como outros de natureza meramente lúdica ou educativa. Por vezes, surgem as apropriações com base em termos com conotação especialmente negativa para o exterior numa tentativa de afirmação no contexto que parte da leitura sobre as formas de organização de jovens e adultos a quem pre-

tendem contrapor-se. Neste campo, de destacar a referência de algumas crianças ao modo como constituíram o “*mini-gang*”, numa oposição aos gangues dos jovens.

- “Eu não faço aquelas coisas graves” - rapaz [M23, 11 anos, 4º ano Bairro Verde]
- E o que é são essas coisas graves?
- [roubar/furtar] a partir de 20 euros – [M23].
- A partir de 20 é grave.- [rapaz M14, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]
- Aí não é grave, grave é a partir de 200 - rapaz 8M10, 10 anos, 4º ano, Bairro Azul]
- Porque é que é grave a partir de 200 e não antes?
- Porque sou depois sou apanhado e tenho de pagar, depois a minha mãe fica chateada, achas que ela quer? [M14]
- E a tua mãe?
- Bate-me. Às vezes vou com os meus amigos, fazem uma coisa, nós não fazemos nada, os outros vêm-nos culpar, e a culpa passa só para um. Noutro dia foi partir a janela e depois foi dizer que fui eu e a minha mãe teve de pagar e a mãe dele não pagou. Eu digo que sou eu quando sou eu... agora ninguém anda a fazer isso. [M23]
- Então o bairro era todo junto e depois ficou separado, há ali o mini-gang... [M14]
- Há ali o mini-gang?...-perguntei.
- Sim, ficou separado...[M14]
- Uns cá em cima, outros lá em baixo, outros aqui no [Bairro Branco]. O bairro dividiu-se e nós pusemos o nosso mini-gang. [M23]
- Ya! Porque era mais perto e era mais fixe. Já podíamos fazer o nosso grupo. [14]
- Sim e nós ficamos lá a dançar, a jogar computador, a dar umas voltas aí, fazer muitas coisas, às vezes outras coisas... [M23]
- E porque é chamam mini-gang? – perguntei.
- Nós, os mais putos é que ficamos no mini-gang que os mais velhos ficam lá no Clube de Jovens. Lá é os mais velhos, aqui é os mais putos como nós e o [indicam um leque de nomes de crianças entre os 4 e os 14 anos, todas do sexo masculino] [M14]
- Mas agora... não vamos mais lá ao Clube. [M23]
- Porque a gente vai lá e não nos deixam entrar, e depois o senhor não deixa entrar...[M14]
- E quem é esse senhor?
- É um tuga. Ya, mais velho. [M23]” [entrevista]

Na conceptualização do que é um gang na actualidade, Hagedorn (2007) propõe a utilização deste termo exclusivamente para grupos de pares formados a partir de uma identidade étnica, que se organizam sem qualquer supervisão, institucionalizados e territorialmente instalados em zonas urbanas tendencialmente degradadas, grupos que servem vários fins que vão do estritamente lúdico à delinquência. No entanto, a designação de gangues nos dias de hoje não se fecha neste processo de formação (Pitts, 2008).

No contexto da investigação, como se apresenta as crianças não estão alheias da ideia de existência de gangues numa linha que parece aproximar-se do sugerido por Hagedorn. E é do confronto com essa perspectiva que estas crianças tiveram oportunidade de definir por si próprias o caminho que pretendiam seguir numa base de territorialidade, encorajando relações de amizade no estabelecimento de um grupo que designaram por “*mini-gang*”, ressaltando a ideia de que esta nomeação parece assentar na sua aspiração a fazer parte de um gang de jovens cuja acção observam no quotidiano (Winfrey, Jr. et al.,

1994). Sobressai neste processo o peso da representação do termo gang junto das crianças, aparentemente procurado e aceite num processo de adesão que se acredita não ser exclusivo deste contexto.

Como mencionado noutros capítulos, a definição do conceito de gang não se revela consensual na comunidade científica, mas um facto é indesmentível: as formas de agrupamento de crianças e jovens na actualidade encontram-se sujeita a novos contornos que se reflectem directamente na natureza e evolução da delinquência, sendo este um fenómeno sobre o qual pouco se conhece, daí decorrendo uma sobreposição de termos e expressões que nem sempre significam o mesmo (Pitts, 2008). Neste sentido, e perante a informação recolhida, à importância da definição de gang proposta por Hagedorn (2009), que o restringe a um universo exclusivamente juvenil, reportado à delinquência de jovens e não com o envolvimento de adultos, mesmo que adultos jovens, decorre a necessidade de não desvalorizar a força e o poder de grupos mistos, de menores e adultos, a que outros autores também designam por gangues, o que amplia a confusão em torno do uso deste conceito cuja discussão remonta aos trabalhos iniciais de Trasher nos anos 1920. Apesar da intenção deste autor se ter centrado na identificação do gang como um grupo espontâneo de jovens como forma de diferenciar a actuação juvenil da criminalidade organizada de adultos, a verdade é que nos estudos empíricos que realizou salienta-se o reconhecimento de um número elevado de gangues que diziam respeito a grupos mistos de menores e de adultos ou só de adultos, como mencionado no Capítulo 2.

Do que foi possível notar neste estudo, na consideração dos gangues importa fundamentalmente questionar as ligações dos seus membros às redes de crime organizado de adultos, do qual decorre o envolvimento de algumas crianças devidamente seleccionadas. Dada a evolução da criminalidade organizada e violenta com ramificações transnacionais, importaria perceber como os vários protagonistas – crianças, jovens e adultos - se interpenetram na edificação e acção do designado gang.

No que concerne à prática de delinquência por crianças neste contexto, mais do que a associação de crianças a gangues juvenis, ressalta um possível envolvimento em grupos ou redes organizadas que incluem, ou até mesmo dependem, de uma participação e orientação de adultos, muitas das vezes assegurando uma poderosa retaguarda para a acção dos mais novos, crianças e jovens. Neste sentido, é novamente a conceptualização do conceito

de gang que aqui se vê posta em causa defendendo-se a sua utilização apenas para grupos juvenis, alguns dos quais podem envolver a participação de crianças.²²³

Numa linha aproximada ao proposto por Miller, Matza (1964) evidenciou o valor da excitação, do prazer da desordem e da noção de esperteza que está recorrentemente associada à delinquência. O confronto com o ‘outro’ numa linha de autonomia que impede a consideração de qualquer domínio sobre si é outro aspecto emergente na análise e que vê reproduzido nestes bairros. Tem ficado claro em vários dos discursos apresentados ao longo destas páginas que a delinquência é vivida como uma forma desafiante de socialização num espaço segregado e estigmatizante, variando entre a percepção de se constituir numa perspectiva de mera brincadeira de crianças e a tentativa de obtenção de um estatuto e reconhecimento social.

O divertimento, a excitação, o desafio e a gratificação obtida são quatro dimensões fundamentais presentes na maioria das práticas identificadas neste contexto. A concorrência que se estabelece entre os bairros vizinhos que ora se interpenetram, ora se afastam, evidencia-se neste estudo, estando na base do estabelecimento de designações e rótulos atribuídos a determinadas zonas cujas siglas são, primordialmente, inscritas em graffiti que se espalham por diversos pontos na afirmação clara de poder e domínio territorial, frequentemente localizadas a par de outras inscrições de provocação e desafio às autoridades, sobretudo policiais.

No fundo, uma certa ancoragem física e masculina que se tende a assumir perante outros que desenvolvem idênticos processos de afirmação e com os quais se compete por determinados recursos, legais ou ilegais (Muchielli e Ajit-Omar, 2007). E mesmo que algumas dessas designações tenham partido de outros mais velhos, a sua disseminação é alargada estando amplamente interiorizada pelas crianças.

²²³ Esta é uma discussão que se encontra longe de ficar encerrada nestas páginas. Defende-se ser necessário aprofundar a conceptualização do termo gang no campo da Sociologia em função dos novos contornos da condição da infância e da juventude na actualidade. Opta-se pelo uso da expressão “*grupo ou rede criminal organizada de adultos*” por os dados obtidos permitirem a confirmação da sua existência neste contexto e não se avança numa proposta de reconstrução do conceito de gang na medida em que a direcção da investigação se centrou nas crianças e considera-se que não se dispõe de informação considerada suficiente que possa sustentar esse processo.

Desenho 9.2: O meu bairro

“Os prédios e a rua onde eu moro. É a rua principal da [nome do bairro] que tem o parque de diversões onde costumo ir jogar. São muitas casas à volta. Uma palavra que eu me lembro sobre o bairro é [sigla e nome]. É o nome do nosso grupo e está escrito nas paredes para saberem. Sempre morei no bairro e as minhas famílias também.” [rapaz M25, 11 anos, 3º ano, Bairro Branco]



Mas nestas relações, aparentemente de grande intensidade e coesão, emergem também problemas, conflitos e acesas disputas que as crianças verbalizam. Muitas destas tensões aparecem associadas a estilos de vida e à atracção pela posse de bens materiais, especialmente de determinadas marcas que afecta tanto rapazes como raparigas.

“- Mas às vezes aos amigos ele bate, que ele rouba os amigos. Apanha a bicicleta de noite e vai directo para [outro bairro de realojamento no concelho de Oeiras] a minha mãe diz para não estar com ele.” [rapaz M07, 10 anos, 3º ano, Bairro Amarelo, entrevista]

À medida que vão crescendo, estas situações vão variando e aproximando-se mais de uma violência pensada e temporalmente estruturada. Noutros casos, tem lugar mais o imprevisto e a irritabilidade decorrente do confronto imediato de posições e papéis, no qual a oralidade se revela fulcral como traço fundamental de uma cultura de rua (Anderson, 1999; Carra, 2001; Lepoutre, 2001, 2005; Jamouille, 2005; Moignard, 2008). Aparentemente, tudo parece fundar-se num ideal de justiça e reparação social que várias vezes acaba novamente na violação de normas e que suscita a percepção de que neste contexto não há espaço para amizades verdadeiras.

“Aqui não há amigos. Sozinho é que orientas a tua vida!” [rapaz M40, 9 anos, 2º ano, Bairro Verde, notas de campo].

“Não há nenhum amigo, nenhum amigo, de confiança não, agora amigo por ser amigo tenho, mas de confiança só em Lisboa.” [rapaz M51, 10 anos, 3º ano, Bairro Azul]

“Já lutei tantas vezes... branco, preto... 14, 15...navalhas eu não tenho, apanhava pedras e paus e quando era mão a mão, prefiro mão a mão.” [rapaz M71, 11 anos, 4º ano, Bairro Azul]

Em suma, nestas relações grupais evidenciam-se três lógicas de acção em termos similares aos que foram identificadas por Montandon (2006) em estudos realizados sobre a socialização de crianças. São acções que assentam numa lógica de solidariedade e amizade

com os pares, numa lógica de poder, em torno da qual emergem os conflitos e as disputas no seu seio, e numa lógica da regulação, que se baseia na percepção de justiça e equidade através da qual se promovem laços de lealdade.

Parkes (2007) aponta que as crianças tendem inicialmente a resistir ao exercício da violência, reposicionando-se perante os outros a cada passo em função das dinâmicas sociais prevalentes e do entendimento de necessidade de uma resposta à tensão percebida. Estando em áreas onde o grau de desorganização social é visível, a emergência de conflitos decorre a par da delinquência e do crime, que podem ser vistos como possibilidade de carreira ou de emprego pelos mais novos (Regoli e Hewitt, 1991). Quanto mais as crianças desejam a participação social numa linha de *agency* que acaba associada ao exercício da delinquência, mais se tornam competitivas entre si, emergindo frequentemente as lutas, brigas e confusões que tantas vezes mencionaram em relação aos adultos. Nesta linha, oscila-se recorrentemente entre a cumplicidade e total confiança entre pares e o isolamento, inclusivamente a solidão, de que se deu conta na análise de certas ocorrências policiais no Capítulo 8 e que mais não são do que sinais expressos da desconfiança em que regularmente se podem encontrar.

9.1.3 A afirmação de uma precocidade no desvio e delinquência

Uma das evidências mais relevantes nesta investigação diz respeito à afirmação de uma forte precocidade no desvio e delinquência que se vê extensiva a várias crianças, quase exclusivamente do sexo masculino. No caso das raparigas, isto parece apontar para escalões diversos e mais tardios dos que os associados aos rapazes numa linha de orientação que também se encontra expressa na análise dos registos oficiais apresentada no capítulo anterior. Os 4-5 anos são frequentemente indicados como a idade em a que maioria dos rapazes praticou os primeiros actos delinquentes, referindo-se de modo preciso aos contextos em que tal aconteceu, o que permitiu cruzar com os locais de residência à data confirmando-se a informação obtida.

“– Fomos um dia roubar um senhor no bairro (Rosa) [ao referir-se à primeira vez que roubou]. [rapaz M65, 9 anos, 3º ano, , Bairro Azul]
– Mas tinhas que idade?
– Tinha cinco.
– Tinha cinco?
– Sim ia com o meu primo [9 anos] e o [rapaz, 3anos] também. (...) Depois fui roubar pêssegos na casa do homem. (...) O homem veio atrás, saí pelo portão, o homem veio a correr, chamou a polícia, mas eu escondi dentro do mato, o homem passou. Eu saí dentro do mato e o homem viu eu a sair dentro do mato mas continuou ali, depois é que eu saí e também fugi e o homem passou a correr.” [entrevista]

“– Nem lembro bem quando fui ‘apanhar’ a primeira vez... era muito pequeno, ainda não estava na escola... foi em [localidade], ia com os meus amigos de [localidade] e entrámos no shopping - [rapaz M50, 11 anos, 4º ano, Bairro Branco]

– E o que é que fizeram?

– Às vezes não era só chocolate, às vezes também era gel de banho, ya, creme também, era bué de coisas, apanhávamos coisas e umas comíamos. Um estava aqui [e explica com as mãos em cima da mesa], outro amigo vinha por aqui, espalhávamo-nos todos e ia cada uma para um lado.

– E combinavam o que iam fazer?

– Ya, falávamos o que cada um ia apanhar e depois encontrávamo-nos sempre na piscina.

– Na piscina?

– Sim, lá em [localidade] tinha piscina aqui [exemplificou novamente] e o [supermercado] era logo ali. Uma vez veio a polícia... eu estava dentro de água e uma amigo falou ‘fora de água’ e eu virei e disseram ‘olha a bófia, olha a bófia’.. foi só correr nos becos e a polícia a apitar ‘pi, pi, pii’.

– E apanharam alguém?

– Não, claro que não, fomos logo para casa e eles não entram lá... uma vez entrou lá e levou pedradas [no bairro anterior da Pedreira dos Húngaros] [entrevista]”

“Eu já roubei quando tinha 7 anos e foi lá em [localidade]. Depois quando eu cheguei a casa levei porrada. Fui com o [rapaz M64, 7 anos, 1º ano, Bairro Azul] pegar rebuçados na loja e o meu irmão estava lá e disse à minha mãe e mais nada, depois quando cheguei a casa levei porrada do meu pai (...) Não disse mais nada. [rapaz M61, 9 anos, 3º ano, Bairro Branco, entrevista]”

Este leque de afirmações parece ir ao encontro de algumas situações observadas nas escolas reportadas ao patamar abaixo do 1º Ciclo do Ensino Básico mas que aqui se trazem na medida em que dão uma ideia clara do que pode ter sido esse tipo de vivências.

“O rapaz [M72], de 5 anos, chegou à sala do Jardim de Infância e deu dois rebuçados à Educadora:

– Pega, roubei para ti!...

– Roubaste?...

– Sim, no supermercado. (...) É mesmo lá que eu costumo lá ir roubar. (...) Eu já sei como se faz bem feito. Foi assim: primeiro eu fui lá com dinheiro mesmo, fui comprar sumo que tinha sede, depois fui à minha mãe pedir para comprar rebuçados, ela disse que não me dava mais dinheiro, eu comecei a fazer uma birra e ela disse ‘tá lá calado e vai lá roubar os rebuçados’. Eu fui lá, olhei para todos os lados, não estava ninguém a ver, abri o saco e tirei estes... quer dizer comi um, não roubei todos!...” [notas de campo]

A aparente facilidade de execução revelada pela constante referência aos furtos de guloseimas, produtos alimentares e de brinquedos em estabelecimentos comerciais, sobretudo supermercados e hipermercados, independentemente da origem étnica e do bairro de origem, é predominante nas delinquências masculinas aqui registadas. A visão de que se trata de “*coisa de crianças*” tende a prevalecer entre crianças e adultos, que desvalorizam a sua importância e eventual continuidade no tempo, considerando-a algo aparentemente normal.

Nesta ordem de ideias e na mesma linha do que tem sido apontado pelos mais diversos estudos nesta área, estas práticas tendem a associar-se a outras experiências de iniciação, designadamente em termos de consumos de substâncias lícitas e ilícitas como o álcool, o tabaco e algumas drogas, parte das quais concretizadas entre pares.

“Foi o [M52, rapaz, 9 anos] que me deu para ver se eu gostava, tinha aí 6-7 anos, sei lá logo quando vim para aqui, eu antes não tinha fumado, eu na outra casa não tinha fumado ainda, era diferente. Ele deu e o [M71,rapaz, 7 anos] acendeu, eu não sabia travar e eles disseram como era. Comecei logo a tossir lá na casa, aqui só fumo no quintal, roubo o tabaco ao meu pai, tenho esconderijos que ele não descobre. (...) Aqui miúdas é que não, mas rapazes fumam sim, bués.”[rapaz M02, 9 anos, 2º ano, Bairro Azul, entrevista]

“Eu já dei um bafo ou dois, já tinha 10 anos, foi ali em cima.” [rapaz M13, afrcv, 11 anos, 4º ano, Bairro Azul, notas de campo]

Mas tão importante como os pares o que parece salientar-se nestes bairros, no que refere concretamente ao álcool e tabaco, é a iniciação ser feita no seio da própria família, em idades muito variáveis, tendencialmente de forma precoce.

“Tinha 6 anos pr’ai [o primeiro cigarro] (...) então o meu pai mandou pôr apanhei a beata, ainda não estava aqui no bairro foi lá em [nome], fiquei tonto.” [rapaz M71, 9 anos, 3º ano, Bairro Azul]

“A minha mãe é que me dava [vinho] quando eu era pequenina [rapariga F40, 10 anos, 3º ano, Bairro Rosa]. Não sei se era para crescer, não sei... e também me punha tabaco aqui [no nariz para snifar] para cicatrizar ou não sei bem o que era, a minha avó tem o tabaco (...) tem para ela e vende [venda de tabaco vindo de Cabo Verde que é geralmente usado pelos mais velhos como rapé constituindo também, uma forma de negócio e que se dá aos novos com o intuito de prevenir doenças, situação bastante mencionada por crianças de ambos os sexos logo a partir dos 6 anos e observada no terreno] [notas de campo]

A transmissão cultural é algo que frequentemente se associa nestes processos, maioritariamente concretizados na família através do entendimento de que fazem parte integrante do crescimento das crianças, por vezes através da percepção de que reforçam e protegem a saúde. Este aspecto foi particularmente visível no uso do tabaco para ‘cheirar’ que as gerações mais velhas de origem africana têm como prática habitual neste contexto, simultaneamente um negócio tendencialmente assegurado pelas gerações mais velhas, muito em especial as avós. É digno de registo o facto de apesar destas referências, não ser particularmente visível no espaço público este tipo de consumos por parte de crianças nestas idades, mais por parte de jovens e adultos. Durante a etnografia, raras vezes foram observados, reduzindo-se a situações pontuais, o que parece confirmar os seus discursos. Neles salientam, sobretudo, que apenas pontualmente o costumam fazer, ao contrário do que se verifica quando se fala com jovens acima dos 13-14 anos. Não se pode, porém, desvalorizar o facto de nas ocorrências policiais e nos processos da Comissão de Protecção se encontra-

rem referências a consumos regulares precisamente junto dos mais envolvidos na delinquência, o que pode indiciar não só a ligação entre um crescente envolvimento em delinquência e estes consumos como se encontra amplamente referenciado na literatura científica (Huizinga e Agleton, 1985), bem como ser-se levado a pensar que os mesmos serão maioritariamente feitos longe dos olhares públicos. Inversamente, foi notória a facilidade de acesso a essas mesmas substâncias, especialmente junto a diversos estabelecimentos de restauração dos bairros, originando-se aí algumas das situações mais graves identificadas.

“(...) 4 alunos do 1º, 2º e 3º Ciclos da [nome da escola] [todos rapazes: 13 anos, 4º ano, Bairro Azul; 14 anos, 5º ano, Bairro Rosa; 13 anos, 5º ano, Bairro Branco; M71 de 10 anos, 4º ano, Bairro Rosa] tinham ingerido álcool tendo dois sido transportados para o Hospital São Francisco Xavier por terem ingerido em excesso (...) tinham saltado a vedação da escola, possivelmente por volta das 13h, adquirido bebidas alcoólicas no estabelecimento de restauração no [Bairro Branco] a 500m da escola, ingerindo-as provavelmente na Rua (...) sita nas traseiras da escola, saltando de seguida novamente para o interior da escola. Dos quatro, dois necessitaram de ser conduzidos ao hospital [os mais novos]. Todos os menores confirmaram que tinham adquirido 6 garrafas de 6cl de Martini, valor unitário de 1 euro e 2 garrafas de cerveja de 1l, marca Sagres, no valor unitário de 1,75 euros. Quem entrou foi o mais velho e o [nome] efectuou o pagamento. Os restantes ficaram no exterior. De seguida desloquei-me ao referido estabelecimento onde contactei a proprietária que confirmou ter sido ela a vender as bebidas aos menores, mesmo tendo conhecimento que não o poderia fazer. A mesma foi informada que conforme o Decreto-Lei nº 9/2002, de 24 de Janeiro, é proibido vender ou, com objectivos comerciais, colocar à disposição bebidas alcoólicas em locais públicos e em locais abertos ao público a menores de 16 anos, apesar de no estabelecimento estar afixado em local visível esta informação.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Quando se avança no conhecimento e abordagem a consumos de drogas, mantém-se o mesmo padrão, ainda que se revelem mais negativas as reacções familiares, numa manifesta reprobção pelas experiências de consumo entretanto detectadas.

“Ele [rapaz M23, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde] tomou pastilha para bombar mais, diz que é fixe, foi lá o mano na festa. Ele disse “Me vais pagar uma pastilha” e o gajo disse “Queres mesmo? Queres? Olha, depois não vais contar à tua mãe que fui eu que te deu... que eu não tenho nada a ver... foste tu que pediste, não é?”. Depois o gajo deu a pastilha e ele engoliu mas a mãe já descobriu e ele tomou porrada, ficou logo bem!...” [rapaz M13, 12 anos, 4º ano, Bairro Verde]

A curiosidade sobre esta temática é abrangente a vários rapazes e nem sempre se verifica ser efectuada da maneira mais esclarecedora, subsistindo mitos e falsas crenças que podem potenciar a sua experimentação, muito em especial em torno das pastilhas e novas drogas. Isto é revelador da provável fácil circulação deste tipo de substâncias em locais aparentemente do conhecimento e acesso de algumas crianças, sobretudo as que se encontram com maior contacto com redes organizadas de criminalidade dentro e fora dos bairros, como foi possível verificar.

“As pastilhas das festas ficam maluco quando ‘tás a dançar... agora quando ‘tás parado não faz nada... e depois se você beber fica logo...” [rapaz M07, 10 anos, 4º ano, Bairro Amarelo]

Outro ponto digno de registo nesta precocidade no desvio e delinquência prende-se com a associação encontrada entre práticas desta natureza e o absentismo e o abandono precoce da escola. Nos casos observados, esta é uma ligação relevante, ainda que uma parte significativa do absentismo registado nas escolas em causa não se deva a iniciativa das crianças em função do seu envolvimento em delinquência mas antes a negligência e destruturação das famílias. Muitas das faltas registadas nas mais diversas idades e por ambos os sexos assentam ainda numa visão cultural que não valoriza a importância da frequência escolar para o futuro das crianças. No entanto, um número mais reduzido diz respeito a acção de fuga da escola ou de elevado absentismo, que tende a associar-se a actos delinquentes. Como se deu conta, casos houve em que à não presença na escola se passou directamente para a prática de delinquência, tendencialmente em pequenos grupos de pares que também haviam optado pela mesma situação, ocorrendo os actos mais nas imediações dos bairros do que no seu seio, onde seria possível verificar que se encontrariam a faltar.

“A meio da manhã, o rapaz [M74, 10 anos, 4º ano, Bairro Branco] foi levado à escola acompanhado de um agente da Esquadra local que fora chamado ao [hipermercado] onde fora apanhado em flagrante a roubar uns phones para o gravador que então retirou do bolso das calças onde já os tinha colocado. Na mesma altura acabou por os pagar uma vez que tinha dinheiro consigo. Junto da polícia tremia fortemente e assustado tendo assumido que tinha ido com outros colegas mas que andavam separados, cada um a ver o que queria e que desde a altura em que fora apanhado não vira mais os outros. Referiu que foi a primeira vez que arriscou e foi levado pela polícia a casa e comunicada a situação à irmã mais velha que aí se encontrava. Por ter pago os objectos em causa não foi apresentada queixa oficial por parte do [hipermercado].” [notas de campo]

“Neste dia o aluno [M40, 9 anos, 2º ano, Bairro Verde] que falta às aulas e não comparece desde há muito, foi visto por outros alunos a retirar chaves e peças de carros que estão abandonados pela zona dos Bairros Verde, Branco e Cinzento” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Nestas situações detectou-se a presença de várias das crianças mencionadas nas delinquência “*escolar*” apresentada no anterior capítulo, sobretudo ao nível de “*ameaças*” e “*ofensas corporais*”, o que se pressupõe a adesão a uma contra-cultura escolar que pode ter origem numa diversidade de factores de ordem individual, social e institucional. De igual modo, a influência dos *media* e de determinados programas de televisão é usada pelas crianças para justificar algumas dos seus actos concretizados nas escolas.

“Tínhamos visto igual nos “Morangos com Açúcar!”...” [rapaz M65, 6 anos, Bairro Azul, a propósito do seu envolvimento em abuso sexual sobre colega de 6 anos, notas de campo]

Vários autores (Pinto e Sarmento, 1999; Ferreira, 2004b; Sarmento, 2004a; Buckingham e Willett, 2006; Ponte e Vieira, 2009) têm demonstrado como esta influência se manifesta nas culturas da infância, encontrando-se nesta descrição uma das suas possíveis formas centrada no mimetismo e modelação. Apesar disso, são escassas as referências das crianças nesta linha de orientação, transparecendo a ideia de que a realidade social que observam e onde participam fornecerá mais modelos que justificam a sua adesão do que relativamente aos divulgados pelos *media*.

Na detecção destas ligações entre determinadas condutas desviantes e a delinquência importa referir que uma parte desta se viu concretizada, como se deu conta no capítulo anterior, em momentos em que alguns se encontravam em fuga de casa, situações que potenciaram a interacção com ‘outros’ que se desconheciam e com quem se realizaram actividades de carácter duvidoso.

“[rapaz M02, 10 anos, 3º ano, Bairro Azul, a propósito de uma fuga de casa por uns dias] estava lá com um gajo depois fomos dar uma volta e foi comprar para mim à loja [ténis novos e calças] e mesmo assim não queria vir [na altura o pai encontrava-se preso e foram familiares – tios e primos – que foram à sua procura e o encontraram em Belém trazendo-o de volta. Ao chegar ao bairro um rapaz mais novo tirou-lhe os ténis.] [notas de campo]

Nos casos mais graves, a ruptura com a frequência escolar acabou mesmo por se concretizar logo nos primeiros anos de escolaridade, como aqui se teve oportunidade de verificar junto daquele [rapaz, 9 anos, Bairro Verde] que, na totalidade dos casos discutidos, mais longe terá levado o seu envolvimento na delinquência, estando amplamente referido nestas páginas, nomeadamente em termos de delinquência “*formigueiro*” e “*rodoviária*”, esta última com uma competência e numa intensidade e frequência raras vezes vistas nestas idades.²²⁴ Acredita-se que junto de outras crianças este tipo de ruptura só não veio a ser concretizado pela exigência de cumprimento da escolaridade obrigatória no âmbito da implementação de medidas de apoio social, como o Programa de Rendimento Social de Inserção. Os mecanismos de colaboração entre escolas e respectivos serviços locais foram apurados ao longo dos anos da pesquisa e estas situações tornaram-se mais difíceis de

²²⁴ “Não é normal uma criança afastar-se assim tanto na zona (...) ele é de facto um caso extremo, este é um miúdo destemido, corajoso, digamos que até passa despercebido, não dá nas vistas porque é simpático para a polícia, é afável e colaborante naquilo que quer. Lembro-me de uma ocorrência bastante caricata. Ele vinha de [localidade], não sei de onde, da zona do cemitério, passou uma portagem e claro que não pagou a portagem e as pessoas prestaram-lhe atenção porque diziam que vinha um carro sozinho porque não o viam ao volante, a cabeça dele ficava mesmo ao nível do volante. Houve comunicação e entretanto o carro foi abandonado aqui no acesso da auto-estrada mas já havia a indicação que era ele. (...) Julgo que ele provocou uns acidentes pelo caminho mas veja-se o aparato que causa, ele deveria ter uns 10 anos.” [elemento C da força policial da Esquadra local da PSP, entrevista]

reproduzir nos moldes em que vinham a acontecer, ainda que se mantenha a tendência para uma relação entre absentismo e delinquência em vários que vão faltando às aulas.

9.2 Território, espaços e temporalidades: a aprendizagem social da delinquência

Adoptando a perspectiva preconizada por Cusson (1995: 408) de que “*a delinquência contemporânea e os desvios que gravitam à sua volta são incentivados por um acréscimo de solicitações e por uma carência de regulações*”, interessa perceber de que formas e a que níveis o espaço físico e social dos bairros em estudo influi na delinquência destas crianças, mais ainda quando as próprias os representam fundamentalmente como territórios de permanente conflito e oposição entre conformidade e desvio.

Kingston et al. (2009: 54) levantam a hipótese de alguns processos sociais apenas se concretizarem em “*particular economically depressed areas*”. Defendem que a desorganização social, ligada a uma baixa eficácia colectiva resultante da ineficácia do controlo social e da desconfiança constante em relação ao ‘outro’ por parte dos moradores, impede a partilha de valores, estratégias e acções em direcção à conformidade social, acabando por se promover a existência de janelas de oportunidades para a delinquência nas quais se inclui uma maior exposição a grupos e actividades delinquentes e criminais.



Desenho 9.3: o meu bairro

“É o meu bairro e são as polícias à procura dos ladrões. Está tudo escondido uns atrás dos outros...” [rapaz M13, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]

As sanções ao desvio não existem ou revelam-se demasiado fracas, o que reforça a continuidade nessas vias. Se como salientam Burskik e Grasmick (1993), a vida social é moldada pelo controlo social (informal e formal) e pelas redes sociais que se colocam em jogo na interacção social, desta associação decorre a capacidade de mobilização de recursos e de apoio social que previne e combate estes problemas sociais, entre outros.

Num primeiro nível, este processo manifesta-se pela acção dos grupos informais e no campo das relações próximas, íntimas, baseadas numa estima e reconhecimento mútuos.

O segundo nível diz respeito às instituições locais como escolas, associações e outras organizações, e o terceiro foca-se na capacidade da comunidade em assegurar recursos públicos e meios para ligações com serviços e instituições fora dela (Grasmick cit em Kingston et al., 2009). É a luz deste enquadramento que se passa a centrar o interesse na problematização do que se identificou como principais efeitos dos bairros potenciadores da delinquência.

9.2.1 Territorialidade, eficácia colectiva e desorganização social: quando o desvio se torna norma

A relação entre crime e desorganização social é recíproca na sua natureza (Bursik e Grasmick, 1993; Sampson et al., 2002), embora Kingston et al. ((2009) alertem que não existem relações causais entre ambas. Nesta linha, é de assinalar que a interiorização da ineficácia dos mecanismos de controlo social, que se integra na apropriação do território, é um facto manifestado por muitas crianças neste contexto, que não apenas as que praticam actos delinquentes, e que se vê traduzida na ideia largamente difundida de que no bairro manda quem lá está.

“Por que é que a professora não vem morar para aqui? Aqui na (...) ninguém manda em nós, só nós é que mandamos na (...), é bairro fixe!... [rapaz, M13, 12 anos, 4º ano de escolaridade]

Não se trata de uma ideia apenas enunciada a nível interno pois frequentemente os olhares vindos do exterior reflectem-se no seu seio, reforçando o estigma de se viver num bairro social, como se fez referência no capítulo 7. Tal influi nas acções e representações dos residentes, levando-os a adoptar um posicionamento que reforça e reproduz os condicionamentos estruturais a que se encontram sujeitos, como se os bairros fossem realidades homogéneas. Mais do que isso, o estigma de se viver num espaço degradado é acentuado pelas marcas exteriores de pobreza (Goffman, 1988; (Balsa e Caeiro, 2001; Barbio, 2006.)

A acumulação de riscos que a pobreza representa vê-se reflectida na associação à delinquência. Como defendem Vorrasi e Garbarino (2000), não é por coincidência que pobreza e violência juvenil se associam frequentemente em trajectórias desviantes, apesar de não se poder considerar a existência de uma relação directa entre estes dois fenómenos. Só por si a pobreza não é uma causa directa da delinquência, mas antes constitui um factor relevante pelos múltiplos riscos sociais que potencialmente representa e que se encontram associados. Samerof et al. (1987, cit. em Vorrasi e Garbarino, 2000) demonstraram que praticamente todas as crianças conseguem lidar com determinados níveis de risco, não o conseguindo fazer mais a partir do momento em que a sua acumulação excede um certo

nível que interfere no seu normal desenvolvimento. Confrontando este modelo assente nos riscos acumulados, outros autores salientam que essa teoria deve integrar a consideração simultânea de janelas de oportunidades que se vão acumulando e potenciando a passagem ao acto delincente, pois sem as mesmas os riscos só por si não suscitariam a sua existência (Vorrasi e Garbarino, 2000).

“Não, não tenho medo de ser apanhado, levo sempre dinheiro, se for preciso pago.” [rapaz M39, 10 anos, Bairro Rosa]

A pobreza em que a maioria destas crianças se encontram tende a limitar as oportunidades e as perspectivas de futuro, não sendo de estranhar que para várias se identifique a sua ausência ou, diversamente, a esperança no futuro passe pela delinquência e criminalidade que surgem a competir directamente com o mercado de trabalho e a educação como apresentado noutros pontos ao longo destas páginas. Neste contexto, pelo conhecimento que se tem no presente sobre quem segue uma vida no crime, mesmo envolvendo o cumprimento de penas de prisão, o mesmo pode ser entendido como uma via legítima e aceitável, por vezes até desejável, mais ainda se esse for já um dos modelos de referência na família. A prática de actos delinquentes encerra oportunidades que promovem ocupação, desafios e excitação, bens materiais diversos e rendimento a quem delas participa a par da obtenção de um certo estatuto e acesso a relações de poder determinantes neste contexto. Deste modo, e num paralelismo ao que passa em famílias estáveis relativamente à conformidade social, acaba por se ver satisfeitas necessidades individuais e sociais através de modelos de referência num processo de auto-afirmação (Sutherland e Cressey, 1970; Cloward and Olin, 1970; Kornauher, 1978, Elliot et al., 1996).

Diversos estudos destacam a necessidades de atender a três vertentes que costumam conjugar-se entre pobreza infantil e violência: interiorização da percepção de que se é pobre; maior exposição a violência na família e maior participação em formas de economia ilegal. Não se trata do estabelecimento de uma relação directa entre pobreza e delinquência mas antes de realçar alguns factores potenciadores de risco social acrescido. Na consciência de que se é pobre acentua-se a noção subjectiva sobre essa condição intensificando-a (Silva e Costa, 1989). Nesta ordem de ideias, a pobreza “*is likely to be detrimental to the formation of social networks due to negative feelings and experiences it fosters in individuals*” (Williams e Collins, 1995, cit. em Elliot et al., 1996: 57). Os resultados de diferentes pesquisas sugerem que a pobreza se associa mais ao desvio entre pares num plano de socialização em que emergem, fundamentalmente, a limitação de recursos sociais e as dificuldades de acesso a oportuni-

des e redes sociais convencionais de maior sucesso (Elliot et al., 1996; Kingston et al., 2009), situação várias vezes identificada no contexto em estudo.

Estudos recentes (Kingston et al., 2009) apontam que a desvantagem social dos bairros influencia indirectamente a delinquência pela exposição das crianças e jovens à influência criminógena da rua nomeadamente pelas oportunidades para envolvimento com pares e grupos delinquentes, embora importe reter que este tipo de oportunidades não se encontra exclusivamente localizado nestes territórios existindo além deles (Cloward e Ohlin, 1970). O factor aqui determinante tem a ver com o isolamento social (Wilson, 1991) e com a elevada concentração de problemas sociais que influenciam a fraca capacidade de mobilização dos residentes pela escassez de recursos sociais, o que pode traduzir-se na dificuldade de formação de redes sociais fortes em direcção à conformidade.

Bairros como estes, onde são fracos os recursos para uma efectiva monitorização e supervisão e onde sanções e reacções ao desvio e delitos são menos frequentes tendem a ter maior número de grupos delinquentes disponíveis para crianças e jovens (Cloward e Ohlin, 1970; Sampson e Groves, 1989; Elliot et al., 1996; Sampson et al., 1997. Morenoff et al., 2001; Mucchielli 2001; Kingston et al., 2009). Paralelamente, a condição estrutural do trabalho, no caso dos pais que trabalham, liga-se à natureza da supervisão parental nem sempre concretizada em moldes adequados devido aos horários permanentemente desfasados e à ausência de oportunidades para acesso a situações diferenciadas. De igual modo, as redes sociais dos pais e dos pais dos amigos dos filhos que sustentam a possibilidade de se monitorizarem uns aos outros, assim como as da família alargada, tendem a ser mais deficitárias e diminutas em zonas de desvantagens estruturais, como a que se encontra em estudo.

Desde os anos 1990 que se revelam rupturas sociais no espaço urbano fortemente associadas a uma delinquência crónica, persistente, que não provém somente de carências afectivas e educativas mas terá a origem em segmentos da população e em territórios duramente atingidos por factores de exclusão. Trata-se, pois, de uma delinquência mais complexa, pois aos factores individuais bem identificados junta-se um funcionamento de redes criminosas com um enquadramento e organização que ultrapassam as fronteiras de bairros, muitas vezes até de regiões ou países (Moignard, 2008). Naturalmente os bairros em causa não estão isentos da sua acção, como aqui se pode comprovar especialmente ao nível do envolvimento de crianças na delinquência “*rodoviária*”, no acesso e uso de armas e no tráfico de droga. E apesar de se tratar de casos excepcionais, a sua utilidade é percep-

cionada pelas próprias, que nelas encontram uma forma de reconhecimento local e de valorização pessoal.

São formas mais graves de actuação que ultrapassam a pequena delinquência retratada nos pontos anteriores. Ainda que abrangendo um reduzido número de crianças em função daquilo que se pode ir detectando na pesquisa no terreno, a influência directa deste tipo de grupos, que já se via manifestada em desordens de natureza diversa, nomeadamente quando de tratava de criar obstáculos específicos à acção dos mecanismos de controlo social formal, sobretudo a polícia, está na origem de alguns percursos de acentuada reincidência desde idades muito baixas e onde o envolvimento no furto de veículos ou no tráfico de droga constituirão os momentos decisivos para a sua evolução na criminalidade.²²⁵ Está-se perante casos que podem ser incluídos numa categoria de “*superpredadores*” (Dohrn, 2000): uma vez concretizados os primeiros actos delinquentes estabelece-se uma linha de continuidade onde as ocorrências tendem a acontecer de forma cada vez mais estruturada e num crescente patamar de gravidade e de tomada de riscos que os afectam tanto a eles próprios como às potenciais vítimas. O reconhecimento e estatuto que adquirem, especialmente por se tratar de idades muito baixas, ultrapassa os limites territoriais dos bairros em larga medida porque também as suas acções avançam além disso, como se foi dando conta na análise das ocorrências policiais.

“(…) sendo considerado pelos indivíduos da mesma idade [10 anos] no seu bairro, um exemplo. Acompanha outros indivíduos da mesma idade, também referenciados pela prática de ilícitos criminais. É utilizado por outro indivíduos, mais velhos, para furtar/tentar furtar veículos automóveis. Apesar da sua tenra idade, mostra bastante experiência na prática de ilícitos criminais.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Ficou patente nas ocorrências policiais, bem como na etnografia, a presença recorrente de outros mais velhos, jovens menores, jovens ou adultos, inclusivamente familiares, na orientação dos mais novos neste tipo de práticas.

– [Arranjo as gansas para vender] Na casa do [nome], ele orienta- [rapaz, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]

– Depois vais à “casa dos drogados”... [rapaz M58, 10 anos, 4º ano, Bairro Rosa]

– Olha, na casa do [nome] levas uma ganza e vens com o bolso cheio... de dinheiro é, cheíiiiiinho!” [rapaz M14, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde] [notas de campo]

– “Estavas a dizer que vender droga é difícil e é fácil?

– Sim... eu vejo os carochos... nada...eles querem sempre... [rapaz M23, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]

– Eu acho que é muito grave as pessoas viver assim, ser apanhado, ser preso e arriscar a vida. Eu acho que é bom e não bom. [rapaz M50, 11 anos, afrcv, 4º ano, Bairro Branco]

²²⁵ Especial destaque para os danos em equipamentos e mobiliário urbano, a mando dos mais velhos, a que corresponde a sua promoção e aceitação no crime dos adultos.

- Como assim?
- Ganha dinheiro, bué, primeiro, mas depois não vai trabalhar num sítio por ter cadastro, é mais difícil arranjar emprego. [rapaz M50, 11 anos, 4º ano, Bairro Branco]
- Não, só se roubar e for dentro não arranja, se vender só não.” [rapaz M23, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde] [notas de campo]

É digno de registo que não se tenha encontrado qualquer ocorrência policial sobre o envolvimento no tráfico de droga nestas idades, o que deixa transparecer o desfasamento entre o registado a nível oficial e algumas das acções referidas pelas crianças. Isto pode decorrer do facto de o mesmo apenas vir a ser feito por elas no âmbito dos bairros (como referiram), integrando-se nos percursos e rotinas diárias num modo que será difícil de detectar, não se levantando suspeitas por se tratar dos espaços de brincadeiras e socialização primária. Acresce que as próprias crianças têm consciência dos riscos envolvidos, mostrando-se atentas a qualquer indício que possa surgir e revelam-se aparentemente dotadas de estratégias e de conhecimento de expedientes capazes de contornar a situação.

Constata-se que a integração em grupos e redes criminais mais estruturadas e organizadas, onde por vezes também se situa a própria família, se vê concretizada através da distribuição de papéis específicos na actuação colectiva depois reproduzidos nos actos cometidos somente entre pares (os mais novos que carregam os bens furtados, os utensílios usados, os mais novos que ficam sempre que ficam para trás para ser interceptados permitindo a fuga dos mais velhos, os mais novos que participam da venda de droga aos ‘carochos’, etc.). De igual modo, a frequência de certas actividades ilegais, como as corridas de automóveis e a condução perigosa, a par da regularidade como que se vêem abandonados nas ruas dos bairros, leva à consideração de uma facilidade de acesso à delinquência “*rodoviária*”.

Desenho 9.4: o meu bairro

“O meu bairro é fixe. Fazemos muitas corridas de motos e também de carros e é tudo fixe. Não falta nada.” [rapaz M23, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]



Os furtos de uso de veículo, os furtos do seu interior, os danos e as tentativas de condução de veículos na via pública são actividades muito atraentes e desafiantes para várias crianças. A presença de automóveis abandonados na via pública constitui um motivo para a iniciação e aprendizagem de actos delinquentes que se adquire entre pares, com outros menores de 16 anos ou com familiares.

A par da falta de parques infantis, alguns desses automóveis são frequentemente vistos como brinquedos grandes, funcionando como espaços de recreio e equipamentos lúdicos e de recreação (Fotografia 9.1). Fica aqui claro o peso do espaço físico e social na aprendizagem social da delinquência, factor determinante tanto pela concentração elevada de problemas sociais e de diluição dos mecanismos de controlo social, como por aspectos urbanísticos e arquitectónicos que se constituem, por assim, dizer, como pontos ‘negros’ dos bairros que facilitam este tipo de práticas.



Fotografia 9.1: ‘brincar’ com carros

“Aconteceu que isso foi ele e o [nome] e os amigos roubaram na noite anterior, né? Há os que roubaram mas pelos vistos se ele foi para dentro do carro e sabia que estava aberto então acho que tá mal. Porque as pessoas andam a trabalhar. Ah, nos trabalhos que é para quando chegar ao fim do mês ou mesmo no fim do dia terem o seu dinheiro para comprarem comer, um brinquedo aos filhos, n’ê?” [rapaz M10, 10 anos, 4º ano, Bairro Azul]

“Aprendi a conduzir com 7 anos. O [jovem], ele dantes tinha um carro de 2 lugares e foi ele que me ensinou a conduzir... sabia conduzir mais ou menos bem mas depois esqueci há uns tempos e agora já sei outra vez, se eu quero ando. Há aqui muitos carros roubados e abandonados, dá para conduzir. (...) Eu não gosto de andar a roubar carros mas o [rapaz M14, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde] anda sempre a roubar carros, bués, desde “piquenote”, ele sabe conduzir bem.” [entrevista]

Situando construtivamente os pressupostos preconizados pelos autores da Escola de Chicago, emerge com especial relevância neste campo a necessidade de se pensar a requalificação destes bairros à luz de uma abordagem situacionista que visa a prevenção da delinquência através do desenho ambiental. Trata-se de uma linha de investigação denominada *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) que congrega uma visão interdisciplinar sobre o problema (Machado et al, 2007b; Fernandes, 2010). Quer na etnografia quer na análise das ocorrências policiais, foi possível constatar como a delinquência e criminalidade nos bairros em estudo tende a acontecer, de modo quase invariável, nos mesmos locais e vias de acesso, a par de uma maior e relevante degradação ambiental que se traduz a diferentes níveis na qualidade da iluminação pública, mobiliário urbano e do estado de conversação de prédios, habitações e equipamentos públicos.

A configuração e ordenamento territorial são factores que ajudam a explicar, até certo ponto, alguma da aparente facilidade nestes processos de aprendizagem social que se vê relatada nos discursos das crianças, pelo que conceitos como o "*espaço defensivo*" (New-

man, 1972), devem ser equacionados em futuras intervenções que aqui venham a ser desenvolvidas.

Nesta territorialidade da delinquência, paralelamente aos carros surgem as armas brancas e de fogo, que ocupam um lugar fulcral na socialização de muitas crianças, como tem sido amplamente demonstrado ao longo destas páginas.²²⁶ O fácil acesso e uso a armas nas festividades e no dia-a-dia, nas famílias, na rua, entre grupo de pares é evidente nestes discursos, começando-se logo em idades baixas a incorporar a ideia de necessidade do seu uso para protecção e segurança. Desvalorizam-se os potenciais efeitos negativos da sua utilização, apesar da consciência e conhecimento que se tem sobre os mesmos.

“ – Às vezes quando vou sair do bairro, sim trago a faca comigo, às vezes tenho de esconder a faca. [rapaz M50, 11 anos, 4º ano, Bairro Branco]

– Porquê?

– Não, porque quando eu ia procurar a polícia não tinha a faca. Era só para defender. Era só para ferir se me batessem, dava nas costas... eu fingia que ia embora, depois eu corria e dava com a faca

– Já alguma vez fizeste isso?

– Não.

– Mas já viste fazer?

– Sim, aqui no bairro, umas e muitas vezes, ao vivo na televisão também já vi muito” [entre-vista]

“Cada um dispara, não... quem tiver arma dispara, sempre, sempre, desde pequeninos... é pum, pum pum... Houve um ano que um pai disparou mal e acertou no miúdo... Ele ia a disparar e... vira assim... vira assim e pum! Disparou, ele ia a disparar, o miúdo agarra assim no cano...”deixa-me disparar, deixar-me disparara, o pai fazer pum... ele diz que foi ele com um preto mas foi ele. “ [rapaz M03, 13 anos, 3º ano, Bairro Azul, notas de campo]

Não se deu conta que crianças nestas idades tivessem na sua posse armas de fogo, mas antes que as mesmas se encontram facilmente acessíveis, podendo daí decorrer a sua utilização. Relativamente às armas brancas ou objectos que se aproximam dessa classificação (navalhas, canivetes, etc.), a situação é diversa e a posse e uso parece estar mais disseminada, sobretudo entre os rapazes, numa base acentuadamente de cariz cultural.

A acentuada mobilidade geográfica interna e externa decorrente dos processos de realojamento e de trajectórias individuais e familiares de natureza diversa, é outro factor marcante neste contexto. O vaivém de crianças, jovens e adultos entre bairros de Oeiras,

²²⁶ “(...) entraram naquele estabelecimento comercial [papelaria no Bairro Amarelo], cerca de 12 indivíduos com idade compreendidas entre os 8 e os 17 anos tendo os mesmos subtraídos artigos carnavalescos e alguns produtos alimentares, tais como rebuçados e gomas totalizando o valor de 7 euros. Um dos indivíduos utilizou uma arma branca (canivete) para intimidar a funcionária. A proprietária informou que estes indivíduos desde há cerca de 4 meses para esta parte tem por hábito fazer a mesma prática deste ilícito no seu estabelecimento comercial subtraindo relógios, gomas, revistas jovens e jornais, que avalia em cerca de 3 euros. Dois foram identificados por si por terem empunhado uma arma.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Lisboa, Cascais, Amadora, Sintra e Margem Sul, é uma constante facilitada pelas boas vias de comunicação existentes e os roubos, furtos de veículos, tráfico de droga e de armas, as ameaças e o desafio permanente às autoridades policiais são das situações mais registadas pelas crianças.

Como se tem podido constatar, várias acabam por ser mais do que meras testemunhas destas situações. A intervenção das autoridades policiais não se restringe aos efectivos da Esquadra local da PSP, sendo habitual em determinadas situações a deslocação das Equipas de Intervenção Rápida e de outros grupos especializados na acção policial aos quais se alia o respectivo recurso a outros instrumentos e estratégias de contenção da violência. A imagem das autoridades policiais é representada numa dupla perspectiva: por um lado, é sentida como necessária para a manutenção da ordem pública no bairro, numa opinião maioritariamente registada pelas raparigas; por outro lado, é vista como potencialmente desafiadora e frequentemente rejeitada na sua acção, constituindo motivo para um aparente jogo do rato e do rato entre agentes e moradores, mesmo os mais novos. O envolvimento nas provocações à polícia não é uma novidade para muitas crianças que já os concretizavam nos anteriores bairros onde viviam, como tem ficado expresso neste capítulo. As provocações verbais, a colaboração no arremesso de objectos dos telhados, de explosivos que se vêem artesanalmente preparar e ser atirados por outros jovens, o envolvimento no que consideram ser armadilhas preparadas, são expressões constantes da parte de determinados rapazes, independentemente da idade, origem étnica e bairro. Tal como em *Jack Roller* de Shaw (1966), os mais novos modelam as suas acções em função das técnicas de observação que fazem não apenas junto dos indivíduos e grupos delinquentes mas também, em contraponto, pela observação das próprias autoridades policiais.

“Sabes na [bairro Cinzento], ali na recta... aqui um gajo [jovem mais velho] e ele fizeram um carro e ‘tavam a ver a polícia... foram assim vruuummm, bateram na polícia, o outro correu e a polícia diz “podes ficar... tu vais à esquadra..” porque os outros fugiram logo para o bairro [Branco], fogem muito para lá, tem armadilhas, tem pregos no chão, sempre...sempre não.” [rapaz M25, 10 anos, 3º ano, Bairro Branco, entrevista]

Para alguns, desde muito cedo que se acredita ser possível ludibriar a própria polícia quando apanhado na prática de actos delinquentes, colocando-se em prática nessas alturas um conjunto de estratégias que visam impossibilitar a correcta identificação e posterior intervenção, situações que se reproduzem a partir de modelos de referência dos bairros que recorrem ao mesmo tipo de expediente.

“Andava a pedir pão por Deus com eles e depois começaram a montar nas motas roubadas que tavam lá (...) sim, ali são todas, foi a dar o pico... a trabalhar...as motas brrrrrum brrrrrum, motas 600 e fui apanhado e lá mesmo fui para a esquadra (...) tiraram meu nome mas

dei o nome errado (...) não aconteceu nada que assim não veio papel do tribunal.” [rapaz M52, 11 anos, 4º ano, Bairro Azul]

“Falaram com a gente, pediu o nome, pediram morada, nome. Eu dei tudo errado!. Eles disseram logo “isto está tudo bem? Tá fala lá a verdade! Fiquei quieto, fiquei a falar bem, alguns falaram mal, não era tudo igual, alguns tinham 10, alguns tinham 11, outros 12 e 13.” [rapaz M75, 10 anos, 3º ano, Bairro Branco]

“– Lá no bairro meteram câmaras lá nos postes, câmaras pequeninas. É preta, dá para ver (...) Às vezes mandam lá o irmão do [nome] tirar isso [rapaz M35, 9 anos, 3º ano, Bairro Branco]

– Vocês conseguem tirar as câmaras?

– Não conseguimos porque isso fica preso, só dá para partir com pedra pelo buraco. [M35]

– Mas já partiram alguma câmara?

– Sim, a mandar pedras e a subir lá. – [M20, rapaz, 9 anos, 3º ano, Bairro Rosa]

– Mas é só à noite que dá, as câmaras é fatela [rapaz M76, 8 anos, 2º ano, Bairro Branco]

– Tem também lá na obra, para a gente não entrar. Nessa obra nós fomos lá... roubámos coisas para fazer cabana de pedra. Fomos, as câmaras estavam-nos a ver e depois o homem veio a correr e eu subi na rede e descemos lá para baixo, para o fundo... e veio o polícia lá de baixo e depois viemos correr, subimos o mato e eles [da polícia] disseram “sabe onde é a obra coiso?” [M20]

– A polícia andava à procura da obra onde vocês estiveram?

– Sim. Nós dissemos “É lá em baixo” e eles disseram “Mas a obra é aqui no [Bairro Rosa]!” e nós dissemos que era aquela. Eles foram e disseram e perguntaram ao homem “Ah! O que é que foi? E o homem “Não viu nenhuns miúdos a subir à parede?”, depois a polícia viu-nos correr, depois metemos a camisa assim, corremos e fomos dar no meu prédio. [M20]

– Esconderam-se no teu prédio?

– Mandaram garrafas de vidro, a polícia deu aquela coisa que acende a luz (...), depois a polícia parou, mandaram e deram um tiro e abriram o poste.” [M20] [notas de campo]

A provocação às autoridades policiais, que já se observara nas ocorrências policiais, integra a cultura da rua, que assume assim uma perspectiva funcional de grande utilidade na resolução das situações com que são confrontados (Anderson, 1999; Bennet, Jr., et al., 2000).²²⁷ Diversamente, existem outros que, envolvidos fortemente na delinquência, encontram na polícia a referência mais estável e pacífica nas suas vidas, acabando por colaborar.²²⁸

A participação em desordens públicas tende muitas vezes a acabar na prática de actos delinquentes, como por vezes parece acontecer nas grandes cidades. Estas desordens urbanas afiguram-se de uma violência gratuita que tende a surgir colectivamente a partir de

²²⁷“(…) pelas 21h45m, no hipermercado (...), o menor [10 anos, branco, Bairro Amarelo] interceptado levando consigo escondidos debaixo do braço, um par de pequenos rádios de emissão e recepção do som, no valor de 52€ sem que tivesse efectuado o pagamento na linha de caixas. (...) Destino dado ao mesmo: o menor em causa, que se recusou a identificar bem com a dizer onde residia, foi transportado a este Departamento Policial, onde apenas cerca das 00h20m e após diligência efectuadas no bairro Amarelo e circundantes, foi possível entregar o mesmo menor ao seu tio.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

²²⁸ “O que denota, não sei... que não tem nada a perder, ele é um miúdo que não tem ninguém... não faço ideia do que vai na cabeça daquele miúdo. Ele colaborava, dizia onde é que estavam as coisas até certo ponto, mas fica também a ideia que esse miúdo quando for grande, quando for crescido poderá, de facto, com aquele sangue frio, poderá ser terrível. “[elemento C da Esquadra local da PSP, entrevista]

uma expressão de contágio por imitação ou de modo concorrencial à violência mediatizada pela televisão e *media*, cuja influência não é de descurar (Body-Gendrot, 1995; Lepoutre, 2001). Paralelamente, emerge uma espécie de justiça das ruas que se desenrola numa espiral aparentemente sem controlo e de difícil intervenção (Anderson, 1999). A experiência de discriminação social e étnica pode levar à percepção ou ao reforço da ideia de que a sociedade é injusta, fundamentando-se a partir daí a crença de que a violência é uma forma tolerada de actuar contra isso, numa visão que a tenta legitimar e que não é exclusiva dos residentes dos bairros, estando frequentemente presente no discurso público (Stewart e Simons, 2009). Isto pode acabar por reforçar fenómenos de estigmatização, sobretudo, na afirmação de uma identidade social das crianças e dos jovens que vem já sendo marcada pelo não cumprimento das normas sociais vigentes.

Intrinsecamente ligada aos modos e estilos de vida que têm vindo a ser descritos neste contexto, assiste-se à emergência de um comércio e de formas de economia subterrânea assente nos bens e produtos obtidos ilegalmente, parte dos quais por furtos, roubos, assaltos, e nos quais várias crianças participam com uma aparente enorme facilidade.

“Ele anda sempre a roubar carros, não pára de roubar carros a polícia tomou logo ele mas primeiro ele deu o carro ao (jovem). Ele recebe às vezes, vende jantes... ainda esta tarde...uma.. coisa, uma de Mercedes, aquela Mercedes tomaram de lá aqueles coisos vermelhos e venderam...” [rapaz M41, 10 anos, 3º ano, Bairro Branco, notas de campo]

“Vendi ao gajo a bicicleta, a bica era roubada, comprei num carocho. Depois passado dois dias o gajo foi lá tocar na minha porta para vender a ele a bicicleta, vendi, o gajo não me quis dar muita grana... trinta euros... era uma GT...” [rapaz M13, 11 anos, 4º ano Bairro Verde, entrevista]

A mais que provável receptação de material de origem duvidosa fundamenta estes negócios, em que tudo se troca e tudo se vende, não constituindo uma prática específica das crianças, antes se encontrando largamente divulgada por mais velhos e familiares junto dos quais efectuem esta aprendizagem. Fica evidente como a área de influência dos bairros não se fecha exclusivamente na sua mancha territorial, nela se reflectindo as interdependências de sistemas da grande área metropolitana (Machado et al., 2007b).

A concentração espacial da pobreza, desemprego, monoparentalidade, mobilidade geográfica, imigração constitui factor de reforço de relações de poder que pode muitas vezes passar essencialmente pelo domínio de grupos delinquentes e criminais que mais facilmente têm acesso a determinados bens, como aqui parece acontecer (Elliot et al., 1996). Deste modo, a par desta concentração não surpreende que a delinquência seja apenas uma das pontas num conjunto de outros problemas sociais como a gravidez na adoles-

cência, consumos abusivos de substância legais e ilegais, abandono precoce da escolaridade (Elliot et al., 1996). Os efeitos da desorganização social estabelecem-se em torno de relações recíprocas, uma vez que os bairros tendem a revelar-se mais desorganizados à medida que os residentes cujos valores e acções se encontram em conformidade com as normas vigentes conseguem adquirir meios para mudar para outro local deixando-os menos diferenciados em termos de desvantagens. Acresce o facto de o estigma de ‘problemático’ se ver reforçado e tender a atrair, precisamente através de algumas das formas dessa economia paralela e ilegal aí prevalente, aqueles que se identificam com modos de vida desviantes por causa da baixa eficácia colectiva em debelar os problemas, acabando deste modo por se ver reforçada a desorganização social num processo que Stark (1987, cit. em Elliot et al., 1996: 395) designou por “*deviance amplification process*”. Ainda assim, como registado pelas autoridades policiais e outras entidades, tem vindo a assistir-se a uma diminuição das ocorrências e das desordens em parte dos bairros em estudo.²²⁹

9.2.2 A negação do ‘outro’

No modelo de Shaw e McKay, a diversidade étnica numa zona conduzia a baixos níveis de integração social, vindo esta perspectiva a ser confirmada nos estudos de Elliot et al. (1996). Mas na consideração global de vários bairros em cidades com diferentes composições sociodemográficas o traço mais comum revelado na literatura científica diz respeito ao controlo social informal. Quando mais elevado for, maior a probabilidade de prevalência da conformidade social e do desenvolvimento de acções pró-sociais nos mais novos, o que acaba por ir ao encontro da proposição inicial de desorganização social presente nos trabalhos de Shaw e McKay (Elliot et al., 1996).

Tem ficado comprovado que bairros com elevada mistura étnica, como acontece no caso do contexto desta investigação, tendem a ter redes sociais de menor dimensão e baixos níveis de controlo social devido ao clima de permanente desconfiança entre moradores (Sampson e tal., 1997; Kingston et al., 2009). A heterogeneidade da população assenta numa diversidade de valores em torno de quadros culturais reflectidos, inclusivamente em torno de barreiras linguísticas e linguagens específicas, que minam a comunicação entre redes sociais e influem directamente na possibilidade de estabelecimentos de consensos

²²⁹ “Os bairros da nossa abrangência para terem tanta gente, digamos que comparativamente com outros bairros que se ouve falar na Área Metropolitana de Lisboa estão mais pacíficos do que já foram e nós patrulhamo-los dia e noite, é um investimento e a Esquadra está reconhecida no próprio bairro.” [elemento A da Esquadra local da PSP, entrevista].

relativamente a possíveis objectivos e estratégias comuns a observar com crianças (Elliot et al., 1996) como amplamente apresentado no Capítulo 7.

Há quem defenda existir uma maior probabilidade de envolvimento em actos de violência por parte de quem experimentou e viveu alguma forma de discriminação étnica (Anderson, 1999). Estas dificuldades constituem um sério obstáculo à resolução dos problemas e acabam por se traduzir num baixo investimento nos recursos já existentes, bem como na procura e mobilização de outros incluindo os relativos aos mecanismos institucionais. O processo de rejeição e segregação espacial existente mantém a confrontação cultural e a desconfiança no ‘outro’, pelo que os controlos sociais se revelam fracos e ineficazes, criando-se janelas de oportunidades que abrangem uma diversidade normativa e de crenças morais que proporcionam a emergência de indivíduos e grupos delinquentes (Park, 1962, Shaw e McKay, 1942, Elliot et al., 1996).

Algumas áreas constituem aquilo que Sutherland (1972: 21) chama “*defended neighborhood*”, ou seja, espaços em que parte dos residentes pode encorajar a prática delincente, especialmente através de actividades violentas, como reforço de um estatuto e imagem que afasta a intrusão de estranhos e assegura a sua protecção e a continuidade do desvio e criminalidade. Algo que de certa forma se viu enunciado por algumas crianças quando se reportavam fundamentalmente a uma ideia de competição e concorrência entre grupos destes diferentes bairros pelo domínio territorial e de outros recursos e cuja rivalidade não se centrava exclusivamente na origem étnica.

Nesta ordem de ideias, faz sentido passar da teoria de associação diferencial centrada nos indivíduos para uma perspectiva de associação diferencial organizacional, pois as características individuais não são exclusivamente determinantes necessitando-se entender quais os traços da organização social local que podem ajudar a compreender melhor determinados fenómenos (Hemeir e Matsueda, 1994). A desorganização social e o clima de permanente desordem nos bairros parece ‘descapacitar’ os seus residentes e, muito em especial as crianças, anulando parcialmente a distinção entre o que é certo e o que é errado. Assim, o desvio e a violência tornam-se fonte de atracção e as estratégias delinquentes assentam num sentido que emana e se reforça pela prática assente na desconfiança e rejeição pelo ‘outro’ que frequentemente se desafia e agride, ultrapassando-se uma mera ideia de confronto com o outro de diferente origem étnica; o problema vai muito além disso.

Identidade e diferença são traves-mestras no processo de construção sobre o ‘outro’, pois como Castro et al. (2006:3) referem “*a identidade e a diferença apresentam-se como*

um par de oposições que caracterizam os processos de subjectivação humana e de construção da alteridade". No presente, são múltiplas as referências existentes para os indivíduos não se podendo ver a identidade como algo permanente e estável, o que implica pensar-se numa linha de fluidez e dinâmica que se reconstrói e reconfigura a partir das escolhas e acções que cada indivíduo realiza e onde a percepção da diferença perante o 'outro' é determinante.

A construção discursiva das crianças sobre as vítimas dos seus actos delinquentes, sobretudo ao nível da delinquência "*contra as pessoas*", faz emergir diversas polarizações que se podem situar nos seguintes níveis: pobres *vs* ricos; homens (masculino) *vs* mulheres (feminino); novos *vs* velhos ('cotas'); familiares *vs* não familiares; 'preto' *vs* 'brancos' *vs* 'ciganos'; do bairro *vs* fora do bairro.

"Vou pedir uma roupa, uma moeda, quando não têm dinheiro roubo a mala. Quando vejo uma cota, fico a ver, vejo a cota, vejo a mala, vejo logo e depois roubo a mala, passo, passo, e levo a correr. Não é aqui, é lá mais para ... lá em cima... [fora dos bairros] levo-lhes a mal, depois fico com a carteira. Se tem dinheiro tiro (...) se tem só documentos deito fora, deito fora, deito para o mato... lá em baixo, deito para o lixo, já não tem nada. (...) Só as cotas, as mulheres, os homens não, há uns baixinhos que correm muito e dão para ir atrás... já um me apanhou, não quero mais, é mais fácil as cotas. Há uns que correm bué, bué... depois dá esquadra não é?" [rapaz M02, 9 anos, 2º ano, Bairro Azul, entrevista]

"Provocação aos carros que passavam na rua principal do bairro] eles paravam, saíam do carro vinham ter com a gente, a gente fugiu com a bicicleta e eles ficavam "anda cá, anda cá..." Só homens, as mulheres é mais para gozar, os homens é mais para brigar, dá pica. (...) Uma vez tive uma luta por causa de uma cobra! Pus uma cobra dentro de um carro de uma senhora. Você tem medo de cobras?" [rapaz M71, 11 anos, 4º ano, Bairro Azul, notas de campo]

"Eu nunca catei a minha mãe, isso nunca, a minha mãe não..."[rapaz, 11 anos, afrcv, 4º ano, Bairro Branco, notas de campo]

Facilmente se detecta uma procura por aqueles que se encontram sozinhos ou em situação de maior diferenciação ou exclusão, constituindo o diferente posicionamento na estrutura social uma das fontes na selecção das vítimas que, como se verifica nestes discursos, nem sempre acontecerá de modo imprevisto antes obedecendo a uma série de critérios baseados numa relação de custo-benefício que se antecipa à acção. Os preconceitos de classe social são notórios e o campo dos que consideram como excluídos alarga-se tanto aos de outras origens étnicas como aqueles cujos comportamentos se repudia, como é o caso dos "*carochos*". A aparente ausência de entender e pensar os efeitos sobre a vítima são patentes em muitas situações, não transparecendo uma ideia de julgamento moral, e nem o facto de também terem sofrido uma situação de vitimação da mesma natureza parece ter algum efeito de dissuasão.

“Um dia fui apanhar uma bicicleta e o [rapaz M13, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde] disse que era a que lhe tinham roubado, e era mesmo!!!...” [rapaz M23, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde, entrevista]

“O que é mau é que já fui assaltado, bués, diziam “passa o dinheiro, passa o dinheiro, depressa, só diziam isso “passa o dinheiro”... eu não tenho dinheiro, eles mexem para ver, no outro dia tinha moedas, levaram, fiquei sem nenhuma. Metem as mãos, metem as mãos por aqui [e vai exemplificando] e o que estiver, saca, vai tudo. Já foi mais vezes mas eu nunca tenho dinheiro, só às vezes.” [rapaz M02, 9 anos, 2º ano, Bairro Azul, entrevista]

O ‘outro’ representado pela vítima é somente visto num quadro funcional de utilitarismo e, por vezes, de alguma futilidade, numa via estabelecida para a obtenção de determinados bens e objectos. Deste modo, tudo se estrutura em função de oposições entre “*nós*” e os “*outros*”, valorizando-se a sua condição infantil numa perspectiva de grande rentabilidade em termos de delinquência. Como defende Ferreira (1999), crenças e valores são determinantes para a prevenção da delinquência, sendo de questionar como os mesmos podem ser construídos em torno da conformidade quando parte dos actos delinquentes das crianças podem ocorrer sob pressão e orientação de ‘outro’s, designadamente sob a forma de encomendas.

“É mais encomenda, não é para uso delas, é mais encomendas. Uma peça ou outra pode ser para uso dela, outras vezes não. (...) Noto porque vejo no bairro, porque sei a roupa que vendo na loja e sei quando danificam roupa para tirar duma gaveta, para tirar o alarme... nem se dão ao trabalho de coser a roupa, acabo por ver a roupa e sei que não comprada. Às vezes são os próprios pais a fazerem isso e é triste.” [responsável de loja em Centro Comercial, entrevista]

Neste caso, é a criança que se torna um ‘outro’, facilmente descartável e apenas valorizado pela sua função comercial e utilitária. Durante a etnografia registou-se também este tipo de situação, encontrando-se algumas crianças que andavam vestidas com roupa que apresentava ainda as próprias peças dos alarmes que não haviam sido retirados. Por vezes, irmãos de uma mesma fratria apareciam simultaneamente nestas condições.

9.2.3 Supervisão parental, família e delinquência

Por vezes, no decorrer das trajectórias familiares, surgem elementos considerados individual e socialmente desviantes pelos sistemas de regulação social. A família evidencia-se, então, como um espaço atravessado por problemas sociais, frequentemente em torno da situação dos mais novos que a integram. Perante isto, as instituições de controlo social são confrontadas com um leque de situações às quais se torna necessário dar resposta. Existe um alargamento do horizonte familiar, numa aproximação entre o que pertence ao universo público e ao universo privado, com uma acentuada diluição de fronteiras entre um e

outro, mais sentida em determinados contextos do que noutros. A criança deixou de ser representada como um valor do foro estritamente familiar, privado, para passar a ser representada como um valor social, público, cujo bem-estar deve importar a toda uma comunidade. Em alguns casos, a acção dos mecanismos de controlo social formal, como as autoridades judiciais, revela-se fundamental com vista à regulação das dinâmicas familiares.

Por um amplo leque de razões, a organização familiar a par da supervisão parental e dos estilos educativos constituem elementos importantes no estudo da delinquência. A ruptura familiar pela dissolução do núcleo parental é vista como um dos elementos associados à sua prática pela interferência que representa em termos de controlo social informal, cujos efeitos ultrapassam o espaço familiar ganhando uma especial expressão em áreas onde se concentra um elevado número de rupturas, como acontece nos bairros em estudo (Sampson, 1986, 1987; Kornhauser, 1978). Diversos autores chamam a atenção que não se trata de considerar a ruptura em si como negativa, porque a mesma resultará de outros factores e circunstâncias que a tornaram desejável, mas antes de como deste processo pode surgir tendência para a diminuição da participação dos residentes em iniciativas locais e voluntárias de prevenções deste e de outros problemas sociais. Trata-se de situações que podem interferir com o cuidado que vizinhos exercem uns sobre os outros e as respectivas propriedades, bem como relativamente aos estranhos que delas se aproximam. Alguns estudos demonstram que esse cuidado será menor em vizinhanças onde ao elevado número de rupturas se associam populações em desvantagem social e étnica (Sampson, 1986).

Na literatura científica é apontado que uma parte das famílias monoparentais atravessará maiores dificuldades na supervisão das crianças, e frequentemente a ausência de pai ou de figura masculina é apontada em estreita como factor relevante na emergência de delinquência (Carvalho, 2003, 2005). No entanto, este posicionamento não é consensual sugerindo-se que frequentemente esse lugar passa a ser ocupado por outros elementos masculinos que entretanto passaram a integrar a configuração familiar (Sampson, 1986; Bennet, Jr., 2000).

A questão da tolerância à violência e à delinquência é outro aspecto em evidência (Bennet, Jr., et al., 2000) que remete directamente para aspectos situados no âmbito da interacção da esfera familiar, designadamente no que concerne à fraca qualidade da interacção entre pais e filhos e ao deficiente exercício de uma eficaz supervisão parental (Ferreira, 1999; Cusson, 2006), orientações recorrentemente observadas nos bairros em estudo, como tem sido apresentado nestas páginas, e que contribuem de modo particular para a explicação da delinquência identificada.

“A mãeE23 [rapaz M40, 9 anos, Bairro Verde] referiu ter ficado surpreendida por o ter visto, há meses atrás, a sair de um carro do lado do condutor. Encontrava-se ela num jardim quando viu um carro passar na avenida de um lado para o outro várias vezes mas não conseguia ver quem o conduzia pelo reflexo do sol nos vidros. Começou a achar estranho até que o carro parou do outro lado da rua e ao volante estava o filho que saiu do carro, olhou para a mãe e se afastou a pé...” [notas de campo]

“O menor [rapaz M02, 9 anos, 2º ano Bairro Cinzento] arremessou pedras contra o edifício e pontapeou por várias vezes a porta do ATL que aí funciona (...) face ao exposto, (o agente) contactei os pais do menor, os quais confrontados com a situação tentaram desculpabilizar o menor, culpabilizando as outras crianças que com ele deambulam pelo bairro (...). Durante o meu contacto com os pais do menor, constatei que os mesmos demonstram um profundo desinteresse pela sua educação uma vez que reagiram com desinteresse quando confrontados com as faltas do menor às aulas e não se opõem ao facto do menor deambular todo o dia pelas ruas do bairro na companhia de outros menores.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Um dos aspectos relevantes na análise da informação recolhida diz respeito ao facto de uma parte expressiva dos actos delinquentes das crianças ocorrer no período nocturno, altura em que, supostamente, deveriam encontrar-se mais protegidas e sob directa supervisão de adultos. Na confrontação destas situações junto dos próprios pais emergem concepções muito diferenciadas sobre a educação dos filhos, havendo quem manifeste uma ideia de criança inocente que deve crescer na natureza e em total liberdade.

“Graças a Deus ele [o filho, rapaz M02, 10 anos, 3º ano, Bairro Azul] criou-se como um macaco... Criou-se lá em [bairro anterior de barracas] como os macacos... (...) subia em cima das árvores, corria, andava à solta como eu nunca vi... como os macacos!” [mãeE1, 43 anos, Bairro Azul]

Sabendo que esta mãe está retratada na ocorrência policial apresentada em cima, é de questionar, os efeitos de se ter educado uma criança “*como os macacos*”. Ainda que se entenda a nostalgia por uma vida livre de restrições que se revelava mais fácil de concretizar no espaço dos bairros de barracas onde se vivia, há que atender ao facto da vida social não se fundamentar nesse princípio exigindo-se de todos os indivíduos o cumprimento de normas que visam o saber viver em comunidade. Digno de registo que este filho ao representar em desenho as pessoas mais importantes da sua família, tenha colocado o Presidente da Câmara Municipal à frente da mãe conforme descrito no Capítulo 7. Nesta invulgar comparação entre a educação de um filho e o comportamento animal, fica clara a importância do controle e supervisão parental como ponto-chave na associação a delinquência (Mucchielli, 2001).

Diversamente, outros pais realçam a importância do exemplo dos mais velhos.

“Neste bairro não há respeito, não isso. Não há respeito pelas crianças que é muito importante. Se nós pais tivermos respeito pelas crianças, elas começam a ter respeito pelas outras pessoas. Não têm respeito, as crianças também não têm respeito e é pena porque é um bairro que tem tudo para ser um bom bairro” [mãeE29, 32 anos, Bairro Amarelo]

Assumi especial importância neste estudo a perspectiva de Cusson (2006) que destaca a particularidade de as famílias de crianças e jovens envolvidos em delinquência tenderem a apresentar a especificidade de se caracterizar pela desordem educativa, ou seja, serem fundamentalmente pais indiferentes, desatentos, negligentes, que apresentam incapacidade para se ocuparem dos filhos, sobretudo se estão pouco atentos aos comportamentos que os filhos apresentam, não sabendo o que os mesmos andam a fazer e não lhes transmitindo sinais claros relativamente ao que é admissível e esperado e o que é errado e não desejável. Coloca-se em causa as competências educativas dos pais (Patterson e Yorger, 2002) numa linha que vários dos participantes nesta investigação também apontam emergindo como fulcral a antecipação das reacções de outros significantes.

“Então e a minha mãe? Avé Maria, ‘tá sempre em cima de mim. Se a minha mãe não me procura, eu também não a procuro, mas se a minha mãe se preocupa comigo, eu preocupo com ela.” [rapaz M13, 11 anos, 4º ano, Bairro Verde]

“Claro que pai tem culpa! Se uma mãe levanta as coisas que o filho traz para casa, se ela levanta, fica está a dizer ao filho para continuar a roubar...A mãe tem culpa. Ela sabe que ele não tem dinheiro e deixa ele entrar com ténis novos, roupa nova, é computadores, é playstation e outras porcarias.. onde é que ele foi buscar o dinheiro? Dinheiro não cai na rua, não deve deixar ficar, o [filho, rapaz M07, 10 anos, 4º ano, Bairro Amarelo] já sabe como é, uma vez apanhou porrada porque pensava que eu não dava conta como as outras mães que andam por aí...” [mãeE10, 43 anos, Bairro Amarelo]

Mas, por outro lado, em algumas famílias no contexto da investigação a qualidade da supervisão parental vê-se fortemente condicionada não por falta de vontade dos pais e substitutos, mas antes porque os mesmos se vêem limitados em termos de oportunidades profissionais, estando sujeitos a horários, trabalhos e baixos rendimentos que os impedem do mais adequado acompanhamento acontecendo frequentemente o confronto com experiências dos filhos que estavam longe de imaginar (Mucchielli, 2001).

“No outro dia roubaram no [hipermercado], roubaram um jogo, meteram na mala e fugiram. Depois cheguei a casa, estava dois polícias e perguntaram “Você é a mãe de [rapaz M12, 11 anos, 4º ano, Bairro Branco]? E eu “Sim sou.” “Ah, o ...[filho] está na Esquadra.” O meu [nome] na Esquadra? É impossível, ele sabe o que faz...” Fui lá à polícia, tirei ele... chorei, chorei...eu estou sempre a correr, sempre a correr, tenho dois trabalhos, ah, é um bocadinho cansativo mas tem que ser. Ele percebeu, eu até comecei a chorar e ele disse “está tudo bem mãe, não vai acontecer mais”” [mãeE35, 33 anos, Bairro Branco]

Deste modo, as desvantagens sociais fazem-se sentir de modo especialmente significativo, reflectindo-se a vários níveis nos processos de socialização das crianças não sendo possível dissociar a delinquência desses processos (LeBlanc e Janosz, 2003). Deste modo é muito expressivo ter-se observado a capacidade de mobilização de algumas famílias que aos sinais de delinquência das crianças, optaram pela sua retirada do bairro: numas remetendo-as para casa de outros familiares noutras locais ou para o estrangeiro, noutras pela saída de todo o agregado do bairro. Foi visível a determinação neste processo na medida em que consideravam as dinâmicas sociais aí prevalentes como factor de risco acrescido a que dificilmente conseguiriam obstar, assumindo a incapacidade de controlo e supervisão consideradas adequadas. São casos que foram pontualmente ocorrendo ao longo dos anos da pesquisa no terreno, reveladores da percepção que os residentes têm sobre os efeitos do bairro na vida destas crianças.

Num patamar de elevada gravidade, detectaram-se dois rapazes cuja entrada na delinquência se viu associada não apenas ao leque de problemas sociais amplamente identificados nestes bairros mas também às razões de saúde que deram origem à deslocação para Portugal. Vindos dos PALOP só com as respectivas mães – a restante família ficou para trás –, a instalação nestes bairros aconteceu inicialmente em função de contactos existentes, mas dado o prolongamento dos períodos de tratamento facilmente a precariedade em que mães e filhos se encontravam acabou por se acentuar. Findos os tratamentos ao fim de vários anos, o retorno aos países de origem acabou por não se concretizar, parcialmente por vontade das progenitoras que preferem manter-se em situações de grande desvantagem social a voltar, mesmo que isso resulte na condição de indocumentados e na permanência ilegal no território nacional. Simultaneamente, a vulnerabilidade em que se encontram é facilmente explorada por grupos delinquentes e as crianças acabam por se encontrar identificadas em práticas delinquentes de natureza diversa. Num dos casos, pela evolução acentuadamente negativa, foi aplicada medida de acolhimento institucional.

Por vezes, a delinquência pode surgir para a criança como a possibilidade de se tornar alguém numa linha que pretende evitar a reprodução social e a permanência numa situação igual à dos pais. Neste âmbito, vários autores salientam como a concentração das desvantagens faz elevar a probabilidade de crianças e jovens serem vítimas de violência e crime, não apenas no espaço público à luz das dinâmicas sociais que territorialmente marcam a socialização e que aqui têm sido postas em evidência, mas também pelo que se passa no universo tendencialmente restrito da família.

“A mãe refere constantes fugas de casa do filho [M40, 9 anos, Bairro Verde] (...) está sem dizer onde se encontra ou o que fez e aparece com roupas novas e frequentemente alcoolizado. (...) a mãe desesperada diz que ele traz também rádios de carro, DVD, jogos e que ele diz que é “um amigo que dá”. (...) a mãe sabe que ele já praticou furtos por esticção e quer que ele seja internado em instituição, já lhe bateu mas não resolve nada (...) a mãe diz que os telemóveis furtados são para vender e por isso é que ele consegue dinheiro sem ela o dar (...) ela já o viu várias vezes a jantar fora (...) ela diz que ele já não vai à escola nem quer saber da escola e quando ela o manda ele não chega à escola (...) a mãe diz que não pode ter dinheiro consigo porque ele tira, mesmo o dinheiro da renda.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Patterson e Yorger (2002) consideram fulcral a natureza da comunicação dos pais para com os filhos e para os estilos educativos implementados, salientando como factores associados o recurso frequente a reforços negativos de comportamento que se traduz tanto por uma disciplina severa como permissividade reflectida na percepção de que tudo é “*coisa de criança*”, como se teve oportunidade de mencionar no início deste capítulo.

“A mim uma vez apanharam-me e disseram que iam dizer à minha mãe mas não disseram mas ela soube uns dias e deu porrada” [rapaz M31, 8 anos, 2º ano, Bairro Branco, entrevista]

Abandonos, negligências e maus tratos são situações que recorrentemente emergem, sob as mais variadas formas, nos estudos realizados sobre delinquência, marcando intensamente as trajectórias de vida de indivíduos com percursos desviantes e criminais. Nos casos abordados nesta investigação trata-se, sobretudo, de laços familiares instáveis, oscilando entre os inseguros e os evitantes – que traduzem a ausência de estabilidade da relação pais-filhos – e os maus-tratos ou a disciplina física excessiva e severa (Lauritsen et al., 1991; Ferreira, 1999; Carvalho, 2002, 2003, 2004). Na projecção das crianças relativamente ao futuro, facilmente surgem imagens similares às acções que agora vivenciam.

“[Se um tivesse um filho que roubasse] perguntava primeiro se ele tinha falta de alguma coisa, depois não lhe batia, falava mas da próxima vez batia, mas não com o cinto e chicote, só com o chinelo...” [rapariga F27, 11 anos, 4º ano, Bairro Rosa, entrevista]

“–Se um filho teu roubasse uma coisa, o que é que tu fazias?

- Era porrada. É feio furtar. Trabalho, cansaço, mete o carro na porta, acordar e não encontra o carro. É feio!” [rapaz M25, 10 anos, 4º ano, Bairro Branco, entrevista]

Há estudos que referem que esta exposição à violência promove a interiorização pelas crianças de que se trata de um acto normal e por isso aceitável no seu contexto de vida (Garbarino et al., 1991, Matthews, 1999 cit. em Parkes, 2007). Mas Parkes (2007) discorda chamando a atenção para a variedade e complexidade nos modos de entendimento da violência pelas crianças como aqui também se pode observar. Se há crianças que aderem outras há que, pelo contrário, mesmo quando expostas, rejeitam qualquer forma de violência, não existindo uma uniformidade.

Mais grave são os incitamentos directos à violência observados junto de alguns pais.

“Nos pretos bates forte, não é para deixar em pé, tens de bater nesses pretos vadios, nos ciganos bates menos, não é para ter complicações com as famílias. São todos uns ladrões, não merecem nada. Se soubesse o que sei hoje não tinha vindo para aqui, foi um grande azar estes pretos e ciganos todos, é uma escumalha. - disse o pai ao filho [rapaz M04, 9 anos, 3º ano, Bairro Branco] junto ao portão da escola.” [notas de campo]

Este exemplo diz respeito precisamente a um rapaz que, ao longo destas páginas, foi objecto de várias referências, inicialmente por a mãe lhe ter oferecido uma “*navalhinha*”, depois por se ter revelado autor de actos “*contra as pessoas*” que incluíram o uso de navalhas e suscitaram a instauração de processo de promoção e protecção na Comissão local. Trata-se de uma situação que ilustra aquilo que Stewart e Simons (2009: 4) designam por “*street family*”, que incorpora uma cultura e um código da rua (Anderson, 1999) transmitindo-os aos filhos para que os usem para ameaçar e intimidar pares e adultos. Quanto maior a adesão, maior a probabilidade de envolvimento na delinquência. Neste sentido, há que dar uma especial atenção à questão de formas de transgeracionalidade da delinquência e do crime que podem estruturar-se primordialmente em torno de processos desta natureza

9.2.4 A transgeracionalidade da delinquência: o ciclo que não se quebra

Sabendo-se da importância dos laços e dos controlos sociais estabelecidos pelas crianças nos seus quadros de vida, mais do que discutir a associação entre relações inseguras ou deficitárias e o desenvolvimento de práticas delinquentes, algo largamente estudado em diferentes áreas, a questão que parece colocar-se com maior evidência em vários dos casos descritos nestas páginas prende-se com a existência de laços estáveis e positivos a figuras parentais e familiares cuja acção não se revela no campo da conformidade social mas antes se situa no mundo do crime e da marginalidade (LeBlanc e Janosz, 2002). Este parece ser um processo instalado e continuado, por vezes, de uma geração para outra.

“A minha mãe roubou-me 20 euros, foi lá a casa e roubou-me e depois diz que não fez nada, que sou eu que ando a roubar por aí...” [rapaz M77, 11 anos, 4º ano, Bairro Rosa]

“[No meio de uma briga com colegas] quero matar ele, vou matar ele – [rapaz M03, 12 anos, 3º ano, Bairro Azul] – não páro, o meu pai também já matou (...) não, ele não se arrependeu nada, ele não arrepende do que faz que ele já me disse isso.” [notas de campo]

Se identificação reportada a modelos criminais na família for suficientemente estável, como transparece em algumas crianças, de ambos os géneros, o risco do seu envolvi-

mento em actos delinquentes revela-se superior e é muitas vezes concretizado a partir de uma iniciação feita no seio da família (Shoemaker, 1990).

“Eu já andei de moto, na moto do meu irmão (...) na rua lá em cima, mas só de noite para poder ir depressa (...) A minha mãe já viu e gostou de ver eu a andar de mota, o meu pai é que não gosta [rapaz M78, 9 anos, afrcv, 4º ano, Bairro Branco, notas de campo]

– Já experimentei uma moto quatro e uma motinha. – [rapaz M44, 8 anos, 3º ano, Bairro Rosa]
 – A moto quatro é mais perigosa, é pior, puxa por trás. – [rapaz M14, 11 anos, afrcv, 4º ano, Bairro Verde]
 – Pois vê lá se caís. – [rapaz M76, 8 anos, afrcv, 2º ano, Bairro Branco]
 – Quem ensinou?
 – Foi lá em [localidade fora do concelho] com o meu primo, ele é mais velho – [M14]
 – Fui com o meu tio lá em cima, foi fixe. [M44]
 – E carros?
 – Já sim – todos responderam
 – Foi com o meu avô [M44]
 – Eu conduzi o carro do meu primo, aqui quando tinha sete anos, conduzi de [outro bairro] até aqui.” [M14] [entrevista]

“Há muitas mães que vão mesmo para roubar, a maneira mais fácil de obter as coisas... É triste, como mãe é triste ver as crianças assim, mães a levarem os filhos a fazer isso. Nós podemos chamar a polícia e isso... mas não põem a mão na consciência e dizer assim “Estou a fazer mal, estou a ensinar uma coisa errada ao meu filho”. (...) O que me faz pena é que ver os filhos, vão fazer (...) E às vezes nem roubam para elas, roubam para vender às outras” [responsável de loja em Centro Comercial, entrevista]

O desenvolvimento moral emerge de experiências e relações sociais estabelecidas que conduzem ou não a uma regulação adequada do indivíduo, num equilíbrio especialmente delicado entre auto-confiança e preocupação por outrem (Ijzendoorn, 2004). Ressaltando a possível agregação de factores desta natureza a outros, regista-se que em estudos sobre delinquência juvenil recenseada em sistemas de justiça tutelar (Cusson, 1989, 1998; McCord, 2002; Thornberry e Kronh, 2003; Farrington, 2004; Fonseca, 2004; Naplava e Oberwittler, 2004), designadamente em Portugal (Santos et al., 1998; Fonseca, 2000; Carvalho, 2000, 2003, 2010; Gomes et al., 2004), tende a existir uma percentagem significativa de indivíduos cuja origem se situa em famílias com práticas criminais recenseadas no sistema prisional, algumas numa linha de transgeracionalidade acentuada.

Esta linha de orientação viu-se confirmada nesta investigação, sendo dos factores mais relevantes na explicação da delinquência destas crianças, especialmente em algumas das suas formas mais graves. Hirschi (1969) chamou a atenção para várias características da família mais associadas à delinquência, nomeadamente a existência de comportamentos desviantes e criminais dos pais, a dimensão e dissolução da família. Se os laços no seio da família são de tal modo débeis ou se, inversamente, estão estruturados solidamente em torno de modelos parentais (e dos seus substitutos) associados ao desvio, violência e delin-

quência, mais facilmente a vulnerabilidade social em que as crianças que a integram se encontram pode sair reforçada, incluindo-se neste campo o papel dos irmãos. Mais do que a mera modelagem das práticas concretizada pelos mais novos a partir da apropriação feita junto dos mais velhos, é sobretudo a clara manipulação e planeamento da acção por parte de adultos e jovens junto das crianças que mais se coloca em destaque neste contexto, podendo assumir proporções manifestamente mais graves como se apresenta a seguir.

“(...) final da tarde, no hipermercado (...) a menor [rapariga F28, 9 anos, Bairro Branco], na companhia de adulto [homem, 22 anos, afrcv], tinha ocultado no casaco que trazia vestido artigos vários e tinha na sua posse um alicate, o qual supostamente foi utilizado para retirar os “alarmes” dos artigos. (...) O adulto será utilizado pela mãe da menor como “correio” e “vendedor” de produtos estupefacientes, aproveitando-se da sua incapacidade mental. (...) O segurança esclareceu que em virtude de ter suspeitado das acima identificadas, controlou-as discretamente no interior da área comercial, verificando que a menor colocou os artigos num expositor menos visível, após o que a sua irmã [25 anos, Bairro Branco], utilizando o alicate que foi apreendido, retirava os alarmes sendo que por fim o adulto pegava nos artigos e os dissimulava no casaco. (...) No final, a irmã da menor é que tinha o alicate.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Apesar de a natureza e dinâmicas dos actos delinquentes manifestado por irmãos constituir uma problemática algo descurada neste campo em detrimento do estudo das relações pais-filhos, a mesma ganhou uma especial expressão em vários dos casos aqui identificados. Como evidenciado na literatura científica nesta área, constatou-se nesta investigação como os irmãos tendem a partilhar um elevado grau de semelhança nos seus níveis de adaptação social, detectando-se situações muito expressivas relativamente à prática de delinquência por elementos de uma mesma fratria (Bullock, 2002; Thornberry e Krohn, 2003; Scales et al., 2004). São vários os exemplos de mutualidade na delinquência observados em certas fratrias, a par de outras situações que abrangem directamente primos e primas, alguns vivendo lado a lado como irmãos, existindo uma diversidade de razões para que tal aconteça.

A delinquência de irmãos mais velhos têm-se revelado associada frequentemente às práticas de irmãos mais novos (Fonseca, 2004; Farrington, 2004; Loeber et al., 2004), embora tendam a surgir diferenças em função do género. Diversos autores apontam que a existência de relações positivas com irmãs mais velhas pode revelar-se factor de protecção numa diminuição do risco, ao invés de relações da mesma natureza com irmãos mais velhos do sexo masculino, frequentemente mais associadas ao despoletar deste problema e de outros de natureza comportamental. Estas últimas adquiriram uma expressão significativa no contexto em estudo, sendo habitual encontrar casos de irmãos mais velhos em cumprimento de pena de prisão de outra medida judicial por prática de crime. De igual modo,

relações coercivas-hostis na fratria surgem especialmente relacionadas com a delinquência nos irmãos mais novos, de ambos os sexos, situação menos visível nesta investigação (Bullock, 2002).

Além dos irmãos, outros familiares podem assumir um papel determinante pelo aliamento que fazem junto das crianças a partir de ofertas, da pressão sobre elas exercida ou através da valorização dos actos desviantes e delinquentes concretizados.

“Sabes um grupo [de 4 de jovens e adultas do sexo feminino] que se chama [nome de uma marca de roupa]? Elas me trazem roupa mas a minha mãe [emigrada] diz para eu não dar porque se eu tiver falta de roupa é porque eu estrago que ela traz sempre uma maleta de roupa. (...) Elas são espertas e têm uma mala de prata [forrada a papel de alumínio e prata] para passar nos alarmes. Uma é minha tia e não dão roupa aos outros, a mim dão, aos outros vendem ao mesmo preço. (...) As pessoas aqui compram.”- [rapariga F27, 11 anos, 4º ano, Bairro Rosa]

Tende também a ser neste campo da transgeracionalidade da violência e da delinquência que mais se evidencia o poder da intimidação sobre as vítimas no sentido destas não efectuarem participação às autoridades policiais. Uma das conclusões mais importantes a reter nesta pesquisa prende-se com o facto de algumas crianças com prática de actos delinquentes graves, em percursos de reincidência iniciados em idades muito baixas, terem conseguido escapar durante anos a qualquer intervenção oficial fundamentalmente pela ausência de iniciativa ou de desistência da queixa por parte das vítimas, em especial relativamente a acontecimentos no interior do bairro.²³⁰

“(...) pelas 14h55, no interior da sala se aula onde a queixosa lecciona, a acusada [tia de aluno, 25-30 anos, Bairro Azul] dirigiu-se à queixosa dizendo-lhe “quem és tu para bateres” e nesta sequência agrediu-a com duas lambadas na face, levantou a secretária por várias vezes e abandonou o local. Estes factos foram praticados perante todos os seus alunos ali presentes. A queixosa referiu que, momentos antes, o seu aluno [rapaz M15, 11 anos, Bairro Azul], sobrinho da acusada, no decorrer da aula havia agredido um outro aluno tendo sido por isso sancionado com falta disciplinar.” [excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]

Ainda que esta razão não justifique todos os casos observados, trata-se de um problema de difícil abordagem pelo fechamento das redes sociais onde tende a acontecer. Rela-

²³⁰ De entre os exemplos possíveis, um chamou especial atenção por se tratar de um rapaz [Bairro Branco] que, desde os seis anos, se encontra envolvido em delinquência “*contra as pessoas*” e que se viu apenas referenciado oficialmente nas ocorrências da Esquadra local na sequência de uma denúncia feita pela mãe tinha ele 11 anos, supostamente por furto de ouro de casa. É oriundo de uma família em que todos se encontram oficialmente associados à criminalidade estando alguns dos seus irmãos em cumprimento de penas de prisão. Outro exemplo diz respeito a um rapaz de 9 anos que na coacção sobre outro da mesma idade lhe partiu um braço não sendo a primeira, nem última vez, que praticava agressões físicas e ameaças. Contudo, até perto dos 14 anos não se encontrou qualquer participação das vítimas, apesar das muitas referências a actos delinquentes nos bairros surgindo a primeira por iniciativa da escola que à data frequentava. Em ambos os casos, o peso do nome das respectivas famílias serve para deixar amedrontados a maioria dos residentes nos bairros que evitam conversar sobre os mesmos.

tivamente a ocorrências deste género nos bairros, fora da escola, poucas vezes as vítimas têm determinação e segurança suficientes para apresentar queixa e não desistir do processo. Estas acções são reproduzidas facilmente por algumas crianças, de ambos os sexos, numa lógica de transmissão familiar realizada maioritariamente sob a forma de ameaças, coacção, injúrias e até ofensas corporais que atinge não só outras das mesmas idades mas também adultos.

Em síntese

- Comparando os principais traços de caracterização de delinquência recenseada oficialmente a nível local com os discursos das crianças, constata-se a existência de diferenças e outras práticas não identificadas nos registos oficiais emergem. Trata-se de situações mais associadas à criminalidade de adultos, organizada e em redes criminais, que se traduzem sobretudo na participação de (muito poucas) crianças, do sexo masculino, no tráfico de droga no interior dos bairros
- Na base da construção desta invisibilidade estatística destacam-se, de modo significativo, os contornos da interacção social e as relações de poder estabelecidas neste contexto caracterizado por desorganização social e baixa eficácia colectiva.
- À semelhança do registado nos dados das entidades oficiais locais, as crianças dos bairros que assumiram envolvimento na prática de delinquência são maioritariamente do sexo masculino, desenvolvendo-a fundamentalmente no campo patrimonial, numa linha aquisitiva que se vê concretizada por pequenos furtos. Isto não significa que a delinquência seja exclusiva de rapazes na medida em que se detectou a acção continuada no tempo de algumas raparigas, com uma especial incidência para uma actuação em dupla e em pequeno grupo, sobretudo nos estabelecimentos comerciais localizados nas imediações dos bairros. A diferenciação por género reflecte-se essencialmente na natureza dos actos cometidos, formas de actuação e bens visados.
- Na quase totalidade dos actos delinquentes descritos pelas crianças, observa-se que este processo se faz de modo precoce pela sua inserção em redes sociais que se constituem perante modelos de referência familiares e sociais afastados da conformidade à norma social em que a percepção da ilegalidade do acto e da consequente violação da norma se encontra distorcida. A família constitui um dos vectores fulcrais no envolvimento da criança na delinquência, fundamentalmente através de um deficitário exercício de supervisão parental e da transmissão de valores delinquentes.
- Um traço comum à maioria das situações identificadas diz respeito aos modos de actuação, na quase totalidade perpetrados em grupo, de dimensões variáveis, mas onde o papel de orientação, por vezes até de evidente manipulação, de outros mais velhos, incluindo familiares, é significativo, bem como o da assunção de papéis específicos atribuídos a uns e a outros.
- O divertimento, a excitação, o desafio e a gratificação obtida são quatro dimensões fundamentais da delinquência. Para a maioria, de ambos os sexos, o acto delinquente é vivido como uma forma desafiante de socialização, num espaço segregado e estigmatizante, variando entre a percepção de ser uma brincadeira de crianças e a tentativa de obtenção de um estatuto e reconhecimento social.
- Numa expressão significativa, várias crianças situam de modo preciso os primeiros actos delinquentes no período 4-6 anos de idade. De uma socialização inicialmente marcada por uma lógica de transmissão e orientação por parte de outrem, assiste-se, progressivamente, à emergência de uma lógica de poder sustentada com base no reconhecimento social obtido em função da prática de delinquência neste contexto.

CONCLUSÃO



Desenho S4: O meu bairro

“Eu estou a jogar à bola, o meu amigo anda de bicicleta e o polícia está a vigiar a rua. Podia haver aqui um parque com escorregas, baloiços e não sei mais o quê... Não gosto do barulho e das lutas. Há muito barulho e muitas lutas nas ruas e nas casas. Não gosto dos cafés porque às vezes mandam garrafas e há muitos bêbados, não gosto disso mas gosto de viver aqui. O que gosto mais é da rua onde tem um campo de jogos e dá para ir jogar à bola e podemos lá estar.” [rapaz, 11 anos, 4º ano, Bairro Amarelo]

A delinquência não é um fenómeno exclusivo das sociedades contemporâneas; existiu desde sempre e em todos os grupos sociais, variando apenas a forma como se caracteriza e se torna visível ao longo dos tempos. De igual modo, também a preocupação social sobre esta problemática não é nova. Contudo, nos dias de hoje, adquire um especial relevo pelas questões sociais que coloca em causa no seio de uma determinada sociedade, especialmente quando reportada aos actos dos seus membros mais novos, as crianças.

Nesta ordem de ideias, tendo por pano de fundo uma linha orientadora que cruzou três vectores – infância, delinquência e território –, procurou-se, com esta investigação, estudar as relações emergentes entre a delinquência de crianças em idade escolar (1º Ciclo do Ensino Básico) e os modelos de urbanização em que se integra a construção de alguns bairros de realojamento na Área Metropolitana de Lisboa, com base na hipótese de que esses modelos e os processos de urbanização concretizados se articulam com o desenvolvimento de formas de socialização e modos de vida que facilitam o seu acesso a janelas de oportunidades para a prática de actos delinquentes.

Os desafios e os constrangimentos que a delinquência de crianças em contexto urbano coloca à intervenção dos mecanismos informais e formais de controlo social na sociedade portuguesa estão longe de se esgotar no que é apresentado nesta dissertação. Importa reter que tratando-se de um fenómeno plural, diverso, que encerra em si uma multiplicidade de expressões (Carra, 2001), não se teve a oportunidade de estudar toda essa pluralidade mas somente de desenvolver uma intervenção exploratória centrada numa das suas possíveis vertentes, especificamente a que diz respeito às crianças residentes nos bairros no período temporal seleccionado para a pesquisa no terreno.

No entanto, é de assinalar que a escassez de produção científica na área, sobretudo a nível nacional, a par dos fortes constrangimentos amplamente mencionados neste documento e patentes na pouca informação oficial disponível, acentua a pertinência científica e social deste estudo, através do qual sobressai a necessidade de leituras dinâmicas sobre este problema social. A abordagem concretizada e as hipóteses levantadas para discussão ressaltavam a importância da tomada de consciência sobre as dificuldades e riscos inerentes à definição dos seus contornos e, mais do que trazerem respostas, suscitam concomitantemente o levantamento de um conjunto de interrogações sobre as dinâmicas e mudanças sociais em Portugal, mormente as que tendem a marcar os quadros de vida de determinados segmentos da população portuguesa na actualidade. Coloca-se em evidência a condição social de uma parte das designadas “*outras infâncias*” (Almeida, 2000: 20), dando-se visibilidade a

um terreno pouco explorado e geralmente de difícil acesso para a investigação mas cuja abordagem é fundamental para a melhor compreensão e conhecimento sobre os modos e processos de socialização de crianças que vivem no território nacional.

Da prevalência de abordagens sustentadas em teorias monofactoriais que se foram multiplicando até aos anos 1960-70 e que passavam pelo estudo da delinquência em torno de determinado factor explicativo começaram a emergir, gradualmente, análises globais e integradas sobre formas particulares de delinquência em função da tomada de consciência da complexificação da realidade social que implicam diversificação de instrumentos metodológicos muitas vezes usados em complementaridade (Clos e Clos, 2007), numa orientação que aqui também foi seguida. Recordar-se que o modelo de análise que serviu de base a este estudo pensa a delinquência na infância como expressão de um problema social que tem na base um amplo espectro de factores e circunstâncias de natureza diversa que se colocam em jogo num determinado território cujo ambiente físico influi e simultaneamente sofre as influências da acção e do controlo social exercido pelos indivíduos que nele se situam ou o atravessam e em relação aos quais as crianças, na qualidade de actores sociais, atribuem um sentido particular que apropriam, integram, reconstituem e (re)produzem no seu processo de socialização. Releva-se, assim, a centralidade da adopção de uma perspectiva da ecologia social que permitiu construir uma visão integrada sobre as principais formas como se manifesta e caracteriza esta problemática nos bairros seleccionados, nela se conjugando os contributos de outros quadros teóricos.

O caminho percorrido foi longo e muitas vezes acidentado, como se foi dando conta nos capítulos anteriores, mesclado de avanços e recuos que conduziram a uma profunda e prolongada reflexão que espelha a complexidade e multidimensionalidade desta problemática. As conclusões deduzidas situam-se em vários planos – metodológico, social, urbanístico e político – que não são estanques entre si, interpenetrando-se em diversos pontos que se constituem em torno de diferentes eixos de análise: um primeiro relativo à natureza e dimensão deste problema social a nível nacional e local; um segundo reportado ao planeamento urbano, ordenamento e gestão do território; um terceiro sobre o(s) lugar(es) da criança nestes bairros e os seus papéis como actor social que se cruzam com as formas de delinquência oficialmente identificadas e recenseadas, ou não; finalmente, um quarto centrado na dimensão política, na execução de políticas sociais, com especial enfoque para as direccionadas para a acção social e infância.

No âmbito do primeiro eixo de análise confirma-se nesta investigação que conhecer a delinquência a partir dos contextos sociais onde se produz é uma coisa e conhecê-la a partir da informação recenseada nos sistemas oficiais é outra, substancialmente diferente no caso agora analisado. No quadro alargado de mudanças sociais que caracterizam a sociedade portuguesa e onde se tem evidenciado uma acentuada diminuição do número de crianças nas últimas décadas, mais do que ficar por um olhar restrito aos números que constam das estatísticas oficiais, maioritariamente relativos à intervenção administrativa e judiciária, há que questionar os motivos na origem do desfasamento nas tipologias de classificação usadas por diferentes entidades oficiais sobre as mesmas problemáticas abrangidas pela *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Já no que concerne aos dados das autoridades policiais, o principal problema é a sua integração num escalão global de inimputabilidade até aos 16 anos sem que haja a possibilidade da sua desagregação por idades inferiores.

O vasto leque de limitações detectadas e amplamente debatidas nestas páginas impediu, logo à partida, a validação de parte da informação oficial a que se teve acesso. Por sua vez, esta já era extraordinariamente reduzida e encontrava-se espartilhada por sectores em relação aos quais se constatou não existir uma concepção coincidente sobre a infância, o que obstou ao desenvolvimento da análise pretendida numa perspectiva similar ao assinalado por outros autores nacionais em várias abordagens sobre crianças.

Deste modo, objectivamente apenas se dispôs de informação parcelar que não se considera ser suficiente para conhecer e apontar qual a dimensão da delinquência de crianças oficialmente recenseada em Portugal. A quase total invisibilidade desta problemática nestas idades na estatística oficial, com excepção da oriunda da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, não possibilita a identificação e discussão dos seus principais contornos a nível nacional, diversamente do que se passa noutros países ocidentais, e constitui um dos sinais da *menoridade* atribuída à infância no contexto nacional numa orientação que não é exclusiva desta problemática, antes se estendendo a outras como se encontra registado em diversos estudos. Mais do que uma mera questão de atribuição de um espaço e significado à delinquência, estar-se-á perante limitações decorrentes da fraca visibilidade e das escassas possibilidades de participação efectiva na vida social concedidas às crianças, conforme apontam resultados de diferentes pesquisas (Almeida, 2000, 2009; Ferreira, 2002; Sarmiento, 2002, 2004b; Fernandes, 2005; 2009; Tomás, 2006).

Esta é uma situação que urge ultrapassar, sob pena de perda de informação indispensável para a sistematização do conhecimento sobre a condição social da infância na

sociedade portuguesa, sobretudo porque diz respeito a uma das formas mais graves de acção por parte de crianças, num notório afastamento ao ideal internacionalmente preconizado de bem-estar infantil. Afigura-se desejável o estabelecimento de um processo de reestruturação dos instrumentos de notação estatística das entidades oficiais no sentido da sua convergência, bem como dos respectivos procedimentos de recolha de informação. Não se trata de uma dificuldade que remeta exclusivamente para limitações de ordem informática ou outras operacionais espelhadas na constante mudança dos critérios usados e que se encontram também largamente identificadas nesta investigação. Verifica-se que nem sempre a informatização dos serviços resulta na agilização de procedimentos e na abertura de possibilidades para a produção de conhecimento científico, válido e metodologicamente credível, na medida em que os constrangimentos são mais profundos, estando em causa a necessidade de (re)conceptualização de categorias e indicadores à luz do modelo jurídico vigente, que na sua origem integra a nova representação social da infância. Em suma, ao manter-se a presente situação de não assunção da existência desta problemática nestas idades por determinadas entidades oficiais, reforça-se a sua invisibilidade e desvaloriza-se os fundamentos sociais em que a mesma se edifica, sendo por isso necessária uma opção que não ignore nem descure a sua importância.

Se a nível nacional não foi possível traçar o quadro desejado, o mesmo não aconteceu a nível local, ainda que num processo sujeito a várias limitações. Os dados oficiais oriundos da Esquadra da PSP que abrangia o território dos bairros, em conjugação com a informação constante nos processos da Comissão de Protecção local, permitiram a construção de uma tipologia de seis grandes categorias de delinquência: “*formigueiro*”, “*para o público*”, “*de consumo*”, “*escolar*”, “*contra as pessoas*” e “*rodoviária*”. Comparando os principais traços da sua caracterização com os discursos das crianças residentes no contexto da investigação, constata-se a existência de diferenças entre o que se encontra recenseado oficialmente e as práticas por elas reveladas, desconhecendo-se a dimensão estatística deste desfasamento, situação que não se tinha por objectivo nesta pesquisa.

Nos registos oficiais a nível local, o problema é estatisticamente pouco expressivo, abrangendo um número reduzido de crianças, embora seja de registar a manutenção de uma tendência de crescimento ao longo dos anos no âmbito da área de intervenção da Esquadra em causa, envolvendo ambos os sexos, quase exclusivamente oriundas dos bairros em estudo. Este é um indicador que importa seguir com especial atenção.

Uma das divergências mais significativas neste campo refere-se ao facto de alguns dos actos mais graves enunciados por certas crianças, exclusivamente do sexo masculino, terem escapado à acção oficial, não constando das ocorrências policiais nem dos processos de promoção e protecção analisados sobre o período temporal definido. Trata-se de situações mais associadas à criminalidade de adultos, organizada e em redes criminais, sobretudo pela sua participação no tráfico de droga no interior dos bairros, que os (muito poucos) rapazes directamente envolvidos encaram com orgulho pelo estatuto que proporciona, ao mesmo tempo que revelam um acentuado desprezo pelos chamados “*carochos*”, os seus compradores. Na base da construção da invisibilidade destes casos nas estatísticas oficiais destacam-se, de modo significativo, os contornos da interacção social e as relações de poder estabelecidas no contexto da investigação, que compelem à não conformidade social e, consequentemente, se traduzem em laços sociais fracos às instituições de controlo social formal.

Apesar de não se ter debruçado o interesse sobre trajectórias, à luz dos resultados obtidos uma das conclusões a reter prende-se com o facto de algumas crianças com prática de actos delinquentes graves, numa linha de reincidência iniciada em idades muito baixas e que não passaram necessariamente pelo tráfico de droga, terem conseguido escapar durante anos a qualquer intervenção oficial, fundamentalmente por ausência de participação e denúncia por parte das vítimas. Esta situação adquire uma maior expressão relativamente a acontecimentos ocorridos no interior dos próprios bairros, por vezes associados a um clima de intimidação e ameaça promovido pelas suas famílias. Noutros casos, nem se revela necessário existir uma acção directa porque o estigma e reconhecimento associados aos seus nomes e de familiares constitui só por si factor de pressão.²³¹ Mas nem só esta razão justifica todos os casos existentes, como se terá oportunidade de continuar a debater mais à frente.

Na conjugação dos resultados obtidos nos diversos patamares de análise, há a salientar vários aspectos relativamente às delinquências identificadas, podendo considerar-se a existência de diferentes dimensões consoante a natureza dos actos. Como observado

²³¹ Entre os exemplos possíveis de ambos sexos que foram sendo identificados nesta situação, um chamou especial atenção por se tratar de um rapaz que, segundo os relatos de residentes e técnicos, se encontra envolvido em delinquência, incluindo actos “*contra as pessoas*”, desde os seis anos de idade e que se viu apenas referenciado oficialmente nas ocorrências da Esquadra local na sequência de uma denúncia feita pela própria mãe relativamente ao facto de ele, então com 11 anos, lhe ter furtado ouro de casa. Trata-se de uma família em que praticamente todos os membros, incluindo a mãe, se encontram oficialmente associados à criminalidade, alguns com cumprimento de sucessivas penas de prisão. Mais recentemente, teve-se conhecimento de que este rapaz, agora já penalmente imputável, se encontra abrangido por inquérito penal por suspeita de homicídio alegadamente cometido dias depois de ter fugido de instituição tutelar educativa.

noutros estudos realizados sobre esta problemática em contextos semelhantes (Chaiken, 2000), a maioria das crianças envolvidas em delinquência nestes bairros é do sexo masculino e desenvolve-a no campo patrimonial, numa linha aquisitiva que se vê concretizada, sobretudo, por pequenos furtos.

Uma primeira dimensão, por assim dizer de base, mais extensa, por ser das mais referidas pelas próprias crianças, abrange ambos os sexos ainda que com maior incidência junto do sexo masculino, e diferentes idades, designadamente logo a partir dos 4-5 anos. Trata-se de uma delinquência de natureza exclusivamente patrimonial baseada em furtos praticados quer dentro como fora dos bairros, nas suas imediações, fundamentalmente em estabelecimentos e grandes superfícies comerciais. São situações que a maioria dos envolvidos, tal como muitos dos adultos aí residentes, tende a desvalorizar, percepcionando-as como “*coisa de crianças*”, não se denotando um juízo de condenação moral relativamente às mesmas. Grande parte acaba por se consubstanciar em formas próximas de delinquência “*formigueiro*”, tendo por principais bens visados as guloseimas e produtos alimentares cujo consumo tende a iniciar-se no interior dos espaços comerciais.

Uma segunda dimensão ainda relativamente alargada a ambos os sexos e em que as idades variam entre os 6-7 e 12 anos situa-se também no campo da delinquência patrimonial, numa perspectiva básica “*de consumo*”, primordialmente concretizada através de furtos nas grandes superfícies comerciais localizadas nas proximidades dos bairros, algumas das quais especializadas em determinados produtos (desporto, equipamentos electrónicos e informáticos, materiais de construção, vestuário, etc.). Observa-se aqui uma especialização por género, com os rapazes a furtarem mais objectos e materiais desportivos, electrónicos, informáticos, enquanto as raparigas procuram mais vestuário, acessórios e material escolar. Épocas festivas como o Natal, quando acresce a demonstração de equipamentos e de ofertas para o público, parecem suscitar uma maior atractividade, mesmo para aquelas crianças que habitualmente não estão envolvidas em delinquência, e as possibilidades de acção tornam-se maiores. Transparece a ideia de que esses espaços se transformam em locais de recreio que algumas tendem a usar com frequência em determinados períodos do dia e da noite, maioritariamente distantes de qualquer supervisão familiar.

Em ambas as dimensões, para várias crianças estas acções parecem fazer parte da vida quotidiana, assentes numa variação da percepção sobre a sua gravidade que leva ao uso frequente dos termos “*apanhar*” e “*tomar*” em vez de “*furtar*” ou “*roubar*”, numa perspectiva que se identificou também comum entre muitos adultos, nomeadamente seus familiares.

Não quer isto dizer que não demonstrem ter a noção do bem ou do mal, embora esta tendência só se tenha manifestado mais visível quando acabaram também por ser vítimas de situações de natureza idêntica. É, contudo, de ressaltar que nem isso constituiu impedimento ou travão à continuação deste tipo de práticas. O que emerge mais significativo é a clara diluição de fronteiras entre conformidade e desvio que conduz à notória desvalorização da importância e consequências da violação de normas e regras da sociedade numa perspectiva que decorre, em larga medida, da desorganização social prevalente nos bairros, como se poderá comprovar a seguir.

Uma terceira dimensão, menos expressiva de um ponto de vista do número de crianças envolvidas mas onde se destaca a presença maioritária daquelas identificadas simultaneamente numa ou até mesmo nas duas dimensões anteriormente apresentadas, está associada a actos que tendem a ocorrer especialmente nos espaços públicos, mais dentro do que fora dos bairros, bem como especificamente no contexto escolar, integrando uma delinquência patrimonial manifestada pela realização de danos em equipamentos e mobiliário urbano ou em bens privados e uma delinquência “*contra as pessoas*” concretizada através de ameaças, coacção, injúrias e ofensas corporais. Trata-se de acções maioritariamente masculinas, surgindo os 8-9 anos como faixa etária mais relevante na sua realização.

Finalmente, uma quarta dimensão reporta-se a uma delinquência que se enquadra no campo da criminalidade de adultos, organizada e de redes criminais, abrangendo, essencialmente, tráfico de droga, furto de uso de veículos, furtos no interior de veículos e, com carácter excepcional, o acesso a armas de fogo. Os casos identificados neste âmbito são em número muito reduzido, quase na totalidade do sexo masculino, e num padrão em que os laços familiares voltam mais uma vez a estar significativamente presentes. Registe-se que nem todas as práticas de delinquência “*rodoviária*” que foram sendo identificadas ao longo destas páginas podem ser incluídas nesta dimensão, pois várias vezes se verificou como para algumas crianças a presença de veículos automóveis na via pública dos bairros, especialmente de determinadas marcas e em condição de abandono, constitui um desafio, sendo usados como se fossem brinquedos grandes num processo de natureza exclusivamente masculina. É certo que, em determinadas ocasiões, se verificou que este comportamento se enquadra em acções de iniciação e aprendizagem social que vêm a concretizar-se maioritariamente junto de jovens menores de 16 anos ou com familiares já adultos, por vezes os próprios pais.

Perante este primeiro enquadramento, fica claro que tão ou mais relevante do que a abordagem estatística deste problema social é o seu conhecimento do ponto de vista qualitativo, o que se reporta às dinâmicas e condições sociais da sua produção, factor decisivo para a definição de políticas que visem uma maior eficácia no seu combate e prevenção.

Nesta ordem de ideias, destaca-se a importância do segundo eixo de análise centrado em aspectos relativos ao planeamento urbano, gestão e ordenamento do território. Para diversos autores (Cusson, 2006; Wacquant, 2007; Moignard, 2008), desde os anos 1990 que os desvios e violências em contexto urbano revelam rupturas sociais fortemente associadas a uma delinquência crónica, persistente, que não provém somente de carências afectivas e educativas mas tem a sua origem em segmentos da população e em territórios urbanos duramente atingidos por factores de desvantagem social e até de exclusão. Segundo estes autores, trata-se de uma delinquência mais complexa, pois aos aspectos individuais recorrentemente identificados tende a associar-se, nestes espaços, uma concentração de indivíduos e redes criminosas que, aproveitando e explorando as vulnerabilidades sociais aí existentes, funcionam com base num enquadramento e organização que ultrapassa as fronteiras de bairros, cidades, por vezes de regiões e até, em alguns casos, de países.

Confirma-se nesta investigação uma linha de orientação semelhante, registando-se que os bairros de realojamento seleccionados não podem ser vistos de modo isolado, fechados nas suas características internas. Observa-se como a posição espacial que cada um ocupa na malha da grande cidade é fulcral nesta discussão. Os actos delinquentes das crianças, a par de determinados aspectos da sua mobilidade e práticas sociais discutidas nesta dissertação revelam que os mesmos são sistemas sociais interdependentes em territórios físicos e sociais mais vastos que implicam uma leitura sobre a cidade e a área metropolitana onde se localizam (Machado et al., 2007b). Nesta concepção, um dos aspectos mais relevantes manifesta-se na forma como as delinquências identificadas são influenciadas pelas características socioespaciais de cada bairro, por sua vez condicionadas pelos processos espaciais que caracterizam todo o sistema metropolitano (Sampson, 2002).

Apesar de inicialmente considerados na sua individualidade, depressa a pesquisa no terreno permitiu dar conta desta interdependência entre uns e outros, especialmente sentida por cinco deles terem como zona residencial mais próxima precisamente um outro bairro da mesma natureza. Este é, provavelmente, um dos pontos mais críticos no âmbito do planeamento urbano e das políticas de habitação social que lhes deram origem e que se revela

determinante na existência de janelas de oportunidades para a prática de delinquência que aqui se vêem territorialmente concentradas.

Situados *do outro lado da cidade*, estes espaços não beneficiam de uma maior proximidade com outros onde as expectativas relativamente ao controlo social das crianças são mais elevadas. Na inserção etnográfica, dificilmente se teve a possibilidade de observar trocas de sentido positivo com zonas residenciais socialmente mais diferenciadas, mesmo em iniciativas promovidas pela autarquia com esse objectivo,²³² acentuando-se desigualdades em termos de recursos a nível espacial (Morenoff et al., 2001; Sampson, 2008).

O peso do estigma dos seus nomes neste contexto urbano, tal como já acontecera relativamente a vários dos locais anteriores de residência de grande parte desta população, traduz-se num alarme e rejeição social que, objectivamente, limitam o acesso a estruturas de oportunidades diferenciadas a crianças e famílias, como se foi exemplificando nestas páginas. Aos residentes é exigido um esforço acrescido para ultrapassar as barreiras que se levantam no acesso a diversos campos sociais (educação, mercado de trabalho entre outros), emergindo a ideia de uma cidade e área metropolitana que se foi construindo com base numa sucessão de fenómenos de insulamento entre uns “*nós*” e uns “*outros*” que continuamente se evitam cruzar e relacionar. Entre os diferentes grupos sociais sobrepõem-se relações de força e de poder a partir das quais os modos e estilos de vida se vão sedimentando num aprofundamento das diferenças e desigualdades, não sendo por isso de estranhar a intensidade das metáforas de natureza espacial que atravessam os discursos de muitas das crianças participantes e que manifestam a sua forma de olhar e agir sobre a divisão social do espaço e as relações sociais (Valentine, 2001).

Afigura-se, assim, importante acentuar que a área de influência de um bairro não se confunde com a mancha territorial de que faz parte, sendo necessário olhar a área urbana em toda a sua dimensão e complexidade (Machado et al., 2007b). Neste sentido, além do eco que ressoa por toda a cidade a partir de uma classificação que os designa como “*problemáticos*”, “*críticos*” ou “*zonas sensíveis*” e que influi directamente nas representações e acções dos indivíduos e grupos sociais, também a mobilidade na delinquência de algumas crianças por outros concelhos é disso exemplo. De igual modo, há que considerar as referências a

²³² A título de exemplo, recorda-se a promoção de acções específicas realizadas nos bairros destinadas a todo o concelho de Oeiras, nomeadamente no âmbito da formação escolar e profissional em que se visava a deslocação de turmas de outras escolas para estes espaços e cuja adesão ficou aquém do esperado. Nos últimos anos, cresceu o número de iniciativas de âmbito cultural, desportivo e educativo e regista-se como positiva uma maior actuação da autarquia na construção e dinamização de um conjunto de equipamentos diversos que promovem actividades abertas a toda a população e não apenas aos que aqui moram.

delitos e crimes, quer no interior destes espaços como no seu exterior, que traduzem as ligações entre os residentes e os oriundos de diferentes zonas da cidade e da área metropolitana, sobretudo dos concelhos da Amadora, Sintra e outros da Margem Sul.

Pensar o lugar da criança na cidade obriga ainda a olhar o desenvolvimento urbano através das formas como os problemas sociais que marcavam o quotidiano destas famílias nos anteriores bairros degradados se transpuseram ou evoluíram no quadro do processo de urbanização entretanto concretizado. É verdade que a maior parte das crianças nasceu no novo contexto, não tendo referência dos anteriores locais a não ser pelos discursos e imagens que lhes são transmitidos pelos mais velhos. Apesar disso, e como fica patente em vários dos discursos e situações apresentados, é significativo o facto de entre os que viveram e recordam esse tempo e zonas existirem indicações sobre o início das práticas delinquentes nesses espaços, não constituindo a delinquência de crianças um problema novo criado pelo realojamento, como tantas vezes parece pretender-se fazer crer à opinião pública. Novos serão alguns dos seus contornos e as circunstâncias em que vêm a realizar-se, mantendo-se parcialmente uma linha de continuidade em relação ao passado que não conseguiu ser quebrada pela melhoria das condições habitacionais. Ao elevado nível de mobilidade geográfica que marca a maioria das trajectórias de vida dos residentes, e que se traduz no facto de algumas crianças aos 9-10 anos já terem passado três ou mais mudanças de casa em processo de realojamento, associa-se um enfraquecimento dos laços sociais e da confiança, na medida em que os mesmos demoram tempo a formar-se e a consolidar-se, como base para a acção colectiva (Sampson et al., 1990).

Naturalmente, a sua posição estratégica no concelho de Oeiras – que por sua vez ocupa um lugar privilegiado na grande metrópole –, paralelamente ao desenvolvimento das vias de comunicação, acaba por potenciar uma maior facilidade para trocas com outros locais em concelhos próximos, sobretudo aqueles onde os mesmos problemas existem, sendo alguns contactos potenciados pela dispersão de familiares no âmbito da execução de diferentes políticas de habitação na Área Metropolitana de Lisboa. Só que esta também não é uma situação totalmente nova na medida em que vários dos laços estabelecidos já existiam anteriormente, podendo agora ser intensificados como referiram certas famílias.

Deste modo, torna-se mais fácil entender a forte mobilidade e autonomia, longe de qualquer supervisão e controlo social, que várias crianças manifestam e que constitui um dos factores mais importantes na explicação das suas práticas de delinquência, numa perspectiva claramente distanciada do que tende a caracterizar o seu lugar na cidade nos nossos

dias: o confinamento a espaços delimitados na família e escola e a perda de liberdade no espaço público (Neto e Malho, 2004; Machado, 2008). No contexto em estudo, a rua é, para a maioria e desde muito cedo, “o” lugar fundamental da socialização, e mesmo quando sujeitas a um maior controlo e supervisão parental que lhes restringe o acesso livre, o conhecimento e influência do que aí se passa são significativos, como discutido neste documento.

A espacialização da diferenciação social na base da construção destes bairros ao longo de mais de duas décadas encontra-se espelhada no facto de serem territórios onde se identificam grandes fragilidades de controlo social que potenciam o estabelecimento de um quadro de desorganização social e de baixa eficácia colectiva traduzido na existência regular de desordens físicas e sociais que a todos afecta e que se associa à existência de taxas elevadas de delinquência e crime na linha do defendido por Sampson e Groves (1989). Mesmo nas situações em que se encontram envolvidas crianças, como nos casos de delinquência aqui relatados, a maioria da população parece ter conhecimento e saber o que se passa mas revela-se incapaz de responder colectivamente no sentido da sua prevenção, tendendo a registar-se a sua continuidade e eventual reprodução. Desorganização social e baixa eficácia colectiva interpenetram-se mutuamente, decorrendo da natureza deste processo o favorecimento da aprendizagem social da delinquência num padrão de dependência espacial que parte da concentração territorial de desvantagens sociais.

As múltiplas desvantagens sociais aqui presentes e discutidas noutros capítulos tendem a reforçar-se entre si e a repercutir-se num baixo nível de confiança que se estabelece em relação ao(s) “outro(s)”, processo a partir do qual enfraquecem as expectativas para o desenvolvimento do controlo social e de uma acção colectiva junto das crianças (Elliot et al., 1996; Sampson et al., 1997) patente, a título de exemplo, nas fortes divergências de posições dos adultos entrevistados. Neste ponto, não se pode ignorar nem desvalorizar as questões associadas à imigração e heterogeneidade cultural. Em estreita relação com a composição sociodemográfica da população residente, está-se perante uma delinquência que envolve maioritariamente crianças de origem africana e cigana.

A eficácia colectiva depende da construção de relações de confiança estabelecidas com o(s) “outro(s)” que satisfaçam tanto necessidades pessoais como sociais que não podem ser dissociadas do espaço onde se concretizam e que, à luz do observado na pesquisa no terreno, poucas vezes se viu posto em prática nestes territórios. O elevado grau de conflitualidade entre residentes, fortemente enraizado em razões estabelecidas em função de ori-

gem étnica a que se sobrepõem disputas familiares ou por motivos ligados a uma economia subterrânea e informal, tem por protagonistas não só adultos mas também crianças que se apropriam, reproduzem e reinventam os modelos de acção observados, daí surgindo ameaças, coacção, injúrias, e ofensas corporais. A oralidade é elemento fundamental na interacção social, a par da noção de honra que tantas vezes percebem ter sido ofendida, o que, segundo os próprios, justifica o recurso a todos os meios para a reparar, mesmo ilegais e violentos.

A delinquência é um problema das sociedades actuais, urbanas e globais. Constitui um traço fundamental da análise social das dinâmicas da(s) cidade(s) e da(s) metrópole(s), que se edificam num quadro alargado de mudanças sociais tendo por pano de fundo um fenómeno de globalização que acarreta a diluição de fronteiras e se traduz em fluxos migratórios de natureza e dimensão diferenciadas e distintas das tradicionais. Neste sentido, acentuando-se a dialéctica entre local e global, releva-se a importância nesta análise da consideração dos cinco pilares fundamentais da vida social apontados nos estudos mais recentes da ecologia social: organização, coesão, controlo, confiança e partilha (Sampson e Groves, 1989; Sampson et al., 1997; Morenoff et al., 2001; Elliot et al., 2007; Kingston et al., 2009). Estes cinco pilares só foram visíveis nos espaços em estudo num nível muito espartilhado, junto de pequenos grupos. Para isto contribuem algumas limitações identificadas ao nível do planeamento urbano que se prendem com a distribuição localizada de grupos da população em função da origem étnica, designadamente no que concerne à maioria das famílias ciganas, o que potencia o agravamento da situação.

Os bairros estão muito longe de ser entidade homogéneas, como tende a ser representado no exterior. É de todo relevante a compreensão das lógicas de segregação espacial, social e étnica e as respectivas relações de poder estabelecidas no seu interior que estão na base da constituição de uma espécie de micro-territórios, claramente identificados e reconhecidos localmente, a partir dos quais se orienta a interacção social, como se viu presente nos discursos dos entrevistados e na inserção etnográfica. Neste campo, são particularmente notórias as dificuldades de colocação em prática de estratégias de reabilitação da imagem social e de mobilização de recursos por parte da maioria daqueles que aqui vivem numa linha de conformidade social e cuja capacidade de acção se vê largamente afectada por estes factores.²³³

²³³ De registar que já durante o período de escrita desta tese, em fase mais recente, se registou um incidente de especial gravidade e violência entre residentes a partir de um conflito que envolveu jovens e que levou à necessidade de realojamento imediato noutro local de um dos agregados familiares envolvidos de forma a salvaguardar a integridade de todos os seus membros.

“Que futuro para as cidades onde se localizam estas ilhas?! De “nós” e de “outros”!...” foi uma das interrogações levantadas pelo orientador desta dissertação, Nelson Lourenço, que se registou ao longo deste percurso e cujo eco encontra um especial significado nesta conclusão. Os desafios colocados ao nível da integração social são muitos e diversos, não se restringindo somente aos vários grupos de “nós” dos bairros, exigindo-se a convocação de “outros” para a sua resolução.

Muitas vezes, a violência parece ser percepcionada e interiorizada pelos residentes como um fenómeno ‘natural’ tal a recorrência com que tende a manifestar-se, acreditando-se que esta ideia se estende a outros sectores da sociedade portuguesa. Deste modo, mais do que poder falar em subculturas delinquentes terá de se questionar o eventual alargamento de uma noção e cultura de violência que se vai aceitando passivamente no quotidiano num nível que ultrapassa fronteiras de bairros, cidades e até mesmo de países. Até que ponto as designadas “*violências doces*”, debatidas por Lipovestky no final do século XX, não estarão a ser arrastadas por um aparente recrudescimento das ditas “*violências de sangue*”, é algo que fica por responder neste trabalho mas que os resultados impelem a questionar. A leitura destes fenómenos é complexa. Na actualidade, incivilidades, desordens, delinquências, pequena e grande criminalidade, criminalidade nacional e transnacional, interpenetram-se e entrecruzam-se nos mais diversos níveis e dimensões da vida social produzindo realidades sociais dinâmicas e de difícil controlo (Lourenço, 2009). No quadro de globalização, marcado por processos de intensa e permanente, mas também difusa, mediatização, que se traduzem na amplificação dos problemas sociais, torna-se imprescindível a reafirmação de que a violência não tem nada de natural, sendo um fenómeno socialmente construído que constitui uma das mais fortes violações no campo dos Direitos Humanos. Na base deste imperativo, a busca de um equilíbrio, forçosamente instável, entre os vértices de um mesmo triângulo – segurança, sentimento de insegurança e Estado de Direito –, que constitui o alicerce da ordem social (Lourenço, 2009).

Neste plano, se o controlo e coesão social são a base da vida social, perante a delinquência de crianças importa saber se não se está perante uma sociedade que se alheia e demite do exercício de cidadania activa ao abdicar da aplicação da normatividade às gerações mais novas, logo num patamar do controlo social informal, acabando isto por se reflectir na transmissão de um sentimento de impotência, de impunidade, de medo ou de total desvalor dos actos delinquentes, o que poderá potenciar o reforço da não conformidade às normas sociais e jurídicas.

Na área das desordens físicas e sociais que se estendem por todos estes bairros, foi possível identificar como as crianças nelas participam fundamentalmente a dois níveis. Por um lado, num papel activo primordialmente por orientação de mais velhos, jovens e adultos, até da própria família, num processo que, em certos casos, se vai construindo como forma de promoção que pode acabar por desembocar na sua aceitação na criminalidade dos adultos. Isto foi especialmente visível nos danos causados em equipamentos e mobiliário urbano, nas acções de vandalização do espaço público e em algumas situações de envolvimento na provocação ou obstáculo à intervenção policial. Mas também se regista que acontece entre pares, em pequenos grupos e, sobretudo, em duplas do mesmo sexo, que se organizam sem qualquer supervisão como outros grupos juvenis que se encontram institucionalizados e territorialmente instalados em zonas urbanas tendencialmente degradadas em qualquer ponto do mundo (Hagedorn, 2007). Por outro lado, emerge um papel passivo em que a criança é espectadora, mesmo que involuntariamente e contra a sua vontade ou da família, expostas a um elevado grau de desvio e violência sem possibilidade de escape pelo simples facto de ali se encontrarem a residir. Facilmente se passa de um destes níveis para uma brincadeira de “*polícias e ladrões*” entre pares comuns à infância em qualquer ponto do mundo, reproduzindo-se nestes casos alguns pormenores mais complexos socialmente aprendidos. Neste âmbito, o desafio às figuras de autoridade – seja policial, escolar, autárquica, social – ou outra constitui-se constantemente em torno de uma ideia próxima de um “*jogo de gato e de rato*”, numa provocação que se torna frequente envolvendo crianças, jovens e adultos de ambos os sexos.

Esta constatação remete para o terceiro eixo de análise relativo ao(s) lugar(es) da criança nestes bairros e aos seus papéis como actor social. A primeira conclusão neste campo situa-se no plano metodológico, tendo esta investigação permitido destacar a validade da sua competência para a análise da realidade social na linha do defendido noutros estudos (James e Prout, 1990; Corsaro, 1997; Sirota, 2006; Wyness, 2006; Sarmento, 2004a; Tomás, 2006; Almeida, 2009; Fernandes, 2009). Este ponto adquire um maior significado por se evidenciar a construção do conhecimento sobre os seus próprios quadros de vida, dinâmicas e mudanças sociais em curso, tomando como ponto de partida a observação e o seu olhar através de diferentes formas de expressão (oral, escrita, visual).

Na linha que as considera como um “*outro*” complexo, diferenciado do adulto (Montandon, 2006), as crianças que emergem nestas páginas tanto integram imagens de inocência, dependência e extrema vulnerabilidade pessoal e social que se vêem consubstanciadas na discussão sobre as principais matrizes da sua socialização como, simultaneamente,

nos retratos discursivos sobre os actos delinquentes são trazidos pontualmente à superfície elementos que revisitam a noção de criança “*dionisiaca*”. Numa época marcada pela emergência do “*ofício da criança*” (Sarmiento, 2000a), os retratos construídos apontam para um ‘ofício’ que se vê diferenciadamente concretizado nestes territórios, acentuando-se a ideia de *outras infâncias*.

Na quase totalidade das que foram identificadas na delinquência, observou-se que este processo se faz de modo precoce pela inserção em redes sociais que se constituem perante modelos de referência familiares e sociais afastados da conformidade à norma social. Numa expressão significativa, várias situam de modo muito preciso e detalhado o período 4-6 anos como o início das primeiras acções desta natureza. Um traço comum à maioria dos actos delinquentes anteriormente descritos diz respeito aos modos de actuação, na sua quase totalidade em acções perpetradas em grupo, de dimensões variáveis mas onde o papel de orientação, por vezes até de evidente manipulação, de outros mais velhos, jovens inimputáveis, jovens ou adultos, incluindo familiares, é significativamente notório junto dos mais novos, dos quais apenas uma parte reduzida tende depois a recriar entre pares, geralmente assumindo uma função de liderança. Fica também clara a tendência para uma distribuição de papéis específicos nestes grupos, sendo geralmente os mais novos que transportam os bens furtados, os utensílios usados, e que ficam para trás, acabando por ser mais facilmente interceptados, o que permite a fuga dos restantes elementos. Neste âmbito, é a própria criança que é considerada um “*outro*” que se usa, manipula e facilmente se descarta, explorando-se ao máximo a sua condição de *menor*.

Vê-se confirmada a existência de um processo de aprendizagem social da delinquência que passa essencialmente, numa primeira fase, por uma lógica de socialização sustentada na transmissão e orientação por outrem. Além disso, constata-se que muitas destas crianças verbalizam essa mesma ideia enunciando uma série de patamares que associam a diferentes graus de gravidade dos actos delinquentes, como se de uma evolução e passagem de nível se tratasse bem expressa nas formas como se rotulam umas às outras e se diferenciam na etiquetagem de “*ladrão*”, “*bandido*” ou “*chefe dos bandidos*”.

De certa forma, regista-se que uma parte das *culturas da infância* gerada nestes espaços se estrutura numa linha de não conformidade social que integra contributos a nível intrageracional e intergeracional, a partir dos quais as crianças constroem processos de significação e estabelecem modos de monitorização das suas acções que lhes são particulares e próprios, diferenciados dos adultos (Corsaro, 1997, 2005b; James et. al., 1998; Almeida,

2006; Sarmiento, 2007; Fernandes, 2009), revestindo a delinquência um carácter, primordialmente, instrumental e funcional. Claramente, estas culturas não são produzidas no vázio social, não sendo possível olhar as crianças como indivíduos totalmente livres e autónomos na sua socialização: a autonomia é sempre relativa e remete para as formas de interacção social estabelecida com adultos e pares (Sirota, 2006; James e James, 2008).

Neste sentido, é influente a economia subterrânea e informal que marca a vida social nestes territórios e constitui um aliciante extra. Praticamente tudo o que se obtém ilegalmente é passível de ser negociado, vendido, trocado: um telemóvel por uma bicicleta; uma arma por um telemóvel; um mp3 por uma playstation, e por aí fora. Assim, não é de estranhar que, por vezes, se assista à recepção de material de origem duvidosa ou desconhecida por parte de crianças. Muitas vezes por perto de adultos, várias iniciam-se nesta cultura de rua e nestes *negócios*, acabando por os transportar especificamente para junto dos pares e deles obtendo proveitos que satisfazem os seus intentos. Na linha do defendido tanto pelos autores da tradicional *Escola de Chicago* como dos responsáveis pelas mais recentes abordagens da ecologia social, verifica-se que a socialização nestes contextos sociais onde delinquência e crime tendem a acontecer com regularidade as sujeita a uma maior exposição e contacto com as mesmas e com todos os processos e *mercados* daí decorrentes, num quadro de valores que favorece a violação de regras sociais.

Globalmente, numa orientação próxima do defendido por Sutherland, Cressey e Matza, esta perspectiva evidencia o papel da associação diferencial a modelos de referência criminais e delinquentes. Mas mais do que uma mera associação, um dos dados mais importantes nesta investigação destaca a influência directa da família, que se constitui como modelo de não conformidade, salientando-se nos casos analisados tanto o problema da transgeracionalidade da delinquência numa linha similar a outros problemas sociais (Thornberry e Krohn, 2003), como o da relação e laços sociais com outros membros da família no desvio e criminalidade. Um dos mais importantes pontos observados remete para os estilos e processos de aprendizagem que os pais e substitutos constroem com os filhos no sentido de lhes incutir (ou não) a adesão aos valores da sociedade.

A transmissão dos valores delinquentes de geração para geração ou entre elementos da família nuclear ou alargada é factor de significativa importância, que acaba por ser ver espelhado na diluição do controlo social informal e na ausência ou fraca presença de mecanismos de repreensão e sanção numa orientação já defendida por Akers, Agnew, Burgess, Jeffery, Krohn, Bandura, Cloward e Olin, entre outros. Em contrapartida, os mecanismos

de reforço das práticas delinquentes estão mais presentes, sendo as mesmas tendencialmente aprendidas no contexto de grupos que compelem e reforçam os indivíduos a agir desta forma, incluindo o grupo familiar. Não basta existir outro tipo de janelas de oportunidades a nível territorial, revelando-se, pois, fulcral na passagem ao acto delincente a existência de pessoas de referência em determinados campos da vida social que promovam esse processo.

Na ausência da mais adequada supervisão familiar, seja por efectiva impossibilidade em função de horários de trabalho e recursos sociais disponíveis, seja por clara negligência ou desresponsabilização na assunção do papel parental, tende a surgir precocemente uma pretensa autonomia e as escolhas na delinquência pelas crianças vão sendo concretizadas numa linha de modelagem perante o observado nos outros, tanto jovens como adultos, em função da gratificação obtida no imediato. Nos resultados obtidos, transparece a ideia defendida por Shaw e McKay segundo a qual estas escolhas dependem da força e natureza da acção legitimada do controlo social nas suas vidas, particularmente no seio da família, daí decorrendo a justificação para a presença de não-delinquentes nestas áreas. A orientação das crianças depende, até certo ponto, deste suporte que é dado em função de padrões particulares de comportamento, como descrito ao longo deste trabalho.

De igual modo, observa-se que a delinquência coexiste com acções convencionais (Ferreira, 1999), mas paralelamente aos modelos referência de não conformidade contrapõe-se a ausência de relações e laços significativos aos que promovem a conformidade com a norma social, o que acaba por reduzir ainda mais a provável eficácia de acções sociais e educativas que pretendam combater e prevenir este problema (Elliot et al., 1996). As crianças não rejeitam os valores convencionais, só que na prática de delinquência sobrepõe-se a excitação, o prazer e noções fortemente difundidas e valorizadas nestes territórios (“*ser esperto*”, “*ser duro e corajoso*”, “*ter poder e dinheiro*”), recorrentemente associadas a traços de subculturas delinquentes presentes numa *cultura e código da rua* amplamente debatidos nos trabalhos de vários autores (Anderson, 1999; Popkin et al., 2000; Carra, 2001; Lepoutre, 2001; Sampson e Raudenbaush, 2001; Kokoreff, 2003; Jamouille, 2005; Moignard, 2008). Constatase que nestes espaços onde a aplicação de regras convencionais se vê enfraquecida tende a prevalecer um conjunto de definições e regras informais que prescrevem ou rejeitam determinados comportamentos e acções tendo por base a procura de respeito e afirmação, como defendia Anderson (1999).

Entre a deambulação aparentemente vazia de sentido pelas ruas dos bairros, suas imediações e espaços comerciais, facilmente a quebra de rotina que a delinquência proporciona constitui um atractivo. Muita da delinquência identificada nesta dissertação surge como forma atractiva de socialização, variando a sua concretização entre o que se considera ser uma brincadeira, a necessidade de ocupação do tempo livre e a de obtenção de reconhecimento social; no fundo, de tornar-se alguém. Desta conjugação conclui-se que, muitas vezes, a sua vivência é uma forma gratificante, aliciante e desafiante para a criança, potencialmente geradora de um estatuto social que lhe confere um determinado papel e reconhecimento e importância neste contexto de vida, alcançando-se através de meios ilegítimos aquilo que de outra forma dificilmente se conseguiria. Até certo ponto, corresponde a formas aparentes de integração social, aceites e potenciadas pelas dinâmicas sociais na base da desorganização social aí existente e que, mais tarde ou mais cedo, a nível societal poderão vir a traduzir-se na sua exclusão social.

Mais do que a mera satisfação de algumas necessidades básicas por vezes identificadas, a par de outras de consumo relacionadas com estilos e modos de vida largamente difundidos junto destas idades em qualquer ponto do mundo, estas práticas permitem a saída do anonimato em territórios onde os problemas sociais se acumulam e são baixas as aspirações e expectativas relativamente ao futuro. Em larga medida encontra-se aqui presente a perspectiva das subculturas delinquentes de Cohen (1955), segundo a qual na delinquência se tem a possibilidade de desempenho de papéis sociais específicos que promovem a maior facilidade de acesso a sistemas de oportunidades locais. A delinquência pode constituir, por assim dizer, um sinal de que se está vivo e de que se dispõe de competências pessoais e sociais para participar na vida social, mesmo que isso implique a violação de normas e leis, umas vezes de modo mais consciente do que noutras.

A ineficácia ou dificuldades dos controlos sociais nestes espaços, tanto a nível informal como formal, acaba por ser determinante na forma como as crianças antecipam e percebem os efeitos da delinquência, bem como o do investimento da sociedade sobre elas próprias, o que facilita a não interiorização dos controlos internos convencionais. Gradualmente, o sucesso dos primeiros actos delinquentes vai assumindo uma crescente expressão que facilmente se verbaliza e a experiência acumulada potencia a aceitação e interiorização de que se trata de um caminho passível de continuar a ser desenvolvido.

De uma socialização inicialmente marcada por uma lógica de transmissão e orientação na delinquência assiste-se, progressivamente, à emergência de uma lógica de poder sustentada a partir do reconhecimento social obtido, a que se associa uma crescente capacida-

de e competência de regulação individual da acção da criança que a revela parte activa na construção da sua própria socialização (Grigorowitschs, 2008), visando determinadas oportunidades em detrimento de outras. Isto é particularmente notório no modo como se passa a seleccionar o perfil de vítimas e de acções a desenvolver. Não é por isso de estranhar que várias crianças, logo em idades bem precoces, expressem a perspectiva de um futuro pessoal e profissional na delinquência e no crime, através dos quais consideram poder vir a adquirir um estatuto socioeconómico valorizado e superior ao que pensam ser possível alcançar por uma via de conformidade social através da escolaridade e do trabalho. Não é uma situação exclusiva destes bairros e uma projecção em torno de ladrões, polícias e bandidos tende a estar presente pontualmente em parte das vivências e do imaginário infantil na maioria das sociedades ocidentais. Ainda neste âmbito, importa realçar os modelos de socialização em torno de ídolos que marcam alguns dos estilos de vida largamente difundidos para a infância e em relação aos quais não se pode dissociar o seu envolvimento na marginalidade ou criminalidade.

A questão que se levanta é que enquanto noutros contextos a proximidade com a ideia de “*bandido*” dificilmente passará além do que é difundido pelos *media* ou de situações essencialmente de ficção, neste contexto os exemplos são reais e encontram-se largamente difundidos entre crianças e adultos, integrando a linguagem e vida quotidianas. Neste sentido, o confronto com o “*outro*” constitui um dos pontos-chave da sua actuação numa linha que não será diferente da de muitos adultos residentes nestes bairros. Mais do que poder considerar esta delinquência como resultado de um conhecimento sobre os sistemas sociais e as diferenças de classe (Cohen, 1955), o “*outro*” que se constitui vítima passa, na maioria das vezes, por ser o da mesma classe, na medida em que é o que territorialmente se encontra mais próximo.

A divergência no sentimento de pertença aos bairros é dos aspectos que se pensava poder diferenciar as crianças que assumem a prática de delitos das que se mantêm na conformidade mas que não se viu totalmente confirmado, na medida em que foi possível encontrar o mesmo tipo de posicionamento para ambas as situações. Quer num caso como no outro, há as que manifestam uma atitude favorável perante os bairros, as que apresentam ambivalência e sentimentos contraditórios e as que rejeitam criticamente a sua existência nesses espaços.

Afigura-se que a delinquência de crianças não pode ser dissociada da responsabilidade social que comunidades e Estado tendem (ou não) a assumir no decorrer da sua socia-

lização. Deste modo, considerando o quarto eixo reportado ao plano político, esta investigação torna evidente algumas contradições emergentes na execução de certas políticas, muito em especial ao nível do planeamento urbano e da acção social que pressupõem uma determinada concepção de infância, habitualmente vista como desprovida de competência para a participação na vida social. Os desenhos, textos, fotografias e outros materiais que foram sendo apresentados apontam para vários caminhos e deixam exposto, de modo claro, como estas crianças se encontram sujeitas a lógicas de segregação e estigmatização territorial e social que requerem outros tipos de intervenções política, social e urbanística diferenciados dos que têm sido postas em prática.

Tal como observado noutros estudos sobre estas matérias, conclui-se que não existem soluções simples (Popkin et al., 2000). Cusson (1995: 408) evidencia que *“a partir de agora, as nossas sociedades estão empenhadas numa tentativa que assistirá, assim o esperamos, à emergência de controlos sociais capazes de fazer retroceder os desvios sem lesar as liberdades”*. Gostaríamos de crer que assim acontecerá... Perante o quadro aqui traçado, é o próprio lugar da infância e do seu futuro que se vê interrogado, caindo por terra o mito da sua construção como uma idade de ouro (Ennew, 1994). Nos nossos dias, tende a manifestar-se uma crescente ideia de que os novos são de temer, falando-se frequentemente da perda de inocência, e perante este tipo de actos há quem defenda a criminalização das crianças numa linha similar à dos adultos como solução para este problema social. Não é este o posicionamento que defendemos, como tivemos oportunidade de afirmar num dos capítulos deste trabalho.

Fica evidente nesta investigação que mais do que poder ser entendida estritamente como um caso de polícia ou de tribunal, a delinquência na infância é, fundamentalmente, um problema social que diz respeito a toda a sociedade, começando no modo como informalmente cada um se posiciona e reage perante os outros e, de modo mais específico, relativamente a actos desta natureza e ao entendimento que se tem sobre a infância. Em função da natureza dos resultados obtidos, mesmo que num patamar restrito e exploratório, afigura-se que é no campo da prevenção que tudo se joga, numa intervenção que deseja necessariamente atempada e de sucesso. Na linha do defendido por Fernandes (2008: 95), não chega uma via que se coloque apenas ao nível da gestão do conflito social no imediato, importando reafirmar que enquanto se mantiverem os efeitos *“de uma dualização dos espaços urbanos e a desigualdade dos seus habitantes”* há que perceber que todo o investimento no campo da prevenção será pouco quando comparado com o que se terá de gastar em segurança caso o mesmo não seja anteriormente concretizado.

A manifestação clara de uma precocidade na delinquência apontada pela maioria das crianças sugere a necessidade de ser dada uma especial atenção ao desenvolvimento de uma intervenção social que, partindo dos mecanismos de controlo social informal, se revele adequada ao tempo útil do seu desenvolvimento, situações poucas vezes observadas nos casos mais graves identificados tanto ao nível das ocorrências policiais como posteriormente, quando já sujeitos à acção da Comissão de Protecção local à data em que estes processos se mantinham activos. Não se trata de uma perspectiva que preconize ou exija alterações legislativas mas antes releva a necessidade da efectiva aplicação da lei que diz respeito a todos os cidadãos e não apenas às entidades oficiais. Na linha do registado nos mais diversos estudos (Queloz, 1994), está identificado que é no logo no patamar das redes sociais informais que tende a ocorrer a resolução mais eficaz destas situações, evitando-se a sua continuidade.

Há um longo caminho a percorrer para que se atinja este patamar de desenvolvimento. Revela-se fundamental promover oportunidades precoces para a participação cívica e democrática das crianças no sentido de uma construção colectiva de responsabilidade que vise a resolução conjunta de problemas (Rizzini et al., 2008) de forma a evitar, a título de exemplo, a aspiração a um futuro que passe exclusivamente pela dependência de apoios e subsídios numa restrita linha de reprodução social, como se constatou na discussão promovida ao longo destas páginas. A interiorização por parte de várias crianças desta ideia é dos pontos que urge combater e que revela, a diferentes níveis, como o modelo de acção social preconizado em determinadas medidas e programas nas últimas décadas se encontra longe dos objectivos estabelecidos, podendo estar a constituir-se, inversamente, como factor de reforço das desigualdades sociais.

Estes são espaços onde está identificada a existência de um leque de problemas sociais que se vêem agravados por uma forte concentração territorial. Sendo certo que esses problemas não se encontram ou se produzem apenas aí tal como não podem ser analisados sem se ter em consideração os contornos do funcionamento de sistemas sociais (de ensino, saúde, protecção e acção social, segurança, justiça) quer a montante quer a jusante destes territórios (Lourenço et al., 1998; Guerra, 2001; Carvalho, 2004; Machado et al., 2007b; Machado e Silva, 2009), poucas vezes essa ideia parece ser claramente assumida pelos interventores e decisores com competência e responsabilidade na matéria.

Num momento de acentuada crise do designado Estado social em Portugal, e na linha do observado a nível internacional (Sampson, 2002, 2008), é de questionar se ao nível

local as entidades no terreno se constituem efectivamente como promotoras da capacitação dos indivíduos e grupos com quem trabalham ou se, pelo contrário, as lógicas de exclusão e selecção observadas continuam a prevalecer numa orientação que, eventualmente até de modo pouco consciente, acaba por priorizar a manutenção de serviços e técnicos por se encontrar sustentada em projectos e programas de financiamento de duração limitada aparentemente pouco supervisionados. Ainda que este ponto não tenha constituído objecto de estudo nesta investigação, não se pode ignorar a sua importância, sendo visível que poucas vezes as noções de sustentabilidade destes territórios na perspectiva global de análise da cidade e metrópole são publicamente colocados em discussão.

Diversamente do que tende a acontecer noutros bairros sociais, muitos dos quais localizados fora do concelho de Oeiras, no contexto da investigação existe uma multiplicidade de equipamentos e intervenções de acção social levadas a cabo por projectos e entidades de natureza diversa, tendo a autarquia um enquadramento e papel bastante activos. Deste modo, e perante os contornos do quadro social traçado, mesmo ressaltando a sua maior limitação, que é a de estar claramente focado nos aspectos mais negativos intrinsecamente associados à problemática em estudo, não se pode deixar de levantar interrogações sobre a intervenção social desenvolvida. Este é um ponto de alguma relevância pois as dependências instaladas entre uns e outros, isto é, utentes e serviços, é um facto. Sabe-se que se está perante uma população que tem como ponto de partida uma posição socioeconómica fortemente desfavorecida, pelo que a necessidade de maior intensidade, proximidade e avaliação na intervenção é geralmente apontada no campo científico como passo decisivo num caminho que vise a resolução destes problemas a par de uma desejada descentralização (Sampson, 2002; 2008). Perto do final da pesquisa no terreno, pôde assistir-se ao estabelecimento de protocolos entre a Segurança Social e associações locais tendo em vista, precisamente, a implementação de uma acção mais centrada nestes princípios junto de um número significativo de agregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção residentes nestes bairros. Como forma de dinamização apostou-se na instalação de técnicos e equipas no território mais desprovido de equipamentos e intervenção, orientação que se revela positiva, aguardando-se com expectativa os resultados globais desta iniciativa.

De igual modo, afigura-se importante o confronto entre as necessidades reais das populações e as medidas implementadas, muito em especial no cruzamento com os horários daqueles que trabalham, afigurando-se importante a implementação de medidas numa linha similar à existente noutros locais mencionados nestas páginas que facilitam a promo-

ção do controlo social informal e a educação de crianças e jovens, sobretudo em períodos temporais onde os mesmos mais facilmente tendem a ficar entregues a si próprios.

Noutro patamar, um dos passos fundamentais na prevenção da delinquência passa, primordialmente, pela desocultação e assunção destas e de outras problemáticas que afectam determinados grupos e as crianças em particular, nomeadamente pela sua consideração na estatística oficial como se teve oportunidade de defender anteriormente. Acresce ainda, como propõem Clos e Clos (2007) numa pesquisa sobre esta problemática em França, promover um maior conhecimento sobre os custos económicos e sociais elevados e crescentes que decorrem do evitamento da abordagem ou até mesmo do estudo destes casos.

Perante os resultados obtidos, conclui-se que os processos de urbanização na base da sua construção se articulam, a diferentes níveis, com o desenvolvimento de formas de socialização e modos de vida facilitadores do acesso das crianças a oportunidades para a prática de actos delinquentes. O peso do espaço físico e social na aprendizagem social da delinquência por parte das crianças residentes nestes bairros revela-se factor determinante, resultando da elevada concentração espacial de problemas sociais e de indivíduos e grupos associados a práticas criminais e da sua conjugação com aspectos urbanísticos e arquitectónicos que constituem, por assim dizer, pontos ‘negros’ nestes territórios por potencialmente facilitarem a prática de desordens, delinquência e crime.

Desde o início da inserção etnográfica até agora, o contexto da investigação foi sofrendo transformações promovidas pela autarquia ao nível da gestão e ordenamento do território no propósito da sua requalificação e prevenção dos problemas sociais existentes. A mudança mais significativa reporta-se à demolição total de um dos bairros inicialmente abrangidos pelo estudo, numa actuação que acaba por se cruzar com o preconizado pelos defensores de uma linha de investigação denominada *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), a qual congrega uma visão interdisciplinar sustentando a prevenção da criminalidade e delinquência através do desenho ambiental (Machado et al., 2007b).

Neste âmbito, é de assinalar os muitos pontos de contacto identificados entre os discursos das crianças e das autoridades policiais no que se refere a questões de segurança pública e prevenção destes problemas sociais. De facto, as propostas de ambos os lados situam especificamente determinadas circunstâncias físicas e ambientes que relacionam com as incidências delinquentes e criminais, destacando-se a importância da adopção de conceitos como o de “*espaço defensivo*” (Newman, 1972). Estes são bairros onde alguns dos aspectos vulgarmente contemplados nesta concepção já se encontram de raiz traduzidos,

entre outros aspectos, na existência de ruas largas e no limite máximo de quatro pisos por edifício. Neste âmbito, importaria poder contemplar mais algumas mudanças em termos da configuração e ordenamento espacial das ruas, nomeadamente pela redefinição de algumas actualmente sem saída onde tendem a localizar-se as desordens sociais mais graves e cuja abertura e possibilidade de circulação potenciaria outras dinâmicas sociais, bem como outro tipo de intervenção dos mecanismos de controlo social formal. Pela sua importância no campo da segurança, a iluminação pública deve continuar a constituir uma prioridade, tendo sido notório ao longo dos anos da investigação o investimento feito na sua constante reparação e requalificação, mas talvez se imponha repensar o modelo de toda a sua estrutura na linha do defendido em diversos estudos internacionais (Farrington e Welsh, 2002).

De igual modo, ressalta a importância de uma acção, desejavelmente concertada com os residentes, que leve a uma actuação relativamente aos sinais das muitas desordens físicas que são patentes nestes bairros, uma parte das quais com mensagens e desafios directamente dirigidos ao Estado e aos mecanismos de controlo social formal. Ao pensar-se numa ideia de cidadania que assenta num *direito à cidade*, a coesão social passa pela promoção da autonomia e da capacidade de mobilização de todos os grupos da população para uma efectiva participação social que articule todas as dimensões da vida na cidade, incluindo a planificação e gestão do território. Considerar uma intervenção comunitária de reabilitação do espaço físico e social das cidades exige a iniciativa e a co-responsabilização de todos, incluindo os mais novos. Trata-se tanto de um *fim* em si mesmo como de um *processo* partilhado em termos de capacidades e competências individuais e colectivas (Jamarillo et al., 2008).

Salienta-se que, desde há muito, a Câmara Municipal de Oeiras desenvolve regularmente acções para determinados segmentos da sua população, muito em especial jovens e mais recentemente idosos, designadamente na ocupação em tarefas de limpeza e manutenção de espaços e equipamentos públicos. Algumas destas acções foram decorrendo no contexto da investigação, mas poderia vir a ser reflectida a sua retoma numa forma mais estruturada que visasse especificamente este fim, associando-se-lhe a capacitação dos residentes. Tem-se a consciência que este não seria um caminho fácil, possivelmente fonte de conflitos e intimidação entre uns e outros numa fase inicial, mas torna-se necessário não deixar perdurar indefinidamente no tempo sinais que acentuam a degradação física e social do espaço e acabam por tornar mais pesado, pelos custos humanos e sociais entretanto atingidos, o investimento numa requalificação mais tardia.

Ao mesmo tempo, e no que diz especificamente respeito às crianças, com facilidade se percebe que a construção de parques infantis com baloiços e escorregas seja uma das suas principais reclamações bem como dos familiares. Sabe-se que as actuais regulamentações oficiais neste campo nem sempre se revelam as mais indicadas na perspectiva daqueles que são os principais utentes, diversamente do que acontece noutros países europeus. Mais do que isso, como observado, não se trata apenas de uma questão de construção mas, sobretudo, de manutenção e conservação. Mais do que qualquer proposta nossa, em primeira linha deve-se passar pela consideração das crianças na discussão do planeamento urbano de forma a tornar mais eficientes as medidas que lhe dizem directamente respeito, pois como fica demonstrado nesta dissertação, as mesmas estão atentas à vida em comunidade e são bastante incisivas no confronto e defesa das suas ideias.²³⁴

Finalmente, a evolução da realidade social e as mudanças sociais exigem renovação teórica e, em especial, o desenvolvimento de mais investigação neste campo. Por um lado, numa linha de continuidade da desocultação de quadros de vida das *outras infâncias* com o recurso a metodologias e estratégias que não só promovam activamente a *voz* das crianças como possibilitem, de facto, o traçar de um quadro de maior conhecimento sobre a realidade da infância em Portugal. Por outro lado, emerge a necessidade de um maior conhecimento sobre a delinquência na sociedade portuguesa. Trata-se de uma área que tem vindo a perder importância no campo da Sociologia, que se vê espelhada num cada vez mais reduzido número de trabalhos e que importaria recentrar em termos de algumas linhas de investigação a desenvolver no futuro. Mas esta ideia não se prende só com a escassez de investigação sociológica e a aparente dificuldade de renovação teórica nesta área. Acresce recorrentemente o espartilhamento de concepções que obstam a uma visão sistémica e integrada sobre uma problemática que exige uma leitura cada vez mais complexa.

Importaria perceber como o problema aqui estudado se manifesta noutros contextos e se os resultados obtidos são ou não transversais a outros locais. Várias das crianças postas em destaque nestas páginas pelo envolvimento neste tipo de práticas são hoje jovens cuja evolução tem sido possível ir acompanhando informalmente, ressaltando a necessidade de conhecer e questionar as diferenças registadas entre uns e outros.

Encerramos esta dissertação acreditando que a reflexão e ponderação sobre as conclusões apresentadas, bem como sobre as propostas nela incluída, não terminam aqui. Na

²³⁴ Desde há alguns anos que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras tem em desenvolvimento iniciativas na modalidade Alargada que visam accionar mecanismos que efectivem a participação de crianças e jovens na vida social, dando corpo ao preconizado na *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Neste sentido, a experiência aí obtida pode servir de base a diferentes tipos de intervenção noutros campos.

linha do proposto por uma das crianças participantes — “*quero dizer que gostava muito que os bairros fossem melhorados, não é que eles tenham só coisas más, mas é que as pessoas têm de ficar...de ser assim mais amigas umas das outras, mesmo sendo pretos, brancos, ciganos...*” [rapariga, 9 anos, 4º ano, Bairro Branco] — o maior desafio que se coloca neste campo é ao nível da construção de laços e relações sociais em estreita associação com a preocupação social sobre a segurança das sociedades, dos cidadãos, no fundo, do próprio Estado de Direito e do seu futuro, devendo, por isso mesmo, constituir objecto de especial atenção tanto ao nível das políticas sociais como da investigação académica nas mais diversas áreas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, Sofia (2003), Evolução das estruturas domésticas, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 13-30.
- About, Frances. E. e Anna Beth Doyle (1996), Does talk of race foster prejudice or tolerance in children? [acedido em 12/06/2010, em http://www.cpa.ca/cjbsnew/1996/ful_about.html].
- About, Frances E. (1988), *Children and Prejudice*. New York, Blackwell.
- Abrantes, Pedro (2003), *Os Sentidos da Escola*, Oeiras, Celta Editora.
- Agra, Cândido da e Ana Paula Matos (1997), *Trajectórias Desviantes*, Coleção Droga-Crime, Estudos Interdisciplinares, nº11, Lisboa, Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Agnew, Robert (1992), Foundation for a general strain theory of crime and delinquency, *Criminology*, 30, 47-87.
- Akers, Ronald L. (1998), *Social Learning and Social Structure: a General Theory of Crime and Deviance*, Boston, Northeastern University Press.
- Akers, Ronald L. (1985), *Deviant Behavior. A Social Learning Approach*, 3rd edition, Belmont, CA, Wadworth.
- Akers, Ronald L.; Krohn, Martin D.; Lanza-Kaduce, Lonn e Marcia Radosevich (1979), Social learning and deviant behavior: a specific test of a general theory, *American Sociological Review*, Vol 44, nº 4 (Aug.), 635-655.
- Ackroyd, Judith e Andrew Pilkington (1999), Childhood, and the construction of ethnic identities in a global age. A dramatic encounter, *Childhood*, Vol. 6(4), 443-454.
- Albarello, Luc; Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Maroy, Christian; Ruquoy, Danielle e Pierre de Saint Georges (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Alderson, Priscilla (2004), “Ethics”, em Fraser, Sandy; Lewis, Vicky; Ding, Sharon; Kellet, Mary e Chris Robinson (orgs.), *Doing Research with Children and Young People*, London, Sage Publications, pp.97-106.
- Alderson, Priscilla, e Virginia Morrow (2004), *Ethics, Social Research and Consulting with Children and Young People*, Essex, Barnardo's.
- Alderson, Priscilla (1995), *Listening to Children: Ethical and Social Research*, Barkingside, Barnardo's.
- Almeida, Ana Nunes de (2009a), *Para uma Sociologia da Infância. Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação*, Coleção Breve -Sociologia, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Almeida, Ana Nunes de (2009b), *As TIC em Casa: Contextos e Desigualdades*, comunicação apresentada na Conferência Internacional *Infância, Crianças e Internet: Desafios na Era Digital*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian [acedido em 19/09/2009, em http://www.gulbenkian.pt/index.php?object=160&article_id=2077]
- Almeida, Ana Nunes de; Delicado, Ana e Nuno de Almeida Alves (2008), *As Crianças e a Internet: Relatório de um Inquérito*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian [acedido em 17/09/2009, <http://www.crinternet.ics.ul.pt/icscriancas/index.jsp?page=documents&type=&lang=pt>]
- Almeida, Ana Nunes de (2006), “La sociologie et la construction de l'enfance. Regards du côté de la famille”, em Sirota, Régine (org.), *Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*, Rennes, Presses Universitaires, pp. 115-123
- Almeida, Ana Nunes de e Maria Manuel Vieira (2006), *A Escola em Portugal: Novos Olhares, Outros Cenários*, Coleção Breve, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- Almeida, Ana Nunes de (2005), O que as famílias fazem à escola... pistas para um debate, *Análise Social – Educação e Modernidade*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 579-594.
- Almeida, Ana Nunes de e Isabel André (2004), O país e a família através das crianças, ensaio exploratório, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 53, 5-36.
- Almeida, Ana Nunes de (2000), A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes, *Forum Sociológico*, nº 3/4 (II Série), IEDS, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 11-32.
- Almeida, Ana Nunes de; Guerreiro, Maria das Dores; Lobo, Cristina; Torres, Anália, e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade,” em Costa, António Firmino da e José Manuel Leite Viegas (orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, 2ª edição, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-76.
- Almeida; Carlota Pizarro de e José Manuel Vilalonga (orgs.) (2001), *Código Penal*, Coimbra, Almedina.
- Almeida, M^a Rosa Crucho de e Ana Paula Alão (1995), *Inquérito de Vitimação 1994*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Amaro, António D. (1993), *Delinquência Juvenil em Portugal. Contribuições para o Estudo da sua Gênese, Evolução e Tratamento*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (documento não publicado).
- Anderson, Elijah (1999), *The Code of the Street. Decency, Violence, and the moral Life of the Inner City*, New York, W.W. Norton & Company Ltd.
- Anning, Angela e Kathy Ring (2004), *Making Sense of Children's Drawings*, Glasgow, Open University Press.
- Arez, Ana (1999), *Desenvolvimento da Criança e Espaço Físico: Estudo das Rotinas de Vida, Percepção do Espaço Físico e Independência de Mobilidade em Crianças do Meio Rural e Urbano*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento da Criança - Desenvolvimento Motor, Cruz Quebrada, Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.
- Ariès, Philippe (1986), La infancia, *Revista de Educación*, nº 281, 5-17.
- Ariès, Philippe (1973), *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Éditions Seuil.
- Armstrong, Derrick; Hine, Jean; Hacking, Sue; Armaos, Remos; Jones, Roy; Klessinger, Nicolai e Alan France (2005), *Children, Risk and Crime: the On Track Youth Lifestyles Surveys*, Home Office Research, Developments and Statistics Directorate [acedido em 14/06/2006, em <http://www.homeoffice.gov.uk/>]
- Ball, Stephen (1990), Self-doubt and soft data: social and technical trajectories in ethnographic fieldwork, *International Journal of Qualitative Studies in Education*, Vol 3, nº2, 157-171.
- Balsa, Casimiro e Ana Caeiro (2001), *Trajectórias e Estratégias Familiares Face à Precariedade e à Exclusão no Âmbito do Processo de Metropolização de Lisboa*, Betwixt Project –TSER (Target Sociol-Economic Research da União Europeia), Lisboa, CEOS-Investigação Sociológicas, Universidade Nova de Lisboa.
- Bandura, Albert (1986), *Social Foundation of Thought and Action: a Social Cognitive Theory*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall.
- Baptista, Luís Vicente (2003), “Territórios, imagens e poderes”, em Cordeiro, Graça Índias; Baptista, Luís Vicente e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 35-42.
- Baptista, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social*, Oeiras, Celta Editora.
- Barbio, Leda P.C. (2006), Representações sociais e estratégias de vida em espaços urbanos degradados, *Forum Sociológico*, nº15/16, II Série, 227-241.
- Bardin, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

- Barel, Yves (1984), *La Société du Vide*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bastos, Amélia; Fernandes, Graça Leão; Passos, José e Maria João Malho (2008), *Um Olhar sobre Pobreza Infantil. Análise das Condições de Vida das Crianças*, Coimbra, Almedina.
- Batchelor, Susan; Burman, Michele e Jane Brown (2004), Discutindo a violência: vamos ouvi-lo da boca das raparigas, *Infância e Juventude*, 2, Abril-Julho, 125-143.
- Beaud, Stéphane e Michel Pialoux (2003), *Violences Urbaines, Violence Sociale. Genèse des Nouvelles Classes Dangereuses*, Paris, Fayard-Hachette Littératures
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony e Scott Lash (orgs.) (1997), *Modernização Reflexiva*, São Paulo, UNESP.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage Publications.
- Becker, Howard S. (2005), *Learning to Observe in Chicago*, texto [acedido em 10/11/2009, em <http://home.earthlink.net/~hsbecker>]
- Becker, Howard S. (2002a), *Les Ficelles du Métier. Comment Conduire sa Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Éditions La Découverte & Syros.
- Becker, Howard S. (2002b), Visual evidence: a Seventh Man, the specified generalization, and the work of the reader, *Visual Studies*, 17, 3–11
- Becker, Howard S. (1995), Visual sociology, documentary photography and photojournalism: It's (almost) all a matter of context, *Visual Sociology*, 10 (1), 5-14.
- Becker, Howard S. (1974), Photography and Sociology, *Studies in the Anthropology of Visual Communication*, 1, 3-26.
- Becker, Howard S. (1967), Whose side are we on?, *Social Problems*, 14, 239-247.
- Becker, Howard S. (1963), *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*, New York, Free Press.
- Bègue, Laurent (2003), “Expliquer la délinquance: les théories majeures”, em Roché, Sébastien (org.) (2003), *En Quête de Sécurité. Causes de la Délinquance et Nouvelles Réponses*, Paris, Armand Colin, pp.81-100.
- Benbenisthy, Rami e Ron Avi Astor (2005), *School Violence in Context: Culture, Neighbourhood, Family, School and Gender*, New York, University Press.
- Benjamin, Alfred (1995), *A Entrevista de Ajuda*, São Paulo, Martins Fontes.
- Bennet, Jr., M. Daniel e Mark W. Fraser (2000), Urban violence among African-American males: integrating family, neighborhood, and peer perspectives, *Journal of Sociology and Social Welfare*, Volume XXVII, nº 3, September, 93- 117.
- Berger, Peter e Thomas Luckman (1973), *A Construção Social da Realidade*, Brasil, Editora Vozes.
- Blanchett, Sylvie (2006), *Enfances Populaires, Invisibles Enfances*, Lyon, Chronique Sociale.
- Binder, Arnold; Gilbert, Geis e Dickson D. Bruce Jr. (2001), *Juvenile Delinquency. Historical, Cultural and Legal Perspectives*, 3rd edition, Ohio, Anderson Publishing Co.
- Binder, Arnold (1987), “An historical and theoretical introduction”, em Quay, Herbert (org.), *Delinquency and Crime, Current Theories*, New York, Cambridge University Press, pp. 149-198.
- Body-Gendrot, Sophie (2001), *Les Villes. La Fin de la Violence?*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques
- Body-Gendrot, Sophie (1995), *Ville et Violence, Irruption des Nouveaux Acteurs*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bogdan, Robert e Sari Biklen (2003), *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*, Porto, Porto Editora.

- Bolieiro, Helena e Paulo Guerra (2009), *A Criança e a Família - Uma Questão de Direito(s). Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família e das Crianças e dos Jovens*, Coimbra, Almedina.
- Bolieiro, Helena (2005), A criança, a Justiça e os media. Algumas reflexões, *Revista do CEJ*, 1º Semestre, n.º 2, 193-219.
- Boudon, Raymond (1990), *Os Métodos em Sociologia*, Lisboa, Edições Rolim.
- Boudon, Raymond (1979), *La Logique du Social*, Paris, Hachette.
- Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean-Claude e Jean-Claude Passeron (2007), *O Ofício de Sociólogo. Metodologia da Pesquisa em Sociologia*, Brasil, Petrópolis, Ed. Vozes.
- Bourdieu, Pierre (org.) (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1992), *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre e Patrick Champagne (1992), «Les exclus de l'intérieur», *Actes de Recherche en Sciences Sociales*, n.º 91-92, 71-75.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction. Une Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre e Jean-Claude Passeron (1970), *La Reproduction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bryman, Alan e Duncan Cramer (2003), *Análise de Dados em Ciências Sociais. Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS para Windows*, Oeiras, Celta Editora.
- Buckingham, David (2009). “Os Direitos das crianças para os media”, em Ponte, Cristina (org.), *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa, Livros Horizonte, pp.15-29
- Buckingham, David e Rebekah Willett (orgs.) (2006), *Digital Generations. Children, Young People, and New Media*, London, Lawrence Erlbaum.
- Bulmer, Martin (1986), *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity and the Rise of Sociological Research*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Bullock, Bernadette M. (2002), “O comportamento desviante de irmãos: dinâmica, processos e genética do comportamento anti-social”, em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Família. Uma Abordagem Científica*, Coimbra, Almedina, pp. 345-396.
- Burguess, Robert G. (1991), *In the Field. An Introduction to Field Research*, 2nd edition, London, Routledge.
- Bursik, Robert J. e Harold Grasmick (1993), *Neighborhoods and Crime: The Dimensions of Effective Community Control*, New York, Lexington Books.
- Bursik, Robert J. (1988), Social disorganization and theories of crime and delinquency: problems and prospects, *Criminology*, 26, 519-552.
- Cabecinhas, Rosa (2008), Racismo e xenofobia: a actualidade de uma velha questão, *Comunicación e Cidadanía*, 6, Observatorio Galego dos Medios [acedido em 22/06/2010, em <http://hdl.handle.net/1822/9639>]
- Cabecinhas, Rosa e Lígia Amâncio (2003), *Naturalização da diferença: representações sobre raça e grupo étnico*, comunicação apresentada na III Jornada Internacional sobre Representações Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Maison des Sciences de l'Homme, Rio de Janeiro, 2-5 de Setembro de 2003 [12/06/2009, em http://www.repositorium.sdum.uminho.pt/.../1/rcabecinhas_lamancio_JIRS_2003.pdf]
- Cabral, João de Pina e Susana de Matos Viegas (2007), “Nomes e ética: uma introdução ao debate”, em Cabral, João de Pina e Susana de Matos Viegas (2007), *Nome: Género, Etnicidade e Família*, Coimbra/São Paulo, Almedina, pp. 13-37 [acedido em 21/08/2009, <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/João%20Pina%20Cabral%20-%20Publicações>]

- Cabral, João de Pina (2005), La soglia degli affetti: considerazione sull'attribuzione del nome e la costruzione sociale della persona, *Antropologia*, Vol 5,6, 151-172. [acedido em 21/08/2009, <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/João%20Pina%20Cabral%20-%20Publicações>]
- Carapinheiro, Graça (2001), “A globalização do risco social”, em Santos, Boaventura Sousa (org.), *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*, 2ª edição, Porto, Edições Afrontamento, pp. 197-226.
- Cardoso, Gustavo (org.); Espanha, Rita e Tiago Lapa (2008), *E-Generation. Os usos de media pelas crianças e jovens em Portugal*. Relatório Final, Lisboa, CIES, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. [acedido em 20/02/2010, <http://www.cies.iscte.pt/publicacoes>]
- Cario, Robert (1999), *Jeunes Délinquants. À la Recherche de la Socialisation Perdue*, 2ème édition, Paris, L'Harmattan.
- Carneiro, Roberto (org.) (2005), *Casa Pia de Lisboa. Um Projecto de Esperança. As Estratégias de Acolhimento das Crianças em Risco*, Relatório Final do Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, S. João do Estoril, Edições Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Carra, Cécile (2001), *Délinquance Juvenile et Quartiers «Sensibles»*, Paris, L'Harmattan.
- Carreira, Henrique Medina (1996), *Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- Cartea, Pablo e José Gómez (1995), “A perspectiva ecológica”, em Carvalho, Adalberto D. (org.) (1995), *Novas Metodologias em Educação*, Coleção Educação, nº8, Porto Editora, pp. 135-171
- Carvalho, Judite (2003), O mundo da cor e dos afectos, *Ensinarte-Revista das Artes em Contexto Educativo*, nº2, Outono, 39-53.
- Carvalho, Mª. João Leote de (2010a), “Violência(s) na Cidade: Crianças, Socialização e Território”, em Leandro, Armando; Lúcio, Laborinho e Paulo Guerra (orgs.), *Estudos em Homenagem a Rui Epifânio*, edição da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (Crescer Ser), Coimbra, Editora Almedina, pp.435-460.
- Carvalho, Mª. João Leote de (2010b), A Delinquência Juvenil Portuguesa em Perspectiva, em MAI (org.), *I Jornadas de Segurança*, Ministério da Administração Interna, Lisboa (*no prelo*).
- Carvalho, Mª. João Leote de (2010c), Lei Tutelar Educativa – Desafios e Constrangimentos: Contextos, Protagonistas e Administração da Justiça, *Revista Justiça XXI*, Associação Sindical dos Juizes Portugueses e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Almedina, Coimbra (*no prelo*).
- Carvalho, Mª. João Leote de (2010d), “Infância, Socialização e Território: Violência(s) na Escola, Violência(s) em Contexto”, em Sebastião, João (org), *Violência na Escola. Tendências, Contextos, Olhares*, Ed. Cosmos (*no prelo*).
- Carvalho, Mª. João Leote de; Ferreira, Levina e Serrão, Juliana (2009a), “Delinquência(s) e Justiça: Crianças e Jovens em Notícia”, em Ponte, Cristina (org.), *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 81-102.
- Carvalho, Mª. João Leote de e Levina Ferreira (2009b), Infância e Risco Social: Retratos da Imprensa Portuguesa, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº60, Maio -Agosto, 105-129.
- Carvalho, Mª. João Leote de (2008), Violência Urbana e Infância: Imagens e Representações de Modos de Vida por Crianças em Contexto de Realojamento, *Actas do I Congresso Internacional em Estudos da Criança – “Infâncias Possíveis, Mundos Reais”*, Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, Braga, Edição em CD-ROM.
- Carvalho, Mª. João Leote de (2005), Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 49, Dezembro, Celta Editora, 71-93.
- Carvalho, Mª. João Leote de (2004), Pelas margens, outras infâncias. Crianças, marginalidades e violências, *Infância e Juventude*, nº 4, 51-145.
- Carvalho, Mª João Leote de (2003), *Entre as Malbas do Desvio. Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*, 1º volume da Coleção Reinserção Social, Oeiras, Celta Editora.

- Carvalho, M^a. João Leote de (2000), Violência urbana e juventude: o problema de delinquência juvenil, *Infância e Juventude*, nº3, Jun./Set., 2000, 27-48.
- Carvalho, M^a João Leote de (1999), Um Passado, um Presente. Que Futuro? Desvio e delinquência juvenis: aspirações e expectativas pessoais, escolares e profissionais de jovens em regime de internamento em Colégio do Instituto de Reinserção Social, *Infância e Juventude*, nº 4, Out./Dez., 1999, 9-147.
- Carvalho, Nuno Vieira de (2006), As estatísticas criminais e os ‘crimes invisíveis’, *Psicologia*, Portal dos Psicólogos [acedido em 15/06/2007, <http://www.psicologia.com.pt>]
- Castells, Manuel (1996), *The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell
- Castro, José Luís dos Santos (1997), *Socialização das Crianças de Rua e Lógicas de Intervenção das Redes de Suporte Social*, Cadernos do CEJ, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, Ministério da Justiça.
- Castro, Lúcia Rabello de; Mattos, Amana Rocha; Juncken; Elaine Teixeira; Monteiro, Renata de Paula e Helena Maciel Villela (2006), A construção da diferença: jovens na cidade e as suas relações com o outro, *Psicologia em Estudo*, Vol. 11, nº2, May/Aug. [acedido em 02/08/2009, em <http://www.scielo.br>]
- Catalano, Richard e David Hawkins (1996), “Anti-social behavior”, em Hawkins, David (org.), *Delinquency and Crime. Current Theories*, New York, Cambridge University Press, pp.149-198.
- Cerisara, Ana Beatriz (2004), “Em busca do ponto de vista das crianças nas pesquisas educacionais: primeiras aproximações”, em Sarmento, Manuel Jacinto e Ana Beatriz Cerisara (orgs.), *Crianças e Miúdos. Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*, Porto, Edições ASA, pp. 35-54.
- Chaiken, Marcia R. (2000), Violent Neighborhoods, Violent Kids, *Juvenile Justice Bulletin*, office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, March [acedido em 15/07/2004, em <http://www.ncjrs.gov/html/ojjdp>]
- Chaillou, Philippe (1995), *Violence des Jeunes, L'Autorité Parentale en Question*, Paris, Gallimard.
- Chapoulie, Jean-Michel (2000), Le travail de terrain, l'observation des actions et des interactions, et la sociologie, *Sociétés Contemporaines*, 40, 5-27.
- Charest, Mathieu e Pierre Tremblay (2009), Immobilité sociale et délinquance, *Revue Française de Sociologie*, 50-4, Octobre-Décembre, 693-718.
- Chaves, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Chazal, Jean (1969), *A Delinquência Juvenil*, Lisboa, ITAU Edições.
- Christensen, Pia e Margaret O'Brien (orgs.) (2003), *Children in the City. Home, Neighbourhood and Community*, Oxon, Routledge.
- Christensen, Pia e Alan Prout (2002), Working with ethical symmetry in social research with children, *Childhood*, 9 (4), 477-497.
- Christensen, Pia e Allison James, Allison (2000), *Research with Children*, London, Falmer Press.
- Clarke, Ronald V. (1997), "Introduction", em Clarke, Ronald V. (org.), *Situational Crime Prevention: Successful Case Studies*, 2nd edition, Albany, Harrow and Heston, pp. 1-43.
- Clos, Lorraine Tournyol du e Sébastien Tournyol du Clos (2007), *La Délinquance des Jeunes. Les Profils, les Causes, Les Évolutions*, Paris, L'Harmattan.
- Cloward, Richard e Lloyd Ohlin (1970), “Differential opportunity structure”, em Wolfgang, Marvin E. E Franco Ferracutti (orgs.), *The Sociology of Crime and Delinquency*, New York, John Wiley Sons, pp. 300-318.
- CMO (2010), *Diagnóstico Social de Oeiras 2009*, Conselho Local de Acção Social de Oeiras (documento não publicado).

- CMO (2009b), *Oeiras em Números*, Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras, Edição do Município de Oeiras.
- CMO (2009a), *Oeiras, Factos e Números-2009*, Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras, Edição do Município de Oeiras.
- CMO (2009c), *Parque Habitacional - Bairros Municipais*, Câmara Municipal de Oeiras [acedido em 10/03/09, <http://www.cm-oeiras.pt>]
- CMO (2009d), *Parque Habitacional – Caracterização*, Câmara Municipal de Oeiras [acedido em 03/12/09, <http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasProjecta/Habitacao>]
- CMO (2009e), *21+ Agenda da Sustentabilidade para Oeiras, 2008-2013*, Gabinete de Desenvolvimento da Câmara Municipal de Oeiras, Edição do Município de Oeiras.
- CMO (2007), *Carta Educativa do Concelho de Oeiras*, Divisão de Educação e Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras, Edição do Município de Oeiras.
- CMO (2006a), “*Oeiras é a Minha Casa*”-*Habitar Oeiras, Plano Estratégico*, Câmara Municipal de Oeiras, [acedido em 11/11/09, <http://www.cm-oeiras.pt/Oeiras/Projecta/Habitacao/HabOeiras>]
- CMO (2006b), *Caracterização dos Bairros no Concelho de Oeiras*, Câmara Municipal de Oeiras, Departamento de Habitação, Divisão de Gestão Social (documento não publicado).
- CMO (2005), *Rede Social de Oeiras, Plano de Desenvolvimento Social*, documento da Rede Social/Câmara Municipal de Oeiras (documento não publicado).
- CMO (2004a), *Dados Estatísticos do Concelho de Oeiras*, Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Oeiras, Edição do Município de Oeiras.
- CMO (2004b), *Carta de Saúde do Concelho de Oeiras*, DASC -Divisão de Assuntos Sociais e Gabinete de Desenvolvimento Municipal da Câmara Municipal de Oeiras, Edição do Município de Oeiras.
- CMO (2004c), *Observatório Estatístico*, Câmara Municipal de Oeiras [acedido em 24/01/04, <http://www.cm-oeiras.pt/Observatorio>]
- CMO (2003), *Projectos e Obras do Município de Oeiras. Um Caso Singular de Desenvolvimento, 17 Anos de Poder Local, 1986-2002*, Edição do Município de Oeiras.
- CMO (2001), *Conselho Municipal de Segurança de Oeiras – Regulamento*, Câmara Municipal de Oeiras, Edição do Município de Oeiras.
- CMO (1996), *Intervenção Operacional - Renovação Urbana*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, Departamento de Habitação.
- CMO (s/d), *Regulamento das Partes Comuns dos Prédios em Regime de Arrendamento Municipal*, Departamento de Habitação - Divisão de Gestão Social da Câmara Municipal de Oeiras, Edição do Município de Oeiras.
- CNPCJR (2009), *Avaliação da Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2008*, Lisboa, Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco [acedido em 29/05/09, <http://www.cnpcjr.pt>]
- Cohen, Albert K. (1955), *Delinquent Boys. The Culture of a Gang*, New York, The Free Press, a Corporation.
- Cohen, Albert (1971), *La Déviance*, Gemblaux, Éditions J.Duculot, S.A.
- Coleman, James (1994), A vision for sociology, *Society*, November, 29-34
- Coquet, Eduarda (2003), Desenhar um texto, falar com riscos e ler um desenho – Analogias e contradições do desenvolvimento da aprendizagem da fala, do desenho e da escrita, *Ensinarte – Revista das Artes em Contexto Educativo*, nº2, Outono, 2-8.
- Coquet, Eduarda (2000), *A Narrativa Gráfica. Uma Estratégia de Comunicação de Crianças e Adultos*, Coleção Infans, Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança.

- Coquet, Eduarda (1999), As crianças e as expressões verbais e não verbais, em Pinto, Manuel e Manuel Sarmento (orgs.) (1999), *Saberes Sobre as Crianças: Para uma Bibliografia Sobre as Crianças e a Infância em Portugal, 1974-1988*, Braga, Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, pp.55-62.
- Cordeiro, Ana Dias (2004), Crianças no crime, *Pública*, de 18 de Abril, 40-47.
- Côrrea, Mendes (1915), *Crianças Delinquentes - Subsídios para o Estudo da Criminalidade Infantil em Portugal*, Coimbra, F. Amado Editor.
- Corsaro, William (2005a), A entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas, *Educação e Sociedades*, Campinas, vol. 26, nº91, Agosto, 443-464 [acedido em 06/06/2007, em <http://www.cedes.unicamp.br>]
- Corsaro, William (2005b), Collective action and agency in young children's peer cultures, em Qvortrup, Jens (org.), *Studies in Modern Childhood. Society, Agency, Culture*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 231-247.
- Corsaro, William e Laura Molinaro (2000), "Entering and observing children's worlds: a reflection on a longitudinal ethnography of early education in Italy", em Christensen, Pia e Allison James (2000), *Research with Children*, London, Falmer Press.
- Corsaro, William (1997), *The Sociology of Childhood*, Thousand-Oaks-California, Pine Forge Press.
- Corsaro, William (1985), *Friendship and Peer Culture in the Early Years*, Norwood, Ablex Publishing Corporation.
- Cortezão, Luísa (1994), Quotidianos marginais «desvendados» pelas crianças, *Educação, Sociedade e Culturas*, nº1/94, 63-88.
- Costa, Alfredo Bruto da (org.); Baptista, Isabel; Perista, Pedro e Paula Carrilho (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza*, Lisboa, Gradiva.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da; Brito, Joaquim e Vítor Matias Ferreira (1994), "Mesa-redonda sobre a cidade de Lisboa", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 15, 155-174.
- Costa, António Firmino da (1986), A pesquisa de terreno em sociologia, em Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 129-148.
- Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Cunha, Vanessa (2005). "As funções dos filhos na família", em Wall, Karin (org.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 465-497.
- Curra, Jonh (2010), *The Relativity of Deviance*, 2nd edition, Thousand Oaks, California, Sage Publications.
- Cusson, Maurice (2006), *La Délinquance, une Vie Choisie : Entre Plaisir et Crime*, Collection : Droit et Criminologie, Ed. Hurtubise HMH
- Cusson, Maurice (1998), *Criminologie Actuelle*, 1ère édition, Paris, Presses Universitaires de France.
- Cusson, Maurice (1995), "Desvio", em Boudon, Raymond (org.) (1995), *Tratado de Sociologia*, Porto, Edições ASA, pp. 379-411.
- Cusson, Maurice (1993), *Délinquants Pourquoi ?*, 2ème édition, Québec, Hurtubise HMH
- Danic, Isabelle; Delanlande, Julie e Patrick Rayou (2006), *Enquêter Auprès d'Enfants et des Jeunes. Objets, Méthodes et Terrains de Recherche en Sciences Sociales*, Collection «Didact. Éducation», Presses Universitaires de Rennes.

- Debuyst, Christian (1995), “Les savoirs diffus et pré-scientifiques sur les situations problèmes au XVII^e siècle”, em Debuyst, Christian; Digneffe, Françoise; Labadie, Jean-Michel e Álvaro P. Pires (orgs.), *Histoire des Savoirs sur le Crime & la Peine*, vol. 1, Bruxelles, De Boeck-Wesmael s.a., pp.69-136.
- Delgado, Ana Cristina Coll e Fernanda Muller (2006), Infância, Tempos e Espaços: um Diálogo com Manuel Jacinto Sarmento, *Currículo Sem Fronteiras*, V.6, nº1, Jan.-Jun., 15-24 [acedido em 19/07/2008, www.curriculosemfronteiras.org]
- Denzin, Norman K. (2002), “The interpretative process”, em Huberman, A.Michael e Matthew B. Miles (orgs.), *The Qualitative Researcher's Companion*, London, Sage Publications, pp. 349-366.
- Denzin, Norman K. e Lincoln, Yvonna, S. (orgs.) (1994), *Handbook of Qualitative Research*, London, Sage Publications.
- Denzin, Norman K. (1977), *Childhood Socialization: Studies in the Development of Language, Social Behaviour, and Identity*, San Francisco, Jossey-Bass.
- Dewitt, David J. (1998), Frequent childhood geographic relocation, *Addictive Behaviors*, Volume 23, Issue 5, September, 623-634.
- DGRS (2009), *Justiça Juvenil. Estatísticas*, Lisboa, Direcção-Geral de Reinserção Social, Ministério da Justiça [acedido em 20/04/2009, <http://www.irsocial.mj.pt>]
- DGRS (2008), *Jovens em Conflito com a Lei: Condutas Anti-Sociais e Violentas – Chaves para a Intervenção*, Seminário Internacional, Setembro, Lisboa, Direcção-Geral de Reinserção Social, Ministério da Justiça.
- Dias, Jorge Figueiredo (1983), A perspectiva interaccionista na teoria do comportamento delinquente, em *Boletim da Faculdade de Direito, Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J.J. Teixeira Ribeiro* (número especial), pp. 257-314.
- Dias, Jorge Figueiredo e Costa Andrade (1984), *Criminologia, o Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*, Coimbra Editora.
- Dickes, Paul e Paul Hausman (1986), *Social Regulation of Delinquent Behavior: Theory and Research*, National Criminal Justice Reference Service, U.S. Department of Justice [acedido em 25/11/2000, em <http://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=141023>].
- Digneffe, Françoise (1995), « Problèmes sociaux et représentations du crime et du criminel. De Howard (1777) a Engels (1845) », em Debuyst, Christian; Digneffe, Françoise; Labadie, Jean-Michel e Álvaro P. Pires (orgs.), *Histoire des Savoirs sur le Crime & la Peine*, vol. 1, Bruxelles, De Boeck-Wesmael s.a., pp.137-212.
- DiLalla, Lisabeth F. e DiLalla, David L. (2004), “Genética do comportamento e conduta anti-social: perspectivas desenvolvimentistas”, em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*, Coimbra, Almedina, pp. 323-360.
- Dinitz, Simon (1975), “The concept of deviation”, em Dinitz, Simon; Russel D. Dynner e Alfred C. Clarke (orgs.), *Deviance, Studies in Definition, Management, and Treatment*, New York, Oxford University Press, pp. 3-20.
- Dohrn, Bernardine (2000), “Look out, kid, it's something you did : the criminalization of children”, em Polakow, Valerie (org.), *The Public Assault on America's Children. Poverty, Violence and Juvenile Injustice*, New York, Teachers College, Columbia University, pp. 157-187.
- Dowes, David e Paul Rock (1989), *Understanding Deviance: a Guide to the Sociology of Crime and Rule Breaking*, Oxford, Oxford University Press.
- Duarte, Vera (2010), Delinquência juvenil feminina: teorias, olhares e silêncios, *Ousar Integrar*, 23-36.
- Dubet, François (2003), A escola e a exclusão, *Cadernos de Pesquisa*, nº.119, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Brasil, 29-45 [acedido em 07/02/2007, <http://www.scielo.br>]

- Dubet, François (1994), Les mutations du système scolaire et les violences à l'école, *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 15.
- Dümkel, Frieder e Barbara Stando-Kawecka, (2010), “Juvenile imprisonment and placement in institutions for deprivation of liberty – Comparative aspects”, em Dümkel, Frieder; Grzywa, Joana; Horsfield, Philip e Ineke Pruin (orgs.), *Juvenile Justice Systems in Europe. Current Situation and Reform Developments*, Vol. 4., Mönchengladbach, Forum Verlag Godesberg GmbH, pp.1763-1812.
- Durkheim, Émile (1998), *As Regras do Método Sociológico*, 7ª edição, Lisboa, Editorial Presença.
- Durkheim, Émile (1895), “Crime et sancté sociale” em Victor Karady (org.) (1975), *Émile Durkheim - Textes n°2 - Religion, Morale, Anomie*, Paris, Les Éditions de Minuit, pp. 173-180.
- Englander, Elizabeth K. (1997), *Understanding Violence*, Mahwah, New Jersey, Erlbaum Associates.
- Elias, Nobert (1993), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Elkin, Frederick (1960), *The Child and Society. The Process of Socialization*, New York, Random House.
- Elliot, Delbert S.; Wilson, William J.; Huizinga, David; Sampson, Robert J.; Elliot, Amanda e Bruce Rankin (1996), The effects of neighborhood disadvantage on adolescent development, *Journal of Research in Crime and Delinquency*, Vol. 33, n° 4, November, 389-426.
- Elliot, Delbert S.; Huizinga, David e Susanne S. Aggleton (1985), *Explaining Delinquency and Drug Use*, Bervely Hills, Sage Publications.
- Ennew, Judith (1994), “Time for children or time for adults?”, em Qvortrup, Jens; Bardy, Marjatta; Sgritta, Giovanni e Helmut Wintersberger (orgs.) (1994), *Childhood Matters. Social Theory, Practice and Politics*, Vienna, European centre for Social Welfare Policy and Research, pp.125-144.
- Epifânio, Rui e António Almeida (1997), *Organização Tutelar de Menores - Suplemento de Atualização em Legislação e Jurisprudência*, Vols I e II, Coimbra, Livraria Almedina.
- Epifânio, Rui (1993), Acerca das Comissões de Protecção de Menores (Decreto-Lei n° 189/91, de 17 de Maio, *Infância e Juventude*, n° 93.2, 9-24.
- Erikson, Kai T. (1962), Notes on the sociology of deviance, *Social Problems*, n.º 9, n°4, 307-314.
- Esteves, Alina (1999), *A Criminalidade na Cidade de Lisboa. Uma Geografia da Insegurança*, Lisboa, Edições Colibri.
- EURES (2010), Informações sobre o mercado de trabalho, *Portal Europeu da Mobilidade Profissional* [acedido em 12/02/2010, <http://ec.europa.eu/eure>]
- Farrington, David (2004), “O Estudo de Desenvolvimento da Delinquência de Cambridge: principais resultados dos primeiros 40 anos”, em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*, Coimbra, Almedina, pp. 73-133.
- Farrington, David P. (2003), “Key Findings From the First Forty Years of the Cambridge Study in Delinquent Development”, em Thornberry, Terence P. e Marvin D. Krohn (orgs.), *Taking Stock of Delinquency. An Overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 137- 184.
- Farrington, David e Brandon C. Welsh (2002), *Effects of Improved Street Lighting on Crime: a Systematic Review*, Home Office Research Study 251, August, London, Home Office Research, Development and Statistics Directorate [acedido em 22/02/2004, em <http://rds.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs2/hors251.pdf>]
- Faux, Frédéric (2006), *Les Maras, Gangs d'Enfants. Violences Urbaines en Amérique Centrale*, Paris, Éditions Autrement.
- Feixa, Carles; Porzio, Laura e Mireia Bordonada (2008), “Um percurso visual pelas tribos urbanas em Barcelona. Das tribos urbanas às culturas juvenis”, em Pais, José Machado; Carvalho,

- Clara e Neusa Mendes de Gusmão (orgs.), *O Visual e o Quotidiano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 87-113.
- Fernandes, Daniela F. (2010), *Urbanismo e Segurança. Contributos da Conceção, Manutenção e utilização do Espaço para a Prevenção Criminal. Uma abordagem ao Bairro da Bela Vista, em Setúbal*, Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. (documento não publicado).
- Fernandes, Luís (2003), “A imagem predatória da cidade”, em Cordeiro, Graça Índias; Baptista, Luís Vicente e António Firmino da Costa (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora, pp.43-52.
- Fernandes, Luís (1998), *O Sítio das Drogas*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Fernandes, Natália (2009), *Infância, Direitos e Poderes. Representações, Práticas e Poderes*, Porto, Edições Afrontamento.
- Fernandes, Natália (2005), *Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes*, Dissertação de Doutoramento, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho (documento não publicado).
- Ferraroti, Franco (1983), *Histoire et Histoires de Vie. La Méthode Biographique dans les Sciences Sociales*, Paris, Librairie Méridiens.
- Ferreira, Manuela e Manuel Jacinto Sarmento (2008), Subjectividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz, *Revista Eletrônica de Educação*, 2008, V.2, n.2, 61-91 [acedido em 09/05/2009, em http://sigarra.up.pt/fpceup/publs_pesquisa.FormView?P_ID=60966]
- Ferreira, Manuela (2004a), “Do ‘Averso’ do Brincar ou...as Relações entre Pares, as Rotinas da Cultura Infantil...”, em Sarmento, Manuel Jacinto e Ana Beatriz Cerisara (orgs.), *Crianças e Miúdos. Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*, Porto, Edições ASA, pp. 55-98.
- Ferreira, Manuela (2004b), *A Gente Gosta é de Brincar com os Outros Meninos! Relações Sociais entre Crianças num Jardim de Infância*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ferreira, Pedro Moura (2000), Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, 55-85.
- Ferreira, Pedro Moura (1999), *Desvio e Juventude: Causas Sociais da Delinquência Juvenil*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (documento não publicado)
- Ferreira, Pedro Moura (1997), «Delinquência» juvenil, família e escola, *Análise Social*, Vol. XXXII (143), 913-924.
- Ferreira, Pedro Moura; Garcia, Luís e Jorge Vala (1993), *Delinquência e Criminalidade Recenseadas dos Jovens em Portugal*, Cadernos da Juventude, Quinta série, nº4, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Fine, Gary Alan (2004), Adolescence as cultural Toolkit: High School Debate and the Repertoires of Childhood and Adulthood, *The Sociological Quarterly*, vol. 45, nº 1.
- Fisher, Claude (1976), *The Urban Experience*, New York, Harcourt Brace Jovanovich.
- Fisher, Gustave-N. (1994), *Psicologia Social do Ambiente*, Perspectivas Ecológicas, Lisboa, Instituto Piaget.
- Florence, Lévy e Marylène Lieber (2009), La sexualité comme ressource migratoire. Les chinoises du nord à Paris, *Revue Française de Sociologie*, 50-4, Octobre-Décembre, 719-746.
- Fonseca, António C. (org.) (2002), *Comportamento Anti-Social e Família*, Coimbra, Almedina.
- Fonseca, António C. (1992), Comportamentos anti-sociais no Ensino Básico. Resultados dum questionário preenchido pelos próprios alunos (self-report), *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXVI, nº 2, 279-300.

- Fonseca, António Duarte (2005), *O Internamento de Menores Delinquentes. A Lei Portuguesa e os Seus Modelos. Um Século de Tensão entre protecção e Repressão, educação e Punição*, Coimbra Editora.
- Fonseca, António Duarte (2000), *Menores e Justiça Tutelar. A Actividade Jurisdicional entre 1989 e 1998 Relativamente a Problemáticas da Infância e Juventude*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Fonseca, António Duarte (1999), *Condutas Desviantes de Raparigas nos Anos 90 Chegadas ao Conhecimento dos Tribunais*, Coimbra Editora.
- Fonseca, António C. (org.) (2004), *Comportamento Anti-Social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*, Coimbra, Almedina.
- Fontana, Andrea e James Frey (1994), Interviewing: The art of science, em Denzin, Norman, K. e Yvonna S. Lincoln (orgs.), *Handbook of Qualitative Research*, London, Sage Publications, pp. 361-376.
- Foody, William (1996), *Como Perguntar. Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Oeiras, Celta Editora.
- Formosinho, João; Pires, Eurico Lemos e Sousa Fernandes (1991), *A Construção Social da Educação Escolar*, Porto, ASA.
- Foucault, Michel (1987), *Vigiar e Punir*, 23ª edição, Petrópolis, Editoras Vozes.
- França, Dalila Xavier de e Maria Benedita Monteiro (2004), A expressão das formas indirectas de racismo na infância, *Análise Psicológica*, 4 (XXII), 705-720
- Fraser, Sandy e Chris Robinson (2004), “Paradigms and philosophy”, em Fraser, Sandy; Lewis, Vicky; Ding, Sharon; Kellet, Mary e Chris Robinson (orgs.), *Doing Research with Children and Young People*, London, Sage Publications, pp.63-76.
- Fryer Jr, George e Thomas Miyoshi (1996), The role of the environment in the etiology of child maltreatment, *Aggression and Violent Behavior*, Volume 1, Issue 4, Winter, 317-326.
- Fukuyama, Francis (2000), *A Grande Ruptura*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Galland, Olivier (1999), *Les Jeunes*, 5ème édition, Paris, Éditions La Découverte.
- Garcia, José; Jerónimo, Helena; Norberto, Rui e Maria Inês Amaro (2000), *Estranhos. Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.
- Garcia, Orlando (org.) (2004), *Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Oeiras, Relatório Final*, Centro de Estudos e Investigação Aplicada, Instituto Superior de Serviço Social e Rede Social de Oeiras (documento não publicado).
- Gardner, Howard (1990), *Gribouillages et Dessins d'Enfants. Leur Signification*, Hayen, Mardaga.
- Gavarini, Laurence (2006), “L'enfant et les déterminismes aujourd'hui: peut-on penser un sujet?”, em Sirota, Régine (org.), *Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*, Rennes, Presses Universitaires, pp. 93-102.
- Gavarini, Laurence (2004), *La Passion de l'Enfant*, Paris, Hachette.
- Genovés, Vicente Garrido (1987), *Delincuencia Juvenil*, Col. Sociologia, nº 23, Editorial Allambra.
- Gersão, Eliana (2000), As novas leis de protecção de crianças e jovens em perigo e de tutela educativa. Uma reforma adequada aos dias de hoje, *Infância e Juventude*, nº2, Abril-Junho, 9-48.
- Gersão, Eliana (1998), A violência nos comportamentos juvenis e a revisão da Organização Tutelar de Menores, *Infância e Juventude*, nº4, Outubro-Dezembro, 9-20.
- Gersão, Eliana e Manuel Lisboa (1998), “The self-report delinquency study in Portugal”, em Junger-Tas, Josine; Terlouw, Gert-Jan e Malcolm W. Klein (orgs.), *Delinquent Behavior Among Young People in the Western World – First Results of the International Self-Report Delinquency Study*, New York, Kugler Publications, pp. 212-237.

- Gersão, Eliana (1994), Menores agentes de infracções – interrogações acerca de velhas e novas respostas, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 4, Fasc. 2, Abril-Junho, 241-259.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1997), *O Inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1997), *Sociology*, 3rd edition, Cornwall, Polity and Blackwell Publishers, Lda.
- Giddens, Anthony (1996), *As Consequências da Modernidade*, 3^a edição, Oeiras, Celta Editora.
- Gillborn, David (1990), *Race, Ethnicity and Education: Teaching and Learning in Multi-ethnic Schools*, London, Unwin Hyman/Routledge.
- Gill, Tim (2007), *No Fear. Growing Up in a Risk Averse Society*, London, Calouste Gulbenkian Foundation, United Kingdom Branch.
- Goffman, Erving (1988). *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Gomes, Conceição (org.); Fernanda, Paulo; Portugal, Sílvia; Soares, Carla; Trincão, Catarina; Sousa, Fátima de, Aldeia, João e José Reis (2010), *Entre a Lei e a Prática. Subsídios para uma Reforma da Lei Tutelar Educativa*, Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, Universidade Coimbra (documento não publicado).
- Gomes, Conceição (org.); Trincão, Catarina; Almeida, Jorge; Duarte, Madalena; Fernando, Paula; Sousa, Fátima; Silva, Rita; Baptista, Susana e Taciana Peão Lopes (2004), *Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa – Uma Avaliação de Dois Anos de Aplicação da Lei Tutelar Educativa*, Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, Universidade Coimbra.
- Gonçalves, Eurico (1983), A expressão plástica da criança. Que é a pintura infantil? Qual deverá ser a atitude do adulto face à expressão livre da criança?, *Análise Psicológica*, 1/2 (III), 205-210.
- González, Eugénio (1982), *Bandas Juveniles*, Barcelona, Editorial Hérmes.
- Gottfredson, Michael e Travis Hirschi (1990), *A General Theory of Crime*, Stanford, CA: Stanford University Press.
- Grafmeyer, Yves (1994), *Sociologie Urbaine*, Paris, Éditions Nathan.
- Grassi, Marzia (2003), *Rabidantes: Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*, Lisboa e Praia, ICS/Spleen.
- Grassi, Marzia e Iolanda Évora (orgs.). (2007), *Género e Migrações Cabo-verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Graue, Elizabeth e Daniel Walsh (2003), *Investigação Etnográfica com Crianças: Teorias, Método e Ética*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grawitz, Madeleine (1986), *Méthodes des Sciences Sociales*, Paris, Dalloz.
- Grigorowitschs, Tamara (2008), Entre a sociologia clássica e a sociologia da infância: reflexões sobre o conceito de “socialização”, *Actas VI Congresso Português de Sociologia Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Área temática: Populações, gerações e Ciclos de Vida (Sociologia da Infância) [acedido em 07/01/2009, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv]
- Guerra, Isabel (2008), Europa e políticas habitacionais. Mudanças em curso, *Cidades – Comunidades e Territórios*, n° 17, Dezembro, Lisboa, ISCTE.
- Guerra, Isabel (2001), Intervenções face à exclusão social urbana, *Cidades – Comunidades e Territórios*, 2, 47-56.
- Guerra, Paulo (2004), A nova Justiça de Menores. Três anos depois. ‘Para onde vais, rio que eu canto?’, *Infância e Juventude*, n°1, 9-40.
- Gusmão, Neusa Maria Mendes de (2004), *Os Filhos da África em Portugal. Antropologia, Multiculturalidade e Educação*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- Hagedorn, Jonh M. (2007), Gangs, institutions, race, and space: the Chicago School revisited, em Hagedorn, Jonh M. (org.), *Gangs in the Global City. Alternatives to Traditional Criminology*, Chicago, University of Illinois Press, pp. 13-33.
- Handel, Gerald; Cahill, Spencer E. e Frederick Elkin (1989), *Children and Society. The Sociology of Childhood and Childhood Socialization*, Oxford University Press.
- Hannerz, Ulf (1980), *Exploring the City. Inquiries Toward an Urban Anthropology*, New Yor, Columbia University Press.
- Hawkins, Karen (2008), *Developing anti-racist futures through anti-bias multicultural early childhood education*, University of Southern Queensland (documento não publicado)
- Hawkins, J. David; Smith, Brian H.; Hill, Karl G., Kosterman, Rick; Catalano, Richard F. e Robert D. Abbot (2003), “Understanding and Preventing Crime and Violence. Findings From the Seattle Social Development Project”, em Thornberry, Terence P. e Marvin D. Krohn (orgs.), *Taking Stock of Delinquency. An Overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 255-312.
- Heimer, Karen e Ross L. Matsueda (1994), Role-taking, role commitment, and delinquency: a theory of differential social control, *American Sociological Review*, Vol. 59; June, 365-390.
- Hendrick, Harry (1990), “Constructions and reconstructions of British childhood: an Interpretative Survey, 1800 to the present”, em James, Allison e Alan Prout (orgs.) (1990), *Constructing and Reconstructing Childhood*, Hampshire, The Falmer Press, pp.35-59.
- Henriques, Ana (2009), Em Oeiras a obra feita fala mais alto do que os tribunais, *Pública*, de 15 de Novembro de 2009, pp. 18-25.
- Hiernaux, Jean-Pierre (1997), “Análise estrutural de conteúdos e modelos culturais: aplicação a materiais volumosos”, em Albarello, Luc; Digneffe, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Maroy, Christian; Ruquoy, Danielle e Pierre de Saint Georges (org.), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp.156-202.
- Hirschi, Travis (1969), *Causes of Delinquency*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Holloway, Sarah L. e Gill Valentine (2000a), *Children's Geographies. Playing, Living, Learning*, London, Routledge.
- Holloway, Sarah L. e Gill Valentine (2000b), Spatiality and the new social studies of childhood, *Sociology*, 4(34), 763-783.
- Huizinga, David; Weiher, Anne W.; Espiritu, Rachele e Finn Esbensen (2003), “Delinquency and Crime. Some Highlights from the Denver Youth Survey”, em Thornberry, Terence P. e Marvin D. Krohn (orgs.), *Taking Stock of Delinquency. An Overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 47-92.
- Imloul, Sónia (2008), *Enfants Bandits. La Violence des 3-13 Ans dans les Banlieues*, Paris, Éditions du Panama.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (1994), *Classificação Nacional de Profissões*, Versão 1994, Lisboa.
- INE (2009a), *Estimativas Anuais da População Residente em Portugal a 31/12/2007*, Instituto Nacional de Estatística [acedido em 01/03/09, <http://www.ine.pt>]
- INE (2009b), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio-2007*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística [acedido em 29/11/09, <http://www.ine.pt/xportal>]
- INE (2009c), *Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias: Indivíduos dos 10 aos 15 anos*, Instituto Nacional de Estatística
- INE (2008a), *Anuário Estatístico da Região de Lisboa*, Instituto Nacional de Estatística [acedido em 11/03/09, <http://www.ine.pt>]

- INE (2008b), *Anuário Estatístico de Portugal, 2007*, Instituto Nacional de Estatística [acedido em 09/03/09, <http://www.ine.pt>]
- INE (2005), *Dados Estatísticos dos Censos 1991 e 2001*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004), *Atlas das Cidades de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- ISS (2009) *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2008*, Instituto de Segurança Social, I.P., Departamento de Desenvolvimento Social/, Unidade de Infância de Juventude, Sector para a Qualificação do Acolhimento, Abril, Lisboa (documento não publicado).
- Ijzendoorn, Marinus H. (2002), “Vinculação, moralidade emergente e agressão: para um modelo socioemocional e desenvolvimental do comportamento anti-social”, em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Família. Uma Abordagem Científica*, Coimbra, Almedina, pp. 269-300.
- Jacinto, M^a. de Fátima O. (2008), *Espaços Urbanos e Infância: Contextos Urbanos de Socialização Infantil na Área Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Regeneração Urbana e Ambiental, apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (documento não publicado).
- Jamarillo, Pilar; Villamil, Andrés e Jon Bañales (2008), *Espacio Público e Derecho a la Ciudad. La Política de Espacio Público Físico y la Venta Informal en Bogotá*, Alcaldía Mayor de Bogotá, ONU-Hábitat
- James, Allison e Adrian L. James (2008), *Key Concepts in Childhood Studies*, London, Sage Publications.
- James, Allison e Adrian L. James (2004), *Constructing Childhood. Theory, Policy and Social Practice*, New York, Palgrave MacMillan.
- James, Allison e Alan Prout (1990), *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, London, The Falmer Press.
- James, Allison; Jenks, Chris e Alan Prout (1998), *Theorizing Childhood*, Cambridge Polity Press.
- Jamoulle, Pascal (2005), L'école de la rua, *La Matière et l'Esprit*, n°2, 21-38.
- Javeau, Claude (2006), “La problématisation de l'enfance, des enfants et de l'enfant dans la société dite «du risque»”, em Sirota, Régine (org.), *Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*, Rennes, Presses Universitaires, pp. 297-306.
- Javeau, Claude (2005), Criança, infância(s), crianças: que objectivo dar a uma ciência social da infância?, *Educação e Sociedade*, Vol. 26, n° 91, Maio/Agosto, 379-389 [acedido em 05/04/2007, em <http://www.cedes.unicamp.br>]
- Jeffery, C. Ray. (1990), *Criminology: An Interdisciplinary Approach*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall.
- Jeffery, C. Ray. (1971), *Crime Prevention Through Environmental Design*, Beverly Hills, California, Sage Publications.
- Jenks, Chris (2005), “Childhood and transgression”, em Qvortrup, Jens (org.), *Studies in Modern Childhood. Society, Agency, Culture*, New York, Palgrave MacMillan, pp.115-127.
- Jenks, Chris (1996), *Childhood*, London, Routledge.
- Jenks, Chris (1993), *Culture*, London, Routledge.
- Justino, David e Romano de Castro (orgs.) (1997), *Dez Anos de Habitação, 1986-1996*, Câmara Municipal de Oeiras, Departamento de Habitação, Edição do Município de Oeiras.
- Kaplan, Howard (2003), “Testing an Integrative Theory of Deviant Behavior. Theory-Syntonic Findings From a Long-Term Multi-Generation Study”, em Thornberry, Terence P. e Marvin D. Krohn (orgs.), *Taking Stock of Delinquency. An Overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 185-204.

- Karsten, Lia (2003), Children's Use of Public Space. The Gendered World of the Playground, *Childhood-a. Global Journal of Child Research*, 10(4), 457-473
- Katz, Cindi (2005), "The terrors of hypervigilance: security and the compromised spaces of contemporary childhood", em Qvortrup, Jens (org.) (2005), *Studies in Modern Childhood. Society, Agency, Culture*, New York, Palgrave MacMillan, pp.99-144.
- Kaufmann, Jean-Claude (1996), *L'Entretien Compréhensif*, Paris, Éditions Nathan.
- Kellerhals, Jean; Pierre, Yves Troutot e Emmanuel Lazega (1989), *Microsociologia da Família, Mem Martins*, Edições Europa América.
- Kellet, Mary e Sharon Ding (2004), "Middle childhood", em Fraser, Sandy; Lewis, Vicky; Ding, Sharon; Kellet, Mary e Chris Robinson (orgs.), *Doing Research with Children and Young People*, London, Sage Publications, pp.161-174.
- Kingston, Beverly.; Huizinga, David e Delbert S. Elliot (2009), A Test of Social Disorganization in High-Risk Urban Neighborhoods, *Youth and Society*, 41, 53-79.
- Kintrea, Keith; Bannister, Jon; Pickering, Jon; Reid, Maggie e Naofumi Suzuki (2008), *Young People and Territoriality in British Cities*, University of Glasgow, Joseph Rowntree Foundation [acedido em 3/11/2008, www.jrf.org.uk/publications]
- Kokoreff, Michel (2003), *La Force des Quartiers. De la Délinquance à l'Engagement Politique*, Paris, Éditions Payot & Rivages.
- Kornhauser, Ruth (1978), *Social Sources of Delinquency*, Chicago, University of Chicago Press.
- Kramer, Sónia (2002), Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças, *Cadernos de Pesquisa*, nº 116, Julho, 41-59.
- Krippendorff, Klaus (1980), *Content Analysis, an Introduction to its Methodology*, London, Sage.
- Lahey, Benjamin B. e Irwin Waldman (2004), "Predisposição para problemas de comportamento na infância e na adolescência: análise de um modelo desenvolvimentista", em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*, Coimbra, Almedina, pp. 161-214.
- Lahire, Bernard (2004), *Sucesso Escolar nos Meios Populares*, São Paulo, Editora Ática.
- Lahire, Bernard (2001), *L'Homme Pluriel. Les Ressorts de l'Action*, Paris, Hachette Littératures.
- Laslett, Peter e Richard Wall (orgs.) (1978), *Household and Family in Past Time*, Londres, Cambridge University Press.
- Laub, John e Robert J. Sampson (2006), *Shared Beginnings, Divergent Lives: Delinquent Boys to Age 70*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Lauritsen, Janet; Sampson, Robert J. e John H. Laub (1991), The Link Between Offending and Victimization Among Juveniles, *Criminology*, 29, 265-292.
- LeBlanc, Marc e Janosz, Michel (2002), "Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes", em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Família. Uma Abordagem Científica*, Coimbra, Almedina, pp. 37-92.
- LeBlanc, Marc e Marcel Fréchette (1989), *Male Offending From Latency to Adulthood*, New York, Springer-Verlag.
- Lee, Nick (2001), *Childhood and Society. Growing Up in an Age of Uncertain*, Maidenhead, Open University Press.
- Lefebvre, Henri (1974), *La Production de l'Espace*, Paris, Anthropos.
- Lemert, Edwin (1978), "Primary and secondary deviation", em Weinberg, Martin e Earl Rubington (orgs.), *Deviance, the Interactionist Perspective*, 3rd edition, New York, MacMillan Publishing Co, Inc, pp.410-413.

- Leonardo, José (2004), *As Violências nas Escolas*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (documento não publicado).
- Lepoutre, David (2005), *Souvenirs de Familles Immigrées*, com Isabelle Cannoodt, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Lepoutre, David (2001), *Coeur de Banlieue. Codes, Rites et Langages*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Lessard-Hébert, Michelle; Goyette, Gabriel e Gérald Boutin (1994), *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Lima, Rita de Cássia Pereira (2001), Sociologia do desvio e do interacionismo, *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 13(1), Maio, 185-201.
- Lipsey, Mark W. e James H. Derzon (1998), "Predictors of violent or serious delinquency in adolescence and early adulthood," em Loeber, Rolf e David P. Farrington (orgs.), *Serious and Violent Juvenile Offenders: Risk Factors and Successful Interventions*, Thousand Oaks, Sage Publications, pp. 86-105.
- Lisboa, Manuel; Frias, Graça e Ana Roque (2006), *Estudo para a Construção de um Observatório Local de Emprego. Caracterização Social do Desemprego no Concelho de Oeiras*, Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Liska, Allen E.; Krohn, Marvin D. e Steven F. Messner (1989), "Strategies and requisites for theoretical integration in the study of crime and deviance", em Messner, Steven F; Krohn, Marvin D. e Allen E. Liska (orgs.), *Theoretical Integration in the Study of Deviance and Crime: Problems and Prospects*, Albany, New York, State University of New York Press, pp. 1- 20.
- Liska, Allen E. (1987), *Perspectives on Deviance*, 2nd edition, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall.
- Liston, Ruth Alexandra (2007), The child in Criminology: site of intervention, site of control, site of blame, *eSharp*, Issue 11: Social Engagement, Empowerment and Change, University of Melbourne [acedido em 26/09/2009, em <http://www.aic.gov.au/publications>]
- Loeber, Rolf; Farrington, David e David Pethuck (2004), Delinquência infantil: intervenção e prevenção precoces, *Infância e Juventude*, n.º1, Jan.-Mar., 79-123.
- Loeber, Rolf; Farrington, David; Stouthamer-Loeber, Madga; Moffit, Terrie E.; Caspi, Avshalom; White, Helene R.; Wei, Evelyn e Jennifer M. Beyers (2003), "The Development of Male Offending. Key Findings From Fourteen Years of the Pittsburg Youth Study", em Thornberry, Terence P. e Marvin D. Krohn (orgs.), *Taking Stock of Delinquency. An Overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 93-136.
- Loeber, Rolf e David Farrington (2001), *Child Delinquents: Development, Interventions and Service Needs*, Thousand Oaks, Califórnia, Sage Publications.
- Loeber, Rolf; Stouthamer-Loeber, Madga; Van Kammen, Wilmot B. e David Farrington (1989), "Development of a new measure of self-reported antisocial behavior for young children: prevalence and reliability", em Klein, M. W. (org.), *Cross-national Research in Self-Reported Crime and Delinquency*, Dordrecht, Kluwer, pp.203-225.
- Lourenço, Nelson (2009), "Segurança, sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O espectro axial da relação de direitos, liberdades e garantias dos poderes do Estado", em MAI (org.), *Liberdade e Segurança*, Ministério da Administração Interna, pp. 81-92.
- Lourenço, Nelson; Lisboa, Manuel; Frias, Graça e Edite Rosário (2000), *Análise Sistemática da Criminalidade Participada à PSP e GNR (1993-1999) - Relatório Final*, SociNova, Lisboa, FSCH, Universidade Nova de Lisboa (documento não publicado).
- Lourenço, Nelson e Manuel Lisboa (1998), *Dez Anos de Crime em Portugal. Análise Longitudinal da Criminalidade Participada às Polícias (1984-1993)*, Cadernos do CEJ, Lisboa, Ministério da Justiça, Centro de Estudos Judiciários.

- Lourenço, Nelson; Lisboa, Manuel e Graça Frias (1998), Crime e insegurança: delinquência urbana e exclusão social, *Sub-Judice*, nº13, Lisboa, pp.51-59.
- Lourenço, Nelson e Manuel Lisboa (1992), *Representações da Violência*, Cadernos do CEJ, nº2, Lisboa, Ministério da Justiça, Centro de Estudos Judiciários.
- Lourenço, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria. Mudança Social na Região de Leiria*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- Lowenfeld, Vitor (1977), *A Criança e a sua Arte*, São Paulo, Editora Jau.
- Lucchini, Ricardo (1997), A rapariga da rua : prostituição, família e droga, *Infância e Juventude*, nº 3 Julho-Setembro, 9-70
- Machado, Fernando Luís e Alexandre Silva (2009), *Quantos Caminhos há no Mundo? Transições para a Vida Adulta num Bairro Social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Edições Principia.
- Machado, Fernando Luís (2001), Contextos e percepções de racismo no quotidiano, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, 53 - 80.
- Machado, Paulo (org.); Pereira, Álvaro; Rebelo, Margarida; Menezes, Marlucci; Craveiro, João; Santos, Alexandre; Leal, Alexandre; Gomes, Carla e Rita Guerra (2007a), *Metrópoles Seguras. Bases para uma Intervenção Multisectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*, Relatório Final de estudo realizado para o Ministério da Administração Interna, Volume II, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (documento não publicado).
- Machado, Paulo (org.); Pereira, Álvaro; Rebelo, Margarida; Menezes, Marlucci; Craveiro, João; Santos, Alexandre; Leal, Alexandre; Gomes, Carla e Rita Guerra (2007b), *Metrópoles Seguras. Bases para uma Intervenção Multisectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*, Relatório Final de estudo realizado para o Ministério da Administração Interna, Volume III, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (documento não publicado).
- Machado, Paulo (2005), *As Malbas que a (C)idade Tece - Mudança Social, Envelhecimento e Velhice em Meio Urbano*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia do Desenvolvimento e da Mudança Social, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (documento não publicado).
- Machado, Paulo; Craveiro, João Lutas e Marlucci Menezes (1992), *Contributos para o Estudo de um Bairro Degradado da Cidade de Lisboa. Análise Socioecológica da Quinta da Casquilha*, ICT, Informação Técnica, Ecologia Social, ITECS 10, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Machado, Zenite (2008), *A Criança, a Cidade e os Espaços de Jogo. Estudo da Independência de Mobilidade, Rotinas da Vida Cotidiana e Percepção do Espaço Urbano em Crianças de 10 e 12 Anos de Idade*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa (documento não publicado).
- Machioli, Cathy A. (1998), *Understanding Children's Drawings*, New York, The Guilford Press.
- Madge, Nicola (2006), *Children These Days*, Bristol, The Policy Press.
- Maffesoli, Michel (1985), *Essais sur la Violence*, Paris, Librairie des Méridiens.
- Malho, M^a João (2003), *A Criança e a Cidade. Independência de Mobilidade e Representações sobre o Espaço Urbano*, Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (documento não publicado).
- Mannheim, Herman (1986), *Criminologia Comparada*, Vols. I e II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mandell, Nancy (1991), "The least adult role in studying children", em Frances C. Waksler (org.), *Studying Social Worlds of Children*, London, Falmer Press, pp.38-59.

- Marques, M^a Margarida; Santos, Rui; Araújo, Fernanda e Sílvia Nóbrega (2001), *Realojamento no Concelho de Oeiras. Um Estudo Sociológico*, Cadernos Técnicos de Habitação, n^o1, Dezembro, Edição da Câmara Municipal de Oeiras, Direcção Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação e Departamento de Habitação.
- Marques, M^a. Margarida; Santos, Rui; Santos, Tiago e Sílvia Nóbrega (1999), *Realojamento e Integração Social. A População do Vale de Algés perante uma Operação de Requalificação Urbana. Exploração de Resultados*, Vols II e III, Socinova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri.
- Marques, M^a. Margarida; Santos, Rui; Pinto, M^a. Luís Rocha e Tiago Santos (1998), *Realojamento e Integração Social. A População do Vale de Algés perante uma Operação de Requalificação Urbana. Construção Indicial e Estratégia de Observação*, Vol. I, Socinova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri.
- Martinez, Ricardo; Carvalho, M^a João Leote de; Farinha, Vera; José, Teresa Montano de São e Nádía Vissram; (2005), “Estruturas de acolhimento de crianças e jovens em lares”, em Carneiro, Roberto (org.), *Casa Pia de Lisboa. Um Projecto de Esperança. As Estratégias de Acolhimento das Crianças em Risco*, Relatório Final do Conselho Técnico-Científico da Casa Pia de Lisboa, S. João do Estoril, Edições Principia, Publicações Universitárias e Científicas, pp. 395-522.
- Martinic (1992), *Análisis Estructural: Presentación de un Método para el Estudio de Lógicas Culturales*, Santiago, Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación (CIDE) (documento não publicado).
- Martins, António Maria e Yvette Parchão (2005), *A Legitimação Psicológica do Insucesso Escolar e a (Des)Responsabilização dos Professores*, Universidade de Aveiro [acedido em 08/11/2006, <http://sweet.ua.pt>]
- Martins, Ernesto Candeias (2006), A infância desprotegida portuguesa na primeira metade do século XX, *Infância e Juventude*, Outubro-Dezembro, n^o4, 93-130.
- Martins, Ernesto Candeias (2002), As reformas sociais e a protecção da criança marginalizada (estudo histórico do século XIX a meados do século XX), *Infância e Juventude*, Julho-Setembro, n^o3, 55-93.
- Martins, Ernesto Candeias (1998), Menores delinquentes e marginalizados (evolução da política jurídico-pena e sociopedagógica até à 1^a República), *Infância e Juventude*, Outubro-Dezembro, n^o 4, 67-114.
- Martins, Ernesto Candeias (1995), *A Problemática Socio-Educativa da Protecção e da Reeducação dos Menores Delinquentes e Inadaptados entre 1871 a 1962* (Vol. 1 e 2), Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Católica Portuguesa, Lisboa (documento não publicado).
- Matos, Armada P.M. (2004), “Violência na televisão e desenvolvimento do comportamento agressivo: o papel da aprendizagem social”, em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*, Coimbra, Almedina, pp. 215-250.
- Matza, David (1969), *Becoming Deviant*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall.
- Matza, David (1964), *Delinquency and Drift*, New York, Wiley.
- Mayall, Berry (2002), *Towards a Sociology for Childhood: Thinking from Children's Lives*, Maidenhead, Open University.
- McCord, Jonh (2002), “Forjar criminosos na família”, em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Família. Uma Abordagem Científica*, Coimbra, Almedina, pp. 15-36.
- McIntyre, Alice (2000), *Inner-City Kids. Adolescents Confront Life and Violence in an Urban Community*, New York, New York University Press.
- ME - Ministério da Educação (2010), *50 Anos de Estatísticas da Educação*, Lisboa, Ministério da Educação [acedido em 07/04/2010, <http://www.gepe.min-edu.pt>]

- ME - Ministério da Educação (2007), *Medidas de Política Educativa para o Ano Lectivo 2007/08* [acedido em 23/09/2007, em <http://www.min-edu.pt/np3/1006.html>]
- ME - Ministério da Educação (2004), *Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar*, Lisboa, Ministério da Educação.
- Menezes, Marlucci (2007), *Modalidades de uso/apropriação e o planeamento dos espaços públicos urbanos: contributos para a análise e intervenção*, LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Menezes, Marlucci e Ana Almeida (2006), *Direito à Cidade. Reflexão em torno da Incidência do Termo Mistura Social nas Políticas Habitacionais e Urbanas Portuguesas*, Lisboa, LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Menezes, Marlucci (2005), *Espaço Público Urbano e Práticas Sócio-culturais de Uso, sua Apropriação e Representação*, em “Cadernos Edifícios”, n.º 4, Lisboa, LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil, pp. 137-148.
- Menezes, Marlucci (2004), *Mouraria, Retalhos de um Imaginário: Significados Urbanos de um Bairro de Lisboa*, Celta Editora, Oeiras.
- Menezes, Marlucci (2002), *Espaço: Manutenção, Mudança e Representação na Madragoa*, Informação Técnica de Ecologia Social ITECS34, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- Menezes, Marlucci; Rebelo, Margarida e João Craveiro (1992), *Bairro do Casal Ventoso – Elementos Para Uma Caracterização Sócio-ecológica*, Relatório 211/92, Lisboa, LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Merton, Robert (1970), *Sociologia, Teoria e Estrutura*, 1ª edição em português da versão ampliada em inglês de 1968, São Paulo, Editora Mestre Jou.
- Ministério da Justiça (1999), *Lei Tutelar Educativa*, Decreto-Lei nº166/99, de 14 de Setembro.
- Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (1999), *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, Decreto-Lei nº147/99, de 1 de Setembro.
- Moffitt, Terrie E. (1993), Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior : a developmental taxonomy, *Psychological Review*, 100, 674-701.
- Moignard, Benjamin (2008), *L'École et la Rue: Fabriques de Délinquance*, Recherches Comparatives en France et au Brésil, Paris, PUF.
- Mollo-Bouvier, Suzanne (2006), “La sociologie de l'enfance. Des premiers pas à la crise de croissance”, em Sirota, Régine (org.) (2006), *Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*, Rennes, Presses Universitaires, pp. 37-40.
- Mollo-Bouvier, Suzanne (2005), Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica, *Educação e Sociedade*, Vol. 26, nº91, Maio/Agosto, 391-403 [acedido em 05/04/2007, em <http://www.cedes.unicamp.br>]
- Montandon, Cléopâtre (2006), “De l'étude de la socialisation des enfants à la sociologie de l'enfance: nécessité ou illusion épistémologique?”, em Sirota, Régine (org.), *Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*, Rennes, Presses Universitaires, pp. 41-50.
- Montandon, Cléopâtre (2001), Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa, *Cadernos de Pesquisa*, Março, nº112, 33-60
- Montandon, Cléopâtre e Françoise Osiek (1998), Children's perspectives on their education, *Childhood*, 5, 247-263.
- Morenoff, Jeffrey D.; Sampson, Robert J. e Stephen W. Raudenbush (2001), Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence, *Criminology*, Volume 39, nº3, 517-558
- Moura, Dulce (2003), Riscos e delinquências juvenis em contextos de realojamento, *Cidades - Comunidades e Territórios*, CET/ISCTE, nº7, Dezembro, 19-36.

- Mucchielli, Laurent e Abderrahim Aït-Omar (2007), *Les Émeutes de l'Automne 2005 dans les Banlieues Françaises du Point de Vue des Émeutiers*, texto [acedido em 10/09/2009, em <http://www.laurent-mucchielli.org/index.php?pages/Emeutes-et-quartiers-populaires>]
- Mucchielli, Laurent (2001), Le contrôle parental du risque de délinquance juvénile, *Recherches et Prévisions*, n° 63, 3-18.
- Mucchielli, Roger (1974), *L'Analyse de Contenu des Documents et des Communications-Connaissance du Problème*, 6ème édition, Collection Formation Permanente en Sciences Humaines, Paris.
- Musick, David (2001), *An Introduction to the Sociology of Juvenile Delinquency*, Albany, State University of New York Press.
- Najman, Jake M; Bor, William; Andersen, Margaret; O'Callaghan, Michael e Gail M. Williams (2000), Preschool children and behaviour problems: a prospective study, *Childhood*, vol. 7, n°4, November, 439-466.
- Naplava, Thomas e Dietrich Oberwittler (2002), “Factores familiares e delinquência juvenil – resultados da investigação sociológica na Alemanha”, em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Família. Uma Abordagem Científica*, Coimbra, Almedina, pp. 157-180.
- Näsman, Elizabeth (1994), *Individualization and institutionalization of childhood in today's Europe*, em Qvortrup, Jens; Bardy, Marjatta; Sgritta, Giovanni e Helmut Wintersberger (orgs.), *Childhood Matters. Social Theory, Practice and Politics*, Vienna, European Centre for Social Welfare Policy and Research, pp.165-188.
- Negreiros, Jorge (2001), *Delinquências Juvenis. Trajectórias, Intervenções e Prevenção*, Coleção Comportamentos, Lisboa, Editorial Notícias.
- Neto, Carlos e M^a. João Malho (2004a), *A Criança e a Cidade: Rotinas de Vida e Percepção do Espaço Urbano*, comunicação apresentada no 8^{ème} Congrès International des Villes Éducatrices: Une Autre Ville est Possible. L'Avenir de la Ville Comme Project Éducatif, Génova.
- Neto, Carlos e M^a.João Malho (2004b), *Espaço Urbano e Independência de Mobilidade na Infância*, Boletim do IAC, Lisboa, n° 73, Separata n°11, Julho/Setembro, 1-4.
- Neto, Carlos (2005), “A mobilidade do corpo na infância e desenvolvimento urbano: um paradoxo da sociedade moderna”, em Rodrigues, David (org.) (2005), *O Corpo que (Des)Conhecemos*, Cruz Quebrada, Edições FMH, pp. 15-32.
- Neves, Tiago (2008), *Entre Educativo e Penitenciário: Etnografia de um Centro de Internamento de Menores Delinquentes*, Porto, Edições Afrontamento.
- Newman, Oscar (1972), *Defensible Space: People and Design in the Violent City*, New York, MacMillan.
- Nóvoa, António (1986), *Do Mestre-escola ao Professor do Ensino Primário. Subsídios para a História da Profissão Docente em Portugal (séculos XVI-XX)*, Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, Universidade Técnica de Lisboa.
- Nye, F. Ivan (1958), *Family Relationships and Delinquent Behavior*, New York, Wiley.
- O'Brien, Margaret (2003), “Regenerating children's neighbourhoods: what do children want?”, em Christensen, Pia e Margaret O'Brien (orgs.), *Children in the City. Home, Neighbourhood and Community*, Oxon, Routledge, pp. 142-161.
- OJJDP (2003), Child Delinquency: Early Intervention and Prevention, *Child Delinquency Bulletin Series*, U.S. Department of Justice, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, May 2003.
- Oliveira, Carmen Silveira de; Wolff, Maria Palma; Conte, Marta e Ronaldo César Henn (2004), Violência e Cidade: existiria uma geografia do crime?, *O Público e o Privado*, n°4, Julho-Dezembro, 87-101.
- ONU (2008), *State of the World's Cities 2008/09*, New York, UNHabitat, [acedido em 02/06/2009, em <http://www.unhabitat.org/content.asp>]

- Pais, José Machado; Carvalho, Clara e Neusa Mendes de Gusmão (orgs.) (2008), *O Visual e o Quotidiano*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Coleção Trajectórias, Porto, Âmbar editora.
- Pais, José Machado (org.) (2000), *Traços e Riscos de Vida*, Lisboa, Âmbar.
- Pais, José Machado (org.) (1999), *Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*, Porto, Âmbar Editora.
- Pais, José Machado (1996), *Culturas Juvenis*, 3ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Paradell, Lluís, (2008), *Estrategias de Actuación y el Fenómeno de las Maras en el Marco del Abordaje de los Casos de Jóvenes Implicados en los Nuevos Grupos Juveniles Organizados y Violentos*, comunicação apresentada nas *Jornadas sobre Delincuencia Colectiva Juvenil*, organização do Centro de Estudios Jurídicos (Espanha) e Centro de Estudos Judiciários (Portugal), em Vigo, 3 de Junho (documento não publicado).
- Park, Robert E.; Burgess, Ernest W. e Roderick D. McKenzie (1925), *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*, midway reprint, 1967, Chicago, University of Chicago Press.
- Park, Robert e, Ernest W. Burgess (1921), *Introduction to the Science of Sociology*, 3rd revised edition, 1969, Chicago, University of Chicago Press.
- Parkes, Jenny (2007), The multiple meanings of violence: children's talk about life in a South African neighbourhood, *Childhood*, Vol. 14(4), 401-414.
- Parsons, Talcott e Robert F. Bales (1956), *Family, Socialization and Interaction Process*, London, Routledge and Kegan Paul, Ltd.
- Passeron, Jean-Claude (1989), Biographies, flux, itinéraires, trajectoires, *Revue Française de Sociologie*, 31 (5), 3-22.
- Patterson, Gerald R. e Yorger, Karen (2002), “Um modelo desenvolvimental da delinquência de início tardio”, em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Família. Uma Abordagem Científica*, Coimbra, Almedina, pp.93-156.
- Pedroso, João e Graça Fonseca (1999), A justiça de menores, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n°55, Novembro, 131-166.
- Peneff, Jean (2009), *Le Goût de l'observation. Comprendre et pratiquer l'observation participante en sciences sociales*, Paris, La Découverte.
- Pérez, Beatriz Corsino; Póvoa, Juliana; Monteiro, Renata e Lúcia Rabello de Castro (2008), Cidadania e participação social: um estudo com crianças no Rio de Janeiro, *Psicologia e Sociedade*, Vol. 20, n°2, Porto Alegre, May/Aug. [acedido em 02/08/2009, em <http://www.scielo.br>]
- Perrenoud, Philippe (2002), “Os sistemas educativos face às desigualdades e ao insucesso escolar: uma incapacidade mesclada de cansaço”, em Duarte, José B. (org.), *Igualdade e Diferença. Numa Escola Para Todos*, Lisboa, Ed. Universitárias Lusófonas, pp. 17-44.
- PGDL (2009), *A Intervenção Tutelar Educativa no Distrito Judicial de Lisboa*, Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa [acedido em 30/08/2009, <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl>]
- Pinto, Manuel (2000), *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pinto, Manuel e Manuel Jacinto Sarmento (orgs.) (1999), *Saberes Sobre as Crianças, Para uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.
- Pinto, Manuel (1997), “A infância como construção social”, em Pinto, Manuel e Manuel Jacinto Sarmento (orgs.), *As Crianças – Contextos e Identidades*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança, pp. 31-74.

- Pinto, Manuel e Manuel Jacinto Sarmento (orgs.) (1997), *As Crianças, Contextos e Identidades*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.
- Piquero, Nicole L.; Gover, Angela R.; MacDonald, Jonh M. e Alex Piquero (2005), The influence of delinquent peers on delinquency: does gender matter?, *Youth & Society*, Vol. 36, nº 3, March, 251-275.
- Pires, Álvaro (1995), A propos des objectes en criminologie: quelques réponses, *Déviance et Société*, Vol. 19 (3), 291-303.
- Piret, Anne; Nizet, Jean e Etienne Bourgeois (1996), *L'Analyse Structurale. Une méthode d'Analyse de Contenu pour les Sciences Humaines*, Bruxelles, De Boeck Université
- Pitts, Jonh (2008), *Reluctant Gangsters: the Changing Shape of youth Crime*, Devon, Willan Publishing.
- Plummer, Ken (org.) (1997), *The Chicago School: Critical Assessments*, Vol. I, London, Routledge.
- Ponte, Cristina (2005), *Crianças em Notícia. A Construção da Infância pelo Discurso Jornalístico 1970-2000*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais-Imprensa de Ciências Sociais.
- Ponte, Cristina e Bruna Afonso (2009), “Crianças e jovens em notícia – Análise da cobertura jornalística em 2005”, em Ponte, Cristina (org.), *Crianças e Jovens em Notícia*, Lisboa, Livros Horizonte, pp 29-46.
- Ponte, Cristina e Nelson Vieira. (2009), *Crianças e Internet, Riscos e Oportunidades Um desafio para a agenda de pesquisa nacional*, Projecto EU Kids Online Portugal, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa e Universidade Técnica de Lisboa [acedido em 22/05/2009, <http://www2.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs>]
- Ponte, Cristina e Daniel Cardoso, (2008), *Mind the (generational) gap. Children's online experiences, adult concerns and challenges for rising awareness in European countries*, comunicação apresentada no *European Sociological Association RN18 Meeting*, Lisboa, 17-18 de Outubro de 2008.
- Popkin, Susan J.; Gwiasda, Victoria E.; Olson, Lynn M.; Rosenbaum, Dennis P. e Larry Buron (2000), *The Hidden War. Crime and Tragedy of Public Housing in Chicago*, New Jersey, Rutdgers University Press.
- Portas, Nuno (2004), *A Habitação Social. Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Prout, Alan (2005), *The Future of Childhood*, New York/London, Routledge Falmer.
- Prout, Alan (2002), Researching children as social actors: an introduction to the children 5-16 Programme, *Children & Society*, 16, 67-76.
- Pruin, Ineke (2010), “The scope of juvenile justice systems in Europe”, em Dünkkel, Frieder; Grzywa, Joana; Horsfield, Philip e Ineke Pruin (orgs.), *Juvenile Justice Systems in Europe. Current Situation and Reform Developments*, Vol. 4., Mönchengladbach, Forum Verlag Godesberg GmbH, pp.1513-1556.
- Punch, Samantha (2002a), Research with children. The same or different from research with adults?, *Childhood*, 9(3), 321-341.
- Punch, Samantha (2002b), Interviewing strategies with young people: the “secret box”. stimulus material and task-based activities, *Children&Society*, 16, 45-56.
- Punch, Samantha (2000), “Children’s strategies for creating playspaces. Negotiating independence in rural Bolivia”, em Holloway, Sarah L. e Gill Valentine (orgs.), *Children’s Geographies. Playing, Living, Learning*, London, Routledge, pp48-62.
- Pureza, José Manuel; Moura, Tatiana; Santos, Rita; Afonso, Carla e Marta Peça (2010), *Violência e Armas Ligeiras. Um Retrato Português*, Documento Síntese do Projecto de Investigação, Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra [acedido em 28/05/2010, em <http://www.ces.uc.pt/ogiva/media/documento sintese-violencia e armas ligeirasCES2010.pdf>]

- Queloz, Nicolas (1994), Fenómenos de dissociação do laço social, comportamentos desviantes dos jovens e intervenções sociais, *Infância e Juventude*, nº4, Outubro-Dezembro, 9-32.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Qvortrup, Jens (2005), “Varieties of childhood”, em Qvortrup, Jens (org.), *Studies in Modern Childhood. Society, Agency, Culture*, New York, Palgrave MacMillan, pp. 1-20.
- Qvortrup, Jens (1999), *A Infância na Europa: Novo Campo de Pesquisa Social*, Textos de Trabalho, nº1, Instituto de Estudos da Criança, Braga, Universidade do Minho.
- Qvortrup, Jens (1995), “Childhood in Europe: a new field of social research”, em Chisholm, Lynne; Büchner, Peter; Krüger; Heinz Herman e Manuella Bois-Reymond (orgs.), *Growing Up in Europe: Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*, New York, Walter De Gruyter&Co, pp.7-19.
- Qvortrup, Jens (1994), “Childhood Matters: An Introduction”, em Qvortrup, Jens; Bardy, Marjatt; Sgritta, Giovanni e Helmut Wintersberger (orgs.), *Childhood Matters: Social Theory, Practice and Politics*, Aldershot, Avebury, pp. 1-23.
- Rasmussen, Kim (2004), Places for children, children’s places, *Childhood*, 11, 155-173.
- Rasmussen, Kim e Soren Smidt (2003), “Children in the neighbourhood”, em Christensen, Pia e Margaret O’Brien (orgs.), *Children in the City. Home, Neighbourhood and Community*, Oxon, Routledge, pp.82-100.
- Rayou, Patrick (2005), Crianças e jovens, actores sociais na escola, como os compreender?, *Educação e Sociedade*, Campinas, Vol. 26, nº91, 465-848.
- REAPN (2010), *Pobreza Infantil. Documento de Trabalho*, Grupo de Trabalho da Rede-Europeia Anti Pobreza/Portugal, Braga (no prelo).
- Rebelo, Margarida (2006), *Estudos em Branco e Negro: Modelos de Redução do Preconceito Inter-étnico na Infância*, TPI 41, Lisboa, LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Regoli, Robert M. e Jonh D. Hewitt (1991), *Delinquency in Society. A Child-Centered Approach*, New York, McGraw-Hill, Inc.
- Rémy, Jean e Liliane Voyé (1994), *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição*, Porto, Edições Afrontamento.
- Resende, José M. e M^a. Manuel Vieira (2000), As cores da escola: concepções de justiça nos discursos sobre a multiculturalidade na escola portuguesa, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa, Passados Recentes, Futuros Próximos*, Acta 053 [acedido em 06/03/2005, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc777ef476_1.PDF]
- Rizzini, Irene; Pereira, Luciléia e Nisha Thapliyal (2008), Percepções e experiências de participação de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro, *Revista Katálisis*, Florianópolis V. 10, nº2, Jul./Dez., 164-177.
- Robinson, Chris e Mary Kellet (2004), “Power”, em Fraser, Sandy; Lewis, Vicky; Ding, Sharon; Kellet, Mary e Chris Robinson (orgs.), *Doing Research with Children and Young People*, London, Sage Publications, pp.81-96.
- Rocha, Cristina; Ferreira, Manuela e Tiago Neves (2002), O que as estatísticas nos "contam" quando as crianças são contadas" ou... as crianças nas estatísticas oficiais e a infância como construção social (Portugal 1875-1925), *Educação Sociedade & Culturas*, nº 17, 33-66.
- Roché, Sébastien (2003), *En Quête de Sécurité. Causes de la Délinquance et Nouvelles Réponses*, Paris, Armand Colin.
- Roché, Sebastien (2001), *La Délinquance des Jeunes. Les 13-19 Ans Racontent Leurs Délits*, Paris, Éditions du Seuil.

- Roché, Sebastian (1998), Société complexe, modernité et insécurité, *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, Vol LI, nº4, Octobre-Décembre, pp. 387-394.
- Roché, Sebastian (1993), *Le Sentiment d'Insécurité*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Rodrigues, Anabela e António Duarte Fonseca (2010), Portugal, em Dünkler, Frieder; Grzywa, Joana; Horsfield, Philip e Ineke Pruin (orgs.), *Juvenile Justice Systems in Europe. Current Situation and Reform Developments*, Vol. 2, Mönchengladbach, Forum Verlag Godesberg GmbH, pp. 1027-1076
- Rodrigues, Anabela e António Duarte Fonseca (2000), *Comentário da Lei Tutelar Educativa*, Coimbra Editora.
- Rodrigues, Anabela (1999), Política criminal e política de menoridade, *Psicologia: Teoria, Investigação e Práticas*, Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho, nº2, 285-294.
- Rodrigues, José Cavaleiro (2003), As lógicas sociais dos processos de realojamento. Da requalificação residencial às lutas de classificação em novos bairros de habitação social, *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº7, Dezembro, 91-99.
- Rodrigues, Luísa Machado; Antunes, Carla e Zilda Mendes (1997), *Padrões de Consumo e Desviância em Menores Sob Tutela*, Coleção Droga-Crime: Estudos Interdisciplinares, Vol. 5, Lisboa, Ministério da Justiça, Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Rodrigues, Rui Manuel (2010), *Violência nas Escolas. As Representações dos Professores sobre a Violência na Escola e a Actuação Policial*, Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. (documento não publicado).
- Rosebaum, Emily e Laura E. Harris (2001), Low-income families in their new neighborhoods, *Journal of Family Issues*, Vol. 22, nº2, Março, 183-210.
- Ross, Nicola (2006), *Self-directed photography: a method for engaging children, enabling participation, and capturing everyday experiences*, comunicação apresentada em *Childhood and Youth: Choice and Participation International Conference*, 4-6 Julho, University of Sheffield, Reino Unido (documento não publicado).
- Roussel, Louis. (1992), O futuro da família, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº11, 165-179.
- Rutter, Michael (2004), “Dos indicadores de risco aos mecanismos da causalidade: análise de processos cruciais”, em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*, Coimbra, Almedina, pp. 11-39.
- Sampson, Robert J. (2008), “After-school” Chicago: space and the city, *Urban Geography*, 29, nº2, 127-137.
- Sampson, Robert J. e Jeffrey D. Morenoff (2006), “Durable inequality: spatial dynamics, social processes, and the persistence of poverty in Chicago neighborhoods”, em Bowles; Samuel; Durlauf, Steve e Karla Hoff (orgs.), *Poverty Traps*, New Jersey, Princeton University Press, pp. 176-203.
- Sampson, Robert J. e Stephen W. Raudenbush (2005), Neighborhood stigma and the perception of disorder, *Focus*, Vol. 24, nº 1, Fall, 7-11.
- Sampson, Robert J. (2004a), Neighbourhood and community. Collective efficacy and community safety, *New Economy*, 106-113.
- Sampson, Robert J. (2004b), “Networks and neighbourhoods: the implications of connectivity for thinking about crime in the modern city”, em McCarthy, Helen; Miller, Paul e Paul Skidmore (orgs.), *Network Logic: Who Governs in an Interconnected World?*, London, Demos, pp. 157-166.
- Sampson, Robert J. (2002), Transcending tradition: new directions in community research, Chicago style, *Criminology*, Volume 40, nº2, 213-230.

- Sampson, Robert J. e Stephen W. Raudenbush (2001), Disorder in urban neighborhoods. Does it lead do crime?, *Research in Brief*, National Institute of Justice, U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, February [acedido em 18/06/2008, em <http://www.ojp.usdoj.gov/nij>]
- Sampson, Robert J.; Morenoff, Jeffrey D. e Felton Earls (1999), Beyond social capital: spatial dynamics of collective efficacy for children, *American Sociological Review*, Vol. 64, October, 633-660.
- Sampson, Robert J. e Dawn J. Bartusch (1998), Legal cynicism and (sub)cultural? Tolerance of deviance: the neighborhood context of racial differences, *Law e Society*, Vol. 32, nº4, 777-804.
- Sampson, Robert J.; Raudenbush, Stephen W. e Felton Earls (1997), Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy, *Science*, Vol. 277, August, 918-924.
- Sampson, Robert J. e John H. Laub (1994), Urban poverty and the family context of delinquency: a new look at structure and process in a classic study, *Child Development*. 65 (special refereed issue on "*Children and Poverty*"), 523-540.
- Sampson, Robert J. e W. Byron Groves (1989), Community structure and crime: testing social-disorganization theory, *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, nº4, January, 774-802.
- Sampson, Robert J. (1986), Crime in the cities: the effects of formal and informal social control, *Crime and Justice*, Vol. 8, Communities and Crime, 271-311.
- Santos, Boaventura Sousa (2001), “Os processos de globalização”, em Santos, Boaventura Sousa (org.), *Globalização. Fatalidade ou Utopia?*, 2ª edição, Porto, Edições Afrontamento, pp. 31-109.
- Santos, Boaventura Sousa; Pedroso, João; Gersão, Eliana; Fonseca, Graça; Lourenço, Isabel; Pinto, Paulo e Renato Santos (1998), *A Justiça de Menores. As Crianças Entre o Risco e Crime*, Relatório do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Vol. IV, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Santos, Boaventura Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (1987), *Um Discurso Sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, Irene (2004), *Quem habita os alunos? A Socialização de Crianças de Origem Africana*, Lisboa, EDUCA, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- Saraceno, Chiara (2003), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Saramago, Sílvia (2005), *O Protagonismo das Crianças*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (documento não publicado).
- Saramago, Sílvia (1999), *O Lugar dos Espaços Domésticos nos Processos de Construção das Identidades das Crianças*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Saramago, Sílvia (1994), As identidades da infância, núcleos e processos de construção das identidades infantis, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, 151-171.
- Sarmiento, Manuel Jacinto (2007), *Conhecer a Infância: os Desenhos das Crianças como Produções Simbólicas*, Lição de Síntese para Provas de Agregação, Braga, Universidade do Minho (documento não publicado).
- Sarmiento, Manuel Jacinto (2006), *Les Cultures de l'Enfance au Carrefour de la Seconde Modernité*, em Sirota, Régine (org.), *Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*, Rennes, Presses Universitaires, pp. 307-316.

- Sarmento, Manuel Jacinto (2004a), "As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade", em Sarmento, Manuel e Ana Beatriz Cerisara (orgs.), *Crianças e Miúdos. Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e da Educação*, Porto, Edições ASA, pp. 9-34.
- Sarmento, Manuel Jacinto (2004b), *Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância*, comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia, Braga, Universidade do Minho, 12-15 de Maio.
- Sarmento, Manuel Jacinto; Soares, Natália e Catarina Almeida Tomás (2004), *Child social participation and active citizenship*, comunicação apresentada em CiCe - 6th Annual Conference, Kraków, Polónia [acedido em 17/09/2007 [http://cedic.iec.uminho.pt/Textos de Trabalho/textos/ArtigoCICE ing.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos%20de%20Trabalho/textos/ArtigoCICE_ing.pdf)]
- Sarmento, Manuel Jacinto (2000a), "Os ofícios da criança", em *Actas do Congresso Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*, Braga, IEC, Universidade do Minho, Vol. II, pp. 125-145.
- Sarmento, Manuel Jacinto (2000b), A infância e o trabalho, a (re)construção social dos "ofícios da criança", *Fórum Sociológico*, 3/4 (2ª), 33-47.
- Sarmento, Manuel Jacinto (1999), Percursos de exclusão e de inclusão social das gerações jovens, *Infância e Juventude*, 47-67.
- Scales, Peter C.; Benson, Peter L.; Roehlkepartain, Eugene C.; Hintz, Nicole R.; Sullivan, Theresa K. e Marc Mannes (2004), The role of parental status and child age in the engagement of children and youth with adults outside their families, *Journal of Family Issues*, Vol. 25, nº 4, Setembro, 735-760.
- Schnapper, Dominique (1999), *La Compréhension Sociologique*, Paris, PUF.
- Schneider, Cornelia (2010), *Research ethics policies and their impact on research with children: comparing Canada and France*, comunicação apresentada no XVII ISA World Congress *Sociology on the Move*, RC53, 11th-17th July, Gothenburg (documento não publicado).
- Seabra, Hugo Martinez de (2005), *Delinquência a Preto e Branco. Estudo de Jovens em Reinserção*, Lisboa, Edição do ACIME-Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Seaton, Eleanor K. e Ronald D. Taylor (2003), Exploring processes in urban, low-income African American families, *Journal of Family Issues*, Vol. 24, nº 5: 627-644
- Sebastião, João; Alves, Mariana Gaio; Campos, Joana e Patrícia Amaral (2004), Escola e Violência: Conceitos, Políticas, Quotidianos, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, relatório de pesquisa [acedido em 13/09/2006, em <http://www.cies.iscte.pt/relatorio/ficha.jsp?pkid=876&a=1023719004>]
- Sebastião, João (1998), Os dilemas da escolaridade, em Costa, António Firmino e José Manuel Leite Viegas (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, 2ª edição, Oeiras, Celta Editora, pp. 311-329.
- Sebastião, João (1995), Modos de vida marginais, o caso das crianças de rua de Lisboa, *Infância e Juventude*, 95(2), 9-18.
- Sellin, Thorsten (1938), Culture Conflict and Crime, *The Social Science Research Council Bulletin*, 41, 63-70.
- Selosse, Jacques (1976), As causas da delinquência juvenil, *Infância e Juventude*, nº3, Jul.-Set., pp. 24-28.
- Sen, Amartya (1999), *Development as Freedom*, New York, Anchor Books.
- Serrano, João (2004). *Mudanças Sociais e Estilos de Vida no Desenvolvimento da Criança: Estudo do Nível de Independência de Mobilidade e da Actividade Física nas Rotinas de Vida Quotidiana em Crianças de 8, 10 e 12 Anos de Idade no Meio Urbano*, Dissertação de Doutoramento em Motricidade Humana na especialidade de Ciências da Motricidade, Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa (documento não publicado).
- Shaftoe, Henry (2008), *Convivial Urban Spaces: Creating Effective Public Spaces*, London: Earthscan

- Shaw, Clifford e Henry McKay (1971), *Male Juvenile Delinquency as Group Behavior*, em Short, James F. (org.) (1971), *The Social Fabric of the Metropolis: Contributions of the Chicago School of Urban Sociology*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 17-32.
- Shaw, Clifford e Henry McKay (1942), *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, revised edition, 1969, Chicago, University of Chicago Press.
- Shaw, Clifford (1931), *The Jack-Roller: a Delinquent Boy's Own Story*, revised edition, 1966, London, The University of Chicago Press.
- Shoemaker, Donald J. (1990), *Theories of Delinquency*, Oxford University Press.
- Silva, Manuel Carlos e Susana Silva (2000), Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia – Sociedade Portuguesa, Passados Recentes, Futuros Próximos*, Acta044 [acedido em 18/01/2007, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc25ad1f76_1.PDF]
- Silva, Cristina (1995), *Jovens, Percursos e Aspirações Escolares e Profissionais – Um Estudo Sobre Alunos do 10º Ano no Concelho de Setúbal*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (documento não publicado).
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Silva; Manuela e Afredo Bruto da Costa (orgs.) (1989), *A Pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa, Edições Cáritas.
- Silva, M^a. Aparecida de Moraes; Melo, Beatriz Medeiros de e Andreia Peres Appolinário (2007), A família tal como ela é nos desenhos de crianças, *Ruris*, Volume 1, N° 1, Março, 105-155.
- Simões, M^a Celeste (2007), *Comportamentos de Risco na Adolescência*, Lisboa,, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simons, Leslie G.; Simons, Ronald L.; Conger, Rand D. e Gene H. Brody (2004), Collective socialization and child conduct problems: a multilevel analysis with an African American Sample, *Youth & Society*, 35, 267-291.
- Sirota, Régine (2006), “Petit objet insolite ou champ constitué, la Sociologie de L’Enfance est-elle encore dans les choux?”, em Sirota, Régine (org.), *Éléments pour une Sociologie de l’Enfance*, Rennes, Presses Universitaires, pp. 13-36.
- Sirota, Régine (org.) (1998), Emergence d’une Sociologie de L’Enfance, *Éducation et Société*, n°2, 9-34.
- Snyder, H.N (2001), “Epidemiology of official offending”, em Loeber, Rolf e David Farrington (2001), *Child Delinquents: Development, Interventions and Service Needs*, Thousand Oaks, California, Sage Publications, pp.25-46.
- Snodgrass, Jon. (1976), Clifford R. Shaw and Henry D. McKay: Chicago Criminologists, *The British Journal of Criminology*, 16 (Jan.), 1-19.
- Soares, Natália e Catarina Almeida Tomás (2004), “Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância: os intrincados trilhos da participação e do protagonismo social e político das crianças”, em Manuel Jacinto Sarmento e Ana Beatriz Cerisara (orgs.), *Crianças e miúdos: Perspectivas sociopedagógicas da Infância e Educação*, Porto, Edições ASA, pp. 135-162
- Soares, Natália (2002), *Os Direitos da Criança nas encruzilhadas da protecção e da participação*, comunicação apresentada no I Encontro Nacional sobre Maus-tratos, Negligência e Risco na Infância e Adolescência, organizado pela ASAS, Novembro, Maia [acedido em 17/09/2006, em <http://cedic.iec.uminho.pt/Textos de Trabalho/ textos/ dirciencpropar.pdf>]
- Soares, Natália Fernandes (2001), *Outras infâncias. A situação social das crianças atendidas numa Comissão de Protecção de Menores*, Braga, Universidade do Minho, CESC.

- Stewart, Eric A. e Ronald L. Simons (2009), *The Code of the Street and African-American Adolescent Violence*, Research in Brief, U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, National Institute of Justice [acedido em 10/10/2009, em <http://www.ojp.usdoj.gov/nij>].
- Spicker, Paul (2007), *The Idea of Poverty*, London, Polity Press.
- Sudan, Dimitri (1997), Da criança culpada ao sujeito de direitos: alterações dos modos de gestão da delinquência juvenil (1820-1989), *Infância e Juventude*, n.º 3, 71-96.
- Sun, Ivan Y.; Triplett, Ruth e Randy R. Gainey (2004), Neighborhood characteristics and crime: a test of Sampson and Groves' Models of Social Disorganization, *Western Criminology Review*, 5(1), 1-16.
- Sutherland, Edwin e Donald Cressey (1970), *Criminology*, 10th edition, Philadelphia, Lippincott.
- Svensson, Robert (2003), Gender differences in adolescent drug use, *Youth & Society*, 34, 300-329.
- Szabo, Denis (1963), *La Délinquance Juvenile*, Comité International pour la Documentation des Sciences Sociales, Amsterdam, North Publishing Company (documento não publicado de versão traduzida, Ministério da Justiça).
- Taylor, Ian; Walton, Paul e Jock Young (1973), *The New Criminology. For a Social Theory of Deviance*, London, Routledge.
- Teles, Nair (1999), "Une réflexion sur les théories de la jeunesse", em Gauthier, Madeleine e Jean-François Guillaume (orgs.), *Définir la Jeunesse? D'un Bout à L'autre du Monde*, Paris, L'Harmattan, pp. 46-54.
- Thornberry, Terence P. e Krohn, Marvin D. (2004), "O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interaccionista", em Fonseca, António C. (org.), *Comportamento Anti-Social e Crime. Da Infância à Idade Adulta*, Coimbra, Almedina, pp. 133-161.
- Thornberry, Terence P. e Marvin D. Krohn (orgs.) (2003), *Taking Stock of Delinquency. An Overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Thornberry, Terence P.; Lizotte, Alan J.; Krohn, Marvin D.; Smith, Carolyn, A. e Pamela K. Porter (2003), "Causes and Consequences of Delinquency. Findings from the Rochester Youth Development Study", em Thornberry, Terence P. e Marvin D. Krohn (orgs.), *Taking Stock of Delinquency. An Overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 11-46.
- Tomás, Catarina Almeida (2009), *A diferença que a cor faz: infância, educação e racismo*, comunicação apresentada no X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Bragança, 30 de Abril e 1 e 2 de Maio de 2009 (documento não publicado).
- Tomás, Catarina Almeida (2006), *Há muitos mundos no mundo...Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças - Diálogos entre Crianças de Portugal e Brasil*, Dissertação de Doutoramento em Estudos da Criança, área de conhecimento da Sociologia da Infância, Universidade do Minho (documento não publicado).
- Tomás, Catarina Almeida e Natália Soares (2004), O cosmopolitismo infantil: uma causa (sociologicamente) justa, *Actas dos Ateliers do V Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação*, Atelier: Cidadania e Políticas [acedido em 17/09/2006, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460e8539509a8_1.pdf]
- Tonkiss, Fran (2005), *Space, the City and Social Theory*, Social Relations and Urban Forms, Malden, Polity Press.
- Torres, Anália (org.), Pegado, Elsa; Sarmiento, Manuel; Hilário, Ana Patrícia; Freitas, Andrea; Sousa, Isabel; Cruz, Raquel e Raquel Penha (2008), *Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens*, Relatório Final, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (documento não publicado).

- Tremblay, Richard E.; Vitaro, Frank; Nagin, Daniel; Pagani, Linda e Jean R. Séguin (2003), “The Montreal Longitudinal and Experimental Study”, em Thornberry, Terence P. e Marvin D. Krohn (orgs.), *Taking Stock of Delinquency. An Overview of Findings from Contemporary Longitudinal Studies*, New York, Kluwer Academic/Plenum Publishers, pp. 205-254.
- UE (2006), *EU Integration Seen Through Statistics – Key Facts of 18 Policy Area*, Eurostat, 2006 Edition, European Communities, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities [acedido em 03/02/2007, <http://europa.eu>].
- UE (2004), *Educação & Formação para 2010: A urgência das reformas necessárias para o sucesso da Estratégia de Lisboa*, documento do Conselho 6905/04EDUC43 [acedido em 03/04/2005, <http://europa.eu>].
- UE (2000a), *Conclusões do Seminário sobre a Justiça de Menores na Europa*, sob a Presidência Francesa da União Europeia (documento não publicado).
- UE (2000b), *Síntese dos Questionários sobre Delinquência de Menores*, Paris (documento não publicado).
- Vala, Jorge (1986), “A Análise de Conteúdo”, em Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 101-128.
- Vala, Jorge (1985), Contribuições para uma análise psicossocial da delinquência, *Infância e Juventude*, nº2, Abril-Junho, pp. 53-65.
- Valentine, Gill (2004), *Public Space and the Culture of Childhood*, Aldershot, Ashgate Publishing Limited.
- Valentine, Gill (2001), *Social Geographies. Space and Society*, Essex, Pearson Education Ltd.
- Vasconcelos, Pedro; Aboim, Sofia e Vanessa Cunha (2005), “Um Primeiro Retrato das Famílias em Portugal”, em Wall, Karin (org.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 51-81.
- Vaz, M^a. João (2001), “Introdução”, em Pinheiro, Madga; Baptista, Luís V. e M^a João Vaz (orgs.), *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta Editora.
- Verkuyten, Maykel e Jochem Thijs (2002), Racist victimization among children in The Netherlands: the effect of ethnic group and school, *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 25, Nº. 2, March, 310–331.
- Viegas, José Manuel e Costa, António Firmino (orgs.), (1998). *Portugal: Que Modernidade?*, 2^a edição, Oeiras, Celta Editora.
- Vienne, Philippe (2008), *Comprendre les Violences à l'École*, 2^{ème} édition revue et actualisée, Bruxelles, Éditions De Boeck Université.
- Vieira, Maria Manuel (2005), O lugar do trabalho escolar – entre o trabalho e o lazer?, *Análise Social – Educação e Modernidade*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 519-545.
- Vorrasi, Joseph A. e James Garbarino (2000), “Poverty and youth violence: not all risk factors are created equal”, em Polakow, Valerie (org.) (2000), *The Public Assault on America's Children. Poverty, Violence and Juvenile Injustice*, New York, Teachers College, Columbia University, pp. 59-77.
- Wacquant, Loïc (2007), *Parias Urbains: Ghetto, Banlieues, État, Paris*, Éditions La Découverte.
- Walgrave, Lode (1992), *Délinquance Systématisée des Jeunes et Vulnérabilité Sociétale*, Collection Déviance et Sociétés, Genève, Éditions Médecine et Hygiène.
- Wall, Karin (2007), “Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa,” em Wall, Karin. e Amâncio, Lígia (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 211-257
- Wall, Karin (2004), Famílias no Censo 2001: estruturas domésticas em Portugal, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 9-13.

- Wall, Karin e Amâncio, Lúcia (orgs.) (2007), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wasserman, Gail A.; Keenan, Kate; Tremblay, Richard E.; Coie, John D.; Herrenkohl, Todd I.; Loeber, Rolf e David Petechuk (2003), Risk and Protective Factors of Child Delinquency, *Child Delinquency, Bulletin Series*, Washington DC, U.S. Department of Justice, Office of Justice Programs, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention [accedido em 10/07/2004, em http://www.umd.edu/sociology/faculty_staff/burfeind/documents/438_Wassermanetal2000_s10.pdf]
- Weber, Max (1979), *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença.
- Weber, Robert P. (1985), *Basic Content Analysis*, California, Sage Publications.
- Wells, Karen (2005), Strange practices: children's discourses on transgressive unknowns in urban public spaces, *Childhood*, 12, 495–506.
- White, William Foot (1993), *Street Corner Society. The Social Structure of an Italian Slum*, 4th edition, Chicago, The University of Chicago Press.
- Williams III, Frank P. e Marilyn D. McShane (1993), *Criminology Theory: Selected Classic Readings*, Cincinnati: Anderson Publishing.
- Wilson, William Julius (1987), *The Truly Disadvantaged: the Inner City, the Underclass, and Public Policy*, Chicago, University of Chicago Press.
- Wilson, James Q e George L. Kelling (1982), Broken Windows, *The Atlantic Monthly*, March, 29-38.
- Winfrey Jr., L. Thomas; Bäckström e G. Larry Mays (1994), Social learning theory, self-reported delinquency, and youth gangs: a new twist on a general theory of crime and delinquency, *Youth & Society*, Vol. 26, nº2, December, 147-177.
- Wirth, Louis (1956), *Community Life and Social Policy*, Chicago, University of Chicago Press.
- Wyness, Michael (2006), *Childhood and Society. An Introduction to the Sociology of Childhood*, New York, Palgrave MacMillan.
- Wyness, Michael; Harrison, Lisa e Ian Buchanan (2004), Childhood, politics and ambiguity: towards an agenda for children's political inclusion, *Sociology*, Vol. 38, nº1, 81-99.
- Wolfgang, Marvin E. e Franco Ferracutti (orgs.) (1971), *La Subcultura de la Violencia*, Mexico, Fondo de la Cultura Económica.
- Yablonski, Lewis e Martin R. Haskell (1988), *Juvenile Delinquency*, 4th edition, New York, Harper & Row, Publishers.
- Yin, Robert K. (1984), *Case-Study Research. Design and Methods*, Applied Social Research Methods Series, Vol.5, London, Sage Publications.
- Young, Jock (1999), *The Exclusive Society. Social Exclusion, Crime and Difference in Late Modernity*, London, Sage Publications.
- Zeijher, Helga (2003), "Shaping daily life in urban environments", em Christensen, Pia e Margaret O'Brien (orgs.), *Children in the City. Home, Neighbourhood and Community*, Oxon, Routledge, pp.67-81.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 População residente em Portugal, segundo os grandes grupos etários, em 31 de Dezembro de cada ano (1990, 2000, 2008).....	110
Tabela 3.2 Tipo de família clássica na população residente em Portugal, entre 2004 e 2008	113
Tabela 3.3 Fluxo processual nas CPCJs entre 2001 e 2008	132
Tabela 3.4 Movimento de processos judiciais de promoção e protecção, nos anos de 2001 a 2008	134
Tabela 3.5 Processos instaurados nas CPCJs a nível nacional pela prática de factos qualificados pela lei penal como crime, por ano, no período entre 2006 e 2008	157
Tabela 5.1 quadro categorial global de análise	225
Tabela 6.1 Habitação social e realojamento no concelho de Oeiras, em 2008, por Programa e freguesias	239
Tabela 6.2 Os bairros de realojamento seleccionados: políticas de realojamento	243
Tabela 6.3 Os bairros de realojamento seleccionados: urbanismo, arquitectura e habitação	244
Tabela 6.4 Os bairros de realojamento seleccionados: indicadores sociodemográficos da população residente ...	247
Tabelas 6.5 e 6.6 Idade das crianças à data do primeiro contacto e ano de nascimento	251
Tabela 6.7 Natureza dos grupos domésticos que as crianças integravam	253
Tabela 8.1 Factos registados nas ocorrências policiais registadas na Esquadra local envolvendo crianças menores de 13 anos, entre 2001 e 2008, por categoria de ilícito.....	340
Tabela 8.2 Processos instaurados, transitados e reabertos pela CPCJ de Oeiras pela prática de factos qualificados pela lei penal como crime, por escalão etário e sexo, entre 2004 e 2008	344
Tabela 8.3 Delinquência “ <i>formigueiro</i> ”	354
Tabela 8.4 Delinquência “ <i>para o público</i> ”	359
Tabela 8.5 Delinquência “ <i>de consumo</i> ”	363
Tabela 8.6 Delinquência “ <i>escolar</i> ”	370
Tabela 8.7 Delinquência “ <i>contra as pessoas</i> ”	377
Tabela 8.8 Delinquência “ <i>rodoviária</i> ”	379
Tabela 8.9 Quadro síntese: uma visão integrada sobre as delinquências oficialmente registadas sobre as crianças dos bairros	384

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 3.1 Patamares da intervenção tutelar de promoção e protecção: a rede informal e a rede formal	131
Figura 3.2 Delinquência de menores de 16 anos: evolução do número de ocorrências registadas pelas forças de segurança, entre 1993 e 2008	152
Figura 3.2 Prática de factos qualificados pela lei penal como crime: evolução do número de processos instaurados pelas CPCJs a nível nacional, por ano, entre 2001 e 2008	156
Figura 5.1 Construção do modelo teórico de análise da delinquência de crianças em bairros de realojamento na AML.....	190
Figura 6.1 Habitação social e realojamento no concelho de Oeiras, em 2008, por Programa e freguesias.....	240
Figura 7.1 Palavras mais referidas pelas crianças sobre os bairros	262
Figura 7.2 Valoração positiva/negativa das crianças sobre os bairros	263
Figura 7.3 Principais problemas sociais identificados nos bairros pelas crianças	268
Figura 7.4 Principais situações identificadas pelas crianças relativamente a crime nos bairros	299
Figura 7.5 Ser criança no(s) bairro(s)	310
Figura 7.6 Supervisão parental e papel atribuído à criança	313
Figura 8.1 Agentes/suspeitos menores de 16 anos identificados na prática de factos qualificados pela lei penal como crime em ocorrências policiais registadas no concelho de Oeiras e agentes/suspeitos menores de 13 anos do mesmo tipo de práticas nas ocorrências da Esquadra local, entre 2001 e 2008	332
Figura 8.2 Agentes/suspeitos menores de 13 anos identificados na prática de factos qualificados pela lei penal como crime em ocorrências da Esquadra local, pelo tipo de registo, entre 2001 e 2008	333
Figura 8.3 Factos qualificados pela lei penal como crime registados nas ocorrências policiais da Esquadra local envolvendo crianças menores de 13 anos, entre 2001 e 2008, por categoria de ilícito	339

Figura 8.4 Agentes/suspeitos menores de 13 anos de idade identificados na prática de factos qualificados pela lei penal como crime em ocorrências registadas na Esquadra local, por sexo, entre 2001 e 2008	341.
Figura 8.5 Agentes/suspeitos menores de 13 anos de idade identificados na prática de factos qualificados pela lei penal como crime em ocorrências registadas na Esquadra local, por idade, entre 2001 e 2008	342
Figura 8.6 Natureza dos factos qualificados pela lei penal como crime registados nas sinalizações dos processos analisados da CPCJ de Oeiras	347

ÍNDICE DE DESENHOS

Desenho S1 O meu bairro	1
Desenho S2 O meu bairro	15
Desenho S3 O meu bairro	163
Desenho 7.1 O meu bairro	261
Desenho 7.2 O meu bairro	261
Desenho 7.3 O meu bairro	261
Desenho 7.4 O meu bairro	269
Desenho 7.5 O meu bairro	272
Desenho 7.6 O meu retrato	277
Desenho 7.7 O meu bairro	281
Desenho 7.8 O meu bairro	282
Desenho 7.9 O meu bairro	282
Desenho 7.10 O meu bairro	285
Desenho 7.11 O meu bairro	286
Desenho 7.12 O meu bairro	287
Desenho 7.13 O meu bairro	287
Desenho 7.14 O meu bairro	289
Desenho 7.15 O meu bairro	295
Desenho 7.16 O meu bairro	297
Desenho 7.17 O meu bairro	298
Desenho 7.18 O meu bairro	300
Desenho 7.19 O meu bairro	307
Desenho 9.1 O meu bairro	386
Desenho 9.2 O meu bairro	401
Desenho 9.3 O meu bairro	408
Desenho 9.4 O meu bairro	413
Desenho S4 O meu bairro	433

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 7.1 Bolos	271
Fotografia 7.2 Bairro Azul (lixo)	293
Fotografia 7.3 Bairro Amarelo (graffiti)	293
Fotografia 7.4 Bairro Branco (“a casa dos drogados”)	293
Fotografia 7.5 Bairro Verde (carros abandonados/”roubados”)	294
Fotografia 7.6 Bairro Rosa (entrada de prédio)	294
Fotografia 7.7 Bairro Branco (chão do passeio)	294
Fotografia 7.8 Bairro Amarelo (caixote)	294
Fotografia 7.9 O meu bairro	302
Fotografia 9.1 ‘Brincar’ com carros	414

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS DOS ANEXOS

Tabela do Anexo 3.2, n.º 1: Tipologia dos países da União Europeia: taxas de pobreza infantil nacionais vs pobreza infantil na União Europeia vs taxas de pobreza nacionais.....	iv
Tabela do Anexo 3.2, n.º 2: Incidência da pobreza em determinados tipos de famílias.....	iv
Tabela do Anexo 3.2, n.º 3: Pobreza infantil: a situação de Portugal perante a média europeia.....	iv
Figura do Anexo 6.1, n.º 1: Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.....	xxiv
Figura do Anexo 6.1, n.º 2: Vias de comunicação no concelho de Oeiras.....	xxv
Tabela do Anexo 6.1, n.º 1: Variação da população residente em Portugal, na Grande Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 1991 e 2007.....	xxvi
Figura do Anexo 6.1, n.º 3: Densidade demográfica e desenvolvimento em Oeiras, por freguesia, 2001.....	xxvii
Tabela do Anexo 6.1, n.º 2: População residente no concelho de Oeiras, entre 1981 e 2007, segundo os grandes grupos etários.....	xxvii
Figura do Anexo 6.1, n.º 4: Estrutura etária da população residente em Oeiras nos escalões 0-19 anos, por freguesia.....	xxviii
Tabela do Anexo 6.1, n.º 3 : População residente no concelho de Oeiras, em 2007, segundo os grandes grupos etários até aos 18 anos de idade, por sexo.....	xxviii
Tabela do Anexo 6.1, n.º 4: Tipo de família e núcleo familiar no concelho de Oeiras, em 2001.....	xxix
Tabela do Anexo 6.1, n.º 5: Indivíduos na família no concelho de Oeiras, em 2001.....	xxix
Tabela do Anexo 6.1, n.º 6: Indicadores de Educação a nível nacional, da Grande Lisboa e em Oeiras, em 2006/07.....	xxx
Tabela do Anexo 6.1, n.º 7: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, segundo o sexo e a idade, em 2007-2008.....	xxxi
Tabela do Anexo 6.1, n.º 8: Volume processual da CPCJ de Oeiras entre 2001-2008.....	xxxii
Tabela do Anexo 6.1, n.º 9: Processos instaurados pela CPCJ de Oeiras entre 2004-2008, por entidade sinalizadora.....	xxxiii
Tabela do Anexo 6.1, n.º 10: Processos instaurados pela CPCJ de Oeiras: problemáticas na origem das sinalizações, entre 2004-2008.....	xxxiv
Tabela do Anexo 6.1, n.º 11: Processos instaurados pela CPCJ de Oeiras entre 2004-2008, por sexo.....	xxxv
Tabela do Anexo 6.1, n.º 12: Processos instaurados pela CPCJ de Oeiras entre 2004-2008, por escalão etário.....	xxxv
Tabela do Anexo 6.1, n.º 13: processos instaurados pela CPCJ de Oeiras: distribuição por freguesias entre 2004-2008.....	xxxvi
Tabela do Anexo 6.1, n.º 14: Medidas de promoção e protecção aplicadas pela CPCJ de Oeiras entre 2004-2008.....	xxxvi
Figura do Anexo 6.3, n.º 1: Ocupação de fogos em regime de habitação social em Oeiras, por ano... xl	xl
Figura do Anexo 6.3, n.º 2: Valores da renda mensal em arrendamento municipal, em Oeiras, em 2009.....	xl
Figura do Anexo 6.3, n.º 3: Tipo de família na população arrendatária em habitação social no concelho de Oeiras, em 2008.....	xli
Figura do Anexo 6.3, n.º 4: Naturalidade da população arrendatária em habitação social no concelho de Oeiras, em 2008, por país de origem.....	xli
Tabela do Anexo 6.4, n.º 1: Grupo socioprofissional do grupo parental do universo em estudo, entre 2005 e 2008.....	xliii
Tabela do Anexo 6.5, n.º 1: Caracterização social dos entrevistados (pais e substitutos).....	xliv
Tabela do Anexo 7.12, n.º 1: Documentos consultados na Esquadra relativos ao período 2001-2008..	liii
Tabela do Anexo 7.14, n.º 1: Respondentes ao questionário sobre a escola, por sexo e idade.....	lxx

Tabela do Anexo 7.14, nº 2: Respondentes ao questionário sobre a escola, por ano de escolaridade e idade.....	lxx
Tabela do Anexo 9.1, nº1: Crianças entrevistadas, por sexo e idade.....	lxxii
Tabela do Anexo 9.1, nº2: Crianças entrevistadas, por bairro de residência.....	lxxii

ANEXOS

▪ ANEXO A.I – O CASO JAMES BULGER

O caso James Bulger, que teve e continua a ter ampla cobertura mediática no Reino Unido, diz respeito ao sequestro e homicídio de uma criança, de quase três anos de idade, cometido por outras duas, ambas de 10 anos.

No dia 12 de Fevereiro de 1993, James Bulger, nascido em Março de 1990, acompanhou a mãe e uma amiga da família num centro comercial, em Liverpool, Inglaterra. Segundo consta do processo judicial, durante parte do tempo o seu comportamento no interior das lojas foi de grande irrequietude e agitação e, por mais de uma vez, escapou ao olhar dos adultos que se encontravam com ele. Ao pretender fazer compras numa certa loja, a mãe optou por o deixar do lado de fora, junto à entrada, pensando que assim conseguiria evitar que ele reproduzisse novos comportamentos perturbadores. Não havia fila e esperava ser atendida rapidamente, acreditando que ele conseguiria ficar sozinho uns minutos. Quando saiu da loja não o encontrou e a amiga apenas se lembrava de o ter visto a brincar com uma beata de cigarro, mas ainda junto ao local onde fora deixado, não tendo dado conta da sua ausência. A criança tinha desaparecido e só através da observação dos registos de videovigilância foi possível perceber que tinha sido abordado por outras duas crianças, posteriormente identificadas – Robert Thompson, 10 anos (nascido em Agosto de 1982) e Jon Venables (nascido em Agosto de 1982) –, tendo-se afastado na sua companhia.

Dois dias mais tarde, um grupo de crianças encontrou o corpo de Bulger mutilado, junto de uma via férrea localizada a mais de duas milhas e meia do centro comercial de onde desaparecera. Na sequência da informação divulgada pelas autoridades locais tendo em vista a identificação dos possíveis envolvidos, uma vizinha de Jon Venables suspeitou de que ele podia ser uma das crianças envolvidas, uma vez que tinha um casaco com uma marca igual à apresentada nas imagens e no dia do crime tinha faltado às aulas juntando-se a Robert Thompson. A denúncia que apresentou conduziu a polícia a ambos e a 20 de Fevereiro foram acusados do sequestro e homicídio de James Bulger.

No inquérito e consequente julgamento foi apurado que os dois rapazes faltavam frequentemente à escola e que naquele dia tinham furtado diversos objectos, incluindo doces e guloseimas, um boneco e uma lata de tinta azul, pilhas e baterias. Parte destes objectos e materiais foi encontrada na cena do crime. Ao longo das investigações, a polícia obteve o testemunho de 38 pessoas, adultos, que se tinham cruzado com as três crianças, vários das quais recordavam ter observado que o mais novo chorava, estava muito agitado e que se encontrava ferido na face e cabeça. Foi provado que essas feridas resultaram das agressões que vinha a sofrer por parte de Venables e Thompson. Uma das testemunhas referiu ter chegado a indicar-lhes o caminho da esquadra de polícia mas deu conta que eles se afastaram na direcção oposta. Ainda que apreensiva com a situação que vira, esta testemunha mais nada fez e só quando viu a imagem de James Bulger na televisão, é que contactou a polícia para contar o que tinha observado.

Além de inúmeras agressões, a polícia suspeitou de que teria havido um propósito de cariz sexual para o acto, uma vez que do corpo de Bulger tinham sido removidos os sapatos, as meias, as calças e as cuecas. Foi também apurado que um dos autores possuía um histórico de atendimentos em serviço de psiquiatria por diversos motivos, incluindo automutilação. Foram também apurados indícios de que ambos os rapazes teriam sido vítimas de abuso sexual numa idade aproximada à de Bulger.

Em 24 de Novembro de 1993, os dois tornaram-se os homicidas mais novos de sempre alvo de condenação na história da Justiça inglesa moderna. A sentença contemplou uma medida de detenção até à maioridade, os 18 anos, altura em que foram libertados sob nova identidade e

ficaram sujeitos a uma sentença de liberdade condicionada para o resto da vida que implica o cumprimento de vários termos, a maioria dos quais permanece em segredo de justiça.

Em 2 de Março de 2010, foi publicamente divulgado pelo Ministério da Justiça inglês que Jon Venables, então com 27 anos e sob outro nome, fora detido por quebra de um destes termos. Sob intensa pressão e discussão mediática, as entidades oficiais reiteraram não ser do interesse da Justiça a divulgação pública da situação na origem desta acção e foi possível assistir na Câmara dos Comuns e na Câmara dos Lordes a uma profunda reflexão sobre alguns dos precedentes jurídicos que este caso encerrava, designadamente em torno da necessidade de manutenção da reserva e anonimato da sua actual identidade, sob pena de se agravar o risco de vir a ser morto.

Simultaneamente, esta detenção trouxe tranquilidade a outro indivíduo que, nos últimos quatro anos e meio, fora perseguido e ameaçado por grupos de populares que consideravam ser ele o verdadeiro Jon Venables. Destas situações resultou que, por diversas vezes, foi forçado a mudar de local de residência e teve a necessidade de ter protecção policial em permanência.

Em 21 de Junho de 2010, Jon Venables foi acusado da posse de material de pornografia infantil: 57 imagens de pornografia infantil recolhidas da internet durante um ano, até Fevereiro de 2010; distribuição de três dessas fotografias nesse mesmo mês; partilha e distribuição de 42 fotografias do mesmo género em Fevereiro de 2008.

Em 23 Julho de 2010, ocorreu a audiência de julgamento por videoconferência tendo em que Jon Venables se confessou culpado de todas as acusações proferidas, acabando por ser condenado a dois anos de pena de prisão. A nova identidade mantém-se em segredo de justiça não tendo sido alguma vez revelada. O Tribunal Superior de Justiça informou ainda que em Setembro de 2008, ele tinha quebrado um dos termos da liberdade condicional, na sequência de uma luta de rua com outro homem, ambos embriagados. Mais tarde nesse ano, foi também objecto de sanção por posse de cocaína.

Fontes:

Asquith, Stewart (1996), When children kill children: the search for justice, *Childhood*, February, vol. 3 n° 1, 99-116.

BBC (2010), *Profile: Jon Venables* [acedido em 27/07/10], em <http://www.bbc.co.uk/news/uk-10728790>]

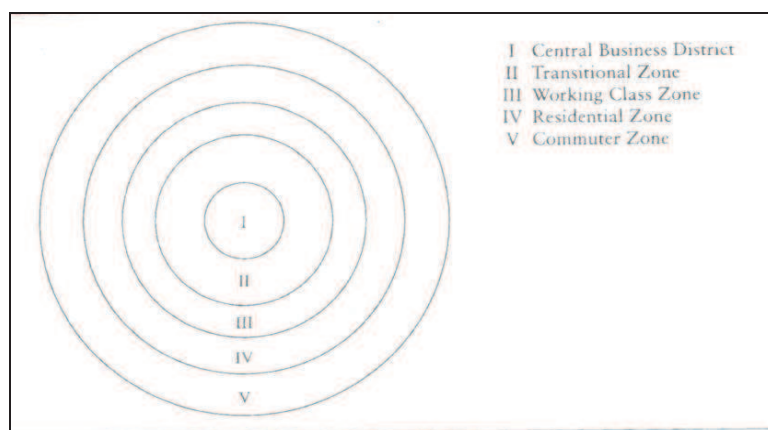
Brym, Robert J. e Jonh Lie (2007), *Sociology, Your Compass for a New World*, 3rd edition, CA, Belmont Thomson Wadworsth,

Home Office (2000), *Criminal Justice and Court Services Act 2000*, Chapter 43 [acedido em 15/05/2005, em <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2000/43/notes/contents>]

Jefferson, Tony (1996), The Sleep of Reason: The James Bulger Case, *British Journal of Criminology*, March 22,

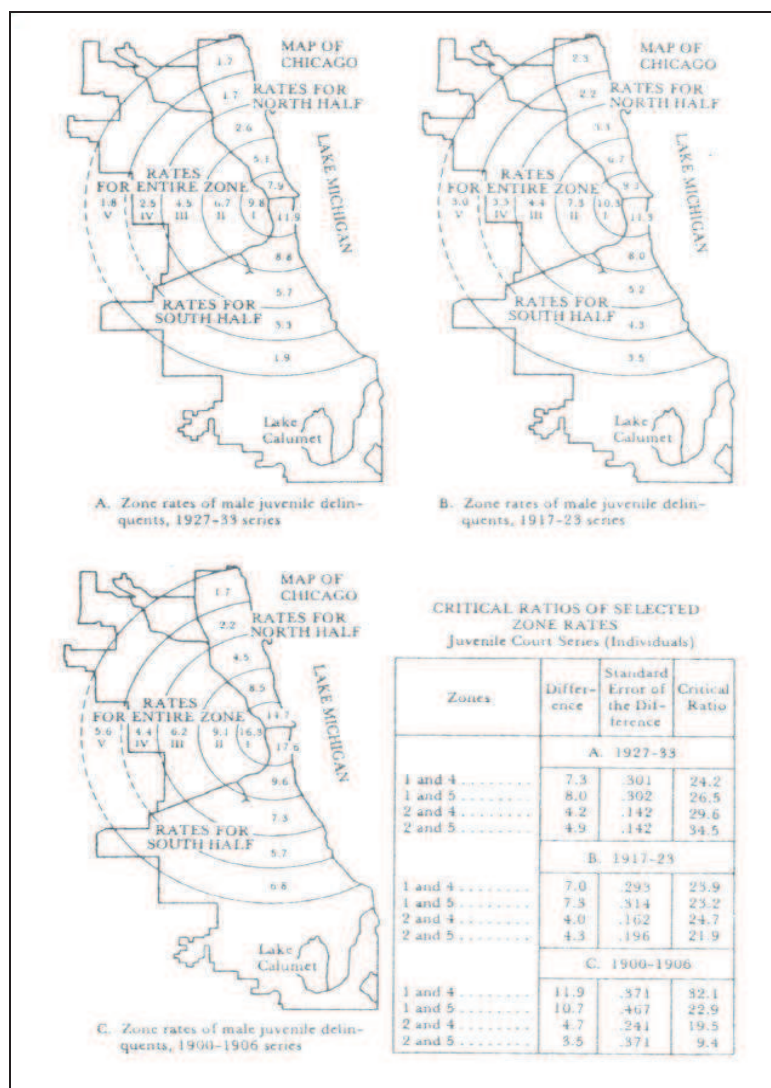
Rolim, Marco (2006), *A Síndrome da Rainha Vermelha. Policiamento e Segurança Pública no Século XXI*, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

▪ **ANEXO 2.1 – MODELO DAS ZONAS CONCÊNTRICAS DE PARK E BURGESS**



Fonte: Binder, Arnold; Gilbert, Geis e Dickson D. Bruce Jr. (2001), *Juvenile Delinquency. Historical, Cultural and Legal Perspectives*, 3rd edition, Ohio, Anderson Publishing Co.

▪ **ANEXO 2.2 – ÁREAS DELINQUENTES EM CHICAGO EM 3 PERÍODOS**



Fonte: Shaw, Clifford e Henry McKay (1942), *Juvenile Delinquency and Urban Areas*, revised edition, 1969, Chicago, University of Chicago Press.

▪ ANEXO 3.1 - INDICADORES INTERNACIONAIS SOBRE A POBREZA INFANTIL

Tabela do Anexo 3.2, nº 1: Tipologia dos países da União Europeia: taxas de pobreza infantil nacionais vs pobreza infantil na União Europeia vs taxas de pobreza nacionais

	As crianças estão em menor (ou igual) risco que o total da população	As crianças têm um risco mais elevado de pobreza que o total da população	As crianças têm um risco significativamente superior do que o resto da população
A pobreza infantil é abaixo da média europeia	Dinamarca, Finlândia, Suécia, Chipre, Eslovénia	Bélgica, Alemanha, França, Holanda e Áustria	República Checa
A pobreza infantil é acima (ou igual a) da média europeia	Grécia	Espanha, Itália, Portugal, Reino Unido, Irlanda, Estónia, Letónia	Bulgária, Hungria, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Roménia, Eslováquia

Fonte: EU SILC 2005, cit. em REAPN (2010).

Tabela do Anexo 3.2, nº 2: Incidência da pobreza em determinados tipos de famílias

Tipos de família (proporção de crianças vivendo nestes tipos de famílias mais alta no país do que a média da UE)	Taxas de pobreza baixas	Taxas de pobreza médias	Taxas de pobreza elevadas
Famílias monoparentais	Alemanha	Reino Unido	Lituânia
Famílias alargadas	Finlândia, França, Áustria, Holanda	Hungria, Luxemburgo	
Ambas (as anteriores)	Dinamarca, Suécia	Bélgica	Irlanda
Outra	Chipre, Eslovénia (casais com 2 filhos)	República Checa (famílias monoparentais e casais com 2 filhos) Grécia (casais com 2 filhos) Eslováquia (famílias alargadas e agregados complexos)	Letónia (agregados familiares complexos) Espanha, Portugal e Itália (casais com 2 filhos, agregados complexos)

Fonte: EU SILC 2005, cit. em REAPN (2010).

Tabela do Anexo 3.2, nº 3: Pobreza infantil: a situação de Portugal perante a média europeia

%	Taxa de risco de pobreza infantil	Taxa de intensidade de pobreza infantil	Crianças que vivem em agregados pobres com emprego	Crianças em agregados sem emprego	Impacto das transferências sociais no risco de pobreza infantil
Portugal	24	28	22	4,7	25
Média Europeia	19	22	13	9,5	44

Fonte: EU SILC 2005, cit. em REAPN (2010).

▪ ANEXO 3.2 – TRAÇOS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONCEPÇÃO DE MENOR EM PORTUGAL

Tendo como ponto de partida alguns dos principais trabalhos existentes sobre a evolução da política penal e sociojurídica destinada à infância em território nacional, e sem preocupação de exaustividade, apresenta-se sumariamente as mais importantes linhas de orientação que presidiram à evolução da concepção de *menor* no campo da delinquência em Portugal.

Dos primórdios ao século XVII

A primeira referência conhecida sobre uma possível diferenciação no tratamento dos indivíduos em função da idade reporta-se aos tempos da Lusitânia, habitada por diferentes povos e tribos que se confederavam em caso de necessidade de defesa da independência, em período anterior à fundação de Portugal como Estado independente. Martins (1998) refere que as crianças que violavam as normas eram colocadas em vias públicas com o objectivo de receber conselhos da parte de quem aí passasse. Segundo o mesmo autor, na Península Ibérica durante o Império Romano, na época do Imperador Trajana (98-117 D.C), de origem hispana, certos donativos recolhidos junto dos cidadãos eram destinados a assegurar os meios de subsistência dos mais novos, de ambos os sexos, que vagueavam pelas cidades e que tinham na prática de delitos uma estratégia de sobrevivência. Este soberano fundou um asilo em Roma que acolhia crianças até aos quatro anos de idade que tinham sido abandonadas. O seu exemplo foi seguido por outros governantes e estendeu-se à Península Ibérica (Martins, 1998). Pouco a pouco, o leque de situações envolvendo crianças foi sendo alargado, destacando-se um conjunto de preocupações específicas relativamente a crianças órfãs e a delinquentes que acabavam por ser estar colocadas nas prisões junto dos adultos.

O termo *menor* surgiu perante o problema colocado no fim da Segunda Guerra Púnica (218-201 A.C.), devido ao aumento exponencial de crianças órfãs e abandonadas e em relação às quais houve a necessidade de dar uma resposta. Derivado do Grego, o termo ‘infância’ adquiriu um conteúdo jurídico específico nos tempos do Império Romano, designando, a partir do século V, a criança, o infante (“*infans*”), de ambos os sexos, com idade inferior a sete anos, entendido na perspectiva restrita como ‘aquele que (ainda) não fala’. Neste sentido, no Direito Romano foi admitida a inimputabilidade criminal até essa idade por se considerar que não havia capacidade para se ter uma intenção criminosa antes dessa faixa etária. Esse limite foi alargado posteriormente para os 10 anos (Amaro, 1993).

Com a invasão da Península Ibérica por outros povos como os suevos, os vândalos, os visigodos e os alanos, umas instituições foram dando lugar a outras. Apesar de juridicamente terem sido definidas no *Foro Visigótico* algumas disposições protectoras da infância, Martins (1998) defende que pouca atenção educativa era dada às crianças em situação de abandono, de marginalidade ou de delinquência. A estratificação social rígida na origem de um acesso diferenciado à educação era o principal factor a sustentar esta ideia. Além disso, as reformulações introduzidas nos modelos de educação levaram a que o ensino passasse a estar a cargo de eclesiásticos, tendo-se acabado com as escolas rudimentares que os romanos tinham implementado. No entanto, ainda que não existam indicações precisas e mais claras sobre a abrangência de um olhar protector sobre a infância, há que destacar que foi através do Direito Criminal dos visigodos que se estabeleceram princípios e orientações específicas sobre alguns campos de actuação que diferenciavam as crianças dos adultos. Fruto do desenvolvimento do Direito Germânico e da influência do Direito Romano, entre os doze livros que constituem o chamado *Codex Legum* (ano de 654), no quarto intitulado *Da Linhagem Natural*, existe um subcapítulo exclusivamente dedicado às questões da orfandade. Nele se defende a penalização a aplicar a pais que incorressem na “*exposição*” de crianças caso estas viessem a falecer

na sequência do respectivo abandono (Martins, 1998). Estava definido que os pais que abandonassem os filhos, ou que não os resgatassem de pessoas que deles os cuidavam, deviam ser condenados ao desterro perpétuo. Também de acordo com este direito criminal, a designação de um conceito de “*pátrio poder*” remetia para o pai o dever de criar e educar os filhos e de usar de certas prerrogativas sobre a própria vida dos filhos (Martins, 1998). Na definição de sanções aplicadas a crianças pela prática de crimes, o tratamento era o mesmo que aplicado aos adultos, estando sujeitos a penas nas quais se incluía a possível entrega à vítima ou familiares desta, delegando-se o direito de venda, submissão e, determinados casos, até de execução. Muitas destas sanções acabavam por ser comutadas mediante a sua substituição pelo pagamento de valores pecuniários (Martins, 1998).

Na sequência da fundação da nacionalidade, em 1143, foram estabelecidas nas *Cortes de Lamego* as primeiras leis nacionais de âmbito penal. A tendência dos primeiros reis portugueses foi de centralizar em si o exercício de um “*poder punitivo, com métodos repressivos, impedindo e reduzindo o uso da «vingança privada»*”, que era aplicado indiferenciavelmente a crianças e adultos por todo o território (Martins, 1998, 77). Desde o reinado de D. Afonso II, os *Forais* e as leis gerais publicadas foram conjugando a aplicação do Direito Romano e Canónico, prolongando-se a sua vigência por toda a Idade Média, até ao século XIV. É de realçar, nesse período (1263), a obra jurídica (“*Siete Partidas*”) de Afonso X de Leão e Castela cuja influência no ordenamento jurídico português da época foi relevante. Nesse vasto conjunto de leis e normas destaca-se a indicação de um limite da não responsabilização criminal em torno dos dez anos e meio, para ambos os sexos, com excepção dos actos de luxúria em que esse patamar foi alargado até aos 14 anos, no caso dos rapazes, e dos 12 anos para as raparigas (Martins, 1998). A diferença por sexos é uma realidade iniciada na intervenção junto dos mais novos. Nas práticas de delitos até aos 14 anos, era considerada a existência de atenuantes, e entre os 14 e os 17 anos as penas podiam ser reduzidas, não se aplicando os procedimentos criminais na totalidade, designadamente proibía-se “*o tormento aos menores de 14 anos*” (Alfonso X, 1992, cit. em Martins, 1998: 75). Outras normas importantes definidas nesta obra dizem respeito às crianças abandonadas ou aos pais que abusavam e maltratavam os filhos, surgindo o desterro parental como uma das punições possíveis.

No reinado de D. João I iniciou-se a compilação de todas as leis anteriores do país, processo que somente veio a ser concluído com D. Afonso V, pelo que essa obra ficou conhecida pela designação *Ordenações Afonsinas*. Anos mais tarde, D. Manuel I procedeu à sua reforma e constituiu um novo Código de leis, as *Ordenações Manuelinas*, posteriormente reformuladas na dinastia filipina surgindo então as *Ordenações Filípicas*. Ao longo dos anos, em todos estes Códigos, foram apontadas algumas orientações no tratamento jurídico a pôr em prática junto dos menores em função da idade e dos actos cometidos. Tendo se ser vistas num quadro de um direito punitivo e repressivo, estas leis determinavam que até aos sete anos de idade era-se considerado incapaz da prática de delito, o que se traduzia na não aplicação de penas em função do patamar de “*irresponsabilidade absoluta*” estabelecido. Em casos de ofensas menores, este limite era alargado até aos dez anos e meio, se os autores fossem rapazes, e ficava pelos nove anos e meio, caso se tratasse de raparigas. Entre estas idades e a puberdade, definida nos 14 anos para o sexo masculino e nos 12 anos para o feminino, partia-se do princípio da “*presunção da irresponsabilidade, mas esta podia ser suprimida, quando se demonstrava que a malícia do menor supria a deficiência da sua idade*” (Melo Freire, 1923, cit. em Martins, 1995: 79). Estava-se perante a consideração de uma responsabilização diminuída e só aos vinte anos é que a responsabilização criminal se tornava plena, atingindo-se um plano de igualdade aos adultos no que se refere estritamente às questões da criminalidade, uma vez que a maioridade penal não coincidia com a maioridade civil, esta última só alcançada ao completar-se os 25 anos. Decorria isto da consideração de que a capacidade de discernimento para a prática de

crimes antecedia o grau de maturidade e de competências exigidas para se ser tido como adulto numa perspectiva plena (Lima, 1934, cit. em Martins, 1995).

As *Ordenações Manuelinas* definiram as penas a aplicar em função da idade do menor: se tivesse mais de 17 e menos de 20 anos ficaria sujeito ao livre arbítrio do juiz na consideração de alguma atenuação, salvo em caso de aplicação de pena de morte que devia ser substituída por outra pena de menor gravidade (Martins, 1995). Até aos 14 anos, mantinha-se a consideração de que eram “*irresponsáveis*”, sendo chamado a juízo o seu tutor, pai ou substituto, que tinha de responder no seu lugar pelos actos e delitos por cometidos. Nas *Ordenação Filipinas*, surgiu a possibilidade de isenção de aplicação de algumas das penas, como por exemplo nos casos até 15 anos que cometiam o delito de tirar armas da Corte. Mas estas eram situações excepcionais. Havia ainda a possibilidade de condenação dos menores delinquentes reincidentes em furtos e roubos, bem como dos designados vadios, ao degredo no Brasil e na Índia, numa linha igual à decretada para os adultos.¹

O menor nos Códigos dos séculos XVIII e XIX

No final do século XVIII, e de forma inovadora, ocorreram mudanças significativas na intervenção junto de crianças, designadamente no campo do acolhimento. De entre essas destaca-se a criação da *Real Casa Pia de Lisboa* (1780), resultante da acção de Pina Manique, Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino. A sua experiência anterior como Juiz no Bairro do Castelo, *Superintendente dos Contrabandos e Descaminhos*, *Contador da Fazenda* e *Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação*, sustentava a convicção de que melhor do que reprimir o crime e a marginalidade era promover a criação de meios que objectivassem uma mais eficaz prevenção. Deste modo, além de uma vertente educativa, e posteriormente assistencial, esta instituição teve inicialmente uma função detentiva e correcional, constituindo a primeira experiência de separação de crianças detidas relativamente a adultos em Portugal (Fonseca, 2005).

À época, Lisboa era tida como uma das cidades europeias mais perigosas e inseguras, cujo quotidiano, especialmente durante a noite, era atravessado por um “*alarmante recrudescimento da criminalidade*” (Marvão e Coelho, cit. em Carneiro et al., 2005: 90). As consequências ainda presentes do terramoto de 1775, ao que se seguiu o fim do poder exercido pelo Marquês de Pombal quando da morte do Rei D. José I, eram descritas como os principais factores na base do crescimento do número de mendigos e dos ditos vagabundos, ociosos e delinquentes de todas as idades pelas ruas da cidade.

A fundação desta instituição teve por base os princípios iluministas assentando numa ideia-chave: a intenção não era a eventual regeneração ou o tratamento de crianças com práticas delinquentes, mas antes o desenvolvimento de uma intervenção de natureza preventiva que evitasse que alguma vez os menores acolhidos pudessem vir a entrar na delinquência. A criança começava a ser olhada de modo mais particular tornando-se alvo de acções específicas. Não se tratou de uma empresa fruto do acaso, e sim de uma resposta estruturada e objectiva a problemas sociais graves que se colocavam à sociedade portuguesa de então – pobreza, marginalidade, delinquência e criminalidade – que cruzavam, a diversos níveis, a condição da infância. A sua criação tem de ser vista à luz de um quadro social amplo que se baseou na “*renovação cultural, pedagógica e assistencial promovida pelo movimento reformista iniciado na época pombalina e prosseguido no reinado de D. Maria I*” (Carvalho, cit. em Carneiro et al., 2005: 94), em que a educação e o ensino passaram a ser vistos como determinantes na prevenção desses mesmos problemas.

¹ A partir das *Ordenações Filipinas* (*Livro 5º, Título 132º*), Martins (1995: 80) refere “(...) e os moços vadios, que na Ribeira de Lisboa andão a furtar bolsas, e commettem outros delitos, se depois de soltos a primeira vez, tornarem a ser presos pólos semelhantes casos, e houverem de ser condenados em degredo, será para o Brazil, e serão levados presos, sem poderem ser soltos”.

No reinado de D. Maria I, foi constituída uma Junta que teve por missão a organização de um Código Penal e neste processo destacou-se Pascoal Melo Freire. Nele se definiu o delito como facto ilícito e relevou-se a importância das formas de delinquência colectiva, distinguindo-se os papéis de agente e de cúmplice. Manteve-se um carácter punitivo nas questões relativas a menores, mas de entre os objectivos das penas surgiu a ideia da recuperação social do ofensor. Os designados menores continuaram a ser vistos como incapazes de intencionalidade na prática de delito, pelo que não haveria lugar à aplicação de pena, “*excepto os que excedessem o período da infância, que seriam castigados segundo a sua malícia e grau de conhecimento*” (Martins, 1995, 82). Como é mencionado na introdução deste Código, “*o menor criminoso deve ser tratado para seu bem e da sociedade, ser tratado por esta como um doente ou ignorante que é necessário “curar, instruir e cauterizar segundo a enfermidade da delinquência*” (Beleza dos Santos, 1926; Pacareo, 1925, cit. em Martins, 1995: 82).

Nos Códigos Penais de 1837, de 1852 e de 1886 são apresentadas propostas que conduziram à diferenciação dos menores delinquentes, mas apenas no campo de normas específicas relacionadas com a aplicação de sanções. O Código Penal de 1837 assegurou a inimputabilidade absoluta de crianças menores de sete anos de idade e esta situação manteve-se no Código Penal de 1852 (Rodrigues e Fonseca, 2010). Neste âmbito, “*os menores criminalmente irresponsáveis, devido à idade ou ao facto de serem julgados como tendo agido sem discernimento*” (Fonseca, 2005: 99) podiam ser colocados em *casas de educação* ou entregues aos pais ou aos tutores, cabendo ao juiz encarregue do caso a tomada de decisão. No caso de a opção recair no internamento da criança, a respectiva duração devia constar da sentença. No entanto, apesar de prevista como medida, não estavam constituídas as *casas de educação* nem tinham sido criados outros estabelecimentos especificamente para este fim, pelo que continuava a ter-se como único recurso as prisões comuns (Fonseca, 2005).

Até ao Código Penal de 1852, nunca foi colocada a questão da responsabilidade criminal dos menores e o direito penal em Portugal considerou-os irresponsáveis de um ponto de vista criminal à luz da idade ou da falta de discernimento, estando por esses motivos isentos da aplicação de uma pena. Mas caso havia em que um menor podia ser considerado responsável e, ao sê-lo, era-o nos mesmos termos aplicados aos adultos, logo sujeito ao mesmo tipo de sanções. Não havia estabelecimentos próprios para internamento dos menores delinquentes, somente para os órfãos ou desamparados socialmente. Assim, as prisões de adultos continuaram a ser o seu destino quando condenados penalmente.

No Código Penal de 1886, a idade da responsabilização criminal passou para os 10 anos, daí decorrendo que nenhuma criança abaixo desse patamar podia ser detida por uma ofensa criminal. Ficou também definido que, entre os 10 e os 14 anos de idade, as crianças que não pudessem ser consideradas responsáveis pelos actos cometidos em função da falta de discernimento e as que não pudessem ser entregues aos pais ou seus substitutos, eram colocadas em internamento de duração indefinida (sem limite explícito na respectiva sentença), em instituições correcionais ou prisões (Rodrigues e Fonseca, 2010). A responsabilidade dependia do discernimento, podendo ser aplicadas penas de direito comum nestas idades, se isso ficasse comprovado (Martins, 1998).

Em 1871, assistiu-se às origens de uma pedagogia da correcção e prevenção assumida com a criação da *Casa de Detenção e Correcção de Lisboa*, inicialmente instalada na prisão das Mónicas, em Lisboa. Ocorreu na altura o início do movimento de criação de “*estabelecimentos especiais de correcção e de reeducação para menores indisciplinados, vadios, desamparados e delinquentes, detidos pelas autoridades públicas e jurídicas. Educavam-se as crianças, regenerando-as educativa e moralmente pelo trabalho*” (Martins, 1995: 343). Neste quadro, eram abrangidos todos os menores de 18 anos condenados a prisão correcional em juízo, bem como os menores de 14 anos detidos por ordem das autoridades com base em infracções cometidas no âmbito do Código Penal de 1864. Deram-se, assim, os primeiros passos

para a separação de menores e adultos. No que diz respeito ao contexto da sociedade portuguesa da época, as estatísticas revelavam o triplicar das situações denunciadas entre 1878 e 1895, que se mantiveram em valores semelhantes até 1910 (Corrêa, 1915). Ainda segundo o mesmo autor, há a registar o facto de a delinquência nessa altura ser cerca de quatro vezes mais frequente na população masculina do que na feminina.

De menor culpado a criança vítima no século XX

No século XX, a concepção de *menor* ganhou um conteúdo mais forte e passou a constituir a trave-mestra no processo de diferenciação do tratamento jurídico entre os mais novos e os adultos. Esta distinção terminológica correlaciona-se com critérios do foro biológico, médico-pedagógico e posteriormente, psicológico ou psicopedagógico, seguindo as tendências emergentes na educação das crianças à época (Martins, 2006). Em termos gerais, de um ponto de vista jurídico, o uso deste termo reporta-se à pessoa singular, de um ou outro sexo, que ainda não perfez a idade da emancipação ou maioridade civil, passando a ser vulgar o uso associado da expressão ‘menoridade’ para indicar esse período (Martins, 2006).²

Em 1909, o Ministro da Justiça, Francisco Medeiros, apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta de lei que visou a criação de regimes penal e prisional especiais para menores. Em 1911, com a publicação da 1.^a *Lei de Protecção à Infância*, a criança passou a ser reconhecida como sujeito de direitos tutelares e exigíveis no marco legal de forma diferenciada da dos adultos.³ Deste modo, os menores de idade inferior a 16 anos agentes de crimes e contravenções foram retirados do âmbito do direito penal e passaram a estar sujeitos a uma jurisdição especializada (Fonseca, 2005). Foi nesse primeiro e decisivo documento que se estabeleceu um novo Direito e um novo processo que profundamente se diferenciam dos aplicados aos adultos e sobre o qual surgiu a intervenção na área da justiça corporizada no sistema tutelar de menores (Epifânio, 1993).

Uma intensa acção de documentação e investigação iniciada na segunda metade do século XIX desenvolveu-se nesta área estendendo-se até à década de 1930. Desde então, o edifício legislativo relativo à intervenção do Estado em Portugal perante estas problemáticas foi objecto de poucas reformas ao longo dos anos, de importância variável no campo legislativo substantivo e na parte de execução formal. Após os primeiros marcos legais de 1911 e 1925, só em 1962 ocorreu a reformulação da legislação sobre jurisdição tutelar e foi apresentado um novo quadro legal: a *Organização Tutelar de Menores* (*Decretos - Leis n.ºs 44 287 e 44 288*, de 20 de Abril). Neste diploma legal a intervenção do Estado em relação a crianças e jovens passou a orientar-se segundo um modelo de protecção maximalista, que visava eliminar todos os vestígios e concepções punitivas que existiam no direito de menores anterior, tendo-se prolongado a sua vigência até 1 de Janeiro de 2001.

² Ao longo dos anos, surgem diversos termos juridicamente inter-relacionados que se reportam a esta concepção base de menor: ‘menoridade’, ‘maioridade’, ‘emancipação’, ‘discernimento’, ‘imputabilidade’, ‘inimputabilidade’, ‘responsabilidade criminal’, ‘pátrio poder’, ‘inibição do poder paternal’, etc (Martins, 1995). Cada um tem um conteúdo jurídico próprio plasmado em quadros legais.

³ A publicação desta lei decorreu do envolvimento de personalidades das mais diversas áreas – juristas, políticos e pedagogos –, sendo indissociável do movimento de implantação da República e da acção do Ministro da Justiça e dos Cultos, Afonso Costa. A acção jurisdicional prevista neste diploma consagrou a existência de três categorias distintas. Uma primeira diz respeito aos menores sem domicílio certo, sem meios de subsistência, pobres, em situação de abandono ou maltratados; a segunda categoria integra os designados por ociosos, vadios, mendigos ou libertinos e, finalmente, uma terceira abrange os menores autores de contravenções ou crime (Pedroso e Fonseca; 1999).

▪ ANEXO 3.3 – TIPOLOGIA DAS SITUAÇÕES DE PERIGO NA CLASSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO DAS COMISSÕES DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Abandono: criança/jovem abandonada ou entregue a si própria, não tendo quem lhe assegure a satisfação das suas necessidades físicas básicas e de segurança;

Abandono escolar: abandono da frequência obrigatória do Ensino Básico por crianças/jovens em idade escolar, i.e., entre os 6 e os 15 ou os 18 anos de idade conforme a legislação aplicada;

Abuso sexual: utilização, por um adulto, de uma criança/jovem para satisfazer os seus desejos sexuais;

Corrupção de menores: condutas do adulto não acidentais que promovem na criança/jovem padrões de condutas anti-sociais ou desviantes como agressividade, apropriação indevida, sexualidade e tráfico ou consumo de drogas;

Exercício abusivo de autoridade: uso abusivo do poder paternal que se traduz na prevalência dos interesses dos detentores do poder paternal em detrimento dos direitos e protecção da criança/jovem;

Exploração do trabalho infantil: para obter benefícios económicos, a criança/jovem é obrigada à realização de trabalhos, sejam ou não domésticos, que excedem os limites estabelecidos por lei, que deveriam ser realizados por adultos e que interferem claramente na vida escolar da criança/jovem. Exclui-se a utilização da criança/jovem em tarefas específicas por temporadas conforme previsto na lei;

Exposição a modelos de comportamento desviante: condutas do adulto que potenciam na criança/jovem padrões de condutas anti-sociais ou desviantes, bem como perturbações do desenvolvimento (desorganização afectiva e/ou cognitiva), embora não de uma forma manifestamente intencional;

Ingestão de bebidas alcoólicas: consumo abusivo de bebidas alcoólicas;

Maus-tratos físicos: acção não acidental de algum adulto que provoca danos físicos ou doenças na criança/jovem, ou que o coloca em grave risco de os ter como consequência de alguma negligência;

Maus-tratos psicológicos/Abuso emocional: não são tomadas em consideração as necessidades psicológicas da criança/jovem, particularmente as que têm a ver com as relações interpessoais e com a auto-estima;

Mendicidade: a criança/jovem é utilizada habitualmente ou esporadicamente para mendigar, ou é a própria que exerce a mendicidade por sua iniciativa;

Negligência: situação em que as necessidades físicas básicas da criança/jovem e a sua segurança não são atendidas por quem cuida dela (pais ou outros responsáveis), embora não duma forma manifestamente intencional de lhe causar danos;

Pornografia infantil: designa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança/jovem no desempenho de actividades sexuais explícitas reais ou simuladas, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança/jovem para fins predominantemente sexuais;

Prática de facto qualificado como crime por criança com idade inferior a 12 anos: comportamento que integra a prática de factos ilícitos punidos pela Lei Penal;

Problemas de saúde: existência de doença física e/ou psiquiátrica.

Prostituição infantil: designa a utilização de uma criança/jovem em actividades sexuais contra remuneração ou qualquer outra retribuição;

Uso de estupefacientes: consumo abusivo de substâncias químicas psico-activas.

Fonte: Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (2009).

▪ **ANEXO 3.4 – TIPOLOGIA DAS SITUAÇÕES DE PERIGO NA CLASSIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO DOS TRIBUNAIS**

Maus tratos;

Abusos sexuais;

Abandono ou entregue a si próprio;

Não recebe os cuidados ou afeição adequados à idade e situação pessoal;

Obrigação de prestação de trabalhos excessivos ou inadequados à formação e desenvolvimento;

Sujeição a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;

Assunção de comportamentos actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, formação, educação ou desenvolvimento:

entregues à mendicidade;

entregues à vadiagem e/ou libertinagem;

entregues à prostituição;

abuso de bebidas alcoólicas;

uso ilícito de estupefacientes;

assunção de outros comportamentos, actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, formação, educação ou desenvolvimento.

Fonte: Direcção-Geral da Política da Justiça, Ministério da Justiça (2009).

▪ **ANEXO 3.5 – PROCESSOS INSTAURADOS PELAS CPCJs: PROBLEMÁTICAS NA ORIGEM DAS SINALIZAÇÕES, ENTRE 2001 E 2008 (valor percentual)**

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de processos instaurados (N)	9.083	9.445	12.719	11.991	15.051	25.209	29.547	29.279
Negligência	29,1	34,5	36,5	35,0	33,5	36,2	38,6	36,4
Maus tratos físicos e psicológicos	10,9	15,1	16,4	18,7	16,8	21,4	13,5	20,3
Abandono escolar	13,7	23,8	20,6	20,2	18,1	14,4	13,7	14,6
Exposição a modelos de conduta desviante	3,5	8,6	9,9	8,1	12,7	13,6	15,2	16,7
Abandono	4,5	5,3	5,1	4,5	4,2	3,4	2,0	2,3
Abuso sexual	2,2	2,4	3,3	2,9	3,4	2,6	2,0	2,1
Prática de facto qualificado pela lei como crime	2,9	3,7	2,3	1,8	2,0	2,1	2,1	3,2
Problemas de saúde		1,7	2,0	2,8	1,8	1,5	1,4	1,2
Exercício abusivo da autoridade	0,7	1,0	0,4	1,0	0,7	1,4	0,7	0,4
Mendicidade		1,2	0,5	1,4	1,8	1,1	0,7	0,5
Uso de estupefacientes	0,4	1,3	0,7	0,8	2,5	0,7	0,6	0,8
Ingestão de bebidas alcoólicas	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,8	0,5
Exploração do trabalho infantil	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	1,2	0,1
Corrupção de menores		0,3	0,9	0,5	0,1	0,4	0,06	0,1
Prostituição		0,4	0,1	0,4	0,2	0,3	0,1	0,09
Pornografia infantil		0,1	0,1	0	0,5	0,3	0,04	0,09
Outras situações de perigo	18,4							
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: *Relatórios Anuais de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (2001-2008)*, CNPCJR/ISS, IP

▪ **ANEXO 3.6 – SÍNTESE SOBRE OS PRINCIPAIS DOCUMENTOS INTERNACIONAIS SOBRE A INFÂNCIA E A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DE CRIANÇAS E JOVENS**

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
<i>Declaração Internacional dos Direitos da Criança</i> , adoptada pelas Nações Unidas(ONU), a 20 de Novembro de 1959 (Resolução 1386)	<p>Estabelecimento de um quadro global de protecção que define um sentido jurídico próprio no tratamento das questões judiciais sobre crianças.</p> <p>As referências aqui constantes relativas aos direitos das crianças vieram a ser posteriormente plasmadas no <i>Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos</i> e no <i>Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais</i>, ambos de 1966 (Nações Unidas). A <i>Convenção Europeia dos Direitos do Homem</i>, de 1950, e a <i>Carta Social Europeia</i>, de 1961, consagraram especial protecção ao Direito das crianças, associando-o ao seu desenvolvimento.</p>
<i>Regras Mínimas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing)</i> , Nações Unidas (ONU), 1985.	<p>Primeiro documento internacional que estabelece um conjunto de regras específicas relativas à protecção judicial da infância.</p> <p>As 30 regras enunciadas constituem o núcleo garantístico das situações de contacto de uma criança com a administração da justiça considerando-se não apenas os suspeitos das práticas de delitos, incluindo os designados <i>delitos de status</i>, mas também as medidas de protecção e apoio social relativamente aos que se encontram em perigo sendo definido que, em todas as fases do processo, deve ser garantido o direito à reserva da sua vida privada.</p> <p>Vê-se incentivado o recurso aos meios extra-judiciais de modo a evitar-se o formalismo judicial que potencia a estigmatização.</p> <p>É relevado o papel da comunidade no âmbito da execução das medidas bem como se estabelece que só em último caso é que os filhos devem ser separados dos seus pais.</p>
<i>Recomendações N°R(87)20 e N°R(88)6 do Conselho da Europa</i> , respectivamente sobre as reacções sociais à delinquência juvenil e as reacções sociais ao comportamento delinvente de jovens oriundos de família migrantes	<p>Realça-se o importante papel dos <i>media</i> no debate e reflexão sobre esta problemática, aspecto fulcral na forma como a sociedade reage e intervém tendo em vista a sua prevenção.</p> <p>Entre outros aspectos presentes nas duas <i>Recomendações</i>, realce na primeira para a regra de limitação do acesso ao registo de decisões judiciais relativas a crianças e jovens que pratiquem ilícitos e ao reconhecimento do direito ao respeito pela sua vida privada.</p> <p>No segundo normativo, há um ponto específico que destaca os resultados de diferentes pesquisas que apontam para a existência de uma discriminação negativa, mantida através da difusão nas notícias de estereótipos sobre a delinquência juvenil, especialmente associada à condição de migrante.</p>
<i>Convenção sobre os Direitos da Criança</i> , Assembleia das Nações Unidas (ONU), 20 de Novembro de 1989	<p>Esta <i>Convenção</i> foi aprovada por unanimidade e ratificada por 192 Estados que se comprometeram no desenvolvimento de um conjunto de reformas no campo da infância.</p> <p>Trata-se de um marco decisivo no reconhecimento da categoria social da infância, primeiro instrumento internacional adoptado após o fim da Guerra-Fria que inclui não somente direitos cívicos e políticos, mas também direitos económicos, sociais e culturais. Conforme estabelecido no artigo 4º, “<i>o Estado deve adoptar todas as medidas ao seu alcance, necessárias à realização dos direitos da criança</i>”.</p> <p>São obrigações juridicamente vinculativas para os Estados Parte e não apenas, como na <i>Declaração Universal dos Direitos Humanos</i>, obrigações morais.</p> <p>A sua aplicação implica um empenhamento activo dos organismos dos Estados assim como de elementos da sociedade civil. São estabelecidos quatro grandes princípios orientadores para esta intervenção: não discriminação; salvaguarda do interesse superior da criança, do direito à vida e à sobrevivência e ao</p>

<p><i>Convenção sobre os Direitos da Criança</i>, Assembleia das Nações Unidas (ONU), 20 de Novembro de 1989 (cont.)</p>	<p>desenvolvimento e da livre expressão das crianças. O interesse superior da criança assume uma especial relevância devendo nortear a actuações dos Estados na defesa da dignidade da criança.</p> <p>Para avaliar a sua implementação foram criados mecanismos adequados, designadamente, através do Comité dos Direitos da Criança.⁴ É destacado o reconhecimento à criança a participar e a ser ouvida em todos os processos que lhe digam respeito.</p> <p>No que concerne à justiça de crianças, consagra-se a necessidade de separação do tratamento dos factos qualificados como crimes cometidos por crianças e jovens de idade inferior a 18 anos dos crimes praticados por adultos, e impõe-se aos Estados signatários a obrigação de promover o estabelecimento de uma idade mínima abaixo da qual se presume que a criança não tem capacidade para infringir a lei penal, em conformidade com a protecção dos direitos humanos e com a protecção das garantias processuais da criança. Os artigos relativos a estas matérias (artºs 37º-40º) devem ser lidos em articulação com todas as outras garantias consagradas na Convenção.</p> <p>Apesar de identificação de um mínimo legal ser diferenciado por Estado, atendendo às diferenças existentes nos vários sistemas jurídicos nacionais, parece resultar da conjugação desta <i>Convenção</i> com as <i>Regras de Beijing</i> que isso deve estar correlacionado com o desenvolvimento e a maturidade da criança.</p> <p>Reforça-se o definido nas <i>Regras de Beijing</i> e releva-se a necessidade de salvaguarda da vida privada da criança suspeita, acusada ou que se reconheceu ter infringido a lei penal e “o direito a um tratamento capaz de favorecer a sua dignidade, de reforçar o seu respeito pelos direitos do homem e as liberdades fundamentais de terceiros e que facilite a sua integração social e o assumir de um papel construtivo no seio da sociedade” (artº. 40º).</p>
<p><i>Directrizes para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Directrizes de Riade)</i>, das Nações Unidas (ONU), 1990</p>	<p>A meta deste documento é a prevenção da delinquência, com base no pressuposto de que este problema social é uma parte essencial da prevenção do crime.</p> <p>Ao longo de 66 artigos, ressalva-se o papel decisivo desempenhado pela família enquanto unidade responsável pela socialização primária das crianças e são estabelecidos os princípios orientadores que devem nortear a prevenção dedicando-se, além da família, uma especial atenção aos sistemas de educação formal e informal e à instância de socialização representada pelos meios de comunicação social. Neste âmbito, destaca-se os <i>media</i> enquanto promotores do acesso à informação e à liberdade de expressão, por parte de crianças e jovens e salienta-se a necessidade de redução do nível de pornografia, droga e violência apresentados nos seus conteúdos.</p> <p>Propõe-se uma maior aplicação de medidas que evitem a criminalização e a penalização de jovens por actos que não sejam lesivos do seu desenvolvimento ou de prejuízo a terceiros, colocando-se a ênfase na importância de políticas preventivas que facilitem a socialização das crianças.</p>
<p><i>Regras Mínimas para o desenvolvimento de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio)</i>, das Nações Unidas (ONU) e as <i>Regras Mínimas para</i></p>	<p>Nestes dois documentos é feita uma análise particular sobre as questões associadas à privação de liberdade de crianças e jovens por motivo de delinquência.</p> <p>Neles se vêem enquadrados os princípios orientadores de toda a acção de entidades e serviços relativamente a estas situações.</p>

⁴ Em Portugal estes Relatórios foram apenas concretizados em 1996 (relatório inicial) e em 2001 (segundo relatório) não tendo sido realizado mais nenhum desde então. Para um aprofundamento, consultar *Portugal e os Direitos Humanos. Relatórios Apresentados à ONU* em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/portugal-relatorios.html#f%20>.

<i>a Protecção de Menores Privados de Liberdade (Regras de Havana), das Nações Unidas (ONU), 1990</i>	
<i>Directrizes para Acções relativas à Crianças no Sistema de Justiça Criminal (Directrizes de Viena), Conselho Económico e Social da (ONU), -1997.</i>	Este documento constitui uma matriz orientadora para a implementação da <i>Convenção Sobre os Direitos da Criança</i> no que diz respeito às crianças abrangidas pela justiça juvenil, bem como se promove a aplicação das <i>Directrizes das Nações Unidas</i> sobre esta matéria e sobre outros instrumentos relacionados.
<i>Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Nações Unidas (ONU), 2000</i>	Incorporam-se neste documento metas específicas para a infância, adoptando-se dois <i>Protocolos Facultativos</i> : um sobre envolvimento de crianças em conflitos armados, outro sobre venda de crianças, prostituição e pornografia infantil. O <i>Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Venda de Criança, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil</i> (2000), ratificado em Portugal três anos mais tarde, estabelece que os Estados Partes devem promover o desenvolvimento de medidas que assegurem a protecção da privacidade e da identidade de crianças vítimas de actos dessa natureza.
<i>Recomendação (2001)1532, Conselho da Europa, Assembleia Parlamentar, Setembro de 2001.</i>	Intitulada “ <i>Uma Política Social Dinâmica em Favor das Crianças e Adolescentes em Meio Urbano</i> ”, esta Recomendação tem por objectivo a definição de políticas relativamente à prevenção de comportamentos anti-sociais dos jovens em meios urbanos, com uma especial atenção ao fenómeno da guetização nas periferias das grandes cidades. Encoraja-se os Estados-membros a introduzirem diversas formas de regulação de litígios, quer alternativos aos processos judiciais quer alternativos a medidas detentivas, defendendo-se uma maior aposta na implementação de medidas de execução na comunidade, medidas não judiciais e alternativas à privação de liberdade dos jovens. Reforça-se a ideia de que a resposta primordial à violência dos jovens se deve situar, não na repressão ou na sanção, e sim na prevenção, que deve surgir o mais cedo e atempadamente possível. Reconhece-se ainda que esta resposta passa necessariamente por uma acção mais concertada entre os diversos parceiros locais e nacionais e por uma troca de experiência entre países.
<i>Recomendação Rec(2003)13 do Conselho da Europa, 10 de Julho de 2003</i>	Nesta <i>Recomendação</i> sobre a difusão de informação pelos <i>media</i> sobre processos penais, reitera-se a importância do direito do público à informação e defende-se que as reportagens e notícias realizadas em torno de processos desta natureza assumem uma função que se acredita dissuasora de outros comportamentos criminais que, simultaneamente, permite ao público o acesso a um melhor conhecimento sobre o funcionamento do sistema judicial. São estabelecidos 18 princípios que regulamentam a difusão da informação associada a estes casos, vendo-se salvaguardado tanto o direito de informação do público pelos <i>media</i> (princípio 1) como a necessidade de preservação de privacidade de vítimas, testemunhas, familiares, pessoas suspeitas ou acusadas. Uma especial atenção deve ser dada às partes que envolvam menores e outras pessoas em situação de maior vulnerabilidade (princípio 8). Relativamente à acção das autoridades judiciais são também aplicados determinados princípios no sentido de prevenir uma influência prejudicial pela exploração ou divulgação de informação não adequada (princípios 7 e 10).
<i>Recomendação Rec (2003)20 do Conselho da Europa, 24 de Setembro de 2003</i>	Nesta <i>Recomendação</i> sobre os novos meios de abordagem da delinquência e o papel do Direito de Crianças e Jovens, evidencia-se a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia de difusão de informação sobre a problemática e a eficácia do sistema de justiça tutelar que potencie junto da opinião pública a inversão de representações excessivamente negativas. Mais uma

	vez, é reforçada a ideia de uma especial atenção no tratamento noticioso destas matérias, negando-se a possibilidade de apresentação de quaisquer dados que conduzam à identificação do agente ou da vítima (Bolíheiro, 2005).
<p><i>Parecer “A prevenção da delinquência juvenil, as formas de tratamento da mesma e o papel da justiça de menores na União Europeia”,</i></p> <p>Comité Económico e Social Europeu (CESE) da União Europeia, em 10 de Fevereiro de 2005, aprovado em 2006</p>	<p>Trata-se de um documento em que se discutem as causas da delinquência juvenil, as limitações dos sistemas tradicionais de justiça juvenil, as novas tendências da justiça de crianças e jovens, o seu tratamento actual no âmbito da União Europeia e a conveniência de um quadro europeu de referência sobre a justiça juvenil, que incorpora um conjunto de propostas tendo em vista uma política europeia de justiça de crianças e jovens.</p> <p>Neste <i>Parecer</i>, a delinquência é vista como um dos problemas sociais mais preocupantes nas sociedades contemporâneas que afecta uma parte da população, exigindo-se um leque de respostas que articule prevenção, medidas educativas e integração e reinserção social das crianças e jovens.</p> <p>É dado um forte relevo à necessidade de aprofundamento desta matéria, pois considera-se negativo que na maioria dos normativos existentes a sua força vinculativa seja escassa ou nula, faltando instrumentos e medidas mais eficazes. Avalia-se também como deficitária a coordenação e integração das políticas nacionais dos Estados membros, não sendo possível a análise comparativa na medida em que a diversidade na definição do conceito de delinquência juvenil por parte de cada um é uma das características nesta área.</p> <p>Daqui resulta a consideração da necessidade de uma maior articulação e coordenação de políticas de informação e de acção entre Estados que vise o estabelecimento de um quadro comunitário de referência, onde se apontem limites e se definam áreas de intervenção de modo a evitar, inclusivamente, algumas tendências regressivas registadas em alguns.</p> <p>Pode ler-se ainda que “<i>nos países europeus há cada vez mais a percepção de um aumento da delinquência juvenil bem como da gravidade dos delitos cometidos por jovens</i>” e que, perante esta constatação, “<i>os cidadãos exigem mecanismos de controlo mais eficazes, o que está a levar, em muitos países, a um endurecimento da legislação de menores</i>”. Com base nestes pressupostos, defende-se que a União Europeia deve aspirar a ter como objectivo a melhoria e maior eficácia dos princípios estabelecidos internacionalmente.</p>
<p><i>Recomendação Rec(2005)5,</i></p> <p>do Conselho da Europa, 16 de Março de 2005</p>	<p>Trata-se de uma <i>Recomendação</i> sobre os direitos das crianças acolhidos em instituição, em que se reforça os princípios fundamentais de protecção, privacidade e garantia da confidencialidade dos seus processos. Dada a especificidade da sua situação, é defendida a existência de uma instância, imparcial e independente, claramente identificada que promova a divulgação e defesa dos seus direitos.</p>
<p><i>Observação Geral N.º 10: os Direitos das Crianças nos Sistemas de Justiça de Menores,</i> Nações Unidas (ONU), 2007</p>	<p>Baseando-se nos relatórios dos diversos Estados, é definido um conjunto de recomendações que parte da análise da evolução das legislações nacionais no que concerne à adequação do Direito e da Justiça de Crianças e Jovens aos princípios estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança tendo por fim a definição de uma política global sobre estas matérias.</p> <p>Incentiva-se o desenvolvimento das políticas de justiça juvenil assentes nos princípios emanados nos direitos humanos e reafirma-se a necessidade da implementação de medidas alternativas à institucionalização, bem como do aprofundamento das medidas de prevenção da delinquência juvenil.</p> <p>São também reconhecidos os esforços dos Estados-parte neste campo, embora seja realçado que, muitos deles, ainda se encontram longe da mais adequada harmonização entre a administração da justiça de crianças e jovens com a Convenção de 1989.</p>

	<p>Relativamente ao estabelecimento de uma política global de justiça de crianças e jovens é colocado uma especial ênfase nos seguintes pontos: prevenção da delinquência, desjudicialização da intervenção, garantias processuais e fixação da idade mínima de responsabilidade penal e de uma idade até à qual poderá ser aplicado o sistema de justiça para crianças e jovens.</p> <p>No campo da prevenção da delinquência juvenil, evidencia-se a importância de execução de apoios e programas centrados na família, nas competências parentais e na promoção da educação de crianças e jovens, bem como do envolvimento da comunidade, nomeadamente ao nível da implementação de formas de justiça restaurativa (respostas extra-judiciais).</p> <p>Como idade mínima de responsabilidade penal é recomendado o limite dos 12 anos e o dos 18 anos para a imputabilidade criminal, de acordo com o definido na <i>Convenção sobre os Direitos da Criança</i>.</p>
<p><i>Resolução ECOSOC 2007/23</i> sobre a reforma da justiça de crianças e jovens, Conselho Económico e Social das Nações Unidas, 26 de Julho de 2007</p>	<p>Nesta <i>Resolução</i>, os Estados são incentivados a definir e a adoptar planos de acção que integrem medidas no âmbito da prevenção da delinquência ao mesmo tempo que se preconiza algumas orientações no sentido da reforma da justiça de crianças e jovens, designadamente através da desjudicialização da intervenção e uma maior aposta na aplicação de uma justiça restaurativa. Uma especial atenção é dada à necessidade de desenvolvimento de acções de formação especializada junto de todos os intervenientes neste sistema: magistrados, forças de segurança, técnicos e funcionários dos serviços de reinserção social e justiça.</p>
<p><i>Recomendação (2008)11</i>, Comité de Ministros, 5 de Novembro de 2008</p>	<p>Esta <i>Recomendação</i> sobre as regras europeias para os jovens alvo de sanções ou de medidas por motivo de delinquência, é dirigida à execução das medidas tanto na comunidade como das que implicam a privação de liberdade, visando melhor proteger os direitos e a segurança dos jovens que entram em conflito com a lei, promover a sua saúde física e mental, bem como o seu bem-estar social quando da execução de medidas quer em meio aberto quer institucional. Realce especial para a aposta central na educação do jovem nas suas mais diversas vertentes.</p>
<p><i>Resolução sobre direitos humanos na administração da justiça, em particular da justiça para menores</i>, Assembleia-Geral das Nações Unidas, 20 de Março de 2009 (Resolução A/HRC/10/L.15)</p>	<p>Trata-se de uma <i>Resolução</i> sobre a promoção e protecção de direitos humanos, civis, políticos, económicos, sociais e culturais e o direito ao desenvolvimento, sendo os Estados convidados a desenvolver programas de formação dirigidos para a capacitação em direitos humanos que promovam o conhecimento sobre as especificidades próprias da justiça de crianças e jovens.</p> <p>Um especial relevo é dado à necessidade de os Estados desenvolverem estratégias educativas de readaptação e de reinserção social de jovens delinquentes.</p>

▪ ANEXO 3.7 – SINALIZAÇÕES ÀS CPCJs POR PRÁTICA DE FACTO QUALIFICADO PELA LEI PENAL COMO CRIME, POR SEXO E POR DISTRITO, ENTRE 2001-2008

REGIÃO	DISTRITO	ANOS																TOTAIS		
		2001 (*)		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008				
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	TOTAL
NORTE	BRAGA			7	1	20	0	41	14	20	6	34	3	24	3	29	5	175	32	207
	BRAGANÇA			6	0	7	0	1	4	14	2	9	3	10	1	6	1	53	11	64
	PORTO			13	11	13	14	29	16	23	5	46	21	81	17	98	31	303	115	418
	V.CASTELO			4	0	4	0	0	0	1	0	8	1	2	1	4	1	23	3	26
	VILA REAL			1	0	1	1	1	1	0	7	1	4	0	6	0	6	2	2	28
CENTRO	Sub-total			31	12	45	15	72	34	65	14	101	28	123	22	143	38	580	163	743
	AVEIRO			29	7	28	2	22	4	15	3	47	6	59	8	58	11	258	41	299
	C.BRANCO			2	0	3	1	0	0	7	1	5	1	4	0	0	0	21	3	24
	COIMBRA			6	0	1	0	2	2	8	0	19	1	27	5	26	2	89	10	99
	GUARDA			1	0	1	0	0	0	0	3	4	1	2	1	10	0	18	5	23
LISBOA E VALE DO TEJO	LEIRIA			7	0	7	1	4	0	1	2	19	4	24	2	18	4	80	13	93
	VISEU			2	0	5	0	1	1	21	3	6	4	7	7	7	6	49	21	70
	Sub-total			47	7	45	4	29	7	52	12	100	17	123	23	119	23	515	93	608
	LISBOA			128	43	101	22	22	8	56	9	121	16	124	25	270	100	822	223	1045
	SANTARÉM			5	0	6	1	4	1	9	2	11	1	13	0	6	3	54	8	62
ALENTEJO	SETÚBAL			47	11	42	6	32	3	27	12	11	6	38	8	54	15	251	61	306
	Sub-total			180	54	149	29	58	12	92	23	143	23	175	33	330	118	1127	292	1419
	BEJA			2	0	2	0	0	1	4	1	2	1	6	1	7	0	23	4	27
	ÉVORA			3	2	0	8	0	0	0	0	3	0	1	1	1	1	8	12	20
	PORTALEGRE			2	0	1	0	0	0	0	0	4	2	15	2	1	1	23	5	28
ALGARVE	Sub-total			7	2	3	8	0	1	4	1	9	3	22	4	9	2	54	21	75
	FARO			9	3	12	4	4	3	4	1	33	5	20	6	58	16	140	38	178
	R. A. AÇORES			15	8	16	1	8	0	6	1	23	4	21	0	27	12	116	26	142
	MADEIRA			13	0	7	0	2	0	8	1	2	0	8	4	19	1	59	6	65
	TOTAIS	N	237	41	302	86	285	53	173	57	231	52	411	80	492	92	705	210	M: 2836 F: 671	
	N	278	388	338	338	283	230	491	584	915	3507									

NOTA: não existem dados discriminados por distrito relativamente a 2001. Fonte: CNPCJR (2009)

▪ **ANEXO 5.1 – CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA O ACESSO A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DA PSP**

 **MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DIRECÇÃO NACIONAL
GABINETE DIRECTOR NACIONAL

Exma. Senhora
Maria João Leote de Carvalho
Centro de Estudos de Sociologia da
Universidade Nova de Lisboa

C/ conh.
Exmo. Senhor
Intendente Pedro Clemente

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		45/GDN/2009 106.000	2009-01-21

Assunto: DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DA PSP.

De harmonia com o solicitado, encarrega-me Sua Excelência o Director Nacional de informar que o pedido é autorizado, tendo sido nomeado como interlocutor e coordenador o Senhor Intendente Pedro José Lopes Clemente da Direcção Nacional da PSP.

Com os melhores cumprimentos.



O Chefe do Gabinete
Carlos Nascimento Rejo Paiva Resende Da Silva
Subintendente

148960
Página 1/1

Largo da Póvoa de França 1, 1159-010 Lisboa - Tel. +35121814 9716 - Fax. +351218111086 - gdn@psp.pt



▪ **ANEXO 5.2 – CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACESSO A INFORMAÇÃO PROCESSUAL E ESTATÍSTICA DA CPCJ DE OEIRAS**

 **CPCJ**
Comissão de Protecção
de Crianças e Jovens de Oeiras

Exma. Senhora
Dr.ª Mª João Leote de Carvalho

Sua Comunicação	Nosso Processo	Nossa Referência	DATA
		27/09	09/01/2009

Assunto: Autorização para acesso a informação processual e estatística da CPCJ de Oeiras

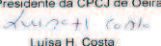
A Lei de protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99 de 1 de Setembro) prevê, no seu artigo 89º, a consulta de processos para fins científicos.

A documentação, por Vós enviada assegura o respeito dos princípios pelos quais se regem as Comissões de Protecção, nomeadamente, a privacidade e o carácter reservado dos processos.

Faço ao exposto a CPCJ de Oeiras autoriza a Dr.ª Mª João Leote de Carvalho a consultar a informação processual e estatística relevante para a sua investigação, bem como a provável realização de entrevistas aos membros da CPCJ, dependente do consentimento individual destes.

A CPCJ de Oeiras congratula a Investigadora pela relevância da temática em estudo e afirma toda a sua disponibilidade para colaborar com a área científica na promoção e protecção dos direitos das crianças.

Com os melhores cumprimentos

A Presidente da CPCJ de Oeiras

Luisa H. Costa

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras
Rua António Macedo nº 2 - A e B - 2760-184 Oeiras
Tel.: 214 416 404 - Fax: 214 418 220 - E-mail: CPCJO@coj-oeiras.pt

▪ ANEXO 5.3 - GUIÃO DA ENTREVISTA ÀS CRIANÇAS

A – O bairro

Gostas de viver no teu bairro? (*o que gosta mais, o que gosta menos*)

O que é que faz mais falta no teu bairro?

Se pudesses, o que é que tu mudavas no teu bairro? O que é que é preciso fazer para isso acontecer?

Gostavas de viver noutro sítio? Porquê?

B – O quotidiano

Podes contar como é um dia na tua vida aqui no bairro? (*ações; momentos; intervenientes; o lugar da família, da escola; outras situações*)

Tens amigos no teu bairro? O que é que fazes com os teus amigos? (*brincadeiras; amizades; espaços e locais atravessados; percepção do risco; outras ações*)

Quais são os melhores sítios para estares no teu bairro? Porquê?

Costumas sair do bairro? Com quem? Para onde?

C – Problemas

Quando tens um problema pessoal, com quem é que vais falar em primeiro lugar?

Achas que é bom ser criança aqui no bairro? Porquê?

Já alguma vez tiveste problemas no teu bairro? O que aconteceu?

E com a polícia? Podes contar como foi?

D – O futuro

Como é que gostavas que fosse o teu futuro?

E – Outras situações

Tens mais alguma coisa que gostavas de falar?

Participante(s): _____
Entrevista nº: ____ Data da realização: _____ Local: _____ Duração: _____
Observações:

▪ ANEXO 5.4 - GUIÃO DA ENTREVISTA AOS PAIS E SUBSTITUTOS

A – Dados pessoais (*idade; naturalidade/ nacionalidade; habilitações escolares; trabalho; apoios sociais; composição do grupo doméstico; trajetória de realojamento(s); outras situações pertinentes*)

B – O bairro

Gosta de viver neste bairro? (*o que gosta mais, o que gosta menos*)

Que mudanças teve na sua vida com este realojamento? (*aspectos positivos e aspectos negativos*)

O que gostaria de ver alterado no bairro? O que deve ser feito para que isso se concretize?

Gostaria de viver noutro local? Porquê?

B – Práticas educativas e socialização das crianças

O que é mais importante na sua vida, neste momento?

Como é que é ser pai/mãe aqui? (*aspectos positivos e aspectos negativos*)

E como é que acha que é ser criança neste bairro? (*aspectos positivos e aspectos negativos*)

Tem havido mudanças na vida na vida do(s)/da(s) vosso(s)/a(s) filho(s)/filha(s) desde que vieram viver para este bairro? Quais?

Já alguma vez pensou como é que vai ser o futuro do(s)/da(s) vosso(s)/a(s) filho(s)/filha(s)?

Como é que gostava que fosse esse futuro? O que é preciso para que se torne realidade?

C – Problemas

O que é que o/a preocupa mais, neste momento?

Na sua opinião, o que pode ser feito para prevenir e combater a delinquência de crianças?

D – Outras situações

Tem mais alguma coisa sobre a qual gostaria de falar?

Entrevistado nº: _____ Familiar de: _____
 Data da realização: _____ Local: _____ Duração: _____
 Observações:

▪ **ANEXO 5.5 - GUIÃO DA ENTREVISTA A TÉCNICOS E OUTROS INTERVENIENTES**

A – Dados profissionais (*natureza das funções exercidas; experiência de intervenção nos bairros; outras situações pertinentes*)

B – Processo de realojamento

Como se tem desenrolado a sua intervenção profissional nestes bairros?

Quais são, no seu entender, os problemas que mais se evidenciam nestes bairros?

E quais os aspectos mais positivos?

Na sua opinião, que aspectos destes se associam mais directamente ao processo de realojamento?

Que avaliação faz sobre esse processo?

C - Práticas educativas e socialização das crianças

Considera que existem especificidades próprias destes territórios no que diz respeito à condição e modos de vida das crianças? Se sim, quais e em que níveis?

Teve já experiência com crianças aqui residentes que praticaram actos delinquentes? (*tipo de situação; intervenção desenvolvida e constrangimentos e desafios colocados; percepção das vítimas; avaliação do processo*)

Relativamente a delinquência que envolve crianças destes bairros, quais os traços que mais se destacam?

Em termos de intervenção, o que pode ser feito para prevenir e combater a delinquência?

D – O futuro

Como vê o futuro destas populações? E dos bairros?

Se pudesse, o que é que mudaria nestes bairros? O que é que é preciso fazer para isso acontecer?

E – Outras situações

Tem mais alguma coisa sobre a qual gostaria de falar?

Entrevistado: _____
 Funções exercidas: _____
 Data da realização: _____ Local: _____ Duração: _____
 Observações:

ANEXO 5.7 – DOCUMENTO UTILIZADO PARA O DESENHO DO BAIRRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
Ano lectivo ____/____/____
Data: ____/____/____ Ano de escolaridade: ____ Turno: ____ Nº ____ Data de nascimento: ____/____/____

Acerca do teu bairro...

1. És capaz de desenharmos o teu bairro.

ANEXO 5.6 – QUESTIONÁRIO SOBRE A ESCOLA (2 págs.)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
Ano lectivo ____/____/____
Data: ____/____/____ Ano de escolaridade: ____ Turno: ____ Nº ____ Data de nascimento: ____/____/____

Acerca da escola...

1. A tua casa fica longe da escola? (marca uma X na resposta certa)
Um _____ É muito _____ Não sei _____
Fica muito _____ É perto da _____
longe _____ escola _____ obter _____

2. Há quanto tempo andas nesta escola? 1 ano [] 2 anos [] 3-4 anos [] + de 4 anos []

3. Como é que vens para escola de manhã?
A pé com _____ A pé com _____ De carro _____
alguém e _____ alguém de _____ da família _____
A pé _____ A pé com _____ da minha _____
sozinho _____ da família _____ amigos/colegas _____ família _____ amigos _____
ou carro _____

4. Costumas chegar atrasada? SIM [] NÃO []
5. Porque?

6. É à saída da escola, para onde vais? (marca X nas respostas certas)
Minha casa [] Casa de familiares [] Casa de vizinhos/amigos [] Ama [] ATU/Clube/Luárca [] Fica na rua a espera da família [] Vou dar uma volta por aí [] Outro sítio []

7. É à saída da escola, com quem vais? (marca X nas respostas certas)
A pé com _____ A pé com _____ A pé com _____
alguém e _____ alguém _____ alguém de _____
A pé sozinho _____ da família _____ amigos/colegas _____ família _____ amigos _____
ou carro _____

8. Gostas de andar nesta escola? (marca uma X na resposta certa)
Gosto muito [] Gosto [] Não gosto nada [] Não gosto mesmo nada [] De carro da família ou de camioneta []
9. Do que é que gostas mais na escola?
10. E do que é que gostas menos?

xxii

▪ ANEXO 5.8 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AOS PAIS E SUBSTITUTOS PARA A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO ESTUDO

Maria João Leote de Carvalho

Doutoranda em Sociologia

Socinova – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO

No âmbito de Doutoramento em Sociologia que me encontro a realizar na Universidade Nova de Lisboa venho por este meio solicitar autorização para que o seu educando possa vir a ser contactado e participe no estudo intitulado "Da Outra Lado da Cidade: Pelos Margens Outras Infâncias. Crianças, Devio e Delinquências em Bairros Sociais de Realojamento". Com este trabalho tenho por objectivo conhecer os modos de vida de crianças nos bairros onde vivem e saber como algumas se envolvem em actos desviantes e delinquentes. Comprometo-me a assegurar que toda a informação recolhida se manterá confidencial e todos os nomes e outros dados de identificação não serão usados nem divulgados publicamente.

Desde já agradeço toda a colaboração para participar neste projecto e estou disponível para qualquer esclarecimento.

Maria João Leote de Carvalho

(Maria João Leote de Carvalho)

Assinale com uma X a sua escolha:

☐ Sim autorizo a participação do meu educando

☐ Não autorizo a participação do meu educando

Agrupamento de Escolas: _____ Escola: _____

Nome da criança: _____ ano: _____ turma: _____

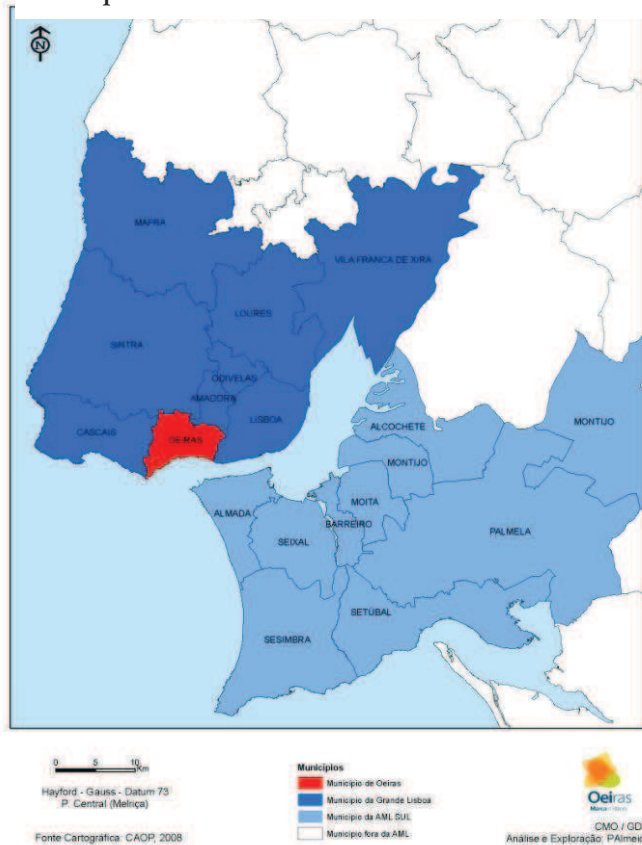
Assinatura do Encarregado de Educação: _____ Data: _____

▪ ANEXO 6.1 - TRAÇOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS DO CONCELHO DE OEIRAS

Fontes de informação

A autarquia de Oeiras dispõe de um acervo de informação sobre o desenvolvimento do seu território que é regularmente actualizado e divulgado à população. Deste modo, para a caracterização dos principais indicadores demográficos e sociais do concelho teve-se por fontes as publicações e documentos dos serviços municipais, vários acessíveis directamente no *site* da Câmara Municipal ou distribuídos sob a forma de brochuras, folhetos ou livros em edições próprias. Trata-se um conjunto de dados que cobrem as mais diversas áreas da vida social e da gestão do território concelhio e de entre os quais se seleccionaram para estas páginas - Capítulo 6 e Anexos - somente aqueles que mais directamente têm a ver com o fim desta investigação. Complementarmente, o Gabinete de Desenvolvimento Municipal/CMO forneceu os mapas com informação geográfica que ilustram determinados pontos de análise, alguns dos quais construídos especificamente para este efeito mediante solicitação efectuada a esse serviço.

Figura do Anexo 6.1, n.º 1: Municípios da Área Metropolitana de Lisboa



Localização, organização administrativa e infra-estruturas

O concelho de Oeiras integra a Área Metropolitana de Lisboa (AML) situando-se na margem Norte do rio Tejo.¹ Confina a Este com o concelho de Lisboa, a Oeste com o de Cascais e a Norte com os de Sintra e da Amadora. De um ponto de vista territorial abrange uma área de 45,8km² representativa de 1,6% do total desta Área Metropolitana e 3,3% se reportada à expressão da Grande Lisboa (CMO, 2009a).²

À abertura em anfiteatro sobre o estuário do Tejo assente numa orla ribeirinha que se estende por cerca de 10km, este concelho alia uma posição estratégica e de interface privilegiada.

No final do século XX, Oeiras tornou-se um importante pólo

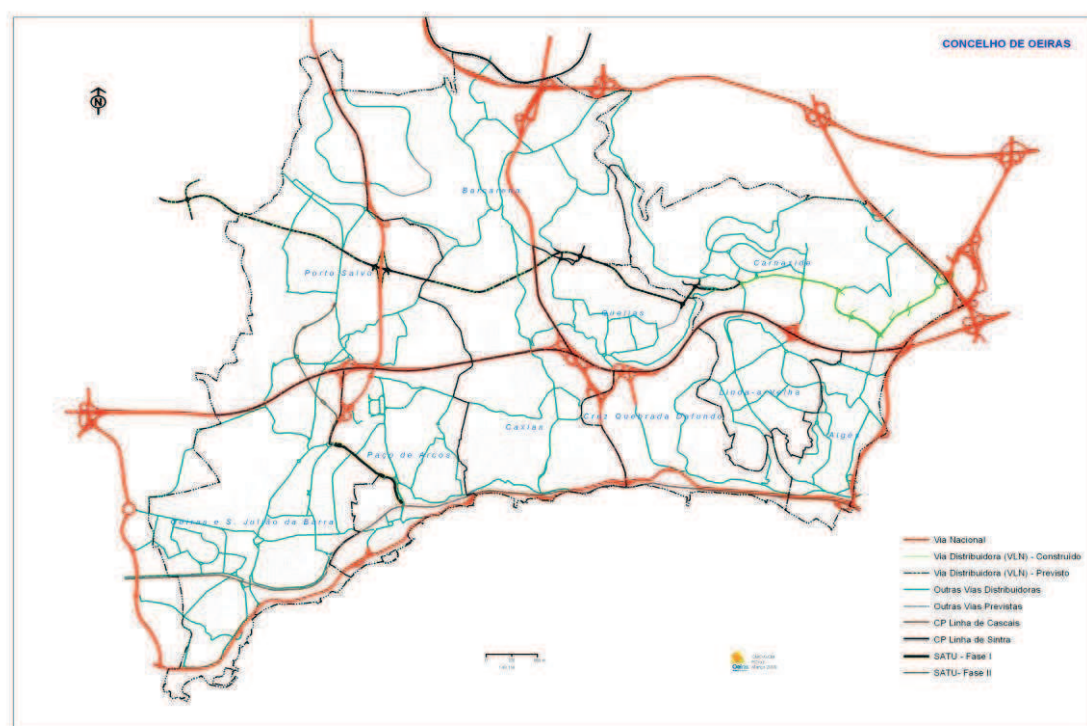
¹ Nos termos da Lei 10/2003 de 13 de Maio, a Área Metropolitana de Lisboa é uma pessoa colectiva pública de natureza associativa, de âmbito territorial e visa a prossecução de interesses comuns aos 18 municípios que a integram, nove dos quais na margem Norte do rio Tejo (Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira) e nove na margem Sul (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra, Setúbal e Seixal).

² A região da Grande Lisboa abrange os concelhos da Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira.

económico autónomo na AML passando a ocupar a segunda posição, logo a seguir a Lisboa.³ No presente coexistem centros históricos com elevado valor patrimonial, antigas comunidades rurais pressionadas quer por núcleos de génese ilegal, crescimentos urbanos recentes, e modernos parques empresariais e de serviços, com especial destaque para a presença de instituições de ensino e I&D associadas (CMO, 2006a).

Os centros urbanos classificados como vilas são Oeiras (sede do concelho), Algés, Carnaxide, Caxias, Linda-a-Velha, Paços de Arcos, Porto Salvo e Queijas. Até final de 2009 não existia qualquer núcleo classificado como cidade (CMO, 2009a). Na década de 1990 a organização administrativa do concelho foi alvo de redefinições e das quatro freguesias existentes em 1995 - Barcarena, Carnaxide, Oeiras/São Julião da Barra, Paço de Arcos -, passou-se a nove nesse ano pela constituição de outras cinco: Algés, Cruz Quebrada/Dafundo, Linda-a-Velha, Porto Salvo, Queijas. Mais tarde, em 2002, foi criada a freguesia de Caxias que passou a ocupar uma área anteriormente integrada na de Paço de Arcos.⁴

Figura do Anexo 6.1, n.º 2: Vias de comunicação no concelho de Oeiras



Fonte: Gabinete de Desenvolvimento Municipal, Câmara Municipal de Oeiras (2009).

A população de seis das dez freguesias é servida, a menos de 2 km, por uma estação ferroviária das Linhas de Cascais ou de Sintra (CMO 2004b). Ao longo dos anos tem sido potenciada a construção uma rede de vias de comunicação que facilitam não só a mobilidade dos residentes

³ Essa posição corresponde à existência de cerca de 90.000 postos de trabalho, 7.000 sociedades empresariais, sendo que 70% destas se enquadra no sector terciário. Neste universo, 4% são consideradas Grandes Empresas que asseguram cerca de 70% do emprego e volume de negócios da economia concelhia. Existem ainda cerca de 400 unidades de I&D das quais 75% são empresas C&T (CMO, 2007).

⁴ Importa reter que em Setembro de 1979 teve lugar uma profunda transformação do território oeirense com a elevação de uma das suas freguesias – a da Amadora – a concelho, com uma área que se estende por 23,79Km² e onde actualmente vivem 175 872 habitantes, segundo os dados dos Censos de 2001. O município da Amadora foi o primeiro a ser criado após o 25 de Abril de 1974 deixando de integrar nessa data o concelho de Oeiras ao qual pertencia desde 1916.

como promovem um apreciável volume de deslocações pendulares de residentes de outros concelhos. Incluem-se neste caso a auto-estrada A5, a CREL e a estrada Marginal. De assinalar a existência de um fluxo diário de entradas e saídas significativo: cerca de 50% dos residentes activos empregados saem para trabalhar/estudar noutros concelhos ao passo que entra no concelho um total equivalente a 40% da sua população residente para o mesmo fim (CMO, 2007).

População

Na comparação com a média observada na Grande Lisboa em 2001, o crescimento populacional no território oeirense atingiu um valor duas vezes superior ao constatado na totalidade dessa região.

Tabela do Anexo 6.1, n.º 1: Variação da população residente em Portugal, na Grande Lisboa e no concelho de Oeiras, entre 1991 e 2007

	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXAS DE VARIAÇÃO		
	1991 (N)	2001 (N)	2007 (N)	1991-2001 (%)	2001-2007 (%)	1999-2007 (%)
Portugal	9.867.147	10.356.117	10.617.575	4,9	2,5	7,6
Grande Lisboa	1.880.215	1.947.261	2.025.628	3,5	4,4	7,7
Oeiras	151.342	162.128	171.472	7,1	5,8	13,3

Fonte: INE, *Censos 1991 e 2001 e Estimativas Anuais da População Residente* (INE, 2009a).

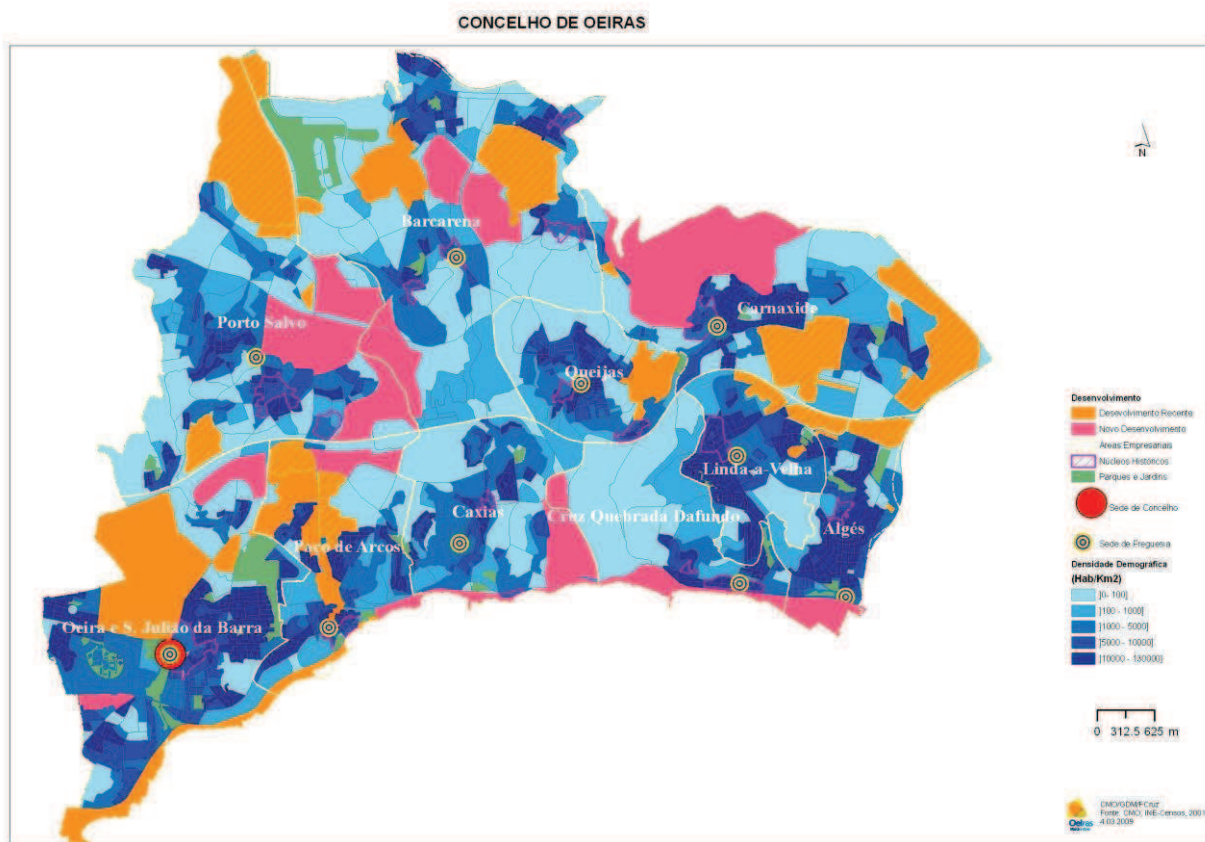
Em 2001, cerca de 14,3% da população residente em Oeiras, cinco anos antes vivia fora do concelho, valor acima dos registados na Grande Lisboa (13,1%) e em Portugal (8,9%) (CMO, 2009a). Parte deste número diz respeito a indivíduos de nacionalidade estrangeira que solicitaram o Estatuto de Residente. Em 2001, 7.334 indivíduos com nacionalidade estrangeira residiam no concelho representando 4,5% do total da população. No seu conjunto não se verificavam diferenças significativas entre sexos, sendo notória a predominância dos grupos em idade activa situados entre os 20-39 anos (43,9%) e os 40-59 anos (26,3%). É também digna de registo a expressão percentual do grupo relativo aos 0-19 anos (20,7%) nesse universo (Garcia, 2004). Por zona geográfica de origem destacavam-se os do continente africano (60,6%), quase exclusivamente dos PALOPs, seguindo-se os de oriundos da Europa (19,2%) e da América (17,4%) (Garcia, 2004).⁵

A maior percentagem de população estrangeira em situação legal no concelho encontra-se nas freguesias de Porto Salvo (7,4%) e de Carnaxide (6,1%), precisamente as que se destacam em termos de realocização de populações realojadas, ao contrário de Queijas (com apenas 1,9%). Estes números revelam apenas uma parte dos movimentos migratórios, a que se reporta ao conjunto de

⁵ No entanto, considerando dados oficiais mais recentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras relativos aos pedidos de Estatuto de Residente nos anos de 2007 (516 nessa condição em Oeiras) e 2006 (532), constata-se as alterações nos padrões registados entre um e outro ano, numa orientação que segue as tendências registadas a nível nacional e da Grande Lisboa: ao decréscimo significativo de indivíduos de origem africana contrapõe-se a subida acentuada dos de origem europeia, sobretudo dos países de Leste, e da América Central e do Sul, estes últimos quase na totalidade oriundos do Brasil (CMO, 2009a). Se em 2001, 64,5% do total que pediu este Estatuto no concelho era de origem africana, maioritariamente de Cabo Verde, seguindo-se os europeus, com especial destaque para os espanhóis e escassa representatividade dos países de Leste (3 indivíduos), em 2006 o panorama foi inverso com os europeus a corresponderem a 58,5%, surgindo os ucranianos com quase um terço de todo o universo, acompanhados em segundo lugar pelos brasileiros (18,3%). Só depois se encontram os indivíduos de origem africana (13,9%), ainda com Cabo Verde à cabeça mas com angolanos e guineenses mais perto. De igual modo, os movimentos migratórios envolvendo populações da Ásia registam um crescimento nesses dois anos (4,9% em 2001 e 8,3% em 2006a), sempre com mais de metade desse valor a dizer respeito a chineses (CMO, 2009a).

situações legalizadas, não se conhecendo o número de indivíduos em situação ilegal que se encontram, provavelmente, a residir em condições socioeconómicas mais precárias.

Figura do Anexo 6.1, n.º 3: Densidade demográfica e desenvolvimento em Oeiras, por freguesia, 2001



Fonte: Gabinete de Desenvolvimento Municipal, Câmara Municipal de Oeiras (2009).

A proporção dos vários grupos de população por ciclos de vida em Oeiras não difere significativamente do verificado a nível nacional e na região da Grande Lisboa (CMO, 2009a).⁶

Tabela do Anexo 6.1, n.º 2: População residente no concelho de Oeiras, entre 1981 e 2007, segundo os grandes grupos etários

ANOS	População Residente no Concelho de Oeiras Segundo Grandes Grupos Etários (1991 - 2001 - 2007)								
	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 ou + anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1981	38.784	25,9	20.635	13,8	79.278	53,0	10.631	7,1	149.328
1991	27.728	18,3	24.932	16,5	82.855	54,7	15.827	10,5	151.342
2001	22.685	14,0	22.312	13,8	92.978	57,3	24.153	14,9	162.128
2007	26 101	15,2	16 724	9,8	98 946	57,7	29 701	17,3	171.472

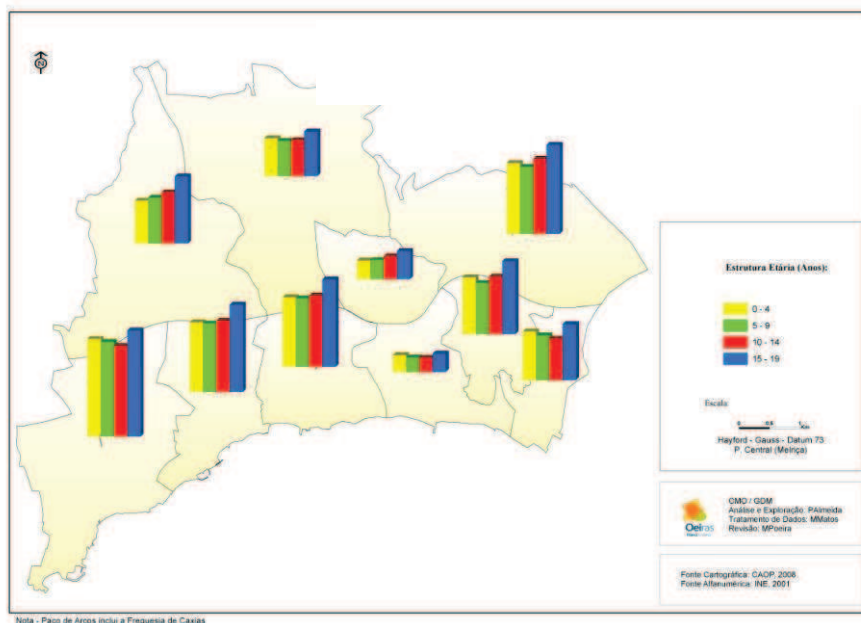
Fonte: INE, Censos 1981, 1991 e 2001 e Estimativas Anuais da População Residente (INE, 2009a).

Centrando o interesse nos escalões etários mais novos, entre os 0-19 anos (32.191 indivíduos), onde se encontram os grupos alvo desta investigação, constata-se que, em 2001, a sua distri-

⁶ Em 1981, Oeiras tinha uma população jovem (índice de envelhecimento de 23,2); no período intercensitário seguinte, passou a ter uma população ligeiramente envelhecida (57,2) e, em 2007, apresentava uma condição global de população muito envelhecida (113,8). Na Grande Lisboa (média com um índice de 109,9), Oeiras é, a seguir a Lisboa, o concelho com um mais elevado índice de envelhecimento, surgindo como o terceiro com maior peso relativo o grupo etário acima dos 64 anos (Garcia, 2004; CMO, 2009a).

buição pelo território concelhio não era uniforme, evidenciando-se uma maior presença de indivíduos nestas idades nas freguesias de Oeiras e São Julião da Barra (20,2%) e Carnaxide (15,7%) enquanto no pólo oposto estavam Cruz Quebrada/Dafundo (3,3%) e Queijas (4,5%).

Figura do Anexo 6.1, n.º 4: Estrutura etária da população residente em Oeiras nos escalões 0-19 anos, por freguesia



Dados mais recentes reportados às estimativas para o ano de 2007, agora restritos aos escalões 0-18 anos, confirmam a continuação de um ligeiro crescimento do escalão etário 0-2 anos no concelho, factor que pode ser importante para atenuar algumas das dinâmicas demográficas mais sentidas nas últimas décadas.

Tabela do Anexo 6.1, n.º 3: População residente no concelho de Oeiras, em 2007, segundo os grandes grupos etários até aos 18 anos de idade, por sexo

	POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO ATÉ AOS 18 ANOS DE IDADE										Total N
	0-2 anos		3-5 anos		6-10 anos		11-14 anos		15-17 anos		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Oeiras	5968	19,3%	5.914	19,1%	8.143	26,5%	6.076	19,8%	4.741	15,3%	30.842
H	3107		3.044		4.122		3.060		2.361		15.694
M	2861		2.870		4.021		3.016		2.380		15.148

Fonte: *Estimativas Anuais da População Residente em Portugal*, a 31/12/2007, INE (2009a).

Nestes escalões, numa linha similar ao registo a nível nacional, a proporção de rapazes é superior à das raparigas até aos 14 anos, idade a partir da qual começa a registar-se uma inversão, associada a um leque de circunstâncias de natureza diversa. O total concelhio representava 8,1% do universo da Grande Lisboa nestes escalões ao passo que relativamente ao território nacional correspondia a 1,6%.

Família

Entre 1991 e 2001, o número de famílias aumentou significativamente em Oeiras (+20,4%),⁷ aliado a uma tendência para a nuclearização e diversificação das estruturas familiares, numa linha similar à identificada nas zonas mais urbanas da Área Metropolitana de Lisboa (Garcia, 2004). A dimensão média familiar no concelho passou de 3,0 em 1991 para 2,6 em 2001, valores próximos dos registados na Grande Lisboa (2,9 e 2,6 nesses mesmos anos) sendo de destacar a evolução negativa neste campo quando se compara com o indicador nacional para os mesmos anos (3,1 e 2,8) (CMO, 2009a).

Tabela do Anexo 6.1, n.º 4: Tipo de família e núcleo familiar no concelho de Oeiras, em 2001

		TIPO DE FAMÍLIA				
		Famílias Clássicas		Núcleos familiares ⁸		
		Com uma só pessoa	Outros tipos de família	Casais sem filhos	Casais com filhos	Monoparentais
Portugal	%	17,3	82,7	30,8	57,2	11,9
Grande Lisboa	%	22,1	77,8	31,9	52,8	15,2
Oeiras	N	13.302	48.415	14.796	25.147	7.977
	%	21,5	78,5	30,8	52,5	16,7

Fonte: INE, *Censos 2001*/CMO (2009a).

Em 2007, a taxa bruta de natalidade neste concelho foi de 11,1%, um valor semelhante à da Grande Lisboa e ligeiramente superior à taxa nacional (10,9%). As taxas de nupcialidade e de divórcio (5,5% e 2,3%, respectivamente), são semelhantes às da Grande Lisboa realçando-se que existe um maior peso relativo de casamentos católicos (59,6%) do que nessa região (57,5%), mas abaixo do detectado no total do país (64,8%) (CMO, 2009b). Considerando o tipo de família e de núcleo familiar, os dados relativos a Oeiras evidenciam uma representatividade superior à média nacional de famílias com uma pessoa só e de famílias monoparentais, este último com um valor muito expressivo (16,6%), e inferior no que diz respeito a casais com filhos. Quando se restringe a comparação à região da Grande Lisboa as diferenças apresentadas não são significativas.

Tabela do Anexo 6.1, n.º 5: Indivíduos na família no concelho de Oeiras, em 2001

		NÚMERO DE INDIVÍDUOS					TOTAL
		1 indivíduo	2 indivíduos	3 indivíduos	4 indivíduos	Com 5 ou + indivíduos	
Portugal	%	17,3	28,4	25,2	19,7	9,5	100
Grande Lisboa	%	22,1	30,0	24,7	16,6	6,6	100
Oeiras	N	13.302	18.765	15.059	10.462	4.129	61.717
	%	21,6	30,4	24,4	17,0	6,7	100

Fonte: INE, *Censos 2001*/CMO (2009a).

No período intercensitário 1991-2001 existiu um forte crescimento do número de famílias de menor dimensão: +68,6% de famílias com apenas uma pessoa; +44,5% com duas pessoas; e +12,4% com três pessoas. Paralelamente, verificou-se um decréscimo acentuado do número de agregados mais numerosos, sobretudo nos com cinco ou mais pessoas (-23,3%) (Garcia, 2004). Considerando os três principais tipos de dimensão familiar identificados nos *Censos 2001* (INE),

⁷ Aumento de 10.473 famílias, de 51.224 (1991) para 61.717, em 2001.

⁸ A expressão casais engloba as uniões de direito e as de facto.

constata-se que mais de 50% das famílias residentes no concelho englobam apenas 1-2 pessoas. A esta situação associa-se o facto de terem passado a existir mais famílias com pessoas idosas do que com jovens (num valor superior a 12%), situação que vem corroborar a tendência de envelhecimento da população (CMO, 2006a)

Existe uma certa dicotomia entre as freguesias situadas a norte e no interior, acima do eixo estruturante da auto-estrada A5, com as mais elevadas percentagens para as categorias relativas a dimensões maiores de família (Porto Salvo e Carnaxide têm as mais altas percentagens nas famílias com cinco ou mais indivíduos, respectivamente 11,3% e 9,1%, enquanto é na zona ribeirinha, no designado eixo da “Linha”, que se localizam as que têm maior representatividade das famílias uni-pessoais (Cruz-Quebrada/Dafundo com 31,2%, Paço de Arcos e Caxias com 26,0%, Algés com 25,1%).

Indicadores de Educação

Tendo em conta as estatísticas oficiais reportadas às qualificações escolares da população residente com 10 e mais anos de idade em 2006/07 e em 2007/08, Oeiras evidencia-se por ser o concelho que, a nível nacional, tem o maior peso de indivíduos com qualificação no ensino superior (26,3%) e o menor peso do grupo de indivíduos sem qualquer nível de ensino (4,7%). A percentagem de indivíduos residentes que atingiu o ensino superior triplicou nos últimos 20 anos, situação significativamente acima dos valores da Grande Lisboa (18,0%) e sobretudo do total relativo a Portugal (10,9%) (CMO, 2007).

Tabela do Anexo 6.1, n.º 6: Indicadores de Educação a nível nacional, da Grande Lisboa e em Oeiras, em 2006/07

INDICADORES DE EDUCAÇÃO											
	Taxa de pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico				Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			Relação de feminidade no ensino secundário
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º Cicl	2º Cicl	3º Cicl	Total	Cursos gerais/científico-humaníst.	Cursos tecnológicos	
Portugal	78,5	118,0	102,3	10,1	4,0	10,5	18,4	75,2	76,1	70,9	52,6
Grande Lisboa	73,3	120,0	117,3	10,9	4,2	12,6	19,6	73,9	75,4	65,0	51,5
Oeiras	80,8	106,6	120,1	9,7	3,0	13,1	16,5	77,2	78,7	64,8	48,7

Fonte: *Anuário Estatístico da Região de Lisboa* (INE, 2008a).

Estes dados revelam um concelho caracterizado por um quadro global de instrução elevado entre os seus residentes, sobretudo quando se compara com outros níveis da realidade nacional. Contudo, destaca-se a sua coexistência com segmentos da população que apresentam dificuldades de inserção escolar e socioprofissional associada a baixas qualificações escolares e profissionais. As carências socioeconómicas de uma parte das famílias fazem-se sentir nas escolas constituindo os apoios sociais – transportes, livros e material escolar e muito em especial o apoio às refeições (almoço e atribuição de suplemento alimentar) – a face mais visível desta realidade social (CMO, 2006a, 2007). Neste quadro, assinala-se a integração de um Agrupamento de Escolas no Programa

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIPII),⁹ no ano lectivo 2006/07, e o alargamento deste Programa a um segundo Agrupamento deste concelho em 2009/2010.

Saúde, Acção e Protecção Social

No que concerne aos principais indicadores de Saúde considerados pelo INE, a esperança média de vida no concelho está dentro dos valores previstos para o país. Relativamente à condição da infância, no período 2002/2006, a taxa de mortalidade infantil em Oeiras situou-se nos 1,8%, valor abaixo dos 4,0% registados no país e dos 4,1% na Grande Lisboa para o mesmo período.¹⁰

Um indicador relativo às assimetrias sociais identificadas neste território diz respeito à população que é beneficiária de prestações sociais, designadamente no âmbito do Programa do Rendimento Social de Inserção cujo número de abrangidos não tem cessado de aumentar.¹¹

Tabela do Anexo 6.1, n.º 7: Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, segundo o sexo e a idade, em 2007-2008

BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO							
	TOTAL	SEXO		IDADE			
		H	M	Menos de 25 anos	25-39 Anos	40-54 anos	55 e mais anos
Portugal							
2007	380.999	177.512	203.487	182.807	72.313	71.963	53.909
2008	418.409	193.465	224.944	199.687	79.996	83.266	55.460
Grande Lisboa							
2007	46.537	21.215	25.322	23.704	8.340	8.017	6.476
2008	59.831	27.024	32.807	32.807	30.573	10.772	7.544
Oeiras							
2007	3.189	1.386	1.803	1.613	474	593	509
2008	3.705	1.573	2.132	1.866	578	699	562

Fonte: *Anuário Estatístico da Região de Lisboa*, INE (2008a).

Dados mais recentes relativos ao final do ano de 2009 apontam para nova subida: 5.525 beneficiários que representam 3,2% dos residentes do concelho. Por grupos etários, esta prestação abrange primordialmente menores de 18 anos (39,2% do total). As freguesias de Carnaxide, Porto Salvo e Oeiras S. Julião da Barra são as que têm o maior número de indivíduos nesta condição

⁹ *Segundo Programa de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP II)*, de acordo com o previsto no Despacho Ministerial, de 26 de Setembro de 2006, redefinido à luz do disposto no Despacho Normativo nº 55/2008, de 23 de Outubro (TEIP2). Trata-se de um mecanismo especial de apoio às populações social e economicamente mais carenciadas residentes na área abrangida pelos respectivos Agrupamentos de Escolas, assente num contrato-programa tem por finalidade a criação de condições que contribuam para garantir a promoção de uma educação básica de qualidade e o sucesso escolar e educativo dos alunos.

¹⁰ A taxa de mortalidade neonatal concelhia apresenta valores reduzidos (1,3%), inferior aos valores médios registados no país (2,7%) e na Grande Lisboa (2,8%) (CMO, 2009a). As designadas doenças da infância ocupam o segundo lugar na tabela das doenças mais frequentes, logo a seguir às doenças respiratórias, apresentando uma incidência que vem baixando acentuadamente desde as campanhas de vacinação integradas no Plano Nacional de Vacinação de 1987.

¹¹ Trata-se de uma medida de política social de combate à pobreza concretizada através de uma prestação pecuniária, de carácter temporário, associada a um programa de inserção social que tem por objectivo conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação que contribuam para a satisfação das necessidades essenciais e favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

enquanto Queijas e Cruz Quebrada/ Dafundo estão no pólo oposto. Em todas, os beneficiários do sexo feminino estão em maior número.

No que concerne ao desemprego oficialmente registado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional no concelho, entre 2004 e 2008 abrangia mais indivíduos entre os 35-45 anos (40,5%) e com 55 e mais anos (27,0%) do que os com menos de 25 anos (8,8%). Os segmentos da população mais representados nesta situação detinham o Ensino Secundário (25,3%), o 3º Ciclo (22,1%) ou o 1º Ciclo do Ensino Básico (18,4%) ficando num patamar intermédio os que possuíam um grau de Ensino Superior (17,7%) ou o 2º Ciclo (13,4%). O grupo menos representado era o que não possuía qualquer grau de escolaridade, facto ao qual não é alheia a sua escassa representação no conjunto da população oeirense (CMO, 2009a). Este quadro de mais elevadas habilitações diferenciava Oeiras dos restantes concelhos da Grande Lisboa que revelavam maior peso de desempregados nos grupos com menores habilitações.

Crianças e jovens em perigo

No âmbito da acção desenvolvida junto de crianças e jovens consideradas em perigo nos termos previstos na *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, destacam-se duas entidades: a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeiras e a Equipa de Crianças e Jovens (ECJ) do Serviço Local de Acção Social de Oeiras do Instituto de Segurança Social, esta última com funções de assessoria técnica aos tribunais na área da promoção e protecção e em matéria tutelar cível.

Tabela do Anexo 6.1, n.º 8: Volume processual da CPCJ de Oeiras entre 2001-2008

ANOS	Sinalizações	Processos Instaurados	Transitados do ano anterior	Arquivados liminarmente	Arquivados	Proc. Findos ⁽¹²⁾	Volume Processual Global
2001	244	142	135	102	142	142	277
2002	234	169	135	65	80	80	304
2003	220	150	224	70	101	101	374
2004	209	179	273+15 reabertos	61	138	199	467
2005	281	266	253 + 20 reabertos	75	101	176	539
2006	353	353	280 + 27 reabertos	60	205	265	664
2007	325	325	403 + 49 reabertos	63	315	378	777
2008	351	351	392+ 66 reabertos	42	309	351	809
TOTAL	2.217	1.935	177 reabertos	538	1.391	1.692	

Fonte: *Relatórios Anuais de Actividade da CPCJ de Oeiras (2001-2008)*.

Tomando como ponto de partida os dados oficiais, entre 2001 e 2008 as sinalizações à Comissão de Protecção local (2.217) deram origem à abertura de 1.935 processos (87,2% do total de sinalizações).¹³ Do total de processos instaurados, 87,5% estavam arquivados em 31 de Dezem-

¹² Desde 2004 este valor reporta-se ao total da soma de processos arquivados liminarmente e de arquivados.

¹³ Até ao ano de 2004, o número de arquivamentos liminares dizem respeito exclusivamente a casos onde não houve sequer instauração de processo por na sequência de diligências preliminares se ter confirmado ausência de perigo ou não haver competência desta Comissão para a intervenção. No ano de 2004, seguindo as instruções da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, foram enquadrados nesta categoria todos os casos, em que instaurado o processo, “*se verificou a ausência de legitimidade para a intervenção por parte da CPCJ não se efectuando a sequência de aplicação da medida e respectivo acordo de promoção e protecção*” (CNPCJR, 2005). Tal como a nível nacional, a esmagadora maioria das sinalizações tem sido feita por escrito (com valores sempre acima dos 80%, por ano) surgindo como segunda modalidade mais representada a presencial e por último por telefone.

bro de 2008.¹⁴ À medida que o volume processual foi aumentando foi também sendo maior o número de processos transitados de um ano para o outro. Este facto traduzirá a necessidade de uma intervenção e acompanhamento prolongado no tempo junto destas crianças sem a qual os maiores riscos identificados na origem da intervenção dificilmente seriam ultrapassados. Não é, pois, de estranhar que simultaneamente se tenha visto crescer significativamente o volume de casos em cada ano à custa dos processos que se iam mantendo activos, quer fosse para dar seguimento à avaliação iniciada quer fosse para o desenvolvimento do acompanhamento.

Entre 2004 e 2008, tal como a nível nacional, a problemática dominante nas sinalizações foi a “*negligência*” nas suas mais diversas formas sendo também de registar o crescimento significativo dos valores do “*abandono escolar*” ao longo do tempo (tabela na página seguinte). Numa linha inversa de decréscimo surgem os “*maus tratos físicos e psicológicos*” enquanto a “*exposição a modelos de conduta desviante*”, o “*abandono*”, o “*abuso sexual*” apresentam maiores oscilações nos anos em causa.

Numa orientação similar ao identificado no resto do país, também neste concelho são os estabelecimentos de ensino que mais sinalizam. Seguem-se os estabelecimentos de saúde e as autoridades policiais numa variação que, ao longo do tempo, tem sido pouco significativa com valores sempre próximos uns dos outros. Globalmente, nos anos em análise, estas três entidades representaram perto de metade das sinalizações feitas. A iniciativa de pais e de outros familiares regista maiores oscilações, ora havendo um maior número num ano, ora baixando significativamente no ano seguinte. O Ministério Público e os Tribunais registam alguma flutuação embora seja digno de atenção que nos dois últimos anos (2007 e 2008) apresentem valores relativamente próximos. Um aspecto que se salienta é a crescente participação por parte de outras entidades, geralmente IPSSs ou serviços da autarquia. Este facto pode ser indicador da intervenção da Comissão na modalidade Alargada associada a uma maior divulgação sobre o campo de actuação desta entidade.

Tabela do Anexo 6.1, n.º 9: Processos instaurados pela CPCJ de Oeiras entre 2004-2008, por entidade sinalizadora

ENTIDADES SINALIZADORAS	PROCESSOS INSTAURADOS				
	ANOS (N e % coluna)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Estabelecimentos de ensino	34 (18,3%)	59 (22,1%)	53 (15,0%)	65 (20,0%)	75 (21,4%)
Estabelecimentos de Saúde	30 (16,2%)	26 (9,8%)	49 (13,9%)	34 (10,5%)	51 (14,5%)
Autoridades policiais	13 (7,0%)	34 (12,8%)	58 (16,4%)	43 (13,2%)	49 (13,9%)
Pais	13 (7,0%)	14 (5,3%)	39 (11,0%)	40 (12,3%)	25 (7,1%)
Familiares	18 (9,8%)	10 (3,8%)	27 (7,6%)	18 (5,5%)	16 (4,5%)
Ministério Público	2 (1,1%)	23 (7,0%)	6 (1,6%)	17 (5,2%)	13 (3,7%)
Tribunais	13 (7,0%)	16 (6,0%)	34 (9,6%)	16 (4,9%)	18 (5,1%)
Serviços da Segurança Social	8 (4,3%)	4 (1,5%)	3 (0,8%)	6 (1,9%)	11 (3,1%)
Outra CPCJ	16 (8,6%)	49 (18,4%)	28 (7,9%)	29 (8,9%)	18 (5,1%)
O próprio	0	0	0	4 (1,2%)	1 (0,2%)
Outras entidades	51 (27,5%)	31 (11,6%)	54 (15,2%)	53 (16,3%)	74 (21,0%)
TOTAL	185 (100%)	266 (100%)	353 (100%)	325 (100%)	351 (100%)

Fonte: *Relatórios Anuais de Actividade da CPCJ de Oeiras (2004-2008)*.

¹⁴ De salientar que os 135 casos que transitaram do período de vigência da *Organização Tutelar de Menores* representaram quase metade do volume processual de 2001 num patamar de grande equilíbrio com a abertura de novos processos. Importa atender ao facto desse ano se reportar directamente à fase de transição entre os dois diplomas legais (OTM e LPCJP), podendo por isso mesmo estar-se perante um primeiro ensaio de procedimentos e formas de actuação junto de casos que não deveriam ter sido intervencionados pela Comissão.

Tabela do Anexo 6.1., n.º 10: Processos instaurados pela CPCJ de Oeiras: problemáticas na origem das sinalizações, entre 2004 e 2008

PROBLEMÁTICAS	SEXO	2004	2005	2006	2007	2008
Negligência	M	24	48	54	69	76
	F	25	36	74	48	60
	Total	49	84	128	117	136
	(N e %)	(27,3%)	(31,5%)	(36,2%)	(36,0%)	(38,7%)
Maus-tratos físicos e psicológicos	M	10	37	33	35	26
	F	23	28	31	37	23
	Total	33	65	64	72	49
	(N e %)	(18,4%)	(24,4%)	(18,1%)	(22,1%)	(14,0%)
Abandono escolar	M	12	26	16	22	23
	F	28	21	21	16	32
	Total	40	47	37	38	55
	(N e %)	(2,3%)	(17,6%)	(10,4%)	(11,7%)	(15,6%)
Exposição a modelos de conduta desviante	M	10	8	39	36	34
	F	8	10	32	24	24
	Total	18	18	71	60	58
	(N e %)	(10,1%)	(6,7%)	(20,1%)	(18,5%)	(16,5%)
Abandono	M	6	2	17	6	7
	F	3	3	6	6	3
	Total	9	5	23	12	10
	(N e %)	(5,0%)	(1,8%)	(6,5%)	(3,6%)	(2,8%)
Abuso sexual	M	1	4	2	3	4
	F	6	15	14	5	14
	Total	7	19	16	8	18
	(N e %)	(3,9%)	(7,1%)	(4,5%)	(2,4%)	(5,1%)
Prática de facto qualificado pela lei como crime	M	4	12	14	16	11
	F	0	5	0	4	2
	Total	4	17	14	20	13
	(N e %)	(2,2%)	(6,4%)	(4,0%)	(6,2%)	(3,7%)
Problemas de saúde	M	0	2	1	1	3
	F	0	5	1	0	3
	Total	0	7	2	1	6
	(N e %)		(2,4%)	(0,5%)	(0,3%)	(1,7%)
Exercício abusivo da autoridade	M	1	1	2	2	0
	F	3	0	0	2	2
	Total	4	1	2	4	2
	(N e %)	(2,2%)	(0,3%)	(0,5%)	(1,2%)	(0,5%)
Mendicidade e outras condutas desviantes	M	13	2	0	1	0
	F	6	0	1	0	1
	Total	19	2	1	1	1
	(N e %)	(10,6%)	(0,7%)	(0,2%)	(0,3%)	(0,2%)
Uso de estupefacientes	M	0	1	2	0	3
	F	0	1	2	0	0
	Total	0	2	4	0	3
	(N e %)		(0,7%)	(1,1%)		(0,8%)
Ingestão de bebidas alcoólicas	M	2	0	1	2	0
	F	0	0	0	0	0
	Total	2	0	1	2	0
	(N e %)	(1,1%)		(0,2%)	(0,6%)	
Exploração trabalho infantil		0	0	0	0	0
Corrupção de menores		0	0	0	0	0
Prostituição		0	0	0	0	0
Pornografia infantil		0	0	0	0	0
TOTAL		185 (100%)	266 (100%)	353 (100%)	325 (100%)	351 (100%)

Fonte: Relatórios Anuais de Actividade da CPCJ de Oeiras (2004-2008).

Restringindo a análise dos dados ao período 2004-2008, a que corresponde o interesse principal desta investigação, verifica-se que em 2008 as raparigas passaram, pela primeira vez, a estar mais representadas do que os rapazes (53% contra 47%). Até então, as variações eram pouco significativas com excepção de 2007 em que a presença de rapazes atingiu quase os 60%.

Tabela do Anexo 6.1, n.º 11: Processos instaurados pela CPCJ de Oeiras entre 2004-2008, por sexo

SEXO	PROCESSOS INSTAURADOS				
	ANOS (N e % coluna)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Feminino	88 (47,5%)	126 (47,3%)	172 (48,8%)	133 (40,9%)	186 (53,0%)
Masculino	97 (52,5%)	140 (52,7%)	181 (51,2%)	192 (59,1%)	165 (47,0%)
TOTAL	185 (100%)	266 (100%)	353 (100%)	325 (100%)	351 (100%)

Fonte: *Relatórios Anuais de Actividade da CPCJ de Oeiras* (2004-2008).

Considerando o total de processos instaurados por ano, constata-se que o grupo que engloba os 15-17 anos tem vindo ocupar um lugar cada vez significativo: em 2005 representou 9% do total de processos instaurados; em 2006 esse valor foi de 16,4% e em 2008 atingiu os 18,2%. O grupo dos 10-12 anos tem vindo também a crescer tal como o grupo 0-2 ao passo que na globalidade os 0-5 anos desceram para 28% em 2008 quando em 2007 tinham representado 29%.

Tabela do Anexo 6.1, n.º 12: Processos instaurados pela CPCJ de Oeiras entre 2004-2008, por escalão etário

ESCALÕES ETÁRIOS N %	PROCESSOS INSTAURADOS				
	ANOS (N e % coluna)				
	2004	2005	2006	2007	2008
0-2 anos	15 (8,1%)	33 (12,4%)	56 (15,8%)	49 (15,0%)	59 (16,8%)
3-5 anos	70 (37,8%)	46 (17,3%)	56 (15,8%)	42 (13,0%)	43 (12,2%)
6-10 anos	22 (11,9%)	50 (18,8%)	103 (29,2%)	85 (26,2%)	96 (27,2%)
11-12 anos	18 (9,7%)	61 (23,0%)	53 (15,0%)	46 (14,1%)	93 (26,4%)
13-14 anos	52 (28,2%)	52 (19,5%)	35 (10,0%)	44 (13,5%)	
15-17 anos	8 (4,3%)	24 (9,0%)	50 (14,2%)	59 (18,2%)	60 (17,1%)
TOTAL	185 (100%)	266 (100%)	353 (100%)	325 (100%)	351 (100%)

Fonte: *Relatórios Anuais de Actividade da CPCJ de Oeiras* (2004-2008).

Ao longo dos anos têm prevalecido as sinalizações de crianças e jovens que vivem em grupos domésticos simples ou alargados, com pelo menos um dos progenitores presente. Nestes casos a família nuclear é a mais representada, seguida a uma certa distância pelas monoparentais, sobretudo femininas, só depois as reconstituídas e as alargadas, estas últimas com números superiores às anteriores. As famílias de acolhimento surgem representadas em 2005 e 2007. Os valores representativos dos que se estavam somente com outros familiares (irmãos, avós, tios, primos, etc.) são muito inferiores e é residual o número dos que se encontravam com representante legal. As crianças e jovens entregues a si próprios reduzem-se a dois casos em 2008 e outros dois em 2006.

Relativamente à distribuição dos processos instaurados por freguesia, por ano, Carnaxide, Oeiras e Porto Salvo têm sido as mais representadas.

Tabela do Anexo 6.1, n.º 13: processos instaurados pela CPCJ de Oeiras: distribuição por freguesias entre 2004-2008

FREGUESIAS	ANOS (% coluna)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Algés	7,0%	6,1%	7,3%	8,3%	7,2%
Barcarena	9,0%	5,4%	8,5%	9,1%	8,4%
Carnaxide	20,0%	19,6%	19,4%	21,9%	25,9%
Caxias	6,0%	1,4%	5,6%	5,5%	4,7%
Cruz Quebrada Dafundo	3,0%	2,7%	4,4%	0,4%	2,8%
Linda-a-Velha	7,0%	8,8%	8,2%	4,9%	9,0%
Oeiras	19,0%	25,0%	19,0%	20,0%	16,2%
Paço de Arcos	9,0%	8,1%	10,5%	10,2%	9,3%
Porto Salvo	19,0%	19,6%	14,0%	16,6%	13,1%
Queijas	1,0%	2,7%	2,9%	2,5%	3,4%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: *Relatórios Anuais de Actividade da CPCJ de Oeiras (2004-2008)*.

Contudo, quando nos dados de 2008 se considera a permissão por total de crianças por freguesia tendo por base os *Censos 2001*, Carnaxide e Porto Salvo mantêm-se na frente, mas logo a seguir surgem Barcarena e Caxias. Em 2008, 6,8% do total de sinalizações era de crianças e jovens residentes fora do concelho.

Reflectindo a realidade habitacional do concelho, na quase totalidade das sinalizações por ano, as crianças e jovens residiam numa casa/andar sendo residuais os valores do que se encontravam a viver em parte de casa, quarto/pensão, barraca, sem residência ou noutra situação. Esta tendência é identificada desde 2004 e os números relativos a casa/andar são sempre crescentes.

Relativamente às medidas aplicadas quer pela Comissão de Protecção a tendência identificada segue a linha de orientação a nível nacional, surgindo a medida de “*apoio junto aos pais*” como a mais expressiva ainda que o acolhimento institucional tenha tido uma forte representatividade no ano de 2008, situação que poderá indiciar um potencial aumento da gravidade dos casos.

Tabela do Anexo 6.1, n.º 14: Medidas de promoção e protecção aplicadas pela CPCJ de Oeiras entre 2004-2008

MEDIDAS APLICADAS N %	ANOS (N e % coluna)				
	2004	2005	2006	2007	2008
Apoio junto dos pais	38 (56,7%)	156 (51,6%)	243 (66,5%)	300 (70,4%)	316 (62,6%)
Apoio junto de outro familiar	12 (17,9%)	52 (17,2%)	60 (16,3%)	67 (15,7%)	78 (15,4%)
Confiança a pessoa idónea	0	16 (5,2%)	8 (2,8%)	14 (3,2%)	22 (4,4%)
Apoio para autonomia de vida	3 (4,45)	4 (1,3%)	5 (1,4%)	9 (2,1%)	21 (4,2%)
Acolhimento familiar	0	0%	0%	0%	0%
Acolhimento em instituição	14 (20,1%)	74 (24,5%)	50 (13,6%)	36 (8,4%)	68 (13,5%)
TOTAL DE MEDIDAS – acordos de promoção e protecção celebrados	67 (100%)	302 (100%)	366 (100%)	426 (100%)	505 (100%)
TOTAL DE MEDIDAS na família	50 (74,6%)	208 (68,8%)	304 (82,8%)	367 (86,1%)	394 (78,0%)
TOTAL DE MEDIDAS em meio natural de vida	53 (79,1%)	228 (75,5%)	317 (86,4%)	390 (91,5%)	437 (86,5%)

Fonte: *Relatórios Anuais de Actividade da CPCJ de Oeiras (2004-2008)*.

No âmbito da Equipa de Crianças e Jovens, os escassos dados disponíveis apontam para que o número de processos nos primeiros meses de 2009 seja inferior aos dos anos anteriores. Nesse ano existia um total de 183 processos maioritariamente oriundos das freguesias de Carnaxide, Oeiras e S. Julião da Barra e Porto Salvo. Cerca de 2/3 das crianças acompanhadas pela Equipa têm idades compreendidas entre os 0 e os 12 anos, de ambos os sexos, mas os números relativos ao sexo masculino vêm a aumentar com a idade. Para a diminuição do volume processual global é apontado “*a crescente e melhor articulação entre as entidades de primeira linha responsáveis em matéria de infância e juventude, contribuindo para essa situação o aparecimento e desenvolvimento de projectos, no âmbito da CPCJ modalidade alargada, ao nível da prevenção do risco e promoção dos direitos da criança*” (CMO, 2010: 65).

▪ ANEXO 6.2 – PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL EM OEIRAS (1943-1993)

Numa primeira fase, iniciada em 1943 e que se estendeu até 1973, a política de habitação social desenvolvida pela Câmara Municipal de Oeiras teve por objectivo a resolução de problemas e necessidades emergentes da população, tendo sido concretizado através de iniciativas exclusivamente municipais, com um carácter pontual e de baixa densidade. Neste quadro estava também subjacente uma preocupação social orientada para os funcionários da autarquia, procurando-se dar resposta a algumas das suas principais necessidades habitacionais (CMO, 2006a). Desta estratégia são exemplos mais de duas centenas de fogos construídos, sobretudo na freguesia sede do concelho, para onde foram realojadas famílias anteriormente residentes em terrenos que era necessário desocupar para a construção de outros equipamentos, como por exemplo o então designado Liceu de Oeiras. No entanto, apesar do concelho ter começado a confrontar-se nestes anos, de modo mais generalizado, com o problema da habitação de génese ilegal, maioritariamente barracas, não se identifica ainda uma intenção clara tendo em vista a sua resolução (Justino e Castro, 1997).

Uma segunda fase de desenvolvimento neste campo arrancou em 1974, pós 25 de Abril, e decorreu até 1985 tendo por horizonte as transformações políticas, sociais, demográficas e económicas. O quadro de acelerada evolução demográfica marcava os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e Oeiras não era excepção apresentando uma tendência de crescimento populacional das mais elevadas (7,5% por ano) traduzida na duplicação dos efectivos em menos de uma década, a de 1970 (CMO, 2006a). O concelho começou a ganhar uma outra dimensão sendo visto como um local de passagem, um dos vários espaços-dormitório nos arredores de Lisboa, e assim terá permanecido até meados de 1980. Em poucos anos, a periferia da capital viu-se preenchida por um crescente número de aglomerados de barracas e de bairros degradados, maioritariamente numa ocupação desorganizada do território, até mesmo anárquica, com consequências socialmente negativas. Grande parte da população aí instalada era oriunda de outras zonas do país, em processos de migrações internas de características rurais-urbanas às quais acresceu, em 1975, outra parte deslocada das antigas colónias portuguesas.

A dimensão deste problema agravou-se e não foi ignorada pelos órgãos responsáveis pela gestão autárquica que, pela sua localização territorial mais próxima da capital, nele viam reflectidos os efeitos de um movimento de entrada de famílias sem precedentes, em larga medida sem dispor dos meios e das condições básicas para recorrer ao mercado de arrendamento, e menos ainda, à aquisição de casa própria (Justino e Castro, 1997; Marques et al., 1999).

Em 1974 estavam identificados cerca de 70 núcleos degradados no concelho que abrangiam 5.000 barracas onde viviam à volta de 20.000 pessoas em condições socialmente desfavoráveis. De salientar que nesta altura, Oeiras integrava ainda o território da Amadora que apenas se tornou concelho em 1979. Até 1985, as Associações de Moradores e os movimentos cooperativos tomaram forma e constituíram formas de pressão para que se alargasse o leque de respostas da autarquia. Passaram então a desenvolver-se três linhas de intervenção, em simultâneo, consubstanciadas no Programa SAAL-Serviço de Apoio Ambulatório Local,¹⁵ nas cooperativas de habitação,¹⁶

¹⁵ Criado por *Despacho Conjunto* do MAI e SEMU de 06.08.1974 (CMO, 2006), o Programa SAAL constituiu uma iniciativa do Fundo de Fomento de Habitação consubstanciando uma política de habitação da administração central que tinha por fim proporcionar formas de apoio a iniciativas de populações em condições deficitárias de alojamento no sentido das mesmas se envolveram na requalificação dos seus bairros. Esta acção foi concretizada entre 1974 e 1976 através de um corpo técnico especializado, multidisciplinar, e das Câmaras Municipais, que em todas as fases de cada projecto apoiava os processos de aquisição de terrenos (no âmbito de legislação específica), a construção de infra-estruturas e arranjos exteriores e outras necessidades das Associações de Moradores no estabelecimento de um novo modelo de intervenção relativo às neces-

e nos programas de habitação de promoção municipal. No período 1974-1985, as iniciativas de promoção municipal de habitação foram bastante reduzidas envolvendo pouco menos do que 200 fogos em Carnaxide e em Oeiras. Em ambos os programas a modalidade de atribuição foi por arrendamento.

Pelo aumento dos números relativos aos bairros de habitação degradada e pela crescente visibilidade dos problemas sociais a eles associados é que passou a considerar-se a importância de uma orientação de promoção de habitação a custos controlados que veio a ser concretizada a partir da abertura de linhas de crédito específicas para esse fim. À luz deste quadro foi estabelecido em 1987 o *Primeiro Plano Municipal de Habitação Social*. Nele se apontava o ano de 1997 como meta possível para a erradicação total de barracas no concelho apostando-se na construção de um correspondente número de fogos para realojamento dos seus moradores (Garcia, 2004). Esta acção surgia como o processo de maior eficácia para possibilitar o realojamento a agregados familiares de menores recursos e sem capacidade financeira para aceder ao modelo das Cooperativas, mais vocacionadas para estratos sociais com maior poder económico (CMO, 2006a). Estabeleciam-se, assim os alicerces de uma nova política de habitação a que subjazia um novo ordenamento do território.

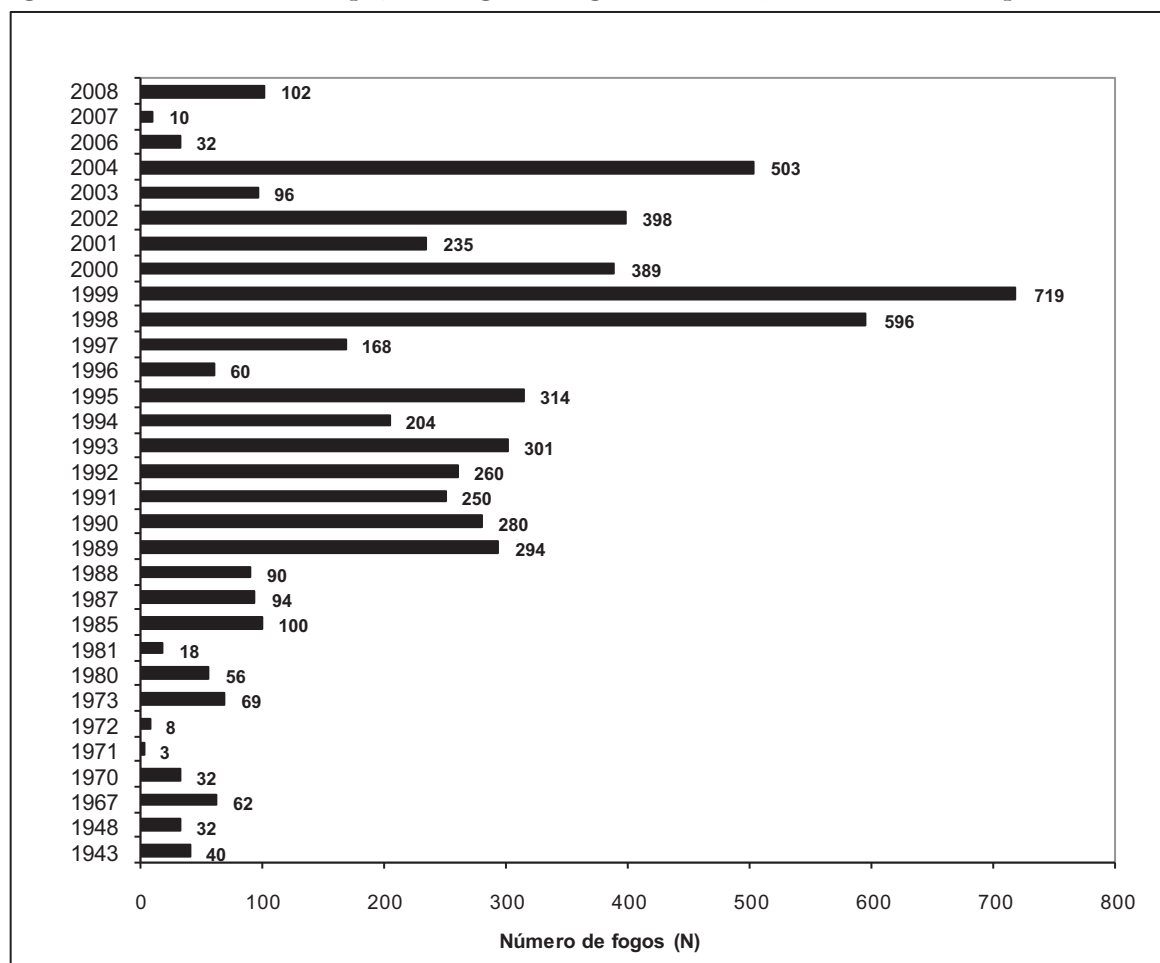
Resultante de acordos com a Administração Central enquadrando a construção de 1.800 fogos, nos novos bairros implantados ao abrigo deste modelo, inicialmente nas freguesias de Caxias e Paço de Arcos, houve a preocupação de englobar dois regimes diferenciados de ocupação/propriedade, o arrendamento e a venda. Simultaneamente, incluíram-se também outros equipamentos socioculturais e destinaram-se alguns espaços para fins de comércio. Seguiu-se a construção de outros quatro bairros da mesma natureza, dois em Oeiras e dois em Carnaxide (CMO, 2006a). Desde 1987 e até 1993, através deste modelo o município construiu 1.569 fogos em regime de habitação social.

sidades habitacionais de cada concelho. O investimento financeiro neste processo era feito através da concessão de um valor a fundo perdido pela referida entidade governamental e por um empréstimo atribuído às respectivas Associações em condições especiais. Em Oeiras, num total de nove operações SAAL foram abrangidos 2.500 fogos. A partir da sua extinção em Outubro de 1976, a condução deste Programa ficou a cargo das próprias autarquias e neste concelho foram finalizadas duas iniciativas que ainda se encontravam em curso em Linda-a-Velha e em Carnaxide, englobando cerca de 300 fogos em zonas caracterizadas por baixa densidade e com amplas áreas para outros equipamentos (Justino e Castro, 1997; CMO, 2006a).

¹⁶ A partir de 1974 passaram a usufruir de apoios por parte da autarquia, designadamente pela cedência de terrenos (aquisição e expropriação) e construção de infra-estruturas, de atribuição de benefícios fiscais pela isenção do pagamento de taxas e coordenação de projectos, no estabelecimento de parcerias de natureza público-privadas. No âmbito de cinco Cooperativas foram construídos mais de 2.000 fogos e apoiados outros equipamentos, localizados nas freguesias de São Julião da Barra, Paço de Arcos, Carnaxide e Oeiras e. São todos projectos que se caracterizam por uma boa inserção no tecido urbano, com um bom envolvimento em termos de arranjos exteriores, constituídos tanto por moradias como por edifícios multifamiliares (CMO, 2006a). Apesar das vantagens trazidas aos que dela directamente beneficiaram e ao município pela qualificação do parque habitacional, trata-se de um modelo de política de habitação que não conseguiu abranger os segmentos mais carenciados da população cujos números não deixavam de crescer fazendo aumentar a área de habitação degradada no concelho. Estas Cooperativas tiveram por base jurídica o Decreto-Lei nº 730/74, o Decreto-Lei nº 737/74 e o Decreto-Lei 794/76, este último estabelecia as normas de cedência de terrenos pelas Câmaras Municipais (CMO, 2006).

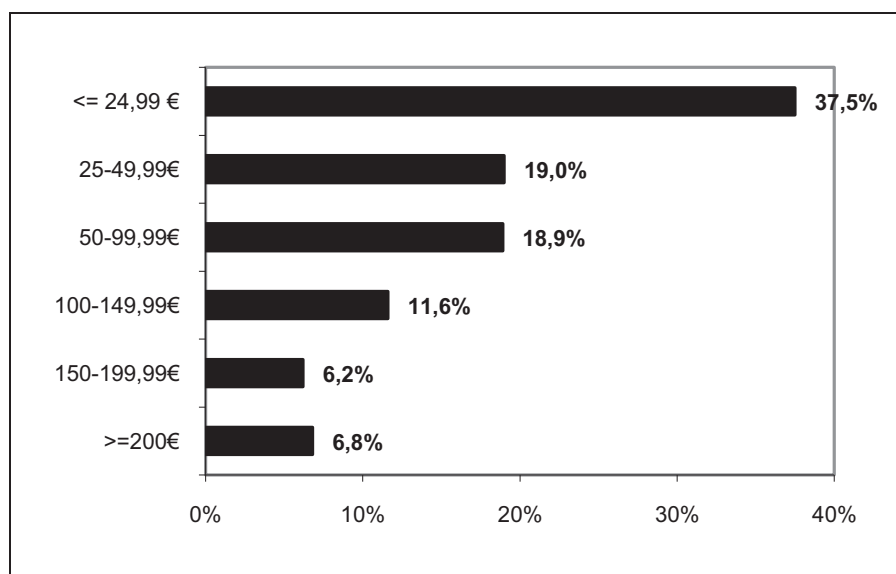
▪ ANEXO 6.3 –INDICADORES SOBRE A HABITAÇÃO SOCIAL EM OEIRAS

Figura do Anexo 6.3, n.º 1: Ocupação de fogos em regime de habitação social em Oeiras, por ano



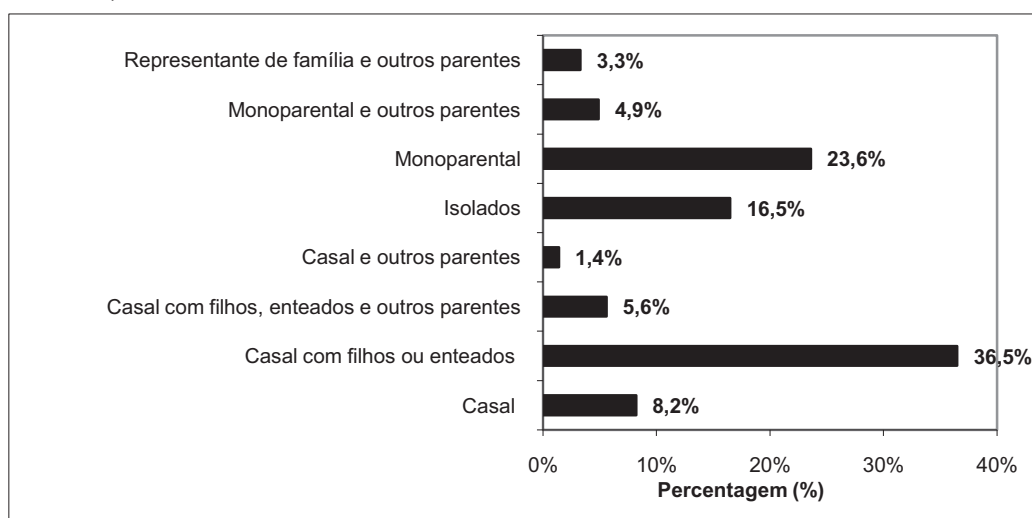
Fonte: Departamento de Habitação (CMO, 2009d).

Figura do Anexo 6.3, n.º 2: Valores da renda mensal em arrendamento municipal, em Oeiras, em 2009



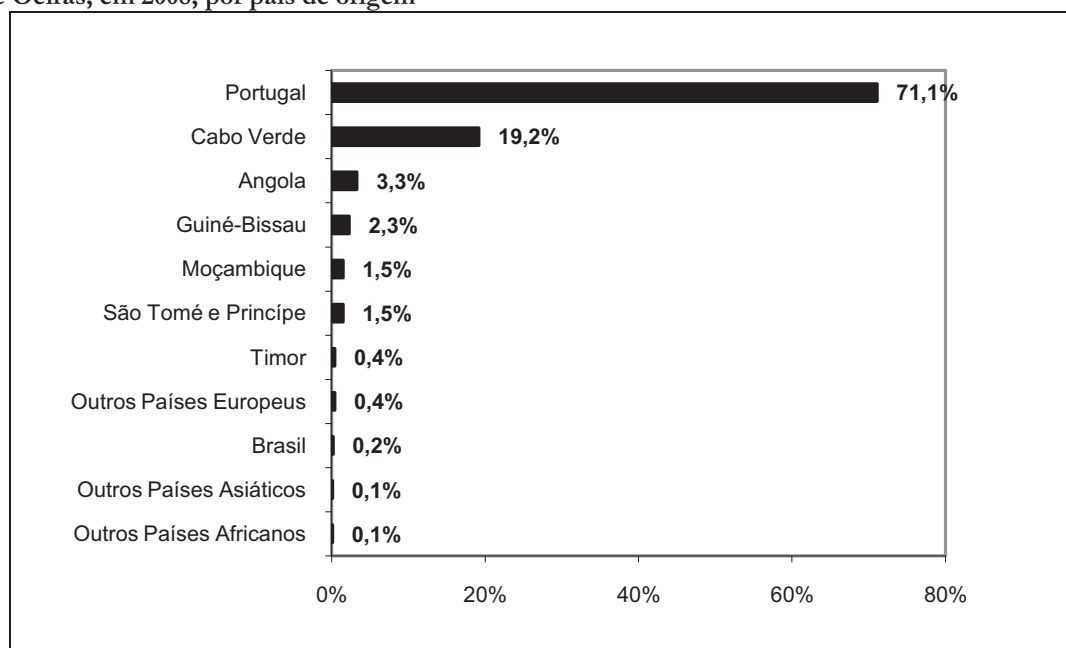
Fonte: Departamento de Habitação, Câmara Municipal de Oeiras (2009).

Figura do Anexo 6.3, n.º 3: Tipo de família na população arrendatária em habitação social no concelho de Oeiras, em 2008



Fonte: Departamento de Habitação, Câmara Municipal de Oeiras (CMO, 2009d).

Figura do Anexo 6.3, n.º 4: Naturalidade da população arrendatária em habitação social no concelho de Oeiras, em 2008, por país de origem



Fonte: Departamento de Habitação, Câmara Municipal de Oeiras (CMO, 2009d).

▪ ANEXO 6.4 - CARACTERIZAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL DO GRUPO PARENTAL DO UNIVERSO DE CRIANÇAS

Para esta caracterização tomou-se como ponto de partida a *Classificação Nacional de Profissões*, do Instituto de Emprego e Formação Profissional (CNP-versão 1994, revisão de 2001). Os dados foram recolhidos nas fichas individuais dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos vários estabelecimentos de ensino registadas no sistema informático na Secretaria dos Agrupamentos de Escolas. A informação constante nestas fichas individuais tem como fonte de informação o próprio agregado familiar.

Tabela do Anexo 6.4, n.º1: Grupo socioprofissional do grupo parental do universo em estudo, entre 2005 e 2008

GRUPO SOCIO-PROFISSIONAL N % coluna	INVESTIGAÇÃO – ANOS LECTIVOS		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
1 - Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas.	6 1,0%	8 1,4%	4 0%
2.- Especialistas das profissões intelectuais e científicas	3 0,5%	4 0,7%	6 0,4%
3 - Técnicos e profissionais de nível intermédio	3 0,5%	4 0,7%	8 1,3%
4 Pessoal administrativo e similares	15 2,5%	18 17,0%	20 1,3%
5 - Pessoal dos serviços e vendedores	87 14,5%	96 2,0%	84 2,0%
6 -Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	3 0,5%	4 3,8%	5 3,8%
7 - Operários, artífices e trabalhadores similares	94 15,6%	107 21,7%	107 21,7%
8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	18 3,0%	20 2,0%	15 2,0%
9 - Trabalhadores não qualificados	144 24,0%	158 3,8%	140 3,8%
Sub-Totais	(373) (62,1%)	(419) (36,3%)	(389) (36,3%)
OUTRAS SITUAÇÕES 1 <i>Não activos</i> (domésticas, reformados, pensionistas, desempregados).	124 20,7%	125 63,7%	137 63,7%
OUTRAS SITUAÇÕES 2 Ausência de informação ou situações diversas (<i>sem registo de paternidade, pais falecidos ou em detenção</i>).	103 17,2%	24 4,2%	70 11,7%
TOTAIS	600 100%	568 100%	596 100%

Fonte: Agrupamentos de Escolas, Ministério da Educação (2009).

▪ ANEXO 6.5 - TRAÇOS DE CARACTERIZAÇÃO DOS ADULTOS ENTREVISTADOS (PAIS E SUBSTITUTOS)

No total de 62 entrevistados, a maioria é do sexo feminino (47: 75,5%): 38 mães, sete avós, uma bisavó e uma tia. Os entrevistados do sexo masculino (15: 25,5%), dizem respeito a 12 pais, um avô, um padrasto e um tio. Por escalões etários, o mais representado é o grupo dos que se situam entre os 25-34 anos de idade (um terço dos entrevistados), seguido dos que têm 45-54 anos (25,8%) e 35-44 anos (22,5%). Os escalões dos que têm menos de 25 anos (8,0%) assim como os mais velhos, 55-64 anos (4,8%) e 65 ou mais anos (3,2%), têm uma menor representatividade.¹⁷

Relativamente à naturalidade, metade nasceu em Portugal, maioritariamente no distrito de Lisboa, ao que seguem as zonas Norte e Centro do país. Em segundo lugar surge Cabo Verde (37,0%), quase na totalidade naturais da ilha de Santiago (existem apenas duas excepções, uma mãe da Ilha do Fogo e uma avó da Ilha de S. Vicente). Com valores residuais encontra-se Angola (uma mãe e um pai) e Espanha (uma mãe). Quando se passa a analisar a sua nacionalidade, tal como se verifica na caracterização global da população realojada ao longo destes anos neste concelho, nem toda a população nascida em Portugal adquiriu a nacionalidade portuguesa e o número de nacionais diminui (50,0%); inversamente, cresce o número do que têm nacionalidade cabo-verdiana (43,5%).

No campo das habilitações escolares o panorama global aponta para uma maior representatividade de analfabetos (24,1%), daqueles que apenas sabem ler e escrever (22,5%) e dos que possuem o 1º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente completo (22,5%).¹⁸ Estas três categorias juntas correspondem a mais de dois terços dos entrevistados.¹⁹ À data do primeiro contacto, mais de metade encontrava-se activo no mercado de trabalho (53,4%), ainda que em alguns casos só a tempo parcial. Analisando a composição profissional evidencia-se o exercício de funções não qualificadas numa estreita associação com as baixas qualificações escolares.²⁰

No que concerne aos não activos, o realce vai para o elevado número de domésticas (18), quase um terço destes entrevistados, incluindo para além de mães, também avós e uma bisavó. A

¹⁷ Cruzando estas duas variáveis, verifica-se que o grupo dos 25-34 anos continua a ser o mais representado entre as mulheres, exclusivamente mães, ao passo que entre os homens a dispersão é maior pelos vários escalões sobressaindo os 45-54 anos, somente pais. Como esperado, as avós e o avô situam-se nos escalões mais velhos, mas com idades inferiores a 64 anos (as mulheres entre os 45-64 anos; o homem entre os 55-64 anos), estando o patamar acima dessa idade reservado para um padrasto e uma bisavó.

¹⁸ Para evitar dispersão em termos de nomenclaturas relativas aos graus de escolaridade, optou-se por utilizar as que se encontram em vigor (1º, 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário) fazendo a devida correspondência em relação aos que apresentam situações mais antigas.

¹⁹ À medida que o grau de escolaridade é mais elevado diminui a sua representatividade neste conjunto. O 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico têm uma escassa expressão, quase restrita às gerações de pais e mães mais novos. Ainda assim é possível encontrar num patamar muito inferior ao da escolaridade obrigatória, indivíduos de ambos os sexos nos escalões etários mais novos. Nenhum dos entrevistados possui o Ensino Secundário completo, havendo apenas três mães com a frequência deste nível (duas completaram o 10º ano e uma o 11º ano). Por género, os dois graus mais elevados (Secundário e 3º Ciclo) dizem respeito apenas a mulheres (mães), mas a sua presença faz-se sentir em todos os escalões de um modo proporcional ao passo que os homens se situam mais no 1º Ciclo.

²⁰ O sector dos serviços de limpeza é o mais representado, dizendo respeito exclusivamente a mulheres (dez mães e uma avó), maioritariamente de origem cabo-verdiana enquanto que a venda ambulante engloba ambos os sexos e revela um predomínio da origem cigana. As mães com um grau de escolaridade mais elevado são as que encontram em alguma posição no comércio: uma exerce o cargo de responsável de loja, quatro são empregadas de balcão e uma outra é caixa num supermercado. O sector da restauração acaba por estar representado por uma avó e um pai (cozinheiros) e por três mães (empregadas em cozinhas de restaurantes). A construção civil surge apenas relacionada com dois casos, um pai e um avô, contudo, é a área mais referenciada entre os entrevistados que se encontravam no desemprego.

idade não é factor diferenciador neste ponto encontrando-se desde as mais novas, com menos de 25 anos, até aos escalões mais velhos. Os números de reformados (4,8%), só do sexo masculino, e de desempregados (9,6%), de ambos os sexos, são menos significativos. Nestas duas condições é o pai que se encontra mais representado.

Em termos de usufruto de subsídios de apoio social, cerca de 40,3% dos entrevistados beneficiava da intervenção do Programa de Rendimento Social de Inserção. Do mesmo modo que na análise de outras variáveis, também aqui a idade não é o factor determinante, estando todos os escalões etários representados assim como as diferentes nacionalidades.

Os grupos domésticos que os entrevistados integram apresentam uma dimensão elevada variando entre os dois (6,4%) e os doze e treze elementos (um caso em cada). Mais de metade (54,7%) tem entre cinco e sete elementos,²¹ surgindo a seguir os grupos que têm com quatro (14,5%) e oito elementos (11,2%). As situações menos expressivas do ponto de vista estatístico são as que se referem aos grupos com três elementos: existem apenas dois, um constituído por avós e neto e outro por pais e filho. Em termos da sua constituição, estes grupos domésticos apresentam uma grande diversidade. Globalmente, os grupos domésticos alargados (45,1%) e os simples (37,1%) são os que se encontram em clara maioria. Quer nuns como noutros, evidencia-se em primeiro lugar a família nuclear, seguida da monoparental, exclusivamente feminina. Nesta última, a maioria refere-se a monoparental alargada, tanto na presença de ascendentes como de parentes em linha colateral. As famílias reconstituídas apresentam maioritariamente outros familiares reproduzindo o mesmo tipo de situação anteriormente descrito. Os grupos domésticos não conjugais estão em menor número (6,4%), bem como os relativos a outras combinações, sendo que nuns e noutros destaca-se a presença das gerações mais velhas (12,9%).

Finalmente, considerando o bairro de residência no primeiro momento da entrevista, a distribuição dos entrevistados é a seguinte: 24,1% do Bairro Verde; 20,9% do Bairro Azul; 19,6% do Bairro Rosa; 17,7% do Bairro Amarelo; 9,6% do Bairro Branco e 8,0% do Bairro Cinzento.

Apresenta-se a seguir uma grelha de caracterização social dos 62 entrevistados construída com base nos dados disponíveis relativos a idade, sexo, naturalidade e nacionalidade, habilitação escolar; inserção no mercado de trabalho, apoio social do Programa de Rendimento Social de Inserção, composição do grupo doméstico à altura da primeira entrevista. Para cada entrevistado foi atribuído um número que é utilizado no texto sempre que se utiliza parte do conteúdo da respectiva entrevista, mantendo-se os termos e linguagem originais. Nos casos em que se trata de familiares de crianças cujas produções da participação neste estudo se encontram também apresentadas nos diversos capítulos, é indicado a seguir ao laço de parentesco o respectivo código o que permite aprofundar um pouco mais a leitura da informação recolhida.

No campo destinado às *observações* indica-se, primordialmente, os casos em que se tem conhecimento da existência de processos de promoção na CPCJ ou na ECJ, activo ou inactivo, e de algumas situações mais directamente relacionadas com o que se conhece em termos do envolvimento de membros do grupo doméstico em delinquência e crime que tenham sido objecto de recenseamento nos sistemas oficiais, policial ou judiciário.

²¹ Isoladamente, a categoria mais representativa é a de cinco elementos (19,3%), seguida das de seis e sete elementos, ambas com 17,7%.

▪ Tabela do Anexo 6.5, n.º 1: Caracterização social dos entrevistados (pais e substitutos)

Nº	Entrevistado/a	Idade	Naturalidade (país)	Nacionalidade	Habilitação escolar	Situação perante o trabalho/profissão	RSI	Agregado familiar		Bairro	Observações
								Dimensão	Composição		
E1	Mãe (de F06; M02)	43	Espanha	Espanhola (etnia cigana)	Analfabeta	Não activa Doméstica	RSI	6	Pais, 3 filhos, 1 cunhado	Cinzento	Pai cumpriu mais do que uma pena de prisão Processos de promoção e protecção na CPCJ, mais tarde na ECJ e de novo na CPCJ.
E2	Mãe (F05)	42	Cabo Verde (Boavista)	Cabo-verdiana	Analfabeta	Activa (parcial) Empregada de limpeza	RSI	5	Pais, 3 filhos	Cinzento	Processo na CPCJ. Pai com processo-crime em curso.
E3	Mãe	46	Portugal (Setúbal)	Portuguesa (etnia cigana)	Analfabeta	Activa Vendedora ambulante	RSI	7	Avó, mãe, 4 filhos, 1 neto, 1 tio.	Cinzento	Tio já esteve detido
E4	Mãe (M35)	39	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana (sem documentação)	Analfabeta	Não activa Doméstica	---	6	Mãe, padraсто (detido) 1 filho, 3 não familiares	Branco	---
E5	Mãe (M28; M56)	24	Portugal (Oeiras)	Portuguesa (pais cabo-verdianos)	2ºCiclo EB	Não activa Desempregada	RSI	5	Mãe, 2 filhos, avós, 1 tio (detido)	Amarelo	Processo na CPCJ. Até aos 18 anos de idade a mãe teve processo na CPCJ. Tio anteriormente sujeito a vigilância electrónica.
E6	Mãe (F12; M10)	38	Portugal (Lisboa)	Portuguesa (etnia cigana)	Sabe ler e escrever	Não activa Doméstica	RSI	5	Pais, 3 filhos	Azul	---
E7	Pai	41	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana (sem documentação)	Analfabeto	Não activo Desempregado (construção civil)	---	6	Pais, 3 filhos, um enteado	Cinzento	Processo na CPCJ.
E8	Avó	56	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	Analfabeta	Não activa Doméstica	---	3	Avós, 1 neto	Rosa	Processo na CPCJ.
E9	Mãe (M77)	39	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	2º Ciclo EB	Não activa Doméstica	---	4	Mãe, padraсто (detido) 2 filhos	Amarelo	Mãe cumpriu pena de prisão (7 anos) Processo na CPCJ e filho mais velho com processo tutelar educativo.
E10	Mãe (F36; F37; M07)	43	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	Sabe ler e escrever	Activa (parcial) Empregada de limpeza	RSI	10	Mãe, 6 filhos, um genro, 2 netos	Amarelo	Processo na CPCJ e um dos filhos com processo tutelar educativo.
E11	Mãe	25	Portugal (Oeiras)	Portuguesa (pais cabo-verdianos)	10º ano ES	Activa Caixa de supermercado	---	7	Mãe, 2 filhos, 3 irmãos da mãe, avó	Verde	Sobrinho com processo tutelar educativo.
E12	Mãe	29	Portugal (Lisboa)	Portuguesa (etnia cigana)	Sabe ler e escrever	Não activa Doméstica	RSI	5	Pais, 3 filhos	Branco	---
E13	Pai	53	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	1ºCiclo EB	Não activo Reformado (construção civil)	---	8	Pais, 4 filhos, 1 sobrinho e a avó	Amarelo	---
E14	Mãe	36	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	1ºCiclo EB	Não activa Doméstica	---	6	Mãe, 1 filha, 1 irmão da mãe, 1 cunhada, 2 sobrinhos	Branco	Encontra-se em Portugal por motivo de saúde da filha ao abrigo de protocolo de saúde.
E15	Mãe	29	Portugal (Lisboa)	Portuguesa	2º Ciclo EB	Não activa Doméstica	RSI	7	Mãe, padraсто, filhos de anterior relação da mãe	Amarelo	Processo na CPCJ

(continuação)

Nº	Entrevistado/a	Idade	Naturalidade (país)	Nacionalidade	Habilitação escolar	Situação perante o trabalho/profissão	RSI	Agregado familiar	Bairro	Observações
E16	Bisavó	70	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	Analfabeta	Não activa Doméstica	---	7 Bisavó, 3 bisnetos bisnetas, 1 filha, 2 netas	Branco	---
E17	Mãe (F07)	36	Portugal (Oeiras)	Portuguesa	8º ano do 3º Ciclo EB	Não activa Doméstica	---	3 Pais, 1 filha	Amarelo	---
E18	Pai	38	Angola	Angolano	2º Ciclo EB	Activo Cozinheiro	---	5 Pais, 3 filhos	Branco	---
E19	Pai (F26; M65; M71)	51	Portugal (região Norte)	Portuguesa	Sabe ler e escrever	Activo Vendedor ambulante	RSI	5 Pais, 4 filhos	Azul	Processo na CPCJ.
E20	Tia (M18)	36	Portugal (Lisboa)	Portuguesa	Sabe ler e escrever	Activo Vendedora ambulante	RSI	8 Tios, 4 filhos e 2 sobrinhos	Azul	2 filhos mais velhos com processos crime em curso.
E21	Mãe	31	Portugal (Lisboa)	Portuguesa	2º Ciclo EB	Não activa Desempregada (auxiliar de apoio a idosos)	---	2 Mãe, 1 filha	Verde	Processo judicial contra anterior companheiro por violência doméstica sobre a mãe e a filha.
E22	Mãe (M32)	35	Portugal (Oeiras)	Cabo-verdiana	1º Ciclo EB	Activa Empregada de limpezas	---	7 Pais, 4 filhos e avó	Verde	Processo na CPCJ.
E23	Mãe (M34; M40)	27	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	1º Ciclo EB	Não activa Doméstica	RSI	5 Mãe, padrasto, 3 filhos de anterior relação da mãe	Verde	Processo na CPCJ que passou à ECJ. Um dos filhos com processo tutelar educativo Falcamento da mãe no estrangeiro.
E24	Pai (M04)	51	Portugal (região Sul)	Portuguesa	2º Ciclo EB	Não activo Reformado (taxista)	---	4 Pais, 2 filhos	Azul	Processo na CPCJ. Pai com processos-crime em curso.
E25	Mãe	27	Portugal (Lisboa)	Cabo-verdiana (sem documentação)	2º Ciclo EB	Activa Empregada em cozinha de restaurante	---	10 Mãe, 3 filhos, avós, 2 irmãos da mãe, um cunhado, 2 sobrinhos.	Azul	Processo na CPCJ.
E26	Pai	34	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiano	Sabe ler e escrever	Não activo Desempregado (construção civil)	---	5 Pai, madrastra, 2 filhas de anterior relação do pai e 1 filha da relação actual	Verde	Processo na CPCJ.
E27	Mãe	32	Portugal (Oeiras)	Portuguesa	7º ano do 3º Ciclo EB	Não activa Doméstica	RSI	7 Pais, 3 filhos, avós	Verde	---
E28	Mãe	25	Portugal (Lisboa)	Portuguesa	8º ano do 3º Ciclo EB	Activa Empregada de balcão	---	2 Mãe, 1 filha	Amarelo	---
E29	Mãe	32	Portugal (Oeiras)	Portuguesa (pais cabo-verdianos)	11º ano ES	Activa Gerente de loja em centro comercial	---	4 Mãe, padrasto, 2 filhas de anterior relação da mãe	Verde	---
E30	Mãe (F09)	47	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	Analfabeta	Activa Empregada de limpezas	---	7 Pais, 5 filhos	Rosa	Processo na CPCJ. Um dos filhos com processo tutelar educativo.

(continuação)

Nº	Entrevistado/a	Idade	Naturalidade (país)	Nacionalidade	Habilitação escolar	Situação perante o trabalho/profissão	RSI	Agregado familiar		Bairro	Observações
E31	Tio	32	Portugal (região Centro)	Portuguesa (etnia cigana)	Sabe ler e escrever	Activo Vendedor ambulante	RSI	8	Tios, 3 filhos, 2 sobrinhos, 1 avó	Azul	Tio já cumpriu pena de prisão.
E32	Pai (M09; M13)	45	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiano	1º Ciclo EB	Não activo Desempregado (construção civil)	---	12	Pais, 7 filhos, 3 sobrinhos	Verde	---
E33	Avó (F27; M02; M44)	51	Cabo Verde (Santiago)	Caboverdiana	Analfabeta	Activa (parcial) Empregada de limpezas	RSI	2	Avó, 1 neto, 1 tia	Azul	Tia com processos-crime em curso.
E34	Mãe (F25; M51)	33	Portuguesa (Amadora)	Portuguesa	Sabe ler e escrever	Não activa Doméstica	RSI	5	Pais, 3 filhos	Cinzento	Pais com processos-crime em curso. Um dos filhos com processo tutelar educativo.
E35	Mãe (M12)	33	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	Analfabeta	Activa Empregada em cozinha de restaurante	---	5	Pais, 2 filhos mais 1 filho de anterior relação da mãe	Branco	Processo na CPCJ que passou à ECJ.
E36	Mãe	31	Portuguesa (Oeiras)	Portuguesa	10º ano ES	Activa Empregada de balcão em loja	---	4	Pais, 2 filhos.	Azul	---
E37	Pai	49	Portuguesa (região do Alentejo)	Portuguesa (etnia cigana)	1º Ciclo EB	Activo Vendedor ambulante	RSI	6	Pais, 4 filhos, três netos, uma nora	Azul	---
E38	Mãe	29	Portugal (Lisboa)	Portuguesa	2º Ciclo EB	Não activa Doméstica	---	4	Pais, 2 filhos	Amarelo	---
E39	Mãe	31	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	8º ano do 3º Ciclo EB	Activa (parcial) Empregada de limpezas	RSI	4	Mãe, 3 filhos	Amarelo	---
E40	Avó (M48)	58	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	1º Ciclo EB	Activo Operário da construção civil	---	10	Avós, 1 filha, 7 netos (1 detido)	Rosa	Processos na CPCJ. Um dos netos com processo tutelar educativo.
E41	Mãe	31	Portugal (Oeiras)	Portuguesa (pais cabo-verdianos)	8º ano do 3º Ciclo EB	Activa (parcial) Empregada de limpezas	---	7	Mãe, 5 filhos (1 detido), avós	Rosa	Processo na CPCP. Um filho retirado para adopção. Mãe com processos-crime em curso.
E42	Mãe	28	Portugal (Oeiras)	Portuguesa (pais cabo-verdianos)	7º ano do 3º Ciclo EB	Activa Empregada de limpezas	---	4	Mãe, 3 filhos	Rosa	---
E43	Mãe	49	Angola	Angolana	1º Ciclo EB	Não activa Doméstica	RSI	6	Mãe, 3 filhos, um neto e um genro	Rosa	Falecimento da mãe. 1 filho mais velho com processo-crime em curso.
E44	Avó (F27; M44)	63	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	Analfabeta	Não activa Doméstica	---	5	Avós, 2 netos, um genro	Rosa	---
E45	Pai	37	Portugal (região Centro)	Portuguesa	1º Ciclo EB	Activo Motorista	---	5	Pais, 2 filhos, avó	Rosa	Processo na ECJ.

(continuação)

Nº	Entrevistado/a	Idade	Naturalidade (país)	Nacionalidade	Habilitação escolar	Situação perante o trabalho/profissão	RSI	Agregado familiar		Bairro	Observações
E46	Pai	48	Portugal (região Centro)	Portuguesa	1º Ciclo EB	Activo Operário da construção civil	---	7	Pais, 3 filhos, 1 nora, 1 neto	Verde	---
E47	Padrasto (M43)	68	Portugal (região Norte)	Portuguesa	Sabe ler e escrever	Não activo Reformado (carpinteiro)	---	4	Padrasto, mãe e dois filhos desta de anteriores relações <i>Falecido</i>	Verde	Falecimento do padrasto que tinha processo-crime em curso. Processo na CPCJ que passou à ECJ.
E48	Paí	19	Portugal (Amadora)	Cabo-verdiano (sem documentação)	1º Ciclo EB	Não activo Desempregado	---	8	Paí, avós, 5 primos (1 detido)	Rosa	O pai teve processo tutelar educativo e tem processos-crime em curso.
E49	Mãe	24	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	1º Ciclo EB	Activa Empregada de limpezas	---	6	Mãe, filho, avó, 1 irmã da mãe, um cunhado, 2 sobrinhos	Rosa	Cunhado com processo-crime em curso.
E50	Mãe	23	Portugal (Oeiras)	Portuguesa (pais cabo-verdianos)	Analfabeta	Não activa Doméstica	RSI	6	Mãe, 2 filhos, 3 irmãos da mãe (2 detidos)	Rosa	Processo na CPCJ que passou para a ECJ. Mãe com processos-crime em curso veio a abandonar os filhos tendo-se deslocado para o estrangeiro.
E51	Avó (M21)	52	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	Sabe ler e escrever	Activa Cozinheira	---	5	Avós, um filho, 2 netos	Verde	Filho com processo-crime em curso.
E52	Avó (M15)	53	Portugal	Portuguesa (etnia cigana)	Analfabeta	Não activa Doméstica	RSI	4	Avós, filha, neto	Azul	Avó e mãe com processos-crime em curso.
E53	Mãe	35	Portugal (Lisboa)	Portuguesa (etnia cigana)	Sabe ler e escrever	Não activa Doméstica	RSI	8	Pais, cinco filhos, um neto	Azul	Pais com processo-crime em curso.
E54	Mãe	32	Portugal (Lisboa)	Portuguesa (pais cabo-verdianos)	7º ano do 3º Ciclo EB	Activa Empregada de balcão em loja	---	10	Mãe, padrasto, dois filhos de anteriores relações da mãe, 1 filho da actual relação, avó, 2 irmãos da mãe (um detido), uma cunhada, 2 sobrinhos	Verde	2 tios com processos-crime em curso.
E55	Mãe (F24; M70))	40	Portugal (região Norte)	Portuguesa	1º Ciclo EB	Activa Auxiliar de apoio a idosos	---	8	Pais (pai detido), 6 filhos	Verde	Processo na CPCJ que passou à ECJ. Processo judicial contra o pai por violência doméstica sobre a mãe e os filhos. Pai a cumprir pena de prisão.
E56	Mãe (F31)	46	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	Analfabeta	Activa Empregada em cozinha de restaurante	RSI	13	Pais, 11 filhos	Verde	Processo judicial contra o pai por violência doméstica sobre a mãe.
E57	Mãe (M50)	47	Cabo Verde (Fogo)	Cabo-verdiana	Sabe ler e escrever	Não activa Doméstica	RSI	7	Mãe, 3 filhos (1 detido), duas noras, quatro netos	Azul	2 filhos com processos-crime em curso.

(continuação)

Nº	Entrevistado/a	Idade	Naturalidade (país)	Nacionalidade	Habilitação escolar	Situação perante o trabalho/profissão	RSI	Agregado familiar		Bairro	Observações
E58	Mãe (M08)	23	Portugal (Lisboa)	Portuguesa	Sabe ler e escrever	Não activa Doméstica	RSI	7	Mãe, padrasto, 3 filhos de anteriores relações da mãe, 1 filho da actual relação, 1 irmão da mãe	Verde	Processo na CPCJ. Tio com processos-crime em curso.
E59	Mãe (M11)	28	Portugal (Oeiras)	Portuguesa (país cabo-verdianos)	2º Ciclo EB	Activa Empregada de balcão em loja	---	5	Mãe, padrasto, 2 filhos de anterior relação da mãe, 1 filho da actual relação	Rosa	---
E60	Pai (M64)	41	Portugal (Lisboa)	Portuguesa (etnia cigana)	Sabe ler e escrever	Activo Vendedor ambulante e músico	RSI	8	Pai, 5 filhos e avó	Azul	Processo na CPCJ.
E61	Avó	57	Cabo Verde (S. Vicente)	Cabo-verdiana	1º Ciclo EB	Activa Empregada de limpezas	---	6	Avós, 2 filhos (1 detido), 2 netos	Amarelo	1 filho a cumprir pena de prisão.
E62	Avó (M27)	54	Cabo Verde (Santiago)	Cabo-verdiana	Analfabeta	Activa Empregada de limpezas	---	2	Avó e neto	Amarelo	Processo na CPCJ.

▪ **ANEXO 7.1 – DESENHO DO BAIRRO: DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES POR SEXO E IDADE, SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA**

IDADE	TOTAL desenhos (N/%)	SEXO (*) N % linh. % col.	LOCAL DE RESIDÊNCIA						
			Bairro Branco	Bairro Cinzento	Bairro Azul	Bairro Verde	Bairro Amarelo	Bairro Rosa	Outros locais
6 anos	36 (11,2%)	M 16 44,5%	3 18,7%	0 0	2 12,5%	7 43,7%	2 12,5%	2 12,5%	0 0
		5,0%	3,0%	0	5,0%	13,0%	4,0%	4,0%	0
		F 20 55,5%	4 20,0%	1 5,0%	5 25,0%	2 10,0%	4 20,0%	4 20,0%	0 0
7 anos	85 (26,6%)	6,2%	4,0%	10,0%	13,0%	4,0%	7,0%	8,0%	0
		M 41 48,3%	13 31,7%	1 2,4%	4 9,7%	6 14,6%	13 31,7%	3 7,3%	1 2,4%
		12,8%	13,1%	10,0%	10,0%	10,7%	24,0%	5,6%	14,2%
8 anos	70 (21,9%)	F 44 51,7%	18 40,9%	2 4,5%	6 13,6%	6 13,6%	6 13,6%	6 13,6%	0 0
		13,8%	18,1%	20,0%	15,0%	11,1%	11,3%	11,2%	0
		M 36 51,5%	17 47,2%	1 2,7%	3 8,3%	6 16,7%	3 8,3%	5 13,8%	1 2,7%
9 anos	49 (15,4%)	11,2%	17,1%	10,0%	7,5%	10,7%	5,5%	9,4%	14,2%
		F 34 48,5%	11 32,2%	0	6 17,6%	4 11,7%	6 17,6%	7 20,5%	0
		10,6%	23,4%	0	33,3%	11,1%	22,2%	28,0%	0
10 anos	28 (8,8%)	M 21 42,8%	3 14,2%	1 4,7%	0	5 23,8%	5 23,8%	6 28,5%	1 4,7%
		6,5%	3,0%	10,0%	0	8,9%	9,2%	11,3%	14,2%
		F 28 57,2%	11 39,2%	1 3,5%	3 10,7%	3 10,7%	3 10,7%	6 21,4%	1 3,5%
11 anos	33 (10,4%)	8,7%	11,1%	10,0%	7,5%	5,3%	5,6%	11,3%	14,2%
		M 10 35,7%	2 20,0%	0	2 20,0%	3 30,0%	1 10,0%	2 20,0%	0
		3,1%	2,0%	0	5,0%	5,3%	1,8%	3,77%	0
12 anos	11 (3,6%)	F 18 64,3%	5 27,7%	1 5,5%	1 5,5%	3 16,6%	4 22,2%	3 16,6%	1 5,5%
		5,6%	5,0%	10,0%	2,5%	5,3%	7,4%	5,6%	14,2%
		M 26 78,7%	6 23,0%	0	3 11,5%	7 26,9%	3 11,5%	5 19,2%	2 7,6%
13 anos	7 (2,1%)	8,1%	6,0%	0	7,5%	12,5%	5,5%	9,4%	28,5%
		F 7 21,3%	2 28,5%	1 14,2%	0	0	2 28,5%	2 28,5%	0
		2,1%	2,0%	10,0%	0	0	3,7%	3,7%	0
12 anos	11 (3,6%)	M 6 54,5%	2 33,3%	0	1 16,6%	2 33,3%	0	1 16,6%	0
		1,8%	2,0%	0	2,5%	3,5%	0	1,8%	0
		F 5 45,5%	0	1 20,0%	0	2 40,0%	2 40,0%	0	0
13 anos	7 (2,1%)	16,1%	0	10,0%	0	3,5%	3,7%	0	0
		M 5 71,4%	1 20,0%	0	3 60,0%	0	0	1 20,0%	0
		1,5%	1,0%	0	7,5%	0	0	1,8%	0
13 anos	7 (2,1%)	F 2 28,6%	1 50,0%	0	1 50,0%	0	0	0	0
		0,6%	1,0%	0	2,5%	0	0	0	0
		M 161 100%	47 29,3%	3 1,8%	18 11,2%	36 22,4%	27 16,7%	25 15,5%	5 3,1%
TOTAIS	319 (100%)	50,5%	47,5%	30,0%	45,0%	64,3%	50,0%	47,2%	71,4%
		F 158 100%	52 33,0%	7 4,4%	22 14,0%	20 12,6%	27 17,1%	28 17,7%	2 1,2%
		49,5%	52,5%	70,0%	55,0%	35,7%	50,0%	52,8%	28,6%
TOTAIS	319 (100%)	319 100%	99 31,0%	10 3,1%	40 12,5%	56 17,6%	54 17,0%	53 16,7%	7 2,1%
		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(*) M = masculino; F = feminino

▪ ANEXO 7.2 – DESENHO DO BAIRRO: O ESPAÇO NO PLANO DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA, POR SEXO E IDADE

IDADE	TOTAL desenhos (N)	SEXO (N)	ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO			ESPAÇO PÚBLICO EXTERIOR AO BAIRRO	ESPAÇO PRIVADO	ESPAÇO DE EQUIPAMENTOS	O ESPAÇO DO BAIRRO ANTERIOR	SEM QUALQUER REPRESENTAÇÃO
			Na rua: a minha casa/o meu prédio	Nas ruas: as casas/os prédios	Outro espaço do bairro (jardim, parque, campo, monte)					
6 anos	36	M 16	6	8	0	0	0	1	1	0
		F 20	9	9	2	0	0	0	0	0
7 anos	84	M 40	29	8	2	0	0	0	0	0
		F 44	23	13	2	0	4	2	0	0
8 anos	69	M 35	21	8	5	0	0	0	0	1
		F 34	21	11	1	0	0	0	1	0
9 anos	47	M 20	12	6	2	0	0	0	0	0
		F 27	16	9	2	1	0	0	0	0
10 anos	27	M 10	7	3	0	0	0	0	0	0
		F 17	10	6	1	0	0	0	0	0
11 anos	31	M 24	13	7	2	0	0	0	0	2
		F 7	5	2	0	0	0	0	0	0
12 anos	11	M 6	3	2	1	0	0	0	0	0
		F 5	3	2	0	0	0	0	0	0
13 anos	7	M 5	3	1	0	1	0	0	0	0
		F 2	1	1	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	312	M 156	94	43	12	1	0	1	1	3
		F 156	88	53	8	1	4	2	1	0
		312	182 (58,5%)	96 (30,8%)	20 (6,5%)	2 (0,6%)	4 (1,2%)	3 (0,9%)	2 (0,6%)	3 (0,9%)

▪ **ANEXO 7.3 – DESENHO DO BAIRRO: USO DE ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO TEMPORAL NO PLANO DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA, POR SEXO E IDADE**

IDADE	TOTAL desenhos (N/ %)	SEXO N % linh. % col.	TEMPO		
			Noite	Dia	Sem elementos de identificação temporal
6 anos	36 (11,5%)	M 16 44,5%	1 6,0% 10,0%	10 63,0% 5,0%	5 31,0% 4,0%
		F 20 55,5% 6,4%	0 0 0	13 65,0% 7,0%	7 35,0% 6,0%
7 anos	84 (26,9%)	M 40 47,7% 12,8%	0 0 0	24 60,0% 13,0%	16 40,0% 13,0%
		F 44 52,4% 14,1%	2 5,0% 20,0%	34 77,0% 19,0%	8 18,0% 7,0%
8 anos	69 (22,2%)	M 35 50,7% 11,2%	1 3,0% 10,0%	18 51,0% 10,0%	16 46,0% 13,0%
		F 34 49,3% 10,8%	2 6,0% 20,0%	21 62,0% 11,0%	11 32,0% 9,0%
9 anos	47 (15,1%)	M 20 42,5% 6,4%	0 0 0	11 55,0% 6,0%	9 45,0% 8,0%
		F 27 57,5% 8,6%	0 0 0	18 67,0% 10,0%	9 33,0% 8,0%
10 anos	27 (8,6%)	M 10 37,0% 3,2%	1 10,0% 10,0%	5 50,0% 3,0%	4 40,0% 3,0%
		F 17 63,0% 5,4%	0 0 0	13 76,0% 7,0%	4 24,0% 3,0%
11 anos	31 (10,0%)	M 24 77,5% 7,6%	2 8,0% 20,0%	6 25,0% 3,0%	16 67,0% 13,0%
		F 7 22,5% 2,2%	0 0 0	3 43,0% 2,0%	4 57,0% 3,0%
12 anos	11 (3,5%)	M 6 54,5% 1,9%	0 0 0	1 17,0% 1,0%	5 83,0% 4,0%
		F 5 45,5% 1,6%	0 0 0	3 60,0% 2,0%	2 40,0% 2,0%
13 anos	7 (2,2%)	M 5 71,4% 1,6%	1 20,0% 10,0%	3 60,0% 2,0%	1 20,0% 1,0%
		F 2 28,6% 0,6%	0 0 0	0 0 0	2 100% 2,0%
TOTAIS	312 (100%)	M 156 100% 50,0%	6 3,8% 60,0%	78 50,0% 42,7%	72 46,2% 60,5%
		F 156 100% 50,0%	4 2,5% 40,0%	105 67,3% 57,3%	47 30,2% 39,5%
		312 100% 100%	10 3,2% 100%	183 58,6% 100%	119 38,1% 100%

No total, 70 desenhos (25M,45F) têm expressões animadas dos elementos de identificação temporal (22,4%): 40 são positivas, 30 são negativas. Expressão negativa: 13anos: 1M; 12 anos: 2F; 10 anos: 2M, 2F; 9 anos: 2F,1M; 8 anos: 2M,6F; 7 anos: 5M,4F; 6 anos: 2M, 1F = 30 (13M,17F). Expressão positiva: 12 anos:1M;11 anos:3F,1M, 10 anos:2M,2F; 9 anos:7F,2M; 8 anos, 2M,8F; 7 anos:4M,6F; 6 anos:2F =40 (12M,28F)

▪ ANEXO 7.4 – DESENHO DO BAIRRO: FIGURAS (HUMANAS E ANIMAIS) NO PLANO DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA, POR SEXO E IDADE

IDADE	TOTAL desenhos (N)	SEXO (N)	SEM FIGURAS HUMANAS		COM FIGURAS HUMANAS					OUTRAS FIGURAS	
			Sem figuras (pessoas)	Folha toda em banco	O próprio sozinho	O próprio acompanhado de outras pessoas	Somente crianças (sem o próprio)	Familiares do autor do desenho	Outras pessoas	Animais (*)	
6 anos	36	M 16	10	0	0	2	4	0	0	0	
		F 20	15	0	2	2	1	0	0	3	
7 anos	84	M 40	23	0	0	8	3	1	5	5	
		F 44	20	0	3	8	5	4	4	7	
8 anos	69	M 35	22	1	2	2	6	0	3	7	
		F 34	23	0	2	6	0	2	0	4	
9 anos	47	M 20	18	0	0	2	0	0	2	0	
		F 27	19	0	1	3	2	0	1	1	
10 anos	27	M 10	8	0	0	0	1	0	1	0	
		F 17	13	0	0	2	0	0	3	3	
11 anos	31	M 24	17	2	1	2	0	0	3	1	
		F 7	7	0	0	0	0	0	0	4	
12 anos	11	M 6	5	0	0	0	0	0	1	0	
		F 5	4	0	1	0	0	0	0	0	
13 anos	7	M 5	4	0	0	0	0	0	1	0	
		F 2	1	0	0	0	0	0	1	0	
TOTALS	312	M 156	104	3	3	16	14	1	16	13	
		F 156	102	0	9	21	8	6	9	24	
		312	206 (66,0%)	3 (0,9%)	12 (3,8%)	37 (11,8%)	22 (7,0%)	7 (2,2%)	25 (8,0%)	34 (9,9%)	

(*) Apenas em 3 desenhos os animais surgem sem associação a pessoas, nos restantes estão em associação a uma das modalidades das “*com figuras humanas*”

▪ **ANEXO 7.5 – DESENHO DO BAIRRO: USO DA COR NO PLANO DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA, POR SEXO E IDADE**

IDADE	TOTAL desenhos (N/%)	SEXO N % linh. % col.	USO DA COR				
			COM COR				SEM COR
			1 cor	2 cores	3-4 cores	Mais de 4 cores	Folha toda em branco
6 anos	36 (11,5%)	M 16 44,5%	2 13,0% 3,0%	5 31,0% 17,0%	8 50,0% 8,0%	1 6,0% 1,0%	0 0 0
		F 20 55,5% 6,4%	3 15,0% 4,0%	3 15,0% 10,0%	8 40,0% 8,0%	6 30,0% 5,0%	0 0 0
7 anos	84 (26,9%)	M 40 47,7% 12,8%	6 15,0% 8,0%	3 8,0% 10,0%	17 43,0% 17,0%	14 35,0% 13,0%	0 0 0
		F 44 52,4% 14,1%	3 7,0% 4,0%	2 5,0% 7,0%	8 18,0% 8,0%	31 70,0% 28,0%	0 0 0
8 anos	69 (22,2%)	M 35 50,7% 11,2%	2 6,0% 3,0%	4 11,0% 14,0%	15 43,0% 15,0%	13 37,0% 12,0%	1 3,0% 33,0%
		F 34 49,3% 10,8%	5 15,0% 7,0%	2 6,0% 7,0%	11 32,0% 11,0%	16 47,0% 15,0%	0 0 0
9 anos	47 (15,1%)	M 20 42,5% 6,4%	7 35,0% 10,0%	3 15,0% 10,0%	4 20,0% 4,0%	6 30,0% 5,0%	0 0 0
		F 27 57,5% 8,6%	7 26,0% 10,0%	1 4,0% 3,0%	10 37,0% 10,0%	9 33,0% 8,0%	0 0 0
10 anos	27 (8,6%)	M 10 37,0% 3,2%	8 80,0% 11,0%	0 0 0	0 0 0	2 20,0% 2,0%	0 0 0
		F 17 63,0% 5,4%	8 47,0% 11,0%	0 0 0	6 35,0% 6,0%	3 18,0% 3,0%	0 0 0
11 anos	31 (10,0%)	M 24 77,5% 7,6%	7 29,0% 10,0%	3 13,0% 10,0%	8 33,0% 8,0%	4 17,0% 4,0%	2 8,0% 67,0%
		F 7 22,5% 2,2%	4 57,0% 6,0%	0 0 0	1 14,0% 1,0%	2 29,0% 2,0%	0 0 0
12 anos	11 (3,5%)	M 6 54,5% 1,9%	4 57,0% 6,0%	1 17,0% 3,0%	1 17,0% 1,0%	0 0 0	0 0 0
		F 5 45,5% 1,6%	1 20,0% 3,0%	1 20,0% 3,0%	1 20,0% 1,0%	2 29,0% 2,0%	0 0 0
13 anos	7 (2,2%)	M 5 71,4% 1,6%	2 40,0% 3,0%	1 20,0% 3,0%	1 20,0% 1,0%	1 20,0% 1,0%	0 0 0
		F 2 28,6% 0,6%	2 100,0% 3,0%	0 0 0	0 0 0	0 0 0	0 0 0
TOTAIS	312 (100%)	M 156 100% 50,0%	38 24,4% 53,5%	20 12,8% 68,9%	54 28,8% 54,5%	41 26,2% 37,2%	3 1,9% 100%
		F 156 100% 50,0%	33 21,2% 46,5%	9 5,7% 31,1%	45 28,9% 45,5%	69 44,2% 62,8%	0 0 0
		312 100% 100%	71 22,8% 100%	29 9,3% 100%	99 31,8% 100%	110 35,2% 100%	3 0,9% 100%

■ ANEXO 7.6 – DESENHO DO BAIRRO: VALORAÇÃO POSITIVA/NEGATIVA DAS CRIANÇAS SOBRE ASPECTOS DOS BAIRROS, POR SEXO E IDADE

(temas emergentes da conversação sobre o desenho e respectiva legenda; cada criança pode ter apontado mais do que uma situação)

IDADE	TOTAL desen- hos (N)	SEXO (N)	URBANISMO, ARQUITECTURA E HABITAÇÃO										INTERACÇÃO SOCIAL: PROTAGONISTAS									
			Habitação		Espaços públicos		Equipamentos públicos		Infra-estruturas		Serviços e comércio		Equipamentos educativos: escolas		Pessoas (em geral)		Família		Outras crianças			
6 anos	36	M 16	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)	(+)	(-)		
			6	2	1	5	1	5	0	3	0	2	2	0	0	6	0	3	4	2	2	
7 anos	84	F 20	5	2	1	2	0	12	0	0	1	7	1	0	0	9	1	5	3	3		
			M 40	6	0	0	13	1	17	0	3	0	3	4	1	1	17	9	2	3	10	
				F 44	13	4	2	11	0	14	0	5	1	6	8	0	0	19	11	4	8	3
8 anos	69	M 35	4	6	4	10	1	16	0	3	1	2	0	0	0	16	4	0	1	4		
			F 34	9	3	3	5	2	6	0	1	0	5	4	0	2	15	9	1	4	6	
9 anos	47	M 20	0	5	0	12	2	4	0	3	0	5	1	0	0	12	1	0	2	3		
			F 27	5	2	3	8	1	10	0	0	1	8	0	0	0	13	0	1	2	1	
10 anos	27	M 10	0	1	3	2	0	2	0	0	0	3	1	1	0	7	2	1	2	2		
			F 17	4	3	3	4	0	5	0	0	1	1	0	0	0	10	4	0	1	0	
11 anos	31	M 24	3	0	2	3	0	4	0	0	0	1	2	0	1	11	1	2	3	5		
			F 7	3	0	2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	1	7	0	0	0	0	
12 anos	11	M 6	1	0	1	1	0	3	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0		
			F 5	0	1	0	4	0	3	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	
13 anos	7	M 5	3	1	0	3	0	2	0	0	0	1	0	0	2	1	0	0	1	1		
			F 2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	
TOTAIS	312	M 156	23	15	11	49	5	53	0	12	12	1	10	2	4	73	17	8	16	27		
			F 156	40	15	14	34	3	54	0	7	7	4	13	0	4	74	25	12	19	13	
		63	30	25	83	8	107	0	19	5	44	23	2	8	147	42	20	35	40	12,8%		
			20,1%	9,6%	8,0%	26,6%	2,7%	34,5%	0	6,0%	1,6%	14,1%	7,3%	0,6%	2,7%	47,1%	13,4%	6,4%	11,2%	12,8%		

▪ ANEXO 7.7 – DESENHO DO BAIRRO: TEMAS EMERGENTES NA CONVERSA SOBRE O DESENHO E LEGENDA SEGUNDO A ORDEM APRESENTADA NO DISCURSO

DIMENSÕES	SUB-CATEGORIAS		1º (N/%)		2º (N/%)		3º (N/%)		TOTAL (N e %/POP.)
URBANISMO, ARQUITECTURA E HABITAÇÃO	Organização do território	Acessibilidade, configuração e circulação	35 (11,2%)	178 (57,0%)	8 (2,6%)	124 (39,7%)	3 (0,9%)	69 (22,1%)	46 (14,7%)
		Edificações (elevada densidade)	10 (9,3%)		3 (0,9%)		8 (2,6%)		21 (6,7%)
		Edificações (“falta de casas”)	2 (0,6%)		2 (0,6%)		0		4 (1,3%)
	Apropriação, conservação e manutenção do espaço público	Infra-estruturas	3 (0,9%)		4 (1,3%)		8 (2,6%)		15 (4,8%)
		Conservação e manutenção do espaço	19 (6,1%)		27 (8,7%)		21 (6,7%)		67 (21,4%)
		Animais na via pública	4 (0,9%)		10 (2,2%)		5 (1,6%)		19 (6,0%)
	Equipamentos	A sua habitação/casa	29 (9,3%)		7 (2,2%)		1 (0,3%)		37 (11,8%)
		Equipamentos públicos	59 (13,1%)		44 (14,1%)		16 (5,1%)		119 (38,1%)
		Equipamentos educativos: escolas	6 (1,9%)		1 (0,3%)		2 (0,6%)		9 (2,8%)
		Comércio e serviços	11 (3,5%)		18 (4,0%)		5 (1,6%)		34 (10,8%)
INTERACÇÃO SOCIAL: PROTEGONISTAS	Crianças	Pessoas	21 (6,7%)	70 (22,4%)	36 (11,5%)	68 (21,7%)	19 (6,1%)	37 (11,8%)	76 (24,3%)
		Família	22 (7,1%)		21 (6,7%)		7 (2,2%)		50 (16,0%)
		Referências positivas (+)	24 (7,7%)		4 (1,3%)		1 (0,3%)		29 (9,2%)
		Referências negativas (-)	3 (0,9%)		7 (2,2%)		10 (3,2%)		20 (6,4%)
CONDIÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO		Pobreza	6 (1,9%)	6 (1,9%)	3 (0,9%)	4 (1,3%)	4 (1,3%)	6 (1,9%)	13 (4,1%)
		Desemprego	0		1 (0,3%)		2 (0,6%)		3 (0,9%)
“INCIVILIDADES”/ DESORDENS, VIOLÊNCIA E CRIME		Conflitos/desordens/incivilidades	10 (2,2%)	41 (13,1%)	23 (5,1%)	72 (23,0%)	22 (7,1%)	105 (33,6%)	55 (17,6%)
		Conflitos étnicos	2 (0,6%)		6 (1,9%)		15 (4,8%)		23 (7,3%)
		Violência	4 (1,3%)		15 (4,8%)		20 (6,4%)		39 (12,5%)
		Crime	20 (46,4%)		21 (6,7%)		36 (11,5%)		77 (24,6%)
		Controlo policial	5 (1,6%)		7 (2,2%)		12 (3,8%)		24 (7,6%)
(IN)SEGURANÇA		(In)Segurança	11 (2,4%)	11 (2,4%)	22 (7,1%)	22 (7,1%)	24 (7,7%)	57 (18,2%)	
OUTRAS		Bairro anterior	4 (1,3%)	6 (1,9%)	6 (1,9%)	8 (2,6%)	10 (2,2%)	12 (2,8%)	20 (6,4%)
		Recusa de falar sobre o bairro (“não gostar”)	2 (0,6%)		2 (0,6%)		2 (0,6%)		2 (0,6%)
		Sem referência	0		14 (4,5%)		14 (4,5%)		50 (11,1%)
TOTAIS			312 (100%)		312 (100%)		312 (100%)		

▪ ANEXO 7.8 – DESENHO DO BAIRRO: PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIAIS MENCIONADOS PELAS CRIANÇAS, POR SEXO E IDADE

(emergentes da conversa sobre o desenho e legenda; cada criança pode ter apontado mais do que uma situação)

IDADE	TOTAL desenhos (N)	SEXO (N)	CONDIÇÃO SOCIAL		“INCIVILIDADES”/DESORDENS, VIOLÊNCIA E CRIME										(IN)SEGURANÇA		
			Pobreza	Desem- prego	Falta de respeito e educação	Falta de sossego e paz	Consumo de álcool na via pública	Conflitos e “confu- sões”	Conflitos étnicos	“Brigas”	“Guerras”	Vio- lência	Crime	Falta de segurança no bairro	Medo	“Perigo” nos equipam. públicos	
6 anos	36	M 16	0	0	0	2	3	2	3	0	1	3	2	0	1	1	
		F 20	1	0	0	4	3	2	3	2	4	2	5	2	0	2	
7 anos	84	M 40	3	1	5	3	6	5	3	6	3	6	9	8	2	6	
		F 44	4	1	6	7	5	3	2	2	3	5	9	11	3	6	
8 anos	69	M 35	7	1	1	1	0	4	7	2	2	4	16	3	2	1	
		F 34	3	0	1	6	3	4	6	7	3	5	7	3	3	2	
9 anos	47	M 20	0	0	2	4	1	6	2	3	3	6	9	3	0	1	
		F 27	0	0	4	4	2	2	5	3	1	2	8	6	1	1	
10 anos	27	M 10	0	0	1	2	5	1	1	1	3	0	9	1	1	2	
		F 17	0	0	4	10	2	7	2	6	4	4	5	2	1	2	
11 anos	31	M 24	0	0	4	4	3	3	3	2	2	2	10	5	0	2	
		F 7	1	0	0	5	0	5	0	3	5	2	2	1	1	0	
12 anos	11	M 6	2	2	1	5	0	2	0	0	1	0	4	0	0	2	
		F 5	0	1	1	2	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	
13 anos	7	M 5	0	0	0	4	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	
		F 2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	
TOTAIS	312	M 156	12	3	14	25	15	24	20	15	16	21	60	21	6	16	
		F 156	9	3	15	38	19	24	18	22	20	20	38	25	9	14	
		312	21 (6,7%)	6 (1,9%)	29 (9,2%)	63 (20,1%)	34 (10,8%)	48 (15,3%)	38 (12,1%)	37 (11,8%)	36 (11,5%)	41 (13,1%)	98 (31,4%)	46 (14,7%)	15 (4,8%)	30 (9,6%)	

▪ ANEXO 7.9 – DESENHO DO BAIRRO: PRINCIPAIS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS PELAS CRIANÇAS RELATIVAMENTE À ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, USO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELOS RESIDENTES DOS BAIRROS, POR SEXO E IDADE

(temas emergentes da conversa sobre o desenho e respectiva legenda; cada criança pode ter apontado mais do que uma situação)

IDADE	TOTAL desenhos (N)	SEXO (N)	ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO			INFRA- ESTRUTURAS		APROPRIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO							
			Acessibilidade, configuração e circulação	Hortas adjacen- tes aos bairros	Edificações (excesso de casas e prédios)	Ilumi- nação pública	Água e gás	Conser- vação e ma- nutenção	Estética	Lixo	Graffitis	Barulho	Carros abandonados	Animais na via pública (excesso)	Trânsito
6 anos	36	M 16	3	0	1	1	0	2	2	1	1	3	1	1	1
		F 20	2	0	1	0	1	1	0	0	3	0	2	0	0
7 anos	84	M 40	3	1	2	2	0	0	4	11	5	8	4	3	7
		F 44	3	0	2	3	0	4	3	14	2	2	3	3	1
8 anos	69	M 35	3	1	4	3	1	2	2	3	1	6	2	1	3
		F 34	0	0	0	1	2	3	1	5	2	1	0	2	2
9 anos	47	M 20	5	0	5	3	0	2	5	7	1	4	3	3	4
		F 27	0	0	1	0	0	4	1	8	1	7	3	1	0
10 anos	27	M 10	2	0	3	0	0	2	2	2	3	4	1	3	2
		F 17	2	1	3	0	0	4	3	5	1	2	3	1	0
11 anos	31	M 24	3	1	4	0	0	3	0	3	3	4	3	1	0
		F 7	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3	1	0	0
12 anos	11	M 6	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0
		F 5	1	0	0	0	1	1	2	4	1	2	1	0	0
13 anos	7	M 5	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
		F 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	312	M 156	20	3	19	9	1	13	15	27	15	22	15	7	18
		F 156	7	1	4	4	4	17	12	39	6	27	9	11	3
		312	27 8,7%	4 1,2%	23 7,3%	13 4,2%	5 1,6%	30 9,6%	27 8,6%	66 21,1%	21 6,7%	49 15,7%	26 8,3%	18 5,7%	21 6,7%

(*) 4 referem os graffiti de modo positivo pela indicação do nome do grupo a que pertencem

▪ ANEXO 7.10 – FOTOGRAFIAS SOBRE DESORDENS FÍSICAS NOS BAIRROS

Como mencionado no Capítulo 5, recorda-se que a apresentação das fotografias tiradas pelas crianças se faz com restrições não sendo expostas aquelas em que se podem identificar os bairros ou pessoas. Em alguns casos optou-se pela alteração para uma escala cinza em substituição da cor que apresentavam.

LIXO NA VIA PÚBLICA



Bairro Branco



Bairro Rosa



Bairro Rosa



Bairro Verde



Bairro Azul



Bairro Amarelo



Bairro Amarelo



Bairro Branco



Bairro Amarelo

CÃES ABANDONADOS



Bairro Cinzento



Bairro Verde



Bairro Branco

CARROS ABANDONADOS E/OU “ROUBADOS”



Bairro Verde



Bairro Amarelo



Bairro Rosa



Bairro Verde



Bairro Rosa



Bairro Branco

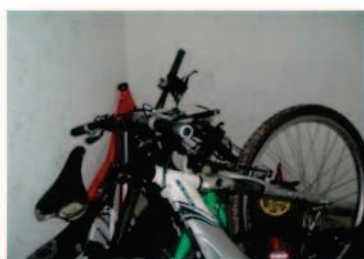


Bairro Amarelo



Bairro Branco

BICICLETAS



Bairros Amarelo e Branco

HORTAS



Bairro Amarelo



Bairro Rosa



Bairro Verde

GRAFFITI



Bairro Verde



Bairro Verde



Bairro Branco



Bairro Amarelo



Bairro Cinzento



Bairro Rosa



Bairro Branco



Bairro Amarelo



Bairro Rosa

"A CASA DOS DROGADOS"



Bairros Branco e Azul

"PORQUE FALTA AQUI MUITA COMIDA..."



Bairro Rosa



Bairro Amarelo



Bairro Verde

▪ **ANEXO 7.11 – DESENHO DO BAIRRO: PRINCIPAIS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS PELAS CRIANÇAS RELATIVAMENTE À CRIMINALIDADE NOS BAIRROS**

(temas emergentes da conversa sobre o desenho e respectiva legenda; cada criança pode ter apontado mais do que uma situação)

IDADE	TOTAL desenhos (N)	SEXO	CRIMINALIDADE: ACTOS MENCIONADOS												INTERVENIENTES		CONTROLO POLICIAL	
			Crime em geral	Amea- ça(s)	Agres- são física	Furto/ assalto/ roubo(s)	Morte de crianças (atropela- mentos)	Homi- cídio	Tráfico e consumo de droga	Armas de fogo	Armas brancas	Carros “rouba- dos”	Corri- das ilegais (carros)	Corri- das ilegais (motos)	Ladrão /bandi- do(s)	Crian- ças na prática de ilícitos	Ação da polícia	Falta de esqua- dra
6 anos	36	M 16	3	2	2	2	0	0	1	3	2	1	4	0	4	3	0	0
		F 20	2	1	4	4	0	0	0	2	0	0	0	0	3	3	4	2
7 anos	84	M 40	9	3	5	4	3	1	1	3	3	6	8	1	9	8	7	2
		F 44	9	3	3	8	4	0	4	6	1	1	5	0	3	1	3	3
8 anos	69	M 35	1	3	3	4	0	0	2	3	1	4	6	2	3	4	4	0
		F 34	2	7	5	5	0	0	0	2	1	0	0	2	0	1	3	5
9 anos	47	M 20	3	1	5	2	1	1	0	1	1	3	3	1	2	0	4	0
		F 27	2	1	3	4	0	2	1	2	1	2	3	0	5	1	6	1
10 anos	27	M 10	0	2	4	5	0	0	3	2	0	3	2	1	4	3	4	1
		F 17	2	1	6	1	0	1	2	1	0	2	1	1	2	0	2	0
11 anos	31	M 24	1	0	3	1	3	0	0	3	1	2	8	2	4	2	4	1
		F 7	0	1	2	1	1	0	0	2	0	0	1	1	2	1	3	1
12 anos	11	M 6	0	0	2	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0
		F 5	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
13 anos	7	M 5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0
		F 2	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0
TOTAIS	312	M 156	17	11	24	21	7	2	10	15	8	19	31	7	26	16	24	4
		F 156	17	14	3	22	6	3	8	15	3	3	12	3	22	14	24	7
		312	34	25	47	43	13	5	18	30	14	24	43	10	42	30	48	11
			10,8%	8,0%	15,0%	13,7%	4,1%	1,6%	5,7%	9,6%	4,4%	7,6%	13,7%	3,2%	13,4%	9,6%	15,3%	3,5%

▪ A7.12 - REGISTOS DAS AUTORIDADES POLICIAIS SOBRE OCORRÊNCIAS NOS BAIRROS

A Divisão de Oeiras da Polícia de Segurança Pública integra cinco Esquadras Territoriais (Oeiras, Queijas, Carnaxide, Miraflares e Porto Salvo), três Esquadras de competência específica (Trânsito em Oeiras e Investigação Criminal e de Intervenção, ambas em Porto Salvo) e uma Esquadra da CP-Caminhos de Ferro Portugueses, em Oeiras.

Na Esquadra local que abrange o território dos bairros o processo de recolha de dados teve por fonte de informação os registos escritos constantes nos *Arquivadores do Expediente da Esquadra-Registos* e os *Arquivadores dos NUIPC*, no período compreendido entre o início de 2001 e o final de 2008. Os documentos são: relatório, informação policial, auto de denúncia, auto de inquirição de testemunha(s), notificação, auto de notícia, auto de apreensão, participação, informação de serviço, termo de entrega de menor. Previamente, foram consultados os *Livros de Relatórios dos Graduados de Serviço*, relativos ao mesmo período, num total de 25 livros, o que possibilitou a identificação das ocorrências que envolviam crianças e jovens. Nestes livros, são registadas e numeradas todas as situações ocorridas durante o turno do *Graduado de Serviço*.

Tabela do Anexo 7.12, nº1: Documentos consultados na Esquadra relativos ao período 2001-2008

ANOS	ARQUIVADORES		LIVROS
	Expediente-Registos	NUIPC	Relatórios dos Graduados de Serviço
2001 (*)	19		25 (**)
2002 (*)	18		
2003	5	15	
2004	5	10	
2005	5	7	
2006	7	8	
2007	7	10	
2008	8	14	

(*) Até 2003 os arquivadores juntavam os dois tipos de documentos, só a partir desse ano, o arquivo passou a ser feito separadamente.

(**) Não é possível separar por anos na medida em que como se reportam a relatórios feitos diariamente, o início e fecho de um livro pode não coincidir no mesmo ano civil.

O NUIPC significa "*número único identificador de processo crime*" e foi implementado há mais de 15 anos. Através do NUIPC consegue identificar-se a força de segurança e a subunidade ou serviço onde o auto de notícia inicial foi registado. É constituído por várias partes: um número sequencial; um código de letras que identifica a subunidade/serviço; um dígito de controlo. O NUIPC é utilizado apenas para peças de expediente que venham a dar origem a processos-crime e identificará o processo até ao seu final junto das polícias, do Ministério Público e dos Tribunais.

Há outro número de registo geral que é próprio da PSP, atribuído pelo *SEI- Sistema de Estatística e Informação*, ou por um processo de numeração sequencial manual, e que adstrito a todo o expediente, independentemente da sua natureza. Muitas peças de expediente com infracções de natureza criminal se forem cometidas por menores nem sempre levam NUIPC embora levem nº de registo interno. Por isso em algumas esquadras os NUIPCS são guardados numa pasta (pasta de processos crime) e há uma outra cópia noutra pasta com o resto do expediente (arquivo geral).

A título meramente ilustrativo e sem preocupação de exaustividade, apresenta-se de seguida um conjunto de excertos de ocorrências policiais registadas na Esquadra local da PSP relativas a situações abordadas pelas crianças e que permitem ter acesso à visão identificada dos mecanismos de controlo social formal, mantendo-se em todos os casos a linguagem original.

A - Recuperação de veículos furtados no espaço dos bairros

1 -“Viatura de marca Fiat Uno, furtada, reapareceu na rua [Bairro Cinzento], esta noite, apresentando os seguintes danos: canhão da ignição danificado, colunas instaladas na viatura subtraídas, tampão da gasolina danificado, caixa eléctrica de fusíveis danificada, tranca da direcção partida, outros danos que de momento não puderam ser mencionados, os quais de momento não puderam ser avaliados pelo seu proprietário.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

2 -“Verifiquei que a viatura em epígrafe se encontra estacionada naquela artéria [Bairro Rosa] em estado de abandono (...). Foram feitas diligências no sentido de contactar o seu proprietário para que este retire a viatura do local onde se encontra não sendo possível contactá-lo. A viatura em questão para além de abandonada, dificulta o trânsito, nomeadamente de viaturas pesadas, segundo alguns residentes, encontra-se ali há mais de um mês e constitui perigo, nomeadamente para as crianças, que já tentaram colocar a viatura em movimento, destravando-a, ficando imobilizada no local onde actualmente se encontra. (...) a viatura fora furtada no bairro do Armador, em Lisboa.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

B - Danos na rede de iluminação pública, equipamento e mobiliário urbano

1 - “Pelas 22h foi-me comunicado por um residente na rua A [Bairro Verde], que há pelo menos três dias que não existe qualquer iluminação na via pública naquele local. Mais informou, que desde o primeiro dia em que se deu a falha eléctrica tem medo de vir para a rua, pois este reconhece aquela zona como perigosa mesmo com iluminação pública. Estas denúncias ao facto de não haver iluminação pública naquela zona, repetem-se todos os dias, salientando sempre um sentimento de insegurança dos lá residentes, pois juntam-se grupos de jovens nas arcadas e nos locais mais escondidos que sem iluminação passam despercebidos, podendo efectuar várias ilícitos sem que sejam reconhecidos. Nestas artérias [indicação de três ruas no Bairro Verde] existem vários registos de intervenções policiais por desordens, tráfico/consumo de estupefacientes, furtos e roubos e a intervenção policial torna-se mais difícil, pois a falta de visibilidade não permite a identificação dos prevaricadores. Por outro lado, existem registos de apedrejamentos de viaturas policiais nestas artérias, pelo que sem iluminação torna-se perigoso o simples patrulhamento destas artérias, pois está em causa a integridade física dos agentes policiais que zelam pela segurança dos que lá habitam. Foi contactada a EDP, os quais informaram que foi deslocada uma equipa de forma a localizarem a avaria e resolvê-la. No entanto, os mesmos não possuem meios para efectuar tal reparação, pois os danos causados foram enormes ou seja, foram cortados os fios que fazem a ligação da caixa pública para a caixa térrea daquele local. Pelo que a reparação terá que ser profunda, o que leva a uma demora acentuada de reparação e consequentemente ao aumento de insegurança daquelas artérias.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

2 - “Na sequência de denúncia anónima (...) verifiquei que na rua [Bairro Rosa] existia uma cabine telefónica danificada. Verifiquei no local existia uma cabine com os vidros de protecção partidos e vários outros danos na estrutura da referida cabine.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra da PSP local]**

3 -“Dado que momentos antes tinha sido efectuado uma chamada telefónica anónima para esta unidade policial a informar que se encontrava um grupo de jovens a incendiar um contentor do lixo na rua N [Bairro Amarelo].Chegados ao local, constatei que o mesmo já tinha ardido completamente.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

C - Desordens na via pública

1 -“(…) Após ter dialogado com os intervenientes acima identificados [um homem, uma mulher entre os 24 e os 29 anos], os mesmos informaram-me que momentos antes se tinham agredido mutuamente por terem entrado em desentendimento em relação ao estacionamento de um ciclomotor pertença do 1º identificado. No local, foi-me entregue pelo 1º uma catana, com 64 cm de comprimento e 52 de lâmina e cabo em madeira de cor castanha, que segundo a [mulher] tinha sido usada contra ela. Foi-me também entregue na mesma altura pela mesma, uma taco de baseball em material esponjoso, multicolor, com a pega de cor amarela, com 61 cm de comprimento e uma vassoura com o cabo em madeira já partido, medindo 80 cm de comprimento que segundo o homem tinham sido utilizados contra ele. Não houve ferimentos em ambos.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

2 - “Hoje, pela 00h15m, foi-me comunicado pela central rádio para me deslocar à rua B [bairro Branco], em virtude de ali se encontrar uma vítima de violência doméstica, estando a vítima a ser agredida na via pública. No local encontrava-se o agressor e contactei com a lesada que informou o seguinte: sem que nada o fizesse prever, o agressor começou a agredi-la com murros na cabeça e a expulsá-la de casa. Já no exterior, na rua B esta foi agredida repetidas vezes na cabeça e no restante corpo até chegar à rotunda ali existente, mais ou menos 80 metros. Já na rotunda, este deferiu um golpe com uma garrafa de cerveja na cabeça, provocando-lhe um golpe profundo por cima do olho esquerdo. A filha de 7 anos assistiu a tudo seguindo a mãe. Foi transportada pelos bombeiros para o hospital.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

3 -“(…), à tarde, quando percorríamos a rua [Bairro Verde], e após passar no cruzamento desta artéria com a rua (...), foi possível ouvir um estrondo, aparentemente uma explosão que terá ocorrido no coreto aço existente. É de referir que no [equipamento desportivo], sito nas proximidades daquelas artérias, encontravam-se vários elementos desta polícia (...) sendo que aqueles puderam aperceber-se de vários rebentamentos provenientes da mesma zona, tendo então sido alertada a Rede para este facto. (...) Mais informei que segundo um transeunte que não foi possível identificar, encontrava-se um grupo numeroso de indivíduos na rua [Bairro Verde] arremessando garrafas, contendo líquido explosivo, a pessoas e veículos que por ali passavam fazendo perigar assim a sua integridade física. Face ao exposto, e já com a presença no local de reforço de elementos desta polícia, foi possível articular os meios no intuito de interceptar os indivíduos que se encontravam a cometer o referido ilícito, sendo que estes ao aperceberem-se da presença policial, encetaram de imediato a fuga, de forma anárquica tendo o ora suspeito (15 anos) vindo a ser interceptado no hall de entrada do nº (...), encontrando-se de cócoras atrás da porta de entrada do edifício. Pelos factos expostos foi conduzido a este Departamento, onde em conversa informal, admitiu de forma espontânea estar ali na companhia de três indivíduos seus conhecidos (todos menores de 16 anos) (...) confirmando serem residentes nos Bairros Verde e Amarelo, e mais elucidou que aqueles se deslocam ao [superfície comercial] onde no supermercado adquirem o ácido muriático bem como o papel de alumínio. Já no Bairro Branco, os mesmos fabricam pequenas bolas de papel de alumínio e as colocam no interior de garrafas de plástico já cheias de ácido, então agitam as mesmas e na iminência de explodirem arremessam-nas via pública, não discorrendo se por ali passa alguma pessoa e/ou veículo automóvel. Foi passada uma vistoria ao local onde foi possível recolher um rolo de papel de alumínio, uma garrafa de transporte do ácido

muriático bem como outra garrafa de plástico já rebentada e ali abandonada.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

4 - “A mãe de menor esclareceu que o seu filho circulava apeado na referida artéria [Bairro Branco] nem que nada o fizesse prever, o canino acima mencionado, mordeu-o na coxa da perna esquerda, causando-lhe ferimentos (...). Devido à mordedura [segunda no espaço de três dias pelo mesmo cão] o proprietário do canídeo foi notificado a entregar o animal para sequestro/observação no Canil Municipal de Oeiras, sendo que não o fez no tempo útil. Foi notificado para declarar o canídeo como perigoso junto da Junta de Freguesia de Carnaxide. Feitas diligências, consegui apurar telefonicamente que o canídeo não se encontra devidamente registado e licenciado na Junta de Freguesia.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

5 - “Tendo verificado, pelas 15h.30m., que nas arcadas dos prédios camarários já desocupados no [Bairro Cinzento], mais concretamente junto do n.º (...), se encontravam colocados naqueles prédios, dois toldos. Num deles encontravam-se vários produtos alimentares e bebidas alcoólicas exposta para venda, encontrando-se a consumir cerveja cerca de 40/50 indivíduos não sendo possível na altura identificar convenientemente a vendedora, nem os consumidores. Mais tarde apurei que a vendedora é [nome], residente na rua [Bairro Branco] não sendo possuidora de cartão de vendedor ambulante nem de qualquer autorização expressa para proceder à venda naquele local. Aquele tipo de actividade prolonga-se ao longo de toda a noite e ao fim-de-semana, originando que se concentrem naquela artéria numerosos grupos de indivíduos, alguns deles delinquentes e de outros bairros, atraídos pelas bebidas alcoólicas causando barulho em excesso e distúrbios, perturbando o descanso dos residentes. De referir que aquelas concentrações são a origem de inúmeras reclamações dos residentes e quando a polícia ali se desloca é apedrejada.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

6 - “[De madrugada] desloquei-me ao local (via pública) onde supostamente havia ruído em excesso. Ao chegar ao local apercebi-me da presença de cerca de 60 indivíduos negros, que se encontravam em frente de uma churrasqueira na rua [Bairro Branco]. Perante o cenário que se apresentava e atendendo ao facto de por diversas vezes se tornar difícil a resolução de problemas no seio do bairro, abandonei o local no sentido de solicitar reforço policial para o local. Na altura, foi-me informado pela proprietária da churrasqueira que não pretendia servir mais bebidas aos indivíduos, pois alguns já se encontravam alcoolizados, recusando-se por esse motivo a abandonar o local.

Acompanhada, de Equipa de Intervenção Rápida demos ordem para os indivíduos dispersarem, sendo que alguns mostraram intenção de abandonar aquele local, no entanto, faziam-no devagar proferindo vaias expressões contra os elementos policiais e contra a própria instituição, numa intenção clara de nos provocar. A certa altura, e sem que nada o fizesse prever, vindo de parte incerta, mas claramente do topo de vários edifícios que circundavam a rua, começaram a ser arremessadas garrafas de vinho de litro, cheias, em vidro, contra os elementos e veículos policiais.

Várias das garrafas atingiram o veículo policial (caracterizado) provocando danos no tejadilho (...). Perante a insistência da polícia e a clara desobediência dos indivíduos às ordens claras e inequívocas de dispersão com o recurso a meios coercivos, conseguiu-se fazer com que os mesmos abandonassem o local, não tendo sido possível proceder a qualquer identificação.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

D - Tráfico de droga

1 -“(…) Desloquei-me ao local da residência [Bairro Branco], em virtude de um morador do referido prédio, o qual não se quis identificar, ter-me informado que a porta daquela residência se encontrava arrombada e que todos os dias o mesmo era frequentada por indivíduos suspeitos e

toxicodependentes, motivo pelo qual me desloquei ao local. Chegado ao local, confirmei que a porta se encontrava arrombada, bem como no seu interior tudo danificado e com indícios de haver consumo de estupefacentes. (...) No dia seguinte desloquei-me à morada supra-citada tendo verificado que para além da residência referida, também no R/C do mesmo prédio, a porta principal encontrava-se arrombada, estando ambos abandonados e com vestígios de serem frequentados por indivíduos toxicodependentes. Estes indivíduos aproveitam-se de tal facto para supostamente se refugiarem após a prática de ilícitos criminais. Como tal, é necessário que se proceda ao fecho e substituição das mencionadas portas, pela CMO, em virtude de se tratarem de habitações camarárias.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

2 - “Pelas 19h20m foi recebida uma chamada telefónica anónima nesta Esquadra, a denunciar que no estabelecimento de restauração denominado (...), sito nas escadas que permitem a passagem da rua [Bairro Verde] para a rua [Bairro Cinzento], estava a ocorrer recepção de ouro e tráfico de droga. A denunciante disse ainda que estes procedimentos são habituais naquele estabelecimento” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

E - Uso de armas de fogo

1 - “O lesado, residente na rua A [Bairro Branco] quando se levantou de manhã, verificou que o vidro da janela da cozinha estava partido. Ao verificar melhor, reparou que no chão da cozinha se encontrava um projectil de uma arma de fogo (...). O lesado disse que foi passar o fim de ano fora, tendo saído por volta das 22h. regressado à sua residência por volta das 2h e que não viu o vidro partido. É de referir que a janela da cozinha do lesado dá para a rua C [Bairro Branco] local onde durante a madrugada houve vários disparos com armas de fogo.”

2 - “Pela 00h05m [na mesma noite do registo anterior], o lesado, denunciou que na janela da residência que dá para a rua B [Bairro Branco] havia sido atingido com uma munição proveniente de uma arma de fogo. Desloquei-me ao local e vim a ser informado pelo proprietário (...) de que após a 00h00, alguns indivíduos encontravam-se na rua C [Bairro Branco] iniciaram disparos de armas de fogo como forma de comemorem a passagem de ano, vindo uma dessas munições a atingir a janela de sua residência.”

3 - “(...) na data e hora mencionados (13h45m), desloquei-me às ruas D e E [Bairro Branco], para averiguar uma situação de um indivíduo com um ferimento que, segundo os Bombeiros Voluntários, suspeitava-se ter sido provocado por uma arma de fogo. Antes dessa comunicação, tinha sido solicitada a nossa presença junto dos elementos policiais de serviço renumerado na rua F [Bairro Cinzento] em que fui informado por estes indivíduos que tinham ouvido um disparo de arma de fogo proveniente das traseiras do local onde estavam (a rua E). (...) Chegada à referida artéria compareceu na mesma altura uma ambulância do INEM, (...) os quais prestaram assistência à vítima [residente no Bairro Verde, de 31 anos] (...) a qual apresentava um ferimento no sobrolho direito. Este informou ter sido provocado por um disparo que terá embatido no solo antes de o atingir, provavelmente de algum prédio circundante ao pátio e ao recinto desportivo. Informou que, na altura, se encontrava de costas para o recinto desportivo, virado para as arcadas das traseiras da rua D. No local não conseguimos apercebemo-nos de qualquer marca de impacto no solo. A vítima foi transportada ao Hospital São Francisco Xavier (...) foi extraído um projectil do sobrolho da vítima.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

4 - “A vítima (12 anos) informou que quando se encontrava na paragem de autocarros existente naquela artéria [Bairro Amarelo] avistou um indivíduo de origem negra a caminhar na citada artéria. Ao sentir-se constrangida com a atitude do suspeito ao olhar para ela, escondeu-se junto aos contentores de eco-ponto ali existentes no intuito de se esconder. O suspeito, de uma forma

agressiva e possuindo uma arma branca, aproximou-se da vítima obrigando-a a dar o telemóvel e todo o dinheiro que possuía. A vítima com medo e receio entregou um tm Nokia no valor de 150 euros. Em acto contínuo, chegou o autocarro, pelo que a vítima fugiu para o seu interior. Quando a vítima estava a entrar para o interior do autocarro, o suspeito disse “nada de estrilho!”. O suspeito tinha entre 15-17 anos (...). A vítima ficou com medo e receio e teme pela sua vida e só com muita insistência da mãe é que veio a esta Esquadra denunciar o roubo.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

5 - “No exercício das minhas funções, desloquei-me ao [Bairro Amarelo] onde segundo comunicação telefónica, às 16h.15m., estavam as denunciante em linha de vista com um indivíduo que através da janela da sua habitação efectuava disparos para a via pública. Face à comunicação desloquei-me ao local. Após contactar com as denunciante, desloquei-me para as imediações do lote X na rua A [Bairro Verde] (...) onde me apercebo de que da janela situada no terceiro andar, um indivíduo de etnia africana, vestido com um casaco em tons de laranja, fazia disparos com uma arma para a via pública do interior da residência. Na altura apenas foi possível verificar que se tratava de uma arma tipo carabina atendendo às suas dimensões, desconhecendo qual o seu calibre.

Face ao exposto, desloquei-me ao terceiro andar (...) onde contactei a proprietária (47 anos) da fracção que ao ser contactada com os factos, negou ter conhecimento da existência de qualquer arma no interior da sua residência. Constatei ainda que no interior da fracção se encontravam vários indivíduos identificados no presente auto (brancos e negros, mais ou menos 25/30 anos) que negaram peremptoriamente a existência de qualquer arma naquele espaço. Um dos indivíduos identificados, aqui associado como suspeito, encontrava-se com um casaco de cor laranja tal como havia sido visionado pelas testemunhas, sendo que ao confrontá-lo com os factos, negou a existência de tais objectos, bem com a autoria dos disparos.

Enquanto os elementos policiais se encontravam junto da fracção a fazer diligências relacionadas com os factos aqui narrados, por umas das janelas de habitação, situada na parte traseira do edifício, foram projectadas para o solo duas armas, sendo uma de grandes dimensões (tipo carabina) e outra mais pequena (tipo pistola). (...). Aperceberam-se ainda que depois de projectarem as armas pelas janela, surgiram dois indivíduos do sexo feminino de etnia africana, que pegaram nas mesmas e encetaram fuga para o interior do bairro. (...). No desenvolvimento da acção policial e junto da fracção, importa esclarecer que foi com dificuldade que se conseguiu proceder à identificação dos ali residentes, sendo que por parte das mesmas houve sempre uma postura de não colaboração com esta polícia. Estranhamente, e a partir de certa altura, para além de acederem a identificar-se, facultaram ainda o acesso à habitação, sem qualquer restrição situação que até então se haviam negado (...). Todos os indivíduos fizeram referência ao facto de não podermos entrar na fracção sem mandado parra esse efeito.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

F – Resistência à intervenção das autoridades policiais

1 -“(…) pelas 17h40m, como uma das vias de trânsito se encontrava totalmente ocupada havia a necessidade de fazer a passagem dos veículos alternada, pelo que dei ordem de paragem, de frente para o motociclo (...) e sem que nada o fizesse prever o condutor (jovem de 18 anos, residente no Bairro Branco), já conhecido desta polícia, imprimiu uma forte aceleração ao veículo que conduzia, apontando-o na minha direcção pelo que tive de me desviar rapidamente para a direita, tendo o mesmo ainda me atingido no braço esquerdo, sem que , no entanto, tenham resultado quaisquer ferimentos.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

2 -“Cerca das 14h.45m. quando circulava na rua [Bairro Branco] verifiquei a viatura acima mencionada a qual era conduzida pelo suspeito (28 anos), indivíduo este conhecido desta polícia

por não possuir qualquer documento que o habilite à prática de condução de veículos automóveis. Perante tais factos, dei ordem de paragem ao condutor do veículo acima identificado, através dos sinais sonoros e luminosos da viatura policial. O condutor ao aperceber-se da viatura policial, não respeitou a minha ordem de paragem e colocou-se de imediato em fuga para a rua C [sem saída, no Bairro Branco] local onde abandonou a viatura e refugiou-se junto de um grupo de cerca de 15 indivíduos que ali se encontravam. Em virtude de não haver condições de segurança para proceder à identificação/fiscalização e posterior detenção do indivíduo em causa, solicitei via rádio mais meios para o local. Passada cerca de um minuto, chegou ao local outra viatura policial (...) e sem nunca perder o contacto visual com o suspeito desloquei-me com as testemunhas para o local onde o mesmo se encontrava. Ao chegar junto do suspeito e ao solicitar-lhe a identificação, o mesmo tomou uma atitude agressiva (em virtude de estar junto dos seus amigos), tentando de imediato fugir. Pelo que o mesmo com os seus braços, tendo agredido-me, desferindo vários socos e cotoveladas e em acto contínuo consegui-lhe agarrar a t-shirt tendo eu ficado na posse da sua camisola e de uma bolsa a qual ficou caída no solo. Ao tentar ir atrás do suspeito na companhia das testemunhas, os suspeitos (7) tomaram uma atitude hostil com os elementos policiais tendo-se colocado à frente e impedido que os elementos policiais procedessem à intercepção do suspeito, concretizando aquele, assim, a sua fuga. Durante a agitação foi arremessada por desconhecidos uma garrafa de vidro contra a viatura policial (...) provocando danos na porta traseira do lado direito. Foi então necessário pedir reforços para o local, tendo comparecido uma equipa de intervenção rápida e vários carros policiais adstritos a outras áreas. Já com as condições de segurança reunidas, procedeu-se à identificação de 7 indivíduos e posterior condução à esquadra.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

▪ **A7.13 - REGISTO DAS AUTORIDADES POLICIAIS (ATROPELAMENTO DE CRIANÇA)**

“Tinha acabado de ocorrer (pelas 17h30m-18h.) um acidente de trânsito (atropelamento), pelo que me desloquei de imediato para o local. No local encontrava-se uma ambulância dos bombeiros (...) que prestaram os primeiros socorros à vítima do atropelamento [nome do rapaz], com 5 anos de idade, residente com o tio nessa mesma rua [Bairro Verde]. À minha chegada, os bombeiros abandonaram o local conduzindo a vítima ao carro do INEM, que o transportou ao Hospital São Francisco Xavier, dado o estado grave do sinistrado.

Do grande aglomerado de pessoas que ali ocorreram após o sinistro, nenhuma disse ter presenciado o acidente, nem informou qualquer característica ou cor da viatura que o provocou, do seu condutor ou seus ocupantes, apenas informando que a viatura se havia posto em fuga. No local, para além de uma marca de travagem no piso da rua e de uma outra marca de batida na calçada do passeio, não havia outros vestígios de acidente. O menor veio a falecer.

Após alguns minutos, os populares informaram que a viatura tinha a matrícula [...] por após embate ter deixado a matrícula e parte do pára-choques no local. A referida chapa e parte do pára-choques foi recolhida por familiares no local antes da chegada da polícia e já ali não se encontravam uma vez que se tinham deslocado para o hospital levando tais vestígios que posteriormente entregaram na Esquadra de [nome].

Passados 15/20 minutos (...) uma testemunha que informou que tinha visto uma viatura de cor branca a circular em alta velocidade, embatendo violentamente na vítima que ali passeava, não tendo diminuído a marcha nem parado após o embate.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra da PSP local]**

“[Dias depois soube-se] que a viatura já não estava na posse de quem era o proprietário referido [nome, residente noutro bairro de realojamento no concelho de Oeiras] que a tinha vendido há uma semana a um indivíduo chamado [nome] residente no Bairro Branco.” **[Excerto de ocorrência policial da Esquadra local da PSP]**

A7.14 - TRAÇOS DE CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES AO QUESTIONÁRIO SOBRE A FREQUÊNCIA ESCOLAR

Total de respondente ao questionário sobre a escola: 51,3% do sexo feminino (188) e 48,7% do sexo masculino (112).

Tabela do Anexo 7.14, nº 1: Respondentes ao questionário sobre a escola, por sexo e idade

Sexo		Idade							Total
		7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	
Feminino	N	5	32	46	17	13	4	1	118
	% lin.	4,2%	27,1%	39,0%	14,4%	11,0%	3,4%	,8%	100,0%
	% col.	71,4%	54,2%	56,8%	41,5%	46,4%	40,0%	25,0%	51,3%
	% Total	2,2%	13,9%	20,0%	7,4%	5,7%	1,7%	,4%	51,3%
Masculino	N	2	27	35	24	15	6	3	112
	% lin.	1,8%	24,1%	31,2%	21,4%	13,4%	5,4%	2,7%	100,0%
	% col.	28,6%	45,8%	43,2%	58,5%	53,6%	60,0%	75,0%	48,7%
	% Total	,9%	11,7%	15,2%	10,4%	6,5%	2,6%	1,3%	48,7%
Total	N	7	59	81	41	28	10	4	230
	% lin.	3,0%	25,7%	35,2%	17,8%	12,2%	4,3%	1,7%	100,0%
	% col.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% Total	3,0%	25,7%	35,2%	17,8%	12,2%	4,3%	1,7%	100,0%

Tabela do Anexo 7.14, nº 2: Respondentes ao questionário sobre a escola, por ano de escolaridade e idade

Ano de escolaridade		Idade							Total
		7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	
3 ° ano	N	7	56	47	22	6	1	0	139
	% lin.	5,0%	40,3%	33,8%	15,8%	4,3%	,7%	,0%	100,0%
	% col.	100,0%	94,9%	58,0%	53,7%	21,4%	10,0%	,0%	60,4%
	% Total	3,0%	24,3%	20,4%	9,6%	2,6%	,4%	,0%	60,4%
4 ° ano	N	0	3	34	19	22	9	4	91
	% lin.	,0%	3,3%	37,4%	20,9%	24,2%	9,9%	4,4%	100,0%
	% col.	,0%	5,1%	42,0%	46,3%	78,6%	90,0%	100,0%	39,6%
	% Total	,0%	1,3%	14,8%	8,3%	9,6%	3,9%	1,7%	39,6%
Total	N	7	59	81	41	28	10	4	230
	% lin.	3,0%	25,7%	35,2%	17,8%	12,2%	4,3%	1,7%	100,0%
	% col.	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% Total	3,0%	25,7%	35,2%	17,8%	12,2%	4,3%	1,7%	100,0%

A maioria dos respondentes era de origem africana (64,3%) estando os de origem cigana em minoria (6,9%). Relativamente aos anos de frequência na respectiva escola, 10,0% frequentava o estabelecimento de ensino em causa há um ano, 26,5% há dois anos, 25,7% há três-quatro anos e 27,0% há mais de quatro anos.

▪ **ANEXO 8.1 – DELINQUÊNCIA JUVENIL REGISTADA PELAS AUTORIDADES POLICIAIS NO CONCELHO DE OEIRAS, POR CATEGORIA DE CRIME, ENTRE 2001 E 2008**

Agentes / suspeitos identificados em crimes registados pelas autoridades policiais no concelho de Oeiras, segundo o escalão etário "menores de 16 anos", por categoria de crime, nos anos de 2001 a 2008

Tipo de Interviente	Agente/Suspeito							
Ano	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Escalão Etário	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos
Tipo de Crime (Nível 1)	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes
Total	139	146	88	142	223	263	249	216
(CP) Contra as pessoas	41	37	18	34	71	69	25	21
(CP) Contra o património	72	95	56	91	140	168	211	185
(CP) Contra vida em sociedade	15	5
(CP) Contra o Estado	8	4	..
Legislação Avulsa	10	11	12	16	12	13	9	9

.. Resultado nulo/protegido pelo segredo estatístico

Fonte: Direcção Geral da Política da Justiça, Ministério da Justiça (2010).

▪ **ANEXO 8.2 – DELINQUÊNCIA JUVENIL REGISTADA PELAS AUTORIDADES POLICIAIS A NÍVEL NACIONAL, POR CATEGORIA DE CRIME, ENTRE 2001 E 2008**

Inf. N.º 66/DESJI
26-03-2010

Agentes / suspeitos identificados em crimes registados pelas autoridades policiais, segundo o escalão etário "menores de 16 anos", por categoria de crime, nos anos de 2001 a 2008

Ano	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Escalão Etário	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos
Tipo de Crime (Nível 1)	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes	Nº de Intervientes
Total	3.612	4.525	4.595	4.728	4.647	4.997	4.821	5.405
(CP) Contra as pessoas	1.144	1.143	1.003	909	887	938	820	827
(CP) Contra o património	1.875	2.734	2.996	3.155	3.104	3.274	3.266	3.796
(CP) C. id.cult., int.pessoal
(CP) Contra vida em sociedade	136	196	129	212	169	152	208	142
(CP) Contra o Estado	49	29	28	25	20	57	28	41
Legislação Avulsa	408	423	439	427	467	576	499	599

.. Resultado nulo/protegido pelo segredo estatístico

Fonte: Direcção Geral da Política da Justiça, Ministério da Justiça (2010)

▪ ANEXO 8.3 – DELINQUÊNCIA JUVENIL REGISTADA PELAS AUTORIDADES POLICIAIS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, POR CATEGORIA DE CRIME, ENTRE 2001 E 2008

Agentes / suspeitos identificados em crimes registados pelas autoridades policiais nos concelhos da área metropolitana de Lisboa, segundo o escalão etário "menores de 16 anos", por categoria de crime, nos anos de 2001 a 2008

Ano	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Escalão Etário	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos	Menos de 16 anos
Tipo de Crime (Nível 1)	Nº de Intervinentes	Nº de Intervinentes	Nº de Intervinentes	Nº de Intervinentes	Nº de Intervinentes	Nº de Intervinentes	Nº de Intervinentes	Nº de Intervinentes
Total	1.337	1.709	1.743	1.878	1.693	1.951	1.866	2.290
(CP) Contra as pessoas	335	303	266	314	323	321	249	289
(CP) Contra o património	834	1.217	1.320	1.409	1.229	1.418	1.410	1.776
(CP) Contra vida em sociedade	42	53	29	62	42	40	88	58
(CP) Contra o Estado	19	15	11	11	4	36	13	7
Legislação Avulsa	107	121	117	82	95	136	106	160

Fonte: Direcção Geral da Política da Justiça, Ministério da Justiça (2010).

▪ ANEXO 9.1 – CRIANÇAS ENTREVISTADAS: PRINCIPAIS INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO

Total de crianças entrevistadas: 72; Distribuição por sexo: 18 (25%) do sexo feminino; 54 (75%) do sexo masculino; **Idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos:**

Tabela do Anexo 9.1, nº1: Crianças entrevistadas, por sexo e idade

SEXO	IDADE						TOTAIS
	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	
Masculino	4	7	15	11	9	8	54
Feminino	0	1	5	2	5	5	18
TOTAIS	4	8	20	13	14	13	72

Distribuição por bairro de residência (à altura da 1ª entrevista)

Tabela do Anexo 9.1, nº2: Crianças entrevistadas, por bairro de residência

SEXO	BAIRROS						TOTAIS
	Rosa	Azul	Cinzento	Branco	Amarelo	Verde	
Masculino	11	8	4	14	6	11	54
Feminino	3	1	1	7	2	4	18
TOTAIS	14	9	5	21	8	15	72

Tem/já teve intervenção de CPCJ ou ECJ(por problemáticas diversas): 30 (41,6% do total de entrevistados): 6 do sexo feminino; 24 do sexo masculino.

Referiram o seu envolvimento em prática de delinquência: 44 (61,1% do total de entrevistados): 7 do sexo feminino, 36 do sexo masculino;

Identificadas em ocorrências policiais da Esquadra local da PSP por actos delinquentes cometidos até aos 12 anos de idade: 23 (31,9% do total de entrevistados): 1 do sexo feminino; 22 do sexo masculino.